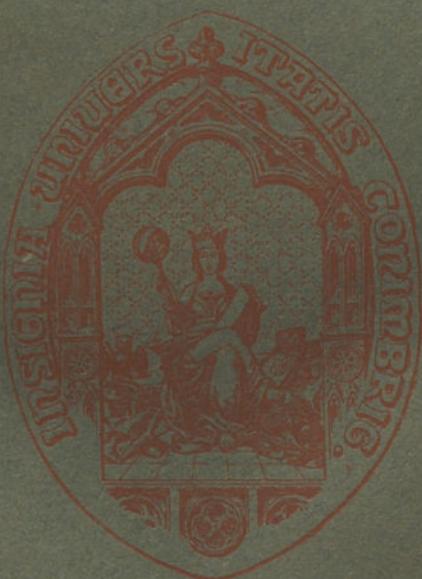




REVISTA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

• VOLUME VIII •



Imprensa da Universidade
Coimbra, 1922

REVISTA

DA

Universidade de Coimbra

REVISTA
DA
Universidade
de Coimbra

VOLUME OITAVO



COIMBRA
IMPRENSA DA UNIVERSIDADE
1922

REVISTA

Universidad
de Coimbra



COMITÉ

Brás Garcia Mascarenhas

ESTUDO DE INVESTIGAÇÃO HISTÓRICA

VI

Capitão e governador¹

Sucedia isto em princípios de maio de 1642.

A 22 dêste mês escrevia Fernão Teles uma carta a el-rei, dizendo ser já a quarta via por que mandava a exposição nesta contida. Queixava-se amargamente de lhe haverem fugido muitos soldados, achando-se com pouquíssima tropa². Na mesma queixa insistia afilativamente em nova carta, datada de Almeida a 18 de junho³. ¿ Que queria êle que fizessem os soldados, ao verem como eram premiados os oficiais mais distintos, e de maior prestígio e serviços, tais como Soares Pantoja e Brás Garcia? Esta deve ter sido a principal causa das deserções em massa, embora para muitas tenha concorrido o motivo, pelo general apontado, de ser mal paga a gente.

Também naquela carta de 22 de maio pedia o general a el-rei que lhe enviasse *pessoa de grande experiência e de grande talento*, para governar a praça de Alfaiates, que *he a chaue de toda esta província da Beira*⁴. ;Cêdo começou a sentir-se a falta que fazia o nosso heroi!

Em face desta requisição de Fernão Teles de Meneses, D. João IV, por despacho de 2 de junho, pede o parecer do conselho de guerra, que em consulta de 21 do mesmo mês propõe três nomes, para dentre êles ser escolhido o novo governador de Alfaiates: — Diogo Gomes de Figueiredo, sargento-mór do terço da nobreza comandado pelo marquês de Montalvão, o capitão Francisco Barroso, e o capitão João Babilão de Sousa, *todos tres sogeitos de muitos annos de seruço,*

¹ Continuado do vol. II, pág. 392.

² T.T. — *Consultas do Cons. de G.*, m. 2, n.^o 160.

³ T.T. — *Consultas do Cons. de G.*, m. 2, n.^o 185.

⁴ Doc. XLV.

em guerra viu i, e que nos postos que occuparaõ nella deraõ inteira satisfaçao. É êste ultimo o nomeado por despacho real da mesma data ¹.

Mas, apesar das notificações que se fazem ao novo governador de Alfaiates, é certo que decorreram dois meses sem João Babilão ir tomar conta do governo da sua praça. De novo o conselho de guerra volta a ocupar-se do assunto, e resolve em consulta de 2 de setembro, visto não se apresentar o nomeado, propor *Esteuaõ Soares de Mello, que tem seruido muitos annos no Brasil e nas armadas, cumprindo sempre a sua obrigaçao, sendo fidalgo taõ principal e senhor da casa de Mello, com muita experienzia da guerra e conhecimentos de fortificações, etc.* Sôbre tal consulta ordena el-rei, por despacho de 5 de setembro: — *Proponham-se mais pessoas para esta praça* ².

Reúne outra vez o conselho a 11 do mesmo mês, e indica os nomes dos capitães Gonçalo de Afonseca de Aguilar, e António de Andrade Gambôa. Assiste a esta sessão do conselho de guerra, além do conde de Penaguião e de D. José de Meneses, o nosso já muito conhecido D. Álvaro de Abranches, o primeiro general que comandou o exército da Beira. Faz êste a declaração de concordar com a proposta dos dois nomes, e com a de Estêvão Soares de Melo, já feita na sessão anterior; *mas que dá no seu voto o primeiro lugar a Gonçalo dAfonseca dAguilar, pelas razões referidas na consulta, e pelo valor e satisfaçao com que o viu seruir, hauendo sido o primeiro que ocupou o posto de Alfaiates, e seruir em Saluaterra anno e meo* ³.

El-rei não faz logo a nomeação. Aparece entretanto um requerimento, que o conselho remete ao monarca em 10 de outubro, no qual o capitão Babilão expõe que, se não tinha já marchado ao seu destino, fôra por falta de meios, pois lhe não haviam sido pagos ainda 53⁰⁰⁰ réis, resto de uma fôlha de 80⁰⁰⁰ réis, que el-rei lhe mandara dar, havia um ano; mas, como tinha alvará passado pela chancelaria, e prestara juramento, se el-rei o mandasse partir, o faria, ainda que fôsse pedindo esmola. Suplica por último ao monarca que lhe conceda licença para partir, mandando-lhe carta para Fernão Teles, afim de êste lhe entregar a praça; e, a propósito, encarece os serviços que prestou a D. João IV, *vindo de Castella a buscar Sua Majestade como a seu rei e senhor natural, não reparando em riscos de vida nem em gastos de fazenda* ⁴.

Em fim, depois ainda de alguma hesitação, el-rei determinou defi-

¹ Doc. XLV.

² T.T. — *Consultas do Cons. de G., m. cit.* — ³ Ibid. — ⁴ Ibid.

nitivamente, por despacho de 17 de dezembro de 1642, que — *Acuda João de Babilão á praça de Alfaiates, de que lhe tinha feito mercé*¹.

Haviam decorrido sete meses desde a prisão de Brás Garcia, e coincidem êstes últimos acontecimentos, pouco mais ou menos, com a sua soltura. Babilão não acudiu ao seu pôsto, fôsse pelo que fôsse, e em meado do ano seguinte ainda não tinha assumido o governo de Alfaiates, nem depois disso o assumiu, que me conste.



Mas ¿ quem foi que durante êsse ano desempenhou interinamente as funções de governador de tão importante praça? Vamos vê-lo.

Apenas prendeu o poeta, logo Fernão Teles incumbiu do governo de Alfaiates Manuel de Sousa de Almeida, oficial bravo e destemido, em quem o general muito confiava. Mas, ao cabo de poucos meses, tinha dado provas de não estar à altura de tão grave cargo. Superabundava nêle a bravura, mas escasseava a prudência e ponderação. Para governar não basta ser valente. Agora é que os soldados da companhia dos Leões, que continuavam a guarnecer a praça, ao estabelecerem o paralelo entre o seu querido capitão-governador, e o que actualmente ocupava o pôsto, sentiriam aumentar em suas almas a admiração pelas altíssimas qualidades daquele.

Causa-nos um pouco de surpresa o facto de vermos os soldados desta companhia, composta em grande parte de fidalgos, parentes e amigos de Brás Garcia, e que serviam não só por dedicação patriótica, mas também por satisfaçarem aos desejos dêste, continuarem no serviço activo, depois de verem infamemente caluniado e preso o seu estremecido e respeitado capitão.

Era o sentimento patriótico que neles sobreponha a defesa da pátria a esses aborrecimentos e desgostos; ; era provavelmente o próprio Brás Garcia, que da sua prisão lhes mandava recados e exortações, para que cumprissem à risca o indeclinável dever de portugueses!

Quatro meses decorridos sobre a sua prisão, achando-se encarcerado no Sabugal, ainda o poeta considerava como *soldados seus* os da companhia de que fôra comandante. Assim os denominava, entusiasmando-se com as proezas e com os feitos distintos por êles praticados, como se realmente êle fôsse ainda o seu capitão. Bem prova isto o caso que passo a narrar.

Declinava já o mês de setembro de 1642. Era nas proximidades

¹ T.T. — *Consultas do Cons. de G.*, m. cit.

do equinócio do outono, e achava-se o general Fernão Teles em Almeida. Eis que lhe chega notícia de que nas ruínas da destruída Aldeia do Bispo se albergavam castelhanos, que dali salteavam as vizinhanças, causando grande dano aos pobres lavradores portugueses.

Ordena logo ao capitão Diogo de Tovar que marche com a sua companhia de cavalaria a dar-lhes caça e castigá-los; mas êste, achando a ocasião assada para fazer por sua conta uma incursão pelo território espanhol dentro, e assim *dar hum refresco aos seus soldados*, trata de a aproveitar. Ao passar por Alfaiates, comunica o seu pensamento ao governador, que, longe de lho rebater como contrário à disciplina, por se afastar das ordens recebidas do general, lho apoia, e para a sua realização *inconsideradamente* lhe fornece oitenta soldados da companhia dos Leões.

Com esta fôrça de infantaria e com a sua companhia de cavalos, transpõe Diogo de Tovar a raia em direcção à praça de Espeja. Quando, porém, se aproxima desta, dá sobre êle uma importante fôrça de cavalaria inimiga, com que não contava, a qual põe em debandada a tropa portuguesa, matando-lhe alguma gente, e aprisionando outra. Valeu aos nossos ser a região abundante em pinhais e matos, por onde os soldados se esconderam, evadindo-se quando a noite sobreveio.

Foi nesta conjuntura que sete dos soldados da companhia dos Leões praticaram a proeza, a que já fiz referência, e que Brás Garcia cantou em duas estâncias do seu poema, que deixo transcritas nas págs. 374 e seguinte do vol. II desta *Revista*, para onde remeto o leitor¹.

Eis a narração contemporânea do facto, escrita pelo Dr. Salgado de Araujo:—«Saluouse nossa gente pelo monte, ficou catiuo Domingos Pinto, o qual na segunda noite fugio pera Portugal. Diuidio-se a cava-leiria inimiga, à caça dos nossos pelo pinhal, onde alguns quarenta cava-leiros encontraraõ sete infantes nossos, de mosquéte, que quando os virão, com gráde animo de morrer valerosos, tomaraõ huá colina, & postos nuá mò, cõ as costas pera dentro, se forao em circulo defendendo, não disparando juntos, mas huns, em quanto outros carregauão: & deste modo pellejarão, com tal destreza, & valor, que fizerão retirar os que os buscauão, & elles se vieraõ por húa cápina, a seu passo, sem que alguém ousasse seguirlos»².

¹ V. T., XII, 22-23.

² *Successos militares*, fl. 156 v.^o; — cf. *Portugal restaurado*, parte I, liv. vi, pág. 387.

Este feito épico de *sete soldados meus, que eram todos mosqueteiros*, como diz o poeta, encheu de nobre orgulho o capitão Brás Garcia, quando lho contaram; no conceito porém do general decaiu muito, não só o capitão de cavalaria, que planeou a infeliz empresa, mas também o governador de Alfaiates, que sem autorização lhe forneceu a fôrça de infantaria.

Mas não ficou por aqui. ; Estava em maré de infelicidades o governador Manuel de Sousa de Almeida! Decorrem apenas alguns dias sobre êste desastre, e um outro, bem mais grave e da sua exclusiva responsabilidade, lhe cai em cima e o inutiliza.

Avistou-se das ameias de Alfaiates uma fôrça de cavalaria inimiga, pouco importante, que, passando a raia, mostrava querer executar uma dessas freqüentes pilhagens pelos campos e logares abertos. Logo o governador mandou sair a tropa, que lhe pareceu suficiente para bater os espanhois, encarregando do seu comando o tenente Simão de Oliveira da Gama.

À simples aproximação dos nossos, os soldados inimigos retiraram; mas fizeram-no por forma tão pouco natural e tão insólita, que o tenente percebeu que pretendiam atraí-lo a uma emboscada. Fez pois alto, e mandou dizer ao governador o que observara, e as razões que tinha para assentar como certo, que uma cilada lhe estava preparada.

— *Que avançasse,* lhe mandou dizer o governador, e que não fôsse medroso.

O tenente Gama cumpriu logo a ordem, mas protestando que por obediência ia conscientemente caír numa ratoeira.

«Chegou à embuscada, sahio o inimigo della, desbaratou-lhe a Tropa, morrerão vinte soldados, e os mais ficarão prisioneiros. Fernão Telles castigou a imprudencia do Governador de Alfayates, tirando-lhe o posto, em que ocupou o Sargento-mór Lourenço da Costa Mimoso»¹.

Bem escreveu o poeta:

Fez a temeridade muitas vezes
Com forças inferiores bons acertos,
Vencendo muitos poucos Portugueses,
Mas erão Portugueses muito expertos,
Que sabião romper muros, & arneses,
E pelejar a peytos descubertos:
Muytos buscão por brio o Inimigo
Poucos sahem com honra do perigo.

¹ *Portugal restaurado*, ibid.

Hé natural em nós o destemelo,
 Antiga a emulação de procuralo,
 Frequente a presunção de accometelo,
 Covardia a prudencia de evitalo:
 Chegando, ô grande mal ! a conhecelo,
 Quando já não podemos remedialo.
 Não hè melhor antes, que o mal succeda,
 Não hir á luta, que levar a queda ?

Lute quem sabe, quem não sabe aprenda,
 Antes que saya a publico terreyro,
 Que quem aprende aonde se arrependa,
 Não hè de valeroso, hè de grosseyro.
 Aprender, & mandar ninguem o emprenda,
 Que hé novo potro, & novo Cavalleyro,
 E nasce deste não saber regelo,
 O não saber aquelle obedecelo ¹.

Para governar interinamente Alfaiates nomeia pois o general aquele sargento-mór, de quem fazia o mais elevado conceito, informando a el-rei, em suas cartas de 5 e 7 de novembro do mesmo ano, que élé é *pessoa de valor e experiença, que serve ha 19 annos em Africa, India, Brasil e noutras partes, e merece maiores postos*². Depois do malogro da escolha antecedente, compelido pela necessidade, por não ter um capitão da sua confiança com as qualidades requeridas para tão melindroso cargo, é que Fernão Teles recorreu, muito contrariado, a Costa Mimoso. Mal podia dispensá-lo do serviço activo próprio do seu pôsto; era dos seus quatro sargentos móres aquele que, pelos dotes excepcionais que possuia, mais falta lhe fazia no exército, e por isso só interinamente o imobilizou naquele govêrno, enquanto o rei não providenciasse.

Lourenço da Costa Mimoso, que assim foi por ordem de Fernão Teles ocupar o cargo de governador de Alfaiates, quando Brás Garcia estava preso por acusação gravíssima produzida pelo mesmo general Teles, era de Linhares da Beira, povoação situada entre a Guarda e Gouveia, filho de Bernardo Madeira da Costa, de Avô, o qual era irmão de Gaspar Dias da Costa, padrinho de Brás, pai da sua antiga namorada, e avô da que brevemente seria sua mulher ³.

¡Estranho capricho da sorte! ¡Notável coincidência!

¹ V. T., v, 7-8.

² T.T. — *Consultas do Cons. de G.*, m. 2. n.º 403.

³ *Notas genealog.* III, m, 3.

VII

O poeta-patriota de Avô

Quando, ao findar o século xvii, Bento Madeira de Castro publicou à frente do poema *Viriato Tragico*, por êle editado, o *Breve resumo da vida de Bras Garcia Mascarenhas, author deste Poema*, já se achava bastante desfigurada a memória da prisão do governador de Alfaiates. A lenda, que cedo a envolvera, atribuía a responsabilidade do facto, a quem para êle não concorrera, e tinha-o revestido de circunstâncias e episódios, que certamente não correspondiam à realidade.

Segundo escreveu o mais antigo biógrafo de Brás, foi D. Sancho Manuel quem mandou prender o capitão-governador, por inveja ou por vingança. O pretexto foi, ter êle transgredido uma ordem sua, para obedecer a uma outra do general Fernão Teles de Meneses; como se o mestre-de-campo tivesse tal audácia, ou mesmo pudesse castigar um oficial por êste haver executado, como lhe cumpria, as ordens emanadas do comandante em chefe e governador das armas daquela fronteira. Prêso na torre do castelo do Sabugal, foi *acusado a El Rey por falsario, que tinha tratos occultos com Castella*, etc.

Todos os restantes biógrafos teem seguido no encalce do capitão-mór de Avô, atribuindo a baixos e vis sentimentos de D. Sancho Manuel a prisão, perseguições, calúnias, maus tratos e misérias sofridas por Brás Garcia. O mesmo fizeram Camilo Castelo-Branco no romance *Luta de gigantes*, o Visconde de Sanches de Frias no drama histórico *O poeta Garcia*, e o Dr. Júlio Dantas na comédia de capa e espada *Viriato Tragico*.

Vimos no capítulo precedente que a realidade se afasta muito desta fantasia. Foi o general comandante do exército da Beira Fernão Teles de Meneses, e não D. Sancho Manuel, quem fez encerrar na prisão o governador de Alfaiates. É grave a injúria com que foi caluniada a memória de D. Sancho, soldado cheio de brio e valor, fidalgo de carácter nobre e honrado, e uma das figuras mais distintas e de maior destaque da restauração; por seus nunca assás louvados serviços à causa da pátria, mereceu que lhe fôsse mais tarde concedido o título de Conde de Vila-Flor. Era absolutamente incapaz de praticar as vilanias, que há mais de dois séculos lhe teem sido atribuídas.

E ainda mais vêmos avultar a injustiça ao considerar que, poucos meses depois da prisão de Brás, foi êle D. Sancho vítima também de intrigas e calúnias, sendo no mês de novembro seguinte preso á ordem do mesmo general Teles de Meneses, que em cartas sucessivas, dirigidas a D. João IV, fez acusações gravíssimas contra o seu mestre-de-campo.

Em carta de 5 de novembro de 1642 relatava Fernão Teles alguns recontros e escaramuças, em que o inimigo fôra vencido e derrotado com perdas importantes; e tecia rasgados elogios a D. Sancho Manuel, pela forma por que se houvera nesses combates¹. Vêmos pois que a esse tempo ainda o mestre-de-campo estava nas bôas graças do general. Mas dois dias depois, em data de 7, já D. Sancho escrevia a el-rei a pedir licença para se retirar da campanha, por não poder por mais tempo sustentar-se ali sem receber dinheiro, e porque, além de precisar de tratar em Lisboa negócios de sua casa, e não ser necessário na fronteira por o inverno ter feito paralizar a guerra, *com ho general fernão telles lhe é mui dificultoso seruir, por uer quão pouca conta fas dos soldados hórados e ualentes, e quam remisso é no importânte do seruiso de sua mg.^{de}*². Pelo seu lado Fernão Teles apressava-se também a dirigir a el-rei queixas contra D. Sancho, acusando-o de desobediente e de ter abandonado o pôsto, e pedindo instruções sôbre o procedimento a haver com êle³.

São estas as primeiras queixas. Principiara a desavença.

Ocupa-se do assunto o conselho de guerra em sessão de 17 de novembro. É de parecer que D. Sancho deve ser preso, para exemplo de todos, e que, *depois de estar preso, poderá então el-rei usar de sua clemencia, conforme ele o merecer*⁴.

O general dirige duas cartas-relatórios, a 21 do mesmo mês, insistindo nas queixas contra o mestre-de-campo⁵; a seu turno êste, em requerimento ao rei, sem data, mas que é, talvez, dos fins de novembro, alega os serviços prestados, explica os seus actos, queixa-se de ter sido preso arbitrariamente à ordem do general, e pede que se lhe faça devassa *por um Ministro de grande confiança e inteireza*⁶.

A 26 e 30 de novembro⁷ e a 5 de dezembro⁸, Fernão Teles repete em cartas ao monarca as suas acusações, sucessivamente am-

¹ T.T.—*Consultas do Conselho de Guerra*, maço 2, n.º 403.

² Doc. XLVII. — ³ Doc. XLVIII. — ⁴ Doc. XLVIII.

⁵ Docc. XLIX e LII. — ⁶ Doc. L.

⁷ T.T.—*Consultas do Cons. de Guerra*, m. cit.

⁸ Doc. LI.

pliadas num crescendo constante, e agravadas com artigos novos, em que atribue a D. Sancho ações atrabiliárias, subversivas, indecorosas e imorais, algumas delas inteiramente inverosímeis.

Então o conselho de guerra toma conhecimento destas cartas em sessão de 11 de dezembro. Dividem-se um pouco os votos. Ei-los por sua ordem.

O conde de Penaguião entende que D. Sancho deve vir prêso à corte, *com boa guarda*, para ser julgado; e que *hum desembargador do Porto, dos de maior inteireza e rectos que haja naquella Relação, vá á Guarda e tire devassa deste caso, e a remeta a este Conselho.*

D. Gastão Coutinho *he do mesmo parecer, ...* acrescentando que *convem que o Ministro a que se encarregar a devassa seja mui inteiro,* porque a informação é dada pelo general, que é suspeito, pois *fala escandalizado e empenhado.*

Segue-se um voto que, pela sua importância, transcrevo na íntegra:

«Dom José de Meneses diz que a província da Beira está perdida, como elle o tem por avisos certos das suas comendas que estão alli despovoadas, e que todo este mal resulta das dissensões e faltas de não assistir a gente paga com seus superiores á vista do inimigo na fronteira adonde o inimigo faz seus lances a salvo, como tem feito em todos aquelles logares, e é de muito dano estarem as cabeças com suas casas longe da fronteira, como está Guarda e outros logares; e V. Mg.^{de} deve mandar que quem governar as armas e officiaes maiores e menores assistam em Almeida, e nas praças fortes vizinhas a raia, e que o mais longe seja a de Pinhel, como o fazia Dom Alvaro de Abranches, que por esta razão se não atreveu o inimigo a queimar nenhum logar em seu tempo; ainda por a de estarem divididas as cabeças sucedeu este caso do mestre de campo e seu general, sobre o qual V. Mg.^{de} deve servir-se mandar ver a letra a petição do Mestre de Campo e as razões que aponta em sua descarga, que é justo se vejam, como as das cartas e papeis do general, e que parecendo a V. Mg.^{de} que o negocio haja de passar adiante é de parecer que as informações se façam por um desembargador do Porto mui inteiro; porque o caso é mui grave, e no modo em que escreve o General dá a entender grande escândalo do mestre de Campo e fica-lhe suspeito; e em quanto a haver de vir preso a esta cidade não se deve reparar pouco no escândalo que causaria, por que tendo na descarga justificação bastante se faria muito ruido, e assim entende que seria melhor meio mandalo V. Mg.^{de} mudar da prisão em que está para o Castello da mesma Cidade da Guarda; e no interim, visto não haver alli Mestre de Campo, nem tenente general da Cavallaria, faltand

tambem o Sargento mor Pantoja e Bras Garcia de Mascarenhas, capitães de tanta experiença e valor, V. Mg.^{de} deve mandar acudir com tempo com cabeças áquellea província, e antes que o inimigo acabe de senhorear toda a riba de Coa, e se o fizesse (o que Deus não permita) tiraria todo o sustento á Beira até Coimbra, materia taõ grave, que pede que a mande V. Mg.^{de} considerar com atençāo que a qualidāde della pede. E que V. Mg.^{de} se deve servir de mandar considerar, que o mesmo estado que na Beira, ha nas demais fronteiras, que tudo saõ dissensões, e por ellas se tem desfeito as companhias e fogido a maior parte da gente, e o dinheiro que vai ás fronteiras, se gasta entre as pessoas particulares e fica faltando para os soldados; o remedio que sente para tudo se ordenar bem, é fortificarem as fronteiras e cobrarem animo todos, e tornar-se a renuiar a guerra, que é mui duravel, e assim se hade entender o ir V. Mg.^{de} á ver suas fronteiras, que só a vista de V. Mg.^{de} ha de ser o remedio e seguridade de seus reinos»¹.

D. Álvaro de Abranches quer que se salve a disciplina e se respeite a justiça. Venha pois D. Sancho prēso, e encarregue-se de fazer a devassa *um Ministro mui inteiro, porque este é negocio mui grave e de palavras mui pesadas.*

António de Saldanha, finalmente, não concorda com a vinda do prēso a Lisboa antes de se lhe apurarem as responsabilidades. *Visto estar já preso, o deve estar na prisão em que está, sem que se lhe altere nada, em quanto se não tire a devassa, e que esta se deve tirar por um Ministro de muita confiança, visto ser o caso merecedor de grande castigo.*

D. João IV conforma-se com a maioria, escrevendo por sua própria mão, no papel em que foi exarada esta consulta, a seguinte resolução régia:

— *Como parece aos mais votos sobre o vir preso Dom Sancho e*

¹ ; Quem poderia dizer a D. José de Meneses, conselheiro de estado e nobilíssimo patriota, quando êle formulou êste voto tão sensato, que, decorridos poucos meses, seria preso à ordem do rei sob a acusação de traidor, recolhido ao Limoeiro, pôsto a tormentos apesar da sua avançada idade e dos achaques degota que sofria, e de tal forma torturado, que os cordeis lhe esmagaram e descolaram dos ossos a carne, que ficou agarrada ao pôtro, mantendo-se o nobre ancião com coragem admirável sem confessar o crime, que falsamente lhe imputavam ! Solto ao fim de um ano de prisão, depois de se ter reconhecido a sua inocência, veiu residir para Cantanhede, e não mais quis voltar à côte. Sendo chamado pelo rei para de novo o ocupar em comissões de confiança, recusou-se sentida e nobremente a servir quem, acreditando caluniosas acusações, tamanha afronta fizera à sua honradez largamente provada.

para a devassa terei lembrança de nomear Ministro.—Lisboa 11 de dezembro de 642 —(Rúbrica del-rei).

Em princípio do ano de 1643 foi o mestre-de-campo do exército da Beira transportado da casa da câmara da Guarda, onde se achava preso, para Lisboa, no meio de uma força de dez soldados, como se fosse um perigoso facínora. Acompanhava-o além disso um juiz, um meirinho e um escrivão, causando espanto e lástima êste aparato a quem pelas estradas e logares via passar em tal estado um oficial superior do exército, de tanto valor e tão subidos méritos.



Deixámos o nosso capitão Brás Garcia Mascarenhas¹ no castelo

¹ Gastei mais de 10 anos em buscas pacientes, laboriosas e sempre infrutíferas, a vêr se colhia algum autógrafo do nosso poeta — a sua assinatura, quando mais não fosse. Na T.T.:— no arquivo do conselho de guerra encontrei respostas a consultas e relatórios seus, mas nem o mais leve vestígio dos escritos que as provocaram; e no arquivo da ordem militar de Avis, onde devia encontrar-se, pelo menos, a sua assinatura, há uma lacuna que abrange a época da sua profissão. Dos antigos arquivos públicos do município de Avô quase nada existe em Oliveira do Hospital, e o que resta não remonta além do século xix. Pertence hoje ao A. U. o antigo registo paroquial do distrito de Coimbra, mas percorrendo o de Avô e freguesias vizinhas, relativo ao período em que Brás por ali viveu, nem uma única assinatura sua pude encontrar; e o mesmo me sucedeu folheando os numerosos processos, ricos de assinaturas de testemunhas e partes, que estão na C. E., coevos de Brás Garcia e corridos na sua terra, nos quais se me depararam, a cada passo, assinaturas do pai, dos irmãos, e de muita gente com quem convivia. Rebusquei com diligência o pouco que resta dos arquivos particulares da região, e nada, absolutamente nada. — Já tinha perdido toda a esperança, quando certo dia um feliz acaso me descobre na quinta da Coitena, freguesia da Bobadela e propriedade do meu bom amigo José Madeira Teles, em meio de vários papéis velhos, abandonados nos forros da casa, uma sólha de papel almasso, bastante denegrida e empastada de pó, tendo três páginas quase cheias de escrita do próprio punho de Brás Garcia, devidamente datada e firmada com a sua assinatura solene. Foi um dia de grande satisfação que tive, realçada ainda pela generosa dádiva do precioso autógrafo, com que José Teles imediatamente me brindou. Deixo neste lugar consignado o favor, com a expressão do meu mais vivo agradecimento. — Sendo o único autógrafo conhecido do nosso poeta-patriota, suponho que cumpro um dever enriquecendo êste meu trabalho com a sua reprodução. Foi escrito a 16 de Março de 1640, poucos meses antes do célebre motim de Travanca-de-Farinha-Podre. — Temos neste documento o nome do poeta, duas vezes por êle escrito, e verifica-se, por forma indiscutível, que se assinava *Bras Garcia Mascarenhas*, como o denominou Bento Madeira de Castro, e no encalce dêste os outros autores, e não Brás Garcia de Mascarenhas, como eu tenho escrito, apoiando-me em razões de ordem filológica e de analogia, e no uso de algumas pessoas ilustradas suas contemporâneas.

do Sabugal, á ordem do general Fernão Teles de Meneses, sob a acusação de traidor à pátria.

¿ O que se passou depois ?

Pouco é o que nos dizem os biógrafos. Bento Madeira de Castro, a única fonte a que recorreram os restantes, afirma que :

- *nesta prição solitaria o privaraõ de toda a communicação;*
- *subtrahindolhe pouco a pouco o mantimento, lhe pretendião abriviariar os dias;*
- *vendo-se ja desemparado de todo o favor humano se valeo de sua industria, fazendo, por um hábil estratagema, chegar às mãos de D. João IV húa discreta carta em verso muy limado..., em que relatava sua prição, & innocencia;*
- *lendo o paternal Rey a carta tam bem lançada, despedio logo hum decreto, em q ordenava aparecesse sem demora em Lisboa;*
- *Chegou à Corte rodeado de guardas;*
- *quando todos agouravão final sentença a sua vida, lhe deu o piadosissimo Rey audiencia affavel, na qual de tal sorte se limou, & inteirou o seu negocio, que sahio despachado com Abito de Avis, & boa tença, & restituído por entre tanto ao seu Governo de Alfaiates;*
- *Voltou de Lisbôa triunfando da inveja, & do odio, & repetida a posse do seu Governo a pezar de seus emulos, aconselhandose consigo se retirou a patria, assim por não irritar mais a impaciencia de seus adversos, como tambem pera lograr algum descanso devido a sua idade, & muitas perigrinações por mar, & terra¹.*

¿ Até que ponto corresponderão estas afirmações á realidade ?

Recorrendo às fontes documentais para responder a esta pregunta, a colheita de notícias é escassa; folheando e lendo com atenção o *Viriato Trágico*, encontram-se algumas, embora mais ou menos vagas, e pouco circunstanciadas.

É o que passamos a estudar.



Segundo vimos no capítulo antecedente, o general Fernão Teles antipatizou com o governador de Alfaiates, logo desde que assumiu o comando do exército da Beira; esta antipatia foi crescendo, foi-se exacerbando, como resultante de muito complexos e variados elementos, até explodir na ordem de prisão e devassa.

Em face porém do diploma, reproduzido aqui integralmente, confesso o êrro, que não mais cometerei.

¹ Doc. CXII.

+

Digo eu Berlita meu madr. mera dor
em ista Villa de fues feauend as ferias
Dete ho sohia mother maria de mesquita
mera dor em ista mesma Villa peregrina seu
filhos e de anelentes desse dia p. r. o. de semestre
fhalor heuendo ametade domen ta fado
q' ista adende clamou a Ribeira de fues
q' meu fai Enriq' madr. q' depeste me
deixou ren a cultiva ta sei effran tei
de frutos minha corta fazendo nello
mato b' feitorios se os quais na ualia
quosi nada e declaro q' offusco hafecela
por nos poucos mais cruentos aothor ta
fale si contradicat le pessoa alguma
pessoas algues pertendentes tirarme e
questi impugnar o mandado como se
ana riba teria a mother de meu fai digo
quocanta mother de meu fai Enriq' madr. q' depeste
spor a causa se fos enjuizo. Se auerigau
ser a dita propriedade minha per sempre a
pousher emdeixar meu fai en sua manda por
m. s. ferias q' enthefiz elha fuder em der
she uendo adita ametade em frelo de cito mil

Os quocis outos mils mebi ao fazer diste cedula
 & a amitade & the uendo he affica p.º a banda do brço
 de & se rega a cota ipsa parte fello entro nba d'ui fello
 meio de horo ipsa parte de baixo co o lamacho
 publico ipsa de cima ate aflare de q' esteja com
 fragado estes officia dentro nre de q' esteja o
 pruoro com a d'r.º Lora he uendo em h' brogo
 ffazer ho bo en suyo efora debel la fazer the
 q' critura todas as uesq' & por elle me fez pedida
 efora son viuu de maria & minha mother d'elte
 idella me fez com minha filha maria madra d'elua
 presente ao fazer desti uigto ser adita uenda p'ra
 sustentar armir minhas raleli lades e fragar alq' q'
 diuidos & deno por ella dita minha fa ser maior
 de vinte cinco annos deu consentimento adita uenda
 na parte q' podia herdar de sua m' aquoal diste
 perante os test.ºs abaixo assinados q'era contente
 de o dito seu frai fazer adita uenda p'ra q' d'aua
 Co sentimo q' o endereito q' podedar efordehculo
 ferri. Co tenho Regara amí D'az farciq' R'g'lanhoy
 & q' q' feste costumbe com o dito munha o q' ualem
 q' sotiene em os desobrig dias lo my de marzo
 de mil e q'centos e venceta de q' forat t'ch munhos
 q'nto dias the sonrivo emeraderi nesti villa do senhor
 fraga de maria madra p'ra ser mother em Saben

-

ohnar e fo ora dr. mo. co folh.º em R. fes ca der
em. Jorge am bos cofa dos emera dos nessa villa
g. fo dos olinar c' o dito Bertolameu madr.

Ass. anno V. m. i. f. 1525 Arago Anniidis
me. f. j. P. Madr.

Bras Garcia Mascarenhas A

UNICO AUTÓGRAFO CONHECIDO
DO POETA BRÁS GARCIA MASCARENHAS

Pelo seu lado Brás Garcia, desde que em 1641 se apresentára ao seu primeiro general com a célebre companhia dos Leões, por si recrutada, organizada e disciplinada rapidamente, como por encanto, mereceu a estima, consideração e confiança de seus superiores, especialmente do governador D. Álvaro de Abranches, que o distinguiu com comissões delicadas e dificílimas, e que lhe entregou o governo da importantíssima praça de Alfaiates, a qual, por sua situação, era *a chave de toda a província da Beira*, como escreveu mais tarde Fernão Teles¹. Esta fortuna despertara as invejas e emulações de alguns dos seus camaradas.

O capitão Brás era, além disso, um militar recto, disciplinador, austero, rigoroso, inflexível, que premiava com justiça os méritos, e com justiça castigava as faltas, embora leves, dos seus subalternos. Assim como cumpria à risca as ordens recebidas dos superiores, assim exigia o exacto cumprimento das que dava ou transmitia aos subordinados. Este rigor havia criado ódios, e más vontades.

Enquanto senhor do mando, todos em volta dêle se curvavam submissos, e o adulavam mesureiros; e, se alguns se atreveram a intrigá-lo junto do general Fernão Teles, foi por estarem seguros de que agradavam a êste, sem perigo de vir a delação a ser conhecida daquele.

Mas, desde que o viram decaído, deposto do governo, privado de todas as honras, preso e encarcerado, os émulos, os queixosos, os inimigos formaram côro em volta de Fernão Teles e do ministro encarregado da devassa, e não houve acusação que não fizessem ao desgraçado.

Ouçamos as suas próprias palavras:

Que antiga hé já no mundo, & que enganosa
A louca Emulação que a tantos dana!
Que hypocrita, que nescia, que invejosa !
Quem mais presume, facilmente engana ;
Que altiva, desabrida, escandalosa
Foy sempre a toda a gente Lusitana !
Que antes se quer perder soberba, & cega,
Que sogetarse a igual, que a mandar chega.

Da experientia propia examinado,
Se em verdadeyra conta entro comigo,
Chego ajulgar do tempo castigado
Que este hé da Patria o mayor castigo.

¹ Doc. XLV.

Todo o Homem que mandou, foy emulado,
 Todo o que bem servio, teve inimigo ;
 Metamos bem a mão na conciencia,
 E acharemos que hé falta de obediencia.

Tudo naturalmente reconhece
 Perpetua vassalagem, & senhorio ;
 Todo o Animal tem Rey, de que estremece,
 Rainha as Aves, que lhe humilha o brio ;
 As Abelhas tem Rey: tudo obedece ;
 A pedra ao centro, ao salso Mar o Rio,
 A nuvē ao vento, ao vasio o cheyo,
 A não ao leme o Cavallo ao freyo.

As Cegonhas, & Gralhas se sogeytaō,
 A huma, que as governe, & ponha em via ;
 Dormindo hūas¹ estaō, & outras espreytaō,
 Sempre alguma há de estar posta em vigia.
 Somente os Homens muyto mal aceytão,
 Que os sogeyte² o poder, reja a Mayoria ;
 Todos querem mandar, todos reprendem,
 Mais emulando os que peor se entendem³.

E, depois de fazer referência à tomada de Eljas e de Valverde, acrescenta, aludindo ao êrro de não lhe terem seguido o conselho atacando simultâneamente, de surpresa, a importante praça de Albergaria, e El Paio :

Não se renderão mais, por não ser crido,
 Ou por não ficar mais acreditado :
 Zágão, pera aquentar, será admittido,
 Pera o favo gostar, fora deytado.
 De treydores vilissimos trahido
 Se verá prezo em vez de ser premiado,
 Porque treydores saõ muyto mayores
 Os que querem de leais fazer treydores.

Verse-há nesta prizão injusta o pouco
 Que podem confiar os que militão,
 No aplauso popular, no vulgo louco,
 Que a quem levantão mais, mais precipitão.
 Como charqueyras raãs, estrondo rouco
 Contra o prezo faràō, que raãs imitão
 Os que longe murmurão dos absentes,
 E que immudecem quando os vem presentes⁴.

¹ A 1.^a edição traz *hūa*, êrro tipográfico evidente, que já aparece emendado na 2.^a.

² Outro êrro tipográfico *sogeyta*, também emendado na 2.^a edição.

³ V. T., v, 1-4. — ⁴ V. T., xiv, 86-87.

Daqui se conclue que, além das traições vilíssimas de falsos camaradas, émulos e inimigos, também o povileu ignobil, que dantes o aplaudia e vitoriava, se voltou contra êle, caluniando-o e acusando-o. A isto alude mais uma vez o poeta ao traçar a sua auto-biografia, na longa alocução que dirige a Viriato no canto xv do poema, quando, depois de descrever a revolução restauradora de 1640, acrescenta :

Visto tens invincivel Viriato,
Como estes Reynos teus se levantarão,
Sua conservação te não relato,
Por ser hum dos que a peytos a tomarão.
Tão mal mo satisfez o vulgo ingrato,
Tantos emulos inuteis me invejarão,
Que me chegarão a por em mais perigos
Os naturais, que os proprios Inimigos¹.

O vulgo infame, êsse *monstro sussurrante*, essa *disforme e barbara canalha, vil escoria da terra*, em que se misturam elementos de todas as classes sociais, e que *he dos estados tres escoria em bica*, encontrando o meio perturbado, tudo envolve, tudo turva, tudo mancha com a sua baba pestilenta, confundindo leais com traidores, malsinando os mais honrados servidores da pátria, acusando às cegas os que amanhã exaltará com elogios. Mas a Justiça, figurada na deusa Némesis, tem distinguido o bem do mal, a verdade da calúnia, e enquanto a alguns traidores sentenciou à pena capital, aos bons e leais, vítimas de ódios e intrigas, tem salvado a vida, esmagando os detractores, que os caluniavam. É a esse vulgo, tão largamente descrito e apontado à execração em várias passagens do *Viriato*, que o poeta se refere ao escrever:

No mar dos seus delirios a lealdade
Se verá perturbada, naufragante,
Porque, achando este monstro agoas involtas
Causara mil tormentos, & revoltas.

Nota da justa Némesis os brios
Com que manda cortar em seus disvellos
Por Atropos de alguns os vitais fios,
E a Lâchesis dos outros estendelos;
Retrata em tumultuosos desvarios
O vulgo seus fantasticos libellos;
Já Leão, já cordeyro desmaiado,
De alguns, que quer pizar, fica pizado².

Não se esquece entretanto de proclamar bem alto, o coração re-

¹ V. T., xv, 101. — ² V. T., xiv, 79-80.

pleto de reconhecimento, que, se a justiça triunfou na causa em que êle era reu, se foi inutilizada a obra habilidosa dos traidores, desmascarando-se a calúnia e fazendo-se brilhar a verdade, teve nisso acção directa, pessoal, eficaz, el-rei D. João IV.

A ter estranho Rey longe, era certo
Que podérão treydores derrocarme;
Com o ter natural, tão justo, & perto,
Atropeley quem quiz atropelarme¹.



Foi no meado da primavera, no início de Maio de 1642, que Brás Garcia recolheu à prisão, e a 22 dêste mês escreveu Fernão Teles ao rei requisitando-lhe pessoa de grande experiência e de talento para governar a praça de Alfaiates. O poeta fica por algum tempo clausurado no castelo do Sabugal.

Intensificam-se os esforços dos seus adversários para o perderem; o processo de devassa, feito certamente pelo auditor do exército, criatura toda dedicada ao general², conclue-se, segundo a inspiração dos inimigos do capitão devassado, e então, a 25 de julho, dirige Fernão Teles a D. João IV a sua carta-relatório, a que já fizemos referência no capítulo precedente, na qual, como que incidentalmente, dá conta dos crimes de alta traição dos governadores de Alfaiates e de Almeida, apurados na devassa que lhes mandou fazer, pelo que os tem prêses³.

O conselho de guerra, em sessão de 8 de agosto, toma conhecimento desta carta, resume-a, fere ao de leve a nota da acusação de infidelidade feita contra os capitães Brás Garcia Mascarenhas e Rodrigo Soares Pantoja, mas abstêm-se de emitir qualquer conselho ou comentário sobre êste incidente do relatório. El-Rei escreve à margem pura e simplesmente: — *Fiquo aduertido do q̄ se contem nesta consulta.— Em Lx.^a a 13 de Agosto de 642.—(Rubrica régia).*

Oficialmente nada mais consta do que se passou. Sabemos porém que Brás tinha amigos dedicados na corte, e no próprio conselho de guerra. El-rei foi informado particularmente do que sucedia na Beira, e avocou a Lisboa o processo e o prêso.

¿ Seria esta intervenção do rei devida a uma carta em verso, ardilosamente preparada na cadeia pelo nosso poeta com letras recortadas à tesoura de um livro, e coladas sobre uma fôlha em branco que servia de guarda ao mesmo livro, visto não consentirem que na prisão

¹ V. T., xv, 102. — ² Doc. LV. — ³ Doc. XLVI.

entrasse papel, pena ou tinta? Este caso anedótico, narrado por Bento Madeira de Castro, e repetido depois, muitas e muitas vezes até ao presente, tem todo o sabor de um episódio legendário.

Entretanto a intervenção pessoal do monarca no processo de Brás Garcia deu-se de um modo eficaz. É verdade que ainda não encontrei referência alguma documental a esta intervenção, apesar das diligentes buscas a que procedi no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, e das realizadas antes de mim pelo sr. general Brito Rebelo; mas há, a confirmar a tradição que a testemunha, o depoimento autêntico do próprio poeta, acima transcrito, em que atribue ao rei a sua salvação.

Ao findar êste ano de 1642, fazia êle a sua entrada em Avô, livre, absolvido, justificado e honrado, *atropelando quem quiç atropelalo.*



Desde que o processo de Brás Garcia, assim como o processado, se escaparam das mãos do general Fernão Teles de Meneses, êste não mais tornou a aludir nas suas cartas ao ex-governador de Alfaiates, e voltou então as suas iras todas contra D. Sancho Manuel, como já vimos, não cessando as queixas e acusações, sucessivamente repetidas e ampliadas, até 5 de dezembro. Então param.

A 11 dêste mês é resolvida, segundo fica dito, a remoção do priso para Lisboa, a qual se realiza em princípios do ano de 1643.

Não convindo que se mantenha sem mestre-de-campo o exército da Beira, o conselho de guerra, em consulta de 19 de dezembro de 1642, propõe a el-rei os nomes de alguns militares de experimentado valor, a fim de ser nomeado um dêles para aquele pôsto. O monarca prudentemente se abstêm de fazer a nomeação, e por último, a 4 de fevereiro de 1643, lança na consulta a sua resolução: — *Sentenceada a culpa de D. Sancho, se poderá tratar deste posto*¹.

D. Sancho Manuel, chegado a Lisbôa, queixa-se respeitosa mas magoadamente ao rei de lhe serem tão mal compensados os muitos serviços que prestára, com risco por vezes da sua vida, em defesa do seu rei e da sua pátria; e pede por mercê que lhe sejam notificadas as culpas de que é acusado, e que êle desconhece, *porque espera de sua inocencia mostrar em continente... serem falsas todas as que lhe puseram*².

Pouco depois, em novo requerimento, deplora que tenha sido encarregado de tirar devassa na sua causa (diligência que êle mesmo

¹ Doc. LIII. — ² Doc. LIV; cf. L.

pedirá se fizesse por um Ministro de grande confiança e inteireza) o Auditor do exercito, com quem havia tido grandes desavenças pelo serviço de sua Mg.^{de}, e era feitura do ... general, e seu inimigo capital. Assim, apesar de tranquilo na sua consciência, pede provisões, sendo a el rei presente o pouco crédito que se deve dar a devassa, processada por um inimigo seu, por ordem e com assistencia do... General, que faria tudo o que pudesse pelo culpar¹.

D. João IV pensa em reenviar imediatamente D. Sancho a continuar no exército da Beira a série dos seus distintos serviços; e o conselho de guerra, em sessão de 29 de abril, ponderando este assunto, reconhece unânimemente os altos merecimentos, qualidades e serviços do mestre de campo, cuja presença no exército era reclamada como necessária e urgente. Mas gravíssimas acusações haviam sido contra él formuladas pelo general governador das armas, e uma devassa, que correra, confirmava-as. ¿ Seria regular ou conveniente rasgar nesta altura o processo, e restituir sem mais formalidades D. Sancho ao seu posto? ¿ Não sofreria o prestígio e bom nome d'este, e não seria cerceada a sua autoridade, se él voltasse ao exército sem haver sido préviamente ilibado por sentença das culpas imputadas?

Só havia a seguir um de dois caminhos: ou ultimar rapidamente o processo e apressar a sentença, que não podia deixar de ser absolutória, ou pura e simplesmente amnistiar o reu. Ao monarca pertencia resolver.

D. João IV opta pelo primeiro, resolvendo a 29 de Maio que o reu recolha à prisão do Limoeiro, e que o processo avance².

A ordem régia para D. Sancho recolher à prisão é comunicada a Matias de Albuquerque a 3 de junho³.

Mas todo o processo era monstruoso, deixando transparecer em cada fôlha a paixão e ódio dos que nele haviam cooperado. D. Sancho articulava suspeições, que lhe tiravam todo o valor moral e jurídico. Anulá-lo e instaurar novo processo sobre novas bases, levaria muito tempo, e todos viam claramente que o resultado final, a que se viria a chegar, era, e não podia deixar de ser, a absolvição do réu. Parece pois que melhor teria feito o rei concedendo desde logo a amnistia.

Não sei a data precisa em que D. Sancho foi solto; é porém certo que ainda corria o verão d'este ano de 1643, e já él praticava proezas militares de grande valor na Beira à frente da cavalaria, no seu posto de mestre-de-campo.

¹ Doc. LV. — ² Doc. LVI. — ³ Doc. LVII.



Em face do que temos narrado a respeito dos casos de D. Sancho Manuel e de Brás Garcia, é natural a pregunta: — ¿ Em que situação moral ficou o governador das armas Fernão Teles de Meneses ?

Situação bem singular e melindrosa. Evidentemente não podia conservar-se à frente do exército da Beira.

Ao findar o ano de 1642 já élle se sentia ali mal; e D. José de Meneses exclamando no seio do conselho de guerra — *A província da Beira está perdida!* — enunciava o sentir de muita gente.

Desta província chegavam à corte reclamações e pedidos dos povos; lamentava-se a actual situação, e rememoravam-se os tempos em que fôra governador D. Álvaro de Abranches, formulando-se votos por que esses tempos voltassem. Estes votos eram atendíveis; tal substituição de comando dava esperanças de melhorarem as condições aflictivas, em que a província se encontrava.

Exonerado pois Fernão Teles de Meneses, foi pela segunda vez nomeado governador das armas na Beira D. Álvaro de Abranches, o grande amigo e admirador de Brás Garcia Mascarenhas.



Em meado de abril de 1643 chegava a Coimbra, de caminho para a fronteira, o novo comandante do exército desta província.

Daqui seguiu por Espinhal, Figueiró-dos-Vinhos, Certã, Sarzedas, até Castelo-branco, onde se demorou alguns dias. Começa então as visitas aos castelos e praças da fronteira, escoltado pela companhia de infantaria do capitão Damião Botelho. Visita Idanha-a-Nova, Salvaterra, Segura, Monsanto, etc., ao todo vinte e quatro praças, terminando nas do Sabugal e Alfaiates, donde recolhe à Guarda. Referindo-se a esta visita de inspecção, escreveu um contemporâneo: — «Muros, portas, rastilhos, pontes, fossos, trincheiras, estacadas, baluartes, reductos, parapeitos, alojamétos, artilharia, muñções, soldados, bastimétos, forão o seu cötinuo desuelo, prouêdo em cada húa, & muitas destas cousas, segundo necessitaua a praça, que visitaua» ¹.

¹ Relaçam / em que se refere / parte dos gloriosos suc- / cessos, que na Prouincia da Beira tiuerão / contrá Castelhanos, as armas de S. Mage- / stade, gouernadas por D. Aluaro de / Abranches, seu Capitaõ General, / nos meses de Mayo até De- / zembro de 643. (8 folhas inumeradas).

Ao passar em Almeida «toda a Villa ardia em doenças, algúſ affirmauão ser peste, pelo menos como apestados, fugiaõ todos dos enfermos; morriaõ muitos na contagião do mal, muitos na falta do necessário». Pediram encarecidamente a D. Álvaro que não entrasse lá. Entrou e providenciou: visitou os enfermos, proveu às suas necessidades, deu-lhes médicos e enfermeiros, ordenou ao governador da praça Marco António de Azevedo que se limpassem as ruas, e águassem com vinagre, e purificassem com fogueiras de alecrim, não se descuidando entretanto de mandar refazer as fortificações da vila¹.

Quando chegou a Alfaiates, aí por princípios de junho, começava a época perigosa da colheita dos cereais, em que os espanhois vinham em freqüentes incursões impedir a recolhença. Não podia deixar de se lembrar dos incomparáveis serviços que dois anos antes, por êste mesmo tempo, prestára o governador desta praça Brás Garcia Mascarenhas, agora retirado do serviço, em Avô. Não havia sido até então preenchido o lugar, achando-se ainda encarregado do governo interino de Alfaiates o sargento-mór Lourenço da Costa Mimoso. O governador nomeado, Babilão, não chegára a vir tomar posse, nem já viria. É naturalíssimo que o general, rememorando as altas qualidades do seu amigo capitão Brás Garcia, que não chegára a ser formalmente demitido, e que agora se achava plenamente justificado das acusações aleivosas que lhe haviam feito, quisesse reintegrá-lo no seu antigo pôsto e governo; assim completaria o acto de justiça e reparação devidas, e faria uma excelente aquisição, pois homens com as virtudes e qualidades de Brás eram muito raros.

Escreveu-lhe para Avô, a chamá-lo. Brás veiu logo, e reassumiu por pouco tempo o governo de Alfaiates.

Bento Madeira de Castro diz que élé *restituido por entre tanto ao seu Governo de Alfayates... & repetida a posse do seu Governo, a pezar de seus emulos, aconselhando-se consigo se retirou a patria, assim por não irritar mais a impaciencia de seus adversos, como tambem pera lograr algum descanso devido a sua idade, & muitas perigrinações por mar, & terra em que os trabalhos sempre acompanhão a este Hercules*².

Parece estar em oposição com isto o facto de Brás declarar que, *vendo-se livre, não quiz de cargos mais encarregar-se*:

Vendo-me livrê, com ditoso acerto,
Não quiz de cargos mais encarregarme,
Por não dar ordés, nem estar a ellas,
Porque o dalas hè mão, peór recebellas³.

¹ Relaçam cit. — ² Doc. CXII. — ³ V. T., xv, 102.

Esta declaração porém harmoniza-se perfeitamente com o facto de haver reassumido o seu antigo cargo, não para o exercer, mas para logo o resignar, e se recolher à vida tranqüila de Avô. É, a meu vêr, a única interpretação que se concilia com a estância 88 do canto xiv, em que o poeta, depois de se ter referido à sua *injusta prisão*, e ao *estrondo rouco* que o *vulgo louco e inconstante, como charqueiras rãs* fez contra él, quando preso, acrescenta:

Presente o verão presto mais honrado
Desmentindo perjuros fementidos,
Porque os que infamão mal o acreditado,
Ficão de todos por infames tidos.
Vês outra vez o vulgo retratado,
Ves os loquazes mudos, & corridos ?
Sempre mostra em desditas, ou venturas
O vulgo, qual Prothêo, varias figuras.

Que como hè vario, credulo, inconstante,
Sem honra, sem vergonha, & sem verdade,
Tudo o que diz, desdiz de instante a instante,
Porque todo hè Quiméra, & falsidade¹.

Os que preso o murmuraram, caluniaram e infamaram, e na devassa o perjuraram, foram os mesmos que, apenas absolvido, *presto* o viram *presente mais honrado*, e por isso tiveram de *emudecer corridos*, e ficaram havidos *de todos por infames*. Evidentemente a reparação foi completa, e o capitão-governador, após a sua justificação, voltou *presto* à mesma região onde governara, e onde em seguida fôra vilipendiado; viram-no então *presente, livre e mais exalçado em honras* os mesmos que o tinham caluniado, quando preso.

Consumada a reparação, reintegrado no governo da sua praça, Brás não se demorou em Alfaiates. Devia ser-lhe penoso tratar com camaradas que bem sabia terem-no atraiçoadado, viver no meio de gente que procedera tão ingrata e infamemente contra él, quando o viram perseguido e preso. Demitiu-se, e tendo formado o propósito de não mais aceitar cargos de governo, voltou para a sua querida vila natal. Foi então de novo confiado o governo da praça a Costa Mimoso, pois no fim do verão dêste ano de 1643 encontramos nós o general D. Álvaro em Alfaiates, a expedir dali uma força comandada pelo governador daquela praça, o sargento-mór Mimoso, que avançou sete léguas por Espanha dentro até perto da cidade de Cória, saqueando e queimando o lugar de Moralejo, escaramuçando com

¹ V. T., xiv, 88-89.

300 infantes e 80 cavalos inimigos, que lhe apareceram no caminho e foram afugentados, e praticando outros actos de valentia, que causaram bastantes perdas aos castelhanos¹.

Voltou pois para Avô o nosso capitão Brás Garcia; mas o seu ardor patriótico não se tinha extinto, nem se achava amortecido, com as injustiças e desenganos, com a idade e trabalhos.

A pátria continuava atravessando uma crise dolorosa e aflitiva, carecia dos seus serviços militares; não lhos recusaria jámais.



Durante a sua pequena demora na fronteira, deve ter sabido, talvez da bôca do próprio general, que el-rei resolvera intensificar a guerra no Alentejo, indo ali em pessoa para animar as tropas, que de todo o país mandava juntar naquela fronteira. O fim desta concentração era realizar uma incursão na Estremadura espanhola.

É natural que seu amigo D. Álvaro lhe comunicasse, em confidência íntima, que tencionava mandar para o Alentejo um contingente das suas tropas, comandado pelo tenente do mestre-de-campo Fernão Teles Cotão, e seguir pouco depois ele mesmo com todas as fôrças disponíveis, para, segundo o plano de D. João IV, passar a fronteira com o exército concentrado sob o comando do conde de Óbidos, atacar e tomar algumas praças castelhanas, assumindo assim a guerra da nossa parte pela primeira vez o carácter ofensivo.

Era da mais alta importância que êste golpe não falhasse, mas se fizesse sentir bem dolorosamente no reino de Castela.

A ocasião era muito asada. Havia sido afastado do governo de Espanha o conde-duque de Olivares, que durante vinte e dois anos dispôséra discretoriariamente do ânimo de Felipe IV e do poder absoluto que êste nele depositára. Convinha não deixar escapar o momento de crise e perturbação por que passava aquela monarquia, achando-se desmontada e inutilizada a máquina governativa, que em tão largo período fôra organizada e funcionara à ordem e feição do conde-duque. Além disso as atenções do governo espanhol haviam sido até então atraídas para a guerra da Catalunha, tão infelizmente dirigida pelo conde-duque, abandonando quâsi completamente a raia ocidental; e era de recear que, com a mudança de governo, mudassem as idéas, os planos, as condições, e o rei Felipe pudesse breve-

¹ *Successos militares*, fl. 172 e v.^o; -- *Portugal restaurado*, parte I, livro vi, pág. 420 da ed. de 1710.

mente concentrar fôrças na fronteira portuguesa, e tentasse uma invasão, a que o nosso exército não conseguisse fazer frente.

Convinha pois não perder a ocasião de prejudicar e assustar a Espanha, e erguer os espíritos em Portugal, onde, passados os primeiros entusiasmos patrióticos da restauração, o desânimo surgia e alastrava, ao compararem-se a sangue frio os recursos de que podiam dispor uma e outra nação. Pessoas graves e ponderadas já iam dizendo à boca pequena, que a aventura da restauração não podia manter-se. E daqui resultaram as repetidas tentativas de conspiração, fomentadas por Castela, que tão desconfiado tornaram D. João IV; chegaram a sofrer grandes trabalhos e até a morte, de mistura com autênticos conspiradores, algumas vítimas inocentes, falsamente acusadas ao rei de inteligências clandestinas com o monarca vizinho.

A estas razões ainda se juntava a de já se acharem suficientemente exercitadas e experimentadas as nossas tropas com mais de dois anos de campanha, e estarem reparadas e acrescentadas as fortificações fronteiriças.

Havia também a vantagem de ganhar as boas graças do rei de França, que tão úteis nos podiam ser, o qual instava por que passasssemos da defensiva à ofensiva, interessado em que o exército castelhano, que operava na Catalunha, se visse forçado a dividir-se, para acudir ao Ocidente da península.

Por estas e outras considerações é que D. João mandou que de todas as províncias viesssem tropas, que se concentrassem em Elvas, para dali passarem a atacar a Espanha.

Sabendo pois isto, Brás Garcia resolveu desde logo cumprir o seu dever, acudindo ao chamamento real e apresentando-se no tempo e lugar aprazados.

Estava afastado do serviço activo. Era um simples *capitão reformado*. Poderia, se quizesse, oferecer-se para voltar à actividade (oferta que seria muito bem recebida e estimada), recrutar de novo uma companhia, e partir para o Alentejo como *capitão vivo* à frente dela. Mas a memória dos sucessos recentes estava bem nítida na mente de todos. ¿Como teria êle coragem para ir novamente, como fizera dois anos antes, de porta em porta, prègando a guerra santa da defesa da pátria, e convidando os seus parentes, amigos, admiradores, subordinados, a alistarem-se na sua companhia? ¿Haveria nele, tão injusta e tão infamemente compensado dos serviços e sacrifícios que fizera, fôrça moral e autoridade para aconselhar, os que da primeira vez o atenderam, a assentarem de novo praça? Não. Êle iria, cumpriria à risca o seu dever de patriota e de soldado; os outros que fôssem, se quizessem, mas não a convite seu.

Antes do fim do verão, ao aproximar-se o princípio do outono, apenas os calores insofríveis do sol estivo alentejano começasse a mitigar-se um pouco, é que se iniciaria a campanha. Estava marcada para os primeiros dias de Setembro a concentração do exército em Elvas e seus arredores. O capitão reformado Brás Garcia Mascarenhas lá estava, assentando praça como simples soldado no terço do mestre-de-campo João de Saldanha de Sousa, onde teve como camaradas muitos outros soldados ricos da mais alta fidalguia do reino, *senhores illustres, nobres, & officiaes reformados, que assentaraõ praças, com muitos criados pera seruir à sua custa*¹. Era apontado entre todos, com admiração, o nobre exemplo de Matias de Albuquerque, que, depois de ter prestado grandes serviços à pátria na guerra do Brasil e na restauração, serviços que bem mal pagos lhe foram, pois se encontrou preso por ordem régia sob a caluniosa acusação de traidor, sofrendo injúrias e insultos infamíssimos da população vil, agora, perante o chamamento real, foi ele, conselheiro de estado e de guerra, um dos primeiros a assentar praça como soldado raso naquele mesmo exército do Alentejo, que dois anos antes governara como general.



El-rei D. João IV havia partido de Lisboa na tarde do domingo 19 de julho; dirigiu-se imediatamente a Évora. O calor era insuportável; mas, a-pesar disso, foi animando os preparativos para o exército sair a campanha.

Durante a segunda metade de agosto foram chegando os contingentes das diversas províncias; na primeira semana de Setembro o exército concentrado em Elvas e suas vizinhanças constava de 12.000 infantes e 2.000 cavalos, dispondo de 10 peças de artilharia de campanha, 2 morteiros e vários instrumentos destinados ao ataque das muralhas. Dava-lhe muito brilho e lustre a nobreza do reino, que acorrera ao chamamento e assentara praça nos diversos terços.

Com este luzido exército partiu de Elvas o governador das armas conde de Óbidos, no domingo 6 de setembro pelas 2 horas da tarde, em direcção à ponte de Olivença, onde se lhe juntaram os terços e tropas aquarteladas em Vila-Viçosa e Borba. Passaram o Guadiana na manhã de segunda feira 7. No dia seguinte transpuseram a ribeira que corre entre Olivença e Valverde, a qual então era o limite entre as duas nações, e penetraram na Extremadura espanhola, que havia 170 anos não era pisada por um exército português.

¹ *Successos militares*, fl. 184.

Não me imponho a empresa de reeditar a história minuciosa dessa marcha ofensiva por terras espanholas, em que os nossos soldados praticaram actos de heroicidade extremada¹. Foi rendida a praça de Valverde, sendo despejada pelos castelhanos e ocupada pelos portugueses a 12 de setembro. Neste mesmo dia chegou com o seu terço e uniu-se ao exército o mestre de campo D. Nuno Mascarenhas.

A 17 levanta o exército, e marcha em direcção a Badajoz. Depois de tentar pôr círculo a esta praça para a atacar, vendo a dificuldade da empresa e as baixas que o nosso exército sofria, exposto às balas castelhanas que granizavam constantemente sobre él, o conde de Óbidos, ouvido o conselho de guerra, resolve, contra a opinião do mestre-de-campo João de Saldanha de Sousa, e em conformidade com a do mestre-de-campo-general Joanne Mendes de Vasconcelos, não realizar o ataque, e retirar logo para ir tomar outras praças e vilas menos defendidas. Esta retirada ficou célebre pela grande habilidade estratégica e talento de comando que revelou, fazendo-se com muito boa ordem, e evitando que a rectaguarda do nosso exército fosse molestada pelo inimigo.

Na noite de 22 para 23 de setembro, achando-se o exército alojado nas faldas da serra de Olor, entre Olivença e Valverde, foi o conde de Obidos surpreendido por uma carta do rei, em que se lhe ordenava que entregasse o comando do exército a Matias de Albuquerque, e que tanto él como Joanne Mendes recolhessem imediatamente a Lisboa, onde se manteriam, sem sairem de suas casas, até nova ordem. A empresa infeliz de Badajoz foi evidentemente a causa desta grave resolução régia.

Matias de Albuquerque, muito mais querido do exército de que o conde de Óbidos, não revogou a resolução que havia sido tomada em conselho, e tratou da conquista e ocupação de várias praças e vilas daquela região. Albufera, Almendral e Tôrre encontraram-se abandonadas, limitando-se por isso a tropa a queimá-las. Alconchel, forte castelo alpendurado numa rocha de riba abrupta, e considerado inexpugnável pela situação e pela fortaleza das muralhas, também se

¹ Quem quiser ver notícias abundantes desta campanha, recorra às fontes próprias, entre as quais indicarei em especial o cap. vi do *Portugal restaurado do CONDE DA ERICEIRA*, e a relação intitulada — *Sucessos que houve nas fronteiras de Elvas, Olivença, Campo Mayor, Ougueira e outros lugares do Alentejo, o terceiro anno da Recuperação de Portugal, que começou em o 1.º de Dezembro de 1643* (aliás 1642), escrita pelo DR. AIRES VARELA, conego magistral e governador do bispoado de Elvas. Esta memória é contemporânea da campanha, mas não foi impressa senão em — *Elvas-1900*.

rendeu, assim como a vila por êle protegida, que era cercada de trincheiras e bem aparelhada para a defesa. Tiveram a mesma sorte Higuera de Vargas, bem como Villa-Nova-del-Fresno, praça muito bem fortificada e guarnevida, e Cheles.

Ao recolher o exército a Olivença, uma horrorosa trovoada pairava sôbre esta vila, encharcando completamente os expedicionários.

Da ponte de Olivença o general Matias de Albuquerque, separando-se do exército, foi a Vila-Viçosa beijar a mão ao rei, e recolheu-se logo em seguida a Lisboa, muito doente. As tropas chegaram a Elvas, onde foram licenciados os contingentes vindos das outras províncias, aprazando-se a continuação da campanha para a próxima primavera. Grande parte, porém, dos oficiais e dos soldados cairam doentes, alguns com bastante gravidade, efeito dos grandes calores e dos trabalhos sofridos, e bem assim das infecções próprias desta quadra do ano.



Embora nas relações e narrativas desta campanha se não faça referência especial aos actos de valor nela praticados pelo nosso Brás Garcia Mascarenhas, nem o seu nome refiram, com exceção de duas, nós sabemos de fontes genuínas e autênticas, que êle andou em toda ela.

O conde de Óbidos mandou organizar uma companhia, cujo comando lhe entregou, e assim passou de capitão reformado a capitão vivo. Em quanto durou a expedição, comandou a sua companhia; e sob o seu comando ficaram depois também outras, que lhe foram confiadas ao serem inutilizados por ferimentos os respectivos capitães.

Mais sabemos que tomou parte activa em todos os assaltos, recontres e réndições de praças, procedendo em tudo com a devida satisfação, e que não recebeu sólido nem *cousa alguma da fazenda real*, sustentando-se sempre à sua custa. Temos também notícia certa de que, em virtude do trabalho e rigor da campanha, veiu no fim a adoecer gravemente.

Passemos a compulsar as fontes.



A narrativa da guerra no Alentejo durante o terceiro ano da restauração (1 dezembro 1642 — 30 novembro 1643) escrita pelo Dr. Aires Varela remata por uma relação, que principia na página 149, com o título: — *Fidalgos q. se achárão no exercito, de que tive noti-*

*cia, são os seguintes... Na página 150 menciona — O cap.^m Bras Garcia Mag.^{es}.*¹

O Dr. João Salgado de Araujo, nos seus *Successos militares das armas portuguesas*, ao descrever a constituição do exército que invadiu a Estremadura espanhola em 1643, diz: — *Officiaes mōres reformados forão: Domingos Correa, Leonardo de Alboquerque, Bras Garcia Mascarenhas, Luis de Basto Freire, Francisco da Gāma, Ieorge de Afôseca, Miguel de Sousa de Valle. Todos estes homēs, & algūs mais, de q̄ não serei lembrado, assentaraõ como he dito, praça de soldados rasos no terço do mestre de Cāpo Ioaõ de Saldaña de Sousa.*²

Isto pouco é; testemunham porém expressamente tudo o que acabamos de expor a pôrtaria de 5 de abril e o alvará de 14 de maio de 1644, que adeante publicamos na sua íntegra³.

Algumas referências também faz a esta campanha o poeta, dando-se como um dos que nela cooperaram. De todas as operações da guerra em que tomou parte activa, depois do episódio da sua prisão, é esta a de que mais vezes se lembra no seu poema.

Memora que a guerra da restauração, puramente defensiva até este momento, se transformou em ofensiva. Dissertando sobre a guerra, que é lei universal, e sobre a sua indispensável necessidade, suas modalidades, etc., diz:

Esta he sempre offensiva, ou defensiva,
Tal vez se alterna, ou muda, o que notamos
Na presente mudada em offensiva,
Posto que defensiva a começamos⁴.

Esta transformação explica-se facilmente. Em guerra com a Espanha desde que proclamámos a nossa independência, era preciso que se desse o embate das nossas fôrças com as suas. Esperámos que estas viesssem ter comnosco, mantendo-nos na defensiva dois anos e meio; vendo porém que não vinham, aborrecidos já de esperar, fomos nós procurá-los a sua casa, pois

..... que nunca se contenta
O brio Portuguez de Guerra lenta⁵.

Para realizar esta campanha, o rei convocou toda a nobreza da

¹ O apelido *Mascarenhas* substituído por *Magalhães* é de fácil explicação. Não passa de um êrro de imprensa, resultante da má leitura do manuscrito, onde estava a abreviatura *Masq.^s* que se supôs ser *Mag.s.*

² Fl. 184 v.^o. — ³ Doc. LVIII e LX — ⁴ V. T., iv, 14. — ⁵ V. T., xiv, 30.

nação a vir ao Alentejo combater o inimigo. Se fôsse em outro país, os fidalgos não abandonariam os seus solares, a não serem movidos pelo ouro das recompensas, ou pelo rigor das penas: aqui porém, apenas souberam que o monarca ia à campanha, todos seguiram voluntariamente o seu amado rei, sem pedirem ouro, sem recearem castigos.

Foy sempre a Lusitania muy ciôsa
De seus Reys, que solicita acompanha,
Em sabendo, que empresa bellicosa
Os transfere das cortes à campanha.
Nenhum Rey, sem meter mão poderosa
Em fazer propria Gente, ou Gente estranha,
Do clima natural pôde arrancala ;
Ouro, ou rigor Exercitos abala.

Esporas são, com que caminha a Guerra
E com que se nam move a Portuguesa,
Que sò o amor dos Reys, hè que desterra
Dos paternos solares a Nobresa ;
Que toda vi na Transtagana terra
Seguir ao nosso Rey, & logo a empresa
De Estremadura, sem que algú se negue,
Que quem ama a seu Rey, seus passos segue.

Esta pensam honrada, & voluntaria
De seguirmos ao Rey, quando o merece,
Em tantos annos de fortuna varia
Firme permanecko, & permanece.
Lusitano attributo, hereditaria
Lealdade hè, que sempre em nós florece,
Que todas as Naçoeens mais celebradas
Quasi todas à Guerra vam forçadas¹.

Muitos soldados reformados se apresentaram na campanha; Brás era um dêles. No combate eram êstes que se mostravam mais exercitados e atrevidos, e prestavam o importantíssimo serviço, cada qual no seu pôsto, de rapidamente recompor as companhias, quando estas no combate se descompunham. Brás Garcia, que principiou a campanha do Alentejo como capitão reformado; assumiu, como vimos, o comando de algumas companhias descompostas pela inutilização dos respectivos capitães feridos, e conseguiu recompô-las. Era assim que sucedia nos exércitos romanos com os seus *príncipes*.

Os príncipes na cauda dos hastados,
Costumavam formar menos unidos,

¹ V. T., xvi, 18-20.

Ou pera os socorrer, quando afrontados,
Ou pera os receber quando vencidos ;
Que todos, como os nossos reformados,
Eraõ exercitados, & atrevidos
E por ser gente a pelejar disposta
Presto entre si compunha a descomposta ¹.

Assistiu a toda a campanha do Alentejo e Estremadura espanhola no fim do verão e princípio do outono de 1643; pode por isso dizer que a mortandade foi muito menor, do que a gente grosseira fantasia. Nesta campanha se verificou mais uma vez que a guerra de hoje é menos mortífera do que a dos tempos antigos. Contando as mortes sofridas em cada um dos ataques, nota-se que

..... nem em tanta prova
Custou mais que vinte & oyto Vila Nova.

Sincoenta & quatro Alconchel, Valverde
Trese, dous a Sopresa de Albufeyra ;
Trinta e dous Badajoz; menos se perde
A gente, de que cuya, a que hé grosseyra :
Que a tal, como dos Pays o medo herde,
Sempre exagera as cousas da Fronteyra,
Contando o que temerão, ou o que ouvirão :
Eu escrevo o que vi, aos que o virão.

Destes sitios & de outros claramente
Se verifica, & fica bem provada
A rezão, de que sendo mais vehemente
A Guerra de hoje, hé menos arriscada ².

Deu-se na campanha um facto, que descontentou muita gente: a retirada de Badajoz. Não houve razão para tal descontentamento,

Que val muyto húa boa retirada,
Mas saõ muitas as más, & as boas poucas ³.

E a de Badajoz foi muito boa. Numa retirada a tempo, e bem feita, se revela a grande perícia de um general.

É numa boa retirada que o nosso poeta especialmente avalia a grande habilidade estratégica de Viriato, quando, surpreendido com pouca gente pelo exército do pretor Pláucio, reconhece que não pode dar-lhe batalha, mas

Não quer sem ver o rosto ao Inimigo,
Fazer muyto a seu salvo a retirada ;
Que inferior se confessa, ou imprudente
Todo o que se retira occultamente.

¹ V. T., II, 29. — ² V. T., IV, 26-28. — ³ V. T., V, 53.

Bem que em se retirar se resolvia,
 Acção, em que a pericia se conhece,
 Por mostrar que o contrario não temia,
 Formando em campo razo lhe apparece.
 Dispos a pouca gente, que trasia
 Tão destro, que admirado o reconhece
 O Pretor, & tão cauto como experto,
 Rompe a batalha de a vencer incerto.

Viriato advertida leva a Gente,
 Que do primeyro encontro rechaçando
 Toda a contraria se vay lentamente
 A visinha aspereza retirando.
 O encontro fez tão fero, & tão valente,
 Que as Romanas cohortes perturbando,
 A deyxaõ retirar tão socegada,
 Como se não ouvera feyto nada ¹.

Abre o canto X do *Viriato Tragico* pela apologia calorosa duma perfeita *boa retirada* em tempo oportuno, e remata essa apologia por dizer :

Queº o General ² mais prospero, & perfeyto
 Tal vez a retirar-se esta sageyto.

Com resão se jactava o de Pescara ³
 Da de ⁴ Marselha, que ainda chamão bella,
 Pois teve, pera a França ser mais cara,
 A prisão do seu Rey origem della ⁵.
 A nossa em Badajöz a superara
 Se o poder nos fugira ⁶ de Castella,
 Porque disposição tão acertada
 Se não vio em nenhūa retirada.

¹ V. T., ix, 37-39.

² Geral trazem ambas as edições; êrro evidente.

³ O marquês de Pescara, Fernando-Francisco d'Avalos, marido da célebre Vitória Colonna.

⁴ Tanto na 1.^a como na 2.^a edição falta a preposição *de*.

⁵ As tropas do imperador Carlos V haviam invadido a Provença e cercaram Marselha, que resistiu até à chegada das tropas francesas, comandadas pelo rei Francisco I. Os sitiantes foram obrigados a retirar, mas fizeram-no com muita habilidade e em excelentes condições, atraindo após si Francisco I e o seu exército, que penetrou na Itália, chegando até Pavia, onde se deu a célebre batalha, em que os franceses foram derrotados, e o rei ficou prisioneiro do exército hispano-italiano, sendo conduzido a Madrid. O principal quinhão de glória neste feito coube ao marquês de Pescara, sendo esta a sua última e mais brilhante acção militar. Eis os factos a que o poeta se refere.

⁶ Suponho que o autor escrevèu *seguiria* e não *fugira*, que não faz sentido.

Poucas vezes costuma retirarse
 De empenhos grandes Gente Portuguesa,
 Porque antes quer morrer, que duvidar-se
 De seu valor a minima fraquesa.
 Donde com honra o mal pode evitar-se,
 Investilo com ímpeto hè bruteza :
 Hè nossa condição de rayo ardente,
 Que investe o mais difficult mais vehemente¹.



A campanha do outono de 1643 foi gloriosa para Brás Garcia. Nela mostrou, como sempre que para isso teve ocasião, que era um militar hábil, desinteressado, destemido e valente. Arriscou a vida combatendo pela pátria, e sacrificou a saúde; conseguiu porém triunfar da grave doença contraída na campanha, e aí o temos novamente em Avô, no inverno de 1643-1644, a convalescer dos achaques sofridos.

A situação especial em que regressava do Alentejo era imensamente simpática, e devia atrair sobre o nosso capitão as atenções carinhosas e a admiração entusiástica dos seus patrícios. Todas as pessoas, que se prezavam, visitaram o doente glorioso e cheio de prestígio, acompanhando-o na convalescença, e brindando-o com presentes amistosos.

João Manuel da Fonseca, capitão-mór de Avô, era uma das pessoas principais da terra; não podia faltar a estes deveres de cortesia, não obstante a antiga aversão que sua mulher D. Maria Madeira tinha ao poeta, segundo deixamos referido².

Nessa aproximação de famílias, nesse estreitar de relações, os laços afectuosos, embora envolvidos em mistério e disfarçados com grande cuidado, que existiam entre D. Maria da Costa, gentil filha de João Manuel, e o poeta, encontraram ocasião de se tornar mais íntimos, sempre sem quebra das leis da honestidade.

Achava-se Brás já restabelecido da doença, e preparava-se para partir de novo para a campanha do Alentejo, quando chegaram a Avô duas portarias, datadas de 5 de abril de 1644, altamente honrosas para o nosso herói: em uma erão reconhecidos e enumerados os grandes e desinteressados serviços prestados à causa de el-rei e da pátria pelo capitão Brás Garcia Mascarenhas, e anunciava-se a mercê régia da promessa de 20000 réis de pensão em uma comenda de Avis; na outra fazia-se saber que o rei mandava lançar ao mesmo

¹ V. T., XIV. 7-9.

² Revista da Univ., vol. I, pág. 309, vol. II, pág. 204, etc.

capitão o hábito da ordem militar de S. Bento, depois de se fazerem *as provanças e habilitações de sua pessoa*¹.

Calcule-se a alegria e satisfação que isto causou ao agraciado e à sua namorada!



O processo de habilitação para receber o hábito de freire noviço, ser armado cavaleiro, e depois emitir a sua profissão religiosa, era fácil, e podia correr rapidamente, tratando-se de pessoa tão conspicua, e de família tão distinta e bem conhecida por sua nobreza. É provável, além disso, que os amigos que na corte lhe prepararam esta justa distinção, tivessem já disposto os elementos para o processo *de genere, vila et moribus* correr sem delongas, e poder o agraciado aproveitar a sua ida ao Alentejo nesta primavera, para de caminho se realizarem as respectivas cerimónias da liturgia das ordens militares.

Era no mês de maio de 1644 que o exército devia concentrar-se, como no outono antecedente, em Elvas e suas proximidades.

Embora não encontre referência nenhuma à presença de Brás nesta campanha, tenho por certo que não deixou de ir;

Que o soldado, a quem Marte mais castiga,
Mais presto acode, cada vez que o chama².

Seria incoerente com os sentimentos que sempre manifestou, com o seu brio e patriotismo, de que tantas provas deu, deixar-se ficar em casa, quando outros, acudindo ao chamamento militar em momentos tão críticos, se iam bater pela independência de Portugal, continuando a campanha encetada. Não podia ser; o capitão Brás tal não faria,

..... que quem ama
O bem da Patria, acode a defendela.
Quem repousar se deixa em branda cama,
Em quanto, o que a defende, em campo vela
Sem à Fronteyra ir cedo, nem tarde,
Ou Castelhano hè, ou hè covarde³.

Exacerbados pelas perdas sofridas no outono anterior, os espanhóis trataram de se reforçar naquela fronteira; substituiram no governo das armas desta província o conde de Santo Estêvão pelo marquês de Torrecusa, oficial muito afamado e experimentado, aumentaram consideravelmente as tropas, e fortaleceram as guarnições das praças da região.

¹ Doc. LVIII. — ² V. T., xiv, 82. — ³ V. T., x, 125.

Ambas terminam com a chegada das naus do Grande Capitão, mandadas contra o pretendente Carlos VIII de França, despertando falazes esperanças nas Rainhas ³⁹.

Prova de grande popularidade do romance é o facto de ter sido contrafeito «ao devoto» — aplicado a Nossa Senhora e às dores que ela padeceu ⁴⁰.

Outra prova nova é a que se deduz agora do facto de o Romance de GIL VICENTE *Pranto fazem em Lisboa no dia de Santa Luzia* ter sido cantado ao som de *Emperatrizes y reinas* ⁴¹.

A tristeza era o traço comum de todos os três textos.

*

¿ Mas onde parará a música ? Não sei de nenhum musicógrafo peninsular que a mencione e que nos possa facultar o gôsto de cantarmos em Portugal o Romance de GIL VICENTE. ¿ Escolheria o poeta português essa música alheia, como apropriada ? ¿ ou seriam os pós-teros que a elegeram ?

Entre os Romances do *Cancioneiro Musical dos Séculos XV e XVI*, publicado por Barbieri, tão pouco encontro algum que me satisfaça.

Há um que se refere a uma rainha triste

*Triste está la reina, triste,
triste está, que no reyendo,* ⁴²

mas não tem assonância em -ia, nem trata de nenhuma das Joanas que foram senhoras e donas de Nápoles.

O exemplo das duas rainhas frutificou. D. Germana de Foix, segunda esposa de Fernando o Católico, adoptou também a poética alcunha ⁴³. Dona Marina de Aragão assinava-se *La sin ventura princesa de Salerno*. Uma das irmãs de Carlos V, a Rainha da Dinamarca, D. Isabel, desamparada em terra alheia, para onde o esposo se refugiara, mereceu a mesma designação a GARCIA DE RESENDE ⁴⁴. E mesmo a grande e valente Isabel, a católica, homónima dela — *La gran leona* — recebeu a mesma alcunha de um autor de romance ⁴⁵.

Tam afavelmente se insinuara nos espíritos essa fórmula de *Triste Reina*.

APÊNDICE

I

Miscelânea de Garcia de Resende

ESTROFE 260

Neste ano se finou
 ho gram rey dom Manuel !
 quantos consigo leuou
 ha morte triste cruel !
 que rey, que gête matou !
 duzétos homens honrados,
 em q̄ hiã muitos destados,
 vijmos que entam se finarā
 de modorra, & escaparam
 muitos ja quasi enterrados.

261

Vimos gram plāto fazer
 pollos reys quando morriā ;
 burel, grande doo trazer,
 cousa muy digna de ser,
 pois tam gram perda perdiā.
 Vlijmos burel defendido,
 & vijmos pouco sentido
 huū rey que depois morreo,
 porque ho doo se perdeo,
 foy tambem nojo perdido ⁴⁶

262

Vij el Rey nosso Senhor
 quando foy por rey alçado ;
 nunca soy tā grande estado,
 nem rey cō tanto primor
 se vio nunca alleuantado,
 com tanto estado real,
 iffantes & Cardeal,
 duq̄s, marqueses, prelados,
 condes, fidalgos honrados
 com ha prol de Portugal.

263

Em Lixboa assi sahio
 dos paaços polla ribeira,
 gente sem conto ho seguió,
 gentileza non se vio

Morro no año
 de Dxxj a xij
 de dezembro

Foy no anno de
 Dxxj a xix de
 dezembro, húa
 quinta feira

Ho ifante dō Fer-
 nando

núca em rey tam verdadeira,
a cauallo muy galante,
& todos a pee diante
do gram triumpho nō fallo,⁴⁷
& has redeas do cauallo
a pee lauaua ho Iffante.

264

Pollas ruas nouas hia
& ho Iffante seu hirmão
com estoque alto na mão ;
rey do mundo parescia
em poder & perfeiçam :
nos alpendres foy descido
de sam domingos, & subido
nū estrado triumphal
por nosso rey natural
foy alli obedescido.

Ho ifante do
Luis

265

Filho de pay excellente,
& de may muy virtuosa
de grandes reys descendēte
desd os godos, que foy gente
no mūdo muy poderosa ;
nepto del rey dom Fernādo,
de grā poder, de grā mando,
da poderosa raynha
dona Isabel, que tinha
grande nome gouernando.

266

Marido da esclarecida
raynha nossa senhora,
deste gram sangue nascida,
no mundo muy escolhida
de Deos grande servidora :
por crescerem seus estados
deulhe Deos mais acabados
mais reaes octo hirmãos
que nunca antre reys christãos
nasceram tam esmerados.

267

Veemos-lhe altos desejos
& propositos fundados,
hos espiritos apurados,
grā saber, graça, despejos
nos logares despejados,
em publico grauidade,

grā cōdiçam, grā bondade,
magnanimo, liberal,
em tudo grande, real,
isento, sem vāidade.

268

Em obras muito polido,
real edificador,
em tudo muy entendido,
em plázres cōmedido,
em monteiro & caçador,
em jogos muy temperado,
em comer muyto reglado,
bem falado, bem regido
muy sotil, leydo, sabido
humano, muy avisado.

269

Seus concertos concertados
de muy reaes paramentos,
riquissimos atilados.
na capella esmerados
sumptuosos ornamentos ;
em esmolas caridoso,
em virtudes virtuoso,
no que compre gastador
do que tem conseruador
alegre, muy amoroso.

270

Veemo-llo sempre ocupado
nūca ho vemos ocioso ;
tem gram siso, gram recado,
tem seu reyno sossegado
na justica he piedoso ;
quanto bem faç fallo elle
pollas grandeças q̄ haa nelle,
& non ho faç por ninguê,
que seu natural he bem ;
se fizer mal nō vem delle.

271

Veemos-lhe paz cō xp̄aos,
cō mouros guerra, imizade,
nō como os Reys comarcãos ;
fez christãos muitos pagãos,
accrescenta ha christandade ;
nunca em ligas quis entrar
cō reys, xp̄aos, nē quer dar

a mouros pazes que pedem,
soo por Deos se nō cōcedem
polla fee sancta exalçar.

272

E veemos ho gram poder,
q̄ em Guinee & Indias tem
tantos reynos de sostēer,
tantos reys a seu querer,
de que pareas lhe veem,
tantas villas & cijdades,
terrás & cōmonidades
ganhadas per cruas guerras
cheos os mares & terras
de suas prosperidades.

273

Tem aa noble fidalguia,
muy valentes caualleiros,
mil victorias cada dia
gram somma de artelharia,
bombardeiros, marinheiros,
tem gados demasiados
& hos retornos dobrados,
tē grā nome, gram louuor
de poder, & vencedor
tē muitos xpāos tornados.

274

Cijdades, & villas suas,
em q̄ sempre se faz guerra
a mouros dētro ē sua terra,
quatro sobre vijnte duas
tēem, se me a pena nō erra:
trezentas naos & nauios
traz nos mares & nos rios
de seus reynos alongados
cō has quaes tē sobjugados
muitos reys, & senhorios.

275

Tem Ceuta, Tanger, Arzilla,
Alcacer, Paacer, Çafim,
Mazagā, S. Jorge, Arguim
Çofala, muy rica villa,
Paul, Ceilam & Cochim
Moçambique, Sancta Cruz,
Malaca, Goa & Ormuz,

Maluco, & Cananor,
Coulam, Sam Tomee, Zamor
Quiloa, Chaale, Aguz.

276

Vijmos ho seu casamento
Com hirmāa do imperador;
vijmos tā gram jūtamēto,
em Eluas tanto senhor,
que fallar em mais he vento :
cinco mil encaualgados
grandemente atauiados
muito ricos, muy galantes,
com hos senhores Iffantes
na raya fôram juntados.

277

Ho ouro, ha pedraria,
cânotilhos, & borlados
has perlas, ha chaparca,
hos forros, hos esmaltados
nam tem conto nem valia:
em Estremoz se juntaram,
ha vodas hij celebraram,
nunca tal par se juntou
Deos assi os conformou,
que em tudo se conformaram.

278

Veemos lhe largar ha mão
grādemēte em dar dinheiro,
vijmo-llo tam bōo hirmão
da hirmāa tam verdadeiro,
como sabem quantos sam:
polla fazer moor senhora
que foy no mûdo tee agora
de imperio & reynados
hūu coto douro é cruzados
lhe deu de dote em hūa ora.

II^a

La triste reina de Napoles
sola va si compaňia;
va llorando y gritos dando
du su mal contar podia:
«Quem amase la tristeza
y aborrecese alegría
porque sepan los mis ojos
cuanto lloro yo tenia !

Yo lloré el rey mi marido,
las cosas que yo más queria ;
lloré el principe don Pedro
que era la flor de Castella.
Vinome lloro, tras lloro
sin saber consuelo un dia.
Yo me estando en estos lloros
vino me mensageria
de aquese buen rey de Francia
que el mi reino me pedia.
Subiera-me á una alta torre
las mas alta que tenia :
vi venir siete galeras
que en mi socorro venian,
dentro venia un caballero
almirante de Castella.
¡ Bien vengas, el caballero
buena sea tu venida !

II b

Emperatrices y reinas
que huis del alegría,
la triste reina de Napoles
busca vuestra compañía.
Va diciendo y gritos dando :
« De mi mal contar podria
quien amase á la tristeza
y olvidase el alegría,
porque viesen los mis ojos
el daño que les venia
en perder un tal marido
que jamas no cobraria !
Lloren damas y doncellas
la reina que en tal se via :
quen pensó tener consuelo
mal tras mal le combatia.
Un año habia y mas
que este mal á mi seguia ;
vinome lloro tras lloro
sin haber descanso un dia.
Io lloré al rey Alfonso
por la muerte que moria ;
yo lloré á su hermano
que otro hijo no habia (?)
Lloré al principe don Juan
cuando fraile se metia.
Estando en estas congojas
vinome mensageria
que ese rey de los Franceses
el mi reino me pedia,

porque dice que fue suyo
y que a él pertencia.
Un consuelo me quedaba
para mi postrimeria:
estos fueron dos hermanos,
rey y reina de Castella.
Demandéles yo socorro
que de grado les placia,
subierame á una torre
la mas alta que tenia
para ver si vienem velas
de este reino que decia.
Vi venir unas galeras
y unas naos vizcoenas.
Mas el tiempo fuera tal
que mi dicha lo desvia;
que las galeras y naos
vueltas son para Castilla.
Ya despues de esto pasado
estas y otras mas venian,
en ellas viene un caballero
de la noble Andalucia.
Este fué Gonzalo Hernandez
con muy gran caballeria,
Plegue a Dios que le guarde
de muy mala compañia
y á la reina que es de Napoles
su muy alta señorìa
y dejar vivir alegre
en los dias de su vida !

II b

Emperatrices y reinas
cuantas en el mundo habia,
las que buscais la tristeza
y huis del alegria,
la triste reina de Napoles
busca vuestra compañia
Va llorando y gritos dando
do seu mal contar podia.
«Quien amase la tristeza
y olvidasse el alegria,
porque lloren los mis ojos
cuanto lloro yo tenia !
Vinome lloro tras lloro
sin haber consuelo un dia:
yo lloré al rey mi marido
que de este mundo partia;
yo lloré al rey Alfonso
porque su reino perdia;

lloré al rey don Fernando,
 las cosas que más queria ;
 yo lloré unia su hermana
 que era reina de Hungria ;
 lloré al principe don Juan
 que era la flor de Castilla ;
 lloré al principe mi hijo,
 porque fraile se metia.
 Lloran-me duques y condes,
 y otras gentes de valia ;
 lloran-me las cien doncellas
 que en mi palacio tenia.
 Estando en estos mis lloros
 vinome mensajeria
 de ese rey de los Franceses
 que mi reino me pedia
 porque dice que era suyo
 y que á él pertenecia ;
 y que si no se lo daba
 que el me lo tomaria.
 Un consuelo me quedaba
 asentado en rica silla :
 esto eran dos hermanos
 rey y reina de Castilla.
 Enviéles por socorro
 que de grado les placia.
 Subierame á una torre,
 la mas alta que tenia,
 por ver si veniam velas
 de los reinos de Castilla.
 Vi venir unas galeras
 que venian de Andalucia ;
 dentro viene un caballero,
 el gran capitán se decia :
 ¡ bien vengais, el caballero,
 buena sea vuestra venida !

¹ São sobretudo romances juglarescos, e de autores conhecidos, em que se dá êste caso. Nos populares passa-se de um Acto a outro ligando os dois por meio de uma frase convencional de transição.

² Na Anotação 16.^a do Estudo relativo à *Rainha Velha* arribui êsse acrescento de gloria memoria a Luís Vicente, deixando indeciso se ele elaborara os Índices ou apenas os emendara. Cf. *Rev. de Hist.*, fascículo 24, pág. 294. Nos meus Apontamentos não registei se o texto da Copilação está encimado da mesma epígrafe que se encontra na Taboada.

³ A mais curiosa ou extravagante das notícias que coleccionei, a respeito de leituras feitas em Portugal publicamente a analfabetos do século XVI, é a seguinte, tirada de um *Memorial* de FRANCISCO DE MORAIS: «Em sexta-feira de Endoenças do ano de 1521 vi no mosteiro de S. Francisco em Bragança um Diogo Lopes,

ferreiro, vestido em manto berneo e touca fonteada estar ante o Sacramento, em roda de mulheres, lendo por *Celestina* e parece-me que era no Auto que falla do Centurio».

⁴ V. C. M. DE VASCONCELLOS, *Romances Velhos em Portugal*, pág. 133-153.— Na obra de T. BRAGA, *Gil Vicente e as origens do Theatro Nacional* faltam, no Capítulo bibliográfico, pág. 413-447, os títulos dos *Pliegos Sueltos* em que figura o Romance de Dom Duardos. Ei-los aqui:

1) Romance sacado de la farsa de Dom Duardos que comienza *En el mes era de abril* nueuamente glosado por Antonio Lopez estudiante portugues, vezino de la villa de Troncoso (*sic*) estante en la uniuersidad de Salamanca, y vn testamento de amores y vna pregunta a vn amigo con su respuesta. Todo nueuamente hecho por el mismo auctor y en cabo de cada copla estan dos renglones del romance que se glosa.

Sin L. ni A. En 4º a 2 col. 4 folhas.

Contêm: Glosa de Lopez al romance de: *En el mes era de abril*, en coplas que dicen *En el tiempo qu'el amor*.

Villancico que termina la glosa y dice *Todos servid al amor*.

Testamento fecho por Lopes en coplas de pie quebrado que dicen *Pues amor me tiene herido*.

Pregunta de Lopes, en coplas que dicen *Queriendo yo bien mirar*.

Respuesta á dicha pregunta en coplas que dicen *Teneis tal gracia en decir*.

Vid. a) DURAN, *Romancero* Vol. I., p. LXXVIII, do Vol. X da *Biblioteca de Autores Españoles*.

b) GALLARDO, *Ensaya de una Biblioteca Española*, Vol. III, n.º 279, Madrid, 1888. No título emenda Trancoso. Treslada a primeira décima da Glosa.

c) GARCIA PERES, *Catálogo Biografico y Bibliografico de los Autores Portugueses que escribieron en castellano* — Madrid, pág. 328 e (repetido menos explícitamente) pág. 638, embora lá copie a décima comunicada por GALLARDO.

2.) Siguen-se ocho romances viejos. El primero es de la presa de Tunez que dice *Estando en una fiesta, etc. etc.* El octavo que dice *En el mes era de abril*.

Vid. a) DURAN, I. c. pág. LXXXIX.

b) GALLARDO, Vol. I, n.º 1121.

3.º Dos *Pliegos sueltos* o Romance passou ao *Cancionero de Romances* de 1550;

4.º Ao *Romancero de Duran* n.º 288.

⁵ In *Polyonymum* — sátira latina de JORGE BUCHANAM.

⁶ Vid. M. GONÇALVES CEREJEIRA, *O Renascimento em Portugal*: CLENARDO, Coimbra, 1917, pág. 110.

⁷ Vid. GOES, *Crónica de Dom Manuel*, Parte III, capítulo 55, 56 e 57.

⁸ Do que resta, dá ideia o *Catalogo por orden alfabetico de Varios Pliegos Sueltos que contienen Romances, Villancicos, Canciones, etc.*, coordenado e publicado por DURAN na *Bibl. de Aut. Esp.* — Vol. X. A 1.^a secção, de impressões do século XVI, abrange 153 números, se a minha contagem for certa. Desde 1863 é que o público teve notícia de muitos outros, por meio do *Ensaya de GALLARDO*, *Catalogo de SALVÁ*, o de HEREDIA, o de F. PALHA, etc.

⁹ Tenho em vista: F. WOLF, *Über eine Sammlung Spanischer Romanzen in Fliegenden Blättern*, Wien, 1850; GIGAS, *Fliegende Blätter in Kopenhagen*, 1880; ED. PORLEBOWUZ, *Una Colección de pliegos sueltos de Granada existente en la Biblioteca Universitaria de Cracovia*, Krakau, 1891. — DR. CHR. FASS, *Über eine*

Sammlung Spanischer Romanzen auf fliegenden Blättern in der Göttinger Universitäts Bibliothek, 1897.

¹⁰ O folheto de que trato, não começa portanto com a fórmula usual: *Aqui se contienen dos romances*, etc., ou *Aqui comienzan seis romances*. Pelo contrário, como mero recheio nem mesmo as composições de GIL VICENTE são mencionadas no cabeçalho.

Da mesma maneira não entrou no frontispício da *Historia de Deus* de GIL VICENTE o *Dialogo de hūs tres Judeus e douz Centurios*, etc., que está nas últimas seis páginas do folheto de vinte e quatro que no último quartel do século XVI saiu dos prelos de António Alvarez.

¹¹ A marca bibliotecária é R 8592.

¹² Madrid, 1916: LUIS VÉLEZ DE GUEVARA, *La Serrana de la Vera*, publicada por R. MENENDEZ PEDAL Y MARIA GOYRI DE MENENDEZ PEDAL.

¹³ Catalogo, pág. 105: Auto de Santiago.—Vinheta.—*Auto do bem aventurado Santiago*: Texto por AFFONSO ALVAREZ no qual entram, etc.—Impresso com licença: Por Antonio Alvarez, Ano MDXCVII. No verso do rosto há vinhetas, bem como em parte da penúltima página e na última toda. — In 4.^o de 8 fl. — Raro — C-2-17.

¹⁴ Vid. T. BRAGA, *Gil Vicente e as Origens do Theatro Nacional*, Porto, 1898. Na Bibliografia, registam-se uma edição sem data; outras de 1619, 1643, 1665.—Reservo os pormenores para o *Theatro Antiguo Español*.

¹⁵ Excluo as variantes meramente gráficas, ou lingüísticas, como *porfia Iffante princepe*.

Cinjo-me à transcrição de A. BRAAMCAMP FREIRE na *Rev. Hist.*, n.^o 22, pág. 187 e n.^o 24, pág. 294, porque os meus poucos apontamentos eram insuficientes.

¹⁶ Avulta entre êles, não por ser o melhor, mas por ser freqüentíssimo nas obras vicentinas, o desejo que os empenhos, *as aderências*, acabassem nos paços.

¹⁷ Na *Egloga I* de CAMÓES, redigida em português, a viúva do Príncipe D. João, filha de Carlos V, pranteia também em castelhano, justíssimamente.

¹⁸ As variantes do Pranto são mais numerosas. O passo

Triste pranto até Belem
nem passo nam se esquecia

não me agrada na segunda parte. E o mesmo vale da variante *no (= nel) palacio se hazia*. Cfr. nota 24.

¹⁹ Quem se ocupar do reinado de D. João III precisará cometer muitas das afirmações do autor da *Miscelânea*.

²⁰ Variantes como a do verso 50 do Pranto não tem importância: D. Jorge, o bastardo de D. João II era Duque (de Coimbra) e Mestre (de Santiago e Aviz) ao mesmo tempo. Mas nem por isso era menos verdade que duques e condes acompanhavam o préstimo (conforme diz GARCIA DE RESENDE) e além disso marqueses, prelados e fidalgos, com a flor de Portugal:

²¹ *Hist. Gen. da Casa Real: Provas*, Vol. II, pág. 307. — FRANCISCO DE ANDRADE, *Cronica de D. João III*, Vol. I, cap. 7, 8 e 9. — DAMIÃO DE GOES, *Cronica de D. Manuel*, Parte IV, cap. 83. — GARCIA DE RESENDE, *Miscellanea*, Estr. 260 e seg. — FREI LUÍS DE SOUSA, *Annaes de D. João III*.

²² Segundo RESENDE havia uns duzentos casos fatais, em homens honrados e de estado, e outros tantos escaparam «já quás enterrados».

²³ Faltam pormenores a respeito dos eclesiásticos que seguramente lhe prestaram as devidas honras.

²⁴ É a miniatura descrita por RAMALHO ORTIGÃO (a pág. 74 do *Catalogo da Sala de Sua Magestade El-Rei relativo á Exposição de Arte Sacra Ornamental de 1895*). Conversas com meu marido a respeito das Iluminuras, abalaram todavia a minha fé.

²⁵ O *Pranto* era tradicional. Quanto à quebra dos escudos, tenho dúvidas. No extenso *Publico instrumento do auto d'acclamação del rei D. João II pela cidade de Lisboa em 1 de Setembro de 1481*, impresso por E. Freire de Oliveira nos *Elementos para a Historia do Municipio de Lisboa* (Tomo I, pág. 339 e seg.), a cerimónia consiste na aclamação solene do novo monarca por um cortejo capitaneado por arautos e o alferes de bandeira levantada e música de trombetas. Em doze partes da cidade se levantou o pregão de «*Real! real! real! pelo muy alto e muyto poderoso rey Joam nosso Senhor!*» a que o povo respondia *Real! real! real!* Nada mais. Da quebra dos escudos, nem palavra. Quanto à cerimónia de 1495 na aclamação de D. Manuel, em Alcácer do Sal, e em Lisboa a 28 de Outubro, conheço apenas o conciso Cap. II da Primeira Parte da *Cronica de Goes* e o documento da Câmara de Lisboa, impresso na obra citada de FRANCISCO DE OLIVEIRA (Vol. I, pág. 369). Nele apenas diz vagamente que «*El-Rey dom Manoel nosso Senhor andando pela cidade com bandeiras e reis darmas e arauto e trombetas fez os autos e ceremonias que a tal caso pertenciam*».

²⁶ «Certas palavras que trazia escritas por ordem da camara». ¿ Como se fôsse novidade? ANDRADE acrescenta todavia a explicação seguinte: «Este costume antigo de se quebrarem escudos e se arrastar bandeira na morte do Rey, com pranto geral de todo o povo, *dizem alguns* que he significação de ser fallecido aquelle Rey e Senhor que era defensão do seu reyno e que levantava as bandeiras contra os inimigos delle».

²⁷ D. DUARTE, na fôlha volante, é êrro evidente. Este mocito tinha seis a sete anos. Nascerá em 1515.

²⁸ O discurso de Obediência de D. Manuel ao Papa Júlio II (1505) do qual um exemplar está na riquíssima biblioteca de F. Palha, foi traduzido para português por Rui de Pina (Paris, Ms. 10) e modernamente por J. P. da Costa (Coimbra, 1907).

²⁹ *Arraial na Copilação; Real* na fôlha volante e na *Cronica de ANDRADE*.

³⁰ Histórico, embora nas indicações genealógicas, e a respeito dos acontecimentos bélicos, haja confusão e erros.

³¹ Quem alguma vez leu a grandiosa e verdadeiramente trágica *Hecuba de Euripedes* e conhecer o romance *Emperatriz y Reinas* fará ideia do tamanho do exagêro que há nesse sobrenome.

³² Outro enteado de Joana III, o Cardeal D. João de Aragão, finara-se em 1484.

³³ D. Joana III faleceu em 1517; desconheço a data da morte de D. Joana IV. D. Joana I (fal. em 1382) e Joana II (1435) pertenceram à dinastia francesa (Anjou) que precedeu a aragonesa em Nápoles. São as duas *Joaninhas* (*las dos Janillas*), infamadas por vícios e crimes a que SÁ DE MIRANDA alude na *Égloga de Andrés*. — Vid. C. M. DE VASCONCELLOS, *Sá de Miranda*, pág. 831.

³⁴ O último dos filhos de Afonso II (e último rebento do tronco), chamado Fradique, foi expulso de Nápoles em 1501.

³⁵ Assunto de quatro romances muito curiosos, recolhidos e publicados por D. MARIA GOYRI DE MENENDEZ PIDAL no *Bulletin Hispanique* (IV, n.º 1, 1904). Cfr. MENENDEZ PELAYO, *Antología*, XII, pág. 546 e seg.

³⁶ Vid. BENEDETTO CROCE, *La corte delle triste regine a Napoli* — Nap. 1894.

³⁷ Saíu em diversos *Pliegos sueltos* do século XVI, e como *Romance de la*

reina de Nápoles na *Silva de romances* de 1550 (fl. 76. Cfr. DURAN, *Romancero*, n.º 1249.

³⁸ Apareceu no *Cancionero de romances*, s. a. — Cfr. DURAN, n.º 1250.

³⁴ Ainda há terceira redacção no *Cancionero de romances*, 1550, pág. 277. Todas as três estão na *Primavera y Flor de Romances* de WOLF (N.º 102, 102^a e 102^b), reimpressa, como se sabe, por MENENDEZ PELAYO (*Antología VIII*).

Vid. *Antología XII*, pág. 310 e F. WOLF, *Ueber eine Prager Sammlung fliegender Blätter*, pág. 58.

⁴⁰ SALVÁ, *Catalogo* n.º 82; folheto s. l. n. a. (s. 1555), in-4.^o letra gótica; 2 fôlhas s. sign.

⁴¹ O *Romance de la sacratissima virgen Maria, contrahecho a Emperatrices y reinas, de los dolores que la virgen padescio começava: Emperatriz y señora*.

É possível que êsse princípio soasse no espírito de quem primeiramente escreveu a rúbrica relativa a *Pranto fazem em Lisboa*.

⁴² Vid. Barbieri n.º 334, *música de Contreras*. Cf. n.º 324 *Yó me soy la reina viuda*.

⁴³ Antes de casar com o Brandenburguês.

⁴⁴ *Miscelanea*, Estrofe 246.^a

E vymos tambem el rey
de Dinamarca perdido,
desterrado, e destruydo
pelos seus, sem dar por ley,
e em Flandres acolhido.

Vymos ha triste Raynha
sua molher, a qual vinha
trabalhar por lhe valer
em terra alheia morrer
desemparada, mezquinha.

⁴⁵ *Revue Hispanique*, Vol. XIII, pág. 256.

⁴⁶ Não fala da quebra dos escudos.

⁴⁷ Ignoro a que *triunfo* RESENDE se refere.

⁴⁸ *Marido* foi substituído nas edições posteriores, por *nascido*; mas MENDES DOS REMÉDIOS mantém aquela lição.—Sou de opinião contrária, visto que na estrofe anterior se falou do pai e dos avós; e que da esposa D. Caterina só se trata na estrofe 276. A *esclarecida raynha... de deos grande servidora...* deve ser D. Maria, a mãe dos oito reaes irmãos de que se fala na mesma décima: D. João III, D. Isabel, D. Beatriz, D. Luís, D. Fernando, D. Afonso, D. Henrique, D. Duarte. Cfr. Estrofe 285, êsses oito e mais a Infanta D. Maria, filha da terceira esposa de D. Manuel, dão a conta de nove. Ela foi escrita portanto antes da morte de D. Fernando, (1534) D. Afonso (1540) D. Duarte (1540); D. Isabel (1539), e D. Brites (1538).

Isso seria antes de 1534.

⁴⁹ Vid. Dr. MENDES DOS REMÉDIOS, *Subsídios para o estudo da História da Literatura Portuguesa*, Vol. XIX; *Anotações* a pág. 155-157.

⁵⁰ *Canc. de Rom.* f. 262. — Cf. F. WOLF, *Sammlung spansischer Romanzen*, etc., pág. 60.

⁵¹ Silva de 1550. — Cf. F. WOLF, l. c. p. 58. — Dividido em quadras.

Francisco Rodrigues Lobo

ENSAIO BIOGRÁFICO E CRÍTICO¹

XIII

Vida póstuma

Juízos e descendência do bucolista

Livros e autores andam à mercê da simpatia e gôsto do público. *Habent sua fata libelli*: fado e fado vário. Uns, mal conseguem vencer a indiferença dos coetâneos, e só dos pôsteros recebem agrado; outros, vitoriados ao vir a lume, vão cedo ou tarde com o autor à sepultura, envolvidos no pó das coisas mortas. Ao homem de letras toca uma *vida póstuma*, às vezes mais accidentada do que a vida real: uma curva evolutiva com altas de favor e baixas de esquecimento, até que se conquiste ou se perca a imortalidade, até que se fixe de vez a craveira do seu aprêço crítico. A glória é, como todos os valores, de cotação oscilante no mercado literário.

Roiz Lobo gozou a ventura do aplauso das gentes do seu tempo. A sua feição bucólica foi saudada logo à alvorada. É o próprio informador fr. Manuel Coelho que prevê o sucesso da *Primavera*: «é obra muito curiosa e que ha de contentar a muitos». Contentou, e de tal arte que o moço poeta se tornou célebre dum dia para o outro, crismado logo em Lereno, o heroe da pastoral. Ao sonetá-lo necrológicamente, assim chamam os poetas ao desventurado cantor do Lis e Lena (v. cap. I):

A Lereno matou o vilão Eolo.

(T. de Noronha).

Pastor Lereno, a morte injustamente
te acometeu...

(*Idem*).

¹ Continuado do vol. vi, n.^{os} 3 e 4, pág. 421.

Si piedoso supiste enternecer-te,
 O Tajo, de Lereno al canto triste...
 (Anon.).

Era uma antonomásia proverbial; o Soropita toma-se pelo pastor Lereno, ao deslisar embarcado pelo «sacro Tejo arriba» — o Soropita, que consagrara a popularidade da *Primavera*, tecendo-lhe uma paródia infelizmente perdida.

Esta *Primavera* floriu em três edições (1601, 8 e 19) durante a vida encurtada do autor, caso que não é freqüente em o nosso meio misero de letras. Na fervura da aceitação lisongeira buscavam os zoilos deitar a água fria do menospreço; contra estes invejosos ruins saíu êle de vergasta em punho nas sátiras das églogas. Mais tarde ao meter-se em segunda edição (v. cap. x), alude aos que contrariaram a primeira, aborrido já de arrostar com os censores mesquinhos do livro. «Não me deixou tão enganado o favor com que muitos o receberam, que porfiasse de novo com os que o reprovaram». E não reeditaria, acrescenta, se não fôra para evitar impressão de contrabando, tentada por interesseiros, sinal de que era lucrativo editar a *Primavera*.

De quem muito fiava o Lereno, era das damas; ao seio delas, que êle ensopava em mel de lirismo, se acolhia para que o abroquelasse contra as invectivas dos maldizentes. A fé e o culto do *damaísmo* a cada passo vislumbram em toda a obra; é a única religião que professa o seu espírito cavaleiresco e romântico. Captara um público de escol e disso se orgulhava justamente. As dedicatórias e prólogos denotam quanto os seus méritos medravam no ânimo da gente de letras e dos fidalgos ilustrados. Tal era o prestígio tanto do artista verdadeiramente admirável, como do homem de boa feição e liso carácter. A nobreza de sentimentos, a isenção moral, a rectidão de juízo, a exceléncia das intenções, transparecem da sua obra literária, testemunho patente de probidade e elevação de espírito.

Mostra-se sensível às pessoas que honram os seus escritos, e busca corresponder gratamente a essa afeição, esforçando a pena. No fecho da *Corte na Aldeia* diz êle: «... se ao gôsto dos curiosos leitores fôr bem aceito, sairá brevemente à luz outro volume de diálogos que espera vêr o sucesso dos primeiros, pois esta virtude de escrever não tem no autor deles outro fruto mais que a satisfação dos ânimos afeiçoados a seus escritos aos quais com o trabalho de suas obras deseja pagar a vontade e a opinião com que os acreditam». Na carta ao Senhor de Sortelha diz que o *Desenganado* era o mais desejado dos seus livros.

A desgraça que o rojou morto à praia do Tejo, constitue um acon-

tecimento mundano. O folhetinista do tempo, o *Marcial de Alemquer*, deplora-o em crónica rimada; e um poeta mavioso afina a lira a unissono com o estro do poeta pranteado. A sepultura honorífica na crasta de S. Francisco, campo santo da fidalguia e das notabilidades, vem afirmar ainda a estima e conceito em que era havido na alta sociedade lisbonense o Cantor do Lis.

Os livros, cinzelados com tanto amor de arte, formaram um resplendor doirado sobre a data triste da capela das Queimadas. Durante dois séculos não murchou a frescura da obra nem se desviaram das suas páginas as pupilas dos portugueses lidos. Dizem-no as edições sucessivas que se despejaram dos prelos, especialmente das casas impressoras do António Álvares e dos Crasbeecks. Poucos são seguramente os autores nacionais que beneficiassem de tão intenso movimento tipográfico. E pode inferir-se das contas dêsse rol (v. cap. XII) a predilecção diferencial que gozaram os volumes diversos que constituem o seu despojo literário.

Na evolução escritural de Roiz Lobo há que distinguir três fases, mais ou menos separadas e caracterizadas. A fase *bucólica* primeiro, a mais rica em fruto e seiva; depois a *épica*, a mais pêca; emfim, a do género complexo e indefendido da *Côrte na Aldeia*, mixto de didáctico, novelístico e dramático.

Desta tripla florescência, qual a que teve mais amadores? A epopeia gozou apenas dum sucesso relativo; logo apenas quatro anos depois da morte do poeta, editora-a pela segunda vez Jorge Rodrigues. Benefício de estampa não o tornou a lograr senão nas *Obras conjuntas* de 1723 e na edição do Farinha de 1785. Nem o patriotismo acérrimo do poema serviu de condimento bastante para aguçar o paladar do público. A bucólica, essa sim, que proliferou, fecundada pelo amor com que a liam; teve, porém, sorte desigual nos seus tomos. As *Églogas*, apesar da sua excelência e do pregão da critica autorizada, a custo tornaram a vêr lume nas grandes edições de 1723 e 1774. O *Pastor Peregrino* conta sete edições e o *Desenganado* seis. A *Primavera* é quem tem o prémio editorial; nada menos de dez edições. A *Côrte na Aldeia* aparece favorecida com nove impressões. O *record* toca portanto à trilogia pastoral, sobressaindo a *Primavera* que é de facto a melhor das três, e às *Noites de Inverno*. E estas palmas dever-se hão menos ao puro mérito artístico do que à sua qualidade de obras de aprazimento e recreio — um romance pastoril de género tão saboreado, outra, lição agradável e pitoresca de educação e ensino, numa feição tão em moda.

Os editores que assim foram surtindo o mercado livreiro dos trabalhos do Lobo, obedeciam à procura comercial, tendo por mira o

ximo outono, pois a Espanha se preparava para responder condignamente ao desastre de Montijo.

Brás Garcia estava apalavrado para ir continuar os seus bons serviços em prol da pátria; não queria faltar, nem faltaria. Precisava também de fazer a sua profissão religiosa na ordem de Avis, cujo hábito de noviço e esporas de cavaleiro recebera meses antes; aproveitaria para isso a viagem ao Alentejo.

Por estas razões, o casamento ficou aprazado para o regresso. À sua realização não obstava a profissão religiosa, que Brás ia fazer. Esta profissão, em tempos idos, importava, é verdade, os três votos, de pobreza, obediência e castidade; mas já de há muito assim não sucedia. A bula de Alexandre VI *Romani Pontificis sacri apostolatus*, de 20 de julho de 1496, concedida a instâncias do rei D. Manuel I, como grão-mestre da ordem de Cristo, e de todos os comendadores e priores da mesma ordem e da de Avis, concedeu aos cavaleiros de uma e outra a faculdade de casarem¹. Do voto de pobreza também haviam sido dispensados a 12 de dezembro de 1504 pelo papa Júlio II.

Partiu pois o nosso capitão para a campanha, que prometia ser violenta e muito grave. O marquês de Torrecusa andava preparando um grande exército, e propunha-se entrar em Portugal e conquistar quase toda a província do Alentejo, em resposta à tomada das praças espanholas pelos portugueses.

No princípio do outono tinha o conde de Alegrete Matias de Albuquerque um exército importante, para o qual contribuíram todas as províncias com levas de cavalaria e infantaria. Achava-se no Alentejo a maior parte da nobreza da corte. Todos os dias se esperava a invasão castelhana, e tudo estava preparado para a defesa.

Decorreram porém dois meses sem que se realizasse a esperada e temida visita.

Ao findar novembro, o conde-governador, vendo que a invernia se desencadeava, tornando quase impossível a campanha por tal tempo, licenciou as tropas. É nesta altura que, a 28 de novembro, o marquês-governador das armas na Estremadura espanhola entra com um exército de 12.000 infantes e 2.600 cavalos, 10 peças de artilharia, 2 morteiros, máquinas de guerra e bagagem, e depois de várias hesitações vem sitiar Elvas, onde estava o conde de Alegrete, muita nobreza e guarnição importante. Foi no 1.^º de dezembro, dia em que se celebrava o 4.^º aniversário da revolução restauradora, que

¹ T. T., maço 15 de bulas, n.^º 19.—*Quadro elementar*, t. X, pág. 115.

o exército espanhol chegou à praça portuguesa, que se defronta com Badajoz.

A guarnição de Elvas defendeu-se briosa e valentemente durante uma semana. No dia 8 de dezembro, em que se celebrava a solenidade da Imaculada Conceição, que nesse mesmo dia era em Lisboa declarada pelo rei Padroeira e Protectora de Portugal, o exército castelhano retira para Badajoz. Convencera-se o marquês de Torre-cusa de que a empresa era bem mais difícil do que cuidara; além disso, a invernia aturada prejudicava muito as operações, e, sobretudo, constou que um grande reforço de tropas estava a preparar-se em Lisboa para acudir à praça sitiada.

Na ida ou na vinda o nosso Brás passaria por Avis, e apresentaria ao prior-mór da ordem de S. Bento o alvará régio de 14 de maio, que o admitia à profissão religiosa. Entrando então para o convento, nêle deve ter pousado algum tempo, assistindo com os outros cavaleiros aos ofícios divinos. Fez depois a sua profissão, ficando para todos os efeitos cavaleiro professo da ordem.



Nos princípios do ano de 1645 tinha regressado a Avô o poeta-guerreiro. O casamento, ajustado desde o verão anterior, realizar-se ia em breve.

Aproximava-se a quaresma, em que as solenidades nupciais eram proibidas, não podendo em caso algum os noivos, durante êsse tempo, receber as bênçãos da igreja. Se chegassem a quarta feira de cinza sem estarem casados, tinham de esperar pela segunda feira da Pascocela, 24 de abril, em que cessava o tempo clauso.

Casamento de tanta prosápia, pelas condições sociais dos noivos, devia ser dia de festa em Avô. Para maior solenidade, e para aumentar a espectaculosidade do acto, escolheu-se para êle um dia santiificado. Foi no domingo da sexagésima, que o povo denomina *domingo magro*, a 19 de fevereiro, que se realizou o matrimónio¹.

Frei Brás Garcia Mascarenhas, levando aos ombros o seu manto branco de cavaleiro de Avis, com a elegante cruz verde flordelisada destacando em bordadura sobre o lado esquerdo do peito; como não viria ufano, de regresso da igreja, ao entrar em sua casa, trazendo pelo braço a sua formosa e nobre consorte D. Maria da Costa Fonseca! Ele contava então 49 anos e 16 dias, ela 26 anos e 3 meses. Brás via finalmente realizado o seu sonho de dez anos; cheio de

¹ Doc. LXII.

satisfação no presente, recordando com emoção o passado, pensaria consigo mesmo o que pouco depois escrevia no seu poema:

Que vejo a merecer por murmurado
O que não mereceo por comedido¹.

Deve ter sido por esta época que um pintor fixou na tela o retrato do poeta, hoje perdido, que durante dois séculos é meio esteve ornamentando a sala nobre do solar dos Garcias Mascarenhas, de Avô, e que foi muito infielmente copiado na litografia que adorna a segunda edição do *Viriato Tragico*. Reproduz-se aqui a referida estampa, que o Dr. Albino de Abranches Freire de Figueiredo afirma, no Prefácio à mencionada edição, que é o retrato do auctor, copiado daquelle que se conserva na sua casa².

I 645

*Mos ig defuer... servueberão em minha presença / feitas 2 de nū
ciacres deixa do ordinario) frei Brax Garcia filho de mancos
gr. e de illena snadr. co dona m. da Costa filha de J.º m. de
defonseca, e de m. snadr da Costa forao testas mancos gr. J.º m.
o p. m. gr. ca matheus f.º coulhos da mesma villa deg' fis cassini
codem die Reginas demattos*

Assento do casamento de Brás Garcia.

O sr. Visconde de Sanches de Frias, estudando a estampa, chega à conclusão de que não pode ser o retrato de Brás Garcia, porque nem a cabeleira, nem a barba, nem a indumentária correspondem aos usos da época, e conclue: — *A efígie de Bras Garcia Mascarenhas representa pois uma invenção, forjada por desenhista insciente para adorno da segunda edição do Viriato, ainda assim muito pobre e contrafeita*³.

Tem razão o ilustrado titular nestas considerações e conclusão; mas em que a não tem é em dar um desmentido formal à afirmação categórica feita por Albino de Figueiredo, de que em 1846, quando escrevia o Prefácio, se conservava ainda na casa de Brás Garcia, em Avô, o seu retrato. A honradez e respeitabilidade dêste cavalheiro de velha témpera, não pode deixar lugar à suspeição de que, para

¹ V. T., xiv, 95. — ² Doc. CXVIII.

³ O poeta Garcia, pág. 60.

ornamentar o seu livro, inventasse um retrato que não existia. É indubitável que a litografia não reproduz fielmente o retrato, não passando de uma adulteração fantasiosa do desenhista inábil e pouco escrupuloso, encarregado de fazer a cópia; mas o retrato existiu, e dá notícias precisas dêle o sr. Francisco Garcia Mascarenhas, actual proprietário da casa, solar dos seus antepassados.

Seu pai, Tomás Garcia Mascarenhas, cedeu por empréstimo o retrato ao Dr. Albino de Figueiredo, quando êste preparava a edição do *Viriato*; feito o desenho litográfico, a tela com o seu caixilho oval foi restituída, e voltou para o seu lugar.

Em 1871 lá o viu o meu bom e querido amigo e colega no professorado universitário, o distinto artista senhor António Augusto Gonçálvez. Depois disso porém, e ainda em vida do mesmo Tomás Garcia, último administrador do vínculo, e falecido em 1895, a tela tornou a sair do seu lugar com o fim de em Coimbra se lhe fazer e dourar nova moldura. Não mais voltou, e desapareceu.

Pedi a A. Augusto Gonçálvez o obséquio de consignar por escrito as reminiscências, que porventura conservasse do retrato, e da sua semelhança com a estampa litográfica. Eis o seu testemunho:

— «Não hesito em afirmar que, por 1871, vi em Avô uma tela figurando um personagem que se dizia ser o poeta Brás Garcia Mascarenhas.

«O facto em si é absolutamente incontroverso; na pormenorização, porém, é que as dúvidas me enleiam, porque receio que, através de quarenta anos, o próprio esforço da evocação me induza em êrro.

«Pela vaga reminiscência, que conservo, a figura em meio corpo estava inclusa numa moldura oval pintada, e na parte inferior a legenda confirmando a representação, segundo a maneira vulgar dos meados do século XVII em diante.

«Também presumo que a litografia, que ilustra a edição do *Viriato Trágico* de 1846, difere sensivelmente dêsse quadro. O Brás Garcia retratado não tinha elmo nem plumas, e trajava gibão amarelo, que, entre-aberto, deixava ver a couraça, e, abaixo do colar, a fita com a insignia pendente.

«A nada mais, sem grave temeridade, pode avançar o meu testemunho». —

¿Virá ainda algum dia a aparecer por aí, em qualquer recanto ignorado, o retrato autêntico de Brás Garcia Mascarenhas, facilmente reconhecível pela legenda que o acompanha?

Seria um precioso achado.



RETRATO (ADULTERADO)
DO CAPITÃO BRÁS GARCIA MASCARENHAS



Tinha o nosso heroi incontestável direito a descansar das lides da guerra, por largo período, na sua bela vivenda de Avô, agora adorada com os encantos da sua gentil esposa. O temperamento português, amoroso sem exagéros, ponderado nos seus afectos, persistente nas suas inclinações, costuma dar um carácter de permanência e fixidez ao verdadeiro amor conjugal, pouco vulgar em outros povos mais volúveis. É por isso que a *lune de miel* dos franceses entre nós aparece ampliada no *ano de noivado*.

Durante êsse ano, não foi o capitão Brás à guerra; mas nem por isso deixou de sacrificar por algum tempo a companhia de sua mulher em holocausto à defesa da pátria.

A 25 de fevereiro de 1645 foi nomeado governador das armas da província da Beira D. Fernando Mascarenhas, pouco antes feito conde de Serém. D. Álvaro de Abranches larga então aquele governo, e, de passagem para Lisboa, visita em Avô o seu prezado amigo Brás Garcia, que *lustrosa e amigavelmente o hospeda* por algum tempo¹.

No próximo outono ia recrudescer novamente a guerra no Alentejo, e para isso mandou el-rei aos governadores das províncias, que enviassem para aquela campanha os contingentes de tropa de que pudesse dispôr. O conde de Serém, para cumprir esta ordem, viu-se obrigado a mandar por diversas partes levantar gente, que viesse guarnecer as praças da sua fronteira, enquanto as tropas pagas e exercitadas, que nela tinha, fôssem ao Alentejo. Sabia da habilidade e zêlo com que o capitão Brás Garcia tinha já prestado idêntico serviço; escreveu-lhe a incumbi-lo de levantar gente que acudisse àquela necessidade.

Sucedia isto no verão de 1645. Brás podia escusar-se, mas não o fez. Deixou em Avô sua mulher, já de esperanças, e foi executar a missão recebida. Por tal forma se houve, que o conde de Serém solicitou da côrte uma carta régia, que veiu com data de 8 de novembro, em que D. João lhe agradece os serviços de tão bom ânimo prestados nesses levantamentos².

A 12 de outubro já Brás se achava em Avô, onde assistia, como testemunha, ao casamento de sua cunhada D. Isabel da Fonseca da Costa com Silvestre Rodrigues, rico proprietário de Moimenta-da-Serra³.

¹ Doc. CXII. — ² Doc. LXIV. — ³ Doc. LXIII.

Não tinham ainda decorrido dez meses completos depois do casamento, e já havia gente nova no velho solar, ora habitado por Marcos Garcia e família. No dia 14 de dezembro de 1645 era baptizado o primeiro filho de Frei Brás Garcia Mascarenhas e de sua mulher D. Maria da Costa, recebendo o nome de António.

A poética e graciosa capelinha do glorioso taumaturgo português, erguida no picoto, a meio do formoso lago, que separava do solar o jardim dos Garcias Mascarenhas, e à qual tantas vezes, durante o verão transacto, iriam de barquinho os dois noivos, passar momentos aprazíveis e agradecer ao santo casamenteiro a graça da sua mútua ventura, deve ter sido o lugar em que foi combinado darem ao primeiro fruto dos seus amores, se fôsse um rapaz, o nome do milagroso santo; a êle, segundo a letra do popular responso, *cedunt mare, vincula*, e Brás Garcia por vezes tinha impetrado o seu patrocínio nos perigos do mar e nas agruras das prisões.

Foi baptizante o padre João Caramelo, parente da mãe do neófito pelo lado paterno. Se o baptismo foi ministrado ao oitavo dia do nascimento, como era uso constante na época, o primogénito de Brás nasceu a 7 do mês de dezembro.



Brás Garcia assistiu em Avô no ano seguinte de 1646 até princípios de agôsto. A 2 de fevereiro foi testemunha do casamento de sua cunhada D. Ana da Fonseca da Costa com João Rodrigues, irmão de Silvestre Rodrigues, há pouco matrimoniado com a outra sua cunhada, Isabel. Em carta régia de 4 de agôsto é êle encarregado de levantar na Beira uma companhia, e de passar com ela ao Alentejo, segundo as instruções que recebeu do conde de Serém¹.

Pela segunda vez abandona sua mulher em estado interessante, para acudir ao serviço de defesa da pátria. ¿ Em qual das comarcas da Beira, desde a raia de Espanha até à orla marítima, faria a leva? Ignoro-o. Na primeira metade de setembro lá estava nos campos transtaganos à frente da sua companhia. Encontrou o exército bastante desmoralizado pelas dissensões e rivalidades dos oficiais. Governava-o o conde de Alegrete, mas havia na oficialidade quem buscasse sempre contrariar-lhe os planos, inutilizar-lhe as ordens, e comprometê-lo. Nos conselhos não havia meio de congraçar os conselheiros e harmonizar-lhes os pareceres. Teve o rei de intervir, dirigindo cartas a impôr a sua vontade, às quais acrescentava, de

¹ Doc. LXVII.

sua própria letra, pedidos e rogos para que esquecessem mútuas ofensas, e sobrepuxessem a tudo a salvação da pátria.

O nosso exército chegou a passar o Guadiana, e a render o forte de Telena; mas, sobrevindo o inimigo, mais numeroso e disciplinado, houve necessidade de retirar.

Do Alentejo partiram nesta ocasião reforços de infantaria e cavalaria para a província da Beira, a acudir a Salvaterra-do-Extremo, sitiada pelos castelhanos; estes viram-se obrigados a levantar o cerco e a retirar.

Houve lembrança de atacar Alcântara, mas não chegou a realizar-se o assalto. Investiu-se contra a praça de Valença-de-Alcântara, que resistiu, não podendo ser tomada. Corria já o mês de novembro quando se deram por terminadas as operações da guerra.

Pode dizer-se que foi uma campanha de triste memória, esta do outono de 1646 no Alentejo; e, para cúmulo de infelicidade, apenas terminada, morreu, golpeado de desgostos e injustiças, o grande general e governador de armas Matias de Albuquerque, conde de Alegrete.

Brás, profundamente aborrecido e desgostoso, recolheu a Avô, refugiando-se no conchego e paz da família, a acompanhar sua mulher nos últimos meses de gravidêz. Na quinta feira, 28 de fevereiro de 1647, nascia-lhe o segundo filho, que oito dias depois, na primeira quinta feira da quaresma, a 7 de Março, recebia no baptismo o nome de Tomás de Aquino, em reverência ao santo Doutor da Igreja, cuja festa se celebrava naquele dia. Este apelido baptismal foi depois repudiado, ficando o filho secundogénito do poeta a assinar-se Tomás Garcia Mascarenhas.



Não foi por muito tempo que Brás Garcia gosou no lar doméstico o descanso a que tinha direito.

O conde de Serém, desgostoso e amargurado com a prisão do pai, vexame que punha em risco a honra e bom nome da sua família, exonerara-se do governo da Beira. É então esta província dividida em dois partidos ou secções: D. Sancho Manuel fica incumbido, como capitão-general, do governo do partido que compreende as comarcas de Castelo-Branco, Viseu e Coimbra; D. Rodrigo de Castro, mais tarde conde de Mesquitela, é nomeado, com idêntico título, governador das armas nas comarcas da Guarda, Pinhel, Lamego e Esgueira, abrangendo este partido ainda a praça do Sabugal, embora pertencente à comarca de Castelo-Branco, por assim convir à defesa da raia.

Era D. Rodrigo um grande admirador e amigo de Brás Garcia; mantinha com êste correspondência epistolar frequente, e consultava-o muitas vezes sobre assuntos militares¹. Apenas nomeado governador, escreveu logo ao capitão avoense a reclamar em nome da pátria e da amizade a sua pessoa e serviços para a região que ia governar, e que êle tão bem conhecia. Brás não se recusa, e vai nos fins da primavera.

O governador, que andava empenhado em organizar as suas tropas por forma que satisfizessem tanto na defensiva como na ofensiva, reforça a gente paga de infantaria e de cavalaria com alguns terços de ordenanças, fazendo mestre-de-campo de um dêles Brás Garcia Mascarenhas².

Era uma grande honra que D. Rodrigo dispensava ao nosso herói, e uma prova da grande confiança que nêle tinha; suponho entretanto que de muito melhor vontade Brás militaria no Alentejo, continuando a comandar ali uma companhia de gente da Beira, do que assumiria aqui o comando de um terço, composto de companhias recrutadas na própria província. A experiência lhe dizia os graves inconvenientes que tinha o facto de os soldados servirem na região donde eram oriundos.

Quando a Guerra se faz em terra estranha
 Como sempre o Invasor hè mais potente,
 Posta húa vez a Gente na campanha
 Ajunta a dividida facilmente:
 Mas à vista das Patrias acompanha
 Seus Estandartes muyto mal a Gente;
 Foge do campo, as muralhas salta,
 Acode às pagas, aos rebates falta.

Quando a molesta o frio, ou calma abrasa,
 Cada qual com licença, ou sem licença
 Vay, & vem cada dia a sua casa
 Sem se lhe dar que vença, ou que não vença;
 Hum foge do castigo, outro se casa,
 Tacha hè moderna, que o favor dispença
 Mal se se sofre, peor se se castiga,
 Quem na Patria governa Armas, o diga³.



Não tarda o inimigo a dar sinal de si, entrando umas tropas

¹ Doc. CXII.

² *Portugal Restaurado*, liv. X, pág. 625 da ed. de 1710.

³ V. T., xviii, 18-19.

pelo lado de Alfaiates. São imediatamente afugentadas, deixando alguns cavalos. Então D. Rodrigo sai de Almeida na sexta feira 23 de agôsto do presente ano de 1647 com 600 infantes pagos, 2.500 da ordenança, 160 cavalos e 3 peças grossas de artilharia; passa a fronteira, e marcha em direcção a Ciudad-Rodrigo, cautelosamente, para não ser presentido daquela praça.

Na estrada de Vimiosa observou os vestígios de uma fôrça considerável de cavalaria inimiga, que por ali passara poucas horas antes, certamente para vexar e roubar, ou com o intuito de tomar de surpresa alguma das nossas praças desprevenida. Exultou com o facto, pois o que desejava era que o inimigo estivesse distraído; e nada receando, pois deixara todas as praças bem prevenidas e guarnecididas, e os gados recolhidos, continuou a marcha até ao forte de Gallegos¹.

Chegou depois do meio dia de 25. Gastou a tarde e noite em preparativos ostentosos para o ataque: uma plataforma construída primeiramente a 400 passos da muralha, e depois mais próxima.

Ao amanhecer do dia 26 principiou o ataque com grande estrondo de artilharia e arcabusaria, para ser ouvido na cidade próxima. Pela tarde recebe aviso certo de que o comando inimigo expedira de Ciudad-Rodrigo ordens urgentes, a chamar as guarnições de todas as praças da região, para que se concentrassem aceleradamente naquela cidade, afim de marcharem a socorrer Gallegos.

Era isto o que D. Rodrigo esperava. Chama logo a conselho a sua oficialidade superior, e propõe que se côrra a tomar de surpresa S. Felices-de-los-Gallegos, uma das vilas mais ricas e importantes que os espanhois tinham naquela província, e que devia estar, quando lá chegassem, quase desguarnecida. Desta rendição resultaria grande crédito para o exército português e grande proveito para os soldados, que de lá retirariam um despojo abundante e de grande valor. Foi unânimemente aprovado êste alvitre.

D. Rodrigo mandou suspender o ataque ao anôitecer e retirar apressadamente a artilharia, que enviou logo para Almeida, comboiada por dois terços de ordenança, de que eram mestres-de-campo Brás Garcia Mascarenhas e Luis de Brito Saraiva, com ordem de seguirem imediatamente de Almeida para S. Felices, apenas recolhidas as peças. Deixou um cordão de tropa, afim de impedir que alguém de Gallegos saisse a levar a Ciudad-Rodrigo a notícia do levantamento do cérco, e marchou silenciosamente para S. Felices com 1.200 infantes e 120 cavalos.

Os cálculos em nada falharam. Ao romper da manhã do dia

¹ Vid. a carta em frente da pág. 346 do vol. II desta *Revista*.

seguinte, terça feira 27, chegava àquela praça D. Rodrigo com a vanguarda do exército. Soube por uns prisioneiros que lá dentro estava D. António Isassane, governador das armas daquele partido, com pouquíssima gente da guarnição, pois o grôsso dela tinha já partido para Ciudad-Rodrigo.

Não quis atacar imediatamente, como convinha, porque aguardava a chegada de Brás Garcia e dos terços que fizeram a volta por Almeida. Nem um tiro se deu, enquanto aquele não chegou. Só às 9 horas realizou o assalto. A resistência foi viva e desesperada, morrendo 150 castelhanos na defesa da vila, que teve de se render; foi saqueada e queimada, recolhendo os nossos soldados rico despojo nos 1.200 fogos que a constituíam.



Deve contar-se esta jornada militar como um feito de armas importante, que cobriu de brilho e glória o exército português, acusando grande finura e tacto estratégico em quem concebeu e executou o plano. Tudo isto se fez estando ali, a menos de três léguas de Gallegos e a seis de S. Felices, a fortaleza de Ciudad-Rodrigo, onde se havia concentrado todo o exército, que a Espanha tinha à sua disposição para defender a província. S. Felices-de-los-Gallegos foi tomada e saqueada sem que daquela praça pudesse acudir, pois nem sequer deram conta da marcha e do ataque a esta vila.

Brás Garcia não foi estranho, segundo creio, à elaboração do hábil plano, revelador de grande talento estratégico. D. Rodrigo consultou-o certamente, como costumava fazer nos casos de guerra difíceis¹, sobre o que havia a fazer para bem responder às constantes incursões castelhanas. No plano desta jornada revela-se o dedo de Brás a gizá-lo. Nós já conhecemos suficientemente o feitio psicológico do nosso herói, e este conhecimento nos habilita a dizer que tal empresa lhe está bem a carácter.

Recorde-se o plano audacioso apresentado por él, quando capitão-governador de Alfaiates, no conselho de guerra que nesta praça se realizou a 14 de abril de 1642, sob a presidência do general Fernão Teles de Meneses. Propunha que se atacassem de surpresa simultâneamente três praças importantes, que estavam mal garnecidas. Foi unânimemente rejeitado, por temerário, tal plano; mas verificou-se depois que, se tivesse sido seguido, as três praças seriam nossas.

No conselho realizado a 26 de agosto de 1647 no arrabalde de

¹ Doc. CXII.

Gallegos, o plano para tomar de surpresa a praça de S. Felices exposto pelo general D. Rodrigo de Castro, não surgiu ali de momento para aproveitar circunstâncias casuais. Era bastante complexo, e muito hábilmente urdido antes da partida de Almeida. Todos os passos dados haviam sido préviamente discutidos e resolvidos, e os acontecimentos previstos com clareza.

Provocar-se hia primeiro, com o ataque à fortaleza de Gallegos, a concentração das fôrças castelhanas da província em um ponto, para acudir à praça sitiada, desguarnecendo portanto as praças da região. O exército português, não aguardando o ataque do inimigo, cairia então rapidamente sobre a rica vila, que em segredo fôra para isso escolhida; tomada e saqueada rapidamente, as nossas tropas retirariam sem demora, reentrando em Portugal, antes que o exército espanhol fôsse prevenido da nova surpresa e saísse a embaraçar-nos.

É pois evidente que o ataque à praça de Gallegos não foi a sério; simulação apenas, para desnortear o inimigo. A intervenção da artilharia nesse ataque teve em vista simplesmente tornar a simulação mais estrondosa, de efeito mais completo. Era de prever que fariam logo concentrar em Ciudad-Rodrigo com grande rapidez, para acudirem a Gallegos, todas as tropas das praças daquela região, que assim ficariam desguarnecidas. Mas a marcha sobre a praça atacada pelo exército português, exército que supunham importante, a avaliar pelo estrondo do bombardeamento, não se faria logo, precipitadamente; tinham de proceder com a ponderação e cautela que a gravidade do caso pedia, e portanto com mais alguma demora. Desta forma se ganhava tempo para realizar as quatro operações projectadas: — o salto de tigre sobre S. Felices, a tomada da vila, a colheita dos despojos, e por fim a retirada. Para tudo isto a artilharia era inútil, e tinha o inconveniente grave de embaraçar; mandar-se ia embora, apenas sortisse o efeito desejado.

A reunião do conselho de guerra não passou pois de mera formalidade, para sancionar um plano préviamente estudado e assente, e em parte já executado com muito bom êxito. É êste plano que suponho ser da autoria de Brás; ou muito me engano, ou foi él que o imaginou e estudou, discutindo-o com D. Rodrigo, sendo por êste aceite e perfilhado com muita satisfação. Quando o general apresentou em conselho a proposta para o assalto a S. Felices, tinha já a certeza de que seria aprovada por unanimidade, porque o estado em que as cousas se achavam fazia prever com segurança o bom êxito final.

D. Rodrigo de Castro, que já era amigo e admirador do mestre-de-campo Brás Garcia, ficou cheio de satisfação e reconhecimento pelo excelente resultado do seu plano, e enviou logo a el-rei um rela-

tório sobre a feliz expedição, no qual exalçava os serviços prestados por Brás Garcia Mascarenhas, e os seus grandes méritos de ilustração, saber, engenho e valor, que o tornavam *um capitão perfeito*. Este mesmo escreveu no seu poema:

..... quem prudente
As letras aprendeo, & as Armas trata
Hum Capitão perfeyto em fim retrata¹.

D. João IV dirige então a Brás uma honrosíssima carta-régia, em data de 13 de setembro de 1647, a agradecer-lhe o zélo e valor com que procedeu na empresa de S. Felices. Remata por estas palavras: — *que o seruiço que nesta ocasião me fizestes, me ha de ser sempre presente para uos fazer a honra e merce que houuer logar*².



No inverno seguinte adoeceu gravemente D. Rodrigo de Castro. ¿ Uma pneumonia resultante do excessivo rigor do frio naquela região? Talvez. O que é certo é que, apenas entrou em convalescença, no princípio de 1648, o general pediu e obteve licença para ir reparar a saúde ao clima suave de Monte-mór-o-Novo. Durante a sua ausência foi encarregado do governo do partido da Guarda D. Sancho Manuel, que assim ficou governando toda a província da Beira. Mas as relações entre os dois generais não eram amistosas, pelo que D. Rodrigo pouco se demorou, regressando ainda convalescente ao seu partido³.

Notícias vindas da Estremadura espanhola diziam que se preparava ali gente para vir no próximo outono entrar pelo Alentejo, e conquistar Portugal; e realmente levantava-se por lá muita tropa, e faziam-se vários preparativos, que indicavam grande empresa em projecto. Era necessário de cá não haver descuidos e juntar soldados, que resistissem à receada incursão.

Como na província da Beira havia duas comarcas na beira-mar, cada uma pertencente a seu partido, a de Esgueira e a de Coimbra, que ocupavam a facha ocidental desde o rio Douro até ao Mondego, tão afastadas dos respectivos governos com as sédes na Guarda e em Castelo Branco, e tão longe da fronteira, onde a guerra mais se fazia sentir, el-rei encarregou o conde da Ericeira D. Fernando de Meneses de ir lá pessoalmente levantar 1.500 homens, mandá-los

¹ V. T., ix, 11. — ² Doc. LXX.

³ Portugal restaurado, l. X, pág. mihi 656.

instruir e disciplinar rapidamente por oficiais, que lhe seriam fornecidos pelos governadores dos dois partidos da província, e fazê-los passar ao Alentejo, já organizados em terços e companhias com os respectivos comandantes¹.

Em seguida escreveu também a D. Rodrigo e a D. Sancho a requisitar-lhes levantamentos de tropas nos seus partidos, sem *perder nisto hum só momento de tempo*, prevenindo D. Sancho, mas esquecendo-se, ao que parece, de prevenir D. Rodrigo, de que os levantamentos em Coimbra e Esgueira estavam já a ser feitos pelo conde da Ericeira, comissionado especial régio para este fim. Como o partido de D. Rodrigo era mais extenso e populoso, encarregou-o de fazer levantar nêle 2.000 homens, ou fôssem quatro terços, compostos de cinco companhias cada um; a D. Sancho Manuel pediu 1.500 homens, ou três terços semelhantes².

Partiram logo pessoas das mais competentes, uma para cada comarca, enviadas pelos governadores a fazerem com a maior diligência o levantamento. Não estando prevenido de que à comarca de Esgueira ia D. Fernando fazer as levas, D. Rodrigo pensou nas dificuldades e melindres muito especiais que oferecia o levantamento naquela região, em face da repugnância incoercível da gente da beira-mar a alistar-se no exército, e pela oposição dos maioriais, personagens gradas e de influência, que não queriam que seus afilhados e protegidos pegassem em armas. Por estas considerações, o general escolheu o seu amigo Brás Garcia para esta missão árdua e difícil, utilizando-se assim mais uma vez do zélo e admiráveis qualidades que nêle reconhecia, e de que largas provas havia dado anteriormente, sempre que fôra incumbido do serviço de levantamentos.

Encarregando-o da leva na mais difícil das suas comarcas, a de Esgueira, fixou-lhe em 800 o número de soldados que dali devia tirar, isto é, dois quintos da totalidade da gente a levantar em todo o partido. ¿ Como explicar e justificar esta desproporção? É que a comarca de Esgueira, sôbre ser muito populosa, achava-se tão afastada da raia, que até então havia sido muito poupada no fornecimento de contingentes para a defesa da fronteira, enquanto as outras três comarcas do partido tinham sido muito oneradas nos anos antecedentes. Pedia por isso a justiça que, em compensação, fôsse agora esta a que mais contribuisse³; mas tal circunstância mais difícil ainda tornava o levantamento, por aquela gente não estar habituada a contribuir, senão em proporção mínima, com soldados para a defesa da nação.

Brás Garcia não se demora em dar cumprimento à comissão re-

¹ Ibid.; — cf. Doc. LXXI e LXXII. — ² Doc. LXXI. — ³ Doc. LXXII.

cebida. Passa à comarca de Esgueira, e ali, segundo as instruções que levava, e com o zêlo que lhe era habitual, principia logo a chamar toda a gente sem admitir excepções nem compadrios, com um rigor a que não estavam acostumados, mas indispensável para dos chamados seleccionar os aproveitáveis, e elevar o contingente ao número de 800.

Tinha por sistema não alistar toda a gente, mas observá-la com cuidado, rejeitar a má, pôr de parte a que lhe parecia menos útil, e aproveitar só a bôa, não dispensando desta absolutamente ninguém, quaisquer que fôssem os pedidos e empenhos que se movessem. Falava então aos escolhidos, com a eloquência persuasiva que o caracterizava, sugestionava-lhes sentimentos patrióticos, entusiasmando os e levando-os a acudirem de bôa vontade à defesa do rei e da pátria, pois sabia, por experiência, que só servia bem, quem militava movido por estímulos de ordem superior.

As suas idéas e opinião sobre recrutamento de novos soldados deixou Brás consignadas nas estâncias seguintes, em que descreve um levantamento de gente lusitana, realizado à pressa, a torto e a direito, por Vandermilo, auxiliado por Dictaleão, Aulaces e Minuro:

Não se descuya Vandermilo em nada
Do pertencente a tão ardua empresa,
Proondo a toda a Gente colligada
A importancia do caso, & da prestesa.
Alegre o segue a Gente exercitada,
A bisonha se move com lentesa,
Porque sempre em qualquer marcial enredo
Foy brioso o valor, & tibio o medo.

Com Dictaleão, Aulaces, & Minuro
As Praças parte, por que há de ir marchando ;
Cada qual com prestesa, & com maduro
Conselho a melhor Gente afervorando
Porque menos receosa do futuro
Os queyra ir voluntaria acompanhando,
Que em fim Gente que à Guerra vay forçada
Nunca faz nella cousa sinalada.

Listão presto a melhor Gente de quantas
Terras tinhão do Tejo pera o Norte,
E como as há de boas, & más plantas,
As há tambem de Gente fraca e forte :
Esta aggregada de Cidades tantas
Inutil, boa, & má de toda a sorte,
Cada qual dos trez cabos, a recolhe
Porque quem pede, aceyta, e não escolhe.

A quantos Capitaēs principitantes¹
 A ignorancia desta leva infama !
 Jactaō-se, fuy, & fiz tantos Infantes,
 Que bem infantes saō, pois saō de mama ;
 Os quais nas occasioēs mais importantes,
 Em que se perde, ou se ganha a fama,
 Vão, como ovelhas, aonde presto acabem,
 Porque nem pelejar, nem fugir sabem.

Se hum potro se examina meudamente,
 Antes de se comprar caro, ou barato,
 De hum soldado, primeyro que se assente,
 Porque se não fará exame exato ?
 O quererem fazer muyta, & má Gente,
 Foy causa de Pompeo romper Viriato
 Que chegando a fazer resenha della,
 Do pouco em que a reputa se acautella.

Manda que seja a destra separada
 Da bisonha, pessoa por pessoa ;
 Porque tal'vez em Guerra bem regrada
 Faz a Gente ruim perder a boa².

Entretanto o conde da Ericeira faz a leva de Coimbra ; mas sabe nesta cidade que na comarca de Esgueira andava Brás Garcia a levantar gente à pressa, com ordem escrita do governador do partido da Guarda. Estranhou o caso, e teve dúvidas em passar àquela comarca a executar o mandato régio. Obteve uma cópia da ordem de D. Rodrigo a Brás Garcia, enviou-a a D. João IV, consultando-o sobre se devia ou não ir a Esgueira cumprir as instruções recebidas.

Responde-lhe a carta régia de 24 de julho, explicando que a ordem dada a Brás deve ter sido motivada em um mandato expedido a D. Rodrigo, para levantar mais gente no seu partido, pois toda a que se juntasse era pouca; atenta porém a situação actual, resolia o rei que fosse o conde à referida comarca cumprir as instruções que lhe dera, e que, apenas chegado, mandasse chamar Brás, a quem entregaria a carta régia inclusa, pedindo-lhe as listas dos homens que já tivesse. Com êstes ou com outros, constituiria o conde um contingente, não de 800 mas de 500 homens, organizados em cinco companhias, com os capitães e oficiais que D. Rodrigo lhe enviasse. Expediria para o Alentejo o mais urgentemente que fosse possível essa tropa, já instruida, sendo em tudo isto assistido pelo mesmo Brás³.

¹ O poeta escreveu certamente — *principiantes*.

² V. T., xvii, 29-34. — ³ Doc. LXXII.

A carta-régia dirigida a êste, datada também de 24 de julho, é quase afectuosa, e procura evitar que êle se melindre com a intervenção intempestiva do conde¹. Outra carta foi escrita na mesma data a D. Rodrigo de Castro, dando-lhe também explicações².

Brás, apesar das satisfações que lhe deram, não podia gostar do ocorrido, mas sujeitou-se como lhe cumpria; deve ter conferenciado com o conde da Ericeira no último dia de julho ou no primeiro de agôsto, recebendo então das mãos dêste a carta del-rei. Logo com data de 2 do mesmo agôsto escreveu a D. João IV dizendo-lhe o que havia já feito em execução das ordens do seu governador D. Rodrigo, mas que suspendera a diligência desde que outro era o encarregado; que êle, incumbido por S. Magestade de assistir ao conde da Ericeira, não sabia quais as funções que lhe competiam, por isso pedia e aguardava instruções. Recebeu em resposta a carta de 9 do mesmo mês, em que, mui simplesmente, o rei lhe ordena: — *q[n]esta diligencia, e assistencia q[n] haueis de fazer ao Conde, procedaes na conformidade das ordens q[n] para isso se uos tem dadas*³.

Embora tudo isto o desgostasse, obedeceu, e continuou nos trabalhos da leva.



Tinha-se entretanto erguido, como era de esperar, um côro de indignações, queixumes e protestos contra Brás Garcia e contra os actos por êle praticados.

Em nome do município protesta a câmara de Aveiro, dirigindo uma representação ao monarca, em data de 1 de agôsto, logo após a chegada do conde da Ericeira. Alegava que daquela vila e seu termo, e bem assim dos lugares compreendidos num círculo de duas léguas de raio, se não devia tirar nenhuma gente para a guerra, pois, havendo ali uma barra aberta, sem fortificação que a defendesse de qualquer invasão do inimigo por mar, era indispensável que os habitantes estivessem sempre prontos a defendê-la. Rematava a representação pelo pedido para que na barra da vila se construisse um forte, que satisfizesse às necessidades da defesa.

Protesta também o fidalgo aveirense Tomás da Costa Côrte-Real, queixando-se dos abusos praticados por Brás Garcia no levantar da gente, e especialmente na recondução dos soldados residentes na vila, que haviam desertado das bandeiras do exército da Beira. Desconhecem-se outros factos e alegações do protesto; o verdadeiro motivo porém da desavença e dos queixumes deve ter sido o não se prestar

¹ Doc. LXXIV. — ² Doc. LXXXIII. — ³ Doc. LXXV.

Brás Garcia a injustiças, e medir pela mesma bitola os afilhados e protegidos do fidalgo, e os que o não eram. À câmara respondeu o monarca dizendo que, em atenção ao alegado, se reduzira a leva de 800 a 500 homens, e que, apenas terminasse a campanha daquela ocasião no Alentejo, todos se recolheriam a suas terras; quanto ao forte na barra de Aveiro, ficava advertido, para tomar a resolução oportuna¹.

Em respeito à queixa de Tomás da Costa Corte-Real, D. João IV mandou-a remeter ao conde da Ericeira, encarregando-o de averiguar secretamente o que nela haveria de verdade, e de lhe enviar as devidas informações, para mandar prover o que tivesse por mais serviço seu².

Não encontro vestígios do resultado desta sindicância secreta; muito provavelmente o conde da Ericeira informou ao rei, que o procedimento de Brás Garcia em nada fôra censurável, pois só revelava espírito de justiça e muito zêlo pela causa da pátria.

Apesar do carácter secreto da sindicância, é de crêr que Brás tivesse dela conhecimento, e que muito se magoasse. Foi por servir a causa pública que o nosso herói se encarregou desta missão trabalhosa e cheia de perigos e melindres; o resultado que por fim colheu foram dissabores e desgostos.

Decorridos alguns lustros, encontramos nas tradições de Avô esta comissão, que tão amargurada foi, transformada num lugar de honra, dado ao cansado poeta-patriota para entreter e distrair os seus ócios. *Superintendente da Cavalaria da Comarca de Esgueira* o denomina Bento Madeira de Castro³, o que é simplesmente um disparate. Brás era oficial de infantaria, não de cavalaria.



Embora os documentos guardem silêncio a tal respeito, creio que Brás acompanharia ao Alentejo as tropas da província da Beira, encarregado por D. Rodrigo de comandar um dos terços como mestre-de-campo. ¿ O de Esgueira? Talvez. O capitão, alferes e sargentos de cada companhia foram fornecidos por D. Rodrigo, a quem haviam sido enviadas de Lisboa as patentes respectivas⁴.

Foi grande a quantidade de tropas concentradas no Alentejo. Esperava-se que o marquês de Lagañas, oficial que dispunha de grande fama de valentia, engenho, coragem e experiência, e que por esta fama fôra enviado a governar as armas na Estremadura espa-

¹ Doc. LXXVII. — ² Doc. LXXVIII. — ³ Doc. CXII. — ⁴ Doc. LXXII.

nhola, viesse invadir Portugal com o intuito de o conquistar, como proclamava a todos os ventos, e como davam a entender os grandes preparativos que fazia, e o importante exército de que dispunha.

Quando chegaram os contingentes da Beira, já o marquês de Lagañes havia começado a pôr em execução o seu plano, sendo contudo muito infeliz. Veiu com um exército de 8.000 infantes e 3.000 cavalos atacar de surpresa, a 20 de junho, a nossa praça de Olivença, governada por D. João de Meneses. A defesa foi heroica, o governador recebeu três graves ferimentos no peito, houve muita mortandade, mas os castelhanos tiveram de retirar para Badajoz com grandes perdas.

Este desastre quebrou bastante as fúrias de Lagañes, e desvaneceu os seus sonhos de conquista de Portugal. Por isso, na campanha do outono os portugueses não tiveram de se bater em combate campal, como esperavam, nem sequer tiveram de defender praças atacadas pelos espanhóis. Tudo se limitou a escaramuças, em que a adversidade continuou a perseguir as tropas inimigas.

Numa entrada que os nossos fizeram até Talavera-la-Real, sobre o Guadiana, a mais de três léguas da fronteira, não encontraram resistência; voltaram carregados de grande presa, e passaram à vista de Badajoz, sem que daquela praça buscassem embargar-lhes o passo.

Em breve começa a época das chuvas; as tropas de socorro, que haviam vindo das outras províncias, são licenciadas, e regressam às suas terras. Brás Garcia, se é que então acompanhou ao Alentejo, como creio, os contingentes da Beira, foi, ao que parece, a última vez que abandonou a sua terra, a família e os amigos, para servir o rei e a pátria. Não mais encontro vestígios dêle em campanha, nem em outros serviços da guerra. Os desgostos que teve com a leva de Esgueira devem ter arrefecido bastante os seus ardores.

Além disso ia fazer no próximo fevereiro 53 anos; mais de meio século! Vida intensa, accidentada, cheia de trabalhos e de desgostos. As fôrças iam em grande decadênciia. Sentia necessidade, cada vez maior, de descanso.

Envelhecido antes de tempo, dá por finda a sua vida pública; retira-se definitivamente ao seu Avô, consagrando às Musas, à família e aos amigos os anos de vida que ainda lhe restavam.

VIII

No declinar da vida

Principia no outono de 1648 a decorrer o último período da vida de Brás Garcia Mascarenhas.

Foi na sua vivenda e jardim de Avô que passou a maior parte desses oito anos incompletos, cuidando da administração da sua casa, revendo-se na afectuosa e dedicada esposa e nos filhos, que de tempos a tempos iam aumentando em número. A criançada punha uma nota alegre, viva e buliçosa na velha babitação, cujos antigos moradores, já bastante palpados pela idade, pelos cuidados e pelas agruras da vida, ouviam com prazer êsse chilrear da nova idade.

Marcos Garcia, o patriarca da família, soldado retardatário duma legião que passára, tendo atingido em 1648 os oitenta e quatro de idade, lá ia andando com passos vagarosos, mas ainda firmes, no gôzo de velhice alegre e sâdia, labutando sempre, e sentindo-se feliz no meio dos filhos, que o cercavam de carinhos, e dos netos em quem se sentia rejuvenescer. Continuava servindo o ofício de escrivão das cisas gerais e dos panos, e não sei se ainda teria por sua conta a antiga fábrica de tecidos.

Dos irmãos de Brás, só a Verónica é que parece ter já a êsse tempo falecido. A última referência, que a ela tenho encontrado, reporta-se a 4 de fevereiro de 1635, em que foi madrinha de um baptizado, servindo de padrinho seu irmão Brás¹.

Continuavam a viver em comum o Dr. Manuel e as irmãs Maria, Ana, Isabel e Antónia, na mesma casa onde residia seu pai, e o nosso herói.

O padre Pantaleão lá proseguia no exercício do ministério paroquial, no seu priorado de Travanca, donde raras vezes se afastava.

Bem pouca vocação sentia para a vida sacerdotal o irmão Matias. Depois de ter recebido *prima-tonsuras* e ordens menores, quando já se aproximava dos 31 anos de idade, como dito fica², passou a fazer mais larga residência em companhia do Pantaleão em Travanca-de-Farinha-Pôdre, onde, não obstante a sua idade ser já bastante afastada da juventude, ia dando desgostos ao irmão com aventuras amorosas. Por fim, depois de tantos anos de vida airada, caiu em si, e

¹ Doc. XXX.

² Rev. da Univ., vol. II, pág. 201.

resolveu-se a receber ordens sacras, sendo a seguir encarregado de pastorear a freguesia de Aneriz, na qual o vamos encontrar a exercer as funções de cura desde os princípios de setembro de 1647¹. De Aneriz a Avô é perto; por isso Matias vinha muitas vezes passar dias inteiros em companhia do pai e irmãos.

Feliciana Monteiro continuava à frente da sua casa em Anadia, com os seus filhos já criados, duas meninas e quatro rapazes, o mais novo dos quais contava, no princípio do período de que nos ocupamos, 18 anos, e o antecedente, com os seus 20 anos feitos, preparava-se para a sua próxima ordenação, e era já pelos patrícios, com grande satisfação da mãe, denominado *o senhor padre Fernando*. Havia anos que ela não voltara a Avô a passar alguma temporada em companhia de seu pai e de seus irmãos, mas mantinham-se por enquanto excelentes relações entre as duas famílias.

A respeito de Francisco Garcia Mascarenhas, nada mais sei do que deixo dito noutro lugar². Desde que se fez frade, cessaram todas as referências a êle. Continuo porém persuadido de que vivia no ascetério do Buçaco; as relações da família avoense dos Garcias Mascarenhas com este convento mantinham-se assíduas, amistosas, e tão íntimas, que dão lugar a me parecer não só verosímil mas bastante provável aquela hipótese. Alguns factos, para exemplo:

— Na casa de Brás havia uma escrava preta de nome Isabel, que andava em constantes caminhadas entre Avô e Buçaco, levando e trazendo encomendas e recados. Nestas idas e vindas passava sempre por Travanca, onde se deixou seduzir por um rapaz da terra, de nome João, vindo a ter um filhão, baptizado na igreja de Avô em dia de S. João de 1649 com o nome de Marcelino³.

— Quando em 1659 os irmãos de Brás Garcia quiseram instituir uma capela para sepultura de família, e para vincularem os seus bens, entenderam-se com os frades do Buçaco, e não com outros (embora ali tivessem a dois passos o convento franciscano de Vila-Cova-sob-Avô), para êles lhes cederem o padroado de uma das capelas da sua igreja conventual; a esta capela vincularam os ditos bens, instituindo com êles um duplo morgado, como a seu tempo se verá⁴.

¹ No registo paroquial de Aneriz, o primeiro assento, que nos aparece lavrado pelo padre Matias, é de um baptismo administrado pelo padre João Caramelo, por doença do padre Francisco de Queiroz, a 18 agosto 1647; remata assim: — «e eu P.e Mathias Gr.ca que ora siruo de cura fiç este hoie des de setembro 647.—(a) Matias Gr.ca». — Desta redacção se infere que ainda não tinha sido nomeado cura, mas já desempenhava as respectivas funções.

² Rev. da Univ., loc. cit.

³ Doc. LXXX. — ⁴ Doc. LXXXIX.

— Em fevereiro de 1660, correndo um processo eclesiástico em que era réu o padre Matias Garcia, e havendo necessidade de êste apresentar uma carta inibitória na Relação metropolitana de Braga, para onde fôra interposta apelação, foi por intermédio dos carmélitas descalços do Buçaco remetido o documento aos carmelitas de Aveiro, e por êstes aos de Braga, para o apresentarem na Relação bracarense¹.

— O padre Pantaleão escolheu em março de 1660 para sua sepultura a igreja do convento do Buçaco, ao qual pagou logo 60\$000 réis por compra da capela transeptal do lado do Evangelho, onde ficaria sendo a dita sepultura, e prometeu dar mais 20\$000 réis dentro de um ano, para a fábrica da mesma, e bem assim o cálice de prata e os paramentos da capela de S. Brás, de Avô, que seriam entregues depois da morte de seu irmão Dr. Manuel Garcia².

Tudo isto são indícios, simples indícios é verdade, mas tão repetidos, que tornam mais e mais verosímil a minha hipótese.



Quando Brás Garcia, no princípio do verão de 1648, partiu para a comarca de Esgueira a organizar a leva de soldados, a pedido de D. Rodrigo, governador da província da Beira, deixára sua mulher em estado de gravidez. Aproximava-se agora, ao regressar da campanha do Alentejo, o nascimento do seu terceiro filho. Não foi um rapaz, mas uma menina, que abriu os olhos à luz na véspera do Natal, sucesso muito festejado de toda a família, por ser a primeira filha.

Baptizada segundo o uso ao oitavo dia, foi-lhe imposto o nome de Isabel, escolhido talvez pelo pai, recordando com saudoso reconhecimento a sua fuga épica (i já lá iam tantos anos i), em que escapou por milagre da Rainha Santa Isabel, cuja festa se celebrava naquele dia³. Quis assim mostrar a gratidão piedosa da sua alma para com a santa Esposa de D. Dinís, a cuja intervenção atribuira a série de circunstâncias fortuitas, sem as quais não seria possível a sua salvação. Era a primeira filha que lhe nascia: deu-lhe o nome da Santa, sua protectora.

Ainda lhe nasceram depois mais três crianças, completando o

¹ Consta do respectivo processo, em que foi autor Bernardo Duarte de Figueiredo e réu o padre Matias, por êste o haver chamado *judeu*. Veja-se o processo, existente na Câmara Eclesiástica de Coimbra, a fol. 9 e segg.

² Doc. XCI.

³ Rev. da Univ., vol. I, pág. 46.

número de seis filhos: — Quitéria, baptizada a 29 de junho de 1651¹, Brás a 22 de março de 1653², e Maria a 20 de maio de 1655³. Na sossegada e tranquila vida da família avoense, cada um dêstes nascimentos era festejado como um sucesso, que nela vinha introduzir mais uma nota alegre de expansão e felicidade.



¿ Quais os entretenimentos ordinários do poeta durante êste último período de oito anos da sua vida, passados em Avô? Escusamos de dar largas à imaginação para os conjecturar; êle próprio deixou isso registado no seu poema. Viriato, adormecido naquela mesma região, sonha; e em seu sonhar maravilhoso, transpondo com vista profética longa série de séculos, vê surgir a nobre vila de Avô, e observa as obras importantes nela realizadas por *moderno filho*, que é o próprio Brás. Por último o guerreiro lusitano, atentando nêste,

Repara mais, & vê, que anda cantando
Em numerosos versos seus louvores
Entre jardim, que fez, de quando a quando
Tosando as murtas, & compondo as flores⁴.

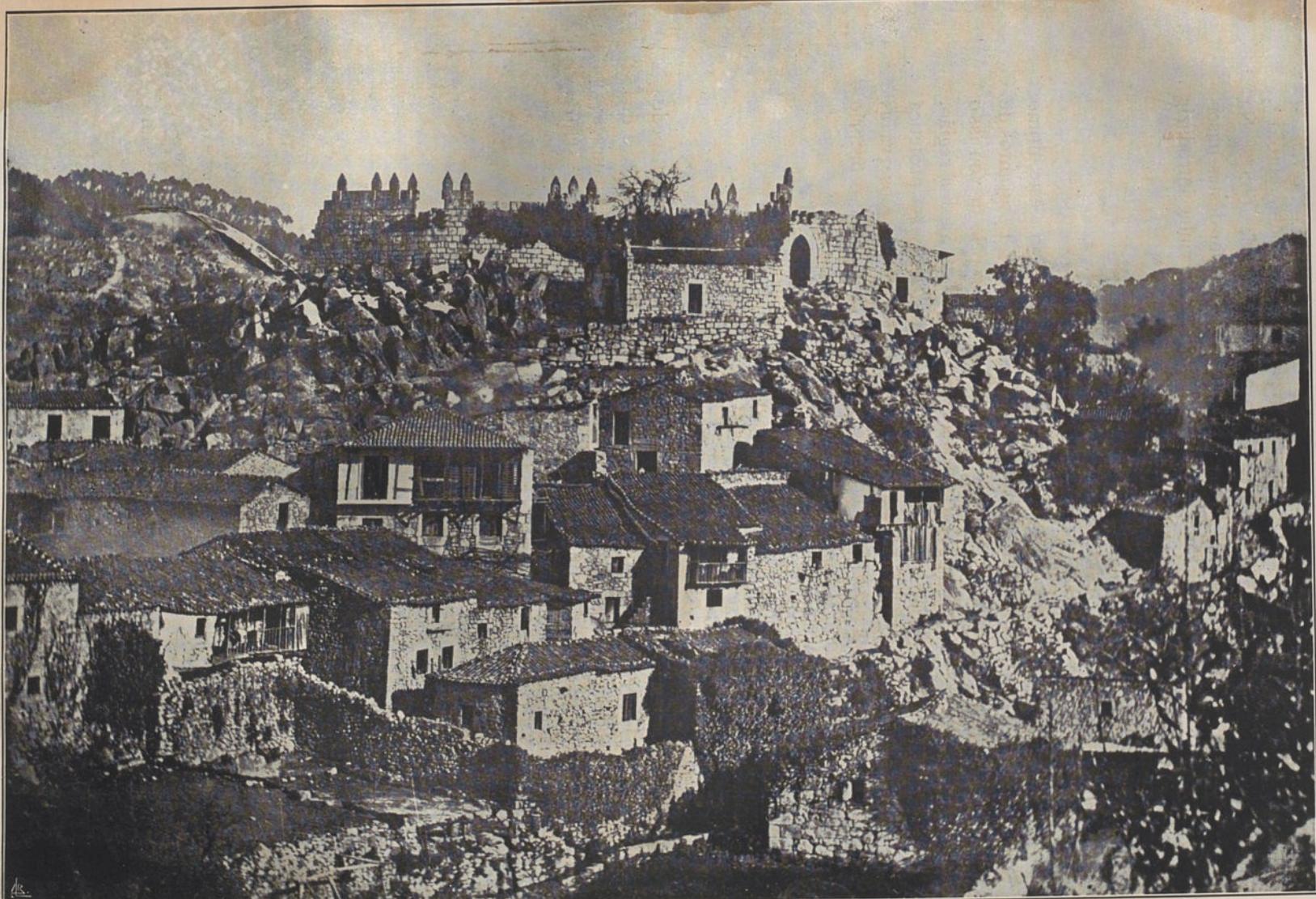
Entram os dois em conversa: Viriato, cheio de interesse, pede ao poeta que lhe conte a sua vida, o que êste faz prontamente, e de mistura com a auto-biografia vai narrando os sucessos da restauração e os serviços por êle mesmo prestados nessa guerra patriótica. Últimamente acrescenta:

Retiro-me a estes valles, a estas fontes,
A estes frescos jardins, & patrios Rios,
Quando vaõ cheos caço pellos montes,
E nelles pescó quando vaõ vasios,
Contente destes ares, & orizontes,
Sem a corte invejar, passo os Estios,
Pellos Invernos canto teus louvores,
De outra musa melhor merecedores⁵.

Não pôdiamos desejar testemunho mais autorizado e fidedigno. Os passatempos de Brás eram êstes: — a caça no inverno e a pesca no verão, os passeios pelos arredores de Avô respirando os excelentes ares e admirando os belos horizontes, a jardinagem no pitoresco retiro que arranjára em frente da sua casa, além do formosíssimo

¹ Doc. LXXXIII. — ² Doc. LXXXVI. — ³ Doc. LXXXVIII.

⁴ V. T., xv, 26. — ⁵ V. T., xv, 104.



lago, e, finalmente, o convívio ameno com as Musas, recitando versos nos mesmos *frescos jardins*, completando, retocando e aperfeiçoando a sua obra poética, especialmente o poema de grande fôlgo que denominara *Viriato Trágico*.

Mas nem assim deixava de relembrar com orgulho as peripécias da guerra, os seus feitos patrióticos, os serviços que prestára. Frequentes vezes, trepando pela vereda íngreme e tortuosa que dá acesso à porta do castelo de Avô, iria ali avivar saudades dos heróicos tempos de Alfaiates e gozar os *ares e horizontes*, percorrendo o adarve circundado pela muralha ameada, subindo ao terraço da torre de menagem, e contemplando de lá, por entre as ameias, o soberbo e encantador panorama¹.

Então, neste declinar da vida, lamentava êle não lhe ter sido possível gozar mais cêdo esta dôce e tranquila existência no seu belo cantinho de Avô, e, sem dar por mal empregado o tempo que dedicara à defesa da pátria, à vingança da honra e autonomia de Portugal, deplorava a má fortuna, que desde a juventude o levara para tão longe da verdadeira felicidade. São-lhe bem aplicáveis as palavras que põe na bôca de Viriato:

Ay quã tarde a fortuna me declara
Que a vingança me priva de alegria !
Quanto ganhey em vos perder trocara
Por vossa solitaria companhia.

¹ Aproveito o ensejo para aqui publicar, convenientemente ampliado, um pequeno cliché fotográfico do castelo de Avô, fixado em 1871 pelo meu bom amigo sr. A. Augusto Gonçálvez, então estudante de preparatórios, por ocasião de umas férias de Natal, passadas em casa de um seu amigo daquela vila, para onde levara uma máquina fotográfica. Por um feliz acaso conservava ainda êsse cliché, embora já bastante deteriorado, e assim devo áquele distinto professor e excelente amigo a oferta desta preciosa relíquia, que, hábilmente restaurada e ampliada na *Fotografia Conimbrigense* do sr. José Maria dos Santos, agora se reproduz em gravura. Já então as ameias se achavam destruídas em partes, e a muralha tinha pedaços demolidos. Da torre de menagem nem vestígios se divisam na fotografia, porque dela restavam, ao tempo, pouco mais do que os alicerces. Depois tudo desapareceu, demolidas as muralhas, já por particulares já pela obra-pública, para o aproveitamento dos materiais em novas construções; esta aplicou grande quantidade de pedras do castelo a construir os muros de suporte da estrada distrital n.º 106, que atravessa Avô. Pode confrontar-se o estado do castelo em 1871 com o que dêle restava em 1912, olhando para as estampas que se defrontam nas páginas 308-309 do vol. I desta *Revista*. Neste último ano subsistia o arco ogival ou porta de entrada apenas, que felizmente ainda não foi demolido até ao presente, mas que provavelmente qualquer dia desaparecerá. Já depois de 1912, em que recolhi várias fotografias de Avô, algumas publicadas no presente estudo, a selvajaria municipal, conjugada com a inépcia interesseira dos mandantes

O não poder sofrer na Patria cara
 Jugo vil, do repouso me desvia,
 Guiando as vagamundas esperanças
 A sangue, estragos, mortes, & vinganças¹.

Amigos não lhe faltavam: umas vezes, em correspondência epistolar, com êle trocavam impressões, ou o consultavam sobre assuntos de guerra; outras, vinham de longe gozar a sua companhia, e deliciar-se com a sua conversação alegre, erudita, variada e interessante.

Já encontrámos o general D. Álvaro de Abranches em Avô, hóspede de Brás; D. Rodrigo de Castro também o honrava com suas visitas, quando os cuidados da guerra e do governo da província lhe permitiam alguns dias de descanso; e, como êstes, outros dos muito numerosos amigos, que o admiravam e estimavam, iam fazer-lhe companhia e folgar no seu interessante convívio. Era de vêr a hospitalidade afectuosa e fidalgia que o poeta lhes dispensava no seu solar².



Vários registos conheço da presença de Brás em Avô durante este último período da sua vida³; uma só vez o encontro ausente, e por pouco tempo.

Foi nos fins da primavera de 1653. Teve casualmente de passar por Coimbra, na ocasião em que na Universidade se achava anunciado para muito breve um certame poético, em demonstração de pesar pelo falecimento do príncipe-real D. Teodósio, ocorrido a 15 de Maio⁴. O poeta deteve-se na cidade universitária, preparou-se, e

da vila, tem-se deleitado a estragar brutalmente muitas das belezas daquela pitoresca povoação. A casa da câmara, representada na estampa da pág. 331 do referido vol., foi desfigurada ignobilmente, demolindo-lhe o alpendre, arrancando-lhe as interessantes grades de ferro que resguardavam as duas varandas, trabalho bem característico de serralharia do século XVI, estendendo um terraço à frente, e fazendo outras diabrumas; as fotografias das estampas fronteiras às págg. 187 e 188 do volume II já hoje não podiam ser tiradas, porque andam neste momento a construir um casarão hediondo, não sei se armazem se fábrica, na estreita faixa de terreno que medeia entre a casa de Brás Garcia e o largo do Pégo; etc., etc. Parece haver o propósito, não só de destruir todas as belezas e atrativos da linda vila, mas também de apagar tudo quanto nela recordava o poeta seiscentista, que tanto a amou e honrou! ¿Para onde caminhamos nós?

¹ V. T., XIV, 108.

² Doc. CXII.

³ Doc. LXI, LXII, LXIII, LXVI, LXXXI, LXXXII, LXXXIV, etc.

⁴ B. MADEIRA DE CASTRO no seu *Breve resumo da vida de B. G. M.*, que precede a 1.^a edição do V. T., diz que isto sucedeu na morte do Senhor Príncipe

apresentou em concurso *húa nova esquipaçāo de poema vulgar*, que de todos os lados se lia com diversos sentidos, & todos certos na medida, & animados com epigrama ao intento, que intitulou «Laberintho do Sentimento» — Pello qual poema lhe julgou, sem oposição de outro aventureiro, a Vniversidade o primeyro, & melhor premio, sendo mayor o da fama, que adquirio excedendo os raros engenhos, que

D. Duarte; mas há nesta notícia êrro evidente. O infante D. Duarte, irmão de D. João IV, nunca teve o tratamento de príncipe, que lhe não pertencia, e em 1648, por ocasião da morte dêste infeliz mártir, vítima da fraqueza criminosa do imperador Fernando III, e da infâmia de ministros comprados pelo ouro de Castela, a Universidade não fez demonstrações públicas e solenes, por isso não estar nos usos nem nos estatutos.¹ MADEIRA DE CASTRO equivocou-se evidentemente no nome, quis referir-se à morte do príncipe-real D. Teodósio, primogénito de D. João IV; ocorrida a 15 de maio de 1653, a qual foi profundamente sentida pela côrte e pela nação, e comemorada em demonstrações solenes de luto e de pesar pela Universidade, segundo consta das actas dos claustros-plenos reunidos para êste fim, em sessões sucessivas, a primeira das quais foi a 21 de maio e a última a 22 de julho. (*A. U., Conselhos*, vol. 23, liv. 1.º, fls. 73 v.º—76 v.º). O rei, logo no dia imediato à morte do príncipe, participou à Universidade o lutooso acontecimento na carta seguinte: — «Reitor amigo, lentes, conselheiros e deputados da Universidade de Coimbra. Eu El Rey uos enuio muito saudar.—Ontem ás dose e meya do dia, foi Deos seruido leuar para sy o Principe Dom Theodosio meu sobre todos muito amado e prezado filho, de que fico com sentimento igual a perda que recebeo este Reino na falta de hum Principe tão cheo de todas as uertudes, de que me pareceo auizaruos, para que me ajudeis a encorendar a Deos sua alma, e para que conforme ao costume em semelhantes occasiões ordeneis se façāo officios, suffragios, Missas, E orações pelo bem de sua alma, E aos lentes e officiais dessa Uniuersidade deueis tambem Ordenar tragão luto, roupeta, carapuça E capuz serrado por tempo de trinta dias, que abrirão passados elles, aliuarião aos seis mezes, e tirarão de todo ao anno; Espero do amor que tendes a meu seruço, e da boa uontade q uos tinha o Principe uos hajais nesta occasião de man.ra, que tenha aliuio de saber nella uosso procedimento. Escrita em Alcantara a 16 de Mayo de 1653.—(a) Rey : ~ — P.ª a Uniuersidade de Coimbra» — (*A. U., Proviçoens antes da nova fund. da Univ.*, vol. III, fol. 431). — As grandiosas manifestações de pesar realizadas pela Universidade foram agradecidas na seguinte carta régia: — «Manuel de Saldanha Reitor amigo, Deputados, Lentes, E conselheiros da Uniuersidade de Coimbra. Eu El Rey uos enuio muito saudar.—Pella uossa carta entendi o animo E a grandeza com que se ouue essa Uniuersidade nas demonstrações de sentimento pelo falecimento do principe D. Theodosio meu sobre todos muito amado e prezado filho que Deos tem, e nos officios e suffragios com que ajudou sua Alma; tudo lhe agradeço muito, e tudo he muito conforme, ao que sempre experimentei do amor E lealdade dos sojeitos que nella me seruem, ainda em menores occasiões; quando se offerecerem de lhes fazer mce, me será muito prezente este seru.co, entre os mais que tenho recebido delles, de que sempre terei a deuida lembrança, E assy lho direis em meu nome a todos, E mais particularmente aos que nesta accāo tiuerão mayor parte. Escrita em Lix.º a 10 de Julho de 1653. (a) Rey : ~ — P.ª a Uniuersidade de Coimbra» — (*A. U., ibid.*, fol. 435).

*illustrarão esta Athenas Lusitana, calificando-se por não menos favorecido de Marthe, que mimoso de Apollo*¹.

Vê-se pois que o poeta, que escrevera —

Nota do Alva a tragica Poesia
Desprezada em sua margem deleytosa,
Porque entre variedades tão confusas
Quem ama as armas, poem de parte as Musas²,

— agora, postas de parte definitivamente as armas, consagra-se principalmente às Musas, aproveitando todos os ensejos para se deliciar no seu convívio ameno.

Foi durante êste período que êle mais se ocupou nos retoques do *Viriato Tragico*, já precedentemente redigido, para o levar a estado de merecer as honras da publicidade.

Em diversos cantos se encontram vestígios cronológicos. Por êles não só conhecemos a época em que Brás Garcia resolveu escrever êste poema heróico, mas também temos indicações de quando foram redigidas algumas das suas partes, na forma em que actualmente se encontram.

Quando preso no Sabugal, isto é no ano de 1642, é que o poeta, levado por inspiração patriótica, concebeu a ideia de o escrever. Diz êle na conversa que finge ter com Viriato, comandante dos lusitanos:

Agradece a meu tragic Planeta,
E a viis emulos meus este cuidado,
De por Patricio teu, querer louvarte,
Pois quando prezo, emprendi cantarte³.

Depois não o escreveu continuadamente, mas aos poucos e com largos intervalos, ocupados nos serviços da guerra. Era o seu agradável entretenimento nos períodos de descanso passados em Avô. Ele mesmo o diz ao caudilho lusitano:

Entre o rumor de Marte estrepitante
As horas, que me deyxa, te concedo,
Que a cantarte na paz, mais elegante
Estilo ornara tão capaz enredo⁴.

As operações da guerra realizavam-se geralmente nas estações de transição, primavera e outono; o estio e o inverno passava-os de ordinário em Avô: mas era na rigorosa estação hiemal que êle mais se ocupava do poema, segundo refere numa estância⁵, já há pouco transcrita⁶.

¹ Doc. CXII. — ² V. T., xiv, 81. — ³ V. T., xv, 105. — ⁴ Ibid., 106.

⁵ Ibid., 104. — ⁶ Pág. 74.

Ia alternando esta ocupação literária com os cuidados de jardina-
gem próprios do inverno — tosar ou espontar as murtas, plantar,
podar e concertar as roseiras e outras plantas floríferas — como êle
refere no primeiro quarteto de uma estânciâ¹, que me dispenso de
aqui copiar, por ficar transcrito em dois lugares².

Fôra nos anos de 1644 e 1645, que desenvolvera maior actividade
na elaboração do poema. As estâncias, em que se encontram refe-
rências a factos ocorrentes, ou havia pouco ocorridos, mostram isto
com suficiente clareza.

No canto v, estânciâ 14, há uma alusão expressa ao livro III,
cap. i da obra *Successos militares das armas portuguesas*, do Dr. João
Salgado de Araújo, livro que saiu a público depois do meado dê de-
zembro de 1644, como se vê das datas das respectivas licenças, que
traz à frente. Essa estânciâ é portanto posterior a esta época.

Lêem-se na est. 20 do canto vii êstes versos:

Marchaõ daqui a Burdua, agora Ouguella
Neste mez, em que escrevo, em vam tentada
De Carlo Carachiola, porque della
Se retirou sua Gente destroçada.

Essa tentativa castelhana frustrada, para tomar de surpresa Ou-
guella, deu-se na manhã de 9 de abril de 1644³; corria pois ainda
êste mês, quando Brás Garcia escreveu aqueles versos.

Foi neste mesmo ano de 1644 que o poeta escreveu a estânciâ 5
do canto xii, onde deixou consignado o enrêdo de amor e justiça em
que andava envolvido havia dez anos, desde 1634.

É nas estâncias 59-62 do canto xiii, que vem referida, como fica
dito, a campanha da Estremadura espanhola no outono de 1643, no
fim da qual o poeta sofreu grave doença; não foram escritas portanto
antes do princípio de 1644.

A comemoração epitalâmica do casamento do poeta, que se lê no
canto xiv⁴, é sem dúvida de 1645, embora nesse canto se encontre⁵
uma referência entusiástica à excelente retirada de Badajoz, ocorrida
em 1643.

Temos de atribuir a redacção do canto xv, em cujas últimas três
estâncias o poeta se nos apresenta a alternar os trabalhos da guerra
com os escassos mas muito deleitosos descansos de Avô, no período
que decorre de 1644 a 1648.

¹ V. T., xv, 26.

² Rev. da Univ. de Coimbra, vol. II, pág. 184, e vol. VIII, pág. 74.

³ Successos militares, fl. 225 v.^o; — Portugal restaurado, liv. vii, pág. mihi 459.

⁴ Est. 43-99. — ⁵ Est. 8.

Vê-se pois que, ao principiar o período final da vida do poeta, em que, já livre das agitações intensas da guerra, os dias lhe decorriam tranquilos e sossegados, estava já muito adeantado o *Viriato Tragico*. Os trabalhos viriatinos, então realizados por Brás, terão sido passagens de lima, obras de retoque e aperfeiçoamento, mais do que de redacção primeira.

Infelizmente Brás Garcia não pôde ultimar êste trabalho de corrigir e polir o seu poema para a impressão,

Que atalha a morte muito bons intentos.¹



Não se cuide porém que tudo foi sossêgo e quietação neste declinar da vida do nosso Brás Garcia. Alguns desgostos vieram ainda perturbar a sua tranquilidade. Mas, antes de falarmos dêsses dissabores, temos de retroceder alguns anos, para tomarmos conhecimento do que originou os que mais o incomodaram.

Em 1641, a 8 de fevereiro, celebrou-se em Avô, na capela de Nossa Senhora do Mosteiro, o casamento de D. Maria Jácome de Mendonça, filha de Simão Madeira da Costa, irmão da que veiu em breve a ser sogra de Brás, com Bernardo Duarte de Figueiredo, sargento-mór da vila de Pombeiro². Brás Garcia não assistiu a êste casamento, porque andava então, em companhia do general-governador da Beira D. Álvaro de Abrantes, por Viseu, Trancoso e Pinhel; mas parece que mais ou menos interviera nas negociações preliminares, sendo-lhe atribuída grande parte das responsabilidades de tal união.

Ora, uma vez introduzido na sociedade de Avô, Bernardo Duarte, que era vivo, esperto, gracioso e insinuante, principiou a colocar-se em evidência, a captar simpatias, e a apresentar a sua candidatura aos empregos principais da terra, não só aos de eleição popular, mas também a alguns de nomeação. Assim foi dentro em pouco, além doutras cousas, alferes da milícia de Avô, e juiz ordinário da vila e seu termo; conseguiu mesmo servir alguns cargos da igreja, reputados nobres. Por fim já era também tabelião do público e judicial nas quatro vilas de Avô, Vila-Cova, S. Sebastião-da-Feira e Nogueira-do-Cravo.

Não tardou o tempo em que algumas pessoas das famílias prin-

¹ V. T., x, 130.

² Not. geneal., III, vi a.

cipais avoenses se sentiram deprimidas, vexadas por êste ambicioso recém-vindo. Foram-se avolumando os ressentimentos, e por fim degeneraram em ódios profundos. Em terreno assim hostil, qualquer semente de descrédito germinaria e não tardaria a frutificar.

Aí por 1650 começou a correr o boato de que Bernardo Duarte de Figueiredo era cristão-novo, e que alguns ascendentes e colaterais seus, lá das bandas de Mortágua, haviam sido condenados pela Inquisição por judaizantes. Isto, que a princípio se murmurava à bôca pequena, já por último se dizia em alta voz. Quando a murmuração se tornou pública, a prosápia dos Madeiras da Costa sentiu-se ferida gravemente por ter caído tal labeu sobre a família, que, apesar dos boatos em contrário, orgulhosamente se jactava da limpeza e nobreza imaculada do seu sangue. Brás Garcia, então já casado com D. Maria da Costa Fonseca, prima inteira da mulher de Bernardo Duarte, sofreu grandes dissabores com tudo isto, especialmente por se lhe atribuarem responsabilidades no casamento dêste².

Nas acusações ao poeta deve-se ter salientado a sogra, cujo ódio velho andava um pouco atenuado, mas que, reacêso agora, não deixaria de se traduzir em remoques e censuras ao genro, por haver concorrido para lhe ser conspurcada a família com *enxertia* tão danosa. O aborrecimento de Brás Garcia, por esta atitude hostil e impertinente de D. Maria Madeira da Costa, revela-se nos dois versos seguintes, introduzidos no poema por esta ocasião, segundo conjecturo:

.....
Bella sem tacha, rica sem ter sogra,
Partes, que buscão mil, & nenhum logra³.

Tudo isto não era segredo para Bernardo Duarte; e bem sabia ele que um dos principais e mais acirrados acusadores da sua honra era o padre Matias Garcia.

No ano de 1652 houve em Avô umas eleições muito renhidas, em que se interessavam, por um lado o Figueiredo, por outro o padre Matias com vários conterrâneos. Mais se azedaram os ânimos

Assinatura
de Bernardo Duarte de Figueiredo¹.

¹ Na fôlha-corrida, junta ao processo para a ordenação de menores de Tomás Garcia Mascarenhas, na qual Bernardo Duarte, como tabelião de Avô, certifica a ausência de culpas a 9 de maio de 1664.

² Doc. LXXXV. — ³ V. T., III, 58.

na luta eleitoral, chegando a irritação ao cúmulo¹. É natural que Brás se não envolvesse em tais galopinagens, que êle detestava:

Já os votos de então se subornavão,
Pello possantes, em desrespe, & daño
De muitos benemeritos de fóra;
Mal hè de então, que se experimenta agora².

Por essa ocasião, quando mais exaltadas andavam as paixões, foi um dia o Bernardo a cavalo à freguesia de Aneris; ao chegar perto da aldeia, encontrou-se com o padre-cura Matias, que, vindo para Avô, seguia o mesmo caminho em sentido oposto. A explosão de ódios era fatal. Ao passarem um pelo outro, aos ouvidos do Figueiredo souou a palavra *judeu*, rosnada em tom abafado pela raiva. Não foi preciso mais. Apenas ouve tal epíteto, salta do cavalo abaixo, e vibra uma chicotada à cara do Matias, que era valente e destemido, e que responde à violência com violência, desafrontando-se. Isto sucedia à vista de Aneriz, sendo observado por gente, que acidiu logo. À aproximação de pessoas estranhas apartaram-se, um montou a cavalo e seguiu o seu caminho, o outro, a pé, veiu para Avô, causando grande escândalo o vergão do chicote que se divisava no rosto do padre³.

Seguiram-se dois processos eclesiásticos perante a curia episcopal de Coimbra: um contra Bernardo Duarte de Figueiredo pelo crime de sacrilégio, gravemente punido pelo canon *Si quis, suadente diabolo*; outro contra o padre Matias Garcia pelo de injúria e difamação.

O escândalo aumentava, e Brás Garcia Mascarenhas, que se conservou até ali estranho a tais lutas e paixões, interveiu então, procurando evitar que as querelas prosseguissem⁴. ¿ Quem sabe se a doutrina exposta na seguinte estância, resume alguma das falas do poeta a Bernardo Duarte, procurando convencê-lo a pôr ponto final no processo e a desistir da acção, sob promessa de idêntico procedimento de Matias?

Perdoar as injurias, que nos tecão
Muyto na honra, obra hè meritoria;
Opinioés a vingalas nos provocaõ,
Porque hé toda opiniaõ cõmum vangloria.
Quantos descanços por trabalhos trocaõ
Notoriamente, os que sem notoria
Afronta, vingam os seus pontinhos de honra!
Que hâ hum genero de honra, que deshonra⁵.

¹ Doc. LXXXV. — ² V. T., v, 31. — ³ Doc. LXXXV e XCIII.

⁴ Doc. LXXXV. — ⁵ V. T., vii, 2.

Mas o argumento não colhia, e tal desistência era impossível. Bernardo Duarte de Figueiredo carecia de esclarecer a sua situação, para não continuar sob a suspeita formidanda de trazer nas veias sangue de infecta nação; e êsse esclarecimento público e solene tornava-se tanto mais indispensável, quanto era certo que parecia haver fundamento para as acusações de seus inimigos.

Houvera na sua família uma mulher, vinda dos lados do Pôrto, chamada Ambrósia de Figueiredo, que tinha fama de cristão-nova, e cuja filha Brites de Figueiredo, prima co-irmã de Catarina Gomes da Silva, mãe de Bernardo Duarte, chegou a estar presa nos cárceres da Inquisição, e saiu confiscada e sambenitada, assim como seu marido Mateus Fernandes, de Vila-Gosendo; dois irmãos dêste foram queimados, e Ambrósia de Figueiredo, filha do Mateus e da Brites, e portanto segunda prima do dito Bernardo de Figueiredo, que ainda continuava usando o mesmo apelido, foi também queimada em um auto-de-fé.

Veja-se pois que sudário êste, e se Bernardo Duarte tinha ou não necessidade de se expurgar de tal labeu. ; Era o perigo de, tanto êle como os seus, de um momento para o outro, se verem a contas com o tribunal do Santo Ofício, e, talvez, depois dos tormentos do estilo, terem de figurar de carocha e sambenito em algum auto-de-fé; era ainda o vexame de se sentirem segregados da bôa sociedade, repelidos por toda a gente, pelo *foetor judaicus* que dêles emanava, bem mais repugnante do que as pústulas da lepra ! Não havia pois outra solução, que não fôsse ir por deante o processo contra o padre Matias, no qual Duarte de Figueiredo trataria de demonstrar a pureza e limpeza do seu sangue, por forma que a sentença, que condenasse o réu, fôsse ao mesmo tempo reabilitadora do autor.

E assim sucedeu.

Conheço todo êsse processo, por se encontrar na câmara eclesiástica de Coimbra, apenso a um outro processo, que correu para a ordenação do Dr. Matias Jácome de Figueiredo, que foi denunciado como cristão-novo, impedimento que obstava à sua ordenação, e de que êle teve de se justificar com as sentenças pronunciadas a favor de seu pai Bernardo Duarte de Figueiredo. Provara êste, como autor, que a Ambrósia de Figueiredo, oriunda das bandas do Pôrto, de quem provinha o sangue impuro, não era sua ascendente, nem com êle tinha relação alguma de consanguinidade, apesar da identidade do apelido. Fôra casada (; infelizmente !) com um irmão de sua avó materna Angela Gomes, chamado Gaspar Gomes; mas êste seu tio-avô era de muito bom sangue, e tanto que, tendo sido casado em primeiras núpcias com Francisca de Frias, dêsse matrimónio houve um

filho, o padre Fr. António de Frias, franciscano, pregador de grande nomeada, sobre o qual jamais incidira suspeita alguma. A infelicidade do seu segundo matrimónio é que lhe conspurcou a descendência, sem que daí resultasse infâmia para seus irmãos, o padre Francisco Gomes, pároco de Oliveira-de-Cunhêdo, e a dita Angela Gomes, avó dêle autor, nem para os descendentes desta¹.

Podem lér-se algumas das principais peças do processo na colecção de *Documentos*, que servem de apêndice a este trabalho². A causa arrastou-se pelos tribunais eclesiásticos durante largos anos. Em todas as três instâncias saiu condenado o réu e justificado o autor; mas, quando a última sentença foi pronunciada, em março de 1666, já o réu era falecido.

Ora esta pendência tão grave entre seu irmão e o marido de uma prima inteira de sua mulher, e as responsabilidades que lhe eram atribuídas, devem ter preocupado e magoado muito o nosso Brás, nos últimos anos da sua vida.



Em 1654 novo desgôsto o vem ferir. Seu pai viera gozando velhice sàdia, alegre e bem equilibrada, até ao fim do verão dêste ano. Seus filhos estremeciam-no, e o poeta não seria uma só vez que lhe recitaria o elogio da velhice, que a propósito do ancião Lícias inserira no canto III do *Viriato Tragico*. Diz assim:

He a velhice hum mal, que debilita
A toda a cousa, que animada crece ;
Ao rico enoja, ao pobre necessita,
Gasta a belleza, as forças infraquece :
As arvores robustas decrepita,
As feras vigorosas intorpece,
Erv a lhe não escapa, ou flor suave,
Nadante peyxe, ou volatil ave.

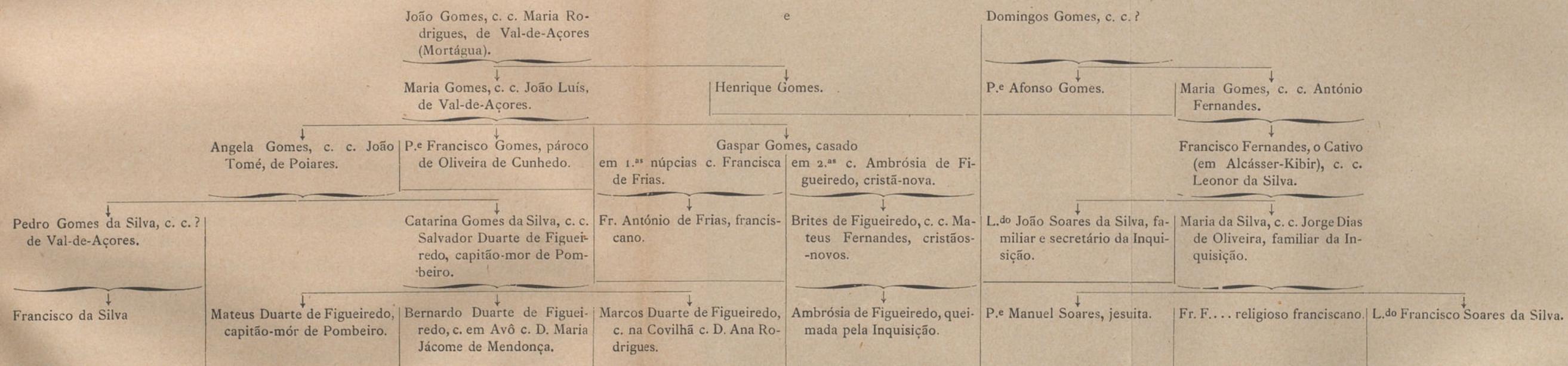
He com tudo, por sabia, respeytada,
Que muyto importa do astuto velho
Em qualquer occasião calamitosa,
Que se offreça, o maduro, & bom conselho.
A idade respeytada, a barba annosa
Hè da verde puericia claro espelho
A quem se humilha, contra quem não' ousa
O sangue pueril, que não' repousa.

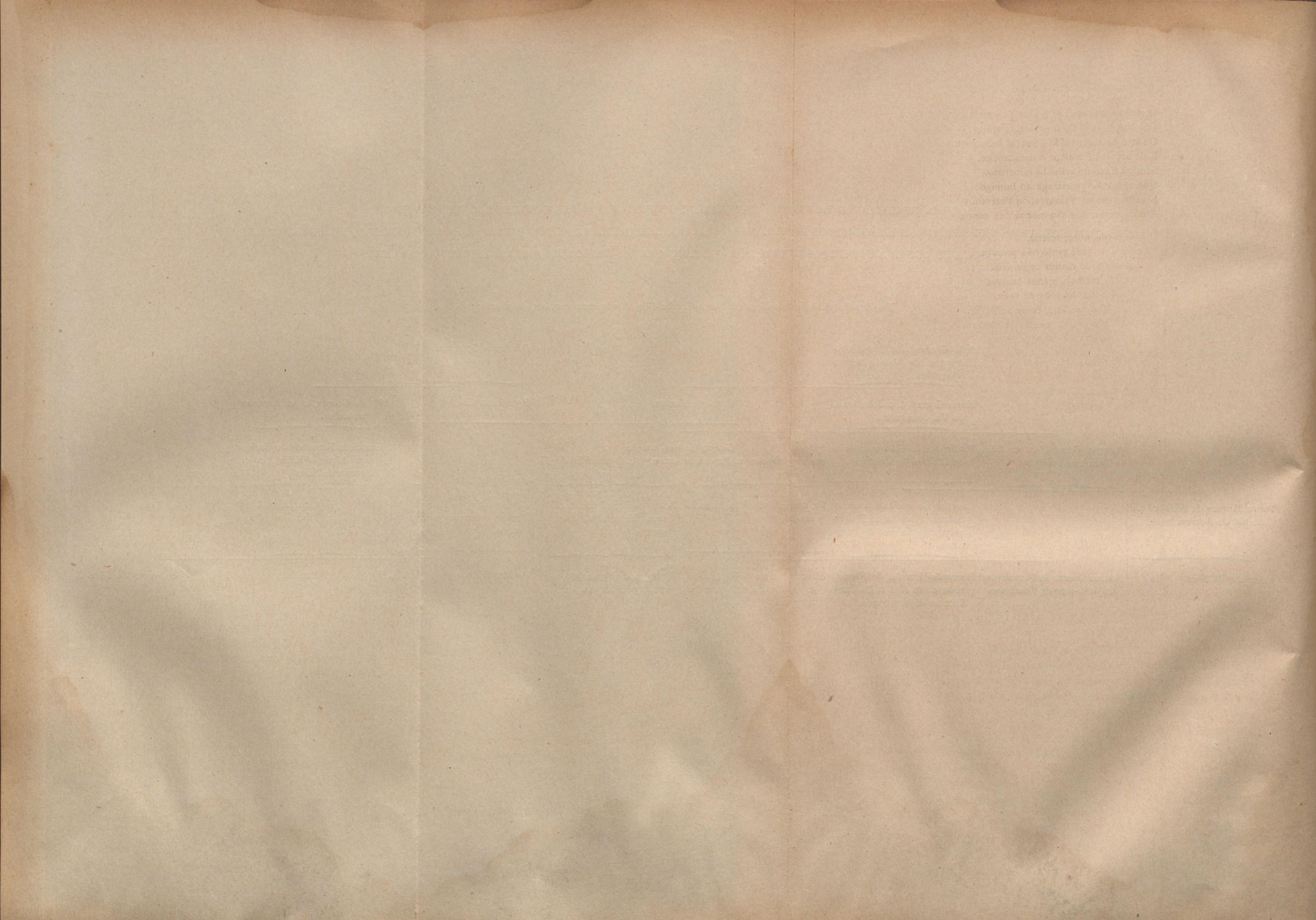
¹ Veja-se a árvore genealógica em frente.

² Doc. LXXXV.

ESQUEMA GENEALÓGICO DA FAMILIA MATERNA DE BERNARDO DUARTE DE FIGUEIREDO, DE POMBEIRO,
ENLAÇADA COM A DOS FIGUEIREDOS, CRISTÃOS-NOVOS DE VAL-DE-AÇORES, DONDE ÀQUELA RESULTOU RUMOR, EMBORA INFUNDADO, DE SANGUE JUDAICO,
O QUE DEU LUGAR A PROCESSOS RUIDOSOS, E ORIGINOU GRAVES DESGOSTOS A BRÁS GARCIA MASCARENHAS

Nos fins do século xv residiam em Santa-Comba-Dão, donde eram naturais, dois irmãos :





O vinho velho sempre hé mais cheyoso,
Dos corpos [não do meu] alegre amigo:
Quanto hé mais velho o barbo, mais gostoso,
E do azeyte hé melhor o mais antigo.
Sempre Exercito velho hè temeroso,
Que velho Terço estraga ao Inimigo;
E velhos chama a Guerra, ou Veteranos
Aos expertos, que são moços nos annos.

O pâno, seda, ouro, telaria,
Que a velha idade tanto não prezava,
Quando de tudo menor copia avia,
Era muyto melhor, menos custava:
Desce em bondade, sobe de valia,
Quanto não basta hoje, então sobrava;
Porque exemplo dos velhos não tomamos
De cada vez de mal em peor vamos.

Era Lisias velho, era sezudo,
Que hà velhos, que caducão com a idade;
De robusto vigor, de ingenho agudo,
De pouco fausto, & grande authoridade:
Com ella o Auditorio tinha mudo,
Quando com repousada gravidade
A boca abrindo, & a cabeça erguendo,
Com voz clara, & pausada foy dizendo¹. *Etc.*

No princípio do outono dêste ano, com grande sentimento da família, falece o velho patriarca dos Garcias de Avô, quando ia fazer 90 anos de idade.

O provedor da comarca da Guarda, a cuja circunscrição pertencia o concelho de Avô, apressa-se a dar logo parte, para a côrte, da vaga do ofício de escrivão das cisas gerais e dos panos desta vila, havia 60 anos servido por Marcos Garcia *com muita satisfação, sem nunca cometer érro*; e propõe que no mesmo ofício seja provido o filho Brás Garcia Mascarenhas. Não se demora a expedição da carta régia de provimento ou nomeação, datada de 2 de novembro do mesmo ano², e o agraciado entra na posse do cargo, que bem modesto era, e que pouco tempo veiu a gozar.



Com maus agouros entrou o ano de 1656.

Principiou ao sábado, dia dominado pelo fatídico planeta Saturno, o *meu trágico Planeta*, como lhe chamava o poeta Brás³, pelo facto de ter nascido ao sábado. Pior do que isso: — era ano bissexto.

¹ V. T. III, 3-7. — ² Doc. LXXXVII. — ³ V. T. XV, 105.

A 11 de janeiro (terça feira — ¡ mau dia !), achando-se o sol na casa do Capricórnio (¡ tudo isto coincidências funestas !), a lua-cheia, pouco depois de nascer, principiou a tornar-se *cris*, e quase toda a sua face foi coberta por véu de sombra nefasta.

Como se êste sinal não fôsse ainda bastante para aterrar a gente simples, bem como a naturalmente predisposta a superstições, decorridos apenas quinze dias, na quarta-feira 26 de janeiro, quando o sol já havia entrado na casa do Aquário, eis que êle mesmo, o astro do dia, a meio do seu curso sobre o horizonte, oculta parte do disco; e em Avô algumas pessoas afirmavam ter visto no interior das casas pequenas imagens da lua em quarto crescente ou minguante (neste ponto havia divergência de testemunhos), estampadas a luz onde quer que um feixe de raios solares, penetrando por qualquer orificio, fôsse beijar a parede fronteira ou o pavimento. Triste ocorrência ia dar-se, para assim se mostrar em parte

Occulto o Rey dos lucidos Planetas¹.

¡ Maus sinais ! ¡ maus agouros ! ¿ Que desgraça iria suceder ?

Brás, espírito animoso e forte, esclarecido com a ilustração do seu tempo, não devia deixar-se avassalar por temores pueris e infundados, nem dar a fenómenos naturais significação de avisos sobrenaturais de desgraças iminentes. Parece que a superstição devia ser incompatível com a ilustração; mas é certo que muitas vezes se encontram irmanadas em convívio híbrido. O nosso poeta havia nos últimos tempos decaído muito, física e moralmente. Quão diferente se encontrava do que era na época em que (já lá iam cerca de 15 anos) repreendeu severamente, no arrabalde de Almeida, os seus soldados, por se deixarem assustar com um enorme meteoro luminoso, que rasgou larga estrada de fogo na atmosfera, em frente e muito perto dêles².

A crença em preságios, em avisos do céu, em profecias populares, teve-a êle sempre, como a teem tido muitos espíritos ilustrados e superiores. ¡ Fôsse lá alguém dizer-lhe que a restauração de Portugal não estava de há muito predita nas profecias do sapateiro Bandarra, cuja sepultura êle com devoção visitou em Trancoso, juntamente com o general e restante oficialidade do exército da Beira, consagrando-lhe a memória com uma campa votiva !³

As profecias bandárricas do século xvi, alusivas a *D. fúdo*, que

¹ V. T. x, 66.

² Vid. *Rev. da Univ. de Coimbra*, vol. II, pág. 354. — ³ Ibid., pág. 346.

os patriotas do século xvii hábilmente transformaram em *D. João*, encontra-se referência clara e precisa nas estâncias seguintes:

Antiguas prophecias, bem que escuras
Notadas¹ de prudentes curiosos,
Por entre a confusaõ das desventuras
Huns longes trasluziaõ venturosos.
Porém sendo em propheticas figuras
Os alvos de acertar dificultosos,
Tendo perto de sì o a que atiravão,
Como cegos sem luz, todos o erravão.

Abrio-lhe os olhos a necessidade,
Ajudou a ocasião o intento honrado,
Tantalo a vista da Real Cidade,
Pondo o futuro Rey prophetisado.
Que a gozar agoa, & fruta se persuade,
Mas vendo seu intento mal logrado,
Precursor de si mesmo se publica,
O nome o diz, o tempo o verifica².

Acreditava também piamente nos *preságios* ou sinais do céu, favoráveis à restauração, cujas narrativas corriam de bôca em bôca e se espalhavam em fôlhas volantes; postas em versos de pé quebrado as notícias de tais portentos, os cegos cantavam-nas pelas províncias ao som das suas violas, ai pelos anos de 1641 e seguintes, o que muito contribuía para levantar o espírito do povo e acender os ardores patrióticos. A tais preságios se refere o poeta nestes versos:

Presagios mil celestes, & terrenos,
Por húas, & outras partes repetidos,
Estavaõ prometendo, quando menos,
Grandes mudanças, Reynos divididos³.

Antigamente porém Brás Garcia, embora acreditasse nessas cousas, reagia e não deixava que a superstição se apossasse dêle e o dominasse; mas agora, gasto pela idade e pelos trabalhos, achava-se nesse estado em que os espíritos mais fortes sossobram e caem. Via por toda a parte multiplicarem-se os preságios calamitosos, sinais vários, insólitos, de significação aterradora; e deixava-se sucumbir.

Suponho que os sinais fatídicos, que o poeta descreve no canto final do *Viriato Tragico*, como precedendo a morte do herói lusitano, são os que êle, com a sensibilidade super-exaltada, com a mente ofuscada por apreensões indefinidas, inexplicáveis, ia obser-

¹ Notada, tem a 1.^a ed., êrro manifesto, emendado na 2.^a.

² V. T. xv, 74-75. — ³ V. T. xv, 76.

vando no declinar da vida, ia registando, e que deixavam no fundo da sua consciência um receio vago, um mal-estar incompreensível, um presentimento inexplicável da proximidade da morte. Eram factos naturais, que em outro tempo não mereceriam reparo, mas que agora recebiam essa interpretação nefasta; pois

Que de desditas, que inda estam secretas,
Sam sempre os coraçoēs grandes profetas¹.

Façamos uma leitura atenta dessas passagens, começando pela invocação à Musa:

Inspira em mim, pera chorar cantando,
Harmonia de Cisne lastimosa,
Que suas proprias exequias celebrando,
Morrendo entoa musica saudosa².

.....

¿ Não parece que o poeta, indo falar da morte de Viriato, por um fenómeno que nele não é raro, segundo temos várias vezes notado, vê sobreparem-se e confundirem-se duas imagens distintas, uma antiga e outra moderna, ou, melhor, vê repentinamente e sem transição substituir-se à antiga imagem, que estava focada, a moderna, passando, sem se saber como, a falar de si mesmo, para um pouco adeante se achar novamente, e sem solução de continuidade, a tratar do chefe lusitano? ¿ Pois não pede êle à Musa que lhe inspire um canto lacrimoso, como a *harmonia lastimosa de cisne*, que ao morrer *celebra em música saudosa* as suas próprias exequias? ¿ Quem é aqui o cisne? ¿ quem é que vai cantar essa harmonia lastimosa? ¿ não é o poeta? ¿ mas então as exequias que vai celebrar são as de Viriato, ou as do próprio poeta moribundo?

São evidentemente as de Viriato; há porém aqui, como em muitos outros lugares do poema, uma confusão propositada de pessoas, do tipo com o antítipo, do ideal antigo com a realidade actual, da figura com o figurado. Na vida e acções do caudilho dos lusos e dos seus companheiros, a defender a pátria contra a opressão romana, o poeta quis celebrar disfarçadamente a sua própria vida e acções, e as dos outros patriotas, consagradas à defesa de Portugal contra o domínio castelhano. Daqui as confusões freqüentes, que por vezes temos notado. Não é pois estranhável que o poeta, descrevendo os preságios de mau agouro que finge precederem a morte de Viriato, fôsse nessa descrição introduzindo factos impressionantes que ia observando

¹ V. T. xx, 79. — ² V. T. xx, 2.

nestes últimos anos, e aos quais, mesmo sem querer, talvez com revolta da sua razão, por uma obsessão supersticiosa, por uma fraqueza a que nem os mais fortes escapam, quando chega a decadência da vida, dava significação presaga da sua morte, cuja proximidade não via, mas presentia. Ele mesmo lamentava :

Desdita humana hè, que perto estejão
Da morte os homés, & que não a vejão ¹.

Se isto assim é, como suponho, Brás Garcia nos últimos tempos da existência passava uma vida triste e atribulada, vendo no céu do seu Ayô, nos montes que o circundam, nas fontes, vales e rios que o embelezam, nas árvores, nas flores, nas aves, nas ovelhas, que tantas vezes cantara em seus versos e que tanto prazer lhe davam outrora, nas pessoas de família e nos amigos, que muito estremecia, repetidos avisos tétricos, constantes anúncios fatais, de que a vida lhe ia terminar brevemente.

Seja o poeta, quem fale :

.....
O Ceo cuberto de nocturno luto
Parece que sua morte lhe revela,
E que dela presago o moço louro
Avaro à terra occulta o monho de ouro.

Os patrios montes, asperos gigantes
Pellos olhos das fontes o choravão :
As plantas braços seus tremendo amantes
Parece que de longe lhe acenavão ;
Entre seus pés nos valles retumbantes
As agoas temerosas se queyxavão,
Sendo agoas, plantas, montes, fontes, valles,
Presagios tristes dos futuros males.

As flores, como infermas de advertidas
A se murcharem presto se condenão ;
As Cafilas volateis encolhidas
Com os bicos as penas desordenão ;
As ovelhas das ervas esquecidas
Aos ares bálão, porque não serenão :
Que ares, ovelhas, ervas, flores, & aves,
Retratabo-lhe estaõ prodigios graves.

As terras, em que mais o festejavão,
Com tristeza mayor o despedião,
Porque todos os rostos se enfiavaõ,
Todos os olhos lagrimas vertião :

¹ V. T. vii, 97.

Os coraçoēs nos peytos se alteravão,
 As lingoas ao falar lhe immudecião;
 Que lingoas, corações, olhos e rostos,
 Adivinhão sua morte, & seus desgostos¹.



As apreensões do nosso herói realizam-se enfim. O sol entrara no signo do Leão; as canículas principiaram destemperadas, com excessivos calores, mais próprios da zona tórrida, do que daquela região tão amena.

Brás sente-se doente, e recolhe à cama.

É chamado o vigário Roque Dias de Matos, para confessar e viaticar o doente. A família, assustada, cerca-o de carinhos, e aplica-lhe quantas mèzinhas a arte medicante aconselha. Nenhuns cuidados porém conseguem sustar o progresso da doença.

Na terça feira (j dia aziago!) 8 de agosto do referido ano da Graça de 1656, quando a lua caminhava para o quarto minguante (j péssima fase!), na sua casa de Avô, e no quarto cuja rasgada janela ainda hoje se encontra guarnecidida com o mesmo parapeito de ferro, que nesse tempo a ornava, contemplando da cama, onde jazia, o formoso lago do *Pégo*, que êle tanto amava e tão entusiasticamente cantara em seus versos — ali, cercado de sua mulher, de seus cinco filhinhos, pois o primogénito era falecido, e de suas quatro irmãs que viviam com êle, tendo junto da cabeceira o irmão Dr. Manuel Garcia, que na sua qualidade de sacerdote e capelão da família lhe ministava os últimos socorros espirituais acolitado pelo outro irmão, o padre Matias, exalou o último alento Brás Garcia Mascarenhas.

Assim desapareceu desta vida, na idade de 60 anos, 6 meses e 5 dias, o maior de todos os filhos da fidalga, pitoresca e encantadora vila de Avô — grande patriota, grande soldado, grande poeta.

.....
 Saudoso accento, grave retumbando
 Console com piedade artificiosa
 A viuva Patria, que tal filho perde,
 Convertendo em cypreste o louro verde².

¹ V. T. xx, 8-11. — ² V. T. xx, 2.

IX

Factos póstumos

Por morte de Brás Garcia Mascarenhas ainda não se fez, que me conste, a partilha dos bens do casal, que tivera por chefe Marcos Garcia. D. Maria da Costa continuou a viver com seus filhos na casa que agora era, indevidamente, dêstes e de seus tios. As dívidas, noutros tempos contraídas por Marcos, também se não tinham solvido. Aparecem-nos crêdóres do casal os cunhados de Feliciana Monteiro, residentes em Anadia¹.

D. Maria Madeira da Costa, a sogra de Brás, continuava a dar-se mal com a família de seu genro, hostilizando-a, quando para isso se oferecia ocasião.

Pouco tempo sobreviveu D. Maria da Costa ao marido. Depois de viúva, sempre triste e doente, sempre inquieta com a preocupação do futuro dos filhos, que na morte do pai haviam perdido a melhor garantia de felicidade. No declinar do ano de 1659 achava-se tão definhada, que não era preciso ser profeta para prever um desenlace a curto prazo.

Chegam as festas do Natal. Em casa dos Garcias Mascarenhas foram êsses dias de tristeza e angústias. Receavam-se complicações desastrosas na liquidação da herança pelo falecimento de D. Maria da Costa, que estava iminente. Não era herdada de pai nem de mãe, ambos ainda vivos. Seu falecido marido nunca fizera partilhas com os irmãos. Estava pois bastante embrulhada a situação do casal. Por parte da sogra havia a temer todas as hostilidades, pelo ódio que tinha à esta família, não exceptuando os próprios netos, pois todas as suas simpatias iam para os nascidos de suas filhas Isabel e Ana, ambas casadas em Moimenta da Serra. Temia-se, pelo menos, que viessem demandas longas, intermináveis, que devorariam parte dos bens do casal.

Ponderada a situação numa espécie de conselho de família, tomou-se uma resolução, cujas vantagens e eficácia não posso aquilar. A viúva, apesar-de doente *in extremis*, foi decerto conhecadora e conivente. Assentou-se no seguinte: — que os irmãos e as irmãs solteiras de Brás Garcia, isto é, Manuel, Pantaleão e Matias, Ana, Antónia e Isabel, fizessem um testamento de mão-comum, em que

¹ Doc. LXXXIX e CVII.

instituíssem uma capela, à qual ficassem vinculados todos os seus bens, que seriam administrados por êles enquanto vivos, revertendo os direitos dos que fôssem morrendo para os sobreviventes. Por morte do último, seriam os bens divididos em duas partes iguais, e ficaria com a administração de uma das metades seu sobrinho Tomás Garcia Mascarenhas, filho do seu falecido irmão Brás, e na da outra metade sua sobrinha Maria Monteiro, filha de sua irmã Feliciana, residente em Anadia; com a cláusula porém de que, se em algum tempo os tios paternos da dita sua sobrinha viessem a exigir alguma dívida contraída por seu pai Marcos Garcia, de que êles fôssem credores, tal dívida seria paga sómente pela referida Maria Monteiro, ou por seus herdeiros nos bens do vínculo. Acautelar-se hiam todas as hipóteses sobre sucessão em cada uma das partes dos bens vinculados, como costumava fazer-se ordinariamente em semelhantes instituições¹.

Havia porém uma dificuldade a vencer na execução dêste plano. Era preciso que de tudo se guardasse completo segredo, e por isso não podiam pensar em fazer a escritura em Avô, onde não seria fácil obter inteiro silêncio das testemunhas; e quem lavraria a escritura? o tabelião Bernardo Duarte de Figueiredo, cuja causa criminal contra o padre Matias andava então correndo pelos tribunais eclesiásticos?

Pretextou-se qualquer motivo para irem todos em certo dia a Travanca-de-Farinha-Pôdre, e, deixando em Avô a cunhada com seus filhos, partiram em direcção ao priorado do Pantaleão; mas a certa altura enveredaram para Norte, passaram o Mondego, e, entrando no termo da vila de Óvoa, foram até *ao fundo do Vale do Castinçal*, junto à estrada que vem do lugar do Sobral. Aí os aguardava Manuel de Lindos (?), tabelião do público, judicial e notas daquela vila e seu termo, para isso prevenido, e mais seis testemunhas, trazidas *ad hoc* de Travanca pelo padre Pantaleão. Logo ali em continente, aos 30 de dezembro de 1659², foi lavrada a escritura.

¹ Doc. LXXXIX.

² Diz o sr. Visconde de Sanches de Frias que o referido testamento se lavrou *em 30 de dezembro de 1660*. (*O Poeta Garcia*, pág. 24, nota). — Esta asserção repousa sobre um equívoco, havendo êrro de um ano na interpretação da data da escritura, que constitue o doc. LXXXIX. Escreveu o tabelião: — *no anno do nascimento de noso Senhor Jesus Cristo de mil e seis centos e sesenta annos por ser pasado dia de natal em os trinta dias do mes de desembro etc.* A redacção desta última parte nos revela claramente que o tabelião seguia o uso, que não era raro, de antecipar uma semana o comêço do ano, principiando a 25 de dezembro, dia da

Voltando para Avô, ainda assistiram à cunhada nos seus últimos dias, pois veiu a falecer a 4 de janeiro de 1660, depois de ter recebido os sacramentos, sem fazer disposição alguma testamentária¹.

D. Maria da Costa Fonseca tem sido injustamente acusada de não haver salvado pela publicação as obras de seu marido. ¡Pobre senhora! Só poderá cometer tal injustiça, quem desconheça as condições de vida da infeliz viúva durante êsses atribulados três anos e alguns meses, que sobreviveu ao poeta.



A capela em que foi instituído o vínculo pelos Garcias Mascarenhas em seu testamento, era sita na igreja do convento do Buçaco, tendo por contrato verbal sido cedido pelos carmelitas o respectivo padroado. A escritura desta cedência veiu a ser feita 3 meses depois, a 30 de março, e nela figura como comprador o padre Pantaleão apenas, que reservou o direito de ali ser sepultado ele e os seus sucessores no vínculo².

E não tiveram os bons dos frades de esperar muito pelo cadáver do Pantaleão, que faleceu em Travanca-de-Farinha-Pôdre a 14 de outubro imediato, sendo logo transportado para o dito convento³.

A seguir foram desaparecendo dêste mundo os irmãos: — Manuel a 21 de janeiro de 1662⁴, Ana a 10 de fevereiro de 1663⁵, e Matias a 23 de dezembro de 1664⁶. Só restavam a Isabel e a Antónia, sobre as quais ficou impendendo o pesado encargo de cuidarem da educação e do futuro dos sobrinhos, que viviam na sua companhia.

Tomás Garcia, o mais velho dêstes, pois o António morrera de tenra idade, foi destinado à carreira eclesiástica, por melhor lhe garantir uma colocação honrosa, sem grandes despesas. Lá ia estudando o latim, a lógica e a retórica; em 1664 habilitou-se para a recepção de *prima-tonsurá* e ordens menores⁸. Então reaparecem neste processo de inquirição de

Assinatura de Tomás Garcia Mascarenhas⁷.

festa do Natal, a datar do novo ano do *Nascimento de nosso Senhor Jesus Cristo*. Se a escritura fôsse de 30 de dezembro de 1660, não podia figurar nela como parte o padre Pantaleão Garcia, falecido em outubro precedente (Doc. XCII).

¹ Doc. XC. — ² Doc. XCI. — ³ Doc. XCII. — ⁴ Doc. XCIV. — ⁵ Doc. XCV. — ⁶ Doc. XCVII.

⁷ A.U. — Esta assinatura firma a sua matrícula na cadeira de *Instituta*. — *Matrículas*, vol. 16, l. 3, fl. 109 v.^o.

⁸ Doc. XCVI.

genere os rumores de impureza de sangue, que acompanhavam a família, dos quais já noutro tempo se fizera éco o vigário da vila, Roque Dias de Matos, chamando judeu (ou cristão-novo) ao padre Simão Madeira, eremita de Nossa Senhora do Mosteiro, de Avô¹; mas fazendo duas testemunhas referência a êsses rumores, acrescentaram que eram infundados, como Simão Madeira demonstrara em juízo, sendo o vigário condenado [por sentença pelo crime de caluniador².

Arranjaram os amigos de Brás Garcia para dote de Isabel, a mais velha das filhas do poeta, a propriedade do ofício de escrivão geral das cisas e panos, que havia sido desempenhado por seu avô e por seu pai, e que agora seria servido pela pessoa que viesse a casar com ela. Tem o diploma régio a data de 6 de agosto de 1670³. Assim se ia procurando providenciar sobre o futuro dos órfãos.

Entretanto o jovem Tomás aspira a mais alguma cousa do que ser simples padre de *Requiem*; sente-se com fôrças para conquistar os pergaminhos universitários. Prepara-se, faz o seu exame de suficiência, e matricula-se, em outubro de 1672, nos cursos de *Instituta*, que constituíam o primeiro ano comum das faculdades jurídicas de Cânones e de Leis. Durante este ano trava relações amorosas com uma menina, de quem nada mais sei do que o nome de Comba da Conceição, e casa com ela nos fins daquele ano lectivo de 1672-1673. Provou ter freqüentado as quatro cadeiras de *Instituta* desde o princípio de outubro até ao fim de maio; provou mais assistir na Universidade aos exames dos bacharéis nos meses de junho e julho, e assim ficou com a freqüência do 1.º ano jurídico validada⁴.

Mas a infelicidade, que acompanhou o poeta durante quase toda a vida, continuou ainda depois da morte a perseguir-lhe os filhos. Brás falece a 25 de novembro de 1673⁵; Tomás, minado pela doença, não pode prosseguir nos seus estudos, recolhe a Avô, onde, sem deixar geração, termina os seus dias a 9 de abril de 1674⁶; é seguido de perto ao túmulo pela irmã mais nova, Maria, a 20 de julho de 1675⁷; a mais velha, Isabel, pouco sobrevive, expirando a 8 de janeiro de 1676⁸: e assim, em pouco mais de dois anos, morrem quatro

¹ Vid. *Rev. da Univ. de Coimbra*, vol. I, pág. 22, nota 1, e vol. II, pág. 197 e seg.

² Doc. XCVI. — Vê-se claramente no processo de habilitação para familiar do Santo Ofício do padre António Madeira (1592), que o fundamento dêsses rumores estava apenas no facto de ser baça ou mestiça Leonor Fernandes, mulher de Henrique Madeira Arrais, tronco da família materna do poeta e da de sua mulher.

³ Doc. XCIX. — ⁴ Doc. C. — ⁵ Doc. CI. — ⁶ Doc. CII. — ⁷ Doc. CIII.

⁸ Doc. CLV.

dos cinco filhos que Brás Garcia deixára, restando apenas a Quitéria. O ofício de escrivão das cisas e dos panos, reservado para o futuro marido de Isabel, não passou em dote, por nova mercê régia, à irmã Quitéria, como era razoável; apenas aquela morreu, foi dado a pessoa estranha à família¹.

Em princípios do ano de 1676, a casa dos Garcias Mascarenhas de Avô era pois habitada sómente por duas pobres velhas, Isabel e Antónia, irmãs do poeta Brás Garcia, contando uma 71 e a outra 68 anos, e pela única filha existente do mesmo, D. Quitéria, senhora de 24 anos e meio.



{ Só por estas três mulheres?

Não, infelizmente. Havia um quarto morador, a quem D. Quitéria tratava por *primo Manuel*. { De onde lhe viera este priminho? Vamos sabê-lo.

Quando Matias Garcia habitava na residência paroquial de Travanca, aí pelos anos de 1645-1646, seduziu uma rapariga do lugar, bem reputada, que então contava 23 anos. Chamava-se Ana Duarte, e era filha de João Jorge e Maria Duarte, lavradores abastados, muito bem vistos e queridos na terra².

Procuraram encobrir quanto possível, aos olhos de todos, as relações que mantinham; mas nos fins do ano de 1646 não podia ela já ocultar por mais tempo a sua falta. Para evitar o escândalo, e o descrédito da rapariga, foi o Matias a Bobadela falar com sua tia paterna Isabel Antunes, e fez-lhe confissão sincera do ocorrido; então esta dispôs tudo para que a Ana Duarte fosse recatadamente recolhida em casa de família discreta, onde deu à luz uma criança do sexo masculino, a quem, a 18 de fevereiro de 1647, foi no baptismo imposto o nome de Manuel³, sendo padrinho José Marques, de Oliveira-rinha, primo inteiro do pai da criança⁴, e madrinha a dita Isabel Antunes, sua tia⁵. As relações entre os dois jovens tinham cessado.

Depois disto, Matias recebeu ordens sacras, e foi paroquiar Ançeriz; passado algum tempo, trouxe o filho, ainda criança, para Avô, e entregou-o a suas irmãs, em cuja companhia cresceu, até ser homem⁶.

Viviam juntos e na maior intimidade os dois primos, intimidade inconveniente e cheia de perigos. Um dia, em 1674 ou 1675, tendo

¹ Doc. CV. — ² Doc. XXV. — ³ Doc. LXVIII; — cf. doc. CXVI.

⁴ *Notas geneal.*, I, iii, c. 2. — ⁵ *Notas geneal.*, I, iii, c. 8. — ⁶ Doc. CXIII.

D. Quitéria de 23 para 24 anos e o Manuel cerca de 28, esqueceram-se do que deviam à sua honra e ao bom nome da família.

¡ Pode-se imaginar o enorme desgôsto que êste desastre causou às duas pobres vêlhinhas e à parentela mais chegada !

O mal estava feito; era necessário saná-lo. Mas não podiam casar sem dispensa do impedimento que havia: o próximo parentesco de 2.^º gráu de consanguinidade. Escreveu-se para Roma a pedi-la com urgência, e, quando veiu, obteve-se do bispo-conde D. Fr. Álvaro de S. Boaventura um despacho, em que permitia que o casamento se fizesse na igreja paroquial de Galizes, recatadamente, longe da família e dos vizinhos; para se evitarem novos ditos, comentários e vexames.

Ali se realizou efectivamente o matrimónio a 11 de fevereiro de 1677¹.



É uma página bem triste da história da família dos Garcias Mascarenhas de Avô, esta que acabo de esboçar; nem eu teria coragem para tocar em tal assunto, se ainda fôsse inédito. Por um bem natural sentimento de piedade e comiseração, e pela simpatia e respeito que nos merece a memória de Brás Garcia Mascarenhas, eu deixaria esta fôlha em branco e passaria adeante, sem que a consciência me acusasse de ter faltado ao dever de cronista. Mas o caso deu em Avô e cercanias tal brado e causou tanto escândalo, que a sua memória transpôs as gerações e os séculos e chegou até nós. A culpa desta longa notoriedade e retumbância cai principalmente sôbre a avó de D. Quitéria, a velha odienta e rancorosa, que até à morte mostrou a preversidade que lhe ia na alma.

No testamento de D. Maria Madeira da Costa, aprovado em 16 de dezembro de 1680, achando-se já sanada pelo matrimónio aquela desgraça, lê-se um trecho repugnante, reproduzido pelos genealogistas que se ocupam do ramo avoense dos Garcias Mascarenhas, e já publicado no seu livro *O poeta Garcia* pelo sr. Visconde de Sanches de Fries². ¡ Aquela mulher, no referido testamento, desherda sua neta, contando ao vivo, em termos despejados e repelentes, a desgraçada falta em que ela cairá, embora o casamento houvesse legalmente apagado essa nódoa ! ¡ É um período infame, que define bem o ódio vesgo da megera desnaturada que o ditou ! Se não fôra essa declaração testamentária, ninguém hoje

¹ Doc. CVI.

² Pág. 27, nota 1.

saberia de tal episódio doloroso de família; passaria sem reparo o facto de haver nascido o primogénito antes do casamento dos pais, porque, de certo propositadamente, para evitar, quanto possível, que ficassem para o futuro vestígios daquela irregularidade, deixou de se lavrar o assento do seu baptismo.

Mas, além de ser infame, esta denúncia está cheia de falsidades para mais denegrir a falta. Dá o Manuel Garcia Mascarenhas por filho *espúrio do Padre Mathias*, o que é falso, porque foi gerado *sendo este ainda leigo*¹, ou, mais rigorosamente, quando era simples minorista. Afirma que a mãe, Ana Duarte, então ainda viva, *alem de ser de gente vil e baixa, é molher de ruim fama*; o que não passa de flagrante mentira, pois os pais, embora fossem de categoria social modesta, eram contudo lavradores dos principais da terra, gente honrada e de vergonha. Ana Duarte nunca foi *molher de ruim fama*, apesar de haver tido a infelicidade de cair naquela falta, que se tornou do domínio público; depois desta infelicidade, ela, pelo seu bom comportamento e pelas suas estimáveis qualidades, continuou a ser bem vista de toda a gente². Apareceu-lhe mais tarde, ao fim de 14 anos de vida irrepreensível, um bom homem de Travanca-de-Farinha-Podre, também lavrador, viúvo, de nome Sebastião Marques, a pedi-la em casamento a seu pai João Jorge, a esse tempo também já viúvo. Casaram a 5 de outubro de 1661³, e alguns meses depois, a 17 de fevereiro de 1662, morreu-lhe o dito pai; a 11 de agosto desse último ano foi-lhe baptizada uma filha com o nome de Maria⁴. Ficou viúva a 16 de maio de 1674⁵, e veiu a morrer a 15 de novembro de 1684⁶, sem que nesse período de 37 anos, decorridos depois do nascimento do seu filho bastardo, houvesse alguma nota a macular-lhe a reputação. E o que resulta da leitura dos processos de inquirição *de genere*, que correram para as ordenações de Brás Garcia Mascarenhas e Manuel Garcia Mascarenhas, filhos de D. Quitéria, e portanto netos paternos de Ana Duarte⁷.



Nasceram a D. Quitéria três filhos e uma filha: — José, aí por

¹ Doc. CXIII. — ² Doc. CXIII e CXV. — ³ Doc. XCIII.

⁴ C. S., *Registo paroquial de Travanca-de-Farinha-Podre*, l. 1, cad. 2, fl. 14.

⁵ Ibid., cad. 5, fl. inumer.

⁶ Ibid., cad. final, fl. 78.

⁷ Arquivados na C. E.

cêrca de 1676; Manuel, que foi baptizado a 8 de setembro de 1678; Brás a 9 de fevereiro de 1680; e Maria a 7 de Março de 1685.

Em 1681, quando dos irmãos do poeta Brás Garcia só restavam Isabel e Antónia, estas, por escritura de 27 de janeiro, lavrada pelo tabelião Alexandre de Figueiredo Jácome¹, revogaram o testamento de mão comum que com seus irmãos haviam feito em 1659, e fundaram um novo vínculo². Nomearam administradores dêste, depois da morte da última delas, seus sobrinhos D. Quitéria e marido, devendo suceder a êstes o filho mais velho. A sucessão continuaria sempre na linha da primogenitura legítima masculina, e na falta de descendência legítima masculina passaria à feminina, igualmente legítima. Faz-se nesta escritura menção de todos os prédios compreendidos na instituição, que são trinta e dois, figurando em primeiro lugar a casa de habitação onde residiam, e que ainda hoje é habitada por um dos filhos do último administrador do vínculo. Explicam a revogação da primitiva instituição vincular, de metade da qual deveria ser administradora sua sobrinha Maria Monteiro, de Anadia, e sua descendência. A explicação é esta:—havia sido na escritura testamentária posta a cláusula de que ficaria a cargo desta pagar quaisquer dívidas, que restassem das que seu avô Marcos Garcia contraíra com os cunhados de sua filha Feliciana, tios da dita Maria Monteiro; ora, em vez de assim se fazer, vieram os ditos tios vexar com uma execução os herdeiros de Marcos pela dívida de 170\$000 réis, ou mais. Desgostos e aborrecimentos de família, que deram em resultado ficarem todos os bens do casal reunidos e vinculados em posse da única filha do poeta, que teve descendência.



Brás deixou inéditas as suas obras literárias todas. Estavam escritas em cadernos, que êle guardava cuidadosamente, fechados talvez na gaveta do bufete de castanho, que ainda hoje se conserva na sala nobre da sua casa de Avô, com a restante mobília do século XVII, grandes cadeiras de braços, de carvalho, substituído vergonhosamente o antigo estofo de damasco por tábuas de pinho.

Nem um só dos versos de Brás Garcia chegou a ser impresso em vida do autor; e, depois da sua morte, a má fortuna perseguiu-lhe a família, como acabamos de vêr, não havendo ocasião asada para em tal se pensar.

¹ Filho de Bernardo Duarte de Figueiredo. — *Notas geneal.*, III, vi a, 3.

² Doc. CVII.

Em 1671 publicou-se um livro, em cujo frontispício se lê:—*A destruiçam / de Espanha, / restauraçam summaria / da mesma. / Ao Princepe / Dom Pedro / nosso Senhor, / Governador, & legitimo Successor do Reyno / de Portugal.* / (Armas reais, encimadas pelo dragão em timbre) / Por o Doutor Andre da Sylva / Mascarenhas, do Desembargo do dito Senhor. / Lisboa. Com as licenças necessarias. / Por Antonio Craesbeeck de Mello, Impressor do / Princepe N. S. Anno 1671. — As licenças, que traz no fim e no princípio, são datadas, a primeira de 1 de setembro de 1669, a última de 5 de junho de 1671.

É um poema em oitava rima, distribuído em 9 cantos, denominados *livros*; tem por assunto a queda do reino visigótico pela invasão muçulmana, e o comêço da restauração pelo início da reconquista cristã. Vem antecedido de um prefácio do autor *ao leitor*, e de vários elogios encomiásticos em versos portugueses, latinos e espanhóis, assinados por diversos, entre os quais figura a M.^e Violante do Céu.

Pois nesse livro encontra-se o corpo de delito de um estupendo roubo literário, descarado e escandalosíssimo. De plagiato se lhe tem dado o nome; é certo porém que uma grande parte do poema não passa de simples cópia de longas séries de estâncias do *Viriato Tragico*. Confronte quem quiser os dois poemas, e encontrará, entre várias outras transcrições, as seguintes: só no livro III da *Destruïcam de Espanha*, a série de onze estâncias compreendendo os n.^{os} 26-36 são cópia da série n.^{os} 2-12 do canto iv do *Viriato Tragico*; as trinta e uma que teem os n.^{os} 39-69 reproduzem a n.^º 6 e de 8 a 37 do canto ii; finalmente as dezasseis que vão do n.^º 71 a 86 lêem-se no canto iv, onde teem os n.^{os} 14-32. É não se diga que foi só neste livro III que o desembargador se apropriou da fazenda alheia. No livro IV as nove estâncias 98-106 são trasladadas do canto v, estâncias 2-10; no livro V lêmos, sob os n.^{os} 7-8, as estâncias 1-2 do canto xx, e com os n.^{os} 9-13 as cinco de igual numeração do mesmo canto; na que tem o n.^º 16 lá estão engastados cinco versos da estância 7.^a do canto xv. E assim por deante.

Mas ¿ quem era êste extraordinário gatuno-literário, que se encobria com a beca de alto magistrado judicial? Vamos sabê-lo.



O Doutor Andre da Sylva Mascarenhas, do Desembargo do Princepe D. Pedro, nosso Senhor, Governador, & legitimo Successor do Reyno de Portugal, na interdição del-rei D. Afonso VI, tem sido até hoje um desconhecido para toda a gente. Sabia-se apenas que figu-

rava como autor do poema *A Destruïçam de Espanha*. ¿ Qual a sua família e naturalidade, as suas carreiras académica e judicial? Nada se sabia.

O sr. Visconde de Sanches de Fries apenas diz a tal respeito que él — , pelo apelido e vizinhança da sua naturalidade, parece aparentado dos Mascarenhas, de Arô¹. Mas ¿ qual era a sua naturalidade?

Inocêncio Francisco da Silva escreveu a respeito d'este publicista: — Doutor em Leis pela Universidade de Coimbra, Desembargador da Relação do Porto, de que tomou posse a 20 d'Agosto de 1673. — Consta que fora natural de um lugar da Beira alta, nos limites do bispado de Lamego; — e mais adeante, referindo-se aos furtos por él feitos à obra de Brás Garcia Mascarenhas, acrescenta — que parece seria até seu próximo parente, a julgarmos pela identidade dos appellidos e proximidade das patrias d'ambos².

Antes d'estes, Barbosa Machado referiu que André da Silva Mascarenhas foi — natural de hum lugar da Beira entre os limites do Bispado de Lamego, Doutor na facultade de Direito Cesareo³. — Eis a fonte onde todos foram beber. De um modo vago, Barbosa Machado disse que él era do bispado de Lamego. Não foi preciso mais: era da província da Beira, usava o apelido de Mascarenhas, logo, inferiram os outros, deverá ser parente do poeta.

A averiguação precisa e séria d'estes dois pontos — naturalidade e suposto parentesco — tem muito interesse para se vêr como é que André da Silva conseguiu apropiar-se de um exemplar do *Viriato Tragico*, poema cuja existência era conhecida apenas de uma roda muito restrita de amigos do poeta, e de que pouquíssimas cópias se tiraram, talvez sómente aquela que pelo desembargador foi aproveitada. Êste viveu na persuasão de que nenhum outro exemplar subsistia; aliás não se atreveria a trazer à publicidade com o seu nome de autor à frente, um poema, que em grande parte não passava de obra alheia. Era preciso que estivesse bem seguro de não poder ser desmascarado; que supusesse com sério fundamento não existir outro exemplar além do seu.

Se él pertencia realmente à família, comprehende-se que obtivesse por empréstimo da mulher do poeta, ou, mais verosimilmente, do irmão Dr. Manuel Garcia, o próprio autógrafo, que o conservasse em seu poder algum tempo, até morrer quem lho emprestara, e mais

¹ O poeta Garcia, pág. 64.

² Diccionario bibliographico portuguez.

³ Bibliotheca lusitana.

tarde, seguro de que já lho não exigiam, e supondo de todo o ponto inverosímil que alguém o tivesse copiado, realizasse então o latrocínio e a publicação, persuadido de que não poderia jamais ser descoberto.

A hipótese porém cai pela base. Arquitectou-se este castelo de cartas, que um sopro faz vir abaixo. André da Silva nem era da Beira, nem tinha parentesco algum com os Garcias Mascarenhas; também não pode ser contado entre os *doutores em leis pela Universidade de Coimbra*. Tudo pura fantasia dos biógrafos.

Vejamos o que consegui averiguar.

Fazendo parte da magistratura judicial, André da Silva tinha, sem dúvida, um curso universitário jurídico, probabilissimamente na Universidade de Coimbra, como refere Inocêncio da Silva. Foi para aqui que dirigi as minhas primeiras investigações.

Rebusquei no Arquivo desta Universidade os termos de *Matriculas* nos cursos de *Instituta*, comuns às duas faculdades jurídicas, e nos de Cânones e de Leis, e bem assim os assentos de *Provas de curso* e os de *Autos e graus*, retrogradando de 1665 para trás. Entre os estudantes que frequentaram as faculdades de Cânones e de Leis e que nelas fizeram actos e se graduaram nos 43 anos decorridos de 1622 a 1665, não encontrei nenhum André da Silva Mascarenhas, nem André Mascarenhas; mas achei um único André da Silva. ¿ Seria este?

Reparei no nome do pai, constante dos termos de matrícula: não usava nem o apelido Silva, nem Mascarenhas, pois se chamava muito châmente Manuel Fernandes Camarena. Percorri os livros de *Provas*

Assento de matrícula de André da Silva na facultade de Leis, a 13 out. 1640¹.

de curso respeitantes ao período em que este André da Silva foi aluno da Universidade, pois só ali é que, por acaso, poderia aparecer a sua assinatura, como testemunha abonatória da freqüência de algum condiscípulo. Esta indagação deu resultados completos para a identificação. Encontrei três assinaturas suas: a 1.^a diz simplesmente *Andre da Silua*²; a 2.^a e 3.^a estampam um segundo apelido — *Andre da Silua Mzq*³, abreviatura bem conhecida de Mascarenhas.

¹ A.U. — *Matriculas*, vol. 8, l. 6 fl. 38 v.º.

² *Provas de curso*, vol. 21, l. 1, fl. 15 v.º.

³ *Ibid.*, l. 2, fl. 15 e fl. 55 v.º.

Encontrara pois o nosso homem a frequentar a Universidade; e de todos os termos que dêle rezam, com excepção de um, consta qual a sua naturalidade: era de Lisboa. Andam por tanto erradas

as notícias transmitidas por Barbosa Machado, Inocêncio da Silva e Sanches de Frias.

Assinatura de André da Silva Mascarenhas¹.

Apurei o *curriculum uitae academicae* do autor do furto literário a Brás Garcia.

Frequentou o primeiro curso de Artes no convento de S. Domingos em Lisboa², e depois apresentou-se na Universidade de Coimbra em outubro de 1634, a fazer a sua primeira matrícula, com certidão de suficiência nos conhecimentos preparatórios, datada de 14 do mesmo mês³. Neste ano lectivo de 1634-35 frequentou as quatro cadeiras de *Instituta*⁴; em 1635-36 cursou seis cadeiras de Leis⁵; em 1636-37 seis de Cânones⁶; em 1637-38 quatro de Leis⁷; em 1638-39 matriculou-se em Leis a 16 de outubro⁸, não ficando registo da sua prova de curso, entretanto a 17 de maio dêste ano fez o seu acto de bacharel e recebeu o grau em Leis⁹; em 1639-1640 frequentou duas cadeiras de Cânones¹⁰; em 1640-41 duas de Cânones¹¹, e concluiu pelo respectivo acto, a 27 de maio, a sua formatura na faculdade de Leis¹². Saíu pois de Coimbra em maio de 1641, levando as suas cartas de bacharel formado, e não mais voltou à Universidade como candidato aos graus superiores.

¹ A.U. — *Provas de curso*, vol. 21, l. 2, fl. 52 v.^o.

² Obteve depois uma provisão régia, mandando levar em conta êste curso, a qual foi apresentada na secretaria da Universidade no ano lectivo de 1636-37, onde ficou registada. — *Provas de curso*, vol. 22, l. 1, fl. 17.

³ *Matrículas*, vol. 7, l. 5, fl. 42 v.^o.

⁴ *Provas de curso*, vol. 21, l. 1, fl. 15 v.^o.

⁵ *Matrículas*, vol. 8, l. 1, fl. 33; — *Provas de curso*, vol. 21, l. 2, fl. 14 v.^o.

⁶ *Matrículas*, vol. 8, l. 2, fl. 19 v.^o; — *Provas de curso*, vol. 22, l. 1, fl. 15.

⁷ *Matrículas*, vol. 8, l. 3, fl. 37; — *Provas de curso*, vol. 22, l. 2, fl. 15.

⁸ *Matrículas*, vol. 8, l. 4, fl. 39 v.^o.

⁹ *Autos e graus*, vol. 31, l. 3, fl. 69 v.^o.

¹⁰ *Matrículas*, vol. 8, l. 5, fl. 39 v.^o; — *Provas de curso*, vol. 23, l. 2, fl. 10 v.^o.

¹¹ *Matrículas*, vol. 8, l. 6, fl. 38 v.^o; — *Provas de curso*, vol. 24, l. 1, fl. 7 v.^o.

¹² *Autos e graus*, vol. 32, l. 2, fl. 76 v.^o.

* *

Assim caíu por terra quanto se tinha dito e escrito para explicar o facto de ter ido parar às mãos dêste Mascarenhas de contrabando o manuscrito do poema composto pelo outro Mascarenhas, êsse autêntico. Nem eram da mesma região, nem tinham laços de parentesco, nem, provavelmente, se conheciam. Havia um fortuito encontro do mesmo apelido nos dois, mas Brás usava-o *jure hereditário*, enquanto que em André o *Mascarenhas* não passava de um anagrama, de ares afidalgados, do *Camarena*, plebeíssimo apelido (se não era alcunha) do pai. Dando outra disposição às letras, e introduzindo dois *ss*, que lá não existiam, arranjou para si o apelido *Mascareñas* ou *Mascarenhas*, de famílias nobres de Portugal e Espanha. Vê-se que desde novo o acompanhou a mania de cobiçar nobreza que não tinha, e de se apropriar do que não era seu; de eugenetómano passou a cleptómano.

¿ Como poude êle então obter o manuscrito do *Viriato Tragico*, não tendo laços alguns, nem de família, nem de província com os Garcias Mascarenhas de Avô, para quem era um estranho, um desconhecido?

As investigações ainda não estavam concluídas. Talvez o *curriculum uitae iudicariae* do nosso desembargador fornecesse algum elemento para a solução do problema.

Escrevi ao meu bom e velho amigo sr. Pedro de Azevedo, 1.^º conservador da Torre do Tombo, a pedir-lhe notícias, e em breve recebi da sua incansável amabilidade esclarecimentos preciosos, acompanhados de cópias diplomáticas de vários registos das Chancelarias de D. João IV e D. Afonso VI.

O licenciado¹ André da Silva Mascarenhas, depois de ter servido o cargo de juiz-de-fora na vila de Chaves, e em seguida o de corregedor da comarca da cidade de Miranda², foi nomeado por diploma régio de 17 de novembro de 1659 para o logar de *corregedor da cidade da Guarda, por tempo de três anos*³. Mais tarde foi provedor da comarca e vila de Santarém⁴; em 1671 já êle se decorava, no frontispício do seu livro, com o título de desembargador; no ano de 1673 foi provido em um logar de desembargador extravagante da

¹ Era o tratamento que geralmente se dava naquela época aos bacharéis formados.

² Chancelaria de D. João IV, l. 22, fl. 163.

³ Chancelaria de D. Afonso VI, l. 21, fl. 92.

⁴ Ibid., l. 37, fl. 137,

relação e casa do Porto¹; finalmente em 1694 passou ao de desembargador dos agravos da mesma casa².

Ora, durante a sua estada de três anos na Guarda, era bem possível que lhe chegasse às mãos o *Viriato Tragico*. Brás Garcia, apenas terminado o seu poema, naturalmente enviaria uma cópia a qualquer dos generais ou oficiais, seus amigos e admiradores, que militavam na fronteira, com o qual mantivesse correspondência afectuosa; e êsse exemplar, por uma série de circunstâncias fortuitas, poderia, decorridos anos, ir parar às mãos do corregedor da Guarda. É perfeitamente verosímil esta hipótese.

Apresenta-se-me porém uma outra, do mesmo modo verosímil, e talvez mais provável ainda.

André da Silva Mascarenhas tinha um irmão, militar aguerrido, e patriota cheio de serviços, que se chamava Manuel da Silva Boto. Em 1641 a conspiração contra D. João IV, em que se acharam implicados alguns fidalgos da primeira nobreza, foi descoberta e denunciada por um Manuel da Silva Mascarenhas. ¿ Haverá entre êles alguma relação? Ignoro-o.

Manuel da Silva Boto residia na vila de Moimenta da Beira, bispado de Lamego, onde era capitão-mór havia muitos anos, e onde tinha gente miliciana sempre equipada e pronta a combater à primeira voz. Todas as vezes que se dava alguma invasão castelhana nos territórios de Riba-Côa, ou que ali se realizava qualquer operação militar ofensiva ou defensiva, êle, ao mais leve rebate, ao mais simples aviso, reunia logo a gente do seu distrito armada, corria a Pinhel, juntava-se com a tropa paga que guarnecia esta praça, e dali ia combater com denodo o inimigo, entrando várias vezes por terras de Espanha. Assim é que tomou parte activa nos sucessos de *Aldea do Bispo, castello da Guarda e outros muitos de incendios de villas e lugares de Castella*, sendo dos que melhor fizerão sua obrigação e, também não faltou no incendio da villa de Albergaria³.

Tudo isto foi alegado e provado por seu irmão o licenciado André da Silva Mascarenhas. Em virtude disso foi concedida ao dito Manuel da Silva, por diploma de 28 de abril de 1671, em satisfação de tudo, uma renda de 20.000 reis, assinados no almoxarifado da Guarda⁴.

Deve notar-se que Aldea-del-Obispo foi tomada e queimada por

¹ Chancelaria de D. Afonso V, l. 37, fl. 137.

² Ibid., l. 46, fl. 130 v.^o.

³ Ibid., l. 45, fl. 179 v.^o.

⁴ Ibid.

D. Sancho Manuel em 1642; o assalto, saque e incêndio na vila de Albergaria, sem se conseguir tomar o castelo, realizou-se sob o comando de D. Álvaro de Abranches a 30 de agosto de 1643, tendo nesta empresa parte importante a tropa auxiliar, entre a qual a de Moimenta, que foi retida perto de vinte dias em Alfaiates pelo general, *imaginando viria o inimigo tomar satisfação da queima de Albergaria*¹.

Militaram pois na mesma região e serviram com dedicação e patriotismo a causa da pátria, combatendo por ela na mesma fronteira e pela mesma época, os dois capitães, Brás Garcia e Manuel da Silva. É pois bem natural que tivessem travado relações de bôa amizade, e nada inverosímil que o poeta brindasse o capitão-mór com uma cópia do *Viriato Tragico*, se porventura êste fôsse um intelectual, e nada nos diz que o não era. ¿ Seria da mão de seu irmão que André da Silva recebeu o exemplar do poema? É possível.

Fôsse porêm como fôsse, o que é certo é que o manuscrito caiu em poder do juiz, e que êste, sabendo que o autor era já falecido, e supondo que ninguém mais conhecia o poema, persuadido levianamente de que o poeta não deixára outro exemplar, entendeu que podia aproveitar dêle tudo aquilo que lhe conviesse, e apresentar, como obra sua, bôa parte dêle, sem perigo de jámais ser descoberto o latrocínio.

¿ E seria de entre os manuscritos de Brás Garcia, sómente o *Viriato Tragico*, que chegou às mãos do desembargador? ¿ Não iria junta cópia do *Tomo de Santos & Remanses varios*, ou dos *versos em que celebrou a festa das 40 horas*, ou finalmente das *Comedias cõ que festejou muitos Santos*? Levantaram-se no meu espírito algumas suspeitas ao relêr a declaração com que André da Silva remata o prefácio de *A Destruição de Espanha* nos termos seguintes:—«Outra mais alta historia, que a da Destruição de Espanha tenho eu proposto de compor dos milagres, que em húa Lapa obrou aquella soberana Princesa, que em outra Lapa nos deu o Rey do Céo, & da Terra; mas como esta divina Historia procedeu da Destruição de Espanha, foi conveniente primeiro tratar da dita Destruição: que sendo aceita (como confio) em breve com o favor de Deos, darei satisfação ao que nesta prometo». — Certamente que entre as poesias sacras de Brás haveria muitas tendo por objecto as excelências e milagres da Virgem santíssima.

Estava o desembargador tão côncio do excenso merecimento das

¹ *Successos militares*, fl. 172.

poesias religiosas que tencionava publicar, e que haviam de dar grande brado no mundo literário e *fazer espanto a todo o universo*, que não duvida coroar o seu poema heroico, estampando-lhe as seguintes duas estâncias finais, dirigidas ao príncipe regente:

Por Tymbre as Armas tendes do divino
Capitaō, que por nós morreo na Cruz,
Que Rey pode no mundo aver tão dino,
Que na stemma logre as chagas de Jesus:
Com tal escudo mais que adamantino,
Mandado pello Rey da eterna luz,
Podeis bem segurar vossa clemencia,
Que armas de Deos naõ sofrem resistencia.

Nas armas de Jesus, & vossas, paraō,
Alto senhor meus versos numerosos;
Em quanto as Mundas outros me preparaō,
Para vossos louvores gloriosos:
Se Apolo, & as nove Irmaãs me não reparao
Nas audacias de feitos tão famosos,
Ei de formar de vós taō raro canto,
Que a todo o universo faça espanto¹.

Prometia cantar os *louvores gloriosos* do príncipe, que no escudo tinha as próprias armas de Jesus, Deus e *Rey da eterna luz*; mas Brás já tinha cantado as grandezas d o *Monarcha da celeste glória*, quando anualmente em sua honra juntava nos *valles de Avô cortes bellas*, nas quais sua divina Majestade *assistia quarenta horas*, cercado de

... applausos grandiosos,
Que inda estão repetindo eccos saudosos²

¿ Estaria André da Silva de posse também dumá cópia do caderno dos *versos* com que o poeta avoense *celebrou a festa das 40 horas*, e tencionaria aproveitá-los também para a projectada publicação? Que andava entusiasmado com a excelência das espécies poéticas de carácter religioso, que possuia armazenadas para um dia, em momento oportuno, com elas causar o *espanto do universo*, não resta dúvida. ¿ Seriam elas de lavra própria ou alheia?

Isto não passa de uma suspeita, infundada talvez; é entretanto bem certo o anexim popular: — *Cesteiro que faz um césto, também faz um cento; o caso é ter madeira e tempo*³.

¹ A *Destr. de Esp.*, ix, 62-63.

² V. T., xv, 63.

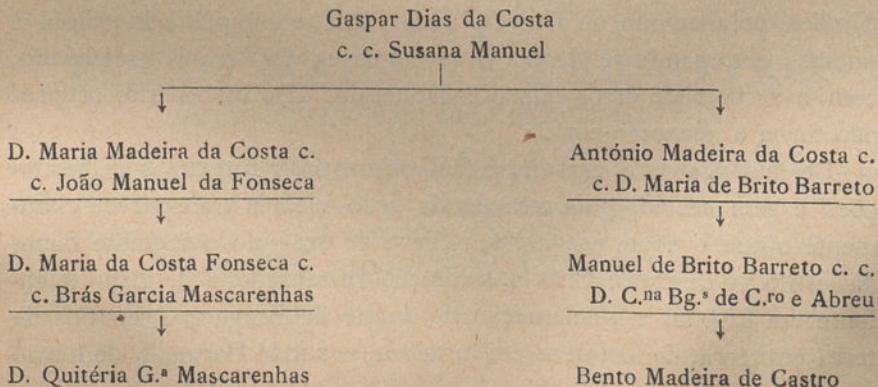
³ É esta a forma que tem na Beira-alta, referente ao material de que ali se



Felizmente, na casa dos Garcias Mascarenhas, de Avô, ainda continuavam a êsse tempo guardados os *copiosos cadernos* e *tomas* de poesias de Brás, avultando entre êles os volumes que continham o *Viriato Tragico* e as *Auséncias Brasilicas*. Nos fins do século XVII foram êsses manuscritos lidos e saboreados por Bento Madeira de Castro, que em 1699 afirmava: — *que ainda existem pera credito de seu engenho*; — *que de sua letra hoje existem, dignos de aureos Caracteres*, — desses *copiosos cadernos*, que durão; — *Finalmente este Tomo de Viriato como morgado de sua affeyçao, tendo-o composto quando militava, o pretendia dar à estampa, & purificar, se a morte lhe não atalhasse os intentos, que agora em parte logramos na publicação deste seu volume*¹.

Não era pois único o exemplar do *Viriato Tragico*, aproveitado por André da Silva Mascarenhas. Havia outro, o que Brás deixara em sua casa, e que foi aproveitado e editado pelo referido Bento Madeira de Castro, a quem se deve o altíssimo serviço de evitar que desaparecesse integralmente a obra poética do nosso biografado.

Quem era êste benemérito das letras pátrias? Um rico morgado da região, senhor de importantes vínculos herdados de seus pais, bisneto de Gaspar Dias da Costa avô da mulher de Brás Garcia; era portanto segundo primo de D. Quitéria Garcia, como se pode vêr no seguinte esquêma:



fazem os cestos — madeira de castanho, devidamente preparada em tiras delgadas como correias. Noutras partes o anexim fala de *vêrga e tempo*.

¹ Doc. CXII.



Correspondeu realmente a um grande serviço a publicação do *Viriato Trágico*. Infelizmente porém a edição saiu muito imperfeita e errada¹.

O poeta ainda não tinha dado por definitivamente pronto e devidamente limado o seu poema; trabalhava em o *purificar*, quando a morte o surpreendeu. Mas são nêle freqüentes os êrrros de linguagem e de métrica, as passagens obscuras ou sem sentido, que não pode admitir-se haverem saído assim da pena do escritor, ainda mesmo na sua primitiva redacção,

Sabemos, por Bento Madeira no-lo dizer, que os cadernos poéticos do seu parente por afinidade eram autógrafos; autógrafo devia ser pois o original do *Viriato*, lido e relido muitas vezes pelo autor, que corrigiria logo à primeira leitura qualquer *lapsus calami* que tivesse escapado. Não é portanto admissível que êsses êrrros da edição do *Viriato Trágico* sejam devidos à ignorância ou descuido do escrevente.

São resultantes sim, já de equívocos de leitura do tipógrafo, que mal entenderia a letra, aliás suficientemente clara, do poeta, já de lapsos tipográficos ou êrrros de caixa cometidos no acto da composição. Todos êles se corrigiriam, se houvesse uma bôa e acurada revisão de provas, conferindo-as com o original e emendando as *gralhas* existentes. Mas Bento Madeira de Castro não reviu, nem para isso teria a indispensável competência técnica. Mandou para Coimbra o manuscrito, que foi entregue na oficina tipográfica de António Simões, privilegiado da Universidade. Ali se compôs e imprimiu o poema, entregando-se depois os exemplares do livro já estampado, com o recheio de êrrros que o conspurcam. Do manuscrito original não torna a aparecer notícia.

De muitos versos errados é fácil reconstituir o texto, sem hesitações e sem receio, pois através da lição viciada transparece claramente o que o poeta escrevera. Sirva de exemplo o seguinte facto. No canto xv descreve Brás a revolução restauradora de 1640 triunfante em Lisboa, e a aclamação do duque de Bragança, repetida de terra em terra, de fortaleza em fortaleza, por todo Portugal, de forma que

Em todas as mais Praças Portuguesas,
Foy com pressa tão celebre acclamado,

¹ Publicamos na página fronteira uma reprodução do frontispício desta primeira edição.

VIRIATO TRAGICO

EM

POEMA HEROICO

ESCRITO POR

BRAS GARCIA MASCARENHAS

*natural da Villa de Avôna Provincia da Beira, &
Governador, que foy da Praça de Alfayates
na mesma Provincia.*

OBRA POSTHUMA.

OFFERECIDA AO SERENISSIMO PRÍNCIPE

DOM IOAM QUE DEOS GUARDE.

POR

BENTO MADEYRA DE CASTRO

Cavaleyro Professo da Ordem de Christo.

EM COIMBRA, Com as licenças necessarias.
Na Officina de ANTONIO SIMOENS Impressor da Uni-
versidade Anno de M.DC.LXXXIX.

Que em dez dias não fica ao que bravea
Palmo de terra, nem de muro amea¹.

Conta a saída rápida de todos os espanhois do solo português, e o amor, a quase adoração, que todos os nacionais tributam a D. João IV. A narrativa conclue com estas duas estâncias, em que refere como foi a bôa-nova recebida nas nossas possessões :

Nas mais partes do Imperio dilatado
Por ultra mar aonde a nova soa,
Hè logo Rey legitimo acclamado,
Sem discrepar a voz de húa pessoa :
Porque o propinquo, ou longinquuo Estado
Observa sempre a grimpa de Lisboa ;
Mas que os ventos lhe dem de varios modos,
Pera donde ella vira, viram todos.

Sò a Terceyra pessoa, força de grã nome,
Depois de largo cerco foy tomada
Ao contrario, que a vio a pura fome,
Inda que inexpugnável, espurguada.
Se hà força, que por força se não tóme,
Por fóme a mais difficult hè tomada,
Esta, que de grã fama o mundo enchia,
Opprimida se vio dos que opprimia².

O primeiro verso desta segunda estância, não só é horrorosamente hipermétrico, mas não faz sentido. Temos aqui êrro graúdo. Não haverá porêm indivíduo tão pouco atilado, que não veja logo à primeira vista que o tipógrafo, ao compôr, fez a intercalação absurda da palavra — *pessoa* — lembrando-se talvez da *terceira pessoa* da Santíssima Trindade; eliminado êste vocábulo, fica o texto com a pureza nativa que lhe deu o poeta, ao descrever a rebeldia da ilha *Terceyra*, que só pela fôrça das armas, e *depois de largo cerco, foy tomada ao contrario*.

Como êste, outros muitos versos há no poema, errados na gramática, no sentido, ou na métrica, que facilmente se restauram; mas quantos não se lêem por todo o poema que, reconhecidos como deturpados na composição tipográfica, não podem emendar-se sem grave risco de se adulterar por nova forma o que o poeta escrevera! Tenho-me abstido quanto possível, sistemáticamente, de transcrever estes versos; quando porêm a isto tenho sido forçado, por conterem notas auto-biográficas interessantes, uso sempre a cautela de, ao

¹ V. T. xv, 96. — ² V. T., xv, 99-100.

propor qualquer emenda hipotética, a indicar como tal, pois pode não corresponder ao manuscrito do autor.



Segunda edição do *Viriato Tragico* saiu em 1846, dirigida e custeada pelo Dr. Albino de Abranches Freire de Figueiredo. Também foi um bom serviço prestado por este benemérito beirão, natural de Côja: concorreu para se divulgar o poema, que era ainda pouco conhecido, pela grande raridade dos exemplares da 1.^a edição. Mas, infelizmente, o Dr. Albino de Figueiredo não cuidou de fazer uma edição crítica, nem sequer de procurar restaurar o texto, até onde é realizável com segurança esta operação; na 2.^a edição aparecem, em regra, os mesmos êrros da 1.^a, aumentados com algumas novas *gralhas* tipográficas. Houve porém a infeliz ideia de lhe *modernizar* a ortografia, e assim aparece o texto bem mais viciado a este respeito do que na *editio princeps*.

Jus a grande reconhecimento alcançará quem, dispondo de competência, cuidado e amor, tomar sobre si a empresa, que demanda largo fôlgo, de produzir 3.^a edição, esta crítica, da qual resulte, até onde puder ser, o restabelecimento do texto na sua forma primitiva. Quem a tal se abalançar, tem de proceder previamente a um estudo confrontado do poema *Destruicam de Espanha* com o *Viriato Tragico*, pois estou convencido de que algumas das lições variantes que encontramos nos versos furtados por André da Silva, serão aproveitáveis para corrigir deturpações, que o tipógrafo introduziu nos versos de Brás. É muito delicado e melindroso esse trabalho, que se impõe, de uma edição crítica; mas não é isso razão para que o não tente alguém, que por suas superiores e raras qualidades, esteja em condições de o fazer.



Voltemos a Avô, e vejamos o que entretanto sucedia em casa dos Garcias Mascarenhas.

A 18 de agosto de 1686, com 39 anos de idade e 9 de casado, falecia Manuel Garcia¹, deixando viúva D. Quitéria. Decorridas pouco mais de duas semanas, morrem no mesmo dia, a 11 de setembro, as duas únicas irmãs do poeta que restavam², causando sensação na vila as duas urnas funerárias, levadas uma junto da outra

¹ Doc. CVIII. — ² Doc. CIX e CX.

no saimento para a igreja, e nesta colocadas a par sôbre a éssa durante as exéquias. Quatro anos depois expira D. Quitéria Garcia, a 13 de abril de 1690¹, deixando os quatro órfãos todos menores: — José, Manuel, Brás e Maria². Ignoro quem foi o tutor dêles.

Em 1697 casou o primogénito José da Costa Mascarenhas com

Assinatura de José da Costa Mascarenhas³.

D. Joana Gomes de Miranda, irmã do vigário de Avô Luis Velho de Miranda, e filha do capitão de Miranda do Côrvo, João Ve-

lho de Miranda⁴. Contava ela 36 anos e meio, êle cerca de 21.

O mais novo dos rapazes, o Brás, ao atingir a maioridade dos 21, passou para a companhia de um tio materno de sua mãe, o padre Matias Quaresma da Fonseca, licenciado na faculdade de Cânones, o

Assinatura do licenciado Matias Quaresma da Fonseca⁵.

último dos filhos de D. Maria Madeira da Costa⁶. Tinha sido reitor da igreja de S. Paio de Fão até 1692, em que veiu para reitor do Espinhel, comarca de Esgueira, hoje concelho de Águeda, igreja esta, que era do padroado dos duques de Bragança.

Foi em 1701 que Brás Garcia Mascarenhas (3.^º do nome na família avoense), neto do poeta, foi viver com seu tio-avô para o Espinhel. Ordenou-se de menores em 1702⁷ e de ordens sacras em 1710, sendo o seu património eclesiástico constituído em bens, que para êste efeito lhe doou por escritura de 2 de dezembro de 1705 D. Susana Manuel da Costa, irmã do licenciado Matias Quaresma⁸. Vê-se pois que os filhos de D. Maria Madeira não herdaram os ódios desta ao poeta Brás e à sua descendência, antes pelo contrário iam

¹ Doc. CXI.

² Not. geneal. IV, II.

³ C.E.—Firma o depoimento que fez como testemunha, em Avô, a 23 fev. 1701, no processo para a ordenação de diácono, de Manuel Nunes.

⁴ Not. geneal. IV, III.

⁵ C.E.—Em um processo para a ordenação de diácono, de António Ribeiro, numa declaração datada em Avô a 6 jun. 1672.

⁶ Not. geneal. III, v, b, 8.

⁷ Doc. CXIII.

⁸ Not. genel. III, v, b, 6.

reparando, quanto podiam, os males por ela causados. Em 1710 foi o padre Brás apresentado pelo tio como cura da igreja de S. Simão de Oyá, anexa à de Espinhel; ali se conservou até 12 de março de 1714, em que faleceu, deixando em testamento todos os seus bens ao irmão Manuel. Seu tio e protector Matias Quaresma havia morrido em Avô, a 14 de abril de 1713.

Lembrou-se então o Manuel Garcia Mascarenhas de se ordenar, o que fez em 1715-1717¹, constituindo o patrimônio eclesiástico, por escritura de 3 de março de 1717, nos próprios bens que herdara do irmão.

Quanto à irmã Maria Garcia Mascarenhas nada sei, senão que morreu nova e solteira.

Assinatura de Manuel Garcia Mascarenhas².



José da Costa Mascarenhas teve apenas um filho, Brás Garcia Mascarenhas (4.^º do nome na descendência de Marcos Garcia, de Avô), o qual veiu a casar com a sua conterrânea D. Maria da Costa de Mesquita, com quem se achava ligado por duplos laços de consanguinidade, pois seu bisavô, o poeta Brás Garcia Mascarenhas, era primo inteiro da bisavó dela, que se chamava Maria de Mesquita, e a bisavó dêle, D. Maria da Costa Fonseca, era sobrinha do bisavô dela, Francisco Dias da Costa, como se vê no esquema da página fronteira.

Tiveram quatro filhos e sete filhas. Dos rapazes houve dois, a quem foi dado o nome de Brás, o primeiro dos quais morreu criança, assim como o José; subsistiram o segundo Brás (6.^º do nome na família e o Tomás Caetano, de todos o mais novo. As irmãs chamarvam-se — Quitéria-Angélica, Mariana, Josefa, Maria, Joana (única que tomou estado), Antónia, e Tomásia³.

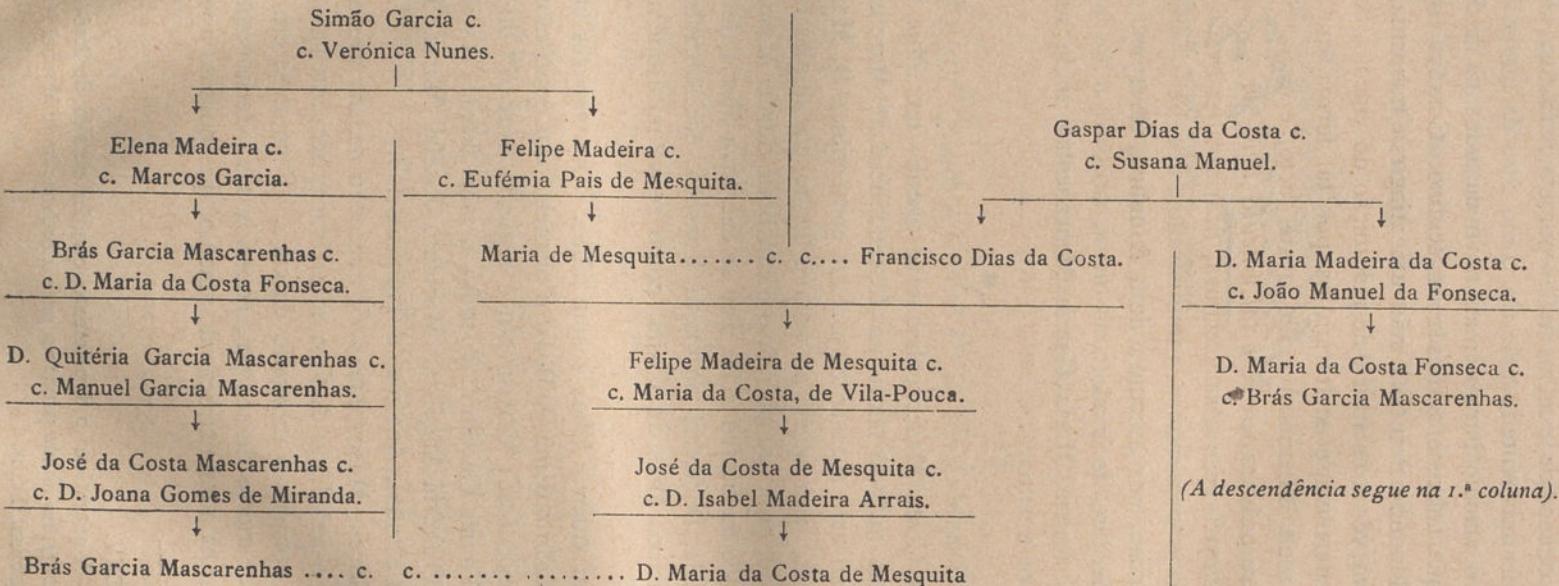
Brás Garcia Mascarenhas (6.^º) recebeu ordens menores em 1763 para obter o privilégio do fôro eclesiástico, sem intenção de ascender às sacras, por ser o morgado da casa. Formou-se em Cânones em 1768, e por morte de seu pai, ocorrida a 24 de novembro de 1771, sucedeu-lhe na administração do vínculo, que possuiu apenas 21 dias,

¹ Doc. CXV.

² C.E. — A autenticar o depoimento que fez na vila de Avô em 1701, sendo então estudante, no citado processo para a ordenação de Manuel Nunes.

³ Not. geneal. IV, iv.

ESQUEMA GENEALÓGICO



pois foi surpreendido por morte prematura a 15 de dezembro imediato, sendo ainda solteiro.

Passou o vínculo para o mais novo de todos os irmãos, Tomás Caetano, único subsistente do sexo masculino. Contava então 15 anos, ficando sob a tutela de sua mãe até atingir a maioridade. Nunca lhe deixaram vêr a escritura de instituição do vínculo, cuja administração lhe pertencia; ocultaram-lha por tal forma, que muito mais tarde, em 1824, se queixava êle dêste facto, e declarava: — *quero saber em que Ley vivo, e se o tal vinculo deve ser ou não reputado tal*¹. Se tivesse visto essa escritura, ficaria sabendo que, conquanto fôsse êle, enquanto vivo, o administrador dos bens vinculados, por sua morte passaria o vínculo à linha feminina, revertendo para a descendência legítima de sua irmã Joana, pois os filhos que êle tinha eram excluídos da sucessão por serem bastardos. Talvez (¿ quem sabe?) se êle conhecesse as condições dos bens que administrava, tivesse dirigido a sua vida de outra maneira, por forma que, tendo prole legítima, êsses bens ficassem na sua descendência. Em carta escrita a um sobrinho², queixa-se das tias dêste, suas irmãs, atribuindo-lhes o terem sumido a escritura de instituição, sem deixarem traslado algum.

Contou-me o meu velho amigo António da Costa Mesquita, de Avô, parente dos Garcias Mascarenhas e conhecedor das tradições da sua casa³, que as irmãs de Tomás Caetano, quando esconderam o traslado da escritura, por forma que o irmão não tivesse conhecimento das suas disposições, ao mesmo tempo queimaram toda a papelada antiga da casa, receando, na sua ignorância, que entre ela houvesse algum documento de que o irmão pudesse aproveitar-se para desviar para os seus filhos ilegítimos os bens vinculados, em detrimento do filho legítimo de sua irmã Joana. Mais informava António da Costa, que foi nesse auto de fé aos documentos e papelada antiga da casa, que desapareceram os cadernos com a obra poética do nosso herói. Ignoro qual a fonte de informação daquele meu amigo, infelizmente já falecido, e qual o grau de credibilidade dessa fonte.



D. Joana Margarida de Mesquita Mascarenhas, irmã de Tomás Caetano Garcia Mascarenhas, nascera em 1750 e casou em 1789 com António da Gama e Gouveia de Abreu Leitão, já viúvo, senhor de

¹ Doc. CXVII. — ² Ibid.

³ Not. geneal. II, XIII, c'.

casa abastada, residente em S. Martinho-da-Cortiça¹. Em Avô nasceu seu filho único, Brás Garcia Mascarenhas (7.^º do nome). A mãe de António da Gama era natural do Casal-do-Fundo, freguesia de S. Miguel de Rio-de-Moinhos, hoje concelho do Sátão, onde possuía bens; foi ali que Brás casou com D. Maria Albina de Lucena Cardoso, e teve dois filhos, Tomás e José Maria, e uma filha, D. Maria Amália². Não chegou a entrar na posse da administração dos bens do vínculo de Avô, porque faleceu em 1838, sendo ainda vivo seu tio Tomás Caetano.

O primogénito, Tomás Garcia Mascarenhas³, casou na terra da naturalidade de sua mãe, Sarrazela, hoje freguesia de Vila-de-Igreja, concelho do Sátão. Houve sete filhos, nascidos uns em Casal-do-Fundo, outros em Sarrazela. Como por morte de seu tio-avô Tomás Caetano, o Tomás Garcia lhe sucedeu no vínculo dos Garcias Mascarenhas, transferiu a residência para a vila de Avô, onde ficou vivendo com seus filhos, dos quais é actualmente vivo apenas um, o senhor Francisco Garcia Mascarenhas, cujo filho único, senhor Tomás Brás Garcia Mascarenhas, é quem hoje habita com sua esposa o solar onde nasceu e viveu o capitão-poeta, seu 8.^º Avô. Dos filhos falecidos de Tomás Garcia deixaram descendência: — João Tomás Garcia Mascarenhas, na freguesia dos Olivais, aros de Lisboa; António Garcia Mascarenhas em Decermilo, concelho do Sátão; Luís Augusto Garcia Mascarenhas em Avô.

José Maria de Mesquita Garcia Mascarenhas, filho segundo de Brás Garcia e irmão de Tomás Garcia⁴, casou em Rio-de-Moinhos com D. Ventura de Jesus de Almeida Souto-Maior, de quem teve uma filha e um filho. Aquela, de nome D. Constança Garcia de Mesquita Mascarenhas⁵, casou com o Dr. Luís Xavier do Amaral Carvalho, e houve dêste consórcio duas filhas, ambas ainda vivas, — a senhora D. Júlia Xavier de Carvalho Mascarenhas, viúva do juiz de direito Dr. Francisco Soares de Albergaria, sem geração; e a senhora D. Leonor Xavier Garcia Mascarenhas, casada com o senhor António Cardoso de Meneses, director da Escola Agrícola Morais Soares, que residem em Coimbra a educar seus filhos, duas meninas e um rapaz, ainda menores.

São êstes dois ramos, nos quais seguem a linha de Tomás Garcia e a de José Maria de Mesquita, os únicos que hoje representam a descendência directa do poeta avoense Brás Garcia Mascarenhas.

¹ Not. geneal. IV, v. — ² Not. geneal. IV, vi. — ³ Not. geneal. IV, vii a. —

⁴ Not. geneal. IV, vii b. — ⁵ Not. geneal. IV, viii b.

Brás Garcia Mascarenhas

ESTUDO CRÍTICO-LITERÁRIO

ADVERTÊNCIA

Incumbiu-se de escrever esta segunda parte do estudo sobre o poeta Brás Garcia Mascarenhas, com a alta competência que todos lhe reconheciam, o nosso distinto colega no professorado da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Dr. Carlos de Mesquita.

Um estudo crítico-literário sobre o poema Viriato Trágico era o assunto preciso, de que se encarregara. Nêle pensava com amor e entusiasmo, quando a morte o surpreendeu a 9 de maio de 1916. Nada chegara a escrever; mas os poucos amigos, com quem trocava impressões a tal respeito, tiveram ocasião de admirar várias vezes a agudeza de engenho, a profundidade de vistos e a originalidade de apreciações da sua crítica, ao apreciar o poema viriatino. Era um trabalho de largo fôlgo, cheio de interessantes aspectos.

Em homenagem ao grande professor, aqui publicamos um artigo sobre o mesmo assunto, que ele em tempo escrevera despretenciosamente, currente calamo, — confiando na sua grande memória, sem dispor de recursos alguns bibliográficos, tendo à mão apenas um exemplar truncado do Viriato Trágico, — para ser estampado em um modesto jornal de província, A Gazeta da Beira, que se publicava em Oliveira do Hospital. Saiu em o n.º III, correspondente a domingo 3 de março de 1907, sem que o autor sequer revisse as provas tipográficas.

Ainda então não cogitava, que viria a tentar fazer um estudo especial do assunto. Não pode pois, em face dêste rápido esboço, ajuizar-se dos méritos e desenvolvimento que teria o trabalho, que ultimamente o preocupava.

Coimbra, 21 de abril de 1921.

A. DE VASCONCELOS.

O Viriato Trágico

A velha alegoria da Ocasião, que é preciso agarrar pelos cabelos, sendo calva da nuca e fugindo com coturnos alados, que se encontra logo nas primeiras páginas do *Viriato Trágico*, tem uma rigorosa aplicação às condições históricas dos monumentos literários. A História tem instáveis momentos de crise que, fazendo-se consciência no cérebro dum homem de génio, desabrocham nos *Lusíadas*, no *D. Quixote*, na *Comédia Humana*. Passados êles, debalde se tenta igualar essas imagens, que a onda grava do seu equilíbrio, em chapas de excepcional sensibilidade, durante a inapreciável fracção de segundo que medeia entre a ascenção e o espraiamento. Depois da sazão épica, as epopeias, embora às vezes tenham excelentes trechos líricos e descritivos, não passam de pachorrentos exercícios de retórica. E na calmaria morta dos tempos, o esfôrço impotente para atingir o clangôr da «tuba canora e helicosa», em vez de «acender o peito» e de «mudar a côn ao gesto», só produz a compaixão por quem se mostra assim incapaz de compreender a sua época, e de se resignar sensatamente às condições dela. É o que acontece a todas as nossas pseudo-epopeias posteriores aos *Lusíadas*, as nossas epopeias de estufa, podemos assim chamar-lhes.

Os autores delas não tinham o génio de Camões, nem para lá caminhavam, porque, como todas as excepções humanas, mantendo o génio com a população uma relação numérica aproximadamente constante, e sendo exígua a sua percentagem, não era natural que o mesmo século visse nascer dois Camões num país de dois milhões de habitantes. Mas ao próprio Camões, com as mesmíssimas qualidades individuais, teria sido impossível alguns anos mais tarde escrever os *Lusíadas*.

Nesse livro maravilhoso, o mundo moderno, atingindo a plenitude da fôrça, toma consciência da sua grandeza, e compara-se com orgulho ao mundo antigo, e é isto que constitue o interesse universal e eterno do poema. Ele é a epopeia da civilização moderna, da Renascença, cantada pelo Poeta supremo de uma das duas nações que vão na frente do movimento, não já da romanização de uma faixa da Europa, mas da arianização do globo. Camões apareceu no momento preciso, apareceu mesmo quando a onda, continuando com a comparação de há pouco, já se precipitava para se espraiar e desfazer. Ele bem sentia em volta de si a «austera, apagada e vil tristeza», que ia avassalando tudo. Mas a grandeza ainda estava muito próxima, ainda lhe permitia crêr na possibilidade de suspender o desabamento,

na possibilidade de um Portugal que fôsse, como outra Roma, a metrópole dum império imenso, não se limitando como o dela a enolver o Mediterrâneo, mas abrangendo dentro de si os grandes mares «nunca dantes navegados».

O momento duma vasta epopeia moderna passara, e o espírito público em Portugal, na época de Brás Garcia Mascarenhas, pode exprimir-se por uma palavra: o *sebastianismo*.

O profeta desta interessante religião nacional fôra, todos o sabem, Gonçalo Anes Bandarra, sapateiro de correia, natural de Trancoso, que a *Dedução Cronológica* decidiu não passar dum embuste dos jesuitas, mas cujo processo inquisitorial existe na Torre do Tombo. Bandarra era como Bunyan, o escritor caldeireiro da Inglaterra, um homem do povo exaltado pela leitura da Bíblia, a que se entregara durante oito anos, segundo a sua confissão no processo, em 1541. As suas trovas vagamente proféticas, inspiradas em reminiscências bíblicas, falavam de grandes desgraças e da aparição dum príncipe, que lhes poria fim, um príncipe cujo nome era «Dom foam»¹, que

Tirará toda a Erronia,
Fará Paz em todo o mundo,
De quatro Reys o segundo
Averá toda a vitoria².

O comentador e parafraseador dêstes enigmas proféticos, D. João de Castro, explicava em 1603 que êste príncipe era D. Sebastião, como numerosíssimas pessoas acreditavam, e que, se a trova lhe chamava o segundo dos quatro grandes reis, é porque considerava o papa como o primeiro.

Um homem de génio, para compreender e encarnar êste espírito colectivo, devia participar do misticismo do seu país, ter um espírito filosófico que tirasse ao objecto dêle, o *príncipe encoberto*, a signi-

¹ Eis o texto bandárrico:

«Saya? Saya esse Infante
Bem andante?
O seu nome he Dom foam:
Correrlheam o Pendam,
E o Guiam,
Poderoso e triumphante.
Virlheam nouas num instante
Daquellas terras presadas,
As quaes estam derramadas,
E declaradas
Por seu Rey dally a diante».

(Paraphrase et concordancia / de algvas Prophe- / cias de
Bandarra, capateiro / de Trancoso. / Por Dom IOAM DE
CASTRO. / Gravura tosca / 1603, na fl. 113).

² Ibid., fl. 122 v.º.

ficação estreitamente individual, alargando-o em símbolo, e um forte saber para lhe insuflar a autoridade das «letras sagradas e profanas», dando-lhe aos olhos dos cultos o prestígio, de que pela sua humilde origem carecia.



Para agarrar esta Ocasião pelos cabelos, faltavam quase totalmente as qualidades a Brás Garcia Mascarenhas, que o seu poema nos mostra como um espírito lúcido, sem grande profundidade e sem complexidade, ponderado, são, e vendo no mundo apenas os aspectos exteriores, como um pintor ou um escultor. O homem da Ocasião foi o padre António Vieira, já Oliveira Martins o disse.

Ao contrário porém do autor da *História de Portugal*, eu ouso considerar a nação sebastianista, não como o cadáver dum povo, mas como uma nação empobrecida, inculta, ignorante, meio despovoada, sim, mas conservando o fecundo núcleo essencial duma nacionalidade: um espírito, um ideal colectivo. ¿ Como se pode dizer que estivesse morto um povo, cuja poesia consistia precisamente na fé inabalável no próximo advento duma grandeza política, que eclipsaria as mais brilhantes épocas da sua história? Eu, pela minha parte, considero morto um povo quando êle se reduz a uma massa amorfa, sem outro elemento de coesão além do território e da língua, e não quando os espíritos apresentam esta perfeita convergência, que foi o misticismo sebástico.

O padre António Vieira fez, com êsse misticismo político do povo português, o que todo o homem de génio capaz de compreender o seu tempo e o seu país e de influir nêles faz com os secundos germens da alma colectiva. O seu papel é semelhante ao de Garrett na época do romantismo. Sim, dizia êle, o rei esperado, o Encoberto, voltará, já mesmo voltou, mas feito carne em D. João IV: — e, talvez por indústria sua, o príncipe *Dom foam* das trovas do Bandarra aparecia agora transformado em *Dom João*. O glorioso império profetizado virá; — e a sua erudição em letras sagradas desenterrava incansavelmente, dos profetas e dos escritores eclesiásticos dos primeiros séculos, predições que os feitos já passados dos portugueses tinham realizado em parte, o que era um seguro penhor da realização das outras. Em 1851 foi pela primeira vez publicada uma carta dêle ao conde de Cantanhede, que diz dos sebastianistas:

«... São os sebastianistas uma sorte de gente, que, quanto em si há, faz êste reino seguro e feliz; ... se vêem prosperar as armas de Sua Majestade, ostentam aplausos e jubilos maiores, porque teem por certo que principia ali a sua desejada monarquia; se vêem mur-

murar da frouxidão e descuidos da defensa, não presumem culpa dos ministros, mas misteriosa disposição da Providência Divina; porque tem por infalível que não serve mais Portugal a Castela».

A resignação passiva perante as desgraças e o contentamento inerte perante os triunfos não eram, como se vê, do seu agrado. As profecias, diz a *História do Futuro*, asseguram-nos o Quinto-Império, mas é necessário que sejamos instrumentos dos decretos divinos. Levando essas profecias como divisa nos escudos, os nossos soldados seriam invencíveis nas batalhas; — mas era preciso batalhar. Compare-se o tom quase de gracejo da carta transcrita, com a arguta dialéctica da *História do Futuro* e com o ardor de convicção dos sermões políticos, compare-se a sua fé mística no Quinto-Império com o espírito prático revelado na sua vida de conselheiro político e de diplomata, e ver-se-há que mixto, mas mixto coerente e organizado, de ironia, de simpatia, de sinceridade e de astúcia era o homem a quem verdadeiramente só cabe o nome de poeta, ou, melhor, de profeta do Portugal restaurado.

Desta exaltação mística da alma portuguesa no tempo de Brás Garcia Mascarenhas apenas se encontra um frouxo reflexo no canto xv do seu poema. Por aí se vê que o poeta conhecia as trovas em que o sapateiro de Trancoso profetizava grandes e jubilosos acontecimentos para a era de 40¹. Esta data não fôra forjada depois da Restauração para pôr o facto consumado de acordo com a profecia. Já em 1603 D. João de Castro, na sua *Parafrase e Concordânciam* dava tratos à imaginação para a aplicar ao século que começava, o que conseguia elevando ao quadrado o número 40, e obtendo assim 1600². Vê-se bem pela palidês das oitavas de Brás Garcia que êle as

¹ Diz assim a trova :

«E depois da embaixada
Declarada
Agora que correm corenta,
Erguersea gram tormenta
No que atenta,
Mas logo sera amansada.
E tomaram a estrada
Da çilada:
Nam auera quem os acoute:
Darlbeam aquella noute
Tal açoute,
Que a Fe seja exalçada».
(Ibid., fl. 87).

² «Começemos pois a interpretaçam & a declarar os Corenta: os quaes se hâ de entender quadrados, quero dizer, multiplicados em si, que somam mil & seis centos. O qual numero quadragenario nam he pouco mysterioso na Escritura sagrada, de que se Deos tem por muitas vezes seruido em castigos, como també

escreveu apenas por dever patriótico e por gratidão para com o monarca, a quem devia o governo de Alfaiates e a liberdade, depois da sua prisão no Sabugal, e não porque se sentisse sinceramente arrastado pelo espírito sebástico da época.

Quem não conhecesse outro documento dela, nem suspeitaria sequer que alguém então sonhasse com um império mais quimérico do que a Ilha das Sete Cidades, que procuravam os nossos navegadores do século xv, munidos do pergaminho régio, que lhes assegurava a capitania dela, com toda a jurisdição civil e criminal sobre os encantados que a povoavam. Todavia o *Viriato Tragico* é um poema da Restauração. Mas o espírito positivo do seu autor apenas encarou a conjuntura sob o ponto de vista prático e restrito da defesa do território, que simbolizou na resistência dos antigos lusitanos à conquista romana.

Ele próprio o dá a entender no comêço do canto II, quando diz:

Se assumpto fôra muito mais honrado,
O que a presente Guerra me offreia
Hé melhor, por frustar Zoilos nocivos,
Cantar aos mortos, que adular aos vivos¹.

Muito verosimilmente o poema foi concebido durante o curto período em que o autor comandou a *Companhia dos Leões*. Não podia deixar de dar-se em Brás Garcia Mascarenhas, simultâneamente letrado e homem de acção, um facto tão velho, não direi como o mundo, mas, sem dúvida alguma, como a literatura: o hábito de, mesmo nos momentos de mais febril actividade, contemplar como um espectador estranho os próprios actos, aferindo-os pelos padrões literários. D. Quixote, recitando pelos campos sobre o rocinante um comêço de capítulo imaginário, em que a sua primeira sortida à procura de aventuras heroicas é descrita no estilo das suas leituras cavalheirescas, é uma caricatura desta prática, aconselhada pelo Dr. António Ferreira, como meio de estimular a bravura, numa epístola ao seu amigo João Lopes Leitão, que militava na Índia:

Ou teu armado braço estê no que usa,
Com Marte contendendo em fortaleza
Sem ao Rume acceptar ouro, ou escusa,

agora aquy delle se serue pera o mesmo fim. Algúas cousas ha que fazem o princípio desta profecía muy escuro ou mais propriamente fallando, muy escuras & difficeis de alcançar». — (*Ibid.* fl. 88).

¹ V. T. II, n.

Ou rompendo com furia, e com braveza
As escumosas ondas, vás levando
Socorro á quasi entrada Fortaleza,

Não deixes de ir cos olhos só passando
Estes versos, verás quanto ás trombetas
Mais animoso som estaram dando

.....
As Musas ouve sempre, acendem fogo
Nos altos coraçoēs, e o mór perigo
Te fazem parecer prazer, e jogo¹.

Servindo-se dum daqueles similes freqüentes no seu estilo e tão cheios da frescura das cousas realmente vistas, que às vezes não é excessivo dizer dêles, aplicando a frase de A. de Vigny, que enternecem como uma criança afirmando simplesmente o que viu, conta-nos Brás Garcia que construiu o seu poema sôbre o testemunho insuspeito das «extranhas penas»,

Como quem pela praya vae pisando
Pisadas que outro deyxa nella impressas¹.

É mais que possível que já então tivesse lido nos historiadores latinos as referências a Viriato, que lhe serviram mais tarde de guia, e que essas passagens já se misturassem na sua memória às poucas oitavas dos *Lusiadas*, de que é assunto o pastor,

..... que no seu nome
Se vê que de homem forte os feitos teve².

As reminiscências literárias acordadas pela analogia das situações deviam acender nêle «o fogo» de que fala António Ferreira, e fazê-lo sentir-se como que possesso pelo espírito do remoto chefe lusitano. Para nos convencermos de que o Viriato do poema, pelo menos na fase ainda regional e guerrilheira da sua história, é o autor transportado para os tempos pré-romanos, basta comparar o feito de armas, que rendeu a Brás Garcia a prisão no Castelo do Sabugal, com um dos primeiros actos de bravura do seu herói, o que começa na estância 58 do canto II. São perfeitamente idênticos tanto no objecto como na estratégia.

O objecto do primeiro foi o destroço duma força espanhola, que levava consigo boas prezas feitas àquem fronteira; o do segundo o

¹ Poemas lusitanos do Dr. Antonio Ferreira, 3.^a ed. (1829), t. II, pág. 115.

² *Lusiadas*, III, 22.

ataque duma força romana, que escoltava as bagagens dum forte exército, ainda distante. A estratégia de ambos é a das guerrilhas: a emboscada num desfiladeiro de passagem forçada em país montanhoso, o ataque imprevisto, a retirada pronta. A teoria dessa tática é eloquientemente feita nesta oitava, que o poeta põe na bôca de Víriato:

A princesa das Aves nos insina,
Como Ha de ser a guerra executada:
Nam vedes como dece repentina,
Sobre a caça, que pasce descuydada?
E que não pára nunca em tal rapina,
Senão que pello ar arrebatada
A vem comer sobre um penhasco duro,
Que inda que bruta, julga-o por seguro? ¹

Neste poema a expressão directa dos sentimentos — o amor do território, a revolta perante a invasão, a indignação contra os actos crueis e traiçoeiros dos inimigos — é sempre breve, e, quando o não é, é frouxa e convencional. Na pintura animada dos actos, por que se traduzem êsses sentimentos, é que consiste a verdadeira superioridade dêste poeta. E assim deve ser, tratando-se duma epopeia bárbara. Em espíritos simples, tendo ao seu serviço músculos fortes e ágeis, não há intervalo sentimental entre a impressão e a reacção. Por isso as decisões do herói e do seu cortejo de figuras secundárias são freqüentemente comparadas aos impulsos das aves de rapina, dos lobos, dos cães de caça. As scenas de bravura e violência organizam-se quase sempre em imagem nítida no espírito do leitor. Mas um episódio então, que para mim é encantador, é o de Serralvo, espécie de Caliban gigantesco, informe e inconsciente da própria força, que num recontro se esconde detrás das bagagens, amedrontado como um javardo. Uma repreensão do chefe prestigioso, que ele recebe tremendo, fá-lo partir numa explosão de furor súbito, que o torna irresistível e destruidor como um ciclone.

Desejava poder copiar aqui todas essas oitavas², porque êsse admirável quadrinho é feito com tal sobriedade, e reduzido de tal forma aos traços essenciais, que é impossível dar uma idéa dêle e fazer compreender porque é que a figura e a ferocidade cega, como a duma força da natureza, dêsse monstro e o seu ar grotesco de urso domado, depois de vestido com os ricos despojos dum legionário, se nos gravam tão profundamente na visão interior.

¹ V. T. II, 51.

² Encontram-se transcritas nas págs. 43-44.



Ao passo que a área das façanhas de Viriato se vai alargando, e que o seu prestígio e poder vão aumentando, fazendo-o passar de simples chefe de montanheses, amantes da independência, a um verdadeiro general e monarca, a epopeia bárbara vai-se transformando num poema de cavalaria, com amores, descantes nocturnos, desafios e torneios.

Quando Viriato, fatigado da guerra e sentindo a sua gente e os seus cavalos igualmente fatigados, resolve ir passar umas festivas férias às suas montanhas natais, aparece metamorfoseado num cortês, magnânimo e faustoso rei Artur. A pintura do acanhamento rústico dos serranos à chegada do seu antigo companheiro, no meio dum deslumbrante cortejo, é um dos mais breves, mas sem dúvida um dos mais admiráveis quadros, que o poeta traçou:

A turba pastoral, que prevenida
Estava, para seu recebimento,
Quando vio tanta Gente, & taõ lusida,
Tão Guerreiro, & pomposo ajuntamento ;
Pellos altos penhascos dividida
Com mudo, & vergonhoso acatamento,
Encolhida entre os rusticos penedos,
Seu Pastor sinalavão com os dedos¹.

Antes de partir para a serra, Viriato mandara espalhar por toda a Península cartéis convidando a um torneio todos os cavaleiros que quizessem mostrar o seu valor, prometendo aos vencedores grandes prémios. Assim costumava fazer o grande rei Artur. Acodem ao convite cavaleiros de todo o mundo então conhecido, que viajavam pela Espanha buscando glória e instrução, e trazem brasonadas nos escudos alusões a seus passados feitos, a suas mágoas amorosas, e, por baixo das insígnias, divisas, ora lastimosas, ora arrogantes.

Milhares de operários, erguendo torres, anfiteatros, circos, construindo barcos para regatas nas lagôas, transformam mágicamente a áspera e selvagem serrania numa cidade maravilhosa. Além do torneio e da regata, as festas compõem-se também duma tourada, do jôgo das canas, de combates de feras com cattivos. Quase todo este canto é admirável, e sem dúvida o melhor do poema. A tourada, o torneio, a regata, são obras primas de colorido e de movimento. As descrições de cavalos soberbos e garbosos são verda-

¹ V. T. xi, 15.

deiros modelos de precisão de termos, e de justeza de ritmo. Uma pequena amostra:

Soprando aqui, & ali fogo evapôra,
Com húia, & outra maó bate na silha,
Com tanta força as desce, que sonora
Cayxa parece a terra quando a trilha¹.

Este poema de cavalaria, enxertado na rude epopeia da independência, e que com ela se mistura, não descende directamente da literatura cavalheiresca anónima, nem mesmo das novelas portuguesas que nela se filiam. É um fruto tardio, talvez até o último, do interessante ramo, que a Itália dos séculos xv e xvi fez brotar da velha árvore épica com Boiardo e com o seu grande continuador Ariosto, os elementos dos dois ciclos épicos medievais, o carolingio ou franco e o arturiano ou bretão, fundem-se. Do primeiro aproveitam o pessoal e a localização histórica, do segundo o maravilhoso e a parte do pessoal destinado a manobrá-lo: — o sábio Muerlin com o seu numeroso cortejo de encantadores e feiticeiras, e com o seu material de anéis mágicos, de lanças encantadas e outros talismans. A colossal e justíssima popularidade dessa incomparável obra-prima de poesia fantástica, humana e maliciosa, que é o *Orlando Furioso*, deteve cerca de meio século os modelos clássicos e a poética clássica em respeito perante os domínios da poesia narrativa. Por cerca de meio século se sucederam as tentativas infelizes, para conciliar os elementos clássicos da epopeia com os elementos cavalheirescos, que a influência dos dois *Orlandos*, principalmente do segundo, tornara inabaláveis. Mascaravam-se de pares de Carlos Magno os heróis de Homero, e pregavam-se asas de anjo aos deuses, que na *Iliada* descem do Olimpo para tomar parte nos combates em frente das muralhas de Troia. Prolongaram-se estes artifícios para resolver o conflito até que, já no último quartel do século xvi, um grande poeta, não se pode bem dizer que conciliasse, mas forçou pela autoridade do seu génio as duas tendências antagonistas a uma trégua mais duradoura, com mais aparências de paz definitiva aos olhos da sua geração e da geração seguinte. Refiro-me ao Tasso e à *Jerusalem Libertada*, de que deriva imediatamente a estrutura fundamental do *Viriato Tragico*.

A actualidade, que acontecimentos contemporâneos davam aos assuntos remotos dos dois poemas — a atitude ameaçadora dos turcos no tempo de Tasso, a guerra da restauração no tempo de Brás Garcia — torna ainda maior a analogia dos dois poemas, apesar da grande,

¹ V. T. xi, 111.

da enorme diferença de valor que os separa. No *Viriato Tragico* a supressão de todo o maravilhoso medieval aproxima mais este poema da epopeia neo-clássica, embora também o maravilhoso pagão nêle se ache reduzido às modestíssimas proporções de ornato literário, em uma pálida alegoria, no canto 1¹, e a poucas referências a divindades antigas. E é precisamente por esse aspecto mais clássico e também pelo grande afastamento da época em que se passa a ação, que a parte cavalheiresca, sendo nesta obra muito mais atenuada que no seu modelo italiano, tem nela um destaque muito mais violento.

A influência directa de Ariosto, além desta pelo intermédio de Tasso, é reconhecível até na criação da amazona Órmia, que é a Bradamante do *Orlando* (o poeta chama-lhe mesmo uma vez «a nossa animosa Bradamante»²) apenas com os vários auxiliares mágicos da sua fôrça invencível racionalmente substituídos por uma ginástica adequada:

Era quanto bellissima, animosa
Órmia, e tanto na caça exercitada,
Que a pê corria a serra mais fragosa,
E a cavallo a campanha dilatada³.

O enxerto cavalheiresco da obra é quase sempre incomparavelmente superior à epopeia fundamental; depois da leitura, esta empalidece em grande parte na memória, ao passo que aquele fica gravado com um relêvo nitidíssimo.

Nas boas passagens do poema a narrativa tem o andamento inimitável da convicção. Essas boas passagens são as evoluções de fôrças, os duelos, os recontros, os galopes à rédea solta. Vê-se que o espadachim e cavaleiro precoce, que dizia de si próprio com visível indulgência —

Entro na adolescencia, ponho espada,
E della aprendo huma, & outra regra,
Ramo não fica, em que não vá provada,
Nem cabello, em que não me dem com a negra.
O tanger, & dançar myto me agrada,
Mais o cavallo brincador me alegra⁴,

— que o defensor das colónias americanas, que o reconquistador pelas armas da igreja usurpada do irmão clérigo, que o valente guerrilheiro da Restauração, aposentado agora na sua casa de Avô, se exaltava até à alucinação perante os fantasmas criados pelo seu próprio cé-

¹ Estâncias 32-91.

² V. T. ix, 106. — ³ V. T. vi, 81. — ⁴ V. T. xv, 34.

rebro, como D. Quixote a vêr galopar Gaifeiros, com sua esposa Melisendra à garupa, deante duma nuvem de mouros, num teatro de títeres. E, arrebatada por esses sonhos heroicos, a sua pena, com a agilidade que tinha outrora a espada deposta, a aparar os golpes e a abrir caminho por entre uma multidão de inimigos, voava rítmicamente de verso para verso, deixando presa em cada curva airosa uma rima excelente e naturalissima. A sua forma poética tinha então os movimentos infalíveis, o equilibrio prodigioso de gamo do sonâmbulo, que percorre píncaros escarpados, que desce, a correr, estreitos carreiros à beira de precipícios, que atravessa rios em pedras onde mal há logar para firmar os pés. Veja-se o combate de Silo com Órmia. O cavaleiro e a amazona partem em direcções opostas para ganhar velocidade e aumentar assim a violência do choque:

Tão vellosos hum de outro se partiraõ
Que apenas sobre a terra os cascos soaõ
Tão valentes se encontrá....

; Lá se esbarrondou o sonâmbulo! exclama o leitor neste ponto, sem compreender como êles se «encontram» tendo «partido um do outro».

; Qual! As três sílabas, que faltam para acabar o verso, bastam-lhe para fazer dar a volta aos cavalos, sem afrouxar o galope, aproveitando ainda êsse vacilante ponto de apoio para uma rima, que dá à descrição toda a naturalidade sintática, a rima dum presente com um pretérito:

Tão valentes se encontram, quando viraõ,
Que as lanças pello ar, em rachas voaõ¹.

São assim sempre os seus bons trechos; não há neles uma palavra inútil, e as rimas são invariavelmente palavras sem as quais a frase ficaria sem sentido. Outra descrição de galope:

Sobre um Ginete tal, que parecia
A todos, que no ar as maõs dobrava;
E tão sómente o secco pó, que erguia,
Insinava aos de longe que o tocava².



Espadachins e guerreiros tem havido muitos em todas as literaturas; basta cítar um, que um drama, de que êle é protagonista, tornou

¹ V. T. ix, 21. — ² V. T. vi, 39.

conhecido, mesmo aos que nunca leram as suas obras: Cyrano de Bergerac.

Mas em Cyrano o espadachim e o escritor estão inteiramente desligados, e é impossível através dêste adivinhar aquele. O que eu acho um caso fisiológico interessantíssimo, é esta coincidência exacta dos dois, que se dá em Brás Garcia Mascarenhas; é sobrepor-se ao complexo sistema de reflexos, que constitue o espadachim, um outro sistema, em que aos incidentes reais se substituem as imagens, e à faculdade de actuar com precisão um dom de expressão não menos preciso e o sentimento do ritmo. Um creador de caracteres pode inventar um organismo dêstes; de carne e ósso não me consta que tenha havido outro exemplar em literatura alguma.

É por isto que, estudando-se atentamente a obra de Brás Garcia, desaparece toda a estranheza de êle ter escapado aos arrebiques conceitistas. ¿ Como se havia de divertir a brincar com as palavras um homem, que escrevendo obedecia a uma alucinação? Quando ela o abandonava, adeus concisão maravilhosa, movimento, quadro visível. Nas scenas, que pretendem ser comoventes, como a morte de Flora abandonada pelo amante e o suicídio do assassino de Viriato, é em vão que êle afecta a voz para fingir lágrimas. O seu talento, forte mas estreitamente limitado, não lhe permitia realizar o patético. É nessas, e noutras passagens análogas, que êle remenda a falha da imaginação com as peores extravagâncias de linguagem. A pintura da noite, em que Viriato é traiçoeiramente assassinado, constitue uma excepção, talvez única. Aí a linguagem é sóbria e sã, e o colorido trágico, sem ser extraordinário, é ainda assim intenso. Mas há nessa passagem uma parte, em que a imaginação dos conflitos humanos honraria um romancista de hoje, provando que em Brás Garcia o moralista, o conhedor dos homens e da sociedade, era muito superior ao trágico. É a recepção glacial de Cepião aos assassinos de Viriato, que antes instigara com lisonjas e promessas de prémio:

Chegados a Scipião, grande alegria
 Tal nova em todo o Exercito causava :
 Todos aplaudem, elle só fingia
 Que de tal feyto, & morte lhe pezava.
 Com diferente rosto os recebia,
 Desabrido, & pesado se mostrava,
 Por não mostrarse complice no feyto,
 Que todo o medo lhe tirou do peyto,

.....

Porem, como a Scipião importunassem
 Pellas promessas vãas, lhes respondia,

Que os cargos lhos daria, se vagassem,
O dinheyro que dalo não podia!.



As duas parcelas do composto híbrido, que é, como já disse, o *Viriato Tragico*, prejudicam-se reciprocamente. O leve e gracioso poema de cavalaria tira à epopeia bárbara a magestade severa, e esta, por sua vez, amortece o encanto daquele. ¿ Como pode a imaginação abandonar-se a um poema de cavalaria, desenvolvendo-se num sценário tão rigidamente histórico, a que os nomes de pretores e funcionários romanos, a escrupulosa cronologia e a geografia irrepreensível dão a nitidez brutal de contornos, que tomam as montanhas escalvadas sob a crueza da luz, e na secura excessiva do ar? Não há maneira de transformar a Lusitânia do século II antes de Christo, lutando pela sua independência e pela sua originalidade bárbara contra a prosaica e administrativa Roma, no país de neblina impalpável, em que só é possível a cavalaria. Modernamente Tennyson fez uma série de deliciosos poemas do ciclo arturiano, e é certo que a rude Britânia prè-saxónica não obscurece neles o brilho dos palácios de Astolat, capital do rei Artur, nem cobre de nevoeiro negro o deslumbrante Montsalvat, cujo cimo, duma alvura celeste e mística, serve de trono ao Santo Graal. Mas, entre a antiga Lusitânia e a Britânia antiga, a diferença é — para o caso — enorme. Nós só conhecemos a Lusitânia prè-romana pelos historiadores clássicos e pelos arqueólogos modernos; ao passo que o império do rei Artur, que vemos nos *Idylls of the King*, não é a Britânia da arqueologia.

O fecundíssimo ciclo da *Távola Redonda* encantou dentro da ilha bárbara um mundo quimérico, que lhe repassa a aspereza, como um espaço suspenso, no fundo do qual passam as nuvens, imaterializa a espessura dum penedo, quando numa pequena depressão dêle a água da chuva para lá projecta uma imagem do céu. No poema de Brás Garcia Mascarenhas, por mais que se admire a execução, é impossível impedir um desencanto profundo perante aqueles desafios a combate em honra duma dama, aqueles torneios, aqueles pudsonorosos cavaleiros, aqueles escudos brasonados e devisados, — da Lusitânia de Viriato.

Mas uma cadeia de antecedentes históricos privava o poeta da liberdade de compor por outra forma a sua obra. Ele escreveu-a assim em virtude duma pressão do passado, tão irresistível como por

¹ V. T. xx, 50 e 52.

exemplo aquela que nos faz falar português em vez do latim que falavam os vencedores e os descendentes romanizados de Viriato.

Camões referia-se com desdém aos heróis de Ariosto, opondo-lhes as figuras da história nacional

Que excedem Rodamonte, & o vão Rugeiro,
E Orlando, inda que fora verdadeiro¹.

Tasso dava-lhe o exemplo dumha verdadeira epopeia cavalheiresca, baseada na história das cruzadas, e com uma população histórica e inventada substituindo a população tradicional do género. Mas Brás Garcia Mascarenhas podia, sem deixar de obedecer a esta corrente, ter escolhido para assunto do seu poema histórico um episódio da reconquista do território português aos muçulmanos, e aí achar-se ia na verdadeira Terra-da-Promissão do romanesco. As paixões por princesas mouras, a conversão delas por amor de cavaleiros cristãos, as maravilhas dos palácios *mouriscos*, que os jardins de Armida do seu mestre autorizariam e ajudariam a edificar, os encantamentos dos herois, os tesouros encantados, tudo isto, apoiado por uma forte tradição do «tempo dos mouros», reforçada pelo romantismo e pela imensa popularidade das *Mil e uma noites*, faria sem dúvida do poema uma das obras portuguesas hoje mais conhecidas, mais lidas e mais amadas.

Não nos iludamos porém. Pedir isto ao século XVII seria denunciar um grande desconhecimento da história literária, ou uma absoluta falta de senso histórico. Aí mesmo a força da torrente desviá-lo hia de fazer o poema, em que lastimamos não vêr empregado o seu talento. Entre o *Orlando Furioso* e o *Viriato Tragico* aparecera um livro genial, que não só acabara de dissipar às gargalhadas o já abalado maravilhoso da *Tárola Redonda*, mas formulara mesmo o plano a que devia obedecer, para ser aceitável, todo o livro de cavalaria. Escusado é dizer que me refiro a *D. Quixote*.

Como teria podido o então obscuro poeta da Beira, se pensasse (admitamos por um momento a hipótese absurda) em pintar um cavaleiro detido por sortilégios num palácio encantado, como teria êle podido, digo, resistir ao pavor do ridículo, lembrando-se de scena análoga descrita com entusiasmo pelo próprio heroi de Cervantes, mas na qual o cavaleiro, no meio das maravilhas que se ocultam no fundo dum lago, ao fim dum banquete servido por donzelas formosíssimas, — palita os dentes!

Uma outra personagem de Cervantes, um cónego letrado, deplorando

¹ *Lusiadas*, I, 11.

a loucura do fidalgote manchego, e amaldiçoando as novelas de cavalaria, cheias de impossíveis, de maravilhas irrisórias, de anacronismos grosseiros e dumā geografia fantástica, louva contudo o género cavalleiresco, que, podado dêsses absurdos, achava altamente próprio para pôr em evidência as mais nobres virtudes militares e políticas, e para o autor se mostrar consumado humanista, excelente cosmógrafo e homem versado nos negócios do Estado. Este cônego, para mim simbólico do amanhecer triste e cinzento da sensata idade clássica, oprimia Brás Garcia Mascarenhas com todo o peso da sua autoridade de erudito. No seu discurso a D. Quixote para o chamar à razão, entre os modelos de perfeitos cavaleiros, que lhe cita como devendo substituir os desprezíveis herois da epopeia medieval, figura precisamente Viriato. Se já então existisse o poema, que lhe celebra os feitos, seria sem dúvida citado com louvor, porque o *Viriato Trágico* é um poema de cavalaria com qualidades para cair no agrado do douto eclesiástico. Foi em sua homenagem que o poeta escreveu as longas dissertações sôbre a organização militar dos romanos, sôbre geografia, sôbre as instituições políticas de quase todas as nações, ocupando com elas talvez um terço da obra.

Esses tratados, sendo, como não podiam deixar de ser, poéticamente nulos, literariamente são quase sempre excelentes. Realmente, não é possível escrever melhor em verso sôbre assuntos daqueles.

A vivacidade do estilo, devida ao interesse real pelas matérias tratadas, aligeira consideravelmente a leitura. ;Como ali se está longe dos circunlóquios descritivos, substituindo os nomes das cousas, e de todo o arsenal da futura poética de Boileau! Os termos técnicos ainda se chocam em rimas a cada passo, dando às oitavas sabor e animação. Além disso, essas dissertações suprem a falta de notícias contemporâneas sôbre o autor, e apresentam-no como um espírito cultíssimo, amadurecido pela experiência e pelas viagens, decerto um dos portugueses mais instruidos do seu tempo. E no decorrer dellas, como também na parte auto-biográfica do canto xv, encontram-se freqüentes reflexões sôbre a vida, sôbre os preconceitos, sôbre o século, que colocam Brás Garcia, como moralista, à altura do seu grande contemporâneo D. Francisco Manuel de Melo.

Apesar de tudo que lhe afrouxa o efeito poético, e apesar da insuportável mediocridade de certas personagens, como são as cartas de amor com oitavas bombásticas em rimas exdrúxulas, o *Viriato Trágico* é ainda assim um dos pouquíssimos livros interessantes que, fora da literatura de claustro e de púlpito, nos legou o século xvii, e o seu autor é uma das quatro ou cinco sérias figuras literárias dessa época triste, e intelectualmente miserável, da nossa história.

¿ Antes de Brás Garcia Mascarenhas, já algum escritor português teria localizado no Hermínio a pátria de Viriato, contribuindo assim para que essa figura se lhe imponesse como modelo de bravura durante sua obra patriótica de defesa da Beira, e como heroi do poema, cuja primitiva intenção foi sem dúvida simbolizá-la? A estreiteza do tempo não me consente agora pacientes pesquisas bibliográficas para o apurar. Mas, tanto quanto me é lícito fiar-me na memória, estou convencido de que essas buscas são tão escusadas, como escavações arqueológicas na Serra da Estréla, para encontrar relíquias das construções sumptuosas, que Viriato lá fez erigir para recreio da sua corte e dos seus antigos companheiros. A suposta tradição, quer-me parecer, data apenas da publicação do poema¹. Se assim é, a sua influência indirecta tem sido larguíssima. Conhecimento directo dêle raríssimas pessoas o teem; e dessas ainda uma bôa parte só leu as passagens, que os compiladores de selectas, com o seu infalível faro para descobrir num livro precisamente a página mais mediocre, mais incaracterística e mais enfadonha, teem servido aos estudantes de literatura portuguesa.



Resta-me agora falar do Brás Garcia *filósofo*, na acepção popular da palavra, isto é, desrido de ambições de glória e mergulhado com delícia na paz do seu retiro, à beira do Alva, fase esta de que há diversos reflexos espalhados pelo poema.

Quando os lêmos pensamos em Sá de Miranda, refugiado na sua comenda do Minho, celebrando lá os encantos da vida rural e falando com horror na da corte, cujas intrigas conhecia demasiadamente. Mas ocorre-nos então esta pregunta: ¿ Porque é que Brás Garcia,

¹ Apesar da sua memória tenaz e pronta, e da vasta leitura que possuía, o autor enganou-se neste ponto. Se ao escrever este artigo tivesse à mão (que não tinha) a primeira parte da *Monarquia Lusitana*, não deixaria de recorrer a ela, como uma das fontes do *Viriato Trágico*, para verificar a exactidão desta sua suspeita. Abrindo o primeiro volume daquela obra, l. III, cap. I, na fol. 209, col. 1.^a da edição *princeps*, leria o seguinte: — «... o insigne Capitão Viriato, nacido pera terror dos Romanos, & pera gloria, & liberdade do pouo Lusytano. Foy este singular Capitão, como diz Alladio, nacido na Lusitania interior, que he, conforme nosso estillo de fallar moderno, a que agora chamamos Beyra, filho dos Lusytanos antigos, verdadeiros moradores da terra, sé mestura de nenhúa outra nação, das muitas, que vierão pouoar esta prouincia: e como tal he necessario confessarmos ser da casta dos barbaros, moradores entre as brenhas, & asperezas da Beyra, cujos costumes, & modo de viuer, deyxamos declarado no primeiro liuro». — É o que sóbre o assunto escreveu o Dr. Fr. Bernardo de Brito no dito volume, publicado em 1597, quando Brás tinha de idade um ano. — A. de V.

desiludido do mundo e celebrando o viver de fidalgo aldeão, apesar de ter um maior domínio da forma, de exprimir não raro muito mais plenamente o seu pensamento, de ser, mais *escritor* do que Sá de Miranda, nos interessa muito menos? Parte da explicação deve ser outra vez pedida à divindade calva da nuca e de pés alados, que o poeta celebrou. Ela andava distante do seu tempo nada menos dum século.

Sá de Miranda escrevera as églogas filosóficas e a carta a António Pereira, senhor de Basto, numa época de transformação da vida portuguesa, quando o comércio da Índia e a consequente atracção da vida de Lisboa arrancavam aos seus solares a nobreza da província, fazendo dos antigos chefes do país rural simples figurantes de corte. A sua voz era a duma minoria da nação, terrivelmente lúcida no meio da embriaguez geral, e clamando contra a loucura da Índia, contra a loucura de

..... Lisboa,
Que ó cheiro desta canella
O reino nos despovoa¹.

Ele era, usando da sua própria alegoria, o homem enxuto no meio de todos os que molhara a chuva no primeiro de Maio, que, segundo uma crença popular, enlouquece. Por isso via tão bem a insânia dos outros, mas em vez de se banhar numa poça da chuva mágica, como a personagem da sua fábula, para ficar semelhante aos mais, preferia conservar estoicamente a sua lucidez, e, do isolamento em que se confinara, enviava aos loucos correndo alegremente para o abismo o seu brado triste e solene.

O caso de Brás Garcia é, pelo contrário, individual. A revoltante injustiça de que foi vítima, e que o desgostou para sempre da vida pública, não tem significação histórica; com aspectos diversos, segundo as épocas, é de todos os tempos. Leia-se esta observação do *Viriato Tragico* sobre o servilismo da vida da corte, que abate o orgulho aos mais soberbos:

Hé mar a Corte, & rios os senhores,
Que entrando nella, como nelle os rios,
Os que se tem cá fóra por mayores,
Perdem lá dentro a furia, nome, & brios².

Sá de Miranda não escreveu nada mais eloquente nas suas poesias

¹ *Poesias de F. de Sá de Miranda*, carta v A Antonio Pereira, in edição de CAROLINA MICHAELIS, pág. 237.

² V. T. xv, 47.

de carácter social. E todavia estes versos, tão finos, estão bem longe de ter o interesse histórico dos conselhos ao senhor de Basto! É que isto é uma reflexão abstrata, universal, de moralista dêsse árido século XVII, que, depois da agitação e das transformações profundas da Renascença, dá a impressão dum convento, cheio de quietação monótona, e estúdiosos.

O filósofo de Avô é, mais do que outra coisa, um homem fatigado dumha vida aventurosa, e que resolve, como Candide, *cultiver son jardin*.

Esta particularidade é-nos fornecida por élé próprio em versos melodiosos e cheios de frescura, ao descrever o sonho profético de Viriato, que se estende até à vila de Avô do século XVII, onde o poeta

..... anda cantando
Em numerosos versos seus louvores
Entre jardim, que fez, de quando a quando
Tosando as murtas & compondo as flôres¹.

Além das causas históricas, há uma causa individual para a subalternidade de Brás Garcia, poeta da paz rural, relativamente a Sá de Miranda.

O autor do *Viriato Trágico* não via nos aspectos da natureza «a túnica viva da Divindade» como dizia Goete; para élé só existiam no mundo belas formas, belas atitudes, belos movimentos. Do mesmo modo, no remanso da sua aldeia e do seu jardinzito, só sentia agradáveis emoções, puramente orgânicas, de paz. E a linguagem gráfica e luminosa, que tinha ao serviço desta mediania de espírito, era como uma água transparente, deixando ver o fundo próximo, em que se toma pé. Esta referência à música é uma prova tirada ao acaso, de entre muitas outras, da superficialidade e materialidade do seu sentir:

Amante foy sem falta o curioso,
Que a musica chamou d'alma igoaria:
Não tem o mundo prato mais gostoso
..... etc.².

Sá de Miranda, pelo contrário, elevava-se à contemplação pan-teista. Na sua obra encontram-se freqüentemente frases, como esta da carta a António Pereira, falando da Natureza:

Deixaís esta madre antiga³,
que, pelo menos aos meus ouvidos, ecôa gravemente nas naves do

¹ V. T. xv, 26. — ² V. T. viii, 120. — ³ Loc. cit., pág. 248.

mistério. Até a evocação das merendas de agosto na fonte da Barroca teem nele uma gravidade, um tom de veneração, vizinho da religiosidade. A sua obscuridade resultava dum desequilíbrio entre a profundidade da visão e o poder de a traduzir; e as incessantes correcções dos seus versos, que às vezes os punham ainda mais obscuros, representam a luta com a forma rebelde, para exprimir o inefável.



Voltando a Brás Garcia Mascarenhas.

É altamente louvável que se assinale por uma lápide, se não a sua casa, pelo menos o sítio onde ela existiu¹. Ali, sem a menor esperança de glória nem de publicidade, sem mesmo ter provavelmente um auditório culto, a quem lêsse o que escrevia, passou êsse admirável artista os últimos anos da sua vida a compôr os seus quadinhos, no género incomparáveis, só para se dar o prazer de os vêr ir nascendo, como as flores do jardim «que fez», de vêr a beleza ir saindo debaixo da sua pena. Grande parte dos papéis escritos com tão verdadeiro amôr, em obediência a uma vocação tão nobremente desinteressada, foram aplicados em embrulhar semente de repolho, melão e outros mimos de horta, de que descendem talvez muitos dos que ainda hoje se comem em Avô e cercanias. Basta porém o que escapou aos embrulhos de sementes e aos recheios de novelos, para exigir mais que essa lápide à região, que tem a honra de ser pátria dêsse grande homem, pessoal e literariamente tão simpático.

Gustavo Flaubert teve a ideia de fazer erigir em Rouen ao seu amigo Luís Bouilhet um monumento, que consistiria em uma fonte simples e graciosa, encimada pelo busto do poeta. Se não houvesse êste precedente, eu não me atreveria a arrostar com os gracejos dos espirituosos, alvitmando um monumento semelhante à memória de

¹ Ao escrever êste período, supunha o autor que já não existia a própria casa onde o poeta nasceu, viveu e morreu. Esta persuasão era comum em Avô; e foi pelos estudos feitos sobre os documentos da família Garcia Mascarenhas, em que muito me auxiliou Carlos de Mesquita, que um e outro chegámos à conclusão, segura e indiscutível, de que essa tradição era errónea, e que a primitiva casa dos Mascarenhas de Avô nos séculos XVI e XVII era a mesma que, descrita em primeiro lugar na escritura de instituição do vínculo (doc. CVII), sempre foi e ainda hoje é possuída e habitada pelos descendentes do poeta. A ela nos referimos já largamente no vol. I desta *Revista*, págs. 16, 23, 40 e 760, explicando a origem do êrro vulgar na pág. 766. Acha-se hoje signalada, segundo o desejo do autor, aqui expresso, por uma bela lápide de mármore, esculpida por João Augusto Machado, comemorando que ali nascera o poeta a 3 de fevereiro de 1596. — A. de V.

Brás Garcia Mascarenhas. Forte, porém, com o exemplo dum homem, que tão alto sentimento teve da beleza, e tão grande horror ao ridículo, pregunto: — ¿ Tendo de se fazer uma fonte na sede do concelho de Oliveira do Hospital, a que pertence a terra onde nasceu, trabalhou e morreu o poeta, porque se não há de aproveitar esta ocasião, e dar à parte ornamental dessa fonte o carácter dum monumento modesto, mas artístico? Bastava um pedestal, encimado por um busto, e tendo uma inscrição, para que não seria difícil encontrar no *Viriato Tragico* uma sentença apropriada. Podia também ser o pedestal rodeado das armas das famílias, de quem descendia o poeta, com os paquifes no estilo das ornamentações heráldicas do seculo XVII. Para o projecto está naturalmente indicado um distin-
tíssimo artista e arqueólogo da capital da região, o sr. António Augusto Gonçálvez.

¿ O acréscimo da despesa, embora pequeno, é excessivo para os modestos recursos do município? Abra-se uma subscrição. E a região da Beira, onde o poeta estava enraizado por muitas gerações e por muitas linhas (como se vê do excelente trabalho biográfico e genealógico do sr. Visconde de Sanches de Frias), considerando que um grande homem é a flor em que se concentra, de longe a longe, a seiva dispersa duma população, saberá mostrar-se digna de quem tão brilhantemente a representa na literatura nacional.

CARLOS DE MESQUITA.

Brás Garcia Mascarenhas

NOTAS GENEALÓGICAS.

As notas, que não seguir-se em Apêndice ao nosso precedente estudo de investigação histórica, representam uma não pequena soma de trabalho em colheita de notícias pelos nobiliários e árvores genealógicas, e em buscas e verificações persistentes e conscienciosas, durante largos anos, pelos arquivos. Assim conseguimos corrigir e ampliar muitas árvores e notas genealógicas, que existiam em poder de algumas famílias nobres da província.

Prestaram-nos grandes e importantíssimos materiais para a organização d'este trabalho: — 1.^o) o registo paroquial, posterior ao meado do século XVI, arquirado no Seminário de Coimbra e nas Câmaras Eclesiásticas da Guarda e de Viseu; — 2.^o) a colecção, de alto valor, de processos de genere para ordenações, que se guardava na Câmara Eclesiástica de Coimbra, e remontava aos princípios do referido século XVI; — 3.^o) os processos de habilitação para familiares do Santo Ofício, no Arquivo Nacional da Torre do Tombo; — 4.^o) os processos de habilitação para profissões nas Ordens militares, no mesmo Arquivo; — 5.^o) a muito interessante e riquíssima colecção alfabética de certidões de idade para as matrículas na Universidade de Coimbra, existente no respectivo Arquivo; etc.

As indicações genealógicas dos nobiliários e árvores de famílias foram verificadas e emendadas em face dessas fontes documentais, até onde isso nos foi possível. O leitor desculpará benévolamente as inevitáveis incorrecções d'este modestíssimo ensaio.

Coimbra, 18 de junho de 1921.

A. DE VASCONCELOS.

NOTA I

FAMÍLIA PATERNA DE BRÁS GARCIA MASCARENHAS

Tronco

I) — **Marcos Garcia Mascarenhas**, fidalgo vindo de Espanha, que os genealogistas dizem pertencer à primeira nobreza da nação vizinha, casou em Valezim, depois do meado do século xv, com uma filha de Martim Anes, pessoa principal da terra, e dela houve um único filho, de nome igual ao seu,

II) — **Marcos Garcia Mascarenhas** (2.^º), casado em Folhadosa com Brites Marques, senhora nobre e rica, da qual teve dois filhos e cinco filhas, ignorando-se a ordem cronológica dos seus nascimentos, e até os nomes de três:

- 1 (III). *Marcos Garcia*, que segue (III a).
- 2 (III). *F.*, filho segundo, que, ao que parece, não teve prole.
- 3 (III). *Brites Marques*, que segue (III b).
- 4 (III). *Ana Marques*, que segue (III c).
- 5 (III). *Maria Marques*, que segue (III d).
- 6 (III). *N. e*
- 7 (III). *X.* Estas duas filhas de Marcos Garcia casaram em Sandomil, lá tiveram prole, existindo ainda hoje descendência, pelo menos de uma delas — uma família de apelido *Fernando*, que nuns apontamentos do genealogista Nicolau Pereira de Mendonça do Amaral e Vasconcelos Falcão, da casa de Girabolhos, existentes no cartório da casa de Folhadosa, é denominada a *Fernandagem de Sandomil*. Estes apontamentos, que são muito interessantes, foram-me amavelmente facultados pelo último senhor da casa de Folhadosa, meu primo o senhor António Vieira de Tovar e Albuquerque, há pouco falecido.

Ramo primário a)

III a) — **Marcos Garcia Mascarenhas** (3.^º), casado no Ervedal da Beira a 14 de janeiro de 1542 com Helena Esteves, filha legítima de Catarina Luís e de seu marido F., já falecido ao

tempo em que se celebrou êste casamento. A noiva tinha dois irmãos, António Esteves e Tomé Esteves, pessoas muito consideradas no Ervedal. Alêm de outros filhos, êste casal teve

IV a) — **António Garcia**, que casou em Folhadosa com sua prima Ana Marques, neta de sua tia Brites Marques (vid. infra III b 1, 1) e irmã do padre João Marques; vieram a falecer em Folhadosa — o António Garcia a 1 jul. 1645, e sua mulher a 11 fev. 1669. Tiveram:

1 (V). *L.º João Garcia Mascarenhas*, baptizado a 15 jun. 1613. Depois de formado em Cânones, foi prior da igreja de Folhadosa e da sua anexa de S. Paio de Gramaços, ordenando-se em seguida de ordens sacras em 1646.

2 (V). *António Garcia*, b. 28 set. 1616.

3 (V). *Domingos Garcia*, b. 1 abr. 1619, que segue (V a').

4 (V). *Maria*, b. 19 out. 1621, que faleceu criança.

5 (V). *D. Maria Mascarenhas*, b. 24 ag. 1624, c. em Trevões c. Manuel de Afonseca de Almeida, filho de Gaspar de Anciães da Costa, familiar do S.º Ofício¹, e de Isabel Caiado de Almeida, de Trevões. Teve os filhos seguintes:

1 (VI). *Dr. Francisco de Almeida Caiado e Gambôa*, cônego doutoral, deputado do Santo Ofício, lente de Cânones da Universidade;

2 (VI). *L.º Nicolau de Almeida Mascarenhas*, cavaleiro da Ordem de Cristo, familiar do Santo Ofício, juiz de fora em Coimbra;

3 (VI). *Manuel da Fonseca de Almeida*, c. c. . . ?, de quem nasceram:

— a (VII). *Domingos Caiado*, que casou com uma senhora da família dos Almeidas e Vasconcelos, da quinta de Santo Estêvão, junto de Viseu (cf. infra VI a' .. 1);

— b (VII) *D. Paula de Almeida Caiado*, c. c. Mateus Correia de Seixas, capitão-mór da Fonte-Arcada, de quem teve — (VIII). *Carlos Correia de Almeida*.

6 (V). *P. Marcos Garcia*, b. 7 out. 1627.

7 (V). *Manuel Garcia Mascarenhas*, n. em 1630, que segue (V a").

8 (V). *Francisco Garcia Mascarenhas*, b. 9 maio 1633, que segue (V a'').

9 (V). *Dr. Simão Garcia Mascarenhas*, b. 5 set. 1636, que segue (V a''').

Ramo secundário a')

V a') — **Domingos Garcia** c. c. D. Maria Ferrão, filha do capitão-mór Francisco de Abranches Ferrão, de Torrosêlo, e de sua

¹ Nunca deixo de mencionar esta qualidade de *familiar do S.º Ofício*, como indicação aos que desejem esmiuçar mais, ou verificar a árvore genealógica, pois assim ficam sabendo que no Arquivo da Torre do Tombo, na secção dos processos de habilitação para familiares, que se acha muito bem organizada com índice alfabético, encontram excelentes elementos de estudo.

mulher e prima D. Luísa Ferrão, e neta de Mateus de Abranches, filho segundo da casa da Bôa-Vista, de Samice, sobrinho, afilhado e legatário do inquisidor Mateus de Abranches. Tiveram:

- 1 (VI). *Marcos Garcia Mascarenhas*, que segue.
- 2 (VI). *D. Maria Ferrão de Abranches* c. c. o juiz dos órfãos António Mendes de Abreu, de S. Romão, de quem teve
 - (VII). *António Mendes de Abreu Mascarenhas*, também juiz dos órfãos da mesma vila e de outras, que casou em Valezim com D. Teresa Rosa Freire de Figueiredo, filha do Dr. João Nunes de Figueiredo e Lima, cavaleiro professo da Ordem de Cristo, corregedor de Portalegre, e de D. Maria Freire da Cunha Castelo-Branco. Tiveram:
 - a (VIII). *D. Maria Rita Bárbara Freire Mascarenhas*, que faleceu solteira;
 - b (VIII). *Manuel Freire Mascarenhas Castelo-Branco*, que casou na Lageosa de Celorico com D. Maria Clara Mendes Escobar, filha do Sargento-mór António Mendes e de D. Ana Escobar, e teve, além de outros que morreram crianças, quatro filhos e duas filhas, uma das quais
 - (IX). *D. Ana Cândida Freire Mascarenhas Castelo-Branco*, casou em Valezim com Joaquim António Calheiros, de quem teve:
 - (X). *António Mascarenhas Calheiros*, bacharel formado em Leis c. c. D. Henriqueta de Oliveira Sá Prego; — (X). *P.º José Freire Calheiros*; — (X). *Augusto Freire Mascarenhas de Calheiros*; — (X). *Albino Freire Mascarenhas*; — e (X). *Alexandre Augusto Freire de Calheiros* c. c. D. Maria Vilhena do Quental e Câmara, da ilha de S. Miguel (Açores).

3 (VI). *P.º Manuel Garcia Mascarenhas*, b. 1 nov. 1663, ordenou-se em 1675-1689, e foi beneficiado.

4 (VI). *Fr. Nuno Mascarenhas*, cisterciense, professor em S. João de Tarouca em 1694. Ocupou os cargos mais elevados e honrados da sua Ordem, chegando a ser eleito em 1729 Dom Abade do R. Mosteiro de Ceiça, em 1732 Prior do R. Mosteiro de Alcobaça, e em 1735 Dom Abade geral e Esmoler-mór do reino. Foi em 1744 nomeado definidor da sua Ordem por *motu proprio* do papa Bento XIV, cargo que pouco tempo poude desempenhar, por falecer a 2 de junho do mesmo ano¹.

5 (VI). *Soror F.*, religiosa de Semide.

¹ Encontram-se notícias minuciosas de Fr. Nuno de Mascarenhas no códice manuscrito intitulado — *Catalogo dos Dons Abbades Triennae do Real Mosteiro de Ceiça... por Fr. MANOEL DE FIGUEIREDO Chronista Mor dos Cistercienses de Portugal. Anno de 1763* — a fl. 232. (Bibl. Nacional de Lisboa, Fundo geral, cód. 1485). À amabilidade do muito zeloso e obsequiadador funcionário daquela Biblioteca, sr. Nogueira de Brito, devo a comunicação de uma cópia do parágrafo relativo a Fr. Nuno.

VI a') — **Marcos Garcia Mascarenhas**, cavaleiro professo da ordem de Cristo, moço-fidalgo com exercício, c. c. D. Maria de Elvas de Abreu, de Penamacôr, filha de Belchior Ferreira da Costa, moço da câmara de D. João IV por alvará de 14 fev. 1647, e de D. Felipa de Abreu; neta paterna de António Simões, cavaleiro-fidalgo por alvará de 30 mar. 1615. Tiveram:

- 1 (VII). *Dr. João de Elvas Mascarenhas*, que segue
- 2 (VII). *P.e Marcos António Garcia Mascarenhas*, que se ordenou em 1732-1737.
- 3 (VII). *P.e Luis de Abranches*.
- 4 (VII). *D. Maria Mascarenhas*.
- 5 (VII). *D. Felipa de Elvas Mascarenhas*.
- 6 (VII). *D. Micaela de Elvas Mascarenhas*.
- 7 (VII). *D. Bernarda de Elvas Mascarenhas*.
- 8 (VII). *D. Rosa Perpétua Mascarenhas*.

VII a') — **Dr. João de Elvas Mascarenhas**, moço-fidalgo, c. em primeiras núpcias em Travanca de Lagos, com D. Ana de... (tia de D. Bernarda Umbelina, de Midões, mãe de Sebastião de Albuquerque, do Ervedal), que faleceu sem geração, deixando ao marido a sua casa de Travanca; casou em segundas núpcias em Vila-Pouca com D. Josefa Maria de Figueiredo, de quem teve:

- 1 (VIII). *Luis de Elvas Mascarenhas*, que segue.
- 2 (VIII). *João de Elvas Mascarenhas*.
- 3 (VIII). *José António de Elvas Mascarenhas*, c. em Vila-Cova com D. Maria da Conceição, de quem teve três filhos: — (IX). *João, José e D. Ludovina*.
- 4 (VIII). *D. Rita de Elvas Mascarenhas* c. c. Rafael José de Abranches, filho de João de Abranches da Costa, e de D. Ana de Brito da Fonseca.

VIII a') — **Luís de Elvas Mascarenhas** c. em Sandomil c. D. Ana Joaquina Mendes de Abreu, filha de Domingos Mendes de Abreu, de S. Romão, e de D. Maria Alves da Fonseca, de Sandomil. Tiveram:

- 1 (IX). *João de Elvas Mascarenhas*, que segue.
- 2 (IX). *D. Maria Rosália de Elvas Mascarenhas*, c. c. Francisco António Jácome de Gouveia Freire e Vasconcelos, filho de Francisco Jácome, de Paranhos, e de D. Antónia Caetana, de S. Romão, senhor dos vínculos da antiga casa de Paranhos de Cima. Tiveram:

1 (X). *D. Maria Amália* † solteira;

- 2 (X). *D. Ana Casimira Freire* † solteira em 1845;
 3 (X). *D. Francisca de Vasconcelos Jácome* ;
 4 (X). *D. Antónia Ludovina Freire e Vasconcelos* ;
 5 (X). *Francisco Jácome Freire de Gouveia e Vasconcelos*, que seguiu a Magistratura judicial, sendo juiz de fora em Aldéa-Galega, mas abandonou a vida pública em 1834. Casou com sua parenta D. Ana Carolina de Abreu Magalhães e Figueiredo, filha do desembargador do Paço João de Figueiredo de Moura, Fid. da C. R., e de D. Joaquina de Magalhães e Abreu, de quem se falará adeante (infra, VII a'*, 2, 2), e teve:
 — a (XI). *D. Maria Carolina Jácome Freire de Gouveia e Vasconcelos*, n. em Lisboa a 25 jan. 1830, c. c. João de Albuquerque do Amaral Cardoso, filho segundo de António José de Albuquerque, de Viseu (X a*** 3), e teve: — (XII). *Afonso de Albuquerque do Amaral Cardoso*, c. c. D. Maria Inácia de Utestre de Auvergne Soares de Albergaria, filha de Miguel Aquiles Soares de Albergaria, senhor da casa de Vila-do-Mato (Midões), com três filhas; — (XII). *P.º João de Albuquerque do Amaral Cardoso*, da Companhia de Jesus, falecido; — (XII). *D. Maria Emlilia de Albuquerque do Amaral Cardoso*, solteira; — (XII). *D. Maria de la Sallete de Albuquerque do Amaral Cardoso*, solteira; — (XII). *D. Maria das Dores de Albuquerque do Amaral Cardoso*, falecida; — (XII). D. ..., falecida; — (XII). *D. Maria da Conceição de Albuquerque do Amaral Cardoso*, c. c. Nicolau Nunes Ferreira, com quatro filhos; — (XII). *D. Maria Ana de Albuquerque do Amaral Cardoso*, c. c. António Carneiro de Sousa Lara, com quatro filhos;
 — b (XI). *D. Maria Augusta Jácome Freire de Gouveia e Vasconcelos*, n. em Lisboa a 27 fev. 1836.

IX a') — **João de Elvas Mascarenhas** c. na Lageosa (Oliveira do Hospital) c. D. Maria Rita Pinto de Figueiredo e Castro, de quem houve:

- 1 (X). *D. Maria Amália*, freira no convento do Desagravo em Vila-Pouca-da-Beira.
 2 (X). *D. Maria Pulqueria*, idem.
 3 (X). *Luís de Elvas Mascarenhas*, que segue.
 4 (X). *Francisco Maria de Elvas Mascarenhas*, militar.
 5 (X). *José Maria de Elvas Mascarenhas*, idem.
 6 (X). *P.º João de Elvas Mascarenhas*.
 7 (X). *D. Ana Emlilia de Elvas Mascarenhas*.
 8 (X). *D. Rosa de Elvas Mascarenhas*.
 9 (X). *D. Inês de Elvas Mascarenhas*.

X a') — **Luis de Elvas Mascarenhas** foi oficial de voluntários de Arganil, e c. c. D. Maria Emilia Xavier de Pina, filha de Estanislau Xavier de Pina, de Várzea de Meruge, que veiu a ser assassinado a 8 jan. 1850, junto de Lourosa, pela quadrilha dos Brandões.

Ramo secundário a'')

V a'') — **Manuel Garcia Mascarenhas**, filho de António Garcia (IV a 7), c. c. D. Maria da Mota Godinho, de Midões, filha de Jerónimo Godinho da Costa, de Midões, e de Ana Pais da Veiga, de Gavinhos, freguesia de Oliveira do Hospital. Teve:

1 (VI). *D. Antónia Godinho Mascarenhas*, que segue (VI a'').

2 (VI). *D. Maria da Mota Godinho Mascarenhas*, que segue (VI a'').

Ramo terciário a'')

VI a'') — **D. Antónia Godinho Mascarenhas** c. em Seia c. o L.^{do} Manuel de Magalhães Basto de Castelo-Branco, cavaleiro da Ordem de Cristo, corregedor de Santarém, bisneta por sua avó materna de Atanásio Ribeiro de Abreu, governador de Cascais, fid. da C. R. por alvará de 1583, ano em que também lhe foi concedida carta de brasão de armas dos apelidos de Abreus e Regos (cf. infra V a'')). Teve entre vários filhos, que desempenharam [elevados cargos]:

1 (VII). *Inácio de Magalhães Castelo-Branco*, que segue (VII a'').^{*}

2 (VII). *D. Josefa de Magalhães Castelo-Branco*, que segue (VII a'').^{**}

Ramo quaternário a'').^{*}

VII a'').^{*} — **Inácio de Magalhães Castelo-Branco**, cavaleiro da Ordem de Cristo, familiar do S.^{to} Ofício, viveu em Seia cercado de grande fausto e aparato, e c. c. D. Josefa Caetana da Mota Veiga, de Farinhão, filha de José Cardoso Coelho e de D. Maria da Mota Veiga. Tiveram, entre outros filhos.

VIII a'').^{*} — **Manuel Carlos de Magalhães Castelo-Branco e Vasconcelos**, cavaleiro da Ordem de Cristo, c. c. sua prima D. Isabel Antónia Pinto de Sequeira Cabral, filha de Manuel Pinto Monteiro, de Folhadosa, de quem adeante falaremos (VI a'').³ 3), e de sua 2.^a mulher. Teve

IX a'').^{*} — **Inácio de Magalhães Pinto de Sousa Ferrão Castelo-Branco**

(† 4 abr. 1801), c. c. sua prima D. Clara Maria Pinto Boto Machado († 27 mar. 1801), filha de Jorge Boto Machado, de S. Romão, e de D. Maria Mendes Pinto de Gouveia, de Vila-Cova-à-Coelheira (VII a[”][“] 1), e teve

X a[”][“] *) — **D. Maria Máxima Pinto Boto de Castelo-Branco**, n. 13 out. 1772, c. 22 abr. 1792 c. Francisco de Paula Vieira da Silva Tovar, n. 8 fev. 1774, 1.^º Barão de Molelos por decr. 17 dez. 1815, 1.^º Visconde do mesmo título por decr. 6 fev. 1826, mōço-fid. com exercicio por alvará 14 fev. 1779, do Cons. de El-Rei D. João VI, comendador das Ordens de S. Tiago e da Tôrre e Espada, brigadeiro dos reais exércitos em 1826, condecorado com a cruz da Campanha n.^º 3 da guerra peninsular, deputado às côrtes em 1821 e 1822, ajudante-general do exército de observação na guerra contra os franceses, secretário militar do Infante comandante-em-chefe do exército em 1823, governador das armas da Beira, tenente-general, bacharel formado em matemática e filosofia, † 7 dez. 1852, tendo sua esposa falecido a 24 out. 1834. Tiveram

XI a[”][“] *) — **D. Maria Carlota Vieira de Tovar Pinto de Magalhães**, n. 8 março 1800 († em 1872), c. 8 ag. 1824 c. seu tio paterno António Vieira de Tovar e Albuquerque, n. 15 maio 1786 († 14 jun. 1838), mōço-fid. com exercicio, comendador da Ordem de S. Tiago, desembargador da Casa da Suplicação, fiscal das matas, etc. Tiveram:

1 (XII). *Francisco de Paula de Tovar de Magalhães e Albuquerque*, n. 19 mar. 1826, † maio 1847.

2 (XII). *José Maria*, n. 2 jan. 1827, † em 1831.

3 (XII). *António Vieira de Tovar de Magalhães e Albuquerque*, que segue.

XII a[”][“] *) — **António Vieira de Tovar de Magalhães e Albuquerque**, n. póstumo a 19 ag. 1838, † a 5 mar. 1920, bacharel formado em Direito, c. 7 set. 1861 c. D. Maria dos Prazeres de Magalhães Perfeito, n. 14 abr. 1837, filha de José de Magalhães de Meneses Vilas-Bôas Sampaio de Barbosa (mōço-fid., alferes de cavalaria em 1827,

coronel do regimento de milícias de Barcelos em 1831, comendador da Ordem de Cristo, cavaleiro da Torre e Espada, senhor da Casa de Vilas-Bôas em Barcelos, e da casa de Alvelos em Amarante, deputado às Cortes em 1857, † em 24 out. 1870), e de sua mulher D. Ana Adelaide Perfeito de Aragão Sousedo, senhora da casa da Corredora e da de Mesão-Frio. Teve uma única filha,

— (XIII). *D. Maria dos Prazeres*, n. 25 nov. 1865, † 24 fev. 1869.

Ramo quaternário a'', **)

VII a'', **) — **D. Josefa de Magalhães Castelo-Branco**, filha de D. Antónia Godinho de Mascarenhas e de seu marido o L.^{do} Manuel de Magalhães Basto de Castelo Branco (supra, VI a''), c. c. o capitão Roque de Abreu, descendente legítimo dos Abreus de Vila-Pouca (cf. infra VI b'', **¹, e *Not. geneal.* III, IV 2, e VI c), filho de Luís de Abreu e de sua mulher D. Maria do Amaral, a qual descendia de um ramo da família Garcia Mascarenhas, como a seu tempo diremos (infra VI b'', **¹), que tinha fixado residência em Sandomil, onde possuía uma importante casa. Teve:

1 (VIII). *Luis de Abreu Magalhães*, que segue.

2 (VIII). *D. Teodora de Abreu Magalhães*, que casou em Sandomil com João Félix, e teve:

1 (IX). *D. Maria de Magalhães Abreu*, casada contra vontade da família em Sandomil com Félix Nunes Machado, de quem houve três filhas: — a (X). *D. Maria Amália de Magalhães*, c. c. Joaquim Pereira Maciel, de Faro, com ger., — b (X). *D. Rita Valentina de Abreu Magalhães*, c. c. António de Sousa Sobral, de Sandomil, sem ger., — c (X). *D. Joaquina de Abreu Magalhães* c. c. Manuel Nunes Machado, de Sandomil, com ger., — as quais todas casaram, como sua mãe, com desgosto e reprovação da família.

2 (IX). *D. Joaquina de Magalhães e Abreu* c. c. João de Figueiredo de Moura, de Sandomil, fid. da C. R., cavaleiro da Ordem de Cristo, desembargador da Relação do Rio de Janeiro, e ali provedor da Casa da moeda, falecido em Lisboa em 1834. Tiveram:

— a (X). *Manuel Luciano de Magalhães de Abreu e Figueiredo*, n. no Rio de Janeiro a 22 jan. 1800, seguiu a magistratura judicial, sendo já desembargador efectivo da Casa da Suplicação aos 24 anos de idade; foi mōço-fid. com exercício, cavaleiro da Ordem de Cristo, e desempenhou várias comissões importantes com grande rectidão e desinteresse; exilado

em 1834, só voltou à pátria em 1850, falecendo pouco depois, a 15 dez. do mesmo ano;

— b (X). *D. Ana Carolina de Abreu Magalhães e Figueiredo*, n. também no Rio de Janeiro, sucedeu na casa de Sandomil a seu pai e a seu irmão; casou com seu parente Francisco Jácome Freire de Gouveia e Vasconcelos, juiz de fora de Aldeia-Galega, senhor da casa e morgado de Paranhos de Cima, no termo de Seia, de quem já nos ocupámos e cuja descendência apontámos (supra VIII a' 2, 5).

VIII a'', ***) — **Luís de Abreu Magalhães** c. c. sua prima D. Antónia de Barros, filha de Mateus Garcia Lobo e de D. Francisca de Barros e Oliveira (infra VIII b'', 2), e teve, além de outros filhos:

1 (IX). *José Calisto de Abreu Magalhães*, c. c....?

2 (IX). *D. Maria Rita de Magalhães e Barros*, que casou em S. Gião.

3 (IX). *Roque de Abreu Magalhães*, que segue.

IX a'', ***) — **Roque de Abreu Magalhães** teve de Ana Mendes, mulher solteira, uma filha natural, reconhecida e legitimada por provisão régia, de nome

X a'', ***) — **D. Perpétua Margarida de Abreu Magalhães**, que sucedeu na casa de seu pai, e c. c. Francisco de Paula Figueiredo, major de milícias de Arganil, filho do bacharel Domingos José de Figueiredo, e de sua mulher D. Rita Maria da Silva. Teve:

1 (XI). *Luís de Abreu Magalhães Figueiredo*, bacharel formado em Cânone.

2 (XI). *José de Abreu Magalhães Figueiredo*, b. 25 nov. 1811, bacharel em Teologia.

3 (XI). *Francisco de Paula Magalhães Figueiredo*, que segue.

4 (XI). *António de Barros Magalhães Figueiredo*, professor régio em S. Gião.

5 (XI). *D. Maria da Natividade Magalhães Barros de Figueiredo*.

6 (XI). *D. Ana Alexandrina de Magalhães Figueiredo*.

7 (XI). *D. Ángela Adelaide de Magalhães Figueiredo*.

8 (XI). *D. Rita Cândida de Magalhães Figueiredo* c. c. Luís António Monteiro, senhor da casa da Póvoa-das-Quartas (Lagos-da-Beira), onde residia, a qual deixou a seu sobrinho por afinidade Luís de Abreu Magalhães Figueiredo de Moura Portugal (infra XI a'', ** 4).

9 (XI). *D. Felicia de Magalhães Figueiredo*.

XI a'', ***) — **Francisco de Paula Magalhães Figueiredo**, b. 26 nov. 1817,

bacharel formado em Direito, deputado a Côrtes, c. c. D. Maria Bárbara de Moura Portugal, filha de Joaquim Homem de Moura Portugal, de Rio-Tôrto, concelho de Gouveia. Tiveram:

1 (XII). *Francisco de Paula de Figueiredo Moura Portugal* c. c. D. Sofia da Gloria Brito Madeira Portugal, e tiveram:

- 1 (XIII). *Francisco de Paula Figueiredo de Portugal e Brito*;
- 2 (XIII). *D. Inácia de Barros Magalhães Portugal e Brito*, c., com descendência;
- 3 (XIII). *D. Elvira de Barros Magalhães Portugal*, com descendência;
- 4 (XIII). *D. Maria Vitória de Barros Magalhães Portugal*;
- 5 (XIII). *D. Alice de Barros Magalhães Portugal*.

2 (XII). *D. Maria Adelaide de Moura Portugal* c. c. Artur Soares de Brito, e tiveram:

- 1 (XIII). *Humberto Soares de Brito Portugal*;
- 2 (XIII). *D. Maria Olímpia Soares de Brito Portugal*, c., com descendência;
- 3 (XIII). *Raul Soares de Brito Portugal*, c., com descendência;
- 4 (XIII). *Alfredo Soares de Brito Portugal*, c.;
- 5 (XIII). *Artur Soares de Brito Portugal*, c.;
- 6 (XIII). *D. Lúcia Soares de Brito Portugal*, c. c. o Dr. Germano Antunes do Amaral, advogado, notário em Tábua, com descendência.

3 (XII). *D. Ana da Natividade de Moura Portugal* † solteira.

4 (XII). *Luis de Abreu Magalhães Figueiredo de Moura Portugal* c. c. D. Maria do Ceu da Costa Morais, e tiveram:

1. (XIII). *D. Maria da Natividade Morais Portugal*, c. com descend.;
2. (XIII). *João de Morais Portugal*, capitão de artilharia, † solt.;
3. (XIII). *D. Maria Margarida de Morais Portugal*, c. c. Dr. José Crazeiro Lopes, com desc.;
4. (XIII). *D. Maria Bárbara de Morais Portugal*, c. c. Dr. Elmano da Cunha e Costa, com desc.;
5. (XIII). *Luis de Morais Portugal*, alferes de artilharia, c.;
6. (XIII). *José de Morais Portugal*, alferes de artilharia, † solt.;
7. (XIII). *D. Maria José de Morais Portugal*, c. com desc.;
8. (XIII). *António de Morais Portugal*.

5 (XII). *António de Barros de Moura Portugal* † solteiro.

Ramo terciário a" „)

VI a" „) — **D. Maria da Mota Godinho Mascarenhas**, filha de Manuel Garcia Mascarenhas e de D. Maria da Mota Godinho (supra V a" „), casou em S. Romão com o desembargador do Pôrto e juiz da corôa Manuel Pinto Monteiro, cavaleiro professo da Ordem de Cristo, auditor geral da gente de guerra do Alemtejo, familiar do S.^o Ofício, filho de Manuel Duarte Pinto, capitão da vila de S. Romão, e

de D. Maria da Mota. Por falecimento de sua mulher, Manuel Pinto Monteiro veiu a contrair 2.^{as} núpcias com D. Maria Luísa Saraiva, viúva do familiar do S.^{to} Ofício António de Almeida Beltrão. D. Maria da Mota Godinho Mascarenhas deixou a seguinte prole:

1 (VII). *D. Inácia Maria Pinto*, c. c. João de Almeida de Melo e Vasconcelos, senhor da quinta de S.^{to} Estêvão, junto de Viseu, filho de António Peçanha de Vasconcelos (filho 2.^o da casa dos Almeidas), e de sua mulher D. Maria Soares de Melo, senhora da referida quinta de S.^{to} Estêvão, e da casa da Tôrre, na rua da Cadeia, em Viseu, que fôra de seu avô materno Diogo Soares de Melo, môço-fidalgo da C. R. filho de Gomes de Abreu, clérigo *in minoribus*, cônego da Sé daquela cidade, primo co-irmão da duquesa de Bragança D. Joana de Mendonça, 2.^a mulher do duque D. Jaime, e descendente por varonia dos Abreus, senhores de Regalados. Teve, entre outros filhos,

— (VIII). *José de Almeida e Vasconcelos*, c. c. D. Francisca de Abreu Castelo-Branco, filha bastarda legitimada de Francisco de Abreu Castelo-Branco de Figueiredo, e teve: — (IX). *D. F.... de Almeida e Vasconcelos*, herdeira da grande casa de seus pais, c. c. Luís Augusto de Nápoles, senhor das casas dos Lemos e Nápoles, de Viseu, Penacova e Tourais. Falecendo sem geração esta última senhora de S.^{to} Estêvão, sucederam-lhe na casa os Caiados de Trevões (Pesqueira), por Domingos Caiado (IV a 5, 3 a) ser casado com uma irmã (ou tia?) daquela última possuidora.

2 (VII). *D. Antónia Pinto da Mota*, que segue.

3 (VII). *Manuel Pinto Monteiro*, cav. da Ordem de Cristo e familiar do S.^{to} Ofício, sucedeu na casa de seus pais, e c. c. sua prima D. Maria Eufémia de Sequeira Cabral, de S. Romão, de quem falaremos adeante (VI a'', 2), e teve

— (VIII). *D. Isabel Antónia Pinto de Sequeira Cabral*, herdeira da casa de seus pais, c. c. seu primo Manuel Carlos de Magalhães Castelo-Branco e Vasconcelos, de quem já nos ocupámos (VIII a'', *) e cuja descendência já descrevemos.

4 (VII). *José Pinto Monteiro*, cavaleiro de Cristo.

VII a'') — **D. Antónia Pinto da Mota**, c. c. Luís de Oliva de Sousa Cabral, de Sameice, seu parente, bisneta por varonia de João de Oliva de Sousa. Teve

VIII a'') — **D. Maria Angélica Pinto de Sousa Cabral**, c. c. Manuel de Lemos e Nápoles, fid. da C. R., capitão-mór de Penaverde (Aguiar-da-Beira), filho de Diogo de Lemos e

Nápoles, e de D. Mariana Pereira Pimentel, de Freixo de Numão. Teve :

1 (IX). *António Manuel de Lemos e Nápoles*, fid. da C. R. e familiar do S.º Ofício, † sem descendência.

2 (IX). *D. Isabel Mauricia de Nápoles*, c. c. Luís Sebastião da Cunha Pereira de Castro, fid. da C. R., capitão-mór de Proença-a-Velha, cavaleiro de Cristo, filho de João Felipe Pereira de Castro, fid. da C. R., comendador da Ordem de Avís, governador de Salvaterra, e de D. Brites da Cunha, senhora da casa dos Cunhas de Proença-a-Velha. Teve :

1 (X). *D. F.... de Lemos Nápoles e Castro*, c. c. seu primo direito Luís Ferreira de Nápoles (infra 5, 2), senhor da casa do Sarzedo, termo de Leomil, e teve, entre outros filhos, — (XI) *José de Lemos e Nápoles*, sucessor naquela casa, que casou com sua prima D. Maria de Meneses (infra 4, 2);

2 (X). *João Felipe da Cunha e Castro*, fid. da C. R., capitão-mór de Proença, c. c. D. Ana Joaquina de Meneses, filha de Inácio Pita Leite e de D. Sebastiana Maria de Meneses, a qual D. Ana era irmã de D. Maria Rosa Pita Leite c. c. José de Lemos e Nápoles, tio de João Felipe (infra 4), e tiveram — (XI). *Rodrigo Pita de Castro e Meneses*, que em 1838 era juiz de direito em Castelo-Branco.

3 (IX). *D. Florêncio Jacinta de Lemos e Nápoles*, que segue.

4 (IX). *José de Lemos e Nápoles*, fid. da C. R., c. c. D. Maria Rosa Pita Leite, a quem já nos referimos (supra 2, 2), e teve :

1 (X). *Diogo de Lemos e Nápoles Manuel*, senhor das casas de Penaverde e Sameice, fid. da C. R., bacharel formado em Cânones;

2 (X). *D. Maria de Meneses*, c. c. seu primo José de Lemos e Nápoles, senhor da casa do Sarzedo e da quinta da Bôa-Vista, de quem já falámos (supra 2, 1), e teve geração ;

3 (X). Um outro filho F....

5 (IX). D. F...., c. c. José Bernardo Ferreira, senhor de importante casa, e teve :

1 (X). *Francisco Ferreira de Nápoles*, † sem geração na sua casa de Darei, concelho de Mangualde;

2 (X). *Luis Ferreira de Nápoles*, c. c. sua prima direita D. F.... de Lemos Nápoles e Castro, a quem já se fez referência (supra 2, 1).

IX a" „) — D. Florêncio Jacinta de Lemos e Nápoles, c. c. Manuel Metelo Monteiro, senhor da casa e morgado dos Metelos da Freixeda do Torrão, termo de Castelo Rodrigo. Teve :

1 (X). *António Metelo Pacheco Monteiro de Nápoles*, c. c. D. Mariana de..., filha de Gaspar Felipe, de Manteigas (senhor da casa de Teixoso, Covilhã), e de sua mulher D. Rosa. Tiveram :

1 (XI). *Manuel Metelo Pacheco*, † solteiro, sem geração;

2 (XI). *António da Cunha Metelo* (que sucedeu, já velho, a seu irmão), c. c.

D. F.... Metelo, filha de Manuel Maria Metelo, capitão-mór de Pinhel, descendente de Alexandre Metelo, do Conselho Ultramarino, embaixador na China. Faleceu este António da Cunha Metelo sem geração, deixando a parte da sua fortuna, de que podia dispôr, a sua mulher, que veiu a casar em 2.^{as} núpcias com Tomás Metelo Pacheco, primo de seu primeiro marido (infra 2, a).

2 (X). *António Monteiro Metelo Pacheco de Nápoles*, filho 2.^o, c. c.

D. F...., rica proprietária no termo de Pinhel, e teve, entre outros filhos,

— (XI). *Manuel Metelo Pacheco Monteiro de Nápoles*, sucessor na casa de sua mãe, vindo no fim da vida, quando já tinha mais de noventa anos, a herdar a casa de seu primo direito António da Cunha Metelo (supra 1, 2). Casou em 1.^{as} núpcias com D. F.... e em 2.^{as} com D. Vicêncio Corte-Real, irmã de sua primeira mulher, e senhora da casa da Freineda, termo de Castelo-Bom. Teve do 1.^o matrimónio: — a (XII). *Tomás Metelo Pacheco*, que casou com a viúva de seu primo António da Cunha Metelo (supra 1, 2), para tornar a reunir a grande casa dêsse, e teve descendência; — b (XII) *Jeronímo Metelo*, senhor de uma importante casa em a Nave do Sabugal. Do 2.^o matrimónio teve: — c (XII). *D. Maria Augusta Metelo*.

3 (X). *D. Maria Benedita Metelo*, que segue.

X a'') — **D. Maria Benedita Metelo**, c. c. António Pacheco Loureiro de Vasconcelos, senhor da casa dos Pachecos de Celorico da Beira e monteiro-mór do respectivo castelo, cuja chave esteve em seu poder até 1834, em que a vereação municipal foi solenemente recebê-la. Teve:

1 (XI). *António Pacheco*, que foi capitão de voluntários realistas na Guarda, herdeiro da casa de seus pais, e administrador dos vínculos. Faleceu solteiro.

2 (XI). *Luis Metelo*.

3 (XI). *Manuel Metelo*.

4 (XI). *D. Maria Miquelina Metelo Pacheco de Lemos e Nápoles*, que segue.

5 (XI). *D. Maria da Conceição Pacheco*.

XI a'') — **D. Maria Miquelina Metelo Pacheco de Lemos e Nápoles**, de Celorico, c. c. Francisco Cabral da Fonseca Cerveira da Cunha Osório, de Açores (Guarda), senhor da casa dos Cabrais de Açores. Teve:

1 (XII). *Francisco Cabral Metelo Pacheco de Lemos e Nápoles Manuel*, que segue.

2 (XII). *António Pacheco Metelo de Nápoles Manuel*, bacharel formado em Direito, deputado às Cortes em diversas legislaturas.

3 (XII). *Luis Metelo Pacheco de Lemos e Nápoles Manuel*.

(XII). *José Metelo Pacheco de Lemos e Nápoles Manuel*.

- 5 (XII). *D. Maria Francisca Metelo Pacheco de Lemos e Nápoles.*
 6 (XII). *D. Emilia Metelo Pacheco da Cunha Coutinho*, c. c. o Dr. António Augusto da Cunha Coutinho, juiz de Direito, aposentado como auditor militar em Viseu.

XII a'') — **Francisco Cabral Metelo Pacheco de Lemos e Nápoles Manuel**, c. c. D. Maria Amália Freire Cortês de Albuquerque (XII a'''), e teve:

- 1 (XIII). *D. Maria Rita Freire Cabral Metelo de Sacadura*, c. c. o Dr. Júlio César de Sande Sacadura Bote, lente da Faculdade de Medicina. Tiveram:

- 1 (XIV). *Francisco Cabral de Sacadura*, bacharel formado em Direito, c. c. D. Maria de Sousa Sacadura Bote, e teem:
 — a (XV). *D. Maria Liberata* ;
 — b (XV). *D. Maria Luisa* ;
 — c (XV). *D. Maria de Lourdes* ;

- 2 (XIV). *D. Maria Cabral de Sacadura* († na Suíça) c. c. o Doutor António Faria Carneiro Pacheco, lente da Faculdade de Direito, sem ger.

- 2 (XIII). *António Freire Cortês Cabral Metelo Pacheco de Albuquerque*, c. c. D. Maria da Conceição Madeira de Abreu, da Quinta-da-Costa (*Not. gen. III, XI a' 1*). Tiveram:

- 1 (XIV). *António Freire Cortês Cabral Madeira*, c. c. D. Sara Madeira, com ger.;

- 2 (XfV). *João Carlos Freire Cortês Cabral Madeira*, c. c. D. Cesaltina Planas Dória, com ger.;

- 3 (XIV). *D. Maria de Lourdes Madeira de Abreu*, c. c. Arnaldo Portas, contador na comarca da Guarda.

- 3 (XIII). *Francisco Cabral Metelo*, n. 18 abr. 1858, bacharel formado em Direito, grã-cruz de Isabel a Católica, antigo deputado da Nação, governador civil de Lisboa, secretário geral da Câmara dos Pares, c. c. D. Maria Emília de Vasconcelos Pereira Coutinho de Macedo, filha do par do Reino, juiz da Relação de Lisboa, Dr. António de Vasconcelos de Faria Pereira Coutinho, herdeira do vínculo de Oliveira do Hospital, fundado no século xvii por Jorge de Faria Garcês. Tiveram:

- 1 (XIV). *D. Maria Luisa Cabral Metelo Pinto Barreiros*, c. c. o engenheiro civil Domingos Pinto Barreiros, sem ger. até hoje ;

- 2 (XIV). *Francisco Manuel Cabral Metelo de Vasconcelos*, solteiro.

- 4 (XIII). *D. Maria Miquelina Freire Cabral Metelo Pacheco*, † solteira.

- 5 (XIII). *D. Maria da Conceição Freire Cabral Metelo do Amaral*, c. c. António do Amaral Cabral Saraiva, senhor da casa de Val-d'Azares. Tiveram :

- 1 (XIV). *D. Maria Amália do Amaral Cabral*, c. c. João de Paços de

Sousa Manuel Canavarro, bacharel formado em Direito, e teem:

— a (XV). António Canavarro do Amaral Cabral,
— b (XV). D. Maria da Conceição Canavarro do Amaral Cabral,

— c (XV). João Canavarro do Amaral Cabral,

— d (XV). D. Maria Amália Canavarro do Amaral Cabral,

— e (XV). D. Maria Luísa Canavarro do Amaral Cabral,

— f (XV). D. Maria Isabel Canavarro do Amaral Cabral,

— g (XV). D. Maria do Carmo Canavarro do Amaral Cabral;

2 (XIV). D. Maria Adelaide do Amaral Cabral Campos Melo, c. c. Alberico de Campos Melo, bacharel formado em Direito, e teem:

— a (XV). António do Amaral Campos Melo,

— b (XV). D. Maria da Luz Campos Melo;

3 (XIV). D. Maria Emilia do Amaral Cabral, solteira;

4 (XIV). D. Maria das Dores do Amaral Cabral, solteira;

5 (XIV). D. Isabel Maria do Amaral Cabral Parreira, c. c. seu primo António Parreira Luzeiro de La-Cerda (infra 6 [XIII] 1), com geração;

(XIV). D. Maria Constança do Amaral Cabral de Almada e Melo, c. c. José de Almada e Melo, bacharel formado em Direito, sem geração;

7 (XIV). José Cabral Metelo do Amaral, c. c. D. Maria Angusta Pais de Faria Amaral, e teem:

— a (XV). António Cabral Metelo do Amaral,

— b (XV). D. Maria de Lourdes Pais Cabral do Amaral;

— c (XV). D. Maria Fernanda Pais Cabral do Amaral;

8 (XIV). António do Amaral Cabral † solteiro;

9 (XIV). Luís do Amaral Cabral † solteiro;

10 (XIV). D. Maria Teresa do Amaral Cabral Fesas Vital, c. c. o Dr. Domingos Fesas Vital, lente da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, e teem:

— a (XV). João do Amaral Cabral Fesas Vital;

— b (XV). D. Maria da Conceição do Amaral Cabral Fesas Vital.

6 (XIII). D. Maria Teresa Freire Cabral Metelo Parreira, c. c. António Parreira de Aboim La-Cerda, bacharel formado, de Santiago de Cacém. Tiveram:

1 (XIV). Antonio Parreira Luzeiro de La Cerda, bacharel-formado em Medicina e Filosofia, c. c. sua prima D. Isabel Maria do Amaral Cabral Parreira (supra 5 [XIII] 5) e teem:

— a (XV). António Parreira do Amaral,

— b (XV). D. Maria Teresa Parreira do Amaral Cabral;

2 (XIV). D. Maria Amália † criança;

3 (XIV). D. Maria das Dores Parreira Cabral Luzeiro de La-Cerda, c. c. António Lobo de Portugal e Vasconcelos;

4 (XIV). D. Maria da Conceição Parreira Cabral do Amaral, c. c. Nicolau de Mendonça Falcão do Amaral, bacharel formado em Direito, com geração;

5 (XIV). Carlos José Parreira, solteiro;

6 (XIV). D. Maria Eunilia Parreira Cabral do Amaral, solteira.

7 (XIII). Baltasar Freire Cabral, c. c. D. Maria Luísa de Almeida

e Vasconcelos, filha dos Cnndes de Mossâmedes e neta dos Condes da Lapa. Teem:

- 1 (XIV). *Francisco de Vasconcelos Freire Cabral*;
- 2 (XIV). *José de Vasconcelos Freire Cabral*.

8 (XIII). *D. Maria Francisca Freire Cabral Metelo Lobo de Vasconcelos*, c. c. o engenheiro civil Francisco Lobo de Vasconcelos, da Quinta-da-Ponte (Guarda). Teem:

- 1 (XIV). *D. Maria Amália Cabral Lobo de Vasconcelos*;
- 2 (XIV). *José Cabral Lobo de Vasconcelos*;
- 3 (XIV). *Francisco Cabral Lobo de Vasconcelos*.

9 (XIII). *D. Maria Isabel Freire Cabral Metelo*, † solteira.

Ramo secundário *a'''*)

V *a'''*) — **Francisco Garcia Mascarenhas**, filho de António Garcia (IV *a*) e de Ana Marques, de Folhadosa, foi cavaleiro professo da Ordem de Cristo, e c. em Seia a 18 out. 1678 c. D. Maria Coelho de Sousa, filha de João Cabral de Abreu, de Seia, fid. da C. R., e de D. Antónia Coelho de Sousa, de S. Romão; neta paterna de António Ribeiro de Abreu, moço da Câmara, e de D. Maria Cabral, de Seia, e bisneta de Atanásio Ribeiro de Abreu, fid. da C. R., governador de Cascais, tronco de muitas famílias ilustres da Beira (cf. supra VI *a'''*). Este Francisco Garcia Mascarenhas instituiu o vínculo da casa de Folhadosa, de que foi último administrador António Vieira de Tovar de Magalhães e Albuquerque (Molelos), 6.^º neto por varonia do instituidor, e há pouco falecido (5 mar. 1920). Tiveram:

- 1 (VI). *D. Maria Garcia Coelho*, b. 16 jun. 1680, que segue (VI *a'''*).
- 2 (VI). *Manuel Cabral Mascarenhas*, b. 21 jun. 1682, que segue (VI *a'''* „).
- 3 (VI). *D. Maria Dorotêa Coelho*, b. 3 set. 1683, que foi freira.

Ramo tecidiário *a'''*)

VI *a'''*) — **D. Maria Garcia Coelho**, casou com oposição e grande desgosto da família, a 22 mai. 1702, com o seu parente António Marques, mercador de panos e chapeus, de Folhadosa. Teve:

- 1 (VII). *Maria*, b. 2 fev. 1703, † pouco depois.
- 2 (VII). *Isabel*, b. 4 out. 1704, † creança.
- 3 (VII). *Manuel Garcia Marques*, b. 11 out. 1706, que segue.

4 (VII). *D. Maria Garcia Marques*, b. 21 mar. 1709.

5 (VII). *António Garcia Marques*, b. 13 jul. 1713.

VII a'') — **Manuel Garcia Marques**, c. a 8 nov. 1731 c. D. Maria Ribeiro († 20 out. 1763), filha de José Rodrigues Sêco, proprietário e mercador de panos, de Paços, e de D. Maria Ribeiro, da família dos Ribeiros de S.^{ta} Eulália. De uma irmã daquela D. Maria Ribeiro, chamada D. Inês Ribeiro, também casada em Paços, era bisneta o R.^{do} Manuel Joaquim Pereira Ribeiro da Rocha, cônego capitular da Sé de Coimbra; e era 3.^º neto o sobrinho dêste, Monsenhor António Ribeiro dos Santos Viegas, prior dos Mártires em Lisboa, e depois abade de S. Tiago-de-Anta, proto-notário apostólico *ad-instar* e prelado doméstico de S. Santidade, deputado em várias legislaturas, presidente da Câmara dos deputados, e por fim par do Reino. Manuel Garcia Marques teve:

1 (VIII). *Fr. Manuel Garcia Ribeiro*, n. 26 set. 1734, freire professo da Ordem de Malta, vigário de Oliveira-do-Hospital, respeitabilíssimo e muito venerado por suas virtudes, prudência e saber. Foi uma e outra vez instado pelo bispo-conde D. Miguel da Anunciação para que entrasse para o Seminário de Coimbra (que aquele benemérito prelado acabara de fundar), como professor de Teologia moral; mas recusou-se, resistindo quanto pôde, a essas grandes instâncias e às vantagens que o prelado lhe oferecia. A interessante correspondência autógrafa que então se trocou entre o bispo-conde e o pádre Manuel Garcia existe em poder do Dr. António de Vasconcelos, sobrinho bisneta dêste. Chegou a ser por algum tempo professor do Seminário, mas não descansou enquanto não obteve dispensa dêste *munus*, para se consagrar inteiramente ao ministério paroquial. Faleceu na sua vigararia a 7 mai. 1813.

2 (VIII). *Francisco José*, b. 30 dez. 1736, † creança.

3 (VIII). *D. Bernardina Garcia Ribeiro*, b. 31 mar. 1739, † solteira.

4 (VIII). *D. Maria do Nascimento Garcia*, b. 1 jan. 1742, † de idade de 19 anos.

5 (VIII). *D. Josefa Garcia Ribeiro*, n. 27 abr., b. 10 mai. 1744, c., com descendência.

6 (VIII). *D. Quitéria Garcia*, n. e b. 25 out. 1746, † solteira.

7 (VIII). *D. Francisca Bernarda Garcia Ribeiro*, que segue.

8 (VIII). *Tomás Garcia Ribeiro*, n. 5 mar. 1755, † solteiro.

VIII a'') — **D. Francisca Bernarda Garcia Ribeiro**, n. 8 jul. 1752, c. a

4 mai. 1778 c. José Fernandes Nunes Martins, de Sazes, e † a 25 nov. 1790. Teve:

- 1 (IX). *P.e Joaquim Bernardo Garcia Ribeiro*, b. de oito dias a 24 out. 1779. Foi vigário de Oliveira-do-Hospital em seguida a seu tio Fr. Manuel Garcia Ribeiro, de quem fôra coadjutor com futura sucessão.
- 2 (IX). *José Garcia Ribeiro*, b. 16 jan. 1782, † creança.
- 3 (IX). *D. Maria Garcia*, n. 13, b. 19 out. 1784 em Sazes, sendo padrinhos o capitão-mór de Oliveira-do-Hospital, Diogo José de Faria Macedo e Vasconcelos, e sua mulher D. Maria Josefa Pinto.
- 4 (IX). *Agostinho Garcia Ribeiro*, b. de nove dias a 4 set. 1787, c., e deixou descendência.
- 5 (IX). *João Garcia Ribeiro*, b. de nove dias a 29 nov. 1790, que segue.

IX a'') — **João Garcia Ribeiro**, c. a 22 mar. 1808 c. sua parenta D. Maria Clara da Conceição Rodrigues Alves, de S. Paio de Gramaços († 5 set. 1840), e † a 17 abr. 1870. Tiveram:

- 1 (X). *José de Cupertino Garcia*, b. 3 jan. 1809, foi tabelião em Oliveira-do-Hospital, † solteiro a 2 nov. 1865.
- 2 (X). *D. Cláudina Rita da Conceição Garcia*, n. no Parceiro, logaréjo da serra, pertencente à freguesia de S. Gião, quando a família andava homiziada por motivo da incursão francesa; veiu a ser baptizada em S. Paio de Gramaços doze dias depois, a 11 março 1811; † solteira a 13 out. 1886.
- 3 (X). *Maria Augusta*, b. 13 abr. 1813, † 18 out. 1818.
- 4 (X). *Joaquim José*, b. de vinte dias a 16 fev. 1815, † 23 nov. 1816.
- 5 (X). *Antónia*, n. 14 fev., b. 4 mar. 1817, † 30 abr. 1824.
- 6 (X). *D. Maria Lutsa Garcia Ribeiro*, n. ?, b. 27 abr. 1819, † 15 nov. 1837.
- 7 (X). *P.e Dionísio Garcia Ribeiro*, n. 22 ag., b. 9 out. 1821. Destinando-se ao estado eclesiástico, estudou os preparatórios com o P.e Joaquim de Miranda, da Lageosa, e com o P.e Francisco Gomes Viegas, arcipreste-pároco de Vila-Ponca-da-Beira, afamados leccionistas, aquele de latim e êste de humanidades. Em outubro de 1840 entrou para o Seminário de Coimbra, donde frequentou a Universidade, seguindo o curso eclesiástico da facultade de Teologia, no qual foi condiscípulo de Joaquim Cardoso de Araújo, José da Encarnação Coelho e António José de Freitas Honorato, que depois se doutoraram e foram lentes daquela Faculdade, subindo o último às mais altas dignidades eclesiásticas, pois foi arcebispo de Mitilene, durante anos governador do Patriarcado, e por fim arcebispo de

Braga, primás das Espanhas, conservando sempre com o seu condiscípulo Dionísio as mais afectuosas relações de amizade. Também pertenceu a êste curso o notável humanista e classicista Dr. Joaquim Alves de Sousa, que veiu a ser professor de filosofia e de hebreu no Liceu de Coimbra, e mais tarde preceptor do príncipe-real D. Carlos e do infante D. Afonso. — Terminado o curso, foi pelo vigário-capitular Dr. António Lopes de Moraes e pelo vice-reitor do Seminário José Henrques Toscano convidado e instado para professor do dito estabelecimento de ensino; não acedeu porém, por desejar regressar para junto de seu pai e irmãos, a quem estremecia. — Recebeu prima-tonsurada e os quatro graus de ordens menores a 16 dez. 1842, e o subdiaconado a 10 jun. 1843, na igreja paroquial de S.^{ta} Catarina, próximo das Caldas-da-Rainha, patriarcado de Lisboa, das mãos do Bispo de Bragança e Miranda D. José António da Silva Rebelo, que ali residia. Foi promovido à ordem de diácono a 23 set. 1843 pelo bispo de Leiria D. Guilherme Henrques de Carvalho (mais tarde cardinal-patriarca) na capela do seu paço episcopal; ordenado presbítero pelo mesmo D. Guilherme a 21 set. 1844 na capela do Seminário episcopal de Coimbra, ali celebrou a sua primeira Missa no dia 23 do mesmo setembro. — Por decreto de 12 jul. 1845 foi apresentado prior da igreja paroquial de S. João Baptista de Moimenta-da-Serra; sendo-lhe passada carta-régia a 24 set. seguinte, recebeu instituição canónica a 27 nov. do mesmo ano, e tomou posse a 12 jan. 1846. Obteve em data de 22 ag. 1850 permissão régia para permutar com o pároco de S. Paio-de-Gramaços, sua terra natal, sendo-lhe conferida instituição canónica dêste priorado a 14 nov. seguinte, e tomando posse a 27. jan. 1851. — Querendo dirigir pessoalmente em Coimbra a educação literária de seu sobrinho, que escreve estas linhas, e que ao tempo contava 8 para 9 anos, concorreu à igreja paroquial de S. Martinho-do-Bispo no subúrbio desta cidade. Nela foi apresentado por decreto de 3 dez. 1868, de que se passou carta-régia a 21 jan. 1869; recebeu instituição canónica a 5 fev., e tomou posse a 11 do mesmo mês. — Em todas estas freguesias, que pastoreou sucessivamente e sem interrupção durante o largo período de 41 anos, deixou a sua passagem sinalada por obras importantes; e assim é que o seu nome ainda hoje nelas se memora com respeito, admiração e louvor. Em todas três construiu cemitérios, vencendo com muita prudência e bom senso a relutância que os povos a isso opunham; fundou e reformou instituições beneméritas; promoveu a edificação ou reparação de edifícios públicos, dando para isso do seu bolso subsídios importantes, etc. Enquanto foi prior de

S. Paio, manteve ali sempre uma escola de instrução primária inteiramente gratuita, por êle mesmo regida, na qual eram fornecidos, a expensas suas, aos alunos pobres, livros, papel, tinta e restante material necessário à aprendizagem; daqui resultou que nas gerações de rapazes que se criaram durante aqueles 18 anos, não havia analfabetos, a não ser uma ou outra exceção raríssima. Em reconhecimento dos altos serviços por êle prestados à Igreja e ao Estado, o bispo-conde D. José Manuel de Lemos solicitou oficialmente do governo o grau de cavaleiro da Ordem militar de Nossa Senhora da Conceição de Vila-Viçosa para êste seu pároco, tão cheio de benemerências. Por decreto de 1 jul. 1865 foi-lhe realmente dispensada esta graça régia, de que o agraciado teve conhecimento, com grande surpresa sua, por um ofício, datado de 26 do referido mês, assinado pelo vigário-geral Dr. Manuel Correia de Bastos Pina em nome do Prelado, em que lhe era comunicado o facto e a sua explicação, em expressões de congratulação e elogio; a carta régia tem a data de 7 jul.—Foi nomeado arcipreste do distrito eclesiástico de Cernache por provisão episcopal de 12 nov. 1875, em termos altamente honrosos.—Em ofício de 18 dez. 1881 comunicou-lhe o bispo-conde D. Manuel Correia de Bastos Pina *com muita satisfação*, que por decreto de 15 havia êle prior-arcipreste sido por S. Majestade apresentado arcediago de Seia, dignidade da Sé de Coimbra, como *testemunho de consideração pelos seus merecimentos*. Não chegou a ser passada a respectiva carta-régia, porque foi pouco depois promovido à dignidade de arcediago da cidade, ou do báculo, na mesma Sé, por decreto de 16 mar. 1882. A carta-régia desta apresentação tem a data de 6 jul. do mesmo ano; a instituição canónica foi a 25 set. e a posse a 14 out. seguintes.—Faleceu em S. Martinho-do-Bispo a 12 nov. 1886, cheio de méritos e consumido de desgostos, causados por alguns dos seus paroquianos, que mais favores lhe deviam. e que injusta e infamemente torturaram os últimos meses da sua vida. Ao funeral, realizado na igreja de S. Martinho-do-Bispo, e no qual a freguesia em peso manifestou em lágrimas e lamentos quanto o amava e considerava, assistiu o Cabido da Sé de Coimbra, presidindo e dando a absolvição *ad feretrum* o governador do bispado na ausência do bispo-conde, o cónego Dr. José Ferreira Fresco, e fazendo o elogio fúnebre o Doutor Francisco Martins, opositor ao professorado da facultade de Teologia, amigo e confessor do finado, que tomou para tema do seu sentido e improvisado discurso o texto da 1.^a Epístola de S. Paulo a Timóteo v, 17: — *Qui bene praesunt presbyteri, duplice honore digni habeantur.* — Um sobrinho, que lhe deve a educação e a situação social, e que, na qualidade de sa-

cerdote, teve a santa consolação de lhe ministrar os últimos sacramentos e de lhe assistir à morte edificante, aqui deixa consignado êste singelo tributo de amor filial.

- 8 (X). *Serafim Garcia Ribeiro*, n. 3, b. 16 set. 1823, † 17 set. 1912, que segue.
- 9 (X). *António Garcia Ribeiro*, n. 24 set., b. 17 out. 1825, † solteiro a 16 jun. 1853.
- 10 (X). *D. Maria Augusta da Natividade Garcia*, b. 29 mai. 1828, † solteira a 22 mar. 1881.
- 11 (X). *João Garcia Ribeiro*, n. em 1831, foi director da estação do correio de Oliveira-do-Hospital, † a 22 dez. 1918, com geração.

X a''') — **Serafim Garcia Ribeiro**, c. em 1.^{as} núpcias com D. Maria Máxima Garcia da Fonseca (n./em 1815, † em 30 abr. 1850), de S. Paio de Gramaços, filha do tenente de milícias Manuel Joaquim da Fonseca Ferreira e de D. Maria Rosa Garcia da Fonseca, 4.^a neta de D. Maria da Fonseca e de seu marido António Lopes. Esta D. Maria da Fonseca era irmã do P.^e Manuel da Fonseca, de S. Paio, que viveu na segunda metade do século XVII, e que foi o instituidor de um dos vínculos da casa de Girabolhos (Seia), onde casou sua sobrinha D. Ana Águeda Borges da Fonseca, uma das avós dos Pereiras de Mendonça, senhores daquela casa, em cuja capela, da invocação de Nossa Senhora da Natividade, se vêem as armas dos Fonsecas, e ali está sepultado o dito P.^e Manuel da Fonseca, seu fundador. Não havendo prole daquele 1.^o casamento, Serafim Garcia Ribeiro casou em 2.^{as} núpcias em Arganil, a 8 jun. 1857 com D. Maria José Cândida Coelho Freire de Faria da Cunha e Vasconcelos (n. 12, b. 24 out. 1825, † 5 nov. 1865), filha de Francisco Inácio Coelho Freire de Faria, da casa de Folques; da sua ascendência se falará em nota a IX a''') 2. — Teve de sua segunda mulher:

- 1 (XI). Menino, que apenas nascido, logo faleceu, a 7 abr. 1859.
- 2 (XI). *António Garcia Ribeiro de Vasconcelos*, sacerdote, doutor nas Faculdades de Teologia e de Letras pela Universidade de Coimbra, lente catedrático daquela, professor ordinário e 1.^o director desta, na mesma Universidade.
- 3 (XI). *D. Maria do Carmo Cândida Garcia Ribeiro de Vasconcelos*, que segue.
- 4 (XI). Menina, n. 30, † 31 out. 1865.

XI a'') — **D. Maria do Carmo Cândida Garcia Ribeiro de Vasconcelos**, n. 23 out., b. 19 nov. 1861, c. 23 jan. 1886 na igreja paroquial de S. Martinho-do-Bispo, concelho de Coimbra, com Adelino Mendes de Abreu, e † ela a 19 mar. 1903 e êle a 30 abr. 1921. Teve os seguintes filhos:

- 1 (XII). *António Maria Ribeiro de Abreu e Vasconcelos*, que segue.
- 2 (XII). *José Mendes de Abreu e Vasconcelos*, n. 19 mar. 1888, † 4 out. 1918.
- 3 (XII). *D. Maria dos Prazeres de Abreu e Vasconcelos*, n. 8 nov. 1889, c., com descendência.
- 4 (XII). *D. Maria Claudina Ribeiro de Abreu e Vasconcelos*, n. 25 jan. 1891, c., com desc.
- 5 (XII). *Lourenço Garcia de Abreu e Vasconcelos*, n. 10 jan., † 5 jun. 1893.
- 6 (XII). *D. Maria da Assunção de Abreu e Vasconcelos*, n. 3 jul. 1895.
- 7 (XII). *Plínio de Abreu e Vasconcelos*, n. 14 jul. 1898.
- 8 (XII). *D. Maria do Rosário Garcia de Abreu e Vasconcelos*, n. 1 abr. 1900.
- 9 (XII). *D. Maria Isabel Garcia Ribeiro de Abreu e Vasconcelos*, n. 2 mar. 1902.

XII a'') — **António Maria Ribeiro de Abreu e Vasconcelos**, n. 22 mar. 1887, diplomado pela Escola Superior de Farmácia da Universidade de Coimbra, tenente-farmacêutico do quadro do serviço de saúde da província de Moçambique, actualmente director da Farmácia do Estado e do Laboratório de análises químicas de Lourenço Marques; c. em Quelimane c. D. Maria Luísa Pontes de Abreu e Vasconcelos, e tem os seguintes filhos:

- 1 (XIII). *António Maria*, n. 23 mai. 1917, em Lourenço-Marques.
- 2 (XIII). *Maria do Carmo*, n. 7 jul. 1918, em Quelimane.
- 3 (XIII). *Maria Isabel*, n. 28 maio 1920 em Lourenço-Marques.

Ramo terciário a'')

VI a'') — **Manuel Cabral Mascarenhas**, filho de Francisco Garcia Mascarenhas (V a''), c. c. D. Eufémia Sequeira Boto, de S. Romão, irmã do cônego Boto, tesoureiro-mór da Sé da Guarda, filha de Dionísio Boto Machado e de D. Eufémia da Mota, de S. Romão, e bisneta do commendador Denis Boto Machado. Teve:

- 1 (VII). *António de Sequeira Boto Machado*, que segue.
- 2 (VII). *D. Maria Eufémia de Sequeira Cabral*, c. c. seu primo

Manuel Pinto Monteiro (VI a" „ 3), cuja descendência já foi descrita (*ibid.*, e segue em VIII a", * etc.).

3 (VII). *Manuel Cabral Mascarenhas*, que foi clérigo, habilitando-se para a ordenação em 1718.

VII a" „) — **António de Sequeira Boto Machado**, foi capitão de ordenanças em S. Romão, e casou com D. F.... Teve:

1 (VIII). *Jorge Boto Machado*, c. c. D. Maria Mendes Pinto de Gouveia, de Vila-Cova-à-Coelheira, é teve:

1 (IX). *António Bóto Machado*, que sucedeu a seus pais no morgado de S. Romão, c. em Vila-Cova-à-Coelheira c. D. Josefa Micaela, de quem teve:

— a (X). *António Joaquim Boto Machado*, c. em Vila-Cova c. D. Maria José Freire de Andrade Castelo-Branco;

— b (X). *D. Bernardina Rosa Boto Machado*;

— c (X). *D. Clara Delfina Boto Machado*, que c. em Midões c. Roque Monteiro Cabral de Vasconcelos, e teve: — (XI). *António Cabral de Vasconcelos*; — e (XI). *D. Maria Carlota*;

2 (IX). *D. Clara Maria Pinto Boto Machado*, de S. Romão, c. c. seu 2.º primo Inácio de Magalhães Pinto de Sousa Ferrão Castelo-Branco, de quem já tratamos (IX a", *).

2 (VIII). *Leonardo Boto Machado*, que segue.

3 (VIII). *Bernardo Boto Machado*.

4 (VIII). *Fr. Manuel*, religioso de S. Paulo em Évora.

5 (VIII). *Fr. Inácio*, idem.

6 (VIII). *P.e José Boto Machado*.

7 (VIII). *D. Maria Boto Machado*, c. c. F..., de S. Romão, com geração.

VIII a" „) — **Leonardo Boto Machado**, c. em S. Rómão c. D. Eufémia de Abranches, filha de Francisco Ferrão de Abranches, pessoa das principais da terra. Teve

IX a" „) — **D. Maria Cândida Boto Machado Pinto**, c. c. José Joaquim de Abranches Homem de Oliveira e Cunha, cuja geração será descrita noutro lugar (XI b" „).

Ramo secundário a" „)

V a" „) — **Dr. Simão Garcia Mascarenhas**, filho de António Garcia (IV a), c. em Tourais c. sua parenta D. Catarina Garcia Mascarenhas, filha de Pedro Garcia Mascarenhas (?), e foi o instituidor do vínculo da casa de Tourais. Jaz sepultado na capela desta casa. Teve

VI a" „) — **D. Maria Josefa Mascarenhas**, c. c. o mestre-de-campo Luís

do Loureiro e Vasconcelos, de Celorico, filho de Manuel de Figueiredo Loureiro, de Figueiredo, freguesia de Tourais (Seia), e de D. Isabel de Vasconcelos, de Celorico. Teve:

- 1 (VII). *Manuel de Loureiro e Vasconcelos*, que segue.
- 2 (VII). *D. F...*, que casou na casa dos Pachecos, de Celorico, de quem procedem os senhores daquela casa.

VII a'') — **Manuel de Loureiro e Vasconcelos**, cavaleiro da Ordem de Cristo, familiar do S.^{to} Oficio (carta de 11 jul. 1710), c. c. D. Ana Maria Mafalda de Morais e Castro, filha do capitão-mór de Penaguião, Francisco Borges de Carvalho, e de D. Ana Maria Teixeira de Morais. Tiveram:

- 1 (VIII). *D. Maria Vitória de Vasconcelos Loureiro e Meneses*, que segue.
- 2 (VIII). *D. Luísa de Vasconcelos e Meneses*, c. c. F... Sanches Farinha, de Lisboa, fid. da C. R., secretário da Mesa do Desembargo do Paço, e tiveram
— (IX). *António Sanches Farinha*, fid. da C. R., que sucedeu a seu pai na casa e no ofício.

VIII a'') — **D. Maria Vitória de Vasconcelos Loureiro e Meneses**, c. c. António José de Albuquerque do Amaral Cardoso, fid. da C. R., cavaleiro da Ordem de Cristo, familiar do S.^{to} Oficio, senhor da casa dos Coutos, em Viseu, a quem fazemos referência adeante (VII b'', *). Teve:

- 1 (IX). *Francisco de Paula e Albuquerque do Amaral Cardoso*, que segue.
- 2 (IX). *D. Josefa Pórcia de Gusmão*, † em 1849.
- 3 (IX). *D. Maria Cândida de Gusmão e Albuquerque*, c. c. Manuel de Sequeira de Almeida, do Douro, e tiveram três filhas,
— (X) *D. Rosa*, *D. Emilia* e *D. Carlota*, que viveram em Tourais, e existe no Douro geração da primogénita;
- 4 (IX). *António José de Albuquerque do Amaral Cardoso*, fid. da C. R., c. c. D. Ana Vitória de Carvalho e Meneses Pinto de Sousa, filha natural legitimada de Alexandre Luís Mendes de Vasconcelos Pinto de Sousa e Carvalho, cavaleiro da Ordem de Malta, mōço-fidalgo, senhor da antiga casa dos Rangéis de Vila-Bôa-de-Quires (Marco-de-Canavezés). Teve, entre outros filhos — (X). *António de Vasconcelos Carvalho de Meneses e Albuquerque*, fidalgo-cavaleiro da C. R., corregedor em Angra do Heroísmo, c. c. D. F..., do Pôrto.

- 5 (IX). *Manuel de Loureiro de Albuquerque do Amaral Cardoso*, fidalgo da C. R., que foi juiz-de-fora em Trancoso, e na Cachoeira (Brasil), † solteiro em Tourais.
- 6 (IX). *D. Tomásia Antónia de Gusmão e Albuquerque*, † solteira em Tourais.
- 7 (IX). *José Franciso de Albuquerque do Amaral Cardoso*, fidalgo da C. R., foi capitão-ajudante de seu irmão Francisco de Paula, que lhe deu a capitania de Sofala e Rios-de-Sena, e † solteiro em Tourais.
- 8 (IX). *D. Maria Benedita de Gusmão e Albuquerque*, que † solteira em Tourais.

IX a'') — **Francisco de Paula de Albuquerque do Amaral Cardoso**, fidalgo da C. R., comendador da Ordem de Cristo, coronel de milícias da Guarda e, em seguida, de Viseu, mais tarde brigadeiro de milícias, e ultimately capitão-general de Moçambique, onde faleceu a 27 (ou 29) de dezembro de 1807. Casou com D. Francisca de Sampaio Cortês de Carvalho e Vasconcelos, irmã da 1.^a condessa de Anadia, e de D. Josefa Cortês de Carvalho, c. c. Baltasar Freire, senhor da casa de Freineda, concelho de Almeida, sendo estas três damas filhas de Manuel António Cortês de Carvalho, môço-fidalgo com exercicio, senhor da antiga casa e quinta de S.^{ta} Eufémia, no termo de Trancoso (cf. XI a'')). Teve:

- 1 (X). *D. Maria Rosa de Sampaio de Albuquerque*, † solteira em 1850.
- 2 (X). *D. Maria José do Carmo de Sampaio e Albuquerque*, c. c. José Freire de Sequeira Coelho Neves Geada, senhor da casa do Barril (Vila-Cova-sob-Avô), filho do capitão-mór de Vila-Cova Bento José Freire de Faria Sequeira Geada (a quem foi por D. Maria I concedida carta de brasão de armas a 8 jan. 1785) e de D. Isidora Bernarda de Abreu; neto paterno de Luís Marques de Sequeira, capitão-mór da mesma vila, e de D. Engrácia Luísa Freire de Faria Geada, de Folques, filha do Dr. Simão Martins da Costa Coelho, ouvidor em Arganil, e de D. Maria Micaela Freire de Faria Geada, 4.^{as} avós maternos do compilador destas notas¹. Teve:

¹ Eis a árvore genealógica:

1). — **Dr. Simão Martins da Costa Coelho**, de Folques, c. c. D. Maria Micaela Freire de Faria Geada, do Espinhal. Dêstes:

1 (II). *D. Bernarda Jacinta*; que segue;

2 (II). *P.º Paulino António Coelho de Faria*; bacharel formado em Cânones a 27 maio 1761 pela Univ. de Coimbra;

— (XI). *D. Maria José Freire Cortés de Carvalho e Albuquerque*, c. c. seu parente José Monteiro de Abreu Lopo, dos Casais do Campo (S. Martinho-do-Bispo), filho do Dr. José Inácio Monteiro Lopo e de D. Maria Vitória Monteiro, dos Casais do Campo, e tiveram

— (XII). *José Freire de Carvalho Lopo e Albuquerque*, do Barril, n. 8 abr. 1839, c. 20 fev. 1865 c. D. Maria Emilia Freire de Carvalho Amorim Pacheco, filha de Antonino Ribeiro de Carvalho Pessoa Amorim Pacheco, da casa do Sarzedo, e de D. Maria Máxima Cardoso Homem Freire, da Bobadela. Houve os filhos seguintes: — a (XIII). *António Freire de Carvalho e Albuquerque*, n. 5 dez. 1865, c. c. D. Leopoldina de Abreu Magalhães, filha de Gelásio Valério da Cunha Pereira de Magalhães, de Óvoa, e de D. Inês Augusta de Abreu Castel-Branco (n. 21 jan. 1835), filha dos 2.^{os} condes-de-Fornos-de-Algodres, Alexandre de Abreu Castel-Branco Cardoso e Melo e D. Maria Emilia de Melo Mendonça Abreu Magalhães; tiveram: — (XIV). *António Freire de Abreu e Albuquerque*, n. 23 dez. 1892, — e (XIV). *D. Maria da Conceição Freire de Abreu e Albuquerque*, n. 2 maio 1895, c. c. o tenente da armada Armando Pe-

3 (II). *P.e Estanislau da Costa*, doutorado *In utroque iuré* a 19 maio 1794 pela Universidade italiana de Macerata, conde palatino, cavaleiro da milícia dourada, etc.;

4 (II). *D. Engrácia Luisa Freire de Faria Geda*, c. c. Luís Marques de Sequeira, acima referido.

II). — **D. Bernarda Jacinta Angélica de Faria**, de Folques, c. c. o capitão Lourenço Mendes Pimenta, de Ribaúvia (S. Aleixo-do-Beco, concelho de Ferreira do Zêzere). Dêstes nasceu

III). — **Capitão António Inácio Coelho de Faria**, de Ribaúvia, c. 2 março 1783 c. D. Maria Inácia do Rosário Marques, de Folques. Tiveram nove filhos, entre os quais:

1 (IV). *Dr. António Freire Coelho de Faria*, n. 21 dez. 1783, sacerdote, vigário-geral e provisori do bispo-conde D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho;

2 (IV). *José Freire Coelho de Faria*, n. 28 fev. 1785, avô do Dr. Antonino Augusto Freire Ribeiro de Campos, actualmente juiz da Relação do Porto;

3 (IV). *Francisco Inácio Coelho Freire de Faria*, n. 2 maio 1792, que segue;

4 (IV). *D. Teresa Freire Coelho de Faria*, n. 5 dez. 1795, entrou em religião no convento do Desagravo de Vila-Pouca-da-Beira, onde foi abadessa e floresceu em virtudes, com o nome de Madre Maria do Lado; os seus restos jazem em S. Paio de Gramaços, em edifício especial com inscrição latina, na capela sepulcral do seu sobrinho-neto Dr. António de Vasconcelos.

IV). — **Francisco Inácio Coelho Freire de Faria**, c. 24 nov. 1824 c. D. Beatriz Cândida da Cunha e Vasconcelos, de Arganil. Tiveram:

1 (V). *D. Maria José Cândida*, n. 12 out. 1825, que segue;

2 (V). *P.e António Inacio de Vasconcelos Delgado*, n. 14 março 1827;

3 (V). *P.e Joaquim Inácio de Vasconcelos Delgado*, n. 11 set. 1828;

4 (V). *D. Maria do Nascimento Freire de Faria da Cunha e Vasconcelos*, n. 20 dez. 1830;

5 (V). *Manuel Inácio*, n. 7 ag. 1834 † criança;

6 (V). *Gabriel da Costa e Vasconcelos*, n. 10 julho 1836, c. em Nogueira do Cravo, e deixou descendência;

7 (V). *Dr. José da Costa de Vasconcelos Delgado*, n. 28 nov. 1839, c. c. D. Mariana de Paiva e Vasconcelos, de Arganil, e deixou descendência.

V). — **D. Maria José Cândida Coelho Freire de Faria da Cunha e Vasconcelos**, c. c. Serafim Garcia Ribeiro, de S. Paio de Gramaços, de quem já nos ocupámos (X a''), pais do organizador destas notas.

restrelo Botelheiro, filho do Dr. Manuel Fernandes Botelheiro, juiz de direito, e de D. Júlia Perestrelo Botelheiro, † deixando prole; — b (XIII). *José Monteiro Freire de Carvalho e Albuquerque*, n. 9 jan. 1867, c. c. D. Margarida Pinto Ferreira Leite Borges de Castro Soares de Albergaria e Albuquerque, filha de António Pinto Borges de Castro Soares de Albergaria, e da D. Maria Teresa Leite Ribeiro Freire; neta paterna do Dr. António Ferreira de Abreu Pinto, de Pomares, e de D. Carlota Borges de Castro Soares de Albergaria, filha dos Viscondes de Oliveira do Conde Miguel Borges de Castro Tavares e D. Ana Soares de Albergaria; neta materna do Dr. Luís Leite Ribeiro Freire e de D. Cândida Leite Pessoa, de Montessão (S. Martinho-d-Bispo); tem — (XIV). *José Freire de Carvalho e Albuquerque*.

- 3 (X). *António José de Albuquerque do Amaral Cardoso*, que segue.
- 4 (X). *Francisco de Albuquerque Cortês de Carvalho Maltês*.
- 5 (X). *Francisco de Albuquerque de Vasconcelos Maltês*.
- 6 (X). *D. Maria das Dores de Sampaio*.
- 7 (X). *D. Maria da Piedade de Sampaio Albuquerque*.

X a'') — **António José de Albuquerque do Amaral Cardoso**, bacharel formado em Matemática, môço-fidalgo com exercício, comendador da Ordem de Christo, coronel de milícias em Viseu, c. c. D. Emilia José de Bourbon e Almeida, filha de Silvério da Silva da Fonseca, môço-fidalgo, senhor da casa de Alcobaça, alcaide-mór de Alfaseirão, e de D. Maria Cândida da Silva Barba Alardo, senhora da casa do Castelo em Leiria, e morgada de Cardelas. Teve:

- 1 (XI). *D. Rita de Bourbon Silva e Albuquerque*, que segue (XI a'''').
- 2 (XI). *António de Albuquerque do Amaral Cardoso*, que segue (XI a'''').
- 3 (XI). *João de Albuquerque do Amaral Cardoso*, c. em Paranhos c. D. Maria Carolina Jácome Freire de Gouveia e Vasconcelos (VIII a' 2, 5 a), e já lhe descrevemos a geração.
- 4 (XI). *D. Emilia de Bourbon Silva e Albuquerque*, c. c. Pedro Carlos Teixeira de Sampaio, filho 2.º de José Ernesto Teixeira de Carvalho, de Vilar-Sêco, e de D. Maria José de Sampaio, irmã do conde de Laborim, José Joaquim Giraldo de Sampaio. Foi oficial de caçadores, e teve:

- 1 (XII). *António Teixeira de Albuquerque*, que casou em Nápoles (Itália), e teve um filho;
- 2 (XII). *José Teixeira de Albuquerque*, engenheiro, c. c. D. Constança Ernesto Teixeira de Albuquerque, viúva de seu primo co-irmão Silvério de Albuquerque Pereira da Silva, de quem se falará adeante (XI a''', 2);
- 3 (XII). *Francisco Teixeira de Albuquerque*, c. c. D. Perpétua, de Leiria;

4 (XII). *D. Maria das Dores Teixeira de Albuquerque*, freira no convento de Santa Teresa de Coimbra.

5 (XI). *D. Carolina de Bourbon Silva e Albuquerque*.

6 (XI). *José de Albuquerque do Amaral Cardoso*, bacharel formado em Direito, fidalgo-cavaleiro, c. c. sua sobrinha *D. Margarida de Albuquerque do Amaral Cardoso de Almeida Teles da Silva* (XI a''' „ 6).

7 (XI). *D. Maria Cândida de Bourbon*, † solteira em 1833.

8 (XI). *Manuel de Albuquerque do Amaral Cardoso*, † criança.

9 (XI). *Luis de Albuquerque do Amaral Cardoso*, † criança.

10 (XI). *Francisco de Albuquerque do Amaral Cardoso*, † novo.

11 (XI). *Luis de Albuquerque do Amaral Cardoso*, c. c. *D. Maria dos Prazeres de Melo e Nápoles*, da casa da Prebenda, em Viseu. Teve:

1 (XII). *António José de Albuquerque do Amaral Cardoso*, engenheiro, c. c. *D. Maria dos Prazeres Mimoso*, com três filhos — (XIII) *Luis*, falecido em Campolide, *Bernardo*, engenheiro em África, e *D. Maria*, todos solteiros;

2 (XII). *D. Emilia de Albuquerque do Amaral Cardoso*, que profESSOU nas Salésias.

12 (XI). *Manuel de Albuquerque do Amaral Cardoso*, frequentou a faculdade de Matemática, casou em Gouveia com *D. Maria do Carmo de Figueiredo Homem*, e teve:

1 (XII). *Aires de Albuquerque do Amaral Cardoso*, bacharel formado em Direito, conservador do registo predial em Gouveia, c. c. *D. Efígenia Corte-Real*, da casa de Pinhanços, e tem:

— a (XIII). *Fernando de Albuquerque*, c. c. *D. Alda de Lacerda*, de Lourosa (irmã do falecido conde de Beirós), divorciados, com um filho;

— b (XIII). *José de Albuquerque*, c. c. *D. Maria Luisa Sávedra*, filha de Hipólito Sávedra, de Fornos de Algodres;

— c (XIII). *Nicolau de Albuquerque*.

2 (XII). *D. Maria Joana de Albuquerque do Amaral Cardoso*, c. c. *José Caetano Corte-Real*, e teve:

— a (XIII). *Afonso de Albuquerque*, c. no Rio de Janeiro, onde vive;

— b (XIII). *António de Albuquerque*, solteiro;

— c (XIII). *Álvaro de Albuquerque*, solteiro.

3 (XII). *D. Maria Emilia de Albuquerque do Amaral Cardoso*, c. c. o Dr. Domingos Pais Saraiva do Amaral, de Paços-da-Serra, que foi juiz de Direito, e tiveram:

— a (XIII). *D. Margarida de Albuquerque*, c. c. o Dr. Luís Osório da Gama e Castro de Oliveira Baptista, com dois filhos;

— b (XIII). *José do Amaral Albuquerque*, solteiro;

— c (XIII). *D. Maria Rita de Albuquerque*, c. c. o Dr. José Dias, de Seia, com um filho;

— d (XIII). *Manuel do Amaral e Albuquerque*, solteiro;

— e (XIII). *D. Maria José de Albuquerque*, solteira;

— f (XIII). *D. Emilia de Albuquerque*, solteira;

— g (XIII). *D. Beatriz de Albuquerque*, solteira;

— h (XIII). *Domingos do Amaral e Albuquerque*, solteiro;

— i (XIII). *Vitor do Amaral e Albuquerque*, solteiro.

- 4 (XII). *José de Albuquerque do Amaral Cardoso*, c. c. D. Beatriz Quirino, da casa de Cassurriães, com geração;
 5 (XII). *Afonso de Albuquerque do Amaral Cardoso*, c. c. D. Maria José, com uma filha — (XIII). *D. Maria de Lourdes*;
 6 (XII). *D. Maria do Carmo do Amaral Cardoso*, c. em 1.^{as} núpcias com o Dr. Vitor Saraiva Pais do Amaral, e em 2.^{as} c. Avelino Pais Borges de Brito (dos barões de Nelas), sem geração.

- 13 (XI). *João de Albuquerque do Amaral Cardoso*, bacharel formado em Direito, c. c. D. Carolina de Abranches, de Sandomil, com geração.
 14 (XI). *Miguel de Albuquerque do Amaral Cardoso*.

Ramo terciário a'')

XI a'') — **D. Rita de Bourbon Silva e Albuquerque**, c. em 1.^{as} núpcias com o primo de seu pai, António Freire Cortês da Fonseca Osório, fidalgo da C. R., coronel de milícias em Lisboa, tenente-rei de Almeida, senhor da casa de Freinada na raia, o qual faleceu em Lisboa ao regressar da emigração. Casou D. Rita em 2.^{as} núpcias com seu tio materno José Maria da Silva da Fonseca, senhor da casa de Alcobaça, proprietário da Quinta das Varandas, subúrbio de Coimbra, que comprou ao conde de Farrobo. Teve do 1.^o matrimónio:

- 1 (XII). *D. Maria Amália Freire Cortês de Albuquerque*, que segue.

Teve do 2.^o matrimónio:

- 2 (XII). *Silvério de Albuquerque Pereira da Silva*, senhor da casa de Alcobaça, c. c. D. Constança Ernesto Teixeira de Albuquerque, a qual, depois de viúva, sem geração, veiu a casar com José Teixeira de Albuquerque, primo co-irmão de seu 1.^o marido (X a'') 4, 2).

XII a'') — **D. Maria Amália Freire Cortês de Albuquerque**, n. 11 agôsto 1838, c. em 1.^{as} núpcias c. Francisco Cabral Metelo Pacheco de Lemos e Nápoles Manuel, de quem já se falou, e teve dêle nove filhos, cuja descendência se descreveu (XII a''); c. em 2.^{as} núpcias com o Doutor Manuel Paulino de Oliveira, lente da Faculdade de Filosofia, de quem teve um único filho,

- 10 (XIII). *Fernando Paulino Freire de Oliveira*, † solteiro, sendo aluno da Escola do Exército.

Ramo terciário a^{'''})

XI a^{'''}) — **António de Albuquerque do Amaral Cardoso**, fidalgo-cavaleiro, fez como cadete em infantaria 11 a campanha legitimista até Évora-monte, tendo já então o posto de alferes. Emigrou e militou em Espanha no exército de D. Carlos, com distinção, subindo os diversos postos militares até coronel de linha, e alcançando a cruz de ouro de S. Fernando. Duas vezes prisioneiro, foi por fim entregue ao governo português, e esteve para ser fusilado. Casou com D. Ana Teles da Silva (n. 4 dez. 1825), filha de Luís Teles da Silva Caminha e Meneses (5.^º marquês de Alegrete, 8.^º conde de Tarouca, 12.^º senhor de Penalva, par do reino em 1825, gentil-homem da câmara da rainha D. Maria I, grã-cruz da Ordem da Torre-e-Espada, comendador da de Cristo e da Conceição, governador e capitão-general de S. Paulo e Rio-Grande-do-Sul), e de sua 2.^a mulher a marquesa D. Margarida de Almeida. Teve:

1 (XII). *António de Albuquerque do Amaral Cardoso*, senhor da casa do Arco em Viseu, c. c. D. Emilia Bárbara Alardo de Lencastre e Barros, filha dos viscondes do Amparo, de quem foi herdeira como filha única. Tiveram:

- 1 (XIII). *Rodrigo Barba Alardo de Lencastre e Barros*, † criança;
 2 (XIII). *António de Albuquerque do Amaral Cardoso*, c. c. D. Maria Luísa de Pinho Mousinho de Albuquerque, filha dos Barões de Salgueiro, de Leiria, com ger.
 3 (XIII). *Alfredo Barba Alardo de Lencastre e Barros*.

2 (XII). *Luís de Albuquerque do Amaral Cardoso*, c. na casa das Obras (Seia) c. D. Maria Joana Pinto de Mendonça Arrais de Melo Stockler, filha de António de Melo Cardoso Pinto de Mendonça Stockler, de Vila-Cova-à-Coeleira, e de D. Maria Joana Pinto de Mendonça Arrais, de Seia. Tiveram:

- 1 (XIII). D. Ana de Guadalupe Pinto de Albuquerque, † criança;
 2 (XIII). B.^{rl} António Pinto de Albuquerque Stockler do Amaral Cardoso, † solteiro;
 3 (XIII). D. Maria da Conceição de Albuquerque Stockler do Amaral Cardoso, c. c. o Dr. António Máximo Branco de Melo e Figueiredo, juiz de Direito, com ger.;
 4 (XIII). B.^{rl} Luis Pinto de Albuquerque Stockler do Amaral Cardoso, solteiro;
 5 (XIII). José Pinto de Albuquerque, empregado público;
 6 (XIII). B.^{rl} Fernando Pinto de Albuquerque Stockler do Amaral Cardoso, médico, c. c. D. Ester Beltrão Seabra, com ger.;

- 7 (XIII). *B.º Henrique Pinto de Albuquerque Stockler do Amaral Cardoso*, juiz de Direito, c. c. D. Julieta de la Sallete Mota, de Melgaço, com ger.;
- 8 (XIII). *Francisco de Albuquerque Pinto Stockler do Amaral Cardoso*, capitão do exército em serviço no Ultramar, c. c. D. Ilda Castela, com ger.;
- 9 (XIII). *D. Maria de Lourdes Pinto de Albuquerque Stockler do Amaral Cardoso*, solteira;
- 10 (XIII). *Afonso Pinto de Albuquerque Stockler do Amaral Cardoso*, † solteiro, estudante em Coimbra;
- 11 (XIII). *João Pinto de Albuquerque*, † criança.

3 (XII). *Francisco de Albuquerque do Amaral Cardoso*, zuavo pontifício, oficial da Câmara dos Deputados, falecido.

4 (XII). *Fernando de Albuquerque do Amaral Cardoso*, general reformado de cavalaria, c. c. D. Maria Francisca Brandão Guedes, filha do conde de Terena e viúva de D. Luís Teles da Silva (Alegrete, Penalva e Tarouca), falecido;

5 (XII). *Miguel de Albuquerque do Amaral Cardoso*, falecido.

6 (XII). *D. Margarida de Albuquerque do Amaral Cardoso de Almeida Teles da Silva*, c. c. José de Albuquerque do Amaral Cardoso (X a''' 6), senhor das casas do Sardoal e de Alcobaça.

Ramo primário b)

III b) — **Brites Marques**, filha de Marcos Garcia Mascarenhas 2.º (II, 3), casou em Torroselo com Domingos Afonso. Teve:

1 (IV). *João Marques*, c. c. Catarina Mendes, de quem houve:

1. (V). *Ana Marques*, c. c. seu primo António Garcia, de quem nos ocupámos já (IV a), descrevendo a sua larga descendência;

2 (V). *P.º João Marques*, ordenado de menores e subdiácono antes de 1620. Quando se preparava para a ordenação de diácono, apareceu denúncia de que sua mãe Catarina Mendes tinha sangue judaico, e daí resultaram embaraços para a ordenação; pelo que teve de correr um rigoroso processo de *genere* nos bispados de Coimbra e Guarda, julgado por sentença curial do bispo-conde D. João Manuel, datada de 23 de janeiro de 1630, em que foi julgado e declarado *cristão velho inteiro de pais e avós de uma e outra parte, sem raça de infecta nação*. Esta sentença original existe em poder do compilador destes apontamentos, 7.º neto da referida Catarina Mendes.

2 (IV). *António Marques*, c. em Folhadosa com uma sua parenta, de quem houve prole.

3 (IV). *Isabel Garcia*, que segue (IV b').

4 (IV). *Clara Garcia*, c. c. Tomé Mendes Pinto, da Lageosa, de quem teve :

— (V). *António Mendes Mascarenhas*, c. c. D. Paula de Abranches da Costa, do Carvalhal-Redondo (Canas de Senhorim), filha de António de Abranches da Costa, do Carvalhal-Redondo, e de D. Leonor Marques de Abranches, das Contenças, bispado de Viseu Tiveram:

— (VI). *Martinho de Abranches da Costa*, familiar do Santo-Ofício,

habilitado em 1675, c. c. D. Maria Monteiro Godinho, de Oliveira, filha de António Godinho da Costa, de Oliveira, e de D. Maria Monteiro Velosa, de Oliveira-do-Conde.

- 5 (IV). *Catarina João*, c. em Sandomil, e teve descendência.
- 6 (IV). *Maria João*, que segue (IV b').
- 7 (IV). *Ana Garcia*, c. c. Luís Fernandes, de Várzea-de-Cima, freguesia de Várzea-de-Meruge.
- 8 (IV). F..., c. c. Tomé Luís, de S. Romão.
- 9 (IV). *Francisca Garcia*, c. c. Salvador Nunes, da Cerdeira.

Ramo secundário b')

IV b') — **Isabel Garcia**, de Torrosêlo, filha de Brites Marques (III b), c. c. Diogo Brás Pinto de Gouveia, filho de António Pinto de Gouveia e de D. Inês Pinto, neto paterno de Jerónimo Ferreira e de Isabel de Gouveia, e materno do capitão António Pinto Ribeiro e de F... Teve

V b') — **D. Maria Pinto Garcia**, c. em Lagares c. António Pires. Teve

VI b') — **António Garcia Mascarenhas**, de Lagares, c. em 1.^{as} núpcias c. D. Ana Antunes, de quem teve :

- 1 (VII). *Dr. Nicolau Garcia Pinto Mascarenhas*, que segue.
- 2 (VII). *Manuel Garcia Pinto*, c. c. D. Serafina Ribeiro, da casa de Santa Eulália, e teve
 - (VIII). *D. Patricia Garcia*, de Lagares, c. c. Manuel de Abranches Cardoso, da Póvoa de Midões, os quais tiveram
 - (IX). *D. Maria Josefa do Espírito Santo Mascarenhas*, que casou com o seu parente João do Amaral Garcia Mascarenhas Castel-Branco, de quem logo falaremos (IX b').

VII b') — **Dr. Nicolau Garcia Pinto Mascarenhas**, c. c. sua parenta D. Inácia Coelho de Figueiredo, de quem adeante falaremos (VI d' 1). Dela teve

- 1 (VIII). *D. Maria Garcia Mascarenhas*, que segue.

Também teve de Maria Simões, mulher solteira,

2 (VIII). *António Garcia Mascarenhas*, c. c. Maria de Gouveia, do Ervedal, de quem houve

- (IX). *José Garcia Mascarenhas*, c. c. F..., e teve
- (X). *Manuel Garcia Nunes de Gouveia*, c. c. D. Joana Baptista da Silva Ribeiro, de Travanca de S. Tomé (Oliveira-do-Conde); destes nasceu — (XI). *D. Maria Eufrásia Pinto Mascarenhas*, c. c. António José da Fonseca Saraiva, de

Correlos, que houveram — (XII). *Jaime Garcia Mascarenhas*, o célebre e popularíssimo patriota da patoleia, c. c. D. Teresa Emilia Pais, de Travanca-de-S. Tomé, da qual nasceu — (XIII). *Adriano Augusto Garcia Mascarenhas*, bacharel formado em Medicina, c. c. D. Eduarda Augusta Monteiro Lopes Mascarenhas, da freguesia do Sobral, concelho de Mortágua; e tiveram um filho e duas filhas — (XIV). *Jaime Garcia Mascarenhas*, bacharel formado em Direito, D. Angelina Garcia Mascarenhas, já falecida, e D. Amélia Garcia Mascarenhas.

VIII b') — **D. Maria Garcia Mascarenhas**, c. c. Dionísio Soares do Amaral Castel-Branco, de Gouveia, filho de Luís Marques da Fraga e de D. Maria do Amaral Castel-Branco, residentes em Gouveia, neto paterno de Domingos Dias Fragoso (ou da Fraga), fidalgo-cavaleiro da C. R., instituidor das capelas da Póvoa de Cervães e de Santa Marinha. Teve

IX b') — **João do Amaral Garcia Mascarenhas Castel-Branco**, c. c. sua prima D. Maria Josefa do Espírito Santo Mascarenhas, de Lagares da Beira, ambos bisnetos de António Garcia Mascarenhas (VI b'); e tiveram

X b') — **Dionísio Soares do Amaral Garcia Castel-Branco**, bacharel formado em Leis, de Lagares, c. c. D. Eufrásia Rita de S.^{ta} Clara Mascarenhas Soares, de Folques (b. 1 jan. 1756). Tiveram

XI b') — **José António Soares Pinto Mascarenhas Castel-Branco**, bacharel formado em Leis, corregedor de Vila-Franca, juiz do crime em Coimbra, desembargador da Casa do Cível. Foi senhor dos importantes vínculos de Gouveia e Lagares, e casou com D. Rita de Azevedo Costa e Andrade, senhora da quinta da Corredoura, em Sortelhe, comarca do Sabugal. Dêles nasceram:

- 1 (XII). *D. Luisa Benedita Pinto Mascarenhas Furtado*, que segue (XII b');
- 2 (XII). *João Soares Pinto Garcia Mascarenhas*, † assassinado como miguelista, sem ger.
- 3 (XII). *B.^{el} José António Soares Pinto Mascarenhas*, que segue (XII b').
- 4 (XII). *Dionisio Soares Pinto Mascarenhas Castel-Branco*, que herdou de suas tias paternas, D. Maria e D. Joaquina, a casa de Folques (Arganil), e ali se estabeleceu. Casou com D. Maria da Conceição de Brito Castelo-Branco, de Vila-Cova-sob-Avô, filha de António de Brito da Costa Brandão Castelo-

Branco, e de D. Luísa Emilia de Freitas Leitão, de quem houve:

- 1 (XIII). *Diontsio Soares Pinto Mascarenhas*, com geração;
- 2 (XIII), *Francisco Soares Pinto Mascarenhas*, sem ger.;
- 3 (XIII), *D. Maria da Conceição Soares Pinto Mascarenhas*, sem ger.;
- 4 (XIII). *José Mascarenhas Castelo-Branco*, sem ger.

5 (XII). *Pedro Soares Pinto Mascarenhas Castel-Branco*, que segue (XII b'...).

6 (XII). *Fernando Soares Pinto Mascarenhas Castel-Branco*, que se estabeleceu na casa da Corredoura (Sortelhe), herdada de sua mãe. Casou com sua sobrinha D. Maria Luísa de Sacadura Bote Pinto Mascarenhas (XII b'... 4), e faleceu deixando dois filhos:

- 1 (XIII), *Fernando Soares Pinto Mascarenhas*;
- 2 (XIII). *D. Maria Júlia Soares Pinto Mascarenhas*.

Ramo terciário b')

XII b') — **D. Luísa Benedita Pinto Mascarenhas Furtado**, c. em Foz-de-Arouce (Louzã) c. Francisco Furtado de Mesquita Paiva Pinto, filho de Joaquim José Furtado de Mesquita Paiva Pinto e D. Maria Caetana Joaquina Angélica de Paiva Pinto: neto paterno de Mateus António de Paiva Pinto e de D. Maria Angélica Furtado de Mesquita e Távora, de Vilarinho da Louzã; materno de Ascenso Rodrigues de Paiva Pinto e de sua 2.^a mulher D. Catarina Marques, de Foz-de-Arouce. Era môço-fidalgo da C. R., e teve

XIII b') — **Doutor Francisco Augusto Furtado de Mesquita Paiva Pinto**, 1.^º visconde e 1.^º conde de Foz-de-Arouce, n. 22 mai. 1833, môço-fidalgo da C. R., c. 18 abr. 1860 c. D. Maria Joana de Bourbon Melo Giraldes de Sampaio Pereira, n. 2 fev. 1842, filha dos 1.^{os} condes e 1.^{os} marqueses da Graciosa, Fernando Afonso Giraldes de Melo Sampaio Pereira e D. Maria José Caldeira Pinto de Albuquerque Leitão. Teve:

1 (XIV). *D. Maria de Melo Furtado Caldeira Giraldes de Bourbon*, n. 8 jun. 1864, c. 4 jun. 1884 c. o 2.^º visconde de Proença-a-Velha João Felipe Osório de Meneses Pita, e teve:

- 1 (XV). *D. Maria Joana*, n. 20 jul. 1886;
- 2 (XV). *D. Luisa*, n. 20 jul. 1888.

2 (XIV). *Francisco Furtado de Melo*, n. 8 mar. 1866, 3.^º marquês da Graciosa.

- 3 (XIV). *D. Emilia Furtado de Melo*, n. 9 mar. 1868, sem ger.
 4 (XIV). *D. Luisa Furtado de Melo*, n. 1 abr. 1870, c. c. Melchior Barata de Tovar Pereira Coutinho, já falecido; reside na quinta da Arregaça, em Coimbra.

Ramo terciário b' (ii)

XII b' (ii) — **José António Soares Pinto Mascarenhas**, bacharel formado em Direito, c. em Vila-de-Barba (Santa-Comba-Dão) c. D. Maria Peregrina de Gouveia Juzarte Figueiredo e Sousa. Teve:

1 (XIII). *José Soares Pinto Mascarenhas Gouveia*, que foi tesoureiro da Universidade de Coimbra. Casou com D. Maria da Assunção de Cabedo Henriques Lencastre e Almeida, de Taveiro, filha de José Bruno de Cabedo Lencastre e Almeida e de D. Maria Quitéria de Lencastre Henriques. Teve:

- 1 (XIV). *Dr. José Soares Pinto de Cabedo e Lencastre*, juiz de Direito, c. D. Clarisse Braamcamp Freire, e tiveram — (XV). *José António*, † criança;
 2 (XIV). *D. Maria Joana Pinto Mascarenhas*;
 3 (XIV). *D. Maria do Amparo Pinto Mascarenhas*;
 4 (XIV). *Jorge Soares Pinto Mascarenhas*, capitão condecorado com o oficialato da Torre e Espada pelos serviços distintos prestados na campanha do Cuamato, c. c. D. Maria da Assunção de Mancelos Ferraz, da casa da Corujeira.

2 (XIII). *D. Maria José Soares Pinto Mascarenhas Gouveia*, c. em S. Joaninho (Santa-Comba-Dão) c. seu primo Francisco de Gouveia Almeida Bandeira de Figueiredo. Tiveram:

- 1 (XIV). *Francisco de Gouveia Pinto Mascarenhas*, bacharel formado em Direito, visconde de Freixedo, com descendência;
 2 (XIV). *Afonso Gouveia Pinto Mascarenhas*, bacharel formado, solteiro;
 3 (XIV). *Fernando de Gouveia Pinto Mascarenhas*, solteiro.

Ramo terciário b' (iii)

XII b' (iii) — **Pedro Soares Pinto Mascarenhas Castel-Branco**, c. na Louzã c. D. Ana Bárbara de Sande Sacadura Bote, filha do bacharel José Maria Côrte-Real Sacadura, e de D. Maria Liberata Arnau Gambôa, de Alfochim. Dêles nasceram na Louzã (casa da Rua-Nova, do ramo Arnau) os seguintes filhos:

- 1 (XIII). *D. Maria José de Sacadura Mascarenhas de Sousa Pinto*, c. c. o Doutor José Freire de Sousa Pinto, lente da facultade de Matemática, proprietário da quinta de S. Jerónimo, aros de Coimbra, por herança de seu tio paterno o doutor Ba-

sílio Alberto de Sousa Pinto, visconde de S. Jerónimo, sem ger.

2 (XIII). *D. Maria Miquelina de Sacadura Bote Pinto Mascarenhas*, recolhida no convento das comendadeiras de Santos-o-Novo (Sintra), sem ger.

3 (XIII). *D. Maria Lusitana de Sacadura Mascarenhas de Lemos*, c. na Louzã c. João Gonçalves Viana de Lemos, da fábrica de papel do Penedo. Teve:

1 (XIV). *Pedro Mascarenhas de Lemos*, bacharel formado em Direito, cartorário da Santa Casa da Misericordia de Coimbra, c. a 20 out. 1913 c. D. Eugénia de Almeida de Abreu Castel-Branco, filha dos condes de Fornos de Algôdres;

2 (XIV). *D. Maria Luisa Mascarenhas Viana de Lemos*, c. c. seu primo bacharel Américo Viana de Lemos, residentes no Penedo da Saudade (Coimbra), com ger.;

3 (XIV). *João Mascarenhas Viana de Lemos*, administrador da fábrica de papel do Penedo, e. c. D. Maria de Nazaré Magalhães Mexia Macedo Pimentel, única filha legítima do morgado de Santa Rita (Louzã), Luís de Magalhães Mexia, e tem ger.;

4 (XIV). *Alexandre Mascarenhas Viana de Lemos*, alferes da administração militar, solteiro;

5 (XIV). *B.º Júlio Mascarenhas Viana de Lemos*, solteiro;

6 (XIV). *José Mascarenhas Viana de Lemos*, solteiro;

7 (XIV). *Eugénio Mascarenhas Viana de Lemos*, solteiro.

4 (XIII). *D. Maria Luisa de Sacadura Bote Pinto Mascarenhas*, c. em 1.^{as} núpcias com seu tio Fernando Soares Pinto Mascarenhas Castel-Branco (XI b' 6), e em 2.^{as} núpcias com João de Sacadura Bote Corte-Real, filho de João de Sacadura Bote Corte-Real, e de D. Margarida Amélia Santiago de Lisboa, senhor por vínculo da casa da Aguiaria, freguesia de Carvalhal-Redondo (Nelas). Tem do 1.^º matrimónio dois filhos, já mencionados (XI b' 6); do 2.^º matrimónio tem:

3 (XIV). *João de Sacadura Bote Corte-Real*, bacharel formado em Direito, advogado, e. c., com descendência;

4 (XIV). *D. Maria Luisa Mascarenhas Sacadura*, c. c. Joaquim Ferreira Cabral Teixeira Homem Barbosa, bacharel formado em Direito, filho do Conselheiro Alexandre Ferreira Cabral País do Amaral, antigo ministro do Reino e Reitor da Universidade de Coimbra, e tem:

— a (XV). *D. Maria Virginia* n. na casa de Sequeiros (Ancêde) a 3 nov. 1914, e

— b (XV). *Alexandre Ferreira Cabral Teixeira Homem de Barrosa*, n. ibid.;

5 (XIV). *José da Costa Pereira Corte-Real Sacadura*;

6 (XIV). *Nuno Pereira de Sande Sacadura Bote*.

5 (XIII). *Carlos de Sacadura Bote Pinto Mascarenhas*, bacharel formado em Direito, advogado e conservador na Louzã; casou em Celas (quinta de Vimarães), subúrbio de Coimbra, com D. Emília Soares de Albergaria Pessoa, filha do B.º José Pessoa da Silva Pinheiro e de D. Maria José Soares de Albergaria, e tem os filhos seguintes:

1 (XIV). *José Arnau Soares de Albergaria Pinto Mascarenhas*;

- 2 (XIV). *D. Ana de S. José Soares de Albergaria Pinto Mascarenhas* ;
 3 (XIV). *Pedro Soares Pinto Mascarenhas Castel-Branco* ;
 4 (XIV). *D. Maria Emilia*, gêmea com sua irmã —
 5 (XIV). *D. Maria José*.

6 (XIII). *D. Maria Emilia de Sacadura Bote Mascarenhas Castro e Almeida*, c. c. o Dr. Aires de Castro e Almeida, juiz de Direito, filho do Conselheiro Dr. Luís da Costa e Almeida (lente-decano da Faculdade de Matemática, e ultimamente director da Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra) e de D. Ermelinda de Castro Freire de Vasconcelos. Teem os filhos seguintes, todos ainda menores:

- 1 (XIV). *D. Maria Ermelinda* ;
 2 (XIV). *D. Maria Antónia* ;
 3 (XIV). *Pedro Mascarenhas de Castro e Almeida* ;
 4 (XIV). *D. Maria Eugénia*.

Ramo secundário b'')

IV b'') — **Maria João**, filha de Brites Marques (III b 6) casou em Sandomil com João Dias, de quem houve:

- 1 (V). *D. Ana Garcia*, que segue (V b'');
 2 (V). *D. Maria João Garcia*, que segue (V b'').

Ramo terciario b'')

V b'') — **D. Ana Garcia**, c. c. Belchior Pais do Amaral, filho de Marcos Pires e de D. Leonor Pais do Amaral, moradores nas Contenças (Mangualde), sendo esta da família dos Pais do Amaral de Azurara da Beira (Mangualde). Viviam aqueles em Sandomil, onde tiveram:

- 1 (VI). *D. Ana do Amaral*, que segue (VI b'*, *).
 2 (VI). *D. Josefa do Amaral*, c. c. Sebastião Garcia, seu primo, de quem se falará adeante (VI b'').
 3 (VI). *D. Maria do Amaral*, que segue (VI b'*, **).
 4 (VI). *P.e António do Amaral*, prior de Sandomil, senhor de uma importante casa, que deixou a sua sobrinha D. Maria do Amaral (VI b'*, ** 1),

Ramo quaternario b'*, *)

VI b'*, *) — **D. Ana do Amaral**, casou em Azurara (Mangualde) com o seu parente Miguel Pais do Amaral, filho de Miguel Pais do Amaral, familiar do S.^{to} Ofício, e de D. Jerónima do Amaral. Foi capitão-mór de Azurara-da-Beira, cavaleiro da Ordem de Avis, 1.^º senhor do morgado de

S. Bernardo em Mangualde (instituído por seu tio Gaspar Pais do Amaral em 1646); teve o fôro de fidalgo da C. R. por mercê de 1665, em virtude de serviços que prestou na guerra da restauração. Houveram:

- 1 (VII). *Bernardo Pais do Amaral Castelo-Branco*, e
- 2 (VII). *Gabriel Pais do Amaral Castelo-Branco*; ambos estes irmãos foram mortos em Santar, numa pendência que tinham com alguém da casa dos Lucas-Melos daquela vila, a quem foram provocar à própria casa.
- 3 (VII). *P.e Miguel do Amaral*, jesuíta, que em 1682 foi como missionário para Gôa, onde exerceu os cargos de provincial e visitador, indo mais tarde para Roma.
- 4 (VII). *Simão Pais do Amaral*, que segue.
- 5 (VII). *D. Mariana da Purificação*, que profESSOU no mosteiro beneditino de Ferreira-de-Aves (Sátão).

VII b'')^{*}) — **Simão Pais do Amaral**, fidalgo da C. R., capitão-mór de Azurara, sucessor na casa de seus pais, cavaleiro da Ordem de Cristo, familiar do S.^{to} Ofício, capitão-mór de Azurara da Beira, c. c. D. Leonor Maria de Castel-Branco e Albuquerque, filha de Manuel de Vilhegas Cardoso (bisavô por varonia de António José de Albuquerque do Amaral Cardoso, de quem já falámos em VIII a''''), e de D. Maria de Albuquerque Pacheco, neta paterna de Gonçalo Vilhegas Cardoso e D. Leonarda de Castel-Branco, da freguesia do Couto-de-Baixo (Viseu), e materna de Jerónimo Rebelo de Albuquerque, alcaide-mór de Ormuz, e D. Leonor de Albuquerque, de Esporões. Teve:

- 1 (VIII). *Miguel Pais do Amaral*, que segue.
- 2 (VIII). *Fr. Bernardo Pais de Castelo-Branco*, comendador e grão-chanceler da Ordem de Malta.
- 3 (VIII). *Dr. Bento Pais do Amaral*, canonista, inquisidor em Coimbra, fidalgo da C. R., do conselho del-rei, mestre-escola da Sé de Viseu, beneficiado da Colegiada de Santa Justa de Coimbra.
- 4 (VIII). *L.^{do} Simão Pais do Amaral*, canonista, fidalgo da C. R., prior de Freixedo.
- 5 (VIII). *Francisco Xavier Pais do Amaral*, que profESSOU na Companhia com o nome de Miguel do Amaral, foi lente do Seminário de S. Patrício, e examinador das Ordens militares.
- 6 (VIII). *Gabriel Pais*, † criança.
- 7 (VIII). *Pedro José*, † criança.

- 8 (VIII). *João Pedro Pais do Amaral*, que entrou para a Companhia com o nome de Pedro do Amaral.
- 9 (VIII). *Fr. Gabriel do Amaral*, monge cisterciense.
- 10 (VIII). *Fr. Inácio do Amaral*, dominicano.
- 11 (VIII). *D. Bernarda Teresa de Castelo-Branco*, freira em Viseu.
- 12 (VIII). *D. Dorotéa Micaela*, idem.
- 13 (VIII). *D. Antónia Felipa*, idem.
- 14 (VIII). *D. Maria Eufrásia*, idem.
- 15 (VIII). *D. Ana Josefa*, idem.
- 16 (VIII). *D. Leonor Clara*, idem.
- 17 (VIII). *D. Maria Luisa Manuela Natália de Castelo-Branco e Albuquerque*, c. c. António de Aragão Sanzedo Pinheiro, fidalgo da C. R., senhor da casa dos Pinheiros de Aragão, de Lamego, cavaleiro de Cristo, familiar do S.^{to} Ofício; de quem foi neto João Pinheiro de Aragão, que voltou a casar nesta casa dos Pais de Amaral, como a deante se dirá (X b", * 5). Tiveram geração.

VIII b", *) — **Miguel Pais do Amaral**, fidalgo da C. R., cavaleiro de Cristo, familiar do S.^{to} Ofício por carta de 10 mar. 1710, serviu na guerra no posto de capitão de cavalaria, e depois no de mestre-de-campo de auxiliares da comarca de Viseu; c. c. sua prima D. Maria Arcangela de Castelo-Branco, senhora de Albergaria, de Alcafache, e de seis vínculos com capela de S. Lourenço na igreja de S. Tiago, instituída em 1672, e o de Abrunhosa-Velha com grande rendimento, e ainda o da Cunha-Alta, instituído em 1627; e era filha de Domingos (ou Diogo?) Marques Ferrão Castelo-Branco, das Folgosas, e de D. Juliana Marques Pimentel, da Cunha-Alta, concelho de Azurara-da-Beira; neta paterna de João Ferrão, das Folgosas, e de D. Luísa Coelho, de S. Romão; materna de António Marques Pimentel, das Contenças, e de D. Maria Cardoso do Amaral, da Cunha-Alta. Tiveram:

- 1 (IX). *Simão Pais do Amaral*, † criança.
- 2 (IX). *Bernardo* (depois crismado com o nome de *Simão*) *Pais do Amaral*, habilitou-se para familiar do S.^{to} Ofício, mas não chegou a tirar a respectiva carta, porque faleceu novo, sem geração.
- 3 (IX). *Miguel Pais do Amaral*, que segue.
- 4 (IX). *D. Leonarda Maria Xavier de Castelo-Branco*, freira em Viseu.
- 5 (IX). *D. Bernarda Constantina de Castelo-Branco*, idem.
- 6 (IX). *D. Maria Joaquina de Castelo-Branco*, idem.

- 7 (IX). *D. Ana Felicia de Castelo-Branco*, freira em Ferreira-de-Aves.
- 8 (IX). *D. Eufrásia Inocência de Castelo-Branco*, idem.
- 9 (IX). *D. Micaela Natália de Castelo-Branco*, idem.
- 10 (IX). *D. Maria Eugénia de Castelo-Branco*, idem.
- 11 (IX). *D. Rosália Margarida de Castelo-Branco*, idem.

IX b'', *) — **Miguel Pais do Amaral**, fidalgo da C. R., sucedeu na casa de seu pai, e foi senhor de Abrunhosa e Vila-Macedo, cavaleiro de Cristo, juiz de fora em Coimbra, familiar do S.^{to} Ofício por carta de 24 ag. 1745; c. a 8 set. 1749 c. D. Joaquina Teodora de Sá e Meneses, n. em 1729, segunda filha de Manuel de Sá Pereira (cavaleiro de Cristo, fidalgo da C. R., familiar do S.^{to} Ofício, mestre-de-campo dos auxiliares na comarca de Coimbra, senhor da casa dos Sás de Condeixa e da quinta da Anadia, subúrbio de Coimbra) e de sua 2.^a mulher D. Mariana Plácida de Meneses, senhora das casas da Freiria e de Argemil, e de alguns mòrgados. Teve:

- 1 (X). *Simão Pais do Amaral*, que segue.
- 2 (X). *Miguel Pais de Meneses*, mōço-fidalgo da C. R., n. 22 dez. 1758, seguiu primeiro a magistratura, que depois largou para professar na Ordem militar de Malta, na qual foi commendador, e † em Mangualde a 7 abr. 1839. A él se deve o moderno templo de Nossa Senhora do Castelo, acabado em 1838, e bem assim o arranjo magníficente do jardim e mata da casa de Mangualde.
- 3 (X). *Bernardo Pais de Castelo-Branco e Meneses*, n. 22 ag. 1761, mōço-fidalgo da C. R., professou novo na Ordem de Malta, e ainda esteve com seus irmãos em serviço da Ordem nesta ilha; foi bálio de Leça, e acompanhou durante muitos anos seu tio materno José de Sá Pereira de Meneses, 2.^o conde de Anadia (vid. X b'', * 2), na embaixada de Nápoles; a él se deve em grande parte a sumptuosidade com que foi mobilada e ornada a casa de Mangualde, sendo obra sua grande número de quadros que nela há, com paisagens de Malta, Nápoles, e vários pontos de Itália. De idade avançada † em Mangualde a 13 set. 1840, e jaz na igreja de Nossa Senhora do Castelo.
- 4 (X). *Manuel Pais de Sá e Meneses*, mōço-fidalgo da C. R., commendador da Ordem de Malta, à qual prestou bons serviços.
- 5 (X). *José Pais de Sá e Meneses*, n. 12 nov. 1766, mōço-fidalgo da C. R., foi cônego na Sé de Coimbra, arcediago na de Viseu, inquisidor em Coimbra, † em Mangualde a 27 mar. 1837, e jaz em N. Senhora do Castelo.

- 6 (X). *Bento Pais do Amaral*, môço-fidalgo da C. R., deputado do Conselho geral do S.^{to} Ofício, inquisidor em Lisboa.
- 7 (X). *João Pais do Amaral e Meneses*, conhecido vulgarmente pelo nome de João dos Vargos, foi môço-fidalgo da C. R., senhor da vila de Carrapato, comendador de Cristo, coronel do regimento do termo oriental de Lisboa, c. c. D. Maria Leocádia de Faria Pereira e Sousa, senhora da casa dos Vargos, filha de Simão José de Faria, desembargador do Paço e riquíssimo proprietário do Ribatejo. Teve :

- 1 (XI). *João Miguel Pais do Amaral de Faria*, môço-fidalgo da C. R., n. 5 set. 1804, c. c. D. Maria Joana de Sousa de Barros Carvalhosa, filha dos 1.^{os} viscondes de Santarém, da qual houve : — a (XII). *D. Maria Joana Pais de Faria Pereira*, c. c. Roque Jacinto da Câmara e Melo, que teve : — 1 (XIII). *D. Maria Joana Pais de Faria da Câmara e Melo*, c. em novembro de 1886 c. Manuel da Silva Gaio, bacharel formado em Direito, actual Secretário geral da Universidade de Coimbra, sócio correspondente da Academia das Ciências de Lisboa, e de várias outras sociedades literárias, filho do Dr. António de Oliveira da Silva Gaio, lente da facultade de Medicina de Coimbra, e de D. Emilia Augusta de Campos Paredes; neto paterno do Dr. Manuel Joaquim de Almeida Silva Gaio, magistrado distinto, que muito sofreu nas prisões de Almeida, e de D. Ana Augusta de Oliveira e Almeida; neto materno do Conselheiro Manuel da Cunha Paredes, juiz do Supremo Tribunal de Justiça, deputado às cortes, governador civil de vários distritos, e de D. Ana Augusta de Campos, filha do Dr. António Joaquim de Campos, do Conselho de S. M., lente de prima da facultade de Medicina. Houve deste consórcio uma filha — (XIV). *D. Maria Manuela Pais de Faria da Câmara Melo e Silva Gato*, c. a 12 out. 1916 c. Manuel de Oliveira Esteves, proprietário, e tem actualmente dois filhos de tenra idade — (XV). *Manuel Pais de Faria da Câmara Melo Silya Gaio de Oliveira Esteves*, e *D. Joana Maria da Conceição de Sá Pereira Meneses Silya Gaio de Oliveira Esteves*. — Aquela primeira D. Maria Joana teve mais : — 2 (XIII). *D. Maria Carlota Pais de Faria da Câmara e Melo*, c. c. Joaquim José Ferreira de Aguiar, com sete filhos : — (XIV). *D. Maria do Pilar de Melo Ferreira de Aguiar, Roque Artur de Melo Ferreira de Aguiar, D. Maria Carlota de Melo Ferreira de Aguiar, c. c. Gonçalo Cabral, com ger., Joaquim José de Melo Ferreira de Aguiar, António de Melo Ferreira de Aguiar, D. Maria da Arrábida de Melo Ferreira de Aguiar, e Francisco de Melo Ferreira de Aguiar*; — b (XII). *Simão Pais de Faria Pereira do Amaral e Meneses*, c. c. D. Maria do Pilar Sérgio de Sousa, filha dos 1.^{os} condes de Sérgio de Sousa, sem ger.; — c (XII). *D. Rita Pais de Faria*, que vive solteira; — d (XII). *D. Ana Pais de Faria Pereira*, † solteira; — e (XII). *Álvaro Pais de Faria*, † solteiro; — f (XII). *D. Irene Pais de Faria*, c. c. Pedro de Lima Coupers, com ger.;

- g (XII). *Francisco Pais de Faria Pereira*, † solteiro ;
 2 (XI). *Bernardo Pais do Amaral* ;
 3 (XI). *José Pais do Amaral*, que morreu no círculo do Pôrto, sendo capitão de artilharia ;
 4 (XI). *Simão Pais do Amaral*.

- 8 (X). *Joaquim Pais do Amaral e Meneses*, moço-fidalgo da C. R., comendador de Malta, † afogado no Tejo.
 9 (X). D. *Joana Brígida de Meneses*, c. c. Manuel Estêvão de Almeida Vasconcelos Quifel Barbarino, que já era viúvo, sogro de seu irmão Simão Pais do Amaral, que segue ; não teve ger.

X b'', *) — **Simão Pais do Amaral**, sucedeu a seu pai na casa de Mangularde, de que foi 9.º senhor, sendo 2.º senhor da Abrunhosa e Vila-Mendo, moço-fidalgo da C. R., cavaleiro da Ordem de Cristo, do Conselho Ultramarino. Casou com D. Isabel Luisa de Almeida e Vasconcelos Quifel Barbarino, senhora dos morgados de Monperres e Almeida, filha de Manuel Estêvão de Almeida Vasconcelos Quifel Barbarino (moço-fidalgo da C. R., desembargador da Casa da Suplicação, alcaide-mór de Penegono, cavaleiro de Cristo, do Conselho Ultramarino), e de sua 1.ª mulher D. Caetana Eugénia do Vale de Brito e Silva, filha de Mateus Martins do Vale Botelho e de D. Escolástica de Abreu. Teve :

1 (XI). *Miguel Pais do Amaral de Almeida Quifel Barbarino*, n. 6 fev. 1777, moço-fidalgo com exercício, sucessor de seus pais, comendador de Cristo, tenente-coronel de cavalaria, c. 13 maio 1810 c. D. Maria Joana de Saldanha Oliveira e Daun, filha dos 1.ºs condes de Rio-Maior, João de Saldanha Oliveira e Sousa, e D. Maria Ana de Carvalho e Daun, 3.ª filha do 1.º marquês de Pombal; † sem ger. deixando a sua mulher todos os seus bens livres.

2 (XI). D. *Maria Joana de Sá e Meneses*, dama da Ordem de S. João de Jerusalém, n. 13 dez. 1779; c. c. seu tio-avô José de Sá Pereira de Meneses (vid. IX b'', * 3), comendador de Cristo, cavaleiro não professo de Malta, enviado em missão diplomática a várias cidades, ministro plenipotenciário de Portugal em Nápoles, o qual veiu a suceder nos títulos a seu irmão João António de Sá Pereira, 1.º barão de Alverca, e a seu sobrinho João Rodrigues de Sá e Melo Meneses Souto-Maior, 1.º conde de Anadia. Foi 1.º visconde de Alverca e 2.º conde de Anadia, mas a carta-régia desta mercê, expedida do Rio de Janeiro, onde se achava a corte, já o não encontrou vivo quando chegou a Portugal, pelo que sómente sua mulher usou o título de 2.ª con-

dessa de Anadia. Não teve filho varão, mas apenas as seguintes filhas:

1 (XII). *D. Maria Luísa de Sá Pereira de Meneses de Melo Souto-Maior*, 3.^a condessa de Anadia e 2.^a viscondessa de Alverca, n. 28 abr. 1801, c. c. seu tio materno Manuel Pais de Sá e Meneses, que segue (infra 3 (xi), e XI b'', *), com descendência;

2 (XII). *D. Maria José de Sá*, n. 20 set. 1804, c. c. José Maria Salema de Saldanha, mōço-fidalgo, de quem teve geração, e † mōça-dô-côro no R. Mosteiro da Encarnação das comendadeiras de Avis, em Lisboa, a 29 abr. 1837;

3 (XII). *D. Maria Joana de Sá*, n. 11 jun. 1807, † solteira, a 27 jul. 1831.

3 (XI). *Manuel Pais de Sá e Meneses*, que segue.

4 (XI). *Simão Pais do Amaral e Meneses*, c. c. a filha de um negociante rico de Lisboa, pelo que a família de Mangualde teve tal desgôsto, que se vestiu de luto, e mandou cobrir as armas. Teve um só filho, que morreu novo, do qual o pai herdou grossa fortuna, que deixou à sua família de Mangualde, a qual a não rejeitou.

5 (XI). *D. Maria do Patrocínio do Amaral e Meneses*, c. c. seu primo João Pinheiro de Aragão (vid. VII b'', * 17), fidalgo da C. R., senhor da casa dos Pinheiros de Aragão, de Lamego.

XI b'', *) — **Manuel Pais de Sá e Meneses do Amaral de Almeida e Vasconcelos Quifel Barbarino**, n. 7 abr. 1781, filho 2.^º de Simão Pais do Amaral, sucedeu a seu irmão Miguel, em novembro de 1850, nos vínculos apenas. Formou-se na Faculdade de Leis em 1802. Foi deputado presidente da Junta da Casa de Bragança, comendador de Cristo, mōço-fidalgo com exercício, par do reino, 3.^º conde de Anadia e 2.^º visconde de Alverca pelo casamento que fez a 23 mai. 1821 com sua sobrinha D. Maria Luísa de Sá Pereira de Meneses de Melo Souto-Maior, filha mais velha e sucessora dos 2.^{os} condes de Anadia e 1.^{os} viscondes de Alverca (X b'', * 2, 1). Teve:

1 (XII). *D. Maria Joana de Sá Pereira de Meneses Melo Souto-Maior*, n. 29 ag. 1822, c. 15 jan. 1842 c. o 4.^º conde da Louzã D. João José de Lencastre de Basto Baharem, e faleceu um mês depois, a 19 fev. do mesmo ano de 1842.

2 (XII). *D. Maria Isabel*, n. 29 mar. 1825, † 7 dez. 1859.

3 (XII). *D. Maria da Glória*, n. 27 jun. 1826, † em abril de 185...

4 (XII). *José Maria de Sá Pereira de Meneses*, que segue.

5 (XII). *Simão das Chagas de Sá Pereira de Meneses*, n. 6 fev. 1841, c. c. D. Carlota Amália de Moraes Sarmento, n. em Londres a 2 fev. 1840, filha do 1.^º matrimonio do 1.^º visconde da Tôrre de Moncorvo, e mais tarde marquesa de Oldoini, pelo seu casamento em 2.^{as} núpcias, a 28 nov.

1877 com o marquês dêste título, enviado extraordinário do rei de Itália à côrte de Lisboa. Houve do casamento de Simão das Chagas as filhas seguintes:

1 (XIII). *D. Maria Luisa*, n. 24 abr. 1863, solteira;

2 (XIII). *D. Maria Carlota de Sá Pereira e Meneses*, n. 4 mar. 1864, c. c. D. João de Lencastre e Távora de Sá Meneses Almeida Castelo-Branco Vasconcelos Silveira Valente Coutinho Barreto Lemos e Gois, 12.^º conde de Vila-Nova-de-Portimão.

6 (XII). *D. Maria das Dores de Sá Pereira de Meneses*, n. 6 ag. 1842, c. 13 junho 1861 c. Manuel de Almeida e Vasconcelos de Soveral de Carvalho da Maia Soares de Albergaria, 5.^º barão de Mossâmedes, filho dos 2.^{os} condes da Lapa. Tiveram:

— (XIII). *D. Maria Luisa*, n. 25 abr. 1864, c. c. D. Francisco Lobo de Almeida Melo e Lencastre, com geração.

XII b'*, *) — José Maria de Sá Pereira de Meneses Pais do Amaral de Almeida e Vasconcelos Quifel Barbarino, n. 4 mar. 1839, 4.^º conde de Anadia, c. 12 dez. 1861 c. D. Ana Maria Juliana de Moraes Sarmento, n. em Londres a 10 fev. 1844, filha dos 1.^{os} barões e 1.^{os} viscondes da Torre de Moncorvo. Houveram:

1 (XIII). *Manuel de Sá Pais do Amaral Pereira de Meneses*, 5.^º conde de Anadia, que segue.

2 (XIII). *José de Sá Pais do Amaral Pereira de Meneses*, 4.^º visconde de Alverca, n. 7 março 1864, c. c. D. Felipa Lopes Casado, e teve:

1 (XIV). *José de Sá Pais do Amaral*, n. 12 jan. 1886;

2 (XIV). *D. Felipa de Sá Pais do Amaral*, c. c. Armando Coelho, com descendência.

3 (XIII). *Carlos de Sá Pais do Amaral Pereira de Meneses*, 1.^º Visconde e 1.^º Conde de Alferrarede, n. 3 out. 1865, c. c. D. Maria da Luz de Barros Lima, e teve:

— (XIV). *D. Maria de Barros Lima Sá Pais do Amaral*, Condessa de Calhariz, c. c. o Conde de Calhariz, filho dos Duques de Palmela.

XIII b'*, *) — Manuel de Sá Pais do Amaral Pereira de Meneses, 5.^º Conde de Anadia, n. 2 out. 1862, c. c. D. Maria da Graça de Barros Lima, e foi 13.^º senhor da casa de Mangualde. Teve, além de outros filhos:

1 (XIV). *José de Sá Pais do Amaral*, 6.^º Conde de Anadia, ainda solteiro.

2 (XIV). *Miguel de Sá Pais do Amaral*.

3 (XIV). *D. Maria de Sá Pais do Amaral*.

Ramo quaternário b'*, **)

VI b'*, **) — **D. Maria do Amaral**, filha de D. Ana Garcia e de Belchior Pais do Amaral (V b', 3) c. c. Francisco Nunes Lobo, da Bobadela, já viúvo de Isabel de Sequeira, de S. Romão, e teve

1 (VII). *D. Maria do Amaral*, única herdeira da importante casa de seu tio, o prior de Sandomil P.e António do Amaral (V b', 4), pelo que passou a viver nas suas propriedades da vila de Sandomil; casou com Luís de Abreu, da linhagem dos Abreus de Vila-Pouca da Beira (vid. m d 3; cf. *Nota genealog.* III, iv 2, e vi c), que veiu residir para casa de sua mulher, de quem teve:

— (VIII). *Roque Fernandes de Abreu*, que casou com sua parenta D. Josefa de Magalhães, e a descendência que houve já fica descrita (VII a'*, **).

2 (VII). *António do Amaral Lobo*, que segue.

3 (VII). *P.e Manuel do Amaral Lobo*, cuja escritura de património foi feita pelos pais em abril de 1671, e existe na Câmara Eclesiástica de Coimbra.

VII b'*, **) — **António do Amaral Lobo**, b. 19 maio 1654, sendo padrinho seu tio, prior de Sandomil; c. 3 nov. 1699 em Lourosa c. D. Ana de Quadros, b. 5 jun. 1678, filha de Manuel Correia e D. Ana de Quadros; na Bobadela, onde residiam, tiveram

VIII b'*, **) — **D. Caetana do Amaral**, c. c. Sebastião de Campos, filho de Sebastião de Campos, da freguesia de S. Tiago de Coimbra, e de Maria Antunes, de S. Paio de Gramaços, e houveram

1 (IX). *Dr. Bartolomeu José de Campos Lobo do Amaral*, que segue.

2 (IX). *Onofre Lobo do Amaral*, b. 17 junho 1739.

3 (IX). *José Lobo do Amaral*, b. 10 maio 1744.

IX b'*, **) — **Dr. Bartolomeu José de Campos Lobo do Amaral**, b. 30 ag. 1732, c. em 1.^{as} núpcias c. D. Micaela Vitória Freire de Figueiredo, e em 2.^{as} a 26 jan. 1785 c. D. Joaquina Rosa Freire de Figueiredo Castelo-Branco, de S. Gião, filha de João Francisco Mendes de Castelo-Branco, de Alvôco da Serra, e de D. Rita Bernarda Freire de Fi-

gueiredo e Cunha. Teve sucessão apenas do 2.^º matrimonio:

- 1 (X). *Bartolomeu José Lobo*, sargento-mór de Lagos da Beira, † solteiro.
- 2 (X). *Dr. Francisco Freire Lobo do Amaral*, que segue.
- 3 (X). *Dr. António Freire de Campos*, gémeo com o anterior, † 16 junho 1854.
- 4 (X). *P.e João Freire de Campos Castelo-Branco*, abade de Samodães, † em Gramaços a 26 dez. 1846.
- 5 (X). *D. Maria Freire de Campos*.
- 6 (X). *D. Rita Emilia Freire*.
- 7 (X). *D. Aurélia Ermelinda Freire*.
- 8 (X). *D. Joaquina Máxima Freire*.

X b'', **) — **Dr. Francisco Freire Lobo do Amaral** († 12 mai. 1867), c. em Gramaços a 27 set. 1837 c. D. Antónia Delfina Garcia († 23 dez. 1852), herdeira da casa de Gramaços, e houve :

- 1 (XI). *Dr. Francisco Freire Lobo do Amaral*, n. 10 ag. 1838, † solteiro, na Bobadela, a 24 abr. 1903.
- 2 (XI). *D. Maria dos Prazeres Freire*, b. de 13 dias a 30 dez. 1839, † solteira, em Gramaços, a 15 out. 1866.
- 3 (XI). *Dr. António Freire Garcia Lobo*, que segue.
- 4 (XI). *Bartolomeu José Lobo do Amaral*, n. 28 nov. 1842, † na Bobadela a 27 maio 1910.
- 5 (XI). *Joaquina*, n. 19 mar. 1844, † 22 dez. 1845.
- 6 (XI). *Dr. João Freire Garcia Lobo*, b. de 26 dias a 3 nov. 1846, único dos irmãos que ainda vive, no estado de solteiro.
- 7 (XI). *Dr. Alexandre Freire Garcia Lobo*, médico, n. 16 maio 1848, † em Gramaços 13 out. 1905, e teve
— (XII). *Alfredo Freire Garcia Lobo*, que vive em Gramaços, solteiro.
- 8 (XI). *Dr. José Freire Lobo do Amaral*, n. 13 jan. 1850, do Conselho de S. M., juiz do Supremo Tribunal Administrativo, † em Gramaços em ag. 1919.
- 9 (XI). *Dr. Manuel Freire Garcia Lobo*, n. 11 nov. 1851, † nas Caldas de S. Paulo (Penalva de Alva), a 17 nov. 1901.

XI b'', **) — **Dr. António Freire Garcia Lobo**, n. 11 jul. 1841, coronel-médico († em Galizes a 17 jan. 1915), c. 25 nov. 1897 c. D. Maria Emilia Toscano Tinoco, e teve:

- 1 (XII). *D. Maria da Assunção Freire Tinoco Lobo do Amaral*, n. 20 out. 1898, vive solteira.
- 2 (XII). *D. Antónia Freire Tinoco Lobo do Amaral*, que segue.

XII b'') — **D. Antónia Freire Tinoco Lobo do Amaral**, n. 15 dez. 1899 em Galizes, c. 23 out. 1920 c. o Dr. António Vaz Pato de Figueiredo Martins, médico.

Ramo terciário b'')

V b'') — **D. Maria João Garcia**, filha de Maria João e João Dias (IV b'), c. c. o seu parente Marcos Garcia, de Sandomil, Teve

VI b'') — **Sebastião Garcia**, c. c. sua prima D. Josefa do Amaral (V b', 2), e foi o 1.º administrador do vínculo de Sandomil, instituído em 1653. Teve

VII b'') — **Mateus Garcia Lobo**, 2.º administrador do vínculo de Sandomil, c. c. sua parenta D. Águeda Mendes de Gouveia, de Vila-Cova-à-Coelheira, e houve

VIII b'') — **Mateus Garcia Lobo**, 3.º administrador do referido vínculo, c. c. D. Francisca de Barros e Oliveira, da antiga casa de Outeiro-do-Bispo, em Aldeia-Nova-do-Cabo (Fundão). Dêles nasceram :

1 (IX). *Anacleto Garcia Lobo*, que segue.

2 (IX). *D. Antónia de Barros*, que casou com seu parente Luís de Abreu Magalhães, de Sandomil, com geração já descrita (VIII a', **).

IX b'') — **Anacleto Garcia Lobo**, corregedor de Castelo Branco, c. c. D. Margarida de Gouveia. Tiveram um filho e algumas filhas, que morreram novos, sobrevivendo apenas a única herdeira,

X b'') — **D. Ana Joaquina de Barros e Oliveira**, c. em Torrosêlo c. Luís José de Abranches Homem Ferrão, bacharel formado em Cânones, sargento-mór de Torrosêlo, Lagos e mais vilas da Universidade, senhor da casa dos Abranches-Homens, de Torrosêlo. Teve :

1 (XI). *António Homem de Abranches*, herdeiro da casa e vínculos de seu pai, † solteiro em 1833.

2 (XI). *José Joaquim de Abranches Homem de Oliveira e Cunha*, que segue.

XI b'') — **José Joaquim de Abranches Homem de Oliveira e Cunha**, sucessor de seu irmão primogénito, sargento-mór de Torrosêlo, senhor da casa dos Abranches-Homens, de Torrosêlo, da de Aldeia-Nova-do-Cabo (Fundão), e do morgado de Sandomil. Casou com sua parenta D. Maria Cândida Boto Machado Pinto, de S. Romão. Tiveram:

- 1 (XII). *D. Ángela Adelaide Augusta de Abranches Boto Machado*, que † solteira.
 - 2 (XII). *D. Ana Júlia de Abranches Boto Machado*, c. c. José Caetano da Costa Brandão Brito de Mesquita (infra IX d' 3), sem descendência.
 - 3 (XII). *D. Maria Máxima Leopoldina de Abranches Boto Machado*, c. c. seu primo Luís de Albuquerque Pimentel de Vasconcelos, filho 3.^º de José Bernardo de Albuquerque Pimentel Souveral (fidalgo-cavaleiro da C. R., senhor de vários vínculos em Fornos-de-Algodres, Figueiró-da-Granja e Quintela-de-Azurara), e de sua mulher D. Maria Antónia Pinto de Sá Machado. Tendo falecido solteiro seu irmão mais velho António Maria, e tendo o imediato José Maria (primeiro e único barão de Fornos-de-Algôdres, casado com uma senhora da casa dos condes de Samodães), morrido também sem geração, sucedeu-lhes nos vínculos da casa de seus maiores. Foi oficial do exército na campanha péninsular. Teve:
- 1 (XIII). *D. Maria Cândida de Albuquerque Pimentel e Vasconcelos*, n. 8 out. 1836, c. c. seu primo José Maria de Sá Melo Corte-Real, de Fornos-de-Algodres, e teve — (XIV). *José Corte-Real de Albuquerque*, bacharel-formado, c. c. D. Maria Isabel Jacome, da casa do Avelar, em Braga, com três filhos — (XV). *Vasco Anes de Albuquerque*, *José Maria Corte-Real de Albuquerque*, e *Francisco Augusto de Albuquerque*;
 - 2 (XIII). *D. Ana de Albuquerque Pimentel e Vasconcelos*, n. 5 out. 1837, † solteira cerca do ano de 1906;
 - 3 (XIII). *Cristina*, † criança;
 - 4 (XIII) *José de Albuquerque Pimentel e Vasconcelos Souveral*, n. 20 jan. 1840, bacharel formado em Direito, c. c. sua prima co-irmã D. Ana Isabel de Albuquerque Corte-Real. Tiveram:—a (XIV). *José de Albuquerque Pimentel e Vasconcelos*, n. 15 jan. 1870, bacharel formado em Direito, conservador do registo predial em Fornos-de-Algodres, c. c. D. Maria Helena Homem Rebello Freire de Almeida, filha do Dr. João Homem Rebello de Almeida, auditor administrativo em Viseu, e tem dcis filhos e três filhas — (XV). *D. Maria Helena Homem de Albuquerque Pimentel e Vasconcelos*, *José de Albuquerque Pimentel e Vasconcelos*, *D. Maria Francisca de Albuquerque Pimentel e Vasconcelos*, *João de Albuquerque Pimentel e Vasconcelos*, e *D. Ana de Albuquerque Pimentel e Vasconcelos*; — b (XIV). *D. Maria Luisa de Albuquerque Pimentel e Vasconcelos*, c. c. seu primo em 3.^º grau Dr. José Maria de Albuquerque da Costa Brandão, actualmente juiz de direito em Vila-Nova-de-Ourém, cuja prole vai indicada noutro lugar (X d' 3); — c (XIV). *D. Maria da Conceição de Albuquerque Pimentel e Vas-*

concelos, c. c. seu con-cunhado e primo o 2.^º visconde do Ervedal da Beira, cuja prole se menciona noutro lugar (XI d' 1); — d (XIV). D. Ana Ermelinda de Albuquerque Pimentel e Vasconcelos, sem estado; — e (XIV). Francisco, + criança; — f (XIV). Luis de Albuquerque Pimentel e Vasconcelos, solteiro, capitão de infantaria 14, actualmente batendo-se em França com os inimigos da pátria; — g (XIV). D. Maria José de Albuquerque Pimentel e Vasconcelos, c. c. João de Azeredo Lobo Pinto Melo e Leme, filho do Dr. Alexandre de Azeredo Pinto Melo e Leme, e de D. Maria do Carmo Vasconcelos (Leiria), sem descendência;

5 (XIII). D. Carlota de Albuquerque Pimentel, viscondessa de Granjão, n. 19 fev. 1841, c. em 1857 c. António Botelho Teixeira, visconde do Granjão, já falecidos; deixaram uma filha — (XIV). D. Amélia Botelho Teixeira e Albuquerque, c. c. o Dr. José de Abranches Homem da Costa Brandão, de Torrocelo (XII b' 4), sem descendência;

6 (XIII) António de Albuquerque Pimentel e Vasconcelos, n. 8 nov. 1842, c. em 1.^{as} núpcias c. sua prima D. Carlota Ermelinda de Sá Melo Corte-Real, e em 2.^{as} c. D. Clotilde Osório de Castro e Vasconcelos, e teve cinco filhos: — a (XIV). Luis de Albuquerque Pimentel e Vasconcelos, c. c. D. Estréla da Conceição Ribeiro da Costa, de Torres-Novas, que teve — (XV). D. Maria Helena Ribeiro de Albuquerque, D. Maria Francisca Ribeiro de Albuquerque, D. Maria Estréla Ribeiro de Albuquerque, José de Albuquerque, António de Albuquerque, e Luis de Albuquerque; — b (XIV). Francisco de Albuquerque Corte-Real; — c (XIV). D. Carolina de Albuquerque Corte-Real; — d (XIV). D. Maria Joaquina de Albuquerque Corte-Real; — e (XIV). D. Maria Carlota de Albuquerque Corte-Real. c. c. o Dr. José de Brito e Faro, e tiveram — (XV). D. Maria Antónia de Albuquerque, e José Maria de Albuquerque Corte-Real e Faro.

7 (XIII). Luis de Albuquerque Pimentel e Vasconcelos, c. c. D. Virginia de Almeida Borges, filha do Dr. José Januário de Almeida Borges, de Oliveira, concelho de Mesão-Frio, falecidos sem deseendência.

4 (XII). Francisco Augusto de Abranches Homem, que segue.

XII b'') — **Francisco Augusto de Abranches Homem de Oliveira e Cunha**, bacharel formado em Leis, capitão de voluntários realistas de Mangualde, c. a 14 fev. 1811 c. D. Maria Emilia da Costa Brandão e Albuquerque, filha do capitão-mór de Oliveirinha, António José da Costa Brandão (infra IX d'), e irmã de José Caetano da Costa Brandão Brito de Mesquita (supra XI b' 2). Tiveram:

1 (XIII). D. Carlota de Abranches Homem da Costa Brandão, c. c. o Dr. César Augusto Homem de Abranches Brandão, desembargador da Relação de Lisboa, filho do Dr. António Henriques Ferreira, do Ervedal, e de D. Maria Amália de Abranches Brandão, de Travancinha. Tiveram:

1 (XIV). D. Elvira das Dores de Abranches Brandão, c. c. Armando de Azevedo de Almada, sem geração;

- 2 (XIV). *Francisco Augusto de Abranches Brandão*, médico pela Escola de Lisboa, vive em Mangualde, solteiro ;
 3 (XIV). *D. Clotilde de Abranches Brandão*, c. c. Domingos António Lopes, médico pela Escola de Lisboa. Vivem em Pedrógão-Pequeno, com dois filhos menores—(XV). *Eduardo*, e *D. Maria Constança* ;
 4 (XIV). *D. Henrique de Abranches Brandão*, c. c. o Dr. Luís de Sousa Sereno, delegado na Certã, sem ger. ;
 5 (XIV). *D. Maria Emilia de Abranches Brandão*, c. c. Mário Júdice de Oliveira, farmacêutico da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, com dois filhos menores — (XV). *D. Maria Emilia*, e *Ernesto*.
- 2 (XIII). *D. Maria Constança de Abranches Homem da Costa Brandão*, c. c. Manuel José da Silveira Castelo-Branco, o *Morgado de Sandomil*, que tinha casa em Arganil, onde foi administrador do concelho largos anos, e onde faleceu sem descendência.
- 3 (XIII). *D. Maria Emilia de Abranches Homem da Costa Brandão*, c. 7 jan. 1867 c. seu tio materno, o conselheiro Dr. Sebastião Carlos da Costa Brandão e Albuquerque, visconde do Ervedal-da-Beira, de quem adeante se faz menção, e se descreve a descendência (X d').
- 4 (XIII). *Dr. José de Abranches Homem da Costa Brandão*, fidalgo da C. R., deputado da Nação, senhor das casas de Tornoselo e Sandomil, c. c. sua prima D. Amélia Botelho Teixeira e Albuquerque, filha única de sua prima D. Carlota de Albuquerque Pimentel, viscondessa do Granjão (XI b" 3, 5), sem descendência.

Ramo primário c)

III c) — **Ana Marques**, filha de Marcos Garcia (2.º), de Folhadosa (II, 4), casou na Bobadela com António Alves de Abranches. Ele faleceu a 21 fev. 1593, ela veiu a falecer a 18 abr. 1619. Tiveram :

- 1 (IV). *Manuel Garcia*, b. 13 abr. 1552, c. em Pinhanços, com ger.
 2 (IV). *Francisco Marques*, b. 10 abr. 1554, c. c. Agostinha Lourenço, filha de Pedro Afonso de Figueiredo, de Oliveirinha, teve alguns filhos, em cujo número se conta
 — (V). *José Marques*.
 3 (IV). *Ana Garcia*, b. 25 fev. 1556, c. 12 out. 1572 c. Pedro Anes, o Ruivo, de Galizes, com ger.
 4 (IV). *Maria Garcia*, b. 30 jan. 1558, c. 31 ag. 1578 c. Manuel Afonso, de Sinde, ficando a residir na Bobadela, onde aquela faleceu a 12 jan. 1595, com geração, da qual mencionamos
 — (V). *Ana Garcia*, c. 28 jan. 1619 c. Lourenço Vaz, filho de Belchior Vaz e de Catarina Jácome, de Sinde.

- 5 (IV). *António Marques*, b. 28 abr. 1560, c. c. Florentina Borges, com ger.
- 6 (IV). *Brites Marques*, b. 5 mar. 1562, que segue (IV c').
- 7 (IV). *Marcos Garcia*, que segue (IV c").
- 8 (IV). *Isabel Antunes*, b. 16 abr. 1567, c. c. António Madeira, de Avô, que veiu residir para a Bobadela, onde tiveram ger.
- 9 (IV). *Joana Garcia Antunes*, b. 6 fev. 1569, c. 18 ag. 1591 c. João Madeira, filho de Simão Garcia e Verónica Nunes, de Avô, e irmão de Helena Madeira, mãe do poeta Brás Garcia Mascarenhas; e tiveram, entre outros filhos:
- 1 (V). *Maria Garcia*, b. 10 mai. 1592;
- 2 (V). *António Madeira*, b. 4 mar. 1594;
- 3 (V). *Elena Antunes*, b. 18 dez. 1606;
- 4 (V). *João Madeira Garcia*.
- 10 (IV). *Antónia Garcia*, b. 5 out. 1570, c. 26 abr. 1593 c. Gaspar Antunes, filho de António Afonso e de Mécia Rodrigues, da Barrosa (Tábua), e irmão de Baltasar da Fonseca, c. em Avô c. Brites Madeira (*Nota geneal.* II, III b 3).
- 11 (IV). *Felipa Garcia*, b. 2 ag. 1574, c. c. Simão das Neves, da freguesia do Couto-do-Mosteiro (Santa-Comba-Dão).

Ramo secundário c')

IV c') — **Brites Marques**, c. 29 abr. 1582 c. António Afonso da Costa, da Barrosa, freguesia de Tábua, onde era capitão--mór, filho de João Afonso de Figueiredo (que se dizia ser descendente, por um lado, de João Afonso da Costa, que no meado do século xv vivia na Bobadela, sendo neto de Fernando Afonso da Costa, vassalo de D. Afonso IV, e, por outro lado, de Gonçalo de Figueiredo, fidalgo muito ilustre, valido de D. Pedro I), e de sua mulher Catarina Anes Homem, do Vale-de-Besteiros. Teve, entre outros filhos:

- 1 (V). *Manuel de Afonseca da Costa*, que segue (V c').
- 2 (V). *Ana de Afonseca de Brito*, c. c. Manuel Homem de Figueiredo, de Vila-Cova-sob-Avô, e tiveram, além de duas filhas,
- (VI). *Manuel Homem Afonso*, avô de — (VIII). *Manuel de Gambôa*, da quinta da Barrosa.
- 3 (V). *Simão de Afonseca de Brito*, que segue (V c").

Ramo terciário c')

V c') — **Mannel de Afonseca da Costa**, c. em Oliveira-do-Conde c. Isabel Simões, e teve

VI c') — **António de Brito da Costa**, que foi soldado da *companhia dos leões*, capitaneada por seu primo o poeta Brás Garcia Măcarenhas, sendo depois capitão-mór de Oliveira-do-Conde, e c. c. D. F.... Teve

VII c') — **Manuel de Brito Ribeiro de Figueiredo**, capitão-mór de Oliveira-do-Conde e de Correlos, c. c. D. Maria Bernardes, e tiveram

VIII c') — **João de Brito Ribeiro de Figueiredo**, capitão-mór de Oliveira-do-Conde e de Correlos, c. c. D. Maria Caetana de Abranches Madeira. Houve

IX c') — **Manuel António de Brito Madeira de Figueiredo**.

Ramo terciário c'')

V c'') — **Simão de Afonseca da Costa**, c. c. D. Maria da Cunha de Essas, neta de Gaspar da Cunha, fid. da C. R. por alvará do ano de 1522, filho de João Gomes da Cunha, de Tábua, também fid. da C. R. Esta D. Maria era senhora, por sucessão, do morgado instituído em 1435 por Vasco Martins da Cunha, filho de Martim Vasques da Cunha, que se notabilizou nas guerras com Castella. Tiveram

VI c'') — **D. Ana da Cunha da Costa**, c. c. o seu parente Luís Pessoa de Melo, e tiveram

VII c'') — **Luís Vasques da Cunha e Melo**, c. c. D. F...., e nasceu

VIII c'') — **Bernardo da Cunha e Melo**, c. c. D. F...., e houve:

1 (IX). *Luis Atanásio da Cunha e Melo*.

2 (IX). *D. Ana da Cunha e Melo*, que segue.

IX c'') — **D. Ana da Cunha e Melo**, c. c. o seu parente António Pedro de Gambôa e Vasconcelos, descendente de Ana de Afonseca de Brito, de quem já falámos (IV c' 2).

Ramo secundário c'')

IV c'') — **Marcos Garcia**, b. 17 nov. 1564 na Bobadela, c. em Avô a 19 ag. 1591 c. Helena Madeira (*Not. geneal. II*, iv c'),

filha de Simão Garcia e de sua primeira mulher Verónica Nunes, pertencente à família dos Madeiras Arrais, de Avô. Pela resignação de seu sogro, foi Marcos Garcia provido a 4 set. 1595 no cargo de escrivão das cisas e dos panos nas vilas de Avô e S. Sebastião da Feira. Faleceu em 1654, sendo viúvo desde 1634 ou princípio de 1635. Tiveram os seguintes filhos:

1 (V). *Feliciano Monteiro*, b. 11 jun. 1592, c. 21 ag. 1617 c. *Sebastião Gomes*, irmão do padre Feliciano Gomes, de Anadia, e teve os filhos seguintes:

- 1 (VI). *João*, b. em S. Paio de Arcos (Anadia) a 19 jul. 1618;
- 2 (VI). *Maria*, b. ibid. a 17 jul. 1620;
- 3 (VI). *Catarina*, b. em Avô a 25 nov. 1622;
- 4 (VI). *Fernando*, que veiu a ordenar-se, e seu irmão gémeo
- 5 (VI). *Pedro*, ambos b. em S. Paio de Arcos a 23 jul. 1628;
- 6 (VI). Um menino, cujo nome não chegou a ser escrito no espaço, que para isso ficou em branco no assento de baptismo, realizado ibid. a 11 março 1630.

2 (V). *Dr. Manuel Garcia*, n. 3, b. 10 fev. 1594, presbítero, prior de Travanca-de-Farinha-Pôdre desde 1630 até 1636, † a 21 jan. 1662.

3 (V). *Brás Garcia Mascarenhas*, o nosso poeta, que segue.

4 (V). *Verónica Nunes*, b. 6 dez. 1597, ainda era viva a 4 fev. 1635, em que figura como madrinha em um baptismo (doc. XXX); nenhuma referência encontro a ela, posterior a esta data.

5 (V). *Maria Garcia*, b. 21 dez. 1599, ainda era viva em 30 dez. 1659, quando com seus irmãos e irmãs fez testamento de mão comum (doc. LXXXIX).

6 (V). *P.e Pantaleão Garcia*, b. 5 ag. 1601, cura de Santo Isidoro de Almassa desde meado de 1631 até fins de 1635; em seguida pároco encomendado de Travanca-de-Farinha-Pôdre até 1638, e por fim prior da mesma igreja até ali falecer a 14 out. 1660.

7 (V). *Ana Monteiro*, b. 15 set. 1603, † 10 fev. 1663.

8 (V). *Isabel Garcia*, b. 6 mar. 1605, † 11 set. 1686.

9 (V). *P.e Matias Garcia*, b. 3 mar. 1607, foi cura de Aneriz desde meado de 1647 até falecer a 23 dez. 1664 em Avô; antes de ser sacerdote, teve de Ana Duarte, mulher solteira de Travanca-de-Farinha-Pôdre, um filho,

— (VI). *Manuel Garcia Mascarenhas*, b. na Bobadela a 18 fev. 1647, que veiu a casar com sua prima D. Quiteria, filha do poeta, cuja descendência se descreverá (*Nota geneal. IV*).

10 (V). *Antónia Garcia*, b. 2 nov. 1608, † 11 set. 1686.

11 (V). *Francisco Garcia*, b. 9 mar. 1612, começou a sua ordenação na Quarésma de 1635, e em seguida entrou em religião.

V c'') — **Brás Garcia Mascarenhas**, capitão de infantaria, governador

da praça de Alfaiates, autor do poema épico *Viriato Tragico*, n. 3, b. 10 fev. 1596, c. 19 fev. 1645 c. D. Maria da Costa Fonseca, de Avô, e † a 8 ag. 1656, com ger. A sua descendência até à actualidade vai descrita em a *Nota genealógica IV.*

Ramo primário d)

III d) — Maria Marques, filha de Marcos Garcia (2.^º), de Folhadosa (II 5), c. na Bobadela c. Gaspar Francisco, e teve

1 (IV). *Belchior Francisco*, que segue.

2 (IV). *Francisco Nunes*, sem ger.

3 (IV). *Domingos Marques*, c. c. António Fernandes de Abreu, de Vila-Pouca-da-Beira, filho de outro António Fernandes de Abreu e de Isabel Nunes; neto paterno de Roque Fernandes de Abreu, de Lourosa, e de sua mulher Briolanja Fernandes Sequeira Castelo-Branco, tronco êste de que procedem por varonia os Abreus da Quinta da Costa (Nogueira-do-Cravo), e por linha feminina os Abreus de Vila-Pouca, os de Lourosa, e os de Sandomil, e muitas outras famílias nobres da Beira. Domingas Marques teve os filhos seguintes :

1 (V). *Isabel Nunes*, c. c. Belchior Dias, de Nogueira, de quem descendem os Lobos de S. Miguel-do-Outeiro ;

2 (V). *Maria Marques*, c. c. Ascenso Unhão, de Nogueira ;

3 (V). *Francisco Fernandes*, c. em Travanca c. Mécia Correia ;

4 (V). *P.e Inácio Nunes* ;

5 (V). *Joana Francisca*, c. c. João da Fonseca ;

6 (V). *António Nunes* ;

7 (V). *António Fernandes*.

IV d) — Belchior Francisco, c. c. Brites de Abranches, de Sameice, e tiveram :

1 (V). *D. Maria de Abranches*, b. 4 jan. 1590, c. c. Domingos Nunes, de Covas.

2 (V). *D. Apolónia de Abranches*, que segue (V d').

3 (V). *D. Ana Francisca de Abranches*, que segue (V d'').

4 (V). *D. Leonor de Abranches*, b. 19 fev. 1598.

5 (V). *D. Antónia de Abranches*, b. 11 ag. 1600.

6 (V). *D. Isabel de Abranches*, b. 23 jan. 1603.

7 (V). *D. Beatriç de Abranches*, b. 4 abr. 1611¹.

¹ Esta família bobadense abandonou mais tarde o apelido de *Abranches*, que usará através de várias gerações, passando os seus membros a ser conhecidos pelo apelido de *Godinhos*, que usam, desde que uma senhora, única representante desta casa, se casou com um Godinho, de Midões, que veio residir para a casa de sua mulher na Bobadela, onde deixou prole. Morreram há unas dezenas de anos naquela freguesia duas velhinhas fidalgas, de quem ainda me recordo, conhecidas pela denominação de — *as senhoras Godinhos da Bobadela* —. Foram as últimas representantes da família, residentes nesta terra.

Ramo secundário d')

V d') — **D. Apolónia de Abranches**, b. 23 fev. 1592, c. 11 jan. 1615, c. Gaspar Nunes, de Covas, oficiando o vigário de Avô licenciado António Dias, da casa do Adro, daquela vila. Tiveram

VI d') — **D. Isabel de Abranches**, b. 20 nov. 1624, sendo padrinhos Francisco Nunes e D. Leonor de Abranches, e c. em Covas a 9 out. 16.. c. João da Costa Brandão, filho de Gaspar Nunes Brandão e Maria Godinho. Tiveram

VII d') — **João da Costa Brandão Nunes**, c. na Bobadela a 15 mai. 1698, c. D. Maria Barreto de Figueiredo, filha de Manuel de Figueiredo Brandão (2.º administrador do vínculo de Vila-Cova-sob-Avô, instituído por seu tio-avô, o padre João Homem de Figueiredo, e de que fôra 1.º administrador o dito seu pai Manuel de Figueiredo Brandão) e de sua mulher D. Maria Barreto. Ele faleceu a 27 mar. 1736, ela a 17 nov. 1755, em Oliveirinha. Tiveram

VIII d') — **José Caetano da Costa Brandão**, c. em 2.^{as} núpcias c. D. Luísa Teresa Joaquina da Nazaré Almeida Castel-Branco, de Vila-Deanteira. Tiveram

IX d') — **António José da Costa Brandão Brito de Mesquita Vaz Velho Castel-Branco**, b. 9 mai. 1754, capitão de Oliveirinha, senhor da casa dos Costas de Oliveirinha e dos Britos de Vila-Deanteira, c. em 1.^{as} núpcias c. sua prima D. Maria Francisca Emilia de Albuquerque Pinto Tavares Castel-Branco, e em 2.^{as} c. sua prima, afilhada, cunhada e comadre D. Teresa Augusta de Albuquerque Pinto Tavares Castel-Branco. Teve do 1.^o matrimónio:

1 (X). *Comendador António da Costa Brandão e Albuquerque Brito de Mesquita*, n. 15 dez. 1809, fidalgo da C. R., coronel do exército de D. Miguel, bateu-se heroicamente no cerco do Pôrto e na batalha de Asseiceira; c. c. sua prima D. Ana Delfina de Loureiro Cardoso, de Carvalhicos, e tiveram:

1 (XI). *António da Costa Brandão e Albuquerque Brito de Mesquita*, † solteiro.

2 (XI). *D. Maria da Conceição*.

- 2 (X). *D. Maria Emilia da Costa Brandão e Albuquerque*, b. 14 fev. 1811, c. c. seu primo Dr. Francisco Augusto de Abrantes Homem de Oliveira e Cunha, cuja descendência já fica descrita (XII b" „).
- 3 (X). *José Caetano da Costa Brandão Brito de Mesquita*, fidalgo da C. R., c. c. sua prima D. Ana Júlia de Abrantes Boto Machado, (XI b" „ 2), sem descendência.
- 4 (X). *D. Maria dos Prazeres da Costa Brandão e Albuquerque*, † solteira.
- 5 (X). *Dr. Luís Cândido da Costa Brandão e Albuquerque*, fidalgo da C. R., senhor da casa de Oliveirinha, † solteiro.
- 6 (X). *D. Maria da Glória da Costa Brandão e Albuquerque*, c. c. o Dr. Miguel António de Sousa Horta, filho dos barões de Santa-Comba-Dão (já viúvo de D. Maria Ludovina de Sousa Almeida e Vasconcelos, filha dos 1.^{os} barões de Alvaiázere, da qual tinha uma filha, D. Maria Ludovina de Sousa Horta, que casou com o Dr. António Osório Sarmento de Figueiredo, advogado, antigo ajudante do procurador geral da Corôa e Fazenda, e juiz de direito). Teve:
- 1 (XI). *Dr. Miguel Maria de Sousa Horta e Costa*, juiz da Relação do Pôrto, c. c. D. Maria Leonor de Sousa Monteiro Gomes, e teve os filhos seguintes: — a (XII). *Dr. Miguel de Sousa Vasconcelos Horta e Costa*; — b (XII). *António*, falecido; — c (XII). *Maria Manuela*, falecida;
- (XI). *José Maria de Sousa Horta e Costa*, coronel de engenharia, c. c. D. Adelaida Silvano, de quem tem os seguintes filhos: — a (XII). *Miguel Silvano Horta e Costa*; — b (XII). *D. Vera Silvano Horta e Costa*; — c (XII). *Vasco Silvano Horta e Costa*;
- 3 (XI). *Dr. António Maria de Sousa Horta e Costa*, juiz da Relação de Lisboa, c. c. D. Maria Luisa da Câmara, e tem: — a (XII). *Dr. António Miguel da Câmara Horta e Costa*, — b (XII). *Álvaro Luís da Câmara Horta e Costa*, — c (XII). *D. Maria Luisa da Câmara Horta e Costa*;
- 4 (XI). *Dr. Sebastião Maria de Sousa Horta e Costa*, c. c. D. Maria Clara Monteiro Gomes, e tem os seguintes filhos: — a (XII). *D. Maria Susana Monteiro Gomes Horta e Costa*, c. c. o capitão Carlos Mascarenhas de Meneses; — b (XII). *D. Maria da Glória Monteiro Gomes Horta e Costa*, c. em 1.^{as} núpcias c. o Dr. Francisco de Paula do Vale e Vasconcelos, de quem teve um filho — (XIII). *Francisco*, e em 2.^{as} núpcias c. o 1.^º tenente da armada Francisco Eduardo de Azeredo e Vasconcelos;
- (XI). *D. Maria da Conceição de Sousa Horta e Costa*, c. c. José da Costa Henriques, de Oliveira do Hospital, chefe da secretaria da extinta Circunscrição escolar da Instrução primária em Coimbra, professor da Escola Normal Primária da mesma cidade, e professor livre de ensino secundário. Tem: — a (XII). *Sebastião José Horta da Costa Henriques*; — b (XII). *Luciano José Horta da Costa Henriques*; — c (XII). *Joaquim José Horta da Costa Henriques*; — d (XII). *Francisco José Horta da Costa Henriques*;
- 6 (XI). *Dr. Luís Maria de Sousa Horta e Costa*, juiz de direito em Olhão, e tem os seguintes filhos, todos legítimos: — a (XII). *D. Maria Margarida*, falecida; — b (XII). *D. Fernanda Margarida*, falecida; — c (XII). *D. Maria Raquel Pereira Horta e Costa*; — d (XII). *Gastão Pereira Horta e Costa*;
- (XI). *Díogo Maria de Sousa Horta e Costa*, 1.^º oficial do Ministério da

Instrução, solteiro, com um filho — (XII). *Luis Diogo de Sousa Lopes e Horta*;

8 (XI). *Bernardo Maria de Sousa Horta e Costa*, proprietário, c. c. D. Catarina Borges, de quem tem um filho — (XII). *Miguel António Borges Horta e Costa*.

7 (X). *Dr. João da Costa Brandão e Albuquerque*, fidalgo da C. R., deputado da Nação, director do Arquivo do Ministério das Obras Públicas, c. c. D. Maria Luisa Vilar Ferreira Palha e Almeida, sem ger.

8 (X). *Conselheiro Dr. Sebastião Carlos da Costa Brandão e Albuquerque*, 1.º visconde do Ervedal-da-Beira, que segue.

X d') — Conselheiro Dr. Sebastião Carlos da Costa Brandão e Albuquerque, 1.º visconde do Ervedal-da-Beira, n. e b. em Oliveira-rinha (Tábua) a 7 out. 1833, fidalgo da C. R., presidente da Câmara dos Deputados, juiz aposentado do Supremo Tribunal Administrativo, c. em 7 jan. 1867 c. sua sobrinha D. Maria Emilia de Abranches Homem da Costa Brandão (supra XII b' „ 3). Tiveram :

1 (XI). *Sebastião de Albuquerque Pinto Tavares*, 2.º visconde do Ervedal-da-Beira, que segue.

2 (XI). *D. Maria Emilia da Costa Brandão e Albuquerque*, c. c. o Dr. Henrique Borges de Castro Homem, filho de Luís Borges de Castro Soares de Albergaria Alvares Pereira Brandão (filho dos Viscondes de Oliveira-do-Conde, Miguel Borges de Castro Tavares e D. Ana Soares de Albergaria) e de D. Maria Henriqueta de Abranches Brandão, de Travancinha, sem descendência.

3 (XI). *Dr. José Maria de Albuquerque da Costa Brandão*, n. 12 jan. 1870, juiz de Direito em Vila-Nova-de-Ourém, c. 24 fev. 1900 c. sua prima D. Maria Luisa de Albuquerque Pimentel e Vasconcelos (supra XI b' „ 3, 4 b). Teve nove filhos, dos quais sete faleceram crianças, restando vivos :

1 (XII). *José Maria de Albuquerque da Costa Brandão*, n. 1 set. 1903 em Mesão-Frio, actualmente estudante de preparatórios ;

2 (XII). *D. Maria Lutsa de Albuquerque Pimentel e Vasconcelos da Costa Brandão*, n. 29 nov. 1904 em Fornos-de-Algodres.

4 (XI). *D. Maria Francisca da Costa Brandão e Albuquerque*, c. 7 out. 1900 c. D. Manuel Maria da Câmara, da família dos Condes da Ribeira-Grande, diplomado pelo Curso Superior do Instituto Industrial de Lisboa, amanuense de 1.ª classe da Contadoria da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, falecido a 22 fev. 1915. Teve :

1 (XII). *D. Maria Francisca de Albuquerque da Câmara*, n. 10 set. 1901 ;

2 (XII). *Luis da Câmara e Albuquerque*, n. 26 out. 1902 ;

3 (XII). *D. Maria Emilia de Albuquerque da Câmara*, gêmea com o anterior ;

4 (XII). *D. Maria Luisa de Albuquerque da Câmara*, n. 18 ag. 1905 ;

- 5 (XI). *Carlos*, † criança.
- 6 (XI). *D. Maria Lutsa*, † criança.
- 7 (XI). *D. Maria Teresa da Costa Brandão e Albuquerque*, c. c. Francisco Aires de Melo Sá Nogueira, filho dos Viscondes de Sá da Bandeira, e neto do Marquês dêste título; teem dois filhos:
- 1 (XII). *Francisco de Melo Sá Nogueira*;
- 2 (XII). *D. Maria Teresa*.
- 8 (XI). *Carlos Augusto da Costa Brandão e Albuquerque*, com o Curso Superior de Agronomia, professor da Escola Agrícola Morais Soares, de Santarém, † solteiro, com 34 anos.
- 9 (XI). *Augusto Carlos da Costa Brandão e Albuquerque*, c. c. D. Maria Máxima de Amorim Pacheco, da casa do Sarzedo, separados judicialmente, sem descendência.

XI *d'*) — **Sebastião de Albuquerque Pinto Tavares**, 2.^º visconde do Ervedal-da-Beira, diplomado pelo Curso Superior de Letras, c. 10 out. 1900 c. sua con-cunhada e prima D. Maria da Conceição de Albuquerque Pimentel e Vasconcelos (supra XI *b''*, 3, 4 *c*), e † em 1905. Deixou dois filhos:

- 1 (XII). *Sebastião de Albuquerque*, estudante de preparatórios.
- 2 (XII). *D. Maria da Conceição de Albuquerque*.

Ramo secundário *d''*)

V *d''*) — **D. Ana Francisca de Abrantes**, filha de Belchior Francisco (supra IV *d'*), c. c. Francisco Pinto, de Sinde. Teve

VI *d''*) — **António de Abrantes Pinto**, c. c. D. Maria Coelho, de Sinde, e tiveram:

- 1 (VII). *D. Inácia Coelho de Figueiredo*, c. c. o seu parente Dr. Nicolau Garcia Pinto Mascarenhas, de cuja descendência já nos ocupámos (supra VII *b'*).
- 2 (VII). *D. Antónia de Abrantes Pinto de Figueiredo*, que segue.

VII *d''*) — **D. Antónia de Abrantes Pinto de Figueiredo**, de Sinde, c. c. Francisco da Maia da Gama, filho de Manuel da Maia da Gama e Abreu (padroeiro e administrador das duas capelas do convento do Carmo em Aveiro) e de sua mulher D. Maria de Souto-Maior, da Redinha. Teve

VIII *d''*) — **João da Maia da Gama**, c. em Guimarães c. D. Luísa Jacinta Caetana de Figueiredo Morgado, filha de Jerónimo

de Figueiredo Morgado, cavaleiro professo da Ordem de Cristo, e de sua mulher D. Mariana Josefa Mendes de Castro, de Azurara (Vila-do-Conde). Teve:

- 1 (IX). *Fr. Francisco da Maia da Gama*, carmelita descalço.
- 2 (IX). *D. Mariana Teresa da Maia da Gama Abranches Pinto de Figueiredo Morgado*, que segue.
- 3 (IX). *D. Antónia Genoveva da Maia da Gama*, c. no Vimieiro c. Sebastião Duarte e Oliveira.
- 4 (IX). *D. Joana da Maia da Gama*, c. em S. Paio c. o Dr. José Coelho.
- 5 (IX). *D. Catarina da Maia da Gama*, † solteira.

IX d'')—**D. Mariana Teresa da Maia da Gama Abranches Pinto de Figueiredo Morgado**, padroeira e administradora das capelas e vínculo de Aveiro, c. c. Manuel Pinto de Figueiredo, filho de Agostinho Pinto de Figueiredo e sua mulher D. Ana Duarte e Oliveira, da Vila-Dianteira (S. João-de-Areias). Tiveram:

- 1 (X). *João da Maia e Gama*.
- 2 (X). *Joana*, † criança.
- 3 (X). *Luísa*, † criança.
- 4 (X). *D. Ana da Maia e Gama*, † solteira.
- 5 (X). *Francisco da Maia e Gama Abranches Pinto de Figueiredo*, que segue.
- 6 (X). *Luis da Maia e Gama*, clérigo.
- 7 (X). *D. Joana Leonor da Maia*.
- 8 (X). *Sebastião da Maia e Gama*.
- 9 (X). *D. Maria José da Maia e Gama*.
- 10 (X). *José da Maia e Gama*.
- 11 (X). *António da Maia e Gama*, clérigo.
- 12 (X). *D. Luisa da Maia e Gama*.
- 13 (X). *Antónia*, † criança.

X d'')—**Francisco da Maia e Gama Abranches Pinto de Figueiredo**, c. c. D. Joaquina Bárbara Cortês Serra, filha de João António Baeta Cortês Serra e de sua mulher D. Maria Joaquina de Proença Veloso, da Louzã. Tiveram:

- 1 (XI). *António Maria da Maia e Gama*, † sem sucessão.
- 2 (XI). *Francisco Maria da Maia e Gama*, que segue.

XI d'')—**Francisco Maria da Maia e Gama**, teve uma filha legitimada,

XII d'')—**D. Maria Bárbara da Maia e Gama**, c. c. Bernardino Henriques de Carvalho. Tiveram

XIII d'') — **Augusto da Maia e Gama Henriques**, c. c. D. Amélia Augusta de Sá Osório Cardoso Maia, com descendência.

NOTA II

FAMÍLIA MATERNA DE BRÁS GARCIA MASCARENHAS

Tronco

I) — **Henrique Madeira Arrais**, segundo o testemunho de documentos antigos, nasceu em Avô em maio de 1458, e tinha um irmão, de nome Simão Madeira, a quem faremos referência abaixo (III c). Era fidalgo-escudeiro da rainha D. Leonor, mulher de D. João II, e casou em 1.^{as} núpcias com Leonor Fernandes, que fôra criada de uma colação daquele rei. Diz-se que êste Henrique Madeira Arrais faleceu em 1525, sendo sepultado na igreja matriz de Avô, onde possuía um altar lateral, por él erigido. Teve, que se saiba, os seguintes filhos, ignorando-se a ordem cronológica dos seus nascimentos:

1 (II). *D. Catarina Madeira Arrais*, que segue (II a).

2 (II). *P.e João Madeira*.

3 (II). *Henrique Madeira*, que segue (II b).

4 (II). *Jácome Madeira*, que segue (II c).

5 (II). *L.do António Madeira*, c. em Viseu c. Isabel Mendes, filha de Fernão Lourenço (que depois de viúvo foi cônego da Sé de Viseu e vigário geral do bispo D. Miguel da Silva) e de sua mulher Joana Mendes, parece que a Isabel Mendes era natural de Celorico da Beira e descendente dos Mendes de Seia ou de S. Romão. Tiveram um filho

— (III). *António Madeira*, presbítero secular, licenciado em Cânones, habilitado em 1592 para familiar do Santo Ofício.

Ramo primário a)

II a) — **D. Catarina Madeira Arrais**, c. c. Domingos Fernandes, de Vila-Cova-sob-Avô, teve:

1 (III). *D. Maria Madeira Arrais*, de Vila-Cova-sob-Avô, c. c. Fernão Gil da Costa, de Arganil, e houveram larga descendência, entre a qual se conta, na 4.^a geração, a mulher do poeta Brás Garcia Mascarenhas, como a seu tempo veremos (*Nota geneal.*, III),

- 2 (III). *António Madeira*, que segue.
- 3 (III). *João Madeira*, n. cerca de 1557; em 1635 era juiz ordinário da vila de Avô e seu termo, e em 1647 depunha como testemunha em um processo *de genere*, declarando no seu depoimento que tinha 90 anos de idade.
- 4 (III). *P.e Simão Madeira*, foi beneficiado na igreja colegiada de Avô, e ainda vivia em 1633.

III a) — **António Madeira**, c. em 1575 c. Brites Afonso, filha de Aleixo Afonso, de Aneriz, e de Isabel Alvres, de Vila-Cova-sob-Avô (cf. infra III b 2). Tiveram

IV a) — **D. Maria de Brito**, c. c. Sebastião Rodrigues Barreto, de Gois, de quem houve

V a) — **D. Maria de Brito Barreto**, que veiu a casar com seu 2.º primo António Madeira da Costa (*Not. geneal. III, v c*), sendo ambos bisnetos de D. Catarina Madeira Arrais. Em a *Nota genealógica III*, ramo c, se descreverá a sua descendência, na qual se conta Bento Madeira de Castro, 1.º editor do poema *Viriato Tragico*.

Ramo primário b)

II b) — **Henrique Madeira**, filho de Henrique Madeira Arrais, que é o tronco desta árvore genealógica, c. c. sua prima Leonor Madeira. Em 1586 foi eleito deputado para com seu irmão Jácome Madeira, e com Simão Garcia, genro dêste (cf. infra II c, e III c), regular os aforamentos dos bens das confrarias de Avô. Teve

III b) — **Domingos Fernandes**, sargento-mór de Avô, c. c. sua prima co-irmã Maria Jácome (II c 1). Teve:

- 1 (IV). *Maria Jácome*, que segue.
- 2 (IV). *Leonor Jácome*, c. 6 abr. 1583 c. Afonso Vaz, de Aneriz, irmão de Brites Afonso, casada com seu primo António Madeira (supra III a).
- 3 (IV). *Brites Madeira*, c. 5 set. 1593 c. Baltasar da Fonseca, irmão de Gaspar Antunes e filho de António Afonso e Mécia Rodrigues, da Barrosa (*Nota geneal. I, iii c 10*), com ger.
- 4 (IV). *Felipe Monteiro*, c. 3 jun. 1602 c. Águeda Nunes, sua prima em 4.º grau de consanguinidade, a qual era filha de João Fernandes e Maria Nunes.

5 (IV). *Ana Monteiro*, c. 27 abr. 1603 c. João Gomes, filho de Gaspar Gomes e Catarina João.

IV b) — Maria Jácome, c. c. António Simões, de Vila-Cova-sob-Avô.

Teve:

1 (V). *Helena*, b. 5 maio 1597, † criança.

2 (V). *Pedro Simões*, b. 24 dez. 1600.

3 (V). *Bento Simões*, b. 21 abr. 1603.

4 (V). *Helena Nunes*, b. 17 dez. 1605, c. c. o L.º do António Simões, filho de Simão Alvres e Eufémia Fernandes, e tiveram:

1 (VI). *Manuel Jácome*, habilitado em 1648 para a recepção de ordens menores;

2 (VI). *Paulo Jácome*, b. 1 fev. 1633.

5 (V). *Isabel Nunes de Mendonça*, c. c. seu primo Simão Madeira da Costa, de quem adeante falaremos indicando a sua descendência (*Nota geneal.* III, v a).

Ramo primário c)

II c) — Jácome Madeira, casou em Avô com Maria Gomes. Foi uma das pessoas mais consideradas da vila, onde o encontramos comemorado em numerosos documentos, especialmente em assentos de baptismos, e de casamentos, na qualidade de padrinho ou de testemunha; a êle tinha boa aplicação o aforismo popular beirão: — *Não há boda ou baptizado — a que não seja chamado.* — Prolongam-se as referências até quase ao fim do século XVI. Em 1586, como já fica dito, foi Jácome Madeira, com seu irmão Henrique Madeira e com seu genro Simão Garcia, marido de Verónica Nunes, eleito deputado para regular os aforamentos dos bens das confrarias de Avô. Teve de sua mulher os filhos seguintes:

1 (III). *Maria Jácome*, c. c. seu primo Domingos Fernandes, sargento-mór de Avô (III b).

2 (III). *Fernando Madeira*, c. c. F..., de quem teve

— (IV). *Ana Jácome*, b. 20 out. 1565

3 (III). *Verónica Nunes*, que segue.

4 (III). *Inácio Madeira*; c. 16 ag. 1573 c. *Maria de Sequeira*.

5 (III). *Henrique Madeira*, que, por morte de seu irmão Inácio, obtida a necessária dispensa, casou com a viúva *Maria de Sequeira* a 16 out. 1585, da qual teve uma filha, também chamada — (IV). *Maria de Sequeira*, b. 23 mai. 1587.

6 (III). *Isabel Jácome*, c. c. *João Manuel*, de Avô, e houve os filhos seguintes:

1 (IV). *Jácome Madétra*, b. 18 jan. 1587;

2 (IV). *Águeda Jácome*, b. 11 dez. 1588

7 (III). *P.e Simão Madeira*, eremita de Nossa Senhora do Mosteiro, em Avô, a quem o vigário da vila Roque Dias de Matos injuriou, chamando-o *cristão-novo*, alusão à fama de *mourisca* que tivera a sua avó paterna (vid. I, e cf. doc. XCVI); mas foi condenado, provando o P.e Simão que tal fama era infundada e falsa.

Além destes filhos legítimos, Jácome Madeira teve mais, que eu saiba, de Leonor Fernandes, mulher solteira, os seguintes naturais :

8 (III). *Crisóstoma Fernandes*, c. 7 fev. 1574 c. Gaspar de Paiva, filho de Lopo de Paiva, de Nogueira do Cravo.

9 (III). *Estácio Madeira*, c. 29 set. 1586 c. Maria Manuel, filha de Manuel Rodrigues e Maria João.

10 (III). *Gaspar Fernandes*, c. 5 fev. 1589 c. Isabel Pires.

11 (III). *António Fernandes*, c. 24 set. 1589 c. Catarina Francisca, de quem teve uma filha

— (IV). *Maria*, b. 23 out. 1590.

12 (III). *Maria Gomes*, c. 28 jan. 1593 c. António Marques.

III c) — **Verónica Nunes**, casada por cerca do ano de 1556 com seu primo Simão Garcia, filho de Simão Madeira, o qual era irmão de Henrique Madeira Arrais, avô paterno dela Verónica Nunes. Simão Garcia era talvez por sua mãe, cujo nome ignoro, parente dos Garcias Mascarenhas, de Folhadosa, e foi tabelião do pública e judicial em Avô, cargo que já exercia a 5 set. 1593, segundo consta de um assento de casamento neste dia realizado, em que figura como testemunha. Também exercia as funções de escrivão das cisas e dos panos na mesma vila e na de S. Sebastião da Feira, cargo que obteve em 1557 por virtude de renúncia feita por Fernão Gonçalves, de Oliveira do Hospital. Por último acrescentarei que Simão Garcia era também industrial, fabricante de tecidos. Faleceu Verónica Nunes entre o mês de dezembro de 1574 e o anno de 1577, e o viúvo passou então a 2.^{as} núpcias com Joana Pegado, talvez da família dos Pegados, que residiam em Balocas, freguesia de Covas. Verónica Nunes teve os seguintes filhos :

1 (IV). *Ana Nunes*, que veiu a casar a 28 jul. 1577 c. Pedro Fernandes, filho de Mateus Fernandes e Isabel Fernandes, de Aneriz.

2 (IV). *Isabel Nunes*.

3 (IV). *João Madeira*, c. 18 ag. 1591 c. Joana Garcia Antunes, irmã de Marcos Garcia, que no dia seguinte casou com Helena Madeira, irmã do João Madeira; com ger.

- 4 (IV). *Helena Madeira*, que segue (IV c').
 5 (IV). *Felipe Madeira*, que segue (IV c'').
 6 (IV). *António Garcia*, b. 25 out. 1572.
 7 (IV). *Maria Nunes*, b. 2 dez. 1574¹.

Ramo secundário c')

IV c') — **Helena Madeira**, b. 26 set. 1568, c. 19 ag. 1591 c. Marcos Garcia, da Bobadela (*Nota geneal.* I, iv, c''). A sua descendência é descrita em a *Nota genealógica* I, iv, c''. Entre os seus onze filhos figura

V c') — **Brás Garcia Mascarenhas**, o nosso poeta-guerreiro, cuja descendência até à actualidade é objecto da *Nota genealógica* IV.

Ramo secundário c'')

IV c'') — **Felipe Madeira**, b. 16 jan. 1571, casou com Eufémia Pais de Mesquita, oriunda de uma família nobre de Viseu. Sucedeu a seu pai no cargo de tabelião do público e judicial de Avô e seu termo. Teve:

- 1 (V). *António Madeira de Mesquita*, b. 1 dez. 1598.
 2 (V). *Cristóvão Madeira*, b. 17 out. 1600.
 3 (V). *Manuel Madeira*, b. 2 jun. 1602.
 4 (V). *Boaventura Madeira*, b. 22 jul. 1603.
 5 (V). *Luis de Figueiredo*, b. 5 dez. 1604, c. 21 fev. 1629 (depois de larga ausência no Brasil) c. Maria Gaspar († 28 out. 1678), filha de Francisco Anes e Águeda Fernandes, obrigando-se Luís de Figueiredo, antes do casamento, a apresentar dentro de dois anos documento justificativo do seu estado livre, sendo este compromisso caucionado com o depósito de 500 cruzados de fiança. Faleceu no Pôrto em 1672, chegado a Avô a notícia da sua morte a 24 de julho. Teve os filhos seguintes:

- 1 (VI). *Manuel*, b. 27 nov. 1631;

¹ De sua 2.^a mulher, Joana Pegado, teve Simão Garcia um 8.^º filho, *Gaspar Garcia*, que foi baptizado a 6 nov. 1578, e casou a 30 dez. 1597 com Maria Manuel, de Buarcos, sem haver os prévios proclamas, segundo determinação do visitador, o L.^{do} Gonçalo do Quental, por *the constar per testas que perguntou q maliciosam. te se podia impedir este matrimonio*. Depois de realizado o casamento, foram então proclamados na forma do estílo, e receberam as bênçãos nupciais a 7 jan. 1598. Houveram os filhos seguintes: — a) *Joana Garcia*, b. 2 fev. 1600; — b) *Simão Garcia*, b. 23 set. 1602; — c) *Isabel Garcia*, b. 25 jan. 1605 († 14 abr. 1664), c. 24 fev. 1633 c. António Madeira, o Mata, de Avô, filho de João Fernandes e Maria Madeira (de quem houve — *António Madeira*, b. 18 dez. 1633, habilitado para a recepção de ordens menores em 1651 — e *Manuel Garcia*, b. 17 jan. 1636, admitido à recepção de menores em 1655); — d) *Maria Manuel*, b. 3 jun. 1607; — e) *Marta Garcia*, b. 5 nov. 1609.

- 2 (VI). *Ana*, b. 17 dez. 1633 ;
 3 (VI). *Felipe*, b. 23 ag. 1637 ;
 4 (VI). *Eufémia*, b. 2 jun. 1640 ;
 5 (VI). *Águeda*, b. 18 fev. 1643 ;
 6 (VI). *Francisco*, b. 7 out. 1646, † 26 mar. 1665 ;
 7 (VI). *Isabel*, b. 10 ag. 1650.

6 (V). *Maria de Mesquita*, que segue.

V c'') — **Maria de Mesquita**, b. 21 ag. 1607, c. em 1.^{as} núpcias a 30 out. 1623 c. seu primo Francisco Dias da Costa, irmão da sogra do poeta Brás Garcia (*Not. geneal.* III, IV, 5). Falecido seu marido, passou a 2.^{as} núpcias a 26 fev. 1629 c. João Gomes Botelho, do Couto da Vacariça, filho de António Lopes Botelho e de Luísa Gomes, o qual faleceu a 17 março 1699. Teve do 1.^o marido duas filhas :

1 (VI). *Susana Manuel*, b. 11 dez. 1624, c. 10 jan. 1645 c. Jacinto Gomes Botelho, irmão de seu padrasto, e teve :

- 1 (VII). *Francisco Gomes*, b. 10 set. 1646 ;
 2 (VII). *P.e António Lopes* ;
 3 (VII). *João Gomes de Mesquita*, c. em 1.^{as} núpcias em Santa-Comba-Dão, e em 2.^{as} na Mealhada, havendo filhos sómente d'este 2.^o matrimónio, entre os quais se conta — (VIII). o Dr. Alexandre Ribeiro de Mesquita, que casou na quinta da Coitena (Bobadela), onde deixou geração ;
 4 (VII). *Joana de Mesquita*, c. c. Bento Toscano de Albuquerque, da Vacariça, com geração.

2 (VI). *Águeda de Mesquita*, n. em 1626, c. 22 jul. 1645 c. Domingos Nunes, da Vila de Covas, filho de Simão Nunes e de Catarina Simão, e teve :

- 1 (VII). Dr. Fr. Urbano de Mesquita, Dom Prior de Tomar ;
 2 (VII). P.e Nicolau de Mesquita Castel-Branco, prior de Ois-da-Ribeira ;
 3 (VII). Dr. Miguel Nunes de Mesquita, desembargador no estado da Índia, e depois membro do Conselho Ultramarino, com ger.

Maria de Mesquita teve do 2.^o marido os filhos seguintes :

- 3 (VI). *Maria*, b. 20 mar. 1630, † criança.
 4 (VI). *Felipe*, b. 1 nov. 1632, † criança.
 5 (VI). *João Madeira de Mesquita*, b. 13 out. 1635 ; ausentou-se para longe e por lá morreu, fazendo-se-lhe em Avô as exéquias a 16 dez. 1667.
 6 (VI). *Felipe Madeira de Mesquita*, b. 20 set. 1638, que segue.
 7 (VI). *Manuel Madeira de Mesquita*, b. 17 jan. 1642, † 6 abr. 1662.
 8 (VI). *Maria de Mesquita*, b. 7 mar. 1645, † 17 set. 1688.
 9 (VI). *Quiteria de Mesquita*, b. 10 set. 1646, † 10 abr. 1663.
 10 (VI). *António de Mesquita*, b. 4 set. 1649.

VI c") — **Felipe Madeira de Mesquita**, c. c. Maria da Costa, de Vila-Pouca, filha de João Alvres, da mesma vila, e de Maria Pegada, de Balocas, freguesia de Covas. Teve em Vila-Pouca, onde ficou residindo,

VII c") — **José da Costa de Mesquita**, b. em Vila-Pouca a 24 mar. 1672, capitão-mór de Avô, c. em Santa Ovaia a 7 fev. 1701 c. D. Isabel Madeira Arrais. Ele faleceu a 10 set. 1732, e ela a 24 mai. 1752. Tiveram:

- 1 (VIII). *P.e Manuel da Costa de Mesquita*, n. 3 set., b. 21 out. 1703. Principiou a sua ordenação em 1722, e faleceu a 22 mai. 1736.
- 2 (VIII). *Felipe Madeira da Costa de Mesquita*, que segue.
- 3 (VIII). *D. Maria da Costa de Mesquita*, b. 27 abr. 1713, c. 9 fev. 1736 c. Brás Garcia Mascarenhas, bisneta do poeta do mesmo nome; houve geração, descrita noutro lugar (*Nota geneal. IV, iv*). Faleceu a 10 mar. 1797.
- 4 (VIII). *Dr. Pantaleão da Costa de Mesquita Arrais*, b. 27 jul. 1716, canonista, ordenado de menores em 1736.

VIII c") — **Felipe Madeira da Costa de Mesquita**, b. 30 out. 1706, foi capitão-mór de Avô, onde faleceu solteiro a 10 dez. 1780. De Teodora Madeira, filha de Manuel Madeira e Maria Mendes, da mesma vila, teve

IX c") — **D. Maria da Costa**, b. 17 jul. 1730, c. 13 jun. 1747 c. Gonçalo Nunes, filho de Domingos Nunes e de Ana Fernandes, de S. Sebastião-da-Feira. Teve alguns filhos, entre os quais

X c") — **Manuel Nunes da Costa**, cirurgião, n. 10, b. 17 mar. 1751, c. c. D. Ana Bernarda Antunes, filha de Manuel Antunes e de D. Isabel Maria, de Valbona, freguesia de Arganil. Teve:

- 1 (XI). *Manuel Nunes da Costa*, bacharel formado em Cânones, que teve de Maria Tavares um filho
- (XI). *Leonel da Costa de Mesquita*, farmacêutico em Avô.
- 2 (XI). *Francisco Madeira da Costa de Mesquita*, que segue.
- 3 (XI). *P.e António da Costa de Mesquita*, preôso como constitucional, morreu nas cadeias por cerca de 1833;
- 4 (XI). *B.e José da Costa de Mesquita*, médico muito distinto e afamado.

XI c") — **Francisco Madeira da Costa de Mesquita**, capitão de uma companhia de fusileiros na guerra peninsular, c. c. D. Maria Rita da Conceição, do Pisão-de-Côja, e teve

XII c") — **D. Joaquina Máxima da Costa de Mesquita**, c. c. seu primo Leonel da Costa de Mesquita (X c" 1), e teve

XIII c") — **António da Costa de Mesquita**, c. c. D. Maria da Assunção da Fonseca e Brito Serra, de Pomares. Tiveram:

1 (XIV). *D. Maria Eduarda de Mesquita.*

2 (XIV). *D. Beatriç Ester de Mesquita.*

3 (XIV). *D. Isabel Maria de Mesquita.*

NOTA III

FAMÍLIA DE D. MARIA DA COSTA, MULHER DE BRÁS GARCIA MASCARENHAS

Tronco

I) — **André Quaresma**, de Arganil, fidalgo-cavaleiro da casa de el-rei D. João III, descendente, segundo se afirmava, de D. Paio Soares Correia (da nobre estirpe de Paio Ramires, que passou a Portugal com o conde D. Henrique) e de D. Maria Pais, filha de D. Vasco Martins. Casou com Ana Esteves, e tiveram

II) — **Branca Quaresma**, c. c. Pedro Dias da Costa, também de Arganil, escudeiro-fidalgo da C. R., filho de Diogo Alves da Costa, da família, segundo se diz, dos Costas de Alpedrinha, à qual pertenceu o célebre cardial D. Jorge da Costa e o arcebispo de Braga e de Lisboa D. Martinho da Costa. Teve

III) — **Fernão Gil da Costa**, de Arganil, c. em Vila-Cova-sob-Avô c. D. Maria Madeira Arrais (*Nota geneal.* II, II a 1), neta de Henrique Madeira Arrais, tronco da família descrita em a *Nota geneal.* anterior. Foi industrial de lás e fabricação de tecidos, indústria que depois abandonou. Houve:

1 (IV). *Gaspar Dias da Costa*, b. em Vila-Cova a 21 set. 1555, que segue.

- 2 (IV). *D. Maria Madeira da Costa*, c. c. Domingos Fernandes de Abreu, com ger.
- 3 (IV). *Bernardo Madeira da Costa*, c. c. a filha e herdeira de Lourenço Mimoso, de Linhares, de quem houve
— (V). *Lourenço da Costa Mimoso*, mestre-de-campo do exército da Beira, militar de grandes méritos, o qual casou em 1.^{as} núpcias c. a herdeira de Gaspar da Fonseca, e em 2.^{as} na casa de Isidro Ferreira da Cunha e de Catarina Pacheco da Costa Corte-Real, tendo dêste 2.^º casamento — (VI). *Bernardo da Costa Mimoso*, cavaleiro da Ordem de Cristo, alcaide-mór de Monsanto, casado com a herdeira de Manuel da Fonseca, de quem teve — (VII). *Manuel da Costa Mimoso*, desembargador da Mesa da Consciência, casado com a herdeira de Francisco de Araújo, fidalgo da C. R., e teve — (VIII). *José Bernardo da Costa Mimoso Pereira de Vasconcelos*, fidalgo da C. R., casado na casa de Francisco Xavier de Alpoim e Abreu.

IV) — **Gaspar Dias da Costa**, c. em Avô a 16 fev. 1586 c. Susana Manuel, que fôra baptizada a 1 jun. 1567, filha de Manuel João, da vila de Buarcos, e de Catarina Rodrigues, de Avô, que se dizia descendente de António Rodrigues, de Buarcos, escudeiro de D. João I. Um irmão de Susana Manuel, de nome Manuel João como seu pai, casou também em Avô a 2 set. 1596 c. Ana Fernandes, filha de João Fernandes, o Môço, e de Catarina Gonçalves. Foi Gaspar Dias da Costa capitão-mór de Avô, e, além dos avultados rendimentos de sua casa, auferia lucros da indústria de fabricação de tecidos de linho e lã, e do comércio. Teve:

- 1 (V). *Manuel Dias da Costa*, b. a 3 set. 1586, que ainda vivia em 1624.
- 2 (V). *Gaspar Dias da Costa*, b. 30 abril 1590, familiar do Santo Ofício, c. em 1.^{as} núpcias em Vila-Pouca (para onde mudou a residência) c. D. Maria Nunes de Abreu, filha de Roque Fernandes de Abreu e de sua mulher Isabel Francisca de Figueiredo (cf. infra vi c, e *Nota geneal.* I, vii a", **). Depois de viúvo, casou em 2.^{as} núpcias com Maria Garcia de Sequeira, da Bobadela, filha de Manuel Fernandes, de S. Gião, e de Luísa de Sequeira, e neta materna de João Garcia, de Oliveira-do-Hospital, e de Helena de Sequeira. Teve numerosa geração de ambos os casamentos; sua filha — (VI) *Maria Madeira* casou na última metade de 1630 c. Matias Fernandes, de Avô.
- 3 (V). *Simão Madeira da Costa*, b. 8 nov. 1592, que segue (V a).
- 4 (V). *D. Maria Madeira da Costa*, b. 11 set. 1595, que segue (V b).
- 5 (V). *Francisco Dias da Costa*, b. 25 ag. 1598, c. 30 out. 1623 c. Maria de Mesquita, filha de Felipe Madeira (tio materno do poeta Brás), e de Eufémia Pais de Mesquita, dama nobre de Viseu. Já nos ocupámos (*Nota geneal.*, II, v c") da descendência que teve pelas suas únicas duas filhas — (VI) *Susana Manuel* e *Águeda de Mesquita*.
- 6 (V). *D. Cecilia Madeira da Costa*, b. 11 mai. 1600, c. 16 ag. 1623 c. Aleixo Afonso, de Aneriz, irmão de João Manuel da Fonseca, já

casado com D. Maria Madeira da Costa, irmã de D. Cecília (V b). Foi viver com seu marido para Aneriz, e teve oito filhos, que já deixamos enumerados na pág. 777, nota 5 do vol. I desta *Revista*. Entre êles se conta — (VI) o padre jesuíta *Gaspar Afonso*, b. 29 out. 1626, que veiu a ser bispo de S. Tomé de Meliapor. Na descendência de D. Cecília houve numerosos homens de letras, que exerceram elevados cargos na igreja, na magistratura judicial e no professorado.

7 (V). *António Madeira da Costa*, b. 14 jun. 1605, que segue (V c).

8 (V). *João Madeira da Cosia*, b. 24 mar. 1607, que se habilitou em 1625 para a recepção de ordens menores.

Ramo primário a)

V a) — **Simão Madeira da Costa**, escrivão dos órfãos de Avô, Vila-Cova e S. Sebastião-dá-Feira, c. c. sua prima Isabel Nunes de Mendonça († em 1641), filha de António Simões, de Vila-Cova, e de Maria Jácome, de Avô (*Nota geneal. II*, IV b 5). Houveram:

1 (VI). *Bento Madeira da Costa*, b. 23 mar. 1616.

2 (VI). *D. Teodora Madeira da Costa*, b. 26 mar. 1618 († 16 mai. 1701), c. 14 jun. 1632 c. António da Costa, de Oliveira-do-Hospital, que passou a residir com sua mulher em Avô, onde foi escrivão dos órfãos, logar concedido por el-rei D. Felipe, em diploma de 5 jun. 1632, a Isabel Nunes de Mendonça (visto achar-se vago pelo falecimento de seu marido), para servir de dote a uma de suas filhas. Teve:

1 (VII). *P.e Gaspar da Costa*, b. em casa a 15 jun. 1634, veiu a ser beneficiado na colégia de Avô;

2 (VII). *Manuel da Costa Jácome*, c. em Galizes c. Maria Brandão, sem ger.;

3 (VII). *D. Maria da Costa*, c. em Arganil c. Manuel de Andrade Monteiro, sem ger.;

4 (VII). *António da Costa*, b. 17 set. 1641;

5 (VII). *D. Mariana da Costa*, b. 15 set. 1644, c. c. Cosme Fernandes de Abreu, de Sandomil, com geração numerosa, na qual figuraram juízes, que se notabilisaram na magistratura do continente e dc ultramar, e outros va- rões importantes. Dêste tronco descendem os Madeiras Arrais, representados pela família da casa das Obras de Seia, entre os quais figura *D. José António Pinto de Mendonça Arrais*, bispo de Pinhel, e mais tarde da Guarda;

6 (VII). *D. Isabel da Costa*, b. 28 mar. 1647;

7 (VII). *D. Teodora da Costa*, b. 14 out. 1652, † 27 set. 1677;

8 (VII). *D. Ana da Costa*, b. 23 jan. 1655;

9 (VII). *Simão Madeira da Costa*, b. 19 nov. 1658, habilitado para a ordenação de menores em 1682, embarcou em seguida para a Índia, onde faleceu, fazendo-se em Avô exequias na primeira semana de março de 1695.

3 (VI). *Pedro Madeira da Costa*, b. 30 jul. 1620

4 (VI). *D. Maria Jácome de Mendonça*, que segue.

VI a) — **D. Maria Jácome de Mendonça**, c. na capela de Nossa Senhora do Mosteiro em Avô a 8 fev. 1641 c. Bernardo Duarte de Figueiredo († 25 mai. 1670), sargento-mór que mais tarde foi de Avô, e tabelião do público e judicial; era filho de Salvador Duarte de Figueiredo, capitão-mór de Pombeiro-da-Beira, e de Catarina Gomes da Silva, da qual proveiu aos seus descendentes fama, embora infundada, de impureza de sangue. Tiveram:

- 1 (VII). *D. Maria Jácome de Mendonça*, b. 3 mar. 1642, freira no mosteiro de Celas, aros de Coimbra, onde entrou em 1673, e ali faleceu a 23 abr. 1724, segundo consta do seu epitáfio no claustro do referido mosteiro, lado oriental.
- 2 (VII). *Dr. Matias Jácome de Mendonça Figueiredo*, teólogo, b. 14 jul. 1644, sendo padrinhos o poeta Brás e sua futura sogra D. Maria Madeira da Costa, tia do neófito. Principiou o processo de *genere* para a sua ordenação em novembro de 1666; mas, aparecendo denúncia do impedimento de impureza de sangue, teve de correr um processo especial de investigação em várias localidades, apensando-se a êste um outro processo, que correra contra o P.e Matias Garcia, irmão de Brás, por ter chamado *judeu* ao pai do Dr. Matias. Por fim foi pronunciada, a 12 abr. 1668, a sentença declarando-o cristão-velho, limpo de qualquer contágio de sangue *de infecta nação, das reprovadas em direito*. Ordenou-se logo a seguir, e, depois de presbítero, embarcou para a Índia, onde foi provisori do arcebispado de Gôa, e lá faleceu a 8 jan. 1676.
- 3 (VII). *Alexandre de Figueiredo Jácome*, que segue.
- 4 (VII). *D. Quitéria de Mendonça*, b. 15 jun. 1648, professou no mosteiro de Celas, para onde entrou com sua irmã Maria em 1673.
- 5 (VII). *D. Ángela Teresa de Mendonça*, b. 19 mai. 1650, entrou também para o mosteiro de Celas, no mesmo dia em que entraram as suas irmãs Maria e Quitéria, e, como elas, lá professou. Faleceu ali a 29 jan. 1722, sendo sepultada no claustro, onde tem epitáfio.
- 6 (VII). *Fr. Bernardo da Conceição*, b. 17 jul. 1651, cisterciense.
- 7 (VII). *Fr. Manuel de Figueiredo*, b. 20 jul. 1653, trino.
- 8 (VII). *P.e Simão Madeira da Costa*, b. 28 jun. 1656, também teve dificuldades para a ordenação, por denúncia de impureza de sangue. Vencidas elas, ordenou-se em 1682, e foi abade de Moncorvo, e, depois, de Fornos.

VII a) — **Alexandre de Figueiredo Jácome**, b. 13 mar. 1646, habilitado para receber ordens menores em dezembro de 1661, c. em S. Romão a 7 mar. 1672 c. D. Feliciana Coelho de Miranda († 14 nov. 1708), filha de António Coelho de

Miranda, de S. Romão, e de Maria Mascarenhas, de Coja. Sucedeu a seu pai no ofício de tabelião do público e judicial. Teve:

- 1 (VIII). *D. Maria Jácome Coelho*, b. 17 fev. 1683, † solteira, no Pôrto, em casa de seu irmão Bernardo, a 20 jun. 1757.
- 2 (VIII). *D. Catarina Coelho de Miranda*, b. 25 out. 1684, † solteira no Pôrto, como a antecedente.
- 3 (VIII). *D. Francisca do Amaral de Mascarenhas*, b. 24 abr. 1686, † solteira, em Avô, a 10 dez. 1708.
- 4 (VIII). *Dr. Bernardo Duarte de Figueiredo*, que segue.

VIII a) — Dr. Bernardo Duarte de Figueiredo, b. 12 fev. 1688, canonista, cavaleiro professo da Ordem de Cristo, familiar do Santo Ofício (habilitado em 1718), juiz de fora na cidade de Miranda, e depois na Covilhã, para onde passou em 1724; corregedor de Pinhel em 1726, e de Coimbra em 1729; desembargador dos agravos e suplicações, servindo de chanceler, em 1755. Prestou relevantes serviços na fundação da Companhia dos Vinhos do Alto Douro, e veiu a falecer a 6 fev. 1769. Casou em 1.^{as} núpcias na quinta da Costa (Nogueira-do-Cravo) em 1744 com sua prima D. Ana Geralda de Brito Brandão e Abreu, filha de Manuel Madeira de Abreu, de Aneriz, e de D. Mariana Teresa de Brito e Costa, de Coja; neta paterna do Dr. Pedro Madeira de Abreu, de Oliveira-do-Hospital, e de D. Maria de Figueiredo Brandão, de Vila-Cova-sob-Avô; materna de Luís de Brito da Gosta, e de D. Maria Nunes de Brito, ambos de Coja. Falecida sua 1.^a mulher em 1751 sem descendência, passou a 2.^{as} núpcias c. D. Antónia Luísa de Melo Cardoso, natural da quinta dos Corvos à Nogueira, freguesia de Santos Evos, comarca de Viseu; era filha de Bernardo da Silva Castel-Branco e Melo, e de D. Francisca Xavier Juzarte Cardoso, irmã de António Xavier Juzarte Cardoso, fidalgo da C. R., correio-mór de Coimbra, onde residia na freguesia de S. Cristóvão⁴. Houve dêste 2.^º matrimónio

IX a) — Alexandre José de Figueiredo e Melo Cardoso, n. 6, b. 10 nov. 1757. Foi tenente-coronel de milícias do batalhão de Ar-

⁴ É uma família muito distinta de Coimbra, esta dos Juzartes, cuja pedra de armas aínda hoje se vê sobre o portão da sua casa na antiga rua das Fangas, hoje chamada de Fernandes Tomás, logo abaixo das escadas que comunicam esta rua com a antiga do Correlo, ora de Joaquim António de Aguiar. Per-

ganil, e sargento-mór de Avô. Casou a 28 mai. 1793 c. sua prima D. Ana Máxima Soares de Albergaria, de Seia, filha de José Bernardo de Miranda Brandão Castelo-Branco, sargento-mór de Seia, e de D. Antónia Joaquina de Melo e

tence hoje esta casa a um ramo da família dos Garcias de Mascarenhas, enlaçada com a dos Juzartes (*Nota geneal.* I, xii b'.,).

Eis a árvore genealógica dos Juzartes, segundo um nobiliário dos princípios do século xix, pertencente ao meu ilustre colega Dr. Eugénio de Castro e Almeida:

Pedro Rodrigues Juçarte, que parece foi filho de Rodrigo Juzarte, e neto do conde de Liuzarte, estribeiro do infante D. Pedro duque de Coimbra, regente na menoridade de D. Afonso V; e casou com *Catarina de Oliveira, de Monte-Mór-o-Velho*



Vasco de Oliveira Juçarte, morador em Monte-Mór-o-Velho no reinado de D. Afonso V, casou na casa de Francisco de Andrade, o qual era marido de uma irmã do bispo D. Brás Neto



Miguel Juçarte, filho 2º, ouvidor em Cantanhede, onde casou em casa de Domingos Gonçalves Godinho



Agostinho Juçarte, morador em Cantanhede, casou em casa de Pedro Soares



Miguel Juçarte de Andrade, c. c. a herdeira de Lançarote Ribeiro



Francisco Cardoso Juçarte, vcreador e correio-mór de Coimbra em 1653, c. c. a filha e herdeira de Agostinho Maldonado, tabelião em Coimbra, filho de António Alves Antunes e de Guiomar Vaz Maldonado



Agostinho Juçarte Maldonado, familiar do Santo Ofício, c. c. D. Ana Teresa da Silva, filha e herdeira de Francisco Gonçalves Tojeiro da Silva, e de sua mulher D. Maria Gonçalves Tojeiro, de Matozinhos



Francisco Juçarte Maldonado Cardoso Ribeiro da Silva, fidalgo-cavaleiro da C. R. em 1717, senhor de Eiras e Vilainho, c. c. a herdeira de António Machado de Paços, do Pôrto



António Xavier Juçarte Cardoso, fid. caval., c. na casa de Pedro Lopes



D. Francisca Xavier Juçarte Cardoso, c. c. Bernardo da Silva Castelo-Branco e Melo, da quinta dos Corvos à Nogueira, freguesia de Santos Evos



Francisco Xavier Juçarte de Quadros, fid. caval., correio-mór de Coimbra, c. na casa de Francisco Baptista Montes, de Fontelas, sobre o Douro



D. Antónia Luisa de Melo Cardoso, c. c. o Dr. Bernardo Duarte de Figueiredo, de Avô, cuja descendência estamos descrevendo

António Juçarte de Quadros, n. em 1784

Távora. Entre outros filhos, falecidos sem descendência, houve os seguintes:

- 1 (X). *António de Figueiredo Miranda Brandão Castelo-Branco*, que segue (X a').
- 2 (X). *Francisco de Figueiredo Cardoso e Melo*, que segue (X a'').
- 3 (X). *D. Casimira Cândida de Figueiredo Cardoso e Melo*, que segue (X a''').

Ramo secundário a')

X a') — **António de Figueiredo Miranda Brandão Castelo-Branco**, c. no Fundão c. D. Bernarda Carolina Godinho de Sampaio e Melo, filha do Dr. Francisco Maria Godinho da Fonseca do Amaral, e de D. Ana Cândida da Cunha Soto-Maior de Sampaio e Melo. Tiveram:

- 1 (XI). *Alexandre de Figueiredo Miranda Soares de Albergaria de Sampaio e Melo*, c. c. D. Ana Leopoldina de Carvalho e Albuquerque, de Vila-de-Igreja, sem sucessão.
- 2 (XI). *D. Maria Delfina de Figueiredo*, que faleceu solteira em Tortosendo.
- 3 (XI). *D. Francisca de Figueiredo Godinho Soares de Albergaria*, que segue.

XI a') — **D. Francisca de Figueiredo Godinho Soares de Albergaria**, c. c. João Soares de Albergaria Cabral da Costa e Faro, de Maceira (Seia), e teve:

- 1 (XII). *Augusto Soares de Albergaria Cabral*, n. 4 nov. 1875, que segue.
- 2 (XII). *João Soares de Albergaria Cabral*, n. 5 dez. 1877.
- 3 (XII). *D. Maria Jerónima Soares de Figueiredo*, n. 23 fev. 1883.
- 4 (XII). *D. Maria da Exaltação Soares de Albergaria*, n. 1 jun. 1885.
- 5 (XII). *Eduardo Soares de Albergaria*, n. 14 jun. 1888.
- 6 (XII). *Gastão Soares Coelho*, n. 1 out. 1891.
- 7 (XII). *Ausindo Soares de Albergaria Coelho*, n. 4 ag. 1898.

XII a') — **Augusto Soares de Albergaria Cabral**, c. c. D. Maria da Piedade Gouveia Pinto, e tem:

- 1 (XIII). *João Soares Pinto de Albergaria*, n. 26 jun. 1901.
- 2 (XIII). *D. Natércia Soares de Albergaria*, n. 23 jun. 1904.

Ramo secundário a'')

X a'') — **Francisco de Figueiredo Cardoso e Melo**, c. na Quinta da

Costa (Nogueira-do-Cravo) c. D. Ana Augusta Madeira, e teve :

- 1 (XI). *D. Maria da Piedade Madeira Tovar de Albuquerque*, c. c. António de Abreu Gama Lobo, de Canas de Senhorim, sem descendência por falecer o filho único que tiveram.
- 2 (XI). *D. Ana Sancha Madeira de Abreu Tovar e Albuquerque*, que segue.

XI a") — D. Ana Sancha Madeira de Abreu Tovar e Albuquerque, c. c.
o cunhado de sua irmã, João Lobo de Abreu da Gama Mascarenhas, de Canas de Senhorim, que veiu residir para a quinta da Costa. Tiveram :

- 1 (XII). *D. Maria da Conceição Madeira de Abreu*, c. em 1.^{as} núpcias c. António Freire Cortês Cabral Metelo Pacheco de Albuquerque, de quem teve três filhos, que já ficam descritos (*Nota geneal. I, xn a", 2*). Casou em 2.^{as} núpcias c. Luís Ribeiro da Silveira Portugal, da casa dos Ribeiros de Manteigas, de quem tem um filho
- 4 (XIII). *António Madeira Ribeiro Portugal*, c. c. D. F.... Patrício, da Guarda.

2 (XII). *D. Maria José de Abreu Madeira Lobo*, c. c. António Pinto Toscano Tinoco, de Nogueira-do-Cravo. Teve :

- 1 (XIII). *António Madeira Tinoco*, bacharel formado em Direito, c. c. M.ª Madeleine Lepierre, havendo dêste matrimónio : — a (XIV). *Carlos António Lepierre Tinoco*, — b (XIV). *António Carlos Lepierre Tinoco* ;
- 2 (XIII). *D. Maria José Madeira Tinoco*, c. c. o Dr. António Borges Rodrigues, de Vila-Nova-de-Tázem, já falecido, e teve — (XIV). *D. Ana Maria Madeira Tinoco Borges*.

3 (XII). *Bernardo Madeira de Abreu da Gama*, c. c. D. Maria Calheiros Mascarenhas Pita de Noronha, de Ois do Bairro; êle faleceu deixando dois filhos :

- 1 (XIII). *João Madeira Calheiros* ;
 - 2 (XIII). *D. Maria Mascarenhas Madeira Pita de Noronha*, c. c. António de Azevedo, bacharel formado em Direito, com descend.
- 4 (XII). *João Carlos Madeira de Abreu Lobo*, c. c. sua cunhada D. Maria Calheiros, viúva do precedente, e dela tem :

- 1 (XIII). *D. Maria da Piedade* ;
 - 2 (XIII). *D. Casimira*.
- 5 (XII). *António Madeira de Abreu Lobo*, solteiro.
- 6 (XII). *Francisco de Paula Madeira de Abreu Lobo*, solteiro.
- 7 (XII). *José Madeira de Abreu Lobo*, solteiro.
- 8 (XII). *Miguel Madeira de Abreu Lobo*, † solteiro.

Ramo secundário a'')

X a'') — **D. Casimira Cândida de Figueiredo Cardoso e Melo**, c. c. o Dr. João da Costa Garcia, da Foz-da-Moura, e tiveram:

1 (XI). *Alexandre de Figueiredo da Costa Soares de Albergaria e Melo*, que segue.

2 (XI). *D. Maria da Assunção da Costa Figueiredo Cardoso de Albergaria e Melo*, c. c. Jerónimo de Moraes Almeida e Sousa, da Foz-da-Moura, e teve:

1 (XII). *D. Maria da Assunção de Figueiredo Morais e Sousa*, n. 21 abr. 1865, c. em Coja a 8 out. 1890 c. José Duarte das Neves Cardoso, havendo dêste matrimónio: — a (XIII). *D. Maria Paulina de Figueiredo Cardoso*; — b (XIII). *D. Maria da Assunção de Figueiredo Cardoso*; — c (XIII). *D. Maria José de Figueiredo Cardoso*;

2 (XII). *Heitor de Figueiredo de Almeida e Sousa*, n. 28 mai. 1866, c. em 1900 no Brasil c. D. Lídia de Freitas e Sousa, sem ger. São os actuais proprietários da pitoresca residência dos Figueiredos, sobre o Pégo em Avô.

XI a'') — **Alexandre de Figueiredo da Costa Soares de Albergaria e Melo**, c. c. D. Maria Fortunata Guedes Themes Brito e Faro de Albuquerque, de Vilar-Sêco, e tiveram:

1 (XII). *Arnaldo Juçarte Faro de Figueiredo*, n. 3 ag. 1870 em Avô, c. em set. 1899 c. sua parenta D. Ana du Tartre Soares de Albergaria, de Vila-de-Mato (Midões), e faleceu sobre o mar em regresso da ilha de S. Tomé. Deixou dois filhos, que vivem em Lisboa com sua mãe:

1 (XIII). *Arnaldo*;

2 (XIII). *D. Ana*.

2 (XII). *Salvador Duarte de Figueiredo Faro Themes*, n. 13 ag. 1872 em Vilar-Sêco, c. em Currelos (Carregal-do-Sal) em ag. 1899 c. sua parenta D. Josefina Soares de Albergaria, de Travanca-do-Douro, e tem:

1 (XIII). *Alexandre*;

2 (XIII). *Salvador*;

3 (XIII). *Óscar*.

3 (XII). *D. Maria Isabel de Figueiredo Faro Themes*, n. 30 set. 1875 em Avô, c. 29 jul. 1901 na Colmeosa (Couto-do-Mosteiro) c. o Dr. António Tavares Festas, já falecido. Tiveram dois filhos:

1 (XIII). *Manuel*;

2 (XIII). *D. Marta*.

Ramo primário b)

V b) — **D. Maria Madeira da Costa**, c. cerca do ano de 1617 com João Manuel da Fonseca († 1664), de Aneriz, filho legítimo de Manuel Dias e de Maria Afonso, o qual veiu viver para casa de sua mulher em Avô, onde foi capitão-mór, enquanto que seu irmão Aleixo Afonso, casado pouco depois com sua cunhada D. Cecília Madeira (IV, 6), ficou vivendo em Aneriz. Teve os filhos seguintes:

1 (VI). *D. Maria da Costa Fonseca*, que segue.

2 (VI). *D. Isabel da Fonseca da Costa*, n. 21 mai. 1621, c. 12 out. 1645 c. Silvestre Rodrigues, de Moimenta-da-Serra, filho de João Rodrigues e de Maria João, sendo testemunha deste casamento o poeta Brás. Tiveram os filhos seguintes:

1 (VII). *Daniel Rodrigues da Fonseca*, b. 13 out. 1645, c. em Lourosa em 1658 c. D. Mariana de Abreu Ferreira, filha de Manuel Ferreira de Abreu e de Teodora de Abreu, com ger.;

2 (VII). *Dr. João Rodrigues da Fonseca*, b. 22 dez. 1648, canonista, o qual, sendo juiz de fora em Avô, ali foi assassinado a 10 jan. 1686, no estado de solteiro, sem ger.

3 (VII). *Silvestre Rodrigues da Fonseca*, † solteiro.

3 (VI). *Ana*, b. 22 mai. 1623, † criança.

4 (VI). *D. Ana da Fonseca da Costa*, b. 2 dez. 1625, c. 2 fev. 1646 c. João Rodrigues, de Moimenta-da-Serra, irmão de Silvestre Rodrigues, casado com D. Isabel, de quem acabamos de falar (supra n.º 2). Brás Garcia assistiu também como testemunha ao casamento. Tiveram vários filhos.

5 (VI). *João Manuel da Fonseca*, o Môço, b. 11 jun. 1628, capitão-mór de Avô, † solteiro a 19 fev. 1685.

6 (VI). *D. Susana Manuel da Costa*, b. 23 mai. 1631, † solteira a 11 abr. 1713.

7 (VI). *D. Paula Madeira*, b. 5 abr. 1634, † solteira a 24 dez. 1679.

8 (VI). *L.º Matias Quaresma da Fonseca*, presbítero, reitor da igreja de S. Paio-de-Fão, e depois, em 1692, reitor do Espinhel, comarca de Esgueira, hoje concelho de Águeda, pertencente ao padroado dos duques de Bragança. Provou no processo para a sua ordenação ter nascido cerca do ano de 1636; ordenou-se em 1660-1663. Conservou-se na reitoria de Espinhel até à morte, ocorrida em Avô a 14 abr. 1713.

VI b) — **D. Maria da Costa Fonseca**, b. 18 nov. 1618, c. 19 fev. 1645 c. o capitão-poeta Brás Garcia Mascarenhas, e faleceu a 4 jan. 1660. A sua descendência é descrita em a *Nota genealógica IV*.

Ramo primário c)

V c) — **António Madeira da Costa**, c. em Vila-Cova-sob-Avô c. sua 2.^a prima D. Maria de Brito Barreto (*Nota geneal.* II, v a). Militou nas campanhas da restauração, foi soldado da *companhia dos leões*, de que era capitão seu primo Brás Garcia Mascarenhas, e chegou a atingir o posto de capitão, servindo sempre bem e à sua custa. Residiu em Pomares, pois era senhor do vínculo que ali herdou de seu pai. Teve, filho único,

VI c) — **Manuel de Brito Barreto**, b. 27 abr. 1631 em Avô, familiar do Santo Ofício, habilitado em 1662, senhor do vínculo de Pomares, capitão-mór de Avô, c. em Galizes c. sua parenta D. Catarina Borges de Castro e Abreu, filha de Pedro Borges de Castro, senhor do morgado de Galizes (o qual era filho de Álvaro Borges e de Catarina Gonçalves, de Lourosa, neto paterno de Pedro Álvares, de Lourosa, e de Ana [ou Catarina?] Borges de Castro), e de sua mulher D. Maria Madeira Arrais, filha e herdeira de João Madeira Arrais (senhor dos morgados dos Roucos de Cima e de Baixo, na freguesia de Cambas, hoje concelho de Oleiros, e do Vale-das-Ovelhas, freguesia de Oleiros, tudo no actual distrito de Castelo-Branco) e de D. Ana Francisca de Abreu, filha de Roque Fernandes de Abreu e de Isabel Francisca de Figueiredo, de Vila-Pouca, e portanto irmã de D. Maria Nunes de Abreu, mulher de Gaspar Dias da Costa, de Avô (supra iv, 2; cf. *Nota geneal.* I, vii a'', **). Tiveram:

1 (VII). *Bento Madeira de Castro*, que segue.

2 (VII). *Manuel de Brito*, cônego da Sé de Coimbra.

3 (VII). *Fr. Luís de Brito*, cisterciense.

4 (VII). *Fr. António de Brito*, trino.

5 (VII). *P.e José de Brito*, jesuíta.

6 (VII). *D. Maria de Brito*, c. c. seu parente António Barreto Perdigão, cavaleiro-professo da Ordem de Cristo, capitão-mór da vila de Gois, e teve vários filhos, entre os quais

— (VIII). *Dr. Bernardo Barreto Perdigão Vilas-Boas*, capitão-mór de Gois, com ger.

7 (VII) *D. Paulino de Brito Barreto*, cônego-regrante de Santa Cruz de Coimbra.

VII c) — **Bento Madeira de Castro**, senhor do morgado de Pomares, capitão-mór de Avô, cavaleiro da Ordem de Cristo, familiar do Santo Ofício (habilitado em 1686), editor do poema *Viriato Tragico*. Casou em 1.^{as} núpcias em Coimbra com D. Teresa Maria da Silva Juzarte (vid. supra VIII a, nota); em 2.^{as} núpcias em Celorico-da-Beira com D. Maria da Piedade de Almeida, viúva de Luís Ribeiro da Fonseca, e filha de Manuel de Almeida Coelho. Teve filhos sómente do 1.^º matrimónio, e foram:

- 1 (VIII). *Manuel de Brito Barreto de Castro*, que segue.
- 2 (VIII). *D. Ana Antónia de Castro*, que casou em Celorico com um irmão de sua madrasta, o Dr. Bernardo de Almeida Coelho. Houveram filhos, entre os quais era primogénito
— (IX). *Diogo Henrique Coelho de Almeida*, que foi capitão-mór da vila de Celorico.

3 (VIII). *D. Catarina de Castro*, freira em Santa Ana de Coimbra.

VIII c) — **Manuel de Brito Barreto de Castro**, senhor do morgado de Pomares, do de Galizes, e dos dos Roucos de Cima e de Baixo, fidalgo-cavaleiro, capitão-mór de Avô, familiar do Santo Ofício (habilitado em 1717). Casou a 17 nov. 1727 em Guimarães com D. Paula Jerónima de Alarcão de Castro de Essa, filha de Gonçalo Lopes de Carvalho (senhor dos coutos de Abadim em Cabeceiras de Bastos, e de Negrellos em Santo Tirso, e do morgado da Camoeira) e de sua mulher D. Guiomar Bernarda da Silva Alarcão (filha de Gonçalo Peixoto da Silva e de D. Paula Maria Pereira). Depois de viúvo ordenou-se, e foi deão da Sé de Coimbra. Teve:

- 1 (IX). *Francisco Xavier de Brito Barreto da Costa e Castro*, que segue.
- 2 (IX). *D. Guiomar Joaquina de Castro de Essa*, n. 22 fev. 1731.
- 3 (IX). *D. Teresa Maria Peixoto da Silva Alarcão*, gémea da precedente, casou em Gois, onde deixou descendência.
- 4 (IX). *Pedro Gonçalo Peixoto*, n. 29 jun. 1732.
- 5 (IX). *D. Francisca Rosa*, n. 19 maio 1734.
- 6 (IX). *D. Maria do Pilar*, n. 28 nov. 1735.

IX c) — **Francisco Xavier de Brito Barreto da Costa e Castro**, n. em Guimarães a 10 dez. 1728, capitão-mór de Avô, c. 4 ag. 1756 c. D. Maria Manuela Joaquina de Figueiredo de Melo Castelo-Branco de Sousa, e teve:

- 1 (X). *D. Maria Paula de Brito Castro e Essa*, n. em Galizes a 27 nov.

1759, c. na Sé de Coimbra c. Francisco de Paula Lobo Peçanha, de Loulé, onde faleceu, e deixaram dois filhos, ambos sem sucessão:

- 1 (XI). *D. Francisca Rosa*;
- 2 (XI). *Sebastião Alexandre*.

2 (X). *D. Guiomar José de Brito e Castro*, n. em Galizes a 10 nov.

1760, † solteira a 25 jun. 1824 em Coimbra.

3 (X). *D. Paula Jerónima de Castro e Essa*, n. em Galizes a 1 fev. 1762, † solteira em Coimbra a 17 fev. 1844.

4 (X). *Sebastião José de Carvalho e Melo de Brito Barreto da Costa e Castro*, n. 19 abr. 1764, levantou à sua custa uma companhia de cavalos na última guerra com Espanha. Obteve mercê régia de tratamento de *Senhoria*. Faleceu a 24 out. 1835.

5 (X). *D. Ana de Brito e Castro*, n. em Coimbra a 19 mar. 1773, e † solteira a 2 abr. 1843.

6 (X). *Dr. António de Brito e Castro de Figueiredo e Melo da Costa*, que segue.

X c) — Dr. António de Brito e Castro de Figueiredo e Melo da Costa, n. em Coimbra a 2 ag. 1775, foi canonista, fidalgo-cavaleiro da C. R., e deão da Sé de Coimbra, apenas ordenado de menores. Pelo falecimento de seu irmão herdou os importantes vínculos da casa de seus pais, e, renunciando o deado, casou a 18 nov. 1839 c. D. Maria Inês de Carvalho Daun e Lorena, n. 17 fev. 1821, filha legítima do conde da Redinha, D. Nuno Gaspar de Carvalho Daun e Lorena, neto do 1.º marquês de Pombal. Faleceu a 7 jan. 1848. Teve:

- 1 (XI). *D. Maria Vitória*, † criança.
- 2 (XI). *D. Maria Manuela de Brito e Castro*, que segue.
- 3 (XI). *D. Maria Francisca de Brito e Castro*, † criança.
- 4 (XI). *Francisco Xavier de Brito e Castro*, † criança.

XI c) — D. Maria Manuela de Brito e Castro, n. 9 mar. 1844, casou a 30 jan. 1860 com seu tio materno D. Luís Maria de Carvalho Daun e Lorena, n. 9 mai. 1828, mōço-fidalgo da C. R., par do reino. Foram agraciados por el-rei D. Luís I, a 26 mai. 1886, com o título de marqueses de Pomares.

NOTA IV

DESCENDÊNCIA DE BRÁS GARCIA MASCARENHAS

Tronco

I) — **Brás Garcia Mascarenhas**, n. em Avô a 3 fev. 1596, casou na mesma vila a 19 fev. 1645 com D. Maria da Costa Fonseca. As ascendências de um e de outra acham-se descritas nas precedentes *Notas genealógicas*. Tiveram os seguintes filhos:

- 1 (II). *António Garcia Mascarenhas*, b. 14 dez. 1645, † criança.
- 2 (II). *Tomás de Aquino Garcia Mascarenhas*, b. 7 mar. 1647; sendo estudante do 1.^o ano jurídico na Universidade de Coimbra, ali casou com D. Comba da Conceição em 1673, e veiu falecer a Avô a 9 abr. 1674 sem ger.
- 3 (II). *D. Isabel da Fonseca Mascarenhas*, b. 31 dez. 1648, † solteira a 8 jan. 1676.
- 4 (II). *D. Quitéria Garcia Mascarenhas*, que segue.
- 5 (II). *Brás Garcia Mascarenhas* (2.^o), b. 22 mar. 1653, † solteiro em Avô a 25 nov. 1673.
- 6 (II). *D. Maria Garcia Mascarenhas*, b. 20 mai. 1655, † solteira a 20 jul. 1675.

II) — **D. Quitéria Garcia Mascarenhas**, b. 29 jun. 1651, c., com grande desgôsto da família, ocultamente, na igreja paroquial de Galizes, a 11 fev. 1677, c. seu primo Manuel Garcia Mascarenhas, filho ilegítimo de seu tio paterno Matias Garcia (*Nota geneal. I, IV c" 9*) e de Ana Duarte, solteira, de Travanca-de-Farinha-Pôdre, filha de João Jorge e de Maria Duarte, lavradores bem reputados e estimados. Teve:

- 1 (III). *José da Costa Mascarenhas*, primogénito, que segue.
- 2 (III). *P.e Manuel Garcia Mascarenhas*, b. 8 set. 1678, ordenou-se em 1715-1717, depois da morte do P.e Brás, seu irmão mais novo, constituindo o seu património eclesiástico, por escritura de 3 mar. 1717, nos bens que herdara do mesmo P.e Brás. Faleceu a 2 nov. 1741, instituindo seu herdeiro o sobrinho Brás, filho de seu irmão José da Costa.
- 3 (III). *P.e Brás Garcia Mascarenhas* (3.^o), b. 9 fev. 1680, viveu desde 1701 em Espinhel, na companhia de seu tio reitor, o L.dº Matias Qua-

resma da Fonseca (*Nota geneal.* III, v b 8), Ordenou-se de menores em 1702 e de sacras em 1710, sendo o seu património eclesiástico constituído em bens, que para este efeito lhe foram doados, em escritura de 2 dez. 1705, por sua tia D. Susana Manuel da Costa (*Nota geneal.* III, v b 6). Foi cura de Oiã desde junho de 1710 até que faleceu nesta sua freguesia a 12 mar. 1714. Instituiu universal herdeiro seu irmão Manuel.

4 (III). *D. Maria Garcia Mascarenhas*, b. 7 mar. 1685, † solteira.

III) — **José da Costa Mascarenhas**, n. cerca do ano de 1676, c. 13 jan. 1697 em Avô com D. Joana Gomes de Miranda, b. em Miranda do Côrvo a 10 jul. 1660 († em Avô 22 jun. 1751), filha do capitão João Velho de Miranda e de sua mulher D. Antónia Gomes, da dita vila de Miranda, e irmã do vigário de Avô, Luís Velho de Miranda. Paroquiou desde a posse a 17 jul. 1672 até 19 out. 1705. Tiveram um único filho,

IV) — **Brás Garcia Mascarenhas** (4.^º), baptizado em casa, recebeu os santos óleos a 9 maio 1702. Casou em Avô a 9 fev. 1736 com sua parenta D. Maria da Costa de Mesquita (*Nota geneal.* II, VII c^o 3). Faleceu a 24 nov. 1771. Teve:

- 1 (V). *D. Quitéria Angélica de Mesquita Mascarenhas*, b. 29 nov. 1736, † solteira a 24 mar. 1800.
- 2 (V). *D. Mariana Mesquita*, b. 28 mai. 1738, † solteira a 19 abr. 1798.
- 3 (V). *Brás Garcia Mascarenhas* (5.^º), b. 14 dez. 1739, † criança.
- 4 (V). *José Garcia Mascarenhas*, b. 16 jan. 1742, † solteiro, de pouca idade.
- 5 (V). *D. Josefa de Mesquita Mascarenhas*, n. 7, b. 13 jan. 1744, † 3 fev. 1793.
- 6 (V). *D. Maria Garcia Mascarenhas*, n. 21 jan., b. 1 fev. 1745, † solteira a 18 jul. 1759.
- 7 (V). *Ldo Brás Garcia Mascarenhas* (6.^º), n. 6, b. 13 abr. 1748, matriculou-se na Universidade em 1762, ordenou-se in minoribus em 1763, recebeu o gráu de bacharel em Cânones a 4 jun. 1767, formou-se a 19 jun. 1768, † solteiro em Avô a 15 dez. 1771.
- 8 (V). *D. Joana Margarida de Mesquita Mascarenhas*, que segue.
- 9 (V). *D. Antónia de Mesquita Mascarenhas*, n. 13, b. 19 jun. 1752, † solteira a 9 nov. 1799.
- 10 (V). *D. Tomás Garcia Mascarenhas*, n. 28 jul., b. 3 ag. 1754, † solteira em 1838.
- 11 (V). *Tomás Caetano Garcia Mascarenhas*, n. 28 nov., b. 4 dez. 1756. Foi sargento-mór da capitania-mór de Avô, segundo se vê na *Lista militar dos oficiais do exército de Portugal*, referida a 1 ag. 1830, a pág. 264. Faleceu solteiro. Teve em Avô, de uma

mulher solteira de nome Micaela da Costa Ramos, os seguintes filhos:

- 1 (VI). *Tomás Joaquim Garcia Mascarenhas*, boticário com carta profissional passada em Lisboa a 10 abr. 1823.
- 2 (VI). *Henrique Garcia Mascarenhas*, que morreu assassinado a 11 fev. 1841.
- 3 (VI). *Maitilde Garcia Mascarenhas*, b. 16 out. 1805, que morreu nova.

V) — **D. Joana Margarida de Mesquita Mascarenhas**, n. 27 abr., b. 4 mai. 1750, c. 5 jun. 1789 c. António da Gama e Gouveia de Abreu Leitão, rico proprietário do lugar da Cortiça, freguesia de S. Martinho da Cortiça (b. 17 set. 1733, † 26 jan. 1770), filho de António da Gama e Gouveia, do lugar da Urgueira na mesma freguesia (o qual era irmão do Dr. Manuel da Gama e Gouveia, abade sem cura de almas de S. João de Campos, comarca de Valença, e tinha mais duas irmãs religiosas no convento de Celas de Coimbra), e de sua mulher D. Maria Nunes Leitão, do Casal-do-Fundo, freguesia de S. Miguel-de-Rio-de-Moinhos, hoje concelho de Sátão; neto paterno de Manuel da Gama e de Domingas Martins, da Urgueira, e materno de Inocêncio Leitão, do dito Casal-do-Fundo, e de sua 1.^a mulher Maria Nunes, da Abrunhosa, freguesia de Vila-Bôa, hoje concelho de Sátão. O noivo era já viúvo de Teodora Brandão, filha de Francisco Brandão, do Carapinhal, e de sua mulher Antónia Jorge, da Carvalheira, tendo-se realizado o casamento de 1.^{as} núpcias a 23 abr. 1761. Teve a D. Joana Margarida, filho único,

VI) — **Brás Garcia Mascarenhas** (7.^º), n. em Avô a 23 mar., b. 3 abr. 1790 († 3 set. 1838). Casou no Casal-do-Fundo, freguesia de Rio-de-Moinhos, a 25 abr. 1816, com D. Maria Albina de Lucena Cardoso, filha de João Pedro Soares do Amaral e de D. Maria Bernarda de Lucena Cardoso, de Sarrazela, freguesia de Mioma (hoje de Vila-de-Igreja), a qual D. Maria Albina † 3 set. 1838. Tiveram no Casal-do-Fundo os filhos seguintes, todos baptizados na igreja paroquial de Rio-de-Moinhos :

1 (VII). *Tomás Garcia Mascarenhas*, que segue (VII a).

2 (VII). *José Maria de Mesquita Mascarenhas*, que segue (VII b).

3 (VII). *D. Maria Amália Garcia Mascarenhas*, n. 24 mar., b. 27 abr. 1824.

Ramo a)

VII a) — **Tomás Garcia Mascarenhas**, n. 30 nov., b. 15 dez. 1818, c. 14 jun. 1839 em Sarrazela com D. Maria dos Prazeres do Amaral, n. em 1818, filha de Joaquim Lopes do Amaral e de D. Libânia Peregrina. Residiu, ora na sua casa do Casal-do-Fundo, ora na de sua mulher em Sarrazela; mais tarde porém, depois que os bens do vínculo da casa de Avô, por morte do irmão de sua avó Tomás Caetano (supra IV, 11) sem descendência legítima, passaram para a linha feminina, de que êle era agora o representante, mudou definitivamente a residência para a sua casa de Avô, onde faleceu a 7 fev. 1895, e sua mulher a 3 nov. 1896. Tiveram:

1 (VIII). *Joaquim Tomás Garcia Mascarenhas*, n. 5, b. 25 mar. 1840 em Vila-de-Igreja, c. 27 fev. 1858 c. D. Maria Máxima de Oliveira, de Côja, n. 21 set. 1839, filha legítima de José Joaquim Marques de Oliveira, vulgarmente conhecido pela alcunha de «Boi de Coja». Faleceu em Loures, subúrbio de Lisboa, a 3 jun. 1890, vivendo ainda a viúva em Avô. Não tiveram filhos.

2 (VIII). *Tomás Garcia Mascarenhas*, n. 15 abr., b. 8 mai. 1842 em Rio-de-Moinhos, † ainda criança.

3 (VIII). *João Tomás Garcia Mascarenhas*, n. 20 jan., b. 4 fev. 1844 em Vila-de-Igreja, c. em 1.^{as} núpcias na igreja de S. Francisco de Paula (Lisboa) c. D. Ana Rodrigues Jorge, de Avô. Viveu na freguesia dos Olivais (Lisboa), com os seguintes filhos, todos havidos do 1.^o matrimónio :

1 (IX). *D. Ana Garcia Mascarenhas*, n. 13 mai. 1879;

2 (IX). *D. Aline Garcia Mascarenhas*, n. em 1881;

3 (IX). *Alberto Garcia Mascarenhas*, n. em 1883;

4 (IX). *D. Aurelina Garcia Mascarenhas*, n. em 1885;

5 (IX). *D. Elisa Garcia Mascarenhas*, n. 1 jun. 1890.

4 (VIII). *Francisco Garcia Mascarenhas*, n. 26 nov., b. 23 dez. 1845 em Rio-de-Moinhos, c. em Avô, onde vive na casa que foi sempre o solar dos Garcias Mascarenhas desta vila, com D. Maria Lúcia Lobo, a 16 nov. 1908, e tem um filho único

— (IX). *Tomás Brás Garcia Mascarenhas*, n. em Avô em 1896.

5 (VIII). *António Garcia Mascarenhas*, n. 1 abr., b. 4 mai. 1848 em Rio-de-Moinhos, c. na freguesia de Decermilo (Sátão) a 14 ag. 1888 c. D. Maria do Carmo de Almeida Pais, viúva de Francisco de Almeida, de Travasso, freguesia de Santa Ma-

rinha-de-Barreiros, concelho de Viseu, sendo ela filha de António Maria de Almeida Pais, e de D. Maria Augusta de S. Bento. Teem os seguintes filhos:

- 1 (IX). *D. Maria Angelina Garcia Mascarenhas*, n. 19 fev. 1890;
- 2 (IX). *D. Augusta dos Prazeres Garcia Mascarenhas*, n. 21 dez. 1891;
- 3 (IX). *D. Maria do Ceu Garcia Mascarenhas*, n. 13 fev. 1894;
- 4 (IX). *D. Albertina Garcia Mascarenhas*, n. 4 jun. 1895;
- 5 (IX). *Abel Garcia Mascarenhas*, n. 25 ag. 1899;
- 6 (IX). *D. Palmira Garcia Mascarenhas*, n. 2 jun. 1901.

6 (VIII). *D. Elisa Garcia Mascarenhas*, n. 16 jul., b. 5 ag. 1850 em Vila-de-Igreja, † criança.

7 (VIII). *Luís Augusto Garcia Mascarenhas*, n. 13 mai. 1851, † solteiro em Avô. Teve de Prudêncio Augusta, mulher solteira, de Travanca-de-Lagos, dois filhos nascidos e baptizados nesta freguesia:

- (IX). *Ivo Garcia Mascarenhas*, n. 17 julho 1889;
- 2 (IX). *Gilberto Garcia Mascarenhas*, n. 25 mar. 1892.

Ramo b)

VII b) — **José Maria de Mesquita Garcia Mascarenhas**, n. 4, b. 15 ag. 1821, casou a 8 abr. 1845 na freguesia de Rio-de-Moinhos com D. Ventura de Jesus de Almeida Souto-Maior, n. em 1818 na vila de S. Vicente-da-Beira, filha de António Cardoso de Almeida Souto-Maior, natural de Crestelo, freguesia de Povolide, e de D. Ana Cândida Osório da Fonseca, natural da vila de Miusela-da-Raia. Tiveram:

- 1 (VIII). *D. Constança Garcia de Mesquita Mascarenhas*, que segue.
- 2 (VIII). *António Garcia de Mesquita Mascarenhas*, n. 25 out., b. 16 nov. 1846, † 16 dez. 1909.

VIII b) — **D. Constança Garcia de Mesquita Mascarenhas**, n. 6 dez. 1845, b. 21 jan. 1846, c. em Rio-de-Moinhos a 3 jun. 1868 com o Dr. Luís Xavier do Amaral Carvalho, filho de Bento José de Carvalho, de Rio-de-Moinhos, e de D. Maria Delfina, de Meoura. Tiveram:

- 1 (IX). *D. Júlia Xavier de Carvalho Mascarenhas*, n. 5 mar. 1869, c. 7 ag. 1892 c. o Dr. Francisco Soares de Albergaria, da freguesia de Silvã-de-Cima (Sátão), juiz de Direito, † em 1913, filho de Lino Soares de Albergaria, de Cabanas, e de D. Emilia Eduarda Castro Borges, de Viseu. Sem ger.
- 2 (IX). *D. Leonor Xavier Garcia Mascarenhas*, que segue.

IX b) — **D. Leonor Xavier Garcia Mascarenhas**, n. 16 jan. 1870, c. em

Rio-de-Moinhos a 10 abr. 1902 c. António Cardoso de Meneses, da freguesia da Ínsua, concelho de Penalva-do-Castelo, filho do Dr. José Cardoso de Meneses, e de D. Maria Henriqueta de Meneses, da Ínsua. É professor e director da Escola Nacional de Agricultura de Coimbra. Teem:

1 (X). *D. Maria Leonor Garcia Mascarenhas*, n. 19 mar. 1903.

2 (X), *D. Maria José Garcia Mascarenhas*, n. 2 jul. 1904.

3 (X). *José Garcia Mascarenhas*, que segue.

X b) — **José Garcia Mascarenhas**, n. 2 abr. 1906, é estudante de preparatórios em Coimbra.

Brás Garcia Mascarenhas

ESQUEMAS GENEALÓGICOS

Este 3.^o Apéndice ao nosso estudo de investigação histórica é constituído por quatro índices simplificados das genealogias que fazem objecto das quatro precedentes Notas genealógicas. Neles se encontram as principais linhas, como que o esqueleto, das árvores genealógicas da família Garcia-Mascarenhas, e das suas afins Madeira-Arrais, e Madeira-da-Costa. Denominamo-los Esquemas genealógicos.

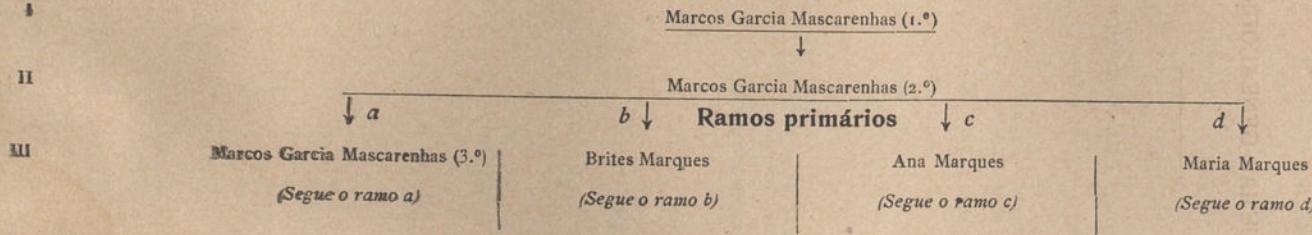
A primitiva forma, que lhes demos, era muito mais complexa. Abrangiam todos os ramos colaterais, e todos os nomes que figuram nas referidas Notas. Quando porém se tratou da sua composição tipográfica, reconhecemos as enormes dificuldades, algumas quase insuperáveis, que se deparavam. Verificámos também que a sua complexidade prejudicava a clareza; em nada contribuam para facilitar a compreensão e estudo das Notas genealógicas. Resolvemos por isso simplificá-los, reduzindo-os às linhas principais. Assim não ser dados à estampa; e ficam explicadas as discrepâncias que se notam no decorrer da obra, entre as citações que se referem ao primitivo manuscrito, e os Esquemas genealógicos, tais como não ser publicados. Desta incorrecção pedimos desculpa ao leitor.

Quinta-do-Montalegre (Oliveira-do-Hospital), 31 de agosto de 1921.

A. DE VASCONCELOS.

ESQUEMA GENEALÓGICO I
FAMÍLIA PATERNA DO POETA

Tronco



ESQUEMA GENEALÓGICO I (*continuação*)

Ramo primário a)

III

Marcos Garcia Mascarenhas (3.º)



IV

António Garcia

V Domingos Garcia

VI Marcos Garcia Mascarenhas

VII Dr. João de Elvas Mascarenhas

VIII Luís de Elvas Mascarenhas

IX João de Elvas Mascarenhas

X Luís de Elvas Mascarenhas

XI D. Maria do Patrocínio de Elvas Mascarenhas

XII D. Leopoldina de Elvas Mascarenhas Toscano

Manuel Garcia Mascarenhas

Ramos secundários

Francisco Garcia Mascarenhas

Ramos terc.os

↓ „ ↓

D. Maria da Mota Godinho Mascarenhas

D. Antónia Pinto da Mota

D. Maria Angélica Pinto de Sousa Cabral

D. Florêncio Jacinta de Lemos e Nápoles

D. Maria Benedicta Metelo

D. Maria Miquelina Metelo Pacheco de Lemos e Nápoles

Francisco Cabral Metelo Pacheco de Lemos e Nápoles Manuel

D. Maria Garcia Coelho

Manuel Garcia Marques

D. Francisca Bernarda Garcia Ribeiro

João Garcia Ribeiro

Serafim Garcia Ribeiro

D. Maria do Carmo Cândida Garcia Ribeiro de Vasconcelos

António Maria Ribeiro de Abreu e Vasconcelos

Manuel Cabral Mascarenhas

António de Sequeira Boto Machado

Leonardo Boto Machado

D. Maria Cândida Boto Machado Pinto, c. c. José Joaquim de Abranches

(Segue no ramo b' „ xi)

Dr. Simão Garcia Mascarenhas

D. Maria Josefa Mascarenhas

Manuel de Loureiro e Vasconcelos

D. Maria Vitória de Vasconcelos Loureiro e Meneses

Francisco de Paula de Albuquerque do Amaral Cardoso

António José de Albuquerque do Amaral Cardoso

Ramos terciários

D. Rita de Bourbon Silva e Albuquerque

António de Albuquerque do Amaral Cardoso

* Ramos quat.os **

D. Maria Amália Freire Cortês de Albuquerque

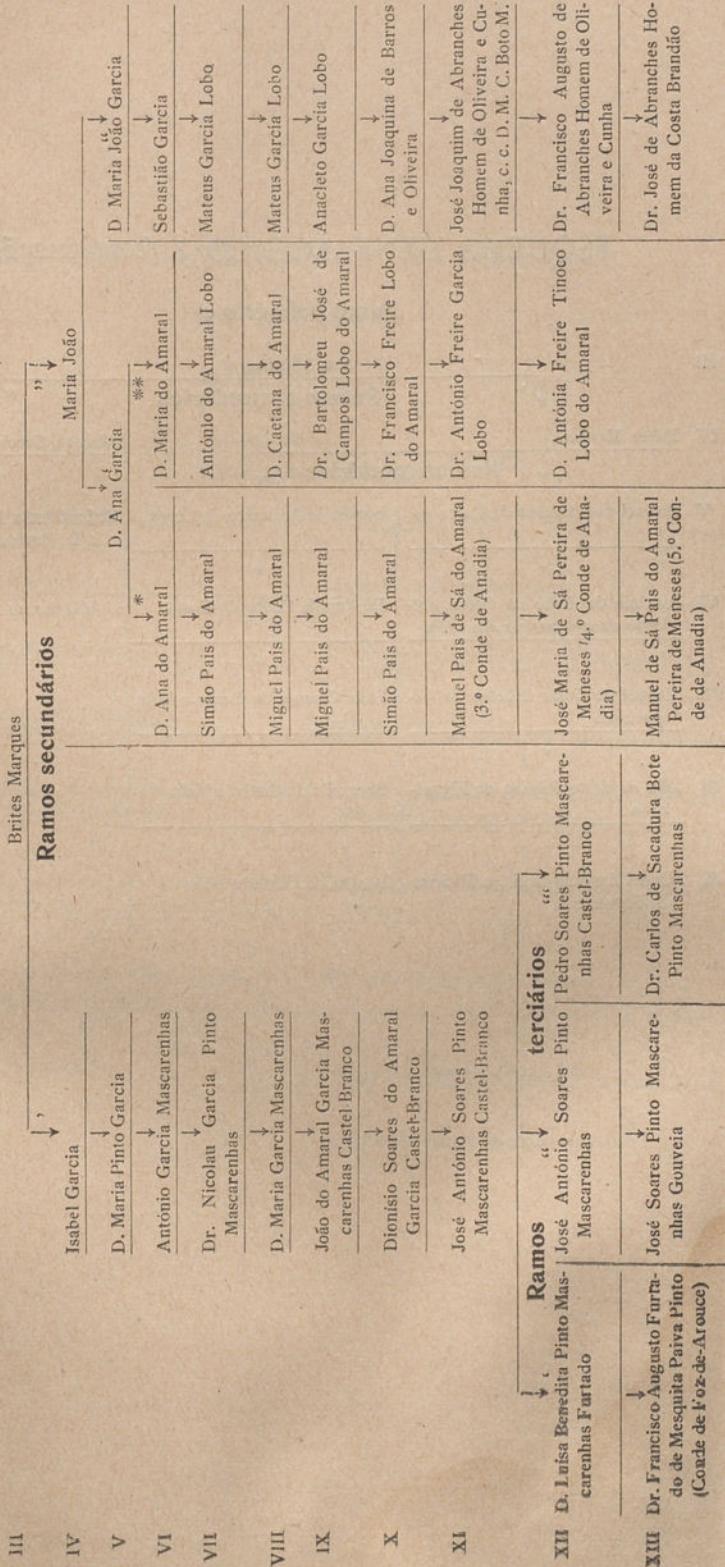
António de Albuquerque do Amaral Cardoso

Luis de Albuquerque do Amaral Cardoso



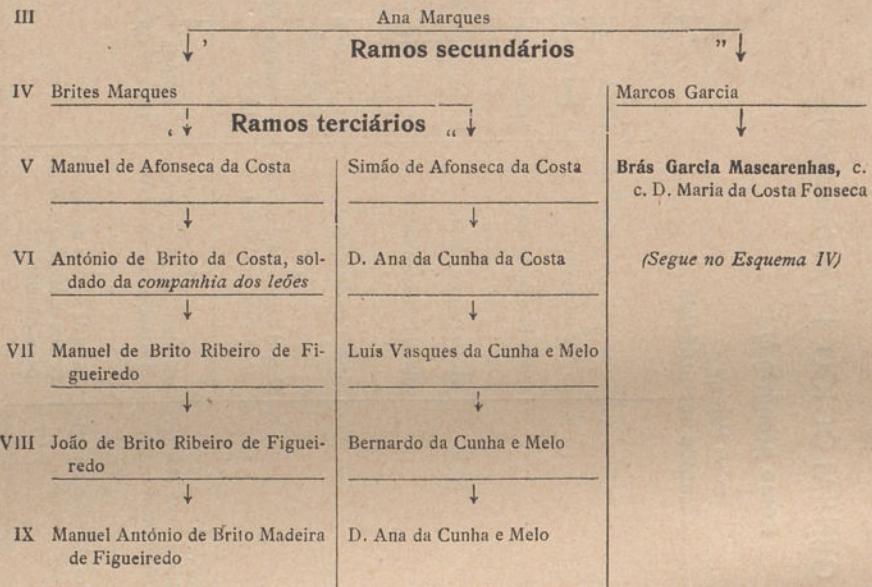
ESQUEMA GENEALÓGICO I (*continuação*)

Ramo primário b)



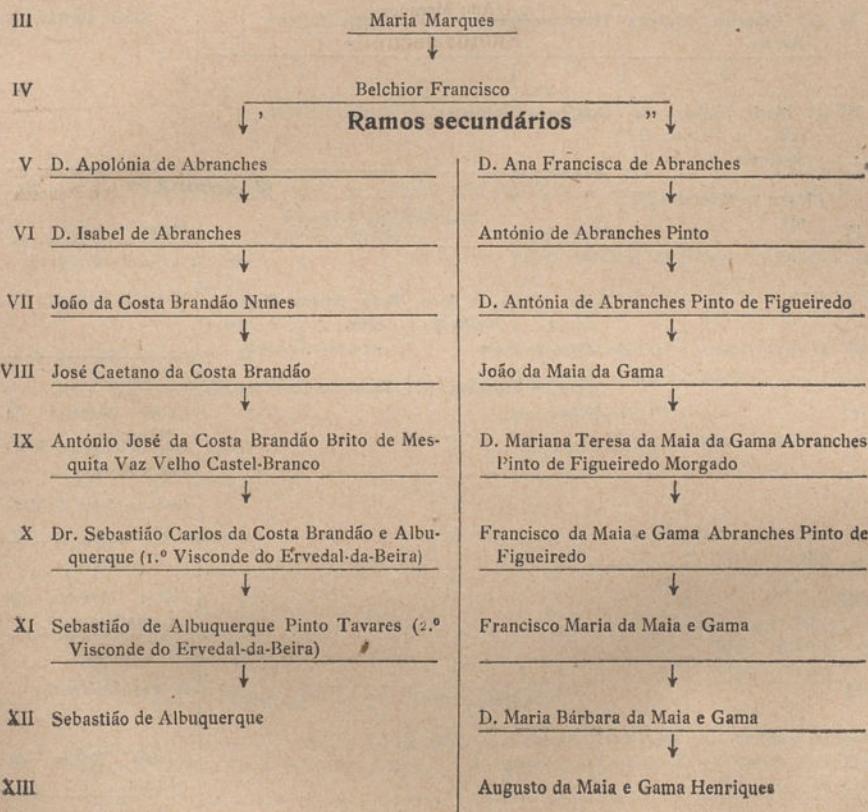
ESQUEMA GENEALÓGICO I (*continuação*)

Ramo primário c)



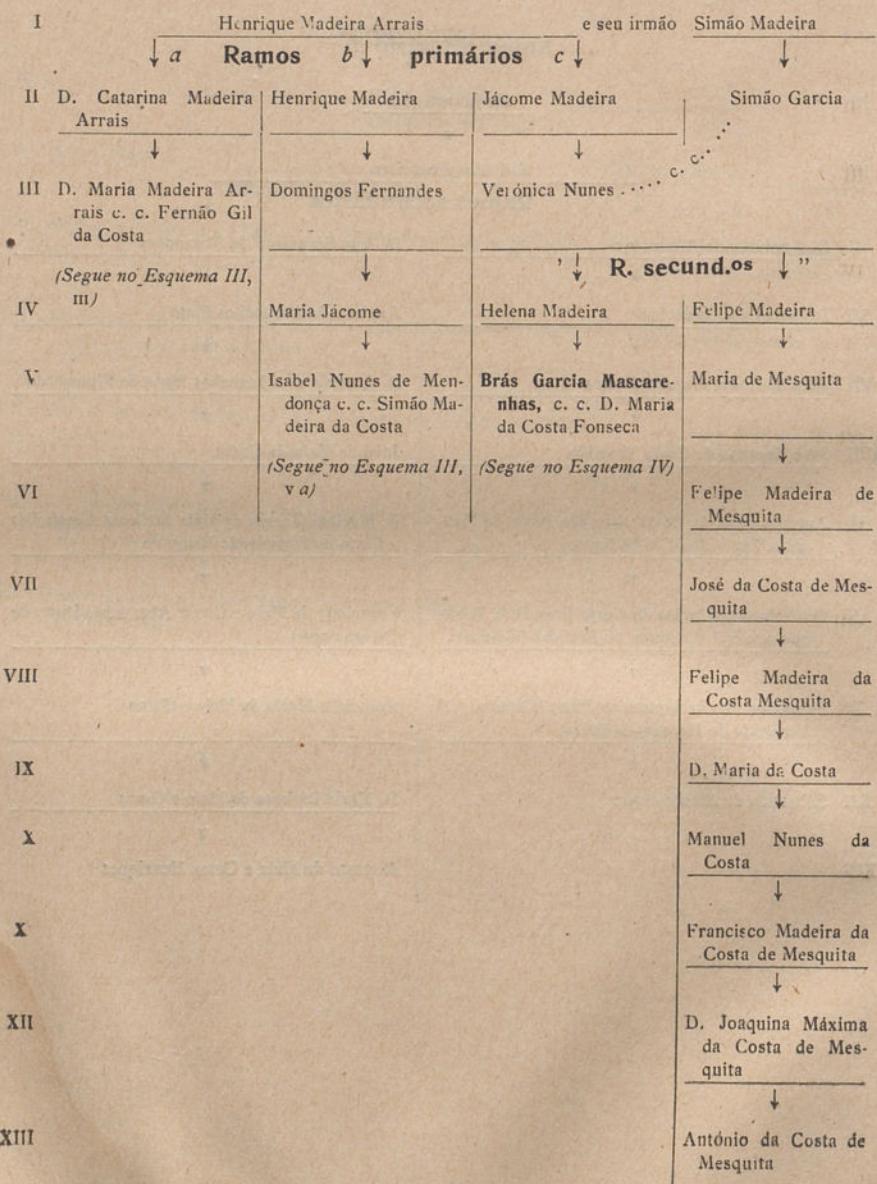
ESQUEMA GENEALÓGICO I (*continuação*)

Ramo primário d)



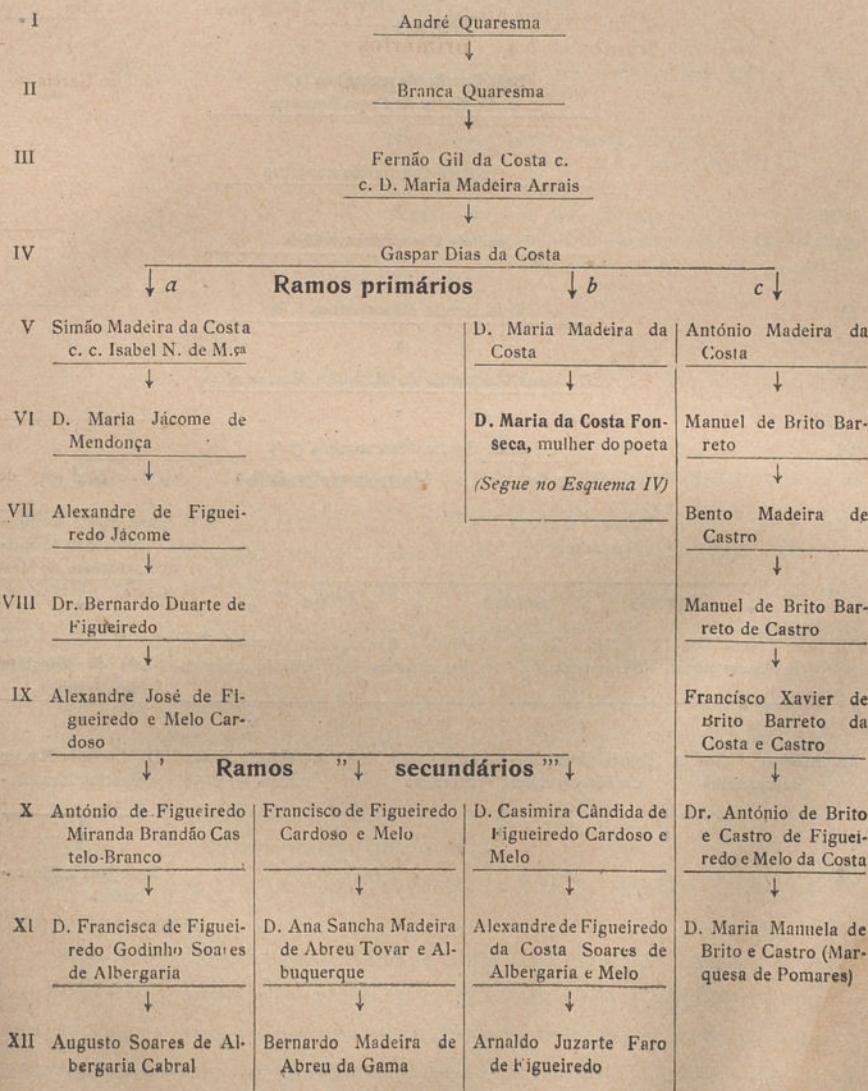
ESQUEMA GENEALÓGICO II
FAMÍLIA MATERNA DO POETA

Troncos



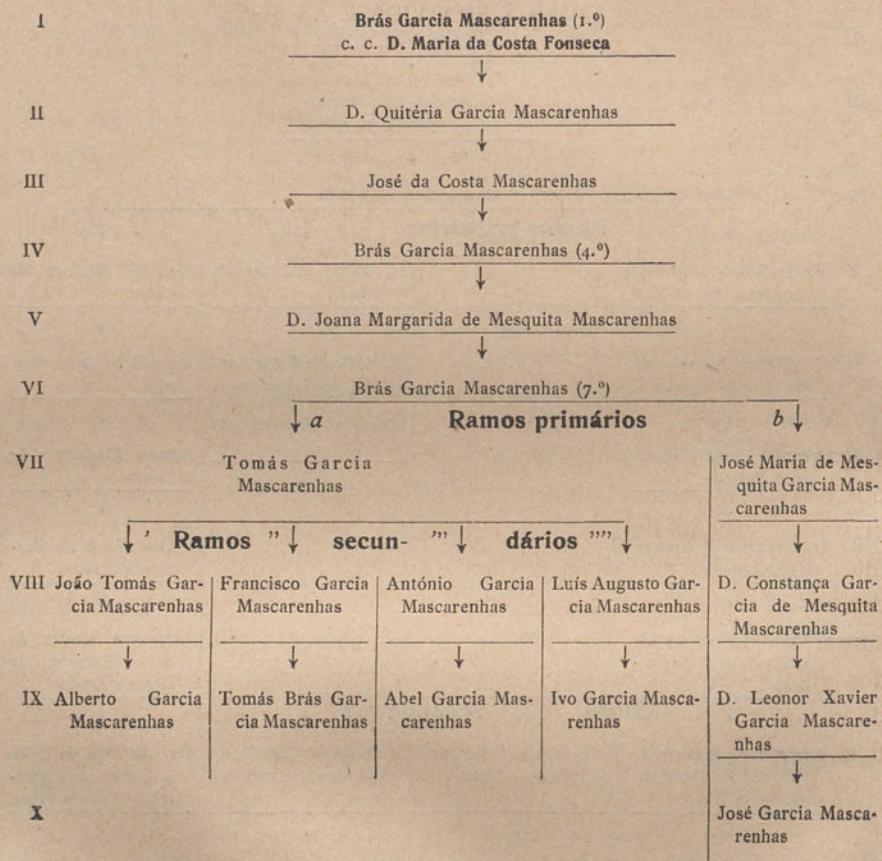
ESQUEMA GENEALÓGICO III
FAMÍLIA DE D. MARIA DA COSTA,
MULHER DO POETA

Tronco



ESQUEMA GENEALÓGICO IV DESCENDÊNCIA DO POETA

Tronco



Uriel da Costa

NOTAS RELATIVAS À SUA VIDA E ÀS SUAS OBRAS

Tantum religio potuit suadere malorum.

LUCRECIO, I, 101.

*Welche Religion ich bekenne? — Keine von allen
Die Du mir nennst. — Und warum keine? — Aus Religion.*

SCHILLER, *Votiv-Tafel* 28: Mein Glaube.

PREFACIO

A fonte-mãe, de onde derivam os nossos conhecimentos relativos à tragédia do livre-pensador judaico-português *Uriel da Costa* que por causa da religião sofreu causas inauditas, porque, filho de pais cristãos, descendentes de Judeus, e de alma profundamente religiosa, mas dotado de raciocínio incapaz de acreditar em coisas transcendentes — revelações, milagres, dogmas, como o da imortalidade e ressurreição de mortos — passou primeiro ao judaísmo, e, finalmente, dos dois monoteismos revelados que confessara, à simples religiosidade *natural* — essa fonte-mãe continua a ser o testamento apologético a que êle deu o título sugestivo de *Exemplar Humanae Vitae*.

Exemplo de calamidades humanas.

Autobiografia; mas não *Curriculum Vitae*. Antes *História de uma consciência*.

Circa religionem passus sum in vita incredibilia. Assim o diz e demonstra nas páginas que em latim individualista e impetuoso traçou nos dias imediatos à fúnebre ceremónia de retratação, reconciliação e expiação em que, na primavera de 1640, dentro da Casa de Deus novamente construída, os Fariseus do Sanhedrin de Amsterdam o haviam despiadosamente flagelado e calcado aos pés.

Diz e demonstra-o com alma febril, cheio de indignação, tanto pela sua própria fraqueza e ingenuidade como pela falsa-fé e hipocrisia dos que, tendo-lhe prometido *brandura e carinho de pais*, o puniram, como juizes tirânicos, — sem autoridade e direito,

Esse testamento foi realmente a sua última palavra. De índole nobremente avergonhada, adversa aos insolentes e prepotentes, Uriel estava resolvido a saldar, e realmente saldou, com a própria vida a ignomínia a que, incauto e imprudente, apesar de já experimentado, ele não soubera subtrair-se, por estar velho, exausto de fôrças, pobrissimo (em virtude de injustiças dos seus próprios parentes), e ancião de paz. Farto de lutar. Um verdadeiro *vencido da vida*.

Poucos anos depois, esse «*Exemplo* do que é e vale a vida humana» começou a ser explorado: considerado, pelo cunho de verdade que tem, como fonte segura, embora escassa em dados positivos e absolutamente despida de datas.— Quanto ao espírito, todos concordam em que é perturbadoramente trágico.

O autógrafo fôra encontrado junto ao cadáver do suicida pela autoridade holandesa que provavelmente tomou conta dêle. Mas o autor, desta única vez cauto e previdente, entregara quer cópia, quer o borrão a algum correligionário de Amsterdam, para assim salvaguardar e transmitir à posteridade a sua confissão; e nessa confissão a sua vingança.

Penso era Simão Episcópio, o liberal e racionalista Arminiano, tio-avô de Felipe de Limborch, que a publicou.

A propaganda, ainda perigosa no século XVII, como se vê na sorte de Oldenbarneveld e Grotius, Descartes e Espinosa, foi naturalmente lenta.

Por causa da sua audácia de pensar, alguns dos que antes de 1750 falaram de Uriel — de um lado ortodoxos da religião pontifícia, do outro lado protestantes antisemitas — trataram-no como os coevos, ora de *ateu*, ora de *saduceo*, ora de *naturalista* ou *deista* — ou apenas de apóstata, renegado, réprobo, rebelde, — quer com fingida indiferença, quer com verdadeira antipatia. Entre nós por exemplo Rebelo da Costa. —

Outros (poucos) disseram circunspectos, com piedade relativa, que os seus talentos, a sua perspicácia e os seus anceios de verdade mereceriam qualificação de «grandes» se dêles tivesse usado bem.

Só desde a segunda metade do século XVIII surgiram pensadores independentes, filosofantes, que, ocupados com a reabilitação do panteista Espinosa, reconheceram em Uriel da Costa um predecessor. Eles adivinharam que a impetuosidade e sinceridade desequilibrada do Novo-Cristão, nascido na península e educado por fanáticos do Catolicismo (talvez Jesuitas), ensinara indirectamente ao Judeu Baruch Espinosa, nascido e educado na própria Amsterdam por Rabinos, não menos fanáticos, a ser cauto e circunspecto. Virilmente resignado, vivendo uma vida solitária, activa e contemplativa, fora da

Nova-Jerusalem, redigiu, com a autoridade que o seu íntimo conhecimento do Judaísmo e das ciências lhe proporcionava, a sua filosofia ética, arquitectando-a, com frio raciocínio, *ordine geometrico*, não sem todavia manifestar no fim um profundo amor místico de Deus, proveniente das impressões da sua educação judaica.

Foram, sobretudo, pensadores germânicos da envergadura de *Lessing*, *Jakobi*, *Herder*, *Goethe* e posteriormente *Heine* na Alemanha, *Byron* e *Shelley* na Inglaterra, que receberam do *amor intellectualis Dei* e da *acquiescencia animi* de Espinosa, impressão moral tão penetrante que, envolvendo-os num halo e hábito de paz, lhes acalmava as paixões.

Só um dêles, *Herder*, fala todavia de Uriel.

Na França foram scépticos racionalistas como *Bayle* e *Voltaire* que ligaram interesse (mas não simpatia) à mentalidade puramente humana do crente-descrente sem pátria, que fôra perseguido e martirizado por pensar e errar com a sua própria cabeça, sentir e sofrer com o seu coração, e preferir uma vida segundo princípios éticos *seus*, a um credo dogmático que não compreendia. —

De 1800 em diante, no século da crítica histórica, as lacunas e obscuridades do *Exemplar*, — já traduzido para alemão e inglês — levaram a investigações nos Arquivos de Amsterdam e fizeram brotar, pouco a pouco, ténues fios de informação documentada, que confirmam belamente e às vezes completam os factos alegados pelo próprio Uriel, com paixão sim, mas veridicamente.

Além de numerosos trechos em Obras de Enciclopedistas, cujos títulos constituem o meu último Capítulo, a sorte de Uriel da Costa inspirou diversos opúsculos críticos e outros de fantasia: dramas, novelas e quadros, em almas perfumadas pela flôr azul da tolerância.

Foi contudo há muito pouco, no primeiro decênio dêste século xx, que tenta realizar uma valorização nova dos valores espirituais, que um professor de Berlim lhe dedicou uma obra especial — *Vida e confissão de um livre-pensador de ha trezentos anos* — aproveitando quás todas as achegas descobertas de 1623 a 1909, narrando e analisando-as com piedade e simpatia sincera.

Escaparam todavia vários pormenores ao Professor Alfredo Klaar, fixados em Portugal recentemente, assim como o importante achado hebraico de um Rabino de Breslau, que teria ministrado traços significativos tanto para a vida de família de Uriel como para o carácter daqueles Príncipes do povo eleito, que vindos do Sul — ricos, cultos, elegantes, industriosos — se portavam no refúgio holandês como aristocratas, de nação e de raça privilegiadíssima, e olhavam com soberania não sómente para as Gentes — *Goyim* —, mas também e

especialmente para aquelas parcelas judaicas que, oriundas da Alemanha e Polónia, eram humildes, pobres, supersticiosos, arcaicos no pensar e trajar.

Êles, *Sephardim*: Hispano-portugueses que se diziam descendentes de Juda, sem mistura de sangue bárbaro, para os *Askenazim* que no Oriente da Europa se haviam misturado, segundo é fama, com Gregos, Turcos, Eslavos, Germanos!

Ainda em 1639, na própria Amsterdam, a Sinagoga *Talmud-Tora* (em que tinham fusionado as três congregações antagónicas (*Beth Jacob* — *Neweh Shalom* — *Beth Israel*) era reservada aos *Sephardim*. — Os *Askenazim* só com licença especial do Directório podiam entrar nela para rezar!

Como intermediária nata entre a cultura neo-latina e a germânica, simpáticamente interessada de mais a mais, no meio tolerante em que nasci, pelo luso-judeu Uriel da Costa, desde que, menina e moça, mas já sabendo castelhano e português, assistira a uma representação do drama de Gutzkow, ao lado de uma descendente liberalíssima de Leão Hebreu e de outra menina ortodoxíssima da familia Steinschneider — tenho coleccionado oportunamente materiais para a vida, e meditado sobre a psique de Uriel Acosta, *confessor* violento como Saulo-Paulo e Lutero, quanto nem de longe se possa comparar a êsses dois Reformadores. *Ein Bekenner*.

Pela nefasta guerra mundial ficaram interrompidas investigações que estavam a fazer-se a meu favor, e por minha iniciativa — sobretudo em Hamburgo — e talvez resolvessem certas dúvidas a respeito do desterro, quer voluntário, quer involuntário do hereje, que saiu temporariamente daquele Zião de Amsterdam, que para él era uma triste e nefasta Babel.

Insatisfeita, não só por elas não se haverem realizado, mas sobretudo porque as actas dos processos judaicos e holandeses — se é que existem e não foram propositadamente destruídas — continuam a ser «avara e estúpidamente sequestradas à ância de saber de todos os estudiosos» — cedo às solicitações de amigos, e publico em forma de *Nótilas provisórias*, os frutos que até agora colhi.

O Sr. Klaar há de estimar, certamente, conhecer as Matrículas todas do estudante Gabriel da Costa, porque nos permitem colocar o nascimento déle no lustro de 1580 a 1585, e fixar sessenta anos (ou quási) como idade que Uriel atingira em 1640.

Igualmente estimará a notícia que em Amsterdam foi descoberto o primeiro anátema que os *Sábios da Nação* lançaram contra o não-conformista no ano de 1623, pela bôca de Samuel Abarbanell e outros quatro vultos da Sinagoga.

O sábio professor da Universidade de Coimbra Dr. Mendes dos Remédios, a quem devemos êsses achados, e vários outros, consignados no precioso volume sobre «*Os Judeus portugueses em Amsterdam*», há de gostar, pela sua vez, de vêr completadas as Matrículas.

Ambos, espero, hão de interessar-se pelos Capítulos do primeiro *Exame das Tradições farisaicas* que Samuel da Silva copiou do manuscrito autógrafo de Uriel — *ipsis verbis* — e que eu agora reimpresso.

A leitura da correspondência rabínica, relativa à velha mãe de Uriel que, fiel até o leito de morte ao filho das suas entranhas, foi, salvo êrro, forçada a separar-se dêle *in-extremis* afim de ser enterrada em sagrado, no cemitério de Ouderkerk, não a farão de certo, sem íntima comoção. Mais severos do que a própria Lei, desejosos de estatuirem um exemplo amedrontador *ne deinde audeat aliquis se opponere ipsorum placitis et contra sapientes scribere* é que os Rabinos — Fariseus e Grammateis (*Schriftgelehrte*) — cheios de virulência vingativa, nem mesmo respeitaram o amor de mãe, talvez porque nas lucubrações de Uriel é exactamente êsse *amor* o ponto de partida da sua religiosidade *natural*, oposta às Leis da *Escritura* que mandam que o pai, o irmão, o esposo, o amigo mate ou atraiçoe o filho, o irmão, o cônjuge, o amigo — por causa da religião.

Se Sara da Costa, expirando, tivesse previsto a ignobil ceremónia de 1640, e seu epílogo trágico, talvez preferisse sete palmos de terra, fora do recinto judaico de Ouderkerk, num qualquer canto profano, ao lado do filho suicida, pensando que

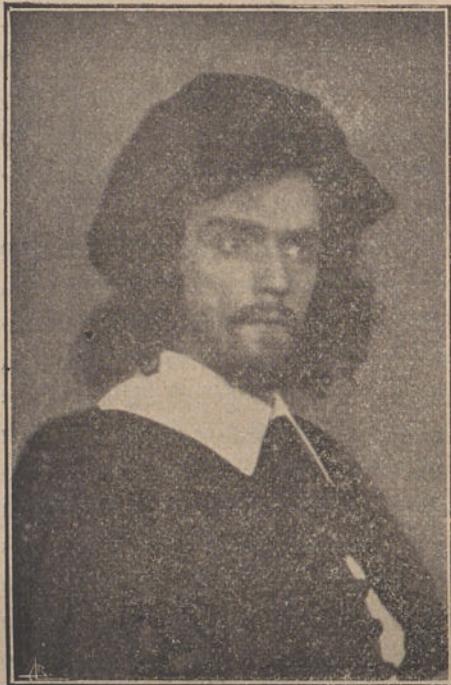
*Immerhin! Mich wird umgeben
Gottes-Himmel, dort wie hier;
und als Totenlampen schweben
nachts die Sterne über mir.*

Ao anatemizado, mas formalmente reconciliado, parece que a comunidade hebraica (obrigada, ainda assim pelo Magistrado de Amsterdam) sempre teve de conceder, como à mãe, um rincão do seu domínio.

Assim suponho, porque eruditos holandeses afirmam que no século passado os Judeus ainda sabiam mostrar êsse rincão aos visitantes, assinalado por ventura por um montão de pedras, acumuladas uma a uma pelas mãos de Israelitas, descendentes dos que lastimavam não o poder lapidar.

A tradução de uma Epístola latina de 1622, escrita pelo primeiro publicador do *Exemplar*, em que se confirma a extrema pobreza final

de Uriel, e também certas elucidações minhas com respeito a outra carta, portuguesa, de 1641 — espúria a meu vêr — parece-me que são também elementos apreciáveis.



URIEL DA COSTA.

*

Retratos autênticos de Uriel da Costa não existem. Debalde procurei entre as pinturas e gravuras do grande Rembrandt uma que o pudesse representar.

Faute de mieux faço figurar como Uriel o actor alemão Otto Sommerstorff que em Berlim encarnava, em 1907, o protagonista do drama de Gutzkow — dando-lhe uma máscara de impetuoso e atormentado scismador muito característica.

Solicitei e obtive a licença precisa.

*

Eis agora o elenco das *Nótulas provisórias* a que reduzi, o que nos meus materiais me pareceu novo e merecedor de atenção.

I. — Vida

- I. — Gabriel da Costa, estudante de cânones em Coimbra
- II. — Ano provável do seu nascimento.
- III. — Os livros de teologia moral cuja doutrina apavorou o adolescente.
- IV. — O pôsto de tesoureiro numa Colegiada do Porto.
- V. — A expatriação.
- VI. — Amsterdam e a Comunidade israelítica.
- VII. — Conflito com os Rabinos; cominações, e primeira esco-munhão.
- VIII. — Destêrro; e estada em Hamburgo.
- IX. — A mãe de Uriel.
- X. — Primeira reconciliação, e nova condenação.
- XI. — Segunda reconciliação.

- XII. — A vingança. — Tentativa de homicídio?
- XIII. — O suicídio.
- XIV. — O carácter de Uriel. — Sua filosofia moral.
- XV. — Nomes diversos usados pelo luso-judeu.
- XVI. — O procedimento do Magistrado de Amsterdam. — As sectas holandesas.

II. — Obras relativas a Uriel, e de Uriel

- XVII. — Correspondência judaica, aparentemente espúria, de 1641.
- XVIII. — Os primeiros Protestantes e Remonstrantes alemães, de Hamburgo, Flensburgo, Rostock, Greifswald, Lübeck, etc., que se ocuparam de Uriel: 1644, 1662, 1687 a 1725, etc.
- XIX. — O primeiro *Exame de Tradições Farisaicas* escrito por Uriel.
- XX. — A réplica do Dr. Samuel da Silva.
- XXI. — O segundo *Exame de Tradições Farisaicas*.
- XXII. — *Exemplar Humanae Vitae*.

III. — Documentos Ilustrativos

- XXIII. — Matrículas.
- XXIV. — Carta dos Rabinos de Amsterdam a Jacob Halevy (em Veneza), e resposta do mesmo.
- XXV. — *Carta de Daniel Levi de Barrios, dirigida em 1641 de Amsterdam ao seu amigo Antonio Enriquez, em Lisboa*, publicada (segundo se diz) por Menendez Pelayo em 1881.
- XXVI. — Tradução do trecho relativo a Uriel, contido no *Judaismo detecto* de J. G. Müller, de Hamburgo, 1644.
- XXVII. — Tradução de uma Carta latina de Philippe van Limborch, de 12 de Março de 1662, a Theodoro Graswinckel.
- XXVIII. — Indicações de Limborch acerca do *Exemplar Humanae Vitae* (a pág. 344 do livro *De veritate religionis christiana*, 1687).
- XXIX. — Artigo de Joh. Moller de Flensburg, (anterior a 1725), publicado na sua *Cimbria litterata* em 1744. (Vol. II, pág. 954).
- XXX. — Tradução de um trecho alemão com que o historiador Johannes G. von Müller acompanhou em 1793 a sua versão incompleta do *Exemplar*, na publicação: «*Bekenntnisse merkwürdiger Männer von sich selbst*», i. é., *Autobiografias de homens extraordinários*.

XXXI. — Tradução de uma Carta de J. G. von Herder: a 39.^a das escritas a favor da tolerância «*Briefe zur Beförderung der Humanität*». — Em Nota, um trecho de Voltaire.

XXXII. — Tradução de um trecho dedicado a Uriel por Frederick Pollock, no seu «*Spinoza, his life and philosophy*».

XXXIII. — Tradução de um trecho que no *Spinoza de Dunin-Borkowski* se refere a Uriel. «*Der junge Spinoza, Leben und Werdegang im Lichte der Weltphilosophie*» (pág. 104-107).

XXXIV. — Índice dos Capítulos do *Tratado da Imortalidade da Alma*, de Samuel da Silva, acompanhado de Resumos de Wolf.

XXXV. — Capítulo xxiii, xxiv e xxv da primeira redacção do *Exame das Tradições Farisaicas*, de Uriel da Costa.

IV

XXXVI. — Sinopse cronológica da Vida de Gabriel-Uriel da Costa.

V

XXXVII. — Lista cronológica de obras relativas a Uriel da Costa, ou por élle escritas.

PARTE PRIMEIRA

A Vida de Gabriel-Uriel da Costa

I

Gabriel da Costa estudante de direito canónico na Universidade de Coimbra

Jurista é o título que foi dado ao luso-judeu pelo primeiro propagandista estrangeiro que o mencionou, em harmonia com os factos, veridicamente (embora vagamente) indicados pelo próprio Gabriel-Uriel na sua autobiografia ¹.

Canonista teria sido muito mais exacto, uma vez que o estudante escolhera entre as duas Faculdades jurídicas a dos Direitos da Igreja, ou *Cánones*, e não a dos Legistas civis. Mas como élle dissesse apenas *estudei Direito (jurisprudentiae operam dedi)* e *por este*

¹ Johannes Moller, de Hamburgo, em 1644. Vid. Documento IV (N.º 26). O nome que cita é *Uriel Jurista*.

tempo cursava eu as aulas de Direito (*per hoc tempus Juris, ut dixi, studio vacabam*), a menção do *beneficio eclesiástico* que obteve numa Colegiada do Pôrto, mal podia elucidar a êsse respeito.

Serviu todavia a vários investigadores suporem, que tendo estudado teologia tomou ordens e chegara à dignidade de cônego, ou outras superiores !

O êrro estranho de Teófilo Braga que confundiu o Canonista com um Teólogo homónimo¹, o livre-pensador que se expatriou afim de judaizar, ficando a ser *Uriel*, e, duas vezes anatematizado pelos Rabinos de Amsterdam, se suicidou em Amsterdam em 1640, legando à posteridade os seus gritos de alma martirizada, com o Lente de teologia *Gabriel* da Costa, estacionário em Coimbra, que, natural de Tôrres Vedras, regia na Universidade cursos de *Escritura*, e faleceu em 1616, jubilado um ano antes — erudito cuja biografia, esboçada apenas por Nicolau António², foi cuidadosamente elaborada na *Bibliotheca Lusitana*³, onde Barbosa Machado o distingue perfeitamente de Gabriel-Uriel — escuso rectificá-lo, visto que um insigne português já o refutou e verberou⁴, baseando-se em documentos de incontestável valor, relativos ao mais novo e famigerado dos dois homónimos⁵.

Acompanhado gentilmente nas suas pesquisas no Arquivo da Universidade, pelo director dêle, o nunca assaz louvado *duca e maestro* da nossa Faculdade de Letras, Dr. António de Vasconcelos, é que aquele benemérito procurou, descobriu e publicou (em resumo) uns sete assentos diversos, relativos ao estudante de Cânone, dos anos 1604 a 1607: *Matrículas* (cinco) em que se indica a terra e o pai de Gabriel da Costa; e *Provas* (duas) de cursos que freqüentou⁶.

Ajudada pelo mesmo, que também com carinhosa generosidade me emprestou os documentais *Estatutos da Universidade de Coimbra*

¹ É na *Introdução ao Exemplar Humanae Vitae*, traduzido por Epifânio Dias, que T. Braga enunciou em 1901, aquela «cerebrina excogitação», como disse o Dr. Ricardo Jorge *Contra um plágio do professor Teófilo Braga* (1918), p. 83-84. A respeito do teólogo tinha falado anteriormente, e bem, na *História da Universidade*, vol. II, p. 473-726 (passim).

² *Bibliotheca Hispana*, vol. I, p. 384 (1672).

³ Vol. II (1747), p. 311-313, e IV, p. 148.

⁴ O Dr. Mendes dos Remédios, em *Os Judeus portugueses em Amsterdam*, p. 164-168.

⁵ O caso está registado na *Homonymo-scopia*, de Joh. Moller de Flensburg, a que ainda terei de referir-me mais vezes.

⁶ Remédios, p. 166 e 167.

de 1591¹, posso hoje publicar² mais quatro registos da mesma espécie, entre os quais o último de 18 de Junho de 1608 e o primeiro, de 19 Outubro de 1600, se me figuram de particular importância pelos factos que revelam e me levam a tirar dêles ilações psicológicas.

Todos os assentos certificam que o estudante Gabriel da Costa era do Pôrto³. As matrículas comunicam além disso que o pai se chamava Bento da Costa⁴.

Da matrícula de 1600 (19 de Outubro, embora o termo legal fôsse a 15 do mês) resulta que o rapaz (cuja idade claramente enunciada seria um elemento precioso para o historiador), viera apresentar-se pela primeira vez na Secretaria da Universidade, afim de se matricular em Leis, nos cursos de *Instituta*⁵, obrigatórios para todos os Juristas⁶, e trouxera certidão de exame de latim.

Essa exigência era legal⁷, e absolutamente necessária, porque

¹ *Estatutos da Universidade de Coimbra, confirmados por el Rei Dom Phelipe, primeiro deste nome, nosso Senhor: Em o anno de 1591. Em Coimbra. Com licença do Ordinario e scita Inquisição. Impresso por Antonio de Barreira, Impresor da Universidade. Anno MDXCIII.* In 4º grande de 152 fôlhas.

² Reproduzo-os todos, como Documento I, e dou fac-símiles de alguns e do frontispício dos *Estatutos*.

³ Natus sum ego in Portugallia, in civitate ejusdem nominis, vulgo Porto.

⁴ Pena é que não se registasse também o nome da mãe. A êsse respeito a lei universitária não era bastante explícita. Quanto às Matrículas estava preceituado apenas: «Todos os estudantes .. se escreverão cada anno em capitulos separados das facultades .. e fará o Secretario em cada assento menção do tépo em q os estudantes se vem escreuer na matricula & da terra donde & cujos filhos sam». Livro III, Título I, parágrafo 1º.

Os nomes Jorge Gomes e Inês Álvares, que eram dos pais do Teólogo Gabriel da Costa, foram erróneamente atribuídos aos de Uriel por Bruno nos *Portuenses ilustres*.

De mais a mais atribue tal êrro ao Abade de Sever, referindo mal o acrescento do Vol. iv, p. 148, a Gabriel-Uriel.

⁵ Todos os neo-latinos devem saber que *Instituta* (ou *Institutiones*) designa o ensino daquela parte do *Corpus Juris* que contêm o resumo do *Direito Romano*, elaborado em 533 por Justiniano.

Em Coimbra havia duas cadeiras de *Instituta*, freqüentadas, como digo no texto, por futuros Legistas e Canonistas.

⁶ Vid. *Estatutos*, III-43-1: Todos os estudantes destas duas facultades farão primeiro hum curso de *instituta*, ouvindo as lições ordinarias della: & sem o dito curso não serão admitidos a actos, né a proua de mais cursos...

⁷ Eis o que preceituam os *Estatutos*, III-1-2: O Secretario não matriculará nas facultades de Theologia ou medicina pessoa algúia que não seja licenciado em artes ou bacharel, com certidão de como ouvio todo o curso; & quando a matricula ouuer de ser em direito canonico ou ciuil, & a tal pessoa vier nouamente começar seu



FRONTISPICIO DOS ESTATUTOS.

todos os lentes prelecccionavam em latim¹, e os estudantes, caso se dirigessem com preguntas a algum dêles, deviam empregar igualmente o idioma de Cícero², língua da erudição em todos os países cultos.

Sendo certo portanto que *Gabriel da Costa* demonstrara suficiência em latim, perante o Principal das Escolas Menores de Coimbra, ficamos ainda assim ignorando onde a adquirira. ¿ Numa das escolas preparatórias da lusa Atenas? ¿ na capital do Norte? ¿ e lá num Colégio de Jesuitas?, ou na casa paterna, instruído por um aio e professor particular?³

Entraria o estudo da pasilingua no grupo das artes em que costumam ser ensinados moços bem-nados, a que o próprio alude no seu desabafo final: *aliquibus artibus tandem instructus quibus solent honesti pueri*, oração essa a que liga directamente a outra já alegada: *jurisprudentiae operam dedi*.

O excelente estilo individual do *Exemplar*, seguramente ainda não o possuía o caloiro (entre os quinze e vinte). Ouvindo os lentes de Coimbra, falando, discutindo, escrevendo, mas sobretudo lendo muito, e tratando na Holanda com grandes mestres, é que adquiriria o desembaraço que caracteriza o único escrito seu em latim que subsiste.

Pela segunda Matrícula, e a primeira e segunda *Prova* combinada de *Gabriel da Costa*, ficamos inteirados do estranhável caso de o estudante ter cursado *Instituta* apenas durante cinco meses escassos, e não oito completos, como mandava a Lei⁴, parando de repente com

estudo, o dito Secretario o não assentará na matricula sem traçer certidão do principal de como foi examinado & achado sufficiente pera poder ouuir direito.— & esta certidão guardará o dito Secretario e fará della menção na matricula pera em todo o tempo se saber como o tal estudante foi examinado...

¹ Vid. *Estatutos III-XI-10*: Todos os lentes leraõ em latim suas lições.

² *Ib. III-XI-11*: Os lentes no fim de suas lições estarão às portas do geral em que lerem, da banda de fora, o tempo que for necessário pera responder às duuidas que os discípulos lhes mourem sobre as lições que lhe vão cada dia lendo, & assi às preguntas que sobre as materias dellas lhes fizerem *o que tudo farão ē latim pera os estudantes se acustumare a o fallar e entender bem*.

³ Portugueses muito cultos como Fernão de Oliveira, João de Barros, e provavelmente Camões, ensinavam em casas iilustres como aios e mestres particulares.

⁴ Eis o que mandam os *Estatutos III-I-9*: «O curso em cada anno será pello menos de outo meses, & aqui hão de chegar as provas: porem se algūs estudantes cursarem em algum anno seis meses serão admitidos a os provar & poderão suprir a falta dos doux meses com o tempo de deante... tomndo do dito tempo o que lhe for necessário pera suprimento da dita falta».

os seus estudos — pelo que se vê nos respectivos registos universitários, durante três anos e meio !¹

Saindo em 19 de Fevereiro de 1601 de Coimbra voltou a 7 de Novembro de 1604, desejoso de cursar o tempo que ainda lhe faltava de *Instituta*, e depois *Cânone*s, o que realizou, admitido a prová-lo (*Primas e Véspera*) por provisão especial de Sua Magestade.

As provas duplas de 7 de Maio de 1605² estão assinadas pelo *Præceptor infelix*, aquele desgraçado Dr. António Homem que, acusado de judaizante e do crime nefando, foi duramente perseguido e finalmente vitimado³.

De aí em diante as *Matrículas* correm regulares durante três anos, até outono de 1607⁴. Assim mesmo as *Provas* até 18 de Junho de 1608. Elas documentam que Gabriel da Costa ouviu Decretais, Decretos e Clementinas em seis cadeiras, de 1605 a 1606, nas cinco grandes de 1606 a 1607, e de 1607 a 1608⁵.

Em meio dêste seu quinto ano, o académico deveria ter requerido o primeiro *exame de conclusões*⁶, comparecendo, depois de admitido, perante a Congregação da Faculdade, em que eram sorteados os candidatos para se fixar a ordem por que deveriam fazer seus exames⁷. Mas não há vestígios de que requeresse ou comparecesse. Percorrendo com cuidado os respectivos *Livros de Autos e Graus*, meu nobre auxiliador estabeleceu que Gabriel da Costa não figura neles.

Não podia portanto prosseguir nos estudos, afim de, ao cabo do 6.^º ano, se apresentar para segundo exame; pelo qual ficaria *bacharel corrente*; e finalmente depois de um 7.^º e 8.^º ano de *Leis*, terminar

¹ O que digo na *Anotação* sobre a peste, torna improvável que Gabriel residisse em Coimbra, sem freqüentar a Universidade.

² Como a sua freqüência fôsse inferior a seis meses, e de mais a mais êle tivesse interrompido os estudos, precisava de licença especial para poder recomeçá-los.

³ Vid. T. Braga, *Hist. Universidade*, II, p. 473; Lúcio de Azevedo, *Estudos para a Historia dos Christãos Novos em Portugal* em *Revista de Historia*, III, p. 9, e sobretudo António Baião, *O Sábio Canonista Doutor Antonio Homem (1616-1624)*, interessante capítulo dos *Episódios Dramáticos da Inquisição Portuguesa*, publicado em *A Aguiia*, n.^o 91-93, p. 41-50.

⁴ A matrícula contém a data 12 de Dezembro, mas nas *Provas* certifica-se ter êle estudado desde princípios de Outubro.

⁵ *Das cadeiras que ha de haver em Canones*, trata o Título 5.^º do Livro III dos *Estatutos* (f. 73). Havia cinco grandes ou maiores, e duas pequenas, chamadas também *Catedrilhas*. Vid. *Documento I*.

⁶ *Estatutos*, III-XLIII-1 e 2: *Das conclusões do quinto ano*.

⁷ Vol. xxii (1607-1610). No Livro 1.^º, fl. 57 v.^o, é que se encontram os nomes dos conclusionistas de 1608. Eram quarenta e três em Cânone.

a *formatura* por meio de um terceiro exame, sendo então e só então *bacharel formado em Cânones, auctoritate apostólica*¹. Formado e habilitado a exercer as profissões para que tal título era condição, *sem o qual nenhum letrado pode usar de suas letras*².



Tentemos adivinhar agora porquê o estudante abandonaria definitivamente a Universidade sem estar graduado, em 1608; e porquê a teria abandonado já uma vez, temporariamente, em 1601.

Não havia peste, como a princípio supus. Exactamente os anos lectivos de 1600 a 1601 decorreram regulares³. De doenças dêle ou dos pais não se fala.

O que o próprio conta com relação à acidentada evolução do seu espírito e o que se sabe em geral da mentalidade dos meditabundos e scismadores, vagarosa e hesitante em regra, faz supôr de preferência que o estudo de Leis não se coadunava com as tendências filosóficas. Os escrúulos religiosos e os terrores que na sua adolescência, *cum jam essem adolescens*, lhe inspirava a confissão e absolvição por autoridades dêste mundo, assim como a salvação e danação eterna haviam começado provavelmente a assaltá-lo em 1601, impedindo-o de se dedicar de-veras ao *Corpus juris*⁴.

Voltaria a Coimbra, depois de estar terminado o primeiro período agudo das angústias, depois de a Razão haver vencido a sua Sensibilidade⁵. Recobrando o equilíbrio e sossêgo de alma, sem o qual é impossível trabalhar com vantagem, recomeçaria os estudos, bem disposto e bem intencionado.

Em 1608 teria novo acesso de inquietação, e ausentar-se-ia, incapacitado de se submeter à argumentação sobre nove pontos de matéria dada, discutindo com três condiscípulos e três doutores-lentes⁶. Talvez

¹ O Legista formava-se *auctoritate regia*.

² *Estatutos*, III-XLIV-8.

³ A peste visitara Coimbra de 1598 a 1599 com enorme violência, e continuara até fins do século. Por isso a Universidade só abriera para os novos cursos nos princípios de 1600.

⁴ *Impossibile mihi visum est peccata confiteri more romano ut dignam possem absolutionem impetrare et omnia implere quae postulabantur*. Só de passagem seja lembrado que às Provas dos cursos não era admitido estudante algum, sem que mostrasse um assinado do professor (*Estatutos*, III-I-7). Além da desobriga da Páscoa, todos deviam confessar-se, pelo menos, três vezes no ano (*ib.*, III-III-1).

⁵ *Quievi*. Nesse verbo resume o seu estado de alma depois de se ter libertado dos horrores que se contavam da *outra vida*.

⁶ Vid. *Estatutos*, f. 107-108.

contasse retomar posteriormente os estudos, provido novamente de uma ordem régia. Mas quer houvesse agravamento do seu mal, quer o falecimento do pai o transformasse em chefe da família, e lhe desse inteira liberdade de continuar ou não continuar em Coimbra até ser graduado, Gabriel da Costa ficou no Pôrto; aceitando, como se verá, um lugar semi-eclesiástico¹ para o qual o habilitavam os seus conhecimentos e bens de fortuna.

Justo é lembrar que ele nunca se declarou *formado*. E os biógrafos que leram o *Exemplar* com o devido critério, observaram sempre a mesma cautela.

Jurista não significa apenas *formado em Leis ou Cânones*. Significa também aluno de uma faculdade de direito.

II

Data provável do nascimento de Gabriel da Costa

A ordem, pela qual o autor do *Exemplar* se refere primeiro aos seus estudos universitários e concomitantemente ao terror religioso que o precipitou em perplexidades e anciedades inextricáveis, mencionando depois o seu acalmamento e novamente a Faculdade de Direito a que pertencia, e sem interrupção o cargo de que foi investido, muito ou pouco depois do seu regresso ao Pôrto, torna provável os meus cálculos conjecturais.

Os terrores relativos à boa confissão, absolvção e penitência e ao modo de ganhar a salvação começaram, como já disse, quando adolescente mal tinha principiado a freqüentar a Universidade (1601-1604).

As dúvidas relativas à vida eterna e à verdade do que sobre ela e em especial sobre os prémios e castigos de Alêm-túmulo a Igreja ensina, constituem segunda fase que teve comêço aos vinte e dois, e durou pelos últimos tempos dos estudos e primeiros da nova estada no Pôrto, provavelmente até os vinte e cinco.

O intervalo de serenidade relativa abrangeia portanto os anos de 1604 a 1608.

Cálculos feitos sobre dados apenas deduzidos como êsses, claro que não podem sair seguros. Redundam em *pouco mais ou menos!* Ainda assim acho justo abstrair da data documentada 1600, como princípio de estudos universitários, o ano provável do nascimento de Gabriel-Uriel.

¹ Ele próprio chama-o *beneficium ecclesiasticum*.

Com exame de latim feito, deveria ter *minime* dezasseis anos. Nascera nesse caso em 1584. Creio contudo que teria mais idade, pela razão psicológica já alegada, e porque se chamou a si próprio *homo senex* em 1640.

De sessenta? ou mais um pouco?

O menos arriscado para os escrupulosos será dizermos que nasceu no primeiro lustro do penúltimo decénio do século XVI. Isto é: entre 1580 e 1585.

Eis agora as datas supostas pelos diversos biógrafos, antes que se conhecessem as Matrículas, quando apenas se sabiam as datas da impressão do *Exame das Tradições farisaicas* e do *Tratado da Imortalidade da Alma* de Samuel da Silva (1623), e 1640 como ano do suicídio, já registado em Hamburgo em 1641¹.

Pelos fins do século XVI é indicação de Ribeiro dos Santos; 1597, de Van der Aa; 1594, de Jellineck e Weller²; cerca de 1590 de Graetz; 1590, de Volkmann³; antes de 1590, de Kayserling; entre 1585 e 1588, durante os aprestes da Invencível Armada, de Meinsma; 1580, ou mais cedo, de Perles; 1579, do Dr. Mendes dos Remédios³.

III

Summae Confessariorum

Voltando para trás consideremos quais seriam os livros espirituais que o jovem Gabriel manuseava, levado pelo sincero desejo de compreender palavras e coisas e de pôr em harmonia os seus ditos e os seus actos, caminhando na direcção da perfeição ideal. Livros *dou-trinários*, salvo êrro, que consultava, além dos Evangelhos, cujos versículos sabia de cor, e, incomparavelmente belos e salutares embora, foram para ele ponto de partida não só de dúvidas, mas também do seu futuro regresso ao Judaísmo dos antepassados.

¹ Como datas supostas da morte de Uriel, corriam, além de 1640, os anos 1645 e 1647. Vi-as registadas em Portugal, p. ex. pelo editor das *Memorias curiosas*, e por Inocêncio da Silva; lá fora por Jean Leclerc e Van der Aa.

² Weller imprimiu 1594, mas pensava 1597, visto dizer que em 1623 Uriel contava vinte e seis anos.

³ O cálculo feito por este meu digno colega não me parece plausível. Tomando como ponto de partida o ano de 1604 (— o da primeira matrícula que ele apurara — e considerando-o ao mesmo tempo como termo da nomeação para o benefício eclesiástico (o que é inaceitável) faz a operação aritmética: 1604 menos 25 = 1579.

¿ Que seriam as *Summae Confessariorum* mencionadas no *Exemplar*? ¹

Eu interpreto *Manuais* ou *Cómpêndios* do que *dere ser confessado*. *Sumários de confissão* ou mesmo *Confessionários* (*Beicht-bücher*). Mas não *Confissões* (*Bekenntnisse*) como p. ex. as de Santo Agostinho, conforme pensa Klaar (*Ergebnisse gläubiger Bekenner*). Nem tão pouco *livros confessionais* (*confessionelle Schriften*), como explica Weller. Muito menos ainda *Sumas dos confessores*, no sentido de *Tratados gerais de teologia moral* que Epifânio lhe dá, ou de *Teologia mística*, como seria preferível dizer ².

Adivinhar em especial quais (directa ou indirectamente derivados, da Parte Segunda da *Summa teológica* de S. Tomás d'Aquino) seriam os volumes que Gabriel, cheio de paixão e terror, manuseava angustiado, no Pôrto e em Coimbra, ultrapassa as faculdades do historiador.

Mesmo que eu estudasse a abundantíssima bibliografia anterior a 1600, representada na Lista de *Teologia Moral* de Barbosa Machado ³ — em *Confessionários, Penitenciários, Exames, Avisos, Práticas, Advertências, Casos de Consciência* — só poderia apresentar *Conjecturas*. E para o resultado de inquietar, e consumir em dôr e tristeza ⁴ um espirito religiosamente sensível em excesso, como o do scismático Portuense, chegavam, a meu vêr, os simples parágrafos do Catecismo Romano que contêm a definição de Purgatório e Inferno. *Est purgatorius ignis... etc.*

IV

O pôsto de tesoureiro de uma Colegiada

Foi na idade de vinte e cinco anos, formado em direito canónico — imediatamente ou, com mais probabilidade, algo depois — que Gabriel, em ocasião favorável, tomou posse do cargo de tesoureiro

¹ Uriel diz *confessariorum*, e não *confessorum*. Trata-se portanto do genitivo de *confessaria*, n. pl. de *confessarium* = o que deve ser confessado. Vejo o termo empregado p. ex. no *Directorium Confessariorum* de Frei António do Espírito Santo (Lugduni, 1671). (*Continens decem Decalogi Praecepta et [totam] materiam de Justitia et Jure*). Diverso é *confessorius*, p. ex. em *actio confessoria*, oposta a *actio negatoria*.

² Em todo o caso os livros cuja doutrina o perturbou, tratavam de *confissão auricular*.

³ Vol. IV, p. 508-511.

⁴ *Moerore et dolore consumebar*.

de uma Colegiada, a que lhe dava jus a fortuna do pai, com casa opulenta no centro da cidade, e a formatura.

Como élé próprio diga expressamente *impetravi dignitatem thesaurarii in collegiata ecclesia*, é injustificada a fantasia dos que arbitrariamente o erguem a cônego, como p. ex. Kayserling na *História dos Judeus em Portugal* (p. 286), e Lúcio de Azevedo nos seus substanciosos e elegantes estudos sôbre os *Cristãos-Novos em Portugal*¹. Outros lhe dão pelo menos ordens sacras menores. Injustificada é também a fantasia dos que julgam que, interessado como era por problemas religiosos, estava pre-destinado a altas dignidades eclesiásticas².

Tudo isso provém simplesmente, creio, de uma miragem evocada por Limborch e Schudt que, ocupando-se dos Judeus peninsulares, contaram como alguns chegaram a cônegos, inquisidores, bispos, etc., por terem o fanatismo de convertidos, como D. Alfonso de Cartagena.

A *Colegiada* (isto é a igreja não-episcopal que possuia um corpo de Cônegos) talvez fôsse a da antiquíssima e muito-afamada igrejinha gótica de Cedofeita, que em todas as descrições antigas e modernas da cidade do Pôrto ocupa o lugar primacial³. Mas visto haver muitas outras, menores, cada uma naturalmente com o seu Tesoureiro, também essa questão fica por resolver.

Enquanto Gabriel da Costa ia desempenhando o cargo de tesoureiro,⁴ suponhamos que *maxime* de 1610 a 1615⁵, a psique inquieta

¹ Rev. Hist., III, 98 e 121.

² Klaar, p. 23.

³ Citarei apenas a clássica *Descrição da Cidade do Porto*, de Rebelo da Costa, 1789 (cap. III, 14, p. 94). No tempo dêle a Real Colegiada de Cedofeita se compunha de um *D. Prior*, um *Chantre*, um *Mestre-Escola*, um *Tesoureiro-Mór*; oito cônegos prebendados, três de meia-prebenda; oito capelães; um sacristão, coristas, serventes e um padre-cura para a administração dos sacramentos.

⁴ *Rentmeister*. Claro que Gabriel da Costa, não podia ser *Tesoureiro-Mór*. Essa dignidade era capitular como a de Chantre e Mestre-Escola — mero cargo de honra sem funções que justificassem o nome. As tesourarias das pequenas Colegiadas, essas eram por vezes dadas a rapazes novos, adscritos ao estado clerical, para depois da prima-tonsura, com os magros benesses dêsses insignificantes benefícios eclesiásticos, poderem seguir os estudos e ascender ao sacerdócio. Manuel Garcia, irmão de Brás Garcia Mascarenhas, foi, p. ex. (como gentilmente me comunicou o biógrafo do poeta), tesoureiro (ecónomo) da Colegiada de Nossa Senhora da Assunção, de Avô, antes de ser padre, o que consta do processo para a sua ordenação de diácono, que correu em Dezembro de 1624.

⁵ Ou de 1608 em diante. Na *Cimbria* lê-se apenas: «in studio... pergebat iuridico eos que faciebat progressus ut anno aetatis 25 thesaurarii in aede patriae civitatis collegiata dignitatem haud difficulter obtinuerit».

de Uriel não sossegou. Pelo contrário, arremessou-o a passos que tiveram consequências positivas.

Começou a lér de preferência o Velho Testamento, estudando de um lado a Lei no *Genesis* e na amplificação do *Deuteronomio*, e do outro lado os trenos dos Profetas inspirados, os eternamente belos *Psalmos* de David e aquela impressionante epopeia do Infortúnio que se chama o Livro de Job. E ficou empolgado, formando ideia grandiosa da fisionomia moral do povo israelita, julgando o Judeu íntegro, recto, temente a Deus.

Reflectindo e comparando fixou-se em dois factos. A Lei chamada de Moises ou do Sinai, o *Decálogo*, é venerada por Judeus e Cristãos ao passo que os Evangelhos e as doutrinas complicadas, em grande parte transcendentais, dêles derivados, expostas nas Epístolas de S. Paulo, não falam senão aos povos cristianizados, de raça sobretudo indogermânica.

Em segundo lugar a *Lei*, com prémios e castigos meramente temporais, sem salvação e condenação eterna, sem Satanás, sem o mistério da Trindade, sem a imaculada Conceição, sem confissão e sem penitências, é mais simples e compreensível.

Chegado, em longos estudos comparados, a essa convicção, tomou resoluções extremas¹.

Resolveu regressar à fé dos antepassados. E como isso fosse impossível em Portugal, pensou em expatriar-se, em procurar o único país europeu, em que havia liberdade religiosa, podendo o Judeu circuncidar-se e adorar o Jahve-Adonai de Jerusalém numa Sinagoga.

V

A expatriação

Essa expatriação realizou-a livremente, mas clandestinamente. *Non sine magno periculo*. Resignar o pôsto de tesoureiro na Colegiada, vender a sua bela casa, persuadir ou convencer, como chefe de família (o seu pai falecera, ignora-se quando), a mãe e os irmãos da justeza dos passos que ia dar, contratar passagem para sete pessoas² num navio ancorado no Douro; embarcar com os seus haveres — creio que não o podia realizar sem despertar suspeitas, a não ser de conivência com outros Cristãos-Novos, que p. ex. comprassem

¹ No *Exemplar*, que a traços largos fixa apenas as diversas *etapas* da evolução da sua consciência, tudo parece dito e feito num instante. Mera ilusão, bem se vê.

² Uriel, sua mãe, quatro irmãos varões e uma irmã, *minime*.

a casa com todo o seu recheio, e igualmente tomasssem conta do emprêgo¹.

Ele próprio explica que na ocasião os convertidos e descendentes de conversos, a que era costume dar a odiosa denominação manuelina, já por mim empregada, de *Cristãos-Novos*, ou o título injurioso de *Marranos*², não podiam sair do reino sem especial licença régia³.

O asilo, para onde os Judeus peninsulares se refugiavam, fartos de aturar leis vexatórias e contraditórias, perseguições de toda a espécie — saques e matanças, masmorras com torturas, sambenitos e fogueiras — era a Holanda ou Batávia neerlandesa: as sete províncias setentrionais dos Países-Baixos que, conjugando-se na União de Utrecht (1579) e libertando-se do jugo espanhol da casa de Áustria (1581), contrário a todas as aspirações materiais e espirituais, tinham promulgado imediatamente liberdade religiosa «absoluta».

Já então rica pelo comércio e a navegação, a activíssima Amsterdam, com boa e previdente política, acolhera desde 1593, e sobretudo ia acolhendo de 1606 em diante, Judeus hispânicos, em grande parte ricos, cultos, comercialmente activos, fugidos do Tribunal de sangue; e deixava-os viver, negociar, e adorar o seu *Dio*, segundo a sua Lei, com Sinagoga aberta, cemitério seu, privativo, e jurisdição sua, quanto a questões religiosas.

Foi a êsse *El-Dorado*, verdadeira terra de promissão e de «Consolação às Tribulações de Israel» que, deixando os lares próprios e

¹ O Arquivo da Colegiada de Cedofeita pereceu num incêndio de meados do século XIX.

² A respeito de ambos os termos leia-se o estudo exaustivo que Arturo Farinelli publicou nos *Studi letterari e linguistici*, dedicados a Pio Rajna: *Marrano* (Firenze 1911). Em especial as páginas 525 e 545. Os próprios Judeus denominavam-se genéricamente, como todos sabem, *gente da nação* ou *homens de nação*.

³ *Non licet illis qui ab Hebreis originem ducunt a regno discedere sine speciali Regis facultate.* Basta esta afirmação para sabermos que a expatriação se realizou depois de 1610.

Entre as leis portuguesas — manuelinas, joaninas e felipinas — incoerentíssimas, que foram promulgadas entre 1497 e 1641 a respeito da permanência e saída de *Marranos*, há uma que estava em vigor no segundo decênio do século XVII, de D. Sebastião, de 30 de Junho de 1567 (vid. Ferreira Gordo, *Memorias*, VIII, p. 33), confirmada e especificada a 2 de Junho de 1573. Revogada por Felipe III em 1601, foi pelo mesmo revalidada novamente em 1605, 1610 e 1612. Vid. *Ord. Man.*, V, 82, 1; *Ord. Felip.*, V, 111, 1; e sobretudo *Leis Extravagantes do Reino de Portugal*, p. 188 e 525: *Providencias sobre a saída dos Christãos Novos do Reino*. Cfr. *Rev. Hist.*, Vol. III, p. 8, e Lúcio de Azevedo, *Estudos para a Historia dos Christãos Novos em Portugal*.

natais; e renegando a confissão cristã que perturbara a sua mocidade, o idealista religioso Gabriel da Costa se encaminhou por mar, cheio de ideais... e de ilusões...

¿Experimentando as ondas do mar, não lhe viriam ao coração ondas preságias das novas tormentas por que havia de passar?

Parece que não. Entrou na Comunidade de Amsterdam, iniciada em 1593 e já vigorosamente arraigada¹. Sujeitou-se à circuncisão. Mudou de nome. E casou. A esposa faleceu todavia, ao cabo de poucos anos, sem descendência².

Da data da sepultura (1622) no cemitério de Ouderkerk, de uma criancinha, filho ou filha de seu irmão Mardochai (1617), é que se deduz que os actos rituais, pelos quais toda a família Da Costa judaizou, se passariam em 1616.

O verdadeiro nome da mãe, que ignoramos, ficara sendo *Sara*, tal qual o da mulher. Os irmãos, cujos nomes de pia também se desconhecem, eram de aí em diante: *Mardochai, Abraham, Aarão e Joseph*.

Gabriel — nome hebraico de um arcanjo, (e que significa *homem de Deus*), passado ao Cristianismo pela poética cena da Anunciação —

foi com pequena alteração transformado em *Uriel, luz de Deus*, nome de outro arcanjo³.

Sempre sinceramente empenhado em inteirar-se da Verdade, Gabriel-Uriel assistia às Congregações dos Rabinos; contribuía a obras de caridade⁴; tentou viver a vida da comunidade, cingindo-se às Leis do Sinai. «Homem de

¹ Em todas as obras modernas, dedicadas a Espinosa, há exposição mais ou menos pormenorizada da fundação da comunidade israelítica. Recomendo, além de Dunin-Borkowsky, as páginas de *Os Judeus Portugueses em Amsterdam*, que se referem ao assunto.

² Foi em 1883 que D. Henrques de Castro, investigando o cemitério de Oudekerk, e as actas correspondentes do Arquivo, fixou na obra *bilingüe*, registada na minha Bibliografia, diversas datas relativas a Uriel e aos seus: o enterrro a 30 de Outubro de 1617 de uma creança de Mardochai da Costa; o falecimento, a 29 de Dez. de 1622, de Sara da Costa, mulher de Gabriel; o de outra Sara da Costa, segundo todas as opiniões autorizadas, mãe do Renegado, a 4 de Out. de 1628.

³ Vid. Cap. xv.

⁴ Em 1857, Isaac da Costa (ignoro se descendente, ou não, de algum dos irmãos de Uriel), descobriu um autograma dêle, o único até agora conhecido. Ele está numa colecta de uma associação de beneficência. Foi publicado na revista *Navorser (Investigador)* e reproduzido na *Jewish (Encyclopédia)*, na *Geschichte des Judens*, de Graetz, e por Meinsma, Klaar, Mendes dos Remédios e Maximiano de Lemos.

virtudes, e modesto» (como confessa o seu mais encarniçado adversário), — solícito da sua salvação, temeroso de condenação, embora tivesse renegado as crenças evangélicas, poderia ter sido feliz, se o deixassem viver como queria.

VI

Amsterdam e a comunidade israelítica — Fariseus e Saduceos

O panegírico da Holanda, e sobretudo de Amsterdam, como baluarte da liberdade, que se encontra no *Tratado teológico-político* de Espinosa, nado e educado no bairro judaico de Amsterdam, é posterior a Uriel da Costa. O que Descartes, residente nos Países-Baixos de 1629 a 1649 (em Amsterdam só esteve em 1643), teceu numa carta particular ao seu amigo Balzac, é coevo do apaixonado Luso-Judeu.

«Todo o mundo ocupa-se aqui activamente de negócios. Posso viver à vontade sem que reparem em mim. Atravesso diariamente a densa multidão nas ruas tão sossegadamente como Vossê as suas aléas. Se lá olha, cheio de satisfação, para as árvores fruteiras do seu jardim, porque prometem farta colheita, não imagine o Senhor que eu cá não experimento o mesmo prazer, ao observar os navios que entram neste porto, trazendo os produtos da Europa e das Indias. ¿ Onde encontra Vossê no mundo inteiro um sítio em que haja como aqui tudo quanto delicia o paladar e lisongeia a vaidade? ¿ Haverá país onde se logre maior liberdade? ¿ onde se durma com mais completa tranquilidade? ¿ onde as leis nos protejam melhor contra criminosos? ¿ onde faltem envenenadores, traidores, caluniadores? ¿ onde, numa palavra, se gozem restos da felicidade e quietude antiga? »⁴.

Assim Descartes. Espinosa frisa sobretudo a liberdade de pensar:

«Temos a vantagem de viver numa república onde a cada um é concedida liberdade completa de pensar e de adorar Deus, conforme

⁴ René Descartes, *Oeuvres*, ed. Cousin, 1824-26, Vol. II, p. 7. Cfr. *Discours*, III, 7: «En un pays... où parmi la foule d'un grand peuple fort et actif et plus soigneux de ces propres affaires que curieux de celles d'autrui, sans manquer d'aucune des commodités qui sont dans les villes les plus fréquentées, j'ai pu vivre aussi solitaire et retiré que dans les déserts les plus écartés». — E em outra carta a Balzac, 1631: «... en cette grande ville où je suis, n'y ayant aucun homme excepté moi qui n'exerce la marchandise, chacun y est tellement attentif à son profit, que j'y pourrais demeurer toute ma vie sans être jamais vu de personne».

à sua mentalidade individual, e onde nada existe mais venerado e amado do que a *Liberdade...*» E em outro sítio:

«Nesta florentíssima república, e em especial nesta notável cidade, vive genté de todas as nações e de todas as seitas em suma concórdia. A quem estiver acreditado pelo seu bom procedimento, só indagam se é rico ou pobre, e se costuma proceder de boa fé ou dolosamente. Nada mais. Ninguém se importa com confissões e sectas. Perante o juiz, para ser absolvido ou condenado, não influe a Religião. Nem há dissidentes, odiosos embora, que, contanto que não lesem ninguém, dêem o seu a cada um, e vivam honestamente, não sejam protegidos e amparados pelo Magistrado»¹.

Por muito que se possa objectar a êsses encómios, repito que Amsterdam era o lugar onde Uriel «homem de virtudes e modesto» poderia ter vivido em paz, se não tivesse mudado de confissão, escolhendo a que desde os seus princípios foi a da *intolerância*.

A atmosfera que no século XVII envolvia as Províncias-Unidas era com efeito liberal, de senso-comum, racionalista. Isso sobretudo desde que em 1619 o Sínodo de Dordrecht² tinha estabelecido um armistício entre Calvinistas, Arminianos ou Remonstrantes, Contraremonstrantes, Socinianos, Gomaristas e *Doopsgezinden* (*Taufgesinnte*) — isto é, entre o sectarismo desenfreado que havia convulsionado a primeira geração dos Protestantes libertados do jugo espanhol. Todavia nos decênios imediatos ainda havia nas almas um rescaldo do fanatismo que a Igreja católica acendera e exacerbara³.

Só por ser o sonhador idealista e confessor ingênuo que era, e por se haver convertido ao Judaísmo, é que o Luso-Judeu não lucrou dos benefícios da Liberdade Holandesa, senão o de se circuncidar, mudar de nome, casar com uma Judia, freqüentar a Sinagoga e a sociedade dos Rabinos, para com êles discutir a verdade da Lei e das Tradições, e suscitar pela sua franqueza e independência, perseguições despiedosas, não sómente da parte dêles, mas também da parte do Magistrado holandês⁴.

¹ *Tractatus theologico-politicus*, 1670.

² Lembrarei apenas dois factos marcantes, anteriores ao armistício: o velho Oldenbarneveldt foi decapitado (1619); e o fundador do *Direito das Gentes*, Hugo De Groot (Grotius), condenado a prisão perpétua, fugiu e expatriou-se.

³ Baste recordar que Voëtius acusou Descartes como Scéptico e Ateu, e quis que as obras dêle fôssem queimadas pela mão do algoz. O Sínodo de Dordrecht de 1653 declarou anti-religiosa a doutrina dêle, e todos os *Cartesianos* incapazes de exercerem a magistratura. Espinosa, escomungado pelos Rabinos nesse mesmo ano, achou prudente sair de Amsterdam. — Volkmann também (p. 7) conta vários casos de intolerância holandesa.

⁴ Nas obras já acima mencionadas de Pollock, Meinsma, Freudenthal, Dunin-

Estado dentro do Estado, mercê, de um lado, da tolerância da Holanda e do outro lado em virtude das tendências usurpadoras da Comunidade israelítica, os *Fariseus* modernos que nela governavam, fiéis aos costumes e ao «ingênio malino» dos antigos, excluiam todos os correligionários da liberdade de pensar, falar e agir.

Unida por ideias raciais e partidárias, rigorosamente sujeita a um complexo enorme de leis, preceitos, praxes, cerimónias, actos cultuais e tradições, a Comunidade, representada pelos Príncipes da Sinagoga — Juízes, Doutores, Anciãos, Deputados da Nação (*Pernusim, Hakkamim, Parnassim Haçanim*) — vigiava pela ortodoxia absoluta.

«*Nullo modo passi sunt ut nec in minimis rebus ab aliis discederem sed per omnia vestigia eorum inviolabiliter sequerer.*»

Ameaçavam com excomunhão todos os delitos contra a rigorosa manutenção das praxes¹ — *Extra ecclesiam nulla salus.*



Essa intolerância judaica, farisaica, claro que tem explicação geral e especial.

A geral é a seguinte: «É um facto comprovado da História da Humanidade, e um dos mais tristes, que mal uma comunidade *perseguida* vê segurada a sua liberdade, principia a perseguir pela sua vez! Viu-se isso na Igreja dos Reformados dos Países-Baixos². Os que pouco antes se queixavam da crueldade de Roma, mal se viram libertados quando reclamaram e iniciaram a perseguição dos antagonistas. E os colonos americanos, Puritanos da Inglaterra, estabeleceram no Novo mundo (New-England) uma tirania eclesiástica, muito mais opressiva e inquisitorial do que aquela a que se tinham subtraido»³.

Eis agora a motivação especial: «A consolidação recente das comunidades judaicas nos Países-Baixos não admitia que discórdias in-

Borkowsky, o leitor encontra exposições e ilustrações do que era a Liberdade holandesa, preciosíssima sim, mas imperfeita, como toda a obra humana. Quanto à comunidade israelítica, consulte-se ainda Maximiano de Lemos, *Zacuto Lusitano* (Pôrto, 1909), e sobretudo Mendes dos Remédios.

¹ O curioso leia os *Regulamentos* da Comunidade na obra que D. H. de Castro dedicou à Sinagoga de Amsterdam (Gravenhage, 1875), ou o extracto que dêles dá o Dr. Mendes dos Remédios. E encontrará a p. 14, 15, 17, 18, etc., cominações com o *Herem*.

² Veja-se a Nota 3.^a da página antecedente. No *Spinoza* de Meinsma há excelentes exemplos.

³ Frederick Pollock, *Spinoza*, p. 10.

térras a tornassem novamente periclitante. A reunião dos *Marranos*, até então espalhados pelo mundo fora, realizada com grandes sacrifícios, sobre a base da fé israelítica — *comum e una* — não a queriam vêr de novo exposta, em consequência de heresias e apostasias¹. «Que maravilha, se os membros da jovem colónia, que conservavam viva a memória das perseguições atrozes, sofridas nas antigas pátrias, e a viam avivada constantemente por perseguições novas², se esforçavam com suma diligência, (empregando nem sempre meios nobres e generosos, é preciso confessá-lo) a arredar o perigo de novas perturbações da sua existência tranquila, tanto religiosa como civil — perigo ao qual iam expôr-se, se a atenção — do governo do país se fixasse em rebeldias religiosas, suscitadas no seio da comunidade»³.

Nem mesmo assim a intransigência dos Fariseus — Rabinos ortodoxos⁴, eruditos propagandistas como Melchior Mendes Franco, Izaac Uzziel de Fez, Izaac Aboab da Fonseca, David Joseph Pardo, Saul Levi Morteira e sobretudo o activíssimo Manasse Ben Israel⁵ — foi capaz de evitar dissidência e descrenças e as heresias dos Saduceos que tanto receavam.

Além de Uriel, a principal ovelha desgarrada do rebanho — e essa já vinda leprosa de Portugal — houve seguramente outras, embora o assassinato pelo silêncio, habilidosamente imposto a toda a comunidade, fizesse que pouco saibamos dêles⁶.

Afim de dar ideia do fanatismo dos Fariseus, recordemos três factos.

Mosé Zacut impôs a si próprio quarenta dias de jejum para que, de cérebro enfraquecido, desaprendesse a linguagem do diabo: o latim do paganismo e do Renascimento.

Um Rabino de Hamburgo, temporariamente em Veneza, viu-se virtualmente obrigado a expôr os argumentos mais eficazes para Israel combater os seus *livres-pensadores* (*v. g. Saduceos*) num Manual

¹ Perles, p. 210.

² Os autos da fé, celebrados em Lisboa a 5 de Maio de 1624 e em Dez. de 1647, impressionaram os Judeus do mundo inteiro,

³ Ginsberg, *apud* Perles, p. 211.

⁴ Ortodoxos, segundo a sua maneira de vêr. No fundo os verdadeiros ortodoxos eram os *Saduceos*, fiéis únicamente à *Lei*, que Uriel queria acatar, abandonando-as.

⁵ Os livros de Manasse salientam-se pelo rancor contra os Heréticos.

⁶ Dos sermões de Uziel e dos livros de Manasse ressalta clara e positivamente a existência de dissidentes (Saduceos) em Amsterdam — isolados embora, nem mesmo agrupados num conventículo. Mas lei e praxe era, ninguém enunciar os nomes dêles, nem de boca, nem por escrito. Pór isso ignoramo-los.

intitulado *Objecções contra os que se desviam ou separam no tempo de agora da crença da Lei Oral*. Em hebraico, está claro¹.

E certo Jacob Chagis não teve dúvida em responder redondamente à pregunta: *¿ Que merece quem faz escárneo das palavras dos Sábios?* com a sentença: *Quem o matar, merece prémio² e o caso ficará enfileirado na lista dos feitos que não rebaixam, mas elevam.*

Cingindo-se a tais teorias é que um Judeu de Amsterdam tentou apunhalar Espinosa.

Do *Exemplar* e da *Carta a Jacob Halevy*, de que falo no Capítulo xvi, se reconhece, de resto, quanto os Fariseus de Amsterdam sentiam, não poder, em território holandês, lapidar simplesmente o Hereje que os escandalizava com as suas ideias.



Fariseus e Saduceos. — No segundo século antes de Cristo, depois do exílio, quando o Helenismo e o Parsismo actuavam em Israel, os Fariseus constituíram-se em zeladores rígidos da Lei. Assim mesmo procediam os Doutores e Escribas no século xvii no seio do rebanho de novo reunido. Zeladores rígidos e supersticiosos não da Justiça, nem tão pouco sólamente das Leis inscritas nas Táboas, mas dos seis centos e treze parágrafos da Thora: 365 proibições e 198 mandamentos. E além disso, dos milhares que a *Tradição* e os intérpretes do Talmud haviam acrescentado ao Genesis e ao Deuteronomio³.

Fariseus, no sentido de ortodoxos, *Seleccionados (die Gesetzesfrommen)* era o nome oficial das autoridades da sinagoga, chamados

¹ Perles, p. 213. Creio que ficou manuscrito. Kayserling pelo menos, não o regista no artigo da *Biblioteca* dedicado a *Samuel Aboab*.

² Quanto mais depressa alguém o matar. Literalmente: *O primeiro que o matar merecerá o maior prémio.* Ignoro quem seja esse Jacob e onde escreveu (em hebraico, bem se vê) esse pequeno Diálogo modelar, inédito até 1877. Perles, p. 213. Na Alemanha protestante de 1700 é que, evitando o nome *Fariseus*, o substituiram por *Apellas*, plural evidentemente do *Judaens Apella* (*liberto transstiberino* de Horácio. Sat. I, 51-100).

³ É costume falar de três mil. Vid. J. Basnage, *Histoire des Juifs*, Vol. II, 18, 8 (1700). «Ils soutenoient qu'outre la Loi donnée sur le Sinaï et gravée dans les Écrits de Moïse, Dieu avoit confié verbalement à ce Législateur un grand Nombre de Rites et de Dogmes qu'il avoit fait passer à la Postérité sans les écrire. Ils nommoient les Personnes par la Bouche desquels ces Traditions s'étoient conservées, ils leur donnoient la même Autorité qu'à la Loi. L'Entêtement pour les Traditions a passé des Pharisens anciens aux modernes. Ils soutiennent que celui qui rejette la *Loi Orale* devient apostat, qu'il mérite la Mort, sans aucune forme de procès».

também sábios e santos¹. Em hebraico *Perushim*². Mas tal qual os das Parábolas do Evangelho, êsses modernos *Separados* eram orgulhosos, formalistas, hipócritas. Uriel da Costa nunca emprega o termo, sem subentender êsses qualificativos de censura³.

*Saduceos*⁴, pelo contrário, eram os antagonistas dos Fariseus. Quanto à Lei de Moisés, ortodoxos como êles. Por se haverem libertado todavia da *Lei Oral da Tradição*, e por negarem a *Ressurreição dos Mortos*, passavam por rebeldes: gente má, perversa, perdida. Epicurios e acomodaticios.

Nos tempos modernos, a denominação foi aplicada, em sentido lato, aos Judeus liberais e avançados, não respeitadores do transcendentalismo: scépticos, racionalistas, oportunistas. Aos heterodoxos em geral. *Mações*, diria o Português.

Todo o Israelita verdadeiro os amaldiçoava diariamente por três vezes, recitando uma das orações rituais que santificam a vida como serviço permanente do Deus vingador do povo eleito.

Dos *Sefardim* de Amsterdam, ricos negociantes, médicos e rabinos, luxuosamente vestidos de veludo e peles e enfeitados de correntes e firmais preciosos, tão profanos que mesmo na Sinagoga não largavam a caixa de rapé e exigiam para si o título nobiliárquico de *Mynheer* (Sua Senhoria) possuímos belos retratos de Rembrandt que atestam intelectualidade, mas também orgulho, vaidade, fanatismo⁵.

¹ O mais erudito, fecundo e patriótico dos Rabinos que viviam em Amsterdam no tempo de Uriel — Manasse Ben Israel — diz expressamente que todos êles consideram como título de honra o nome tantas vezes secular de *Fariseus*. Vid. *De term. vitae*, p. 19: *secta Pharisaeorum ex qua nos esse lubenter agnoscimus*.

² *Perushim* ou *Perussim*. Vid. Samuel da Silva, p. 128. Cfr. J. Huby, *Christus* (passim); Klaar, p. 164; Perles, p. 195; Volkmann, p. 19, Nota 3.

³ Uriel chama *detestandos* aos Fariseus. E diz que nunca procedem *sine spe proprii lucri*. Com alusão aos Evangelistas repete também que querem para si as primeiras saudações na praça e os primeiros lugares no templo, aludindo ao banco especial que realmente ocupavam na Sinagoga de Amsterdam. Veja-se a êsse respeito o Artigo 18.^º do *Regulamento*, publicado por D. H. de Castro, em *De Synagogue de Portugeesch-Israelietische Gemeente te Amsterdam*, Gravenhage, 1875.

⁴ O nome deriva de um sacerdote chamado *Sadok*. Nada se sabe dêle de positivo, a não ser que passava por mau e perverso e angariador de gente perdida. Frases irritadas contra os Saduceos abundam nas obras de Manasse e nas de Samuel da Silva.

⁵ Vou relatar um facto, apurado por D. H. de Castro (na obra citada, p. 16), afim de provar quão pequeninos são às vezes homens, tidos por grandes:

«Em 1640 (a 16 de Ijar, pouco depois do fustigamento de Uriel portanto), os Parnassim de Amsterdam, baseados no *Regulamento* novo que ameaça os infratores dos seus parágrafos de excomunhão, tinham *enermado* a Moises Belmonte e Jona Abarbanel, cunhado de Manasse, por terem espalhado panfletos, cheios de

Lembremo-nos das palavras do Evangelista:

«; Ai de vós, escribas e fariseus hipócritas, que dizimais a hortelã, o endro e o cominho, e haveis deixado as coisas que são mais importantes da lei: a justiça, a misericórdia e a fé! ; Estas coisas eram as que devieis praticar sem que omitísseis aquel'outros ! condutores cegos, que coais um mosquito e engulis um camelo !

«; Ai de vós, escribas e fariseus hipócritas, porque limpais o que está por fora do copo e do prato, e por dentro estais cheios de rapina e de imundície !

«; Ai de vós, escribas e fariseus hipócritas, porque sois semelhantes aos sepulcros branqueados, que parecem por fora formosos aos homens e por dentro estão cheios de ossos de mortos e de toda a asquerosidade! ; Assim também vós por fora vos mostrais na verdade justos aos homens, mas por dentro estais cheios de hipocrisia e de iniquidade !».

Lamentando de novo que o genial pintor, que poderia ter encontrado nas ruas de Amsterdam tanto a *Uriel da Costa*, como a *Descartes* e *Espinosa*, não nos conservasse as fisionomias dos três pensadores¹, reproduzo duas de Rabinos que atraíram a sua atenção,



injúrias, contra a Sinagoga. Acto contínuo levanta-se Manasse, escandalizado por os Parnassim não terem dado ao seu parente o título de *Mijnheer*!! Lembra-lhe que tal título só é dado aos *Parnassim*. Mas êle continua a desbaratar. Nem mesmo os ameaços de excomunhão o fazem calar. Então êle também é apartado da nação. Ao sairem do recinto sagrado da Sinagoga, êle continua a barafustar², batendo com os punhos na mesa, afirma que só êle tem o direito de os excomungar. Gedendo «por causa da paz e dignidade» prometem anular o anátema, no dia imediato. Manasse teve todavia de pagar uma multa de vinte florins. Nem teve licença de pregar senão ao cabo de um ano. ; Em 1647, a fôlha do livro em que se narra o caso, foi coberta de outra branca e assim permaneceu até os nossos dias !

¹ Do Solitário da Haia existem bastantes retratos autênticos. E alguns inten-

porque as acho esclarecedoras da penosa situação do immigrado rebelde¹. ; Contra fanáticos como êsses dois, deveria ser difícil lutar !



Entre as anecdotas, que corriam a respeito de ricos Judeus leigos, há uma relativa a certa casa de 1640, toda de mármore, com o soalho da sala principal feito de ducados². E dos de Hamburgo consta que não vestiam sómente mantos bordados a ouro e pérolas e joias, mas usavam baixela de prata em dias de festa, e tinham coche com batedor e trintanário³.

Além dos Judeus abastados, vindos das três penínsulas latinas do Sul da Europa, mas sobretudo da ibérica, cultos e bizarros, com pretensões a nobres, descendentes, *si vera est*

cionalmente falsificados. Goethe viu em verdes anos um que levava o sinal da reprovação na cara: *signum reprobationis in vultu*. E por já saber que a nobre serenidade da *Etica* desmentia soberanamente essa marca, começou a internar-se nela, cada vez mais interessado.

¹ Rembrandt pintou pelo menos meia dúzia de Rabinos. Nem todos de mina arrogante, e traje luxuoso. Só um retrato tem nome. O de Manasse Ben Israel, de fisionomia agradável e esperta. Èsse (N.º 269 das Aguas-fortes do ano 1636) foi reproduzido por Maximiano de Lemos no seu *Zacuto Lusitano* (Pôrto, 1909, p. 144). O curioso encontra outros no *Rembrandt* de Adolf Rosenberg (*Klassiker der Kunst in Gesamtausgaben*, 1904) a p. 88, 142, 144.

Quem sabe, com quão soberano capricho Rembrandt enfeitava os seus modelos, sobretudo os de família, podia imaginar que o vestuário dos dois Rabinos de Amsterdam também fosse fantasiado. Ele concorda todavia com as descrições dos historiadores.

O original do segundo quadro que reproduzo, e representa um velho de atitude arrogante, diante um *in-folio* hebraico — pintado em tela em 1634 — encontra-se em Praga, na coleção do Conde de Nostiz.

O primeiro, do ano imediato, pintado sobre madeira, pertence ao Duque de Devonshire (Chatsworth). Vid. p. 84 da obra citada.

² Lembremo-nos da Casa dos Bicos (ou Diamantes) de Lisboa.

³ Vid. Meinsma, p. 138-139, e Graetz, X, 21.

fama, de Judá, sem mistura de sangue bárbaro, havia em Amster-dam, nas pobres e humildes trezentas a quatro centas casas da *Vlooienburg*¹, os *Askenazim*, vindos do Oriente europeio (Alemanha e Polónia), arcaicos no seu traje, sem fortuna, pouco asseados, de caras macilentas, cheios de superstícões, considerados como proletários.

Se Uriel contribuía a sustentar êsses infelizes, as suas relações pessoais eram seguramente com Doutores, Juizes, Escritores e Poetas.

VII

O conflito, as cominações e o pequeno anátema

Vivendo com virtude e modéstia — (como Samuel da Silva atesta, considerando embora essa «virtude e modéstia» como fingida) — Uriel, casado mas sem filhos, começou breve a irritar os Rabinos, com seu modo de vida, e as ideias que confessava.

Emigrado na fé de encontrar na Nova Jerusalém um judaísmo simples, primitivo, puritano, baseado não exclusivamente nos Mandamentos do Decálogo, mas nos cinco livros chamados de Moisés, em cuja origem divina ainda acreditava, reconheceu logo, *transactis paucis diebus*, que os Sábios da Escritura tinham acrescentado à antiga Lei mil preceitos convencionais, aos quais se cingiam, e decretavam que todos se cingissem.

E julgando fazer obra grata a Deus começou a combatê-los como Reformador.

Itaque non potui me continere, imo gratam rem Deo me factum putavi, si libere Legem defendarem.

Falou e escreveu² com a audácia do revertido, expondo as suas ideias individuais sobre a Lei, a Tradição, a Vida Eterna, entrometendo na discussão reminiscências dos Evangelhos, que devoto lera e rere lera tanta vez, assim como conjecturas sobre as tendências in-

¹ Castelo de pulgas. *Pulgatório*.

² ¿ Escreveu? ¿ O quê? — ¿ Cartas? ¿ Tratados? — O jovem Espinosa teve de defender-se também contra as acusações de heresia, numa *Exposição* que talvez ainda exista no Arquivo israelítico — guardada como prova de acusação. Quanto a Uriel, é Samuel da Silva que primeiro declara no *Prologo ao benigno Lector* que «chegado à prova» Uriel não duvidou *dar papel de sua mão*. E o deu, negando nele a *Tradição e Lei de Boca*, e o mais que o leitor encontra na reimpressão feita por Mendes dos Remédios. E com relação a tempos um pouco posteriores o mesmo afirma que viu, e outras pessoas viram «escritos de sua mão, de tantos escândalos e insolências que com razão puderamos rasgar as vestiduras».

natas ao homem, que conduzem a uma religiosidade puramente humana.

Educado como fidalgo, letrado e cristão, não como futuro Rabino, êle era bom Latinista. Mas... não estudara o hebraico. Não podia familiarizar-se com o *Talmud*, nem com a *Kabbala*, nem com os filósofos árabes e judeus da Idade-média.

Eis o que nas congregações lhe increparam constantemente, tratando-o com insistência e ironia de «ignorante, sem autoridade».

; Sobretudo o médico Samuel da Silva, que de mais a mais se ia oferecendo, durante anos, a ser mestre de Uriel, tanto da língua santa, como de filosofia e verdade hebraica¹, sem nada conseguir !

Além disso o homem feito, com costumes arreigados, já se não habituava a respeitar as *leis da boca e o descanso sabatal*, nem tão pouco a recitar as orações rituais que acompanham os afazeres do dia. Francamente crítico ironizava, pelo contrário, os Fariseus e escribas, *tephilim* e *meznuah*: tudo quanto, novo para êle, era oposto à praxe de mais de trinta anos, e tinha por isso mero valor formal.

E os Rabinos ficaram horrorizados, cotejando a renitência de Uriel com a facilidade com que regressavam aos ritos hebraicos os verdadeiros *Marranos* que (descendentes de Judeus, convertidos à força às práticas do catolicismo, sem estarem compenetrados das respectivas crenças), por isso mesmo tinham judaizado a *furto*, com fanatismo. E tratavam-no de *Saduceo* e *Epicurio*².

¹ «Não sabe nada de hebraico nem quis aprendê-lo por pura contumácia». Vid. *Tratado da immortalidade da alma*, p. 77; — *sem lume da língua santa*, p. 78. *Aprende (imp.) primeiro hebraico*, p. 115. Cfr. p. 31, 33, 62, 76. No Capítulo xx torno a tratar dêsse ponto. Claro que a maior parte dos Judeus ignorava a língua santa. No *Conciliador* de Manasse Ben Israel há um encômio escrito pelo Senhor Haham Abraham Coen de Herrera, filósofo, teólogo e cabalista insigne, em que afirma que os Senhores da nação portuguesa tem pouca notícia da fonte hebraica, e por isso devem agradecer ao autor, que com tanto estudo, lição, ciência e trabalho lhes deu obra tão excelente e proveitosa (1632).

² Era praxe dos teólogos judaicos equipararem *Saduceos* e *Epicurios*. Quanto a Uriel, Samuel da Silva designa no *Tratado* (p. 71) «os Epucuros» como primeiros autores da má seita dos Saduceos. Manasse na *Ressurrección de los Muertos*, dirigido *contra tantos Epicureos que oy abrazan el mundo*, chama-os em tudo depravados e afirma que negam a imortalidade das almas para mais a rienda suelta se deixarem levar dos seus apetites lascivos (trecho citado por Maximiano de Lemos no seu *Zacuto* (p. 132, Nota 1). Vid. Lange, *Geschichte des Materialismus*, 2.^a ed., Vol. I, p. 209, Nota 14; e Perles, p. 197.

No Capítulo xiv terei de tornar a falar de Epicuro. Aqui acrescentarei apenas que é inexato o que o autor da *Miscellanea Curiosa e Proveitosa* afirma: Uriel não intentou um processo criminal a seus inimigos por lhe darem o nome de *dis-*



Primeiro — ; depois de quantas discussões ! — foi admoestado pelos Anciãos «com toda a suavidade e brandura». Seguramente em particular, ou pequeno conventículo.

«Não faltaram amigos e zelosos do seu bem que lhe pediram e aconselharam uma vez e muitas vezes, tornasse ao caminho que devia»¹.

Mas como não cedesse, foi ameaçado, creio que formalmente, perante o *Conselho Magno* (reunido na Sinagoga) de que, se não se cingisse rigorosamente a todas as praxes e crenças, deixando de gracejar delas, seria declarado *hereje*, e separado da comunidade.

Minati sunt separationem a congregatione et communicatione omnium tam in divinis quam in humanis.

Uriel persistiu, contudo. Declarou que não deixara a pátria, os lares, o pôsto lucrativo, e a antiga fé, vindo a Amsterdam, se não por causa da liberdade; e de modo algum estava disposto a sacrificá-la². ¡ De mais a mais cedendo a quem não tinha o direito de mandar !

Então foi *en-ermado* com o pequeno *Herem* (*Nidui*). Isto é separado de toda a sociedade, mesmo da dos irmãos, que tiveram de sair da casa comum, no prazo de oito dias.

Mulher e filhos (que segundo a lei podiam ficar com o *enermado*)³ já sabemos que não os tinha em 1623. Da velha mãe nada se diz na Excomunhão, de 30 de Horem de 5383. Essa, penso, foi comunicada ao Magistrado cristão, assinada por cinco Reverendos, entre Juízes e Rabinos, na sua qualidade de *Deputados da Nação*⁴.

cítulo de Epicuro; nem foi dêsse procedimento que se envergonhava quando dêle se lembrava. Muito pelo contrário: arrepedia-se de ter tomado a mal essa designação e de ter chamado insano ao filósofo grego.

¹ É Samuel da Silva quem o diz. Quanto à frequência com que os Rabinos excomungavam, veja-se Mendes dos Remédios, p. 34, 189 e 192. O parágrafo primeiro do Regulamento de 1639 diz redondamente: «O Mahamat tem autoridade absoluta e incontestável. Ninguém pode ir contra as suas determinações sob pena de *herem*.

² «Quia vero minime decebat ut propter talem metum terga verteret ille qui pro libertate natale solum et utilitates alias contempserat, et succumbere hominibus praesertim jurisdictionem non habentibus in tali causa nec pius nec virile erat, decrevi potius omnia perferrere et in sententia perdurare. Lógicamente essa sentença deveria ser a cominação; creio todavia que Uriel se refere à excomunhão.

³ Vid. Basnage VI 22, apud Volkmann.

⁴ É o que deduzo da forma com que principia o *Hèrem*: «Os Snres Deputados

Quanto à data, Graetz, Meinsma e outros fixaram-na em 1617, calculando da seguinte maneira: 1640 menos vinte e dois, isto é, menos os quinze e os sete anos de separação, de que Uriel fala. E por isso designaram como instrumentos da excomunhão os Rabinos Joseph Pardo, Uzziel e Morteira¹.

Agora conhecemos, mercê da feliz descoberta do Dr. Mendes dos Remédios², além da data mais tardia de 1623, os nomes:

*Samuel Abarbanel*³ — *Benjamim Israel* — *Abraham Curiel*⁴.

*Joseph Abenacar*⁵ — *Rafael Jesurum*⁶ — *Jacob Franco*⁷.

Suspeito que os três primeiros seriam os três Juízes que era costume eleger anualmente entre os mais anciãos e venerandos, e constituam uma espécie de Senado e Tribunal⁸, e que os últimos três seriam Rabinos ou Doutores, daqueles que era uso chamar quando se discutiam casos complicados *de fé*.

Uriel que no *Exemplar* narra a sua vida a traços largos, importando-se apenas com os acontecimentos que influiram na sua evolução religiosa, mete entre a expatriação, a desilusão e a excomunhão apenas breves dias (*transactis paucis diebus*).

Das sentenças já proferidas no meio tempo na cidade livre de Hamburgo e em Veneza, com cuja comunidade israelítica a de Amsterdam estava em assídua correspondência, imitando até quase em tudo as praxes de Veneza, direi alguma cousa no capítulo imediato. Dos livros que Uriel escreveu acto contínuo, falarei nos capítulos XVIII e XX.

da Nação fazem saber a Vsms.» No Arquivo holandês deveria haver o documento respectivo, provavelmente bilingüe: original português e tradução holandesa. Quem procurasse entre os processos do ano 1623-24, e não como até hoje entre os de 1617 a 18, oxalá o encontrasse.

¹ Vid. Graetz, X, 441; Meinsma, p. 146; Volkmann, p. 20.

² Vid. *Judeus Portugueses em Amsterdam*, p. 161.

³ Ephraim Samuel Abarbanel chego a ser *chacham* em 1640 (Castro, p. 15).

⁴ O que era preceptor em Ets-Aim? ¿O que escreveu um *Epílogo à Copia de David Curiel*?

⁵ Representante da Congregação de Newe Salom, segundo Castro, *De Synagoge*, p. 13.

⁶ ¿Será Rehuel Jessurun, alias Paulo de Pina? (Kayserling, *Biblioteca*, p. 89).

⁷ Gabay em 1640. Como Parnassim fungiam Morteira, desde 1616; Pardo, desde 1618; Manasse Ben Israel desde 1622; Aboab desde 1626.

⁸ Parnassim são *Gemeinde-ältesten*, em holandês *Bestuurder*. Vid. Basnage, *apud* Volkmann 22, 2.

VIII

¿ Desterro ? ¿ Estada em Hamburgo ?

O Magistrado holandês, avisado dos «crimes» de Uriel — principalmente do gravíssimo de êle ofender pela doutrina, defendida no *Exame das Tradições Farisaicas*, não sómente a *Lei Velha* mas também a Lei evangélica da Graça, negando a imortalidade da alma, — encarcerou-o durante oito a dez dias; impôs-lhe uma multa de trezentos florins; exigiu dos fiadores uma caução de mil e duzentos; e procedeu ou ordenou que o magistrado judaico procedesse à cremação de todos os exemplares do livro impresso por Paulo de Ravesteyn¹. Além disso decretou, ignoramos se imediatamente (o que parece pouco provável), ou por ocasião de nova culpa e acusação, expulsão temporária de Amsterdam *para longe*².

Curioso é, em todo o caso, que ambos os factos pareçam indubitáveis e que ainda assim na Autobiografia não haja uma única palavra alusiva a êsse desterro, nem à estada, voluntária ou involuntária, de Uriel da Costa em Hamburgo, nem à condenação, aí e em Veneza, pronunciada por Rabinos, certamente à vista de escritos dêle³.

Da expulsão (temporária, visto que Uriel tornou a viver em Amsterdam, penso que antes de 1628, ou de 1632 em diante) falam os próprios Rabinos da Holanda em carta a Jacob Halevi de Veneza: «degradaram-no a um lugar afastado do teatro dos seus feitos». Fala também Samuel da Silva no Prólogo do seu Tratado: «pareceo bem fazê-lo degradar como se degradam os empestados»⁴. E no texto o mesmo injuria diversas vezes a Uriel por êle se queixar de que «pola Lei padece o desterro»⁵.

Poucas páginas depois avisa, de resto, que os Rabinos consentiram que *ficasse na terra* — frase que, fingindo estivesse na alçada dêles proibi-lo, mostra apenas o que já disse: que Uriel regressou ao cabo de um prazo não muito longo.

¹ Procedeu; ou autorizou os Judeus a fazer um auto de fé dos exemplares.

² Na *Jewish Encyclopedia* (I, 168) se fala da expulsão como possível (*seems to be*).

³ Cartas ou Tratados manuscritos.

⁴ *Fazê-lo degradar*; e não *degradaram*. O Magistrado de Amsterdam era evidentemente a única autoridade que podia decretar êsse castigo. Na Carta a Jacob Halevy diz-se também que conseguiram finalmente expulsá-lo da cidade.

⁵ Neste caso podia tratar-se (mas não creio que se trate) da expulsão que todos os Judeus peninsulares expatriados costumavam chamar o *desterro lusitano*.

A Hamburgo como sítio do destérro referem-se dois letrados alemães, ainda do século XVII, os primeiros que chamaram a atenção do mundo europeu para a trágica sorte do Saduceo de Amsterdam e para a prosa latina perturbadoramente comovente do *Exemplar*.

O primeiro é o teólogo *Johannes Müller*, pastor antisemita da cidade livre do rio Elba, autor de um livro polémico sobre o *Judaismo detecto* (1644).

O segundo é um seu quase homónimo *Johannes Moller*, reitor da Escola latina de Flensburgo, residente temporariamente em Hamburgo, o notabilíssimo redactor da *Cimbria Litterata*¹.

Não dizem todavia que Uriel fôra obrigado a retirar-se ao florescente empório. Para o escolher (se escolha houve) podia ter contribuído o facto de na sua importante colónia judaica haver outras ovelhas desgarradas, correligionários dêle, como Benjamim Mussafia (1651) e David Cohen de Lara (1602-1674). Possível é também que o Abraham da Costa que teve parte na fundação do Banco de Hamburgo (1619-1623)², fôsse irmão de Uriel, e que os capitais da família toda, ou em especial os do apóstata lá trabalhassem³.

A condenação dos Rabinos de Veneza e Hamburgo não podia incomodar muito o já excomungado. Em todo o caso, êle não foi feliz entre os Hamburgueses. O autor da *Cimbria* alude a desgostos e escândalos que lá sofreu; e o autor do *Judaismo detecto* diz que os Fariseus de lá perseguiam o Saduceo com zêlo veemente⁴. Confirmação dêsses assentos, há-os na Carta dos Rabinos. Imediatas ao passo em que lamentam que no país não existisse Inquisição, de sorte que fôsse possível conseguir sentença de morte contra êle, há as palavras um tanto misteriosas: *Porém os pecados do mau alcançá-lo hão, e êle cairá (¿ morrerá? ¿ sucumbirá?) no lugar aonde se retirou.* Parecem escritas enquanto Uriel estava ausente. ¿ Alusão a doenças? ¿ perseguições? ¿ à miséria a que o condenaram os irmãos, negando-lhe o que era seu, baseados na Lei e em particular na fór-

¹ A respeito de ambos veja o curioso o meu Cap. xviii, e o xxix.

² Perles, p. 207.

³ Graetz, X, p. 19.

⁴ Als vorgedachter *Uriel Jurista*, ein Sadduceer dieses Ortes sich aufgehalten, haben die andern Juden als welche der *Phariseischen Secté* zuzethan seyn, ihn eyferig verfolget.

⁵ ¿ Ou então já caiu? ¿ decaiu, no lugar para onde se fôra? É sabido que o hebraico, sem indicação das vogais, oferece muita vez dificuldades quanto ao tempo verbal empregado. Eu opto pelo tempo passado e alusão às desgraças que Uriel sofreu em Hamburgo (¿ retenção ilícita dos seus bens?).

mula que o excomungado está morto para os seus e extirpado do seu povo?

Por certo, Uriel não sabia alemão. No *Exemplar* escrito em Amsterdam, no parágrafo relativo à primeira reconciliação, há a oração *cum advena sim in his regionibus nec familiaritatem cum civibus habeam quorum etiam ignoro sermonem.* Mas ela refere-se todavia aos Holandeses e à linguagem flamenga¹.

? Os motivos do regresso? Se o realizou em 1628, ou anteriormente, talvez o motivasse o desejo da velha mãe que o acompanhara, de rever os filhos residentes em Amsterdam. Se o realizou em 1632 ou 1633, talvez o propósito de se reconciliar com a comunidade.

Se fôr certo o que conjecturei neste Capítulo, é de supôr que em Hamburgo existam documentos. Nesta hipótese dei passos para que se fizessem buscas tanto no Arquivo dos Judeus como no Arquivo do Estado (no *Rathaus*). A guerra interrompeu a minha correspondência com os lusófilos Dr. Hermann Urtel e D. Luisa Ey. ; Oxalá possa reatá-la em breve!

P. S. As relações já estão reatadas com ambos, hoje professores da Universidade que se formou da fusão do *Instituto Colonial Superior* e da *Escola de Comércio*. Por ora não deram todavia os resultados ambicionados. De um traslado cuidadoso do trecho da *Cimbria Litterata* que obtive, resulta apenas que Moller se admirava, como eu, de Uriel não aludir à sua estada em Hamburgo. Fiando-se todavia nas palavras de J. Müller, julgou dever citar Uriel da Costa entre os *Escritores adoptivos da secunda terra dos Cimbrios*².

IX

A mãe de Uriel

O nome sacro-santo de *mãe*, Uriel mal o menciona no *Exemplar*, devido ao carácter dessa Confissão. Nem cita outras pessoas de família. Apenas diz de passagem, com respeito à expatriação: «*embarcámos não sem grande perigo, minha mãe, eu, e meus irmãos: mater mea et ego cum fratribus meis*

³.

¹ Na *Cimbria litterata* também se diz expressamente *nec sermonis gnarus belgici*. Perles refere essas palavras a Hamburgo e à lingua alemã.

² Veja-se o Capítulo xxix.

³ Ao alemão Gutzkow não passou despercebido o simples *mater mea*. No seu drama introduz essa mãe, a que dá o nome de *Esther*. Bondosíssima. E cega de haver chorado tanto, afim de reforçar o efeito teatral.

Desde 1883 é costume chamá-la *Sara da Costa*¹.

Já anteriormente, em 1877, dera-se todavia o caso de o erudito chefe espiritual da comunidade israelítica de Munich, Dr. J. Perles², ter a agradabilíssima surpresa de encontrar, nas suas vastas leituras de impressos e manuscritos hebraicos, num livro de *Casuística Rabínica*, inopinadamente, uma importante contribuição à Vida de Uriel e sua idosa mãe. Mas a contribuição conservou-se também oculta e ineficaz³. Ela já fôra impressa em vida do revoltado Uriel (1634), sendo portanto a mais antiga de todas, mas passou despercebida.

¿ Porquê? Por ser hebraica e todos os Hebreus terem tido o empenho de *sine sanguine* matar Uriel da Costa e Baruch de Espínoса: por um silêncio inviolável, não espalhando em linguagem os pormenores da sua trágica Odisseia.

De mais a mais o nome odioso do Judeu portuense, ou seja do Saduceu de Amsterdam, não é indicado na Carta hebraica, podendo apenas ser deduzido de indícios dados; e isso sómente por quem, como o sábio e sagaz Perles, conhece bem os pormenores do caso.

Não admira que o tratado alemão do Rabino de Munich — *Eine neu-erschlossene Quelle über Uriel-Acosta — Uma fonte recentemente descoberta relativa a Uriel Acosta*, — publicado numa revista judaica⁴, com separata diminuta, com os documentos hebraicos sem tradução, ficasse na sombra, desconhecida tanto de Meinsma como de Klaar, Volkmann, Kayserling, e Mendes dos Remédios.

Á rara bondade e ao saber especial de um hebraízante português, o tão ilustre quão modesto professor José Benoliel, devo a vantagem de poder aproveitar conscientemente o opúsculo indicado, de que o *savoir-faire* profissional de F. A. Brockhaus me procurara um exemplar. Tenho vivo prazer em publicamente agradecer os serviços gentilmente prestados⁵.

¹ Veja-se o Cap. v, Nota 6.

² Os acontecimentos dos últimos cinco anos não deixaram que me informasse das obras dêsse notável erudito. Apenas conheço o título de um estudo dêle *Les savants juifs à Florence à l'époque de Laurent de Medicis* (em *Revue des Études Juives*, Vol. xii, 1886), por o ver citado na bela dissertação de Joaquim de Carvalho, relativa a *Leão Hebreu* (Coimbra, 1918, p. 23).

³ Na *Enciclopedia Universal Ilustrada Europeu-Americana*, de Barcelona, encontro na lista bibliográfica, do artigo dedicado a Uriel da Costa (Vol. xv, p. 1242 b), feito de materiais contraditórios, o título da obra de Perles, ou seja de uma obra dêle, por ventura diversa da que conheço, visto que tem a data 1879 (?).

⁴ Publicado em *Monats-schrift für Geschichte und Wissenschaft des Judentums?* 1877 (p. 193-213).

⁵ José Benoliel traduziu para mim todas as parcelas hebraicas; em páginas

É na segunda edição das *Consultas ou Preguntas e Respostas* de Rabi Jacob Levy (ou Halevy) e *Responsos do Rabi Jakob Ben Israel Halevi*, impressa em Veneza de 1632 a 1634, que aparece a correspondência relativa à mãe de Uriel da Costa.

Rabinos inominados, de um país em que há liberdade religiosa e não existe Inquisição, podendo os herejes ser punidos apenas com expulsão — isto é, *Rabinos da Holanda*, e sem dúvida da Sinagoga de Amsterdam, dirigem-se ao grande jurisconsulto hebraico, que em 1614 publicara a primeira edição dos seus *Pareceres*¹, e como bom arabista, estava a traduzir o *Alcorão*.

Quanto ao consultente (ou os consultentes, visto que falam às vezes no plural), o Dr. Perles supõe fôssem relacionados com o consultado, e por isso mesmo pensa em *Saul Morteira*, porque nascera em Veneza, *David Pardo*, oriundo de Salonichi, onde Halevy estudara, guiado por Aarão Ben Chasun, e finalmente o precoce *Manasse Ben Israel* (aos 14 ou 15 pregador, professor e escritor aos vinte) visto que cita Halevy nos seus tratados².

Eis agora o caso de consciência, sobre o qual pedem conselho ao talmudista de Veneza:

«Há³ no país de onde escrevem, um homem mau, perverso, que nega por completo a *tradição oral*; escarnece da autoridade rabínica; profere ultrajes e blasfêmias contra os santos e sábios doutores; tentou imprimir um livro em linguagem vulgar para melhor espalhar as suas falsas e nocivas doutrinas; foi por isso acusado pelos chefes da comunidade às autoridades do país, que, embargando-lhe os livros, os queimaram em público; encarceraram-no e expulsaram-no da cidade.

«Além de irmãos bem comportados e ortodoxos, o homem tem mãe, já idosa. Essa habita com ele na mesma casa; pega-lhe na mão; segue as suas doutrinas. Serve-se da carne de rês, por ele mesmo abatida; come no autêntico dia de *Kippur*⁴ e jejua no dia que, segundo os cálculos do filho, supõe ser o *Kippur* verdadeiro — procedendo de modo análogo relativamente ao *Hames*⁵, na Páscoa, e ao trabalho nos dias santificados.

soltas, as extensas; em pequenas tiras de papel, as citações curtas, que delicadamente colou juntas ao correspondente passo impresso.

¹ A 1.^a edição continha sessenta pareceres jurídicos A 2.^a contêm 124.

² Veja-se p. 270, Nota 7.

³ *Ha ou houve*, traduz o consciencioso Benoliel pelo motivo a que já me referi numa nota (p. 272, n. 5).

⁴ O grande dia da reconciliação.

⁵ Pão azymo

«Ora como ela já foi anatematizada e excomungada, e advertida de que, se morresse em estado de rebelião, não seria enterrada em cemitério israelita, e como apesar disso não se importou nem voltou atrás do seu êrro.

«¡Por este motivo vimos preguntar, e isto em atenção aos seus dois excelentes filhos, se, no caso de ela falecer em estado de rebelião, poderemos, ou não, deixá-la *insepulta*!».

/ Deixá-la insepulta! Horror dos horrores para almas pias, quer judaicas, quer cristãs¹.

A resposta de Halevy diz o seguinte:

«Do ponto de vista do direito judaico, não se lhe pode negar inumação decente (ritual). Mas sé o tribunal rabínico de Amsterdam julgar necessário, em virtude das circunstâncias do momento, estatuir um exemplo, afim de pôr termo a ulteriores rebeldias frívolas contra os fundamentos da religião — nesse caso urgente, êle concordaria com um castigo extraordinário, não justificado pela Lei».

/ Não justificado pela Lei! Contra a Lei portanto.



Ignoramos até hoje, qual foi o procedimento ulterior da mãe, e qual o da Sinagoga.

O ódio que a Pregunta respira, a pena de não poderem em Amsterdam lapidar o monstro, nem conseguir que a Inquisição acendesse uma fogueira, de um lado, e do outro lado o rancor e rigor com que Uriel foi castigado, também ilegalmente, torna para mim provável que os juízes seguissem o conselho do velho Talmudista, que exemplifica (para mostrar a licença de *exorbitarem*), citando um caso colhido no Talmud, como o curioso poderá verificar no Capítulo xxiv².

Quanto à mãe, já contei³ que uma *Sara da Costa*, — homónima da mulher de Uriel, que falecera em 1622 — foi enterrada no cemitério de Oudekerk a 4 de Outubro de 1628. E a falta de qualquer indicação a respeito do seu estado civil, torna provável que se trate da mãe do anatematizado. O acrescento *mãe de Uriel da Costa*, nenhum Judeu ortodoxo o teria enunciado⁴. A lei do silêncio assim o preceituava.

¹ Klaar supõe que a mãe fosse cristã de nascença.

² Ainda assim, seria preciso preguntar se o Magistrado holandês teria admitido tal ignomínia? ou se teria sepultado a escomungada? ¿ Onde? ¿ e como?

³ Cap. v, Nota 11.

⁴ Mas ¿ «mãe de Mardochai»? ou de «Aarão»? ¿ se Abraham estava em Hamburgo e Joseph falecera? ¿ Também não estariam vivos? Duvido.

O Dr. Perles ignorava êste facto, apurado (como a morte da mulher de Gabriel em 1622) seis anos depois da sua própria descoberta.

Ainda assim, as reflexões e hipóteses que formula a respeito da mãe, sairam justas, a meu ver⁴.

Como eu, suspeita que, terrorizada pelos Rabinos e a instâncias dos filhos ortodoxos, e talvez de netinhos inocentes, persuadida de que o seu exemplo actuaria na alma sensível de Uriel, e que o salvaria, a velhinha fizesse *in-extremis* as pazes com a comunidade (repugna imaginar-se à custa de quantas e quais humilhações e crueldades).

Assim ficaria explicado, para aqueles pelo menos que acham enigmático deveras o silêncio do filho, por que razão Uriel nada diz da longa e comovente resistência do amor maternal.

Entendo que num libelo de acusação e de vinganças contra os Fariseus como o *Exemplar* (— o que não lhe tira o carácter de testamento apologético que já lhe atribui —) em que Uriel fala dos pais apenas para citar com dôr profunda, os actos malfazejos com que o feriram e lesaram, élé não podia nem queria falar da reconciliação *in extremis* da mãe, que seguramente o magoara, mas que compreenderia e perdoaria.

Se todavia a mãe lhe tivesse ficado fiel até o último alento, e se os adversários tivessem levado a sua fanática残酷 ao ponto de não a enterrar em sagrado ou de a enterrar, só depois de obrigados pelo Magistrado holandês — então sim, o silêncio de Uriel seria não só incompreensível, enigmático, seria realmente monstruoso.

A referência, no *Exemplar*, a enfermidades e tristezas, em que Uriel se encontrou só e abandonado (— «se adoecia, adoecia em solidão» —) devem referir-se ao período posterior a 1628, abrangendo portanto a segunda metade da longa primeira separação, cujas amarguras o levariam ao acto da sua reconciliação.

O espírito estava pronto, mas a carne enfraquecera.

⁵ É o que deduzo da seguinte pregunta: «Sollte vielleicht die Mutter, aus freien Stücken oder unter dem Drucke der ihr angedrohten Massregeln mit der Gemeinde Frieden gemacht, sich auf die Seite ihrer anderen beiden Söhne und der ganzen Verwandten-kreise gestellt und von Uriel abgewandt haben?».

X

A primeira reconciliação

¿ Quando se efectuou ela? ¿ e como? Nada positivo consta a esse respeito. É provável houvesse documentação. A intolerante reserva secular dos Judeus de Amsterdam deixa-nos contudo nas trevas da ignorância.

A lógica manda conjecturar que a fórmula de reconciliação seria a eternamente humana, ou infantil, de *arrependimento, promessa de não reincidir, e penitência imposta* — tudo muito mais brandamente do que à segunda vez, excogitado de modo a não irritar sobre-maneira aquele que requeria readmissão à comunidade.

Segundo a lógica, também, essa reconciliação seria meramente *formal*. Adaptação teórica à regra popular «em Roma faz-te Romano» ou à que nos manda «uivar com os lobos» para não sermos comidos da alcateia. Uriel emprega um provérbio greco-latino que substitue os lobos por macacos¹. Claro que uma reconciliação puramente formal é um acto vil, aos meus olhos. Fraqueza da parte do pensador, abalado fisicamente, e em consequência também abalado psíquicamente.

Com relação à data, sabemos apenas que a readmissão se realizou ao cabo de quinze anos de separação. Quanto ao segundo anátema, Uriel diz que o aturou durante sete. Quanto ao intervalo entre a reconciliação e a nova condenação designa-o mais uma vez vagamente como «muito breve»².

Baseados, como sempre, na única data certa que é Abril de 1640 para a segunda e suprema reconciliação e o seu epílogo fatal, teremos de colocar a primeira em 1633³. Isso, se realmente as novas transgressões das Leis sabatais e da Lei de bôca, a nova acusação, o processo, e a proclamação da *hámmata* ou da excomunhão maior foram *quasi imediatas*, e levaram a comunidade — exasperada pela reincidência e instigada pelo primo que fôra intermediário na con-

¹ *Simiam, ut ajunt, inter simias agendo.* Volkmann cita um trecho dos *Irmãos (Adelphoi)* do poeta cómico Apollodoro, em que se alude ao provérbio.

² *Transactis diebus aliquot* — pouco depois.

³ Meinsma (p. 148) fez o seu cálculo da mesma maneira, mas desconhecendo o teor e a data do primeiro anátema, chegou a conjecturar o ano 1617. No Capítulo vii, eu disse (calculando 1633 menos quinze) que o ano 1617 a 18 seria o da *Cominação*, e que Uriel, lembrado da separação virtual por ela efectuada, o consideraria como princípio dela.

clusão da paz, e pelos conselhos anti-judaicos por Uriel dados aos estrangeiros — a exasperar também o culpado com todos os agravos e requintes possíveis e uma guerra sem mercê.

Quasi imediatas deve todavia ser compreendido *cum granu salis*, como todas as cronologias de Uriel que — mais uma vez o noto — traçava com mão febril em rasgos largos, apenas as ocorrências marcantes da sua vida *espiritual*, através do Tempo que, impassível, descreve *soturno e compassado, o curso perenal da Eternidade*.

Pelo que Uriel narra, ele sempre teve vagar no intervalo para, na solidão e o desamparo material em que o desaparecimento da mãe o deixara, pensar em contrair novo matrimónio; e também para o episódio perigoso com os aventureiros, que desejavam converter-se ao judaísmo, episódio pelo qual, dissuadindo-os, acarretava lenha para o seu queimadoiro¹.

XI

A segunda excomunhão

O teor é ainda desconhecido. É muito possível, fôsse igual ao anátema com que Espinosa foi fulminado em 1656². Terrificante, esse contém sentenças, *por determinação dos Anjos e sentenças dos Santos... com consentimento de Deus e desta santa comunidade*, como: «maldito seja de dia, e maldito seja de noite; maldito seja em seu deitar, e maldito em seu levantar; maldito élle em seu sair; e maldito élle em seu entrar»³.

Para bem avaliarmos a fôrça ou fraqueza de resistência de Uriel da Costa devíamos conhecer o anátema e as consequências funestas, os actos de hostilidade, legal ou ilegal, a que a extirpação do povo levou os irmãos, o primo, e a garotada judaica de Amsterdam⁴.

¹ *Italo uno altero vero Hispano.* Como todavia acrescentasse que ambos vieram de Londres, não faltou entre os comentadores quem dissesse que um era Espanhol e o outro Inglês. (Vid. *Cimbria litterata*).

² O original português do anátema lançado contra Espinosa (*não castelhano, como muita vez fôra dito*) foi patenteado aos interessados pelo Dr. Mendes dos Remédios (l. c.).

³ A nossa ignorância a respeito dos dois anátemas, lançados contra a mãe (Perles, p. 209), é também completa. Ninguém logrou vê-los, «avara e estúpidamente sequestrados à ância de saber de todos os estudiosos» como estão, repito-o de propósito.

⁴ É a tradução de Epifanio Dias «*Espelho da Vida Humana*» que aqui apresento. Exacta, não reproduz, como a alemã de Klaar, a impetuositade estilística do original.

«Decorridos dias, fui denunciado por um rapazito, filho de minha irmã, que eu tinha em casa, com respeito às comidas, ao modo de prepará-las, e a outras cousas donde se inferia que eu não era Judeu.

«Desta denúncia nasceram novas e violentas guerras. Aquele meu *primo*¹, que, segundo já disse, fôra o medianeiro da reconciliação, entendendo que o meu procedimento redundava em vergonha sua, soberbão e arrogante, sobremaneira imprudente e também sobremaneira impudente, abriu contra mim guerra declarada e levando após si todos os meus irmãos², não deixou por tentar meio algum que pudesse por alguma forma contribuir para a ruina total da minha honra, dos meus haveres, e consequentemente da minha vida.

«Foi êle quem desbaratou o casamento que eu estava já para contrair (a êste tempo era eu viúvo), fez com que um meu irmão retivesse os meus bens que tinha em seu poder³, e destruiu as relações que entre nós havia, circunstância que me causou um prejuízo indizível, em consequência do estado em que as minhas cousas se achavam.

«Baste dizer que êle foi o mais encarniçado inimigo da minha honra, da minha vida, e dos meus bens.

«Sobre esta guerra, por assim dizer doméstica, havia outra pública: a dos rabinos e do povo que principiaram a ter-me novo ódio e cometeteram contra mim muitos desaforsos, tais que merecidamente eu os aborrecia...»

«Entretanto sobreveiu novo acontecimento. Acaso conversei com dois sujeitos, vindos de Londres para esta cidade, um Italiano e outro Espanhol, ambos cristãos velhos. Declarando-me serem pobres,

¹ *Amitinus*, derivado de *anita* (*tia, tante*) denomina o filho de um irmão ou de uma irmã do pai. *Primo* é portanto a tradução correcta. Mas como os nomes de parentescos um tanto afastados sejam vagas e duvidosas em quase todas as línguas (exemplo da nossa é o próprio *primo* e o discutidíssimo *concunhado*), diversos investigadores substituiram o *primo* por um *sobrinho*, ou por um *tio*.

² Ao todo eram quatro, segundo verificou Isaac da Costa (Vid. *Navorscher* de 1857, p. 216): *Aarão, Mardochai, Joseph, Abrahão*. Se êste último passara para Hamburgo, sendo um dos fundadores do *Banco*, conforme já indiquei, havia três em Amsterdam. Desses, dois, ortodoxos, segundo a opinião dos Rabinos, viviam na casa de Uriel até 1623. O outro, Mardochai, casado, teria casa sua, como também a irmã. Agora todos os três o repeliam.

³ A retenção dos bens não é consequência canónica da excomunhão. Todavia o tribunal judaico podia resolver confiscação de bens e heranças de um Apóstata, conforme explica Freudenthal na sua *Vida de Espinosa* (p. 71). Parece que realizaram tal resolução, chamada *Munimar Leakkum*, para com Uriel. Assim se explicaria em que sentido êle fala da possibilidade de recorrer ao Magistrado holandês. Vid. Klaar, p. 167, Nota 44.

pediram-me o meu conselho sobre se deviam de aliar-se aos Judeus e converter-se ao Judaísmo.

«Aconselhei-os a que tal não fizessem e se conservassem como estavam, pois não sabiam o jugo que iam pôr sobre o pescoço. Em todo o caso advertia-lhes que não falassem em mim aos Judeus. Assim prometeram fazer.

«; Estes homens ruins, com os olhos no vergonhosíssimo proveito que esperavam colher, agradeceram-me descobrindo tudo aos meus caríssimos amigos, os Fariseus !

«Nisto congregaram-se os Príncipes da Sinagoga; inflamaram-se os Rabinos e a gentalha petulante bradou rijo: ; *Crucifica-o, Crucifica-o!*

«Fui chamado perante o Grande Conselho, propuseram as queixas que tinham contra mim em voz baixa e triste, como se se tratara de um caso de morte. E por fim declararam que, *se eu era Judeu*, devia acatar e cumprir a sentença que proferissem.

«Aliás... tornaria a ser escomungado ¹.

«Então foi-me lido um papel em que se dizia que eu tinha de entrar na Sinagoga, vestido de luto, com uma vela negra na mão e «vomitar» (*evomere*) publicamente, na presença da assembleia, certas e determinadas palavras, *escritas por eles*, bem feias, em que levavam às nuvens as iniquidades por mim cometidas ². Depois havia de consentir em ser publicamente açoutado na Sinagoga, com um azorrague de couro ³, em seguida prostrar-me à entrada da própria Sinagoga para todos passarem por cima de mim, e demais jejuar em dias determinados».

Ardendo em cólera Uriel respondeu redondamente que não podia nem queria cumprir semelhantes imposições.

Nada diz da cerimónia da nova excomunhão. Apenas informa que viveu outros sete anos separado da comunidade.

XII

A segunda reconciliação

E durante outros sete anos continuou a guerra. Na rua lhe cuspiam na cara. Apedrejavam a sua casa. Impediram que recorresse ao Magistrado holandês.

¹ Essa cena, podíamos chamá-la *Segunda Cominação*.

² É outro libelo que deveria estar no Arquivo israelítico de Amsterdam.

³ A pena canónica. Vid. *Moisés*, XXV. 2-3. Cfr. *Corint.*, XI, 24.

Só lhe diziam: «*Submete-te. Seremos pais para contigo.*».
 «*Subjice-te nobis; omnes enim patres sumus¹ nec putes aut timeas nos tecum foede acturos*»².

E Uriel, exausto pela solidão e o desconforto, capitulou afim de na própria carne experimentar até onde iriam os rancores dos Fariseus: *Ut rem usque ad finem perducerem.*

Não traslado a lúgubre cerimónia: Todos devem tê-la na fiel memória. Apenas direi o que nenhum biógrafo salientou: que a scena trágica, realizada na nova Sinagoga, na primavera de 1640, é igual à que, sete anos antes, Uriel regeitara como *execranda*³.

Houve *Subjectio et acceptio per vim extorta*, igual às mil confissões de culpas, quantas vezes imaginárias, — arrancadas pela tortura às vítimas da Inquisição.

XIII

A vingança — ¿ Tentativa de homicídio ?

↓ Tentativa que falhou, mas cujo mau resultado ou resultado nulo teria levado o «criminoso» a suicidar-se, por se ver descoberto !⁴ Tentativa contra o parente próximo que hostilmente o prejudicara, mas a respeito da qual não há um único documento — (quero dizer, como sempre, que não se conhece até hoje assento algum, quer dos Israelitas, quer do Magistrado holandês que prove ou registe o caso). Atentado, do qual nada diz aquele pastor antisemita de Hamburgo, bem informado, que cronologicamente é o primeiro que falou de Uriel e do seu suicídio. Atentado, ao qual não há senão uma única referência antiga — quase meio-século depois de 1640, e essa de um autor de todo o crédito⁵, mas que a respeito do caso nada podia

¹ Epifânio parece que leu por engano *pares*, em vez de *patres*, visto que traduz: *¡¡ somos todos iguais !!*

² «*¶ Hoc te percutiemus ? dicebant, absit hoc cogitare.*»

³ Só não fala do trage de luto e da vela preta.

⁴ Quem conta um conto, acrescenta um ponto. A maneira como os biógrafos interpretam as palavras de Limborch, claro que é levemente transformadora: Ningum afirma que Uriel matou o inimigo. Mas esse inimigo é ora um irmão, ora o primo malfeitor de que Uriel falara por extenso. Ora é com a mesma arma que ele mata e se suicida, ora com outro bacamarte, já preparado para o caso. É de dentro de casa, pela janela, pela porta, ou postado na rua, à espera da caça, que dá o tiro, etc., etc.

⁵ Philippus van Limborch, na obra *De veritate religionis christiana* (Gouda, 1687), em que publicou o *Exemplar* e algumas linhas relativas a Uriel. Em 1662, ao escrever a *Carta a Graaswinckel*, parece que ainda desconhecia o boato.

alegar senão «dizques». Atentado, no qual acreditam ainda assim a maior parte dos biógrafos peninsulares (antagonistas ideologicamente do livre-pensador)¹, ao passo que não lhe dão fé os liberais do Norte que simpatizam com as tendências de Uriel².

Estes guardam silêncio. Passam cheios de compaixão pelos factos posteriores à composição da auto-biografia. Uns supõem que as asas negras do desvairo iam fechando-se sobre o ânimo combalido de Uriel³. Outros tratam o caso abertamente de mito, fabulação, *invenção, ideada pelos Israelitas afim de, aumentando as culpas de Uriel, atenuarem as suas*⁴. —

Eis agora as razões que me levam a descrever do atentado.

A falta de documentos coevos, já alegada, e a maneira como Limborch conta o acontecimento, sem indicar a sua fonte:

«Etenim vindicta aestuans primo fratrem (alii dicunt amitimum a quo se maxime læsum credidit) deinde se ipsum trajicere statuit: ita que in fratrem (seu amitimum) ædes suas prætereuntem sclopetum vibravit; sed cum frustrato ictu non exploderetur, se detectum videns, subito domus suæ janua clausa: alterum eum in finem paratum in se sclopetum exposit, ac se ipsum miserandum in modum trajecit»⁵.

Em terceiro lugar alego que o suicídio não pode ser consequência casual do homicídio frustrado. Quando Uriel, arrependido da sua fraqueza e ingenuidade, e exasperado pelo vil engano com que os Rabinos, fingindo clemência paternal, o haviam ludibriado⁶, pegou na pena para traçar o seu testamento, já resolvera morrer⁷.

¹ Menendez Pelayo, Dr. Mendes dos Remédios, mas também Graetz e Bruno.

² Jellinek, Volkmann, Klaar.

³ Vid. Volkmann, p. 36, e Lúcio de Azevedo, *Judeus portugueses na dispersão* (*Rev. de Historia*, IV, p. 122).

⁴ Vid. Ed. Weller, *Prólogo*; Meinsma, p. 151 (*wie man sagt*); Jellinek, *passim*.

⁵ Verdade é que dicunt só diz respeito à pessoa visada. Mas essa dúvida mostra que toda a história era apenas tradicional. — É só quanto ao achado do manuscrito do *Exemplar* ao pé do cadáver que Limborch cita o testemunho de seu tio-avô *Simão Episcópio*.

⁶ A êsse respeito devo lembrar ainda a continuação do *omnes patres sumus*: «Dic jam semel paratum te esse omnia implere quae nos tibi imposuerimus. Et tunc relinque nobis exitum rei, nos enim omnia faciemus quemadmodum decet». E depois castigaram-no indecorosamente, pecando contra o espírito verdadeiro do Judaísmo, que reprova confissões e retratações. Legais, já o disse, eram apenas as tagantadas. E o psalmodiar. Três vezes se recitavam as treze palavras rituais (versículo 38 do Psalmo 77), uma durante cada tagantada — ao todo trinta e nove, abatendo-se generosamente uma das quarenta que a Lei permite. Vid. *Deuter. XXVIII, 58, 59*. Cfr. Maximiano Lemos, *Zacuto Lusitano*, p. 351.

⁷ O próprio Limborch diz que o delineou quando iam mori decreverat,

Tendo estragado a beleza da vida, santificada pela sincera procura da Verdade e pelos sofrimentos a que essa procura o expusera¹, Uriel — obedecendo ao código de honra do fidalgo peninsular — resolvera morrer pelo menos com bravura, em beleza, *sine dolore*. Condenara-se à morte, em holocausto à sua dignidade ofendida, calcada aos pés.

Longe de mim negar que êle quis vingar-se. A ira refere nas suas entranhas. Se ninguém o protege e defende, tem o direito de vingar-se das injúrias atrocíssimas e dos gravíssimos males que lhe infligiram, tornando-lhe intolerável a vida².

Acusa os irmãos, cujo mestre fôra e cuja ingratidão o magoara profundamente. Acusa o sobrinho que depois da primeira reconciliação o denunciara por ter transgredido as ridículas Leis da boca. Acusa sobretudo o tal primo que naquele acto fôra medianeiro (*internuntius*) e espécie de fiador. Acusa os Fariseus, «seus caríssimos amigos», como o ouvimos dizer com feroz ironia.

¿ Mas um arcabussaço contra êsse parente seria vingança suficiente? Não julgo o autor do *Exemplar* capaz de tal mesquinhez e cobardia. Se fôsse só isso, não acrescentaria *desunt vires: faltam-me as fôrças;* ou *si vires adessent, se tivesse fôrças.* ¿ Fôrças para dar um tiro? ¡ E depois deu dois, e um pelo menos acertou!

¡ Não! ¡ faltavam-lhe fôrças para resistir mais tempo! Fôrças para se calar, e calado suportar a sua miséria, a sua velhice, a sua solidão, as injúrias do poviléu.

A vingança que toma, vencido da vida, é a sua auto-biografia: o *Exemplar Vitae Humanae* — vingança que toma do Magistrado holandês, dos príncipes da Sinagoga de Amsterdam, de todo o Judaísmo, de todo o género humano.

A vingança consiste em desmascarar os Fariseus e *Grammateis*, em legar o seu testamento ao mundo inteiro.

«Seja-me lícito falar finalmente sem peias; dizendo o que penso — e transmitir à posteridade as minhas ideas, e conjuntamente com elas a narração desta minha vida que foi um exemplo de calamidades... Quem escreve às portas da morte um como testamento, deve-lhe ser permitido dizer tudo».

Talvez em toda a literatura anti-semítica (como é costume dizer)

¹ Creio que é êsse «o belo gesto da parte sã da sua vida» a que o Dr. Metides dos Remédios se refere.

² *Et quando quis non habet defensor'em aut vindicem, nil mirum si ipse per se quaerat se defendere et injurias acceptas vindicare... Dico potuisse me juste de istis sumere vindictam pro gravissimis malis et atrocissimis iuuriis.*

— ; biblioteca enorme de que só posso amostras, mas conheço teias ! — não haja palavras tão iracundas e fulminantes, um *J'accuse* tão sentido como o que Uriel com o seu temperamento veemente lançou contra o povo eleito. Eles — os Fariseus — são feios, execrados, abjectos, impudentíssimos, sceleratíssimos, *malæ bestiae*, que se refocilam no vil lodo do lucro, pais de toda a mentira: «Desprezais todas as nações, tendes-as em conta de bestiais; sómente a vós vos levantais até o céu, lisongeando-vos com blandícias, com quanto nada tenhais de que gloriar-vos, a não ser glória o serdes desprezados e odiados por todos, por causa dos vossos costumes ridículos e exquisitos, inventados para vos destacardes dos restantes homens».

E virando-se contra o indiferentismo criminoso do Magistrado holandês acrescenta :

«... Se Jesus de Nazaré, que os cristãos veneram tanto, tornasse a êste mundo, e aprazesse aos Fariseus martirizá-lo de novo, por êle se opôr às suas *Tradições* e à sua *Hipocrisia*, êles poderiam fazê-lo, sem perigo».

Esta é a vingança, a meu ver.

A lenda do atentado, essa deriva evidentemente dos ditos impiedosos de Uriel sobre os seus adversários e principalmente sobre o direito à vingança. No fundo deriva portanto da sua falta de serenidade, tristemente humana; da sua índole apaixonada, luso-judaica.

Habilmente explorado da parte tanto dos Judeus como dos Holandeses que, também impiedosamente, e tristemente humanos, não queriam carregar com a responsabilidade do suicídio que haviam provocado e desejado — peço desculpa de tanta repetição — desejosos de, inculpando a Uriel, desculpar-se a si próprios, o boato foi tomando proporções de verdade, depois de o teólogo eminentíssimo e verdadeiro Philippe van Limborch o haver assentado em 1687¹.

¹ Seja-me permitido lembrar ao leitor que, na mentalidade de crentes, todos os descrentes tem morte violenta. Suicidam-se, ou... o diabo os leva. Lembrem-se das lendas e fabulações relativas ao Fausto histórico, a Lessing, a Voltaire. Lucrécio também acabou mal, segundo o conto narrado por São Jerónimo. Bebeu um filtro de amor e — ; pudera ! — enlouqueceu, e depois de, enlouquecido, haver escrito o poema que principia com a invocação a Vénus — ; *Aeneadum genitrix, hominum deumque voluptas* suicidou-se como Uriel !

XIV

O suicídio

Ninguém duvida dêle. O que quero é chamar apenas, mais particularmente, do que no Capítulo anterior, a atenção para o facto que Uriel achava digno, belo e justo, o gesto final do suicídio (*homicidium sui*) quando motivado. Tal qual os Hindus, Romanos e Japoneses considerou como um dever de dignidade o pôr termo à vida quando não mais pode ser *pura e nobre*¹.

*Satius est cum laude succumbere vel saltem sine dolori mori.
Aut bene vivere aut honeste mori ingenuum decet.*

Lendo e decorando versos de Luís de Camões, como ainda mostrei, Uriel talvez tivesse em mente a forma italiana do provérbio internacional, ritmada por Petrarca²

un bel morir tutta la vita onora,

aproveitada pelo autor dos *Lusiadas* num dos seus formosos Sonetos³, e posteriormente por vários outros Quinhentistas e Seiscentistas peninsulares⁴.

; Che ben mor' chi morendo esce di doglia !

Para ilustrar êste capítulo, apresento ao autor um quadro inspirado por uma das scenas finais do último acto do drama *Uriel Acosta*, de Gutzkow. Seu autor é Samuel Herschenberg, de Cracóvia.

Uriel está num gabinete, bem mobilado, sentado numa cadeira de espaldar, tendo diante de si um *in-folio*. Vê-se na atitude dêle que fez contas com a vida. Curvado, alquebrado, fixa alguma coisa de invisível. Nem ouve o que diz o pequenito de cabelo louro, anelado, que, colocado nos seus joelhos, se encosta ao seu ombro. É Espinosa, sobrinho de Uriel no romance de Gutzkow. Com a direita, a criança toca numas flores frescas que pousara na mesa. Da es-

¹ O vocábulo *suicídio*, moldado sobre *homicidium parricidium*, é de invenção francesa (Abbé Desfontaines, 1752). Usado por Voltaire entrou no Dicc. da Academia de 1778. Em alemão *Selbst-mord*, assassinio de si próprio. A par dêsse termo condenatório, há outro, absolutório, *Frei-tod* (morte voluntária), e mais concordante ainda, o grego *eutanásia* (morte bela).

² *Canzone 16* da *Vita di Madonna Laura*.

³ Soneto 175 *Num tão alto lugar, de tanto preço.*

⁴ Vid. *Frei Agostinho da Cruz*, ed. Mendes dos Remédios, p. 320.

querda escorregam outras, já meio murchas. Nessas talvez incida o olhar vago e desesperado de Uriel. E o pequeno sonhador recita os seus conceitos relativos às flores, conceitos espiritualmente gongóricos como os de Ledesma :

«¿ Sabeis, tio, como distingo as flores frescas, direitinhas nas suas hastes, destas já resequidas ? As frescas são *ideas*, as outras, *con-*



ceitos. Naquelas é o criador que pensa (eu preferiria dizer *que se manifesta*). Nestas é o homem que percebe (que tenta compreender e interpretar). E como a diferença está apenas no perfume e na fresca côr, isto é, na *vida*, eu chamo a Deus *Vida e Ser* (= a *Substância* de Espinosa). E sem essa Vida, esse Ser, as flores que murcharam, já não são flores. São meros conceitos (meros símbolos). Nada mais».

XV

A psique de Uriel — Sua filosofia moral

A psicologia da religiosidade individual (e a sua patologia) é ainda hoje um ramo bem atrasado da psicologia e patologia geral; e eu estou tão pouco familiarizada com os resultados por ventura já adquiridos, que não me atrevo a analizar e explicar a de uma entidade tão complicada como foi Uriel da Costa. Tentarei apenas descrevê-la.

Português, afidalgado pela fortuna e pela educação; filho de pais sinceramente cristãos, mas de ascendência judaica, e portanto com

atavismos amplamente raciais¹, formado em Direito Canónico em Coimbra, ótimo latinista, familiarizado com as obras-primas do paganismo² mas também do Renascimento, Uriel tinha alma profundamente religiosa, e coração bondoso, isento de egoísmos. Era muito amigo dos seus. De temperamento apaixonado, impulsivo, precipitado mesmo mas de mentalidade racialista, incapaz de deixar levar-se como criança com contos da carochinha para a pseudo-religiosidade comum, a *Halbheit* ou mediania morna, a que quase todos nos sujeitamos; incapaz igualmente de conservar, e deixar amadurecer de vagar, no fôro íntimo do seu peito, as suas convicções e fantasias. Pelo contrário, sério e sincero, vêmo-lo sempre disposto a confessar, sem reservas, ficção, ou mentira, tanto as hesitações da sua consciência como as dúvidas da sua razão, e os argumentos que ambas lhe sugeriam contra os transcendentalismos.

Morigerado, «sólcito de salvação eterna, temeroso da condenação», impulsionado pelo nobre desejo de *integer vitae* pôr em harmonia os seus actos com as suas ideias, virou, já homem feito, as costas ao cristianismo porque o Judaísmo do *Deus uno* — e não *trino* — se lhe afigurava mais simples e racional e perfeito.

A essa reversão à Lei do Sinai, que fôra fruto do conjunto das qualidades indicadas, é que Uriel deve todas as desgraças da sua vida. Não podia respirar no Portugal da Inquisição e de Santo Inácio. Nem podia respirar no ambiente hostil da comunidade israelítica de Amsterdam, para onde migrara como para um paraíso. Na engrenagem apertada e complexa do Farisaísmo, absolutamente oposto às suas tendências libertárias e humanitárias, achava-se muito pior do que no Pôrto e em Coimbra.

O facto de êle ter trocado a confissão cristã pela judaica, e depois o judaísmo pela simples religiosidade natural; a excomunhão e expulsão; a readmissão ao judaísmo; nova reincidência em doutrinas e praxes consideradas heréticas pelos Rabinos; o novo anátema, e segunda reconciliação formal (com quanto êle estivesse cada vez menos apto a ser Judeu ortodoxo) e como acto final o tédio de tanta oscilação e... um tiro de pistola, claro que essa seqüência de estados de alma é considerada pelos biógrafos, com abundância de razão aparente, como resultante de *volubilidade, inconstância, fraqueza, cobardia*.

¹ Sempre achei curioso que um Judeu tão típico como *Manasse-Ben-Israel*, se chamasse a si próprio *Lusitano com ânimo batávio*.

² Ele cita diversos clássicos nos fragmentos da *Tradição farisaica*.

Mais benévolos seria chamá-lo *evolutivo* em vez de *volúvel*. — *Still stehen ist sterben.*

Quanto à fraqueza, resta decidir, se merece esse nome o sucumbir após quinze anos de sofrimentos tão cruéis como a defecção dos irmãos e da mãe. Quinze anos de desconforto material e espiritual. ¿ E quanto à cobardia, pregunto, se a confissão de ideias livres, não-conformistas, era ou não, um acto de audácia e mesmo de *heroísmo* no século XVII? ¿ Se deixar a pátria e os lares, por interesses ideais, é um acto de cobardia? ¿ Se protestar pela boca de uma pistola, acabando com a vida, merece essa condenação?



Em harmonia com Volkmann e Klaar (os pensadores que mais a fundo analisaram as ideias filosóficas de Uriel, só esboçadas no *Exemplar*, mas que ainda assim davam para um tratado ético extenso), eu devo citar a opinião de Graetz, o douto historiador dos Judeus, que classificando Uriel como carácter pouco viril, acrescenta que tão pouco foi pensador teórico nem sábio prático: *Er war kein mannhafter Character, kein theoretischer Denker, und kein praktischer Weiser.*

Na sua vida não há o heroísmo rectilineo de quem tenaz e ininterruptamente combate até vencer. Nem há aquele menosprezo altivo, e ao mesmo tempo acautelado, que faz pairar intangível em altitudes superiores às inépcias da multidão.

Já disse que Uriel não era Paulo, nem Lutero. Não pertence às naturezas combativas que, decididas a resistir, quer vencedoras, quer vencidas, entregam o facho sagrado dos seus ideais aos sobreviventes, proclamando o santo e a senha da *evolução*, como os grandes Reformadores e Revolucionários.

Nem pertence à falange dos filósofos que tentam solucionar enigmas mundiais, e por instinto de ponderação, experiência, ou ciência da vida, guardam secretas as verdades que encontraram; ou apenas as desvelam a alguns iniciados, como Espinosa.

Pouco prático, não sabia responder a golpes recebidos, com outros, duplos e certeiros. Não sabia desprezar ataques brutais. Querendo lutar, depôs as armas. *Viveu isolado durante quinze anos, mais sete.* ¿ E nesse tempo não condensou os seus pensamentos num livro de combate! Só depois de desesperado e prostrado, endireita-se momentaneamente. E então confessa a sua ética, construída sobre a base da bondade natural, rompendo com todas as mentiras tradicionais e

convencionais, e isso com energia, franqueza e sinceridade maior do que qualquer seu coevo.

É portanto às complicações e contradições da sua psique, que devemos o que há de extraordinário no *Exemplar Vitae humanae*: quanto a ideas religiosas sobre base ética, um radicalismo absoluto que não teve igual nos dias da sua vida e resplandece, como meteoro fugaz nas trevas do seu século. Quanto ao temperamento, erupções violentas de sarcasmo e indignação moral (contra os tiranos, os hipócritas, os pseudo-religiosos) de quem ama a liberdade, a verdade e honestos procedimentos.

Admiração, neguemo-lha embora. Vencido da vida, êle não a pediu, nem esperou.

Compaixão, comiseração profunda, isso é o que êle requer e merece. Ninguém lha poderá regatear, ponderando as últimas palavras da sua confissão:

Nunc juste judicate, filii hominum, et sine ullo affectu libere, secundum veritatem, judicium proferte — hoc enim inprimis viris dignum est qui vere viri sunt.

Quod si aliquid inveneritis quod vos ad commiserationem rapiat, miseram hominum conditionem agnoscite et deplorate — cujus et ipsi participes estis.



No Capítulo VII ficou dito que os coevos consideravam Uriel como *Saduceo* e *Epicureo*. Como prova, de um lado, da sua veemência, e do outro lado da sua seriedade e veracidade é bom recordarmos de que maneira êle acolheu essa classificação, injuriosa quanto à tenção dos que a lançaram.

Indignado regeitou a classificação de Epicureo, porque então tinha má opinião do filósofo, atacado como defensor da voltúpia e lascivía¹. Mas desde que soube o conceito que de Epicuro, como autor do sistema materialista mais perfeito e completo da antiguidade, faziam pessoas amantes da verdade², e teve conhecimento indirecto da sua doutrina real, arrependeu-se de o haver chamado *louco e insano*³,

¹ Nem mesmo o adepto principal de Epicuro entre os Romanos, o autor do poema *De Rerum Natura*, tão admirado por Frederico o Grande, parece ter sido da intimidade do Jurista luso-judeu. Aliás o citaria. De Lucrécio, que como o *Graius homo* tencionava salvar o mundo do medo tríplice em que andava envolvido, (dos Deuses, da morte, e da vida alêm-túmulo), é o verso, relativo ao sacrifício de Ifigénia, que eu julguei dever antepôr a estas *Nótulas*, por me parecer aplicável à tragédia de Uriel.

² Quem seriam, pregunto de novo: ¿ Cherbury ? ¿ Episcópio ?

³ «In hoc libello (o de Samuel da Silva) Medicus iste copiose me laçerabat,

confessando todavia não poder formar juízo cabal, por lhe serem desconhecidas as suas obras¹.

Ficou também dito que, conhecendo a Lei, desconhecia o *Talmud* e a *Kabbala*.



As fases sucessivas da evolução das crenças e descrenças de Uriel da Costa são bem claras. ¿ Mas o germe inicial do seu scismar, estará êle realmente em *Manuaes de confissão* ou de *Confessores e Penitentes (Summae confessariorum)*?

1) Incapaz de compreender os mistérios da crença cristã, v. g. a idea da trindade; horrorizado com as doutrinas relativas ao Alêmtúmulo, procura uma religião mais simples.

2) Julga tê-la encontrado na Lei de Moisés, no Decálogo sobre-tudo, por ter reconhecido que no Pentateuco não há alusão alguma a prémios e castigos eternos: ao Purgatório e Inferno.

4) Chegado a Amsterdam reconhece que a essa *Lei* se tinha sobreposto a *Tradição* de vinte e tantos séculos; e que essa forjara, de mais de mil elos muito humanos, uma cadeia ferozmente constritora, e outros tantos preceitos opostos à Lei: (*a Lege omnino abhorrentia*).

5) Esquecendo que o *Mahamat* tinha autoridade absoluta e incontestável² discute com os Rabinos, julgando ir assim no recto caminho, agradável a Deus: *Itaque non potui me continere, imo gratam rem Deo me facturum putavi, si libere Legem defendarem.*

6) Lendo e relendo a Bíblia com sagacidade crítica, repara nas contradições que há nela³. Duvida cada vez mais das origens divinas da Lei de Moisés⁴.

quasi Epicuri partes tuentem (per hoc tempus male ego de Epicuro sentiebam et contra absentem et inauditum ex aliorum iniqua relatione sententiam temere proferebam; postquam vero aliquorum veritatis amantium de illo judicium, et doctrinam ejus ut erat intellexi, doleo quod aliquando talem virum *amentem et insanum* pronunciavi, de quo etiam nunc non possum plene judicare, cum scripta eius mihi sunt incognita) «qui enim immortalitatem animarum negabat, parum aberat, quin Deum abnegaret».

¹ Os fragmentos de Epicuro que subsistem, foram coleccionados e editados muito tarde por um erudito alemão. Vid. H. Usener, *Epicurea*, Leipzig, 1887.

² «O *Mahamat* tem autoridade absoluta e incontestável, ninguém pode ir contra as suas determinações, sob pena de *herem*». É o parágrafo primeiro do Regulamento de 1639 que já aleguei mais acima.

³ O *Conciliador* de Manasse Ben-Israel *De la conveniencia (= concordancia) de los Lugares de la S. Escriptura que repugnantes entre si parecen* (Frankfurt, 1632) tem a sua razão de ser, nas declarações de Uriel.

⁴ O argumento principal é que muita coisa contida na Lei é contrária à Lei

7) Nega toda a revelação. Os livros sagrados são obras humanas¹.

8) Quando os Rabinos declaram que nesse caso, não pertence a nenhuma religião — (nenhuma das três confissões monoteísticas) — Uriel replica que pertence à religião *natural*, à *Lei da Natureza*, e lembra-lhes que os próprios Fariseus reconheceram sempre a santidadade dos sete mandamentos *naturais*, observados pelos patriarcas, — anteriores a Moises.

9) À procura das bases dessa primitiva religiosidade natural, encontra-as — ; ingênuo idealista! — nos bons instintos inatos do homem, sem intervenção sôbre-humana, nem revelação por mensageiros divinos: isto é no amor e na solidariedade da família, e na razão humana, livre de sugestões artificiosas, dissimulações, hipocrisias².

10) Bondoso como era, deriva essas sugestões e — todos os terrores inventados por ambiciosos, — do desejo pedagógico de educar, tentando desculpar mesmo os Fariseus e Escribas.

11) O vínculo natural do amor é dissolvido e quebrado pela lei positiva, quer de Moises, quer de outrem, quando preceitua que o pai, o irmão, o esposo, o amigo mate ou atraíçoe o filho, o irmão, o cônjuge, o amigo, por causa da religião³.

Se sôbre essa base ética — não importa aqui, se falsa ou verdadeira — não construiu nenhum sistema doutrinário, antecipou pelo menos ideais morais e de *tolerância*, não só de Espinosa, mas também de Rousseau, Lessing, Kant, Schiller, Goethe. P. ex. quanto à lei que nos manda proceder de sorte, que adoptada por todos, ela conduziria ao bem-estar de todos.

Originalidade, encontro-a no pensar de Uriel, sómente no sentido de êle o ter adquirido lentamente, pela própria experiência, e não da leitura de tratadistas. Não imita nenhum.

Dúvidas e hesitações e heresias doutrinárias, embora perigosas, não eram de modo algum inauditas na época de Gassendi, Hobbes,

natural: *et non poterat Deus, auctor naturae, contrarius esse sibi ipsi.* Quanto a Espinosa que também chegou a não acreditar nas origens divinas da Lei, remeto o leitor à obra de Dunin-Borkowsky, p. 190-199.

¹ Cfr. Espinosa, *Tract. theol. polit.*, p. 108: *Ex his omnibus luce meridiana clarius apparent Pentateuchon non a Mose, sed ab alio et qui a Mose multis post saeculis vixit, scriptum fuisse.*

² São crenças erróneas, contraditadas exaustivamente por Locke, mas ainda hoje partilhadas por ingênuos que nada sabem da evolução histórica do homem.

³ Recomendo ao leitor o belo Capítulo III do livro de Klaar (p. 55-91) — o mais detalhado, exacto e simpático que existe.

Campanella, Vanini, época em que ressurgiu e prosperou a ideia defendida nos libelos *De tribus impostoribus*, que acusa de fraude os três fundadores das religiões monoteísticas.

Na mesma corrente, que arrastou o Luso-Judeu, ia p. ex. o deísta inglês Lord Herbert of Cherbury (1581-1648), pregando uma religiosidade *natural*, derivada não sómente das ideias «pre-estabelecidas» de Deus e da Justiça, mas também, como Uriel, do amor maternal, paternal, filial, fraternal e amical.

É possível que Uriel lêesse a obra respectiva¹, visto que ela foi manuseada por muitos Holandeses, como Vossius, Barlaeus, Episcopius; e também que com êsses conversasse sobre o assunto.

Por causa da sua vida acidentada e solitária é todavia pouco provável que Uriel tivesse relações seguidas com êles e pertencesse a uma secta, quer à dos Saduceos que, conforme é sabido, nem um conventículo formaram em Amsterdam, quer à dos Arminianos ou Remonstrantes, embora seja à simpatia dos sucessores directos do fundador J. Harmensen (1609), isto é a Simão Episcopio e Philippe van Limborch que devamos a conservação do *Exemplar*.

Em quanto vivia, não protegeram o fraco humano — *bicho da terra vil, e tão pequeno*².

XVI

Nomes diversos usados pelo Luso-Judeu:

Gabriel da Costa — Uriel da Costa — Adam Romez — Uriel Abadot

Quanto ao nome de família, não é preciso dizer a Portugueses que a forma correcta (aquela, de resto, de que o próprio se servia³), era a verdadeiramente nacional, galego-portuguesa, *da Costa* (do latim *de illa costa*)⁴, topográfica antes de ser apelido.

Juntar o artigo ao substantivo, escrevendo *Acosta* e *d'Acosta* é moda estrangeira, usada pelos Castelhanos⁵, que também dizem *Oporto*, *De Oporto*, em vez de *o Porto*, *do Porto*, etc. De Espanha passou à França e Alemanha.

¹ *Tractatus de veritate, prout distinguitur a revelatione* (Paris, 1624).

² Cfr. Cap. xviii.

³ Meinsma (p. 143) e Klaar (p. 129), a *Jewish Encyclopedia*, e Maximiano Leitão reproduziram a assinatura de Uriel, tirada da *Collecta* de uma associação de beneficência que fôra publicada em 1857 na Revista holandesa *Navorscher* por Isaac da Costa, conforme já informei no Capítulo v.

⁴ O termo correspondente castelhano, claro que é *Cuesta*, *La Cuesta*.

⁵ Diversos autores espanhóes do apelido (galiziano) *Costa* usaram dessa forma sepúria; p. ex. aquele que escreveu a *Historia da Índia* (José d'Acosta), o do *Tra-*

Os primeiros teólogos, luteranos na maioria, que entre 1640 e 1700, mencionaram o anatemizado, ignoravam o seu nome gentílico e chamaram-no apenas Uriel Jurista¹. Só depois de Limborch haver publicado o *Exemplar* é que da Costa se popularizou.

O nome de baptismo do primogénito de Bento da Costa, do Pôrto, fôra *Gabriel*, um dos hebraicos que o cristianismo adoptara, em virtude da função que o Evangelista Lucas atribue, na scena da Anunciação (I 26) ao mensageiro divino — um dos arcangels na mitologia dos Israelitas². Já o deixei dito no Capítulo I da Vida.

Como todos os conversos Gabriel teve de renegar êsse nome *de pia*, trocando-o contra outro puramente hebraico, no acto da circuncisão³.

Ao próprio Gabriel, ou aos que presidiam ao acto, ocorreu (naturalmente por rimar) o nome de outro arcanjo, menos conhecido: *Uriel*, mencionado no Livro IV (apócrifo) de *Ezra*⁴.

«*Nomen meum quod habui in Portugallia Christianus Gabriel*

tado das Drogas (Cristobal Acosta). Em redacção latina, o próprio Uriel se serve dessa forma. — Duas palavras, de passagem, a respeito do nome *Espinosa*. Esta ortografia com -s- no sufixo, como em todos os nomes em -oso -osa é a única boa e etimologicamente correcta, que todas as nações deveriam adoptar, muito embora o próprio Baruch Benedictus, seu pai Miguel, e seu irmão ... usassem da grafia *Espinoza*, com -z-, porque era moda no seu tempo representar a sibilante branda intervocálica por -z-. E ainda hoje é favorecida por muitos que, pondo de lado a motivação etimológica, entendem que, desde que a pronúncia evolutiva igualou o fonema -z- a -s- intervocálico (reduzindo o seu valor antigo de ds) seria prático decretar o seguinte: no início de palavras, e de sílabas, depois de consoante, isto é sempre que se trata de uma sibilante forte (ss) escreva-se s; tendo valor brando, entre vogais portanto, escreva-se pelo contrário z. Regra anti-etimológica, mas prática, (incompleta embora, porque não se importa com as sibilantes finais), recomendável uma vez que só uma minoria muito pequena sabe por que motivo escrevemos *raçao rezar*. — Em todo o caso os estrangeiros (alemães sobretudo) devem aprender como se pronuncia o nome do grande Panteísta: com ó muito aberto, e z com valor de s brando. E não *Spinotza*.

¹ Na *Cimbria Litterata*, II, 954, vejo indicados a J. Müller, Tobias Wagner, Joh. Fecht e Joh. Christoph Rumetsch.

² No Capítulo I dei a significação tanto de *Gabriel* como de *Uriel*.

³ Sirvam de exemplo João Pinto Delgado, que adoptou o prenome de *Moseh*; Melchior Mendes Franco, o de *David*; Fernan Cardoso, o de *Isaac*; Baltasar Orobio de Castro, o mesmo; João Rodrigues de Castelobranco, o de *Amato Lusitano*; Antonio de Montesinos, o de *Aarão Levi*; Paulo de Pina, o de *Rehuel Jessurun*. Caso oposto é o de Baruch *Espinosa*. Excomungado começou a chamar-se *Benedictus*. Belo nome, que os adversários substituíram por *Maledictus*: «*Benedictus Spinosa quem rectius Maledictum dixeris. Spinosa ex divina maledictione terra*».

⁴ Ezra IV, 1: *Et respondit ad me Angelus qui missus est ad me cui nomen Uriel*.

Acosta; in Judaeos (quos utinam nunquam accessissem) paucis mutatis Uriel vocatus sum¹.

É com êsse nome Uriel que o médico Samuel da Silva apostrofou o renegado na sua violenta acusação (p. 137)². Uriel, também o chamava em 1624 o Magistrado holandês³. Mas, nas inscrições das sepulturas de Ouderkerk é o nome *Gabriel* que é dado ao marido de Sara. Gabriel o nomeia Limborch, talvez porque depois de escomungado, extirpado do seu povo, todos tornassem a dar-lhe o nome cristão primitivo⁴.

Parece que logo no tempo das primeiras discussões os Judeus, vindos de Portugal, fiéis ao costume tantas vezes engracadíssimo de apôr alcunhas, deram a Uriel a de *Adam Romez*, escarnecedo por ventura de uma fórmula muito usada por êle. Se essa alcunha não tivesse passado a ser empregada publicamente, os vereadores Jacob Pieters Hooghamer e Claes Pieters não teriam assentado por escrito, no documento da condicional absolvição do cárcere, a fórmula *Uriet da Costa, aliás Adam Romez*⁵.

Possível é tivesse publicado qualquer tratado com êste pseudônimo que, traduzido do hebraico, significa *Homem-verme* — *Homem-Bichinho* — *Menschenwurm* — *Erdenwurm*. Sendo bíblico, como é⁶, entrara, como palavra alada no pecúlio linguístico comum dos poetas⁷.

Luis de Camões, cujos versos Uriel lia e trelia e sabia de cor, utilizou a fórmula pelo menos duas vezes.

Citaria Uriel por acaso perante os Rabinos o trecho da formosa Canção autobiográfica do Poeta:

Junto dum seco, duro, esteril monte

¹ Os tres fonemas primeiros (*Gab*) foram substituídos pela vogal *u*.

² O facto foi citado por Wolf, e novamente por Mendes dos Remédios.

³ Meinsma, p. 521.

⁴ Manasse alude a Uriel no *Conciliador* (1641 e 1650) nos Capítulos 6, 7, 14, 15, mas não o nomeia.

⁵ Meinsma, p. 521; Rémédios, p. 162.

⁶ Psalmo XXII, v. 7: *ego autem sum vermis et non homo: mas eu sou bichinho e não homem*; Hiob, XXV, 6: *Quanto magis homo putredo et filius hominis, vermis quanto mais o homem, que é podridão, e o filho do homem, que é um bichinho.*

⁷ Compare-se o verso 654º do *Fausto* de Goethe:

*Dem Wurme gleich'ich der den Staub durchwuehlt,
Den wie er sich im Staube naehrend lebt
Dés Wandrers Tritt vernichtet und begraebt.*

Ainda poderia citar diversos outros autores que empregaram o símile do bichinho da terra.

em que aquelloutro expatriado, lamentando a sua sorte, exclama :

Sômente o ceo severo,
As estrelas e o fado sempre fero,
Com meu perpetuo dano se recreiam,
Mostrando-se potentes e indignados
Contra um corpo terreno,
Bicho da terra vil e tão pequeno?

Ou então a última estrofe do Canto I dos *Lusiadas*:

No mar tanta tormenta e tanto dano,
tantas vezes a morte apercebida!
Na terra tanta guerra, tanto engano,
tanta necessidade aborrecida!
Onde pode acolher-se um *fraco humano*?
onde terá segura a curta vida,
que não se arme e se indine o ceo sereno
contra um bicho da terra, tão pequeno?

O direito de ter Uriel da Costa em conta de um admirador e conhecedor de Camões, dá-m'o o facto de êle no primeiro *Exame das tradições farisaicas* citar a melancólica *Esparsa sobre os Disparates do mundo*, que combinam admiravelmente com os dois trechos transcritos e com o destino e infortúnio de Uriel:

Os bons vi sempre passar
no mundo graves tormentos;
e para mais me espantar
os maos vi sempre nadar
em mar de contentamentos.
Cuidando alcançar assi
o bem — tam mal ordenado —
fui mao... mas... fui castigado!
Assi que só para mí
anda o mundo concertado !¹.

Tinha razão portanto, a meu ver, o intérprete, cujo nome ignoro, que na *Fólha Comercial* de Amsterdam, de 15 de Novembro de 1861 (*Handelsblatt*), tentou provar que *Adam Romez* significava *bicho da terra*, enganando-se apenas em derivar a alcunha da scena de reconciliação, em que depois da retratação e flagelação toda a sinagoga (homens, mulheres e crianças) calcara Uriel, ou pelo menos (afim de simbolizar o acto), o tocara com os seus pés. A alcunha tanto servia, de resto, em 1624 como em 1640, na despedida da vida.

¹ É a lição da ed. 1595. Só substituíu o arcaico *cudando* por *cuidando*.

O último termo que Uriel «se pôs por nome», segundo se diz no próprio anátema pequeno, oficial ou quási-oficial portanto¹, o termo *Abadot*, parece-me ser tradução hebraica de *Costa*, no seu sentido latino de *costela*.

E ambos êsses termos hebraicos, *Romez* e *Abadot*, Uriel, que não sabia hebraico e foi agredido por causa da sua ignorância da língua santa, considerada como invenção de Deus, por Samuel da Silva e talvez por Manasse Ben-Israel, Uriel, dado o seu feitio fantasioso e sarcástico, talvez os adoptasse, quando Samuel instava a que a aprendesse, como primeiro passo dado, argumentando «se de GABRIEL fizeram Uriel, façam também Abadot de COSTA».

Meras hipóteses, não o ignoro.

Mas enquanto não houver factos... e explicações psicológicas melhores²...

XVII

O procedimento do Magistrado de Amsterdam — As sectas holandesas

Pelas Nótulas anteriores, em especial pela VI.^a, já se viu que o papel, representado nos processos de Uriel da Costa pela Veneza do Norte, a florentíssima *Cosmópolis* — *Eleutherópolis* — *Alethæpolis* — *Irenopolis* — cidade mundial da *Liberdade*, da *Verdade*, da *Paz*³, não foi tolerante, nem muito protectora.

Encarceramento de oito a dez dias; uma multa de trezentos florins; uma caução de mil e duzentos; a encineração de todos os exemplares impressos do *Exame das Tradições farisaicas*; expulsão temporária do recinto de Amsterdam, para longe: eis o que o Magistrado holandês impusera ao Luso-Judeu, quando em 1623 e 1624 ele foi

¹ Remédios, p. 160.

² A Nota de Meinsma, relativa a êsse nome, não me contenta. *Alcunhas* (ou *alcunhos*) são verdadeiras instituições nacionais em Portugal, desde os tempos mais antigos até os dias de hoje, como tenho provado em diversos escritos meus. Sem documentação mal posso crer por isso que em especial os Judeus adoptassem, além dos nomes novos que lhes eram impostos no acto da circuncisão, ainda outros pseudónimos, de mais a mais «para não se servirem na vida comercial dos seus apelidos nobiliárquicos».

³ Os que não amavam êsse centro de ideias novas, citavam a sátira que o chama centro também

*dé tout ce fatras de libelles pervers
dont le Batave infecte l'univers*

e cidade dos *Herejes* e *Livres-Pensadores*.

acusado pelos Deputados da Nação de ofender pela doutrina tanto a Velha Aliança como o Evangelho¹.

Delongas e dificuldades quando, depois de 1633, o mesmo Israelita, escomungado e depois readmitido à comunidade, e novamente enermado com as maldições da fórmula mais grave, com que Josué amaldiçoou Jericó, quis processar os irmãos, como detentores da sua fortuna.

Silêncio e abstenção, tímida ou indiferente, segundo aquele modo eternamente odioso e passivamente hostil de Poncio Pilato, quando os usurpadores judaicos da jurisdição que ao Estado competia, condenaram o vencido, pronto a capitular pela segunda vez, à expiação ignominiosa de 1640 e ao suicídio.

Silêncio depois da catástrofe.

No Livro das Audiências e Sentenças, de 1624, desapareceram as fôlhas da secção relativa aos meses de Janeiro até Maio.

«Nem mesmo nos Epistolários dos activíssimos teólogos e filólogos neerlandeses, de meados do século XVII, se encontram notícias ou reflexões sobre o caso de Uriel».

Assim dizia Perles em 1877.

Posteriormente foi descoberto por Meinsma a nobre Carta do teólogo Van-Limborch a Graswinckel, de 1622, cheia de compaixão pelo livre-pensador, e de indignação pela demasiada liberdade que a Holanda concedia aos Judeus que acolhera.

Mas, preciosa como é, uma só carta, e particular, é pouco. Uma só andorinha não faz o verão.

O próprio Uriel bem reparou na demasiada transigência do Magistrado da Holanda, em cuja justiça se fiara. Qualifica os Príncipes da Sinagoga de *homens particulares, realmente sujeitos a jurisdição holandesa (particularis homines alienae potestati subjecti) e homens sem direito de julgar (jurisdictionem non habentibus)*².

E cheio de amargura exclama no fim: «De uma coisa me espanto e realmente ela é espantosa — que Fariseus *admitidos entre cristãos*, possam agir como *Juízes*... Com certeza é ignominioso e intolerável que, dentro de *um estado livre, que professa conceder liberdade e paz, e proteger o homem*, finalmente não se proteja aquele que é injuriado e lesado por Fariseus»³.

¹ Vid. Meinsma, p. 521. Na reprodução do Dr. Mendes dos Remédios a data 1621 deve ser erro de imprensa.

² Os Parnassim judaicos tinham o direito de decidir questões de religião. E é exactamente desse direito que abusavam, alterando os limites entre delitos religiosos e delitos comuns civis.

³ *Unum inter multa miror et vere mirandum est quomodo possunt Pharisei*

E Limborch admirava-se igualmente de que Judeus, como se formassem um Estado e fôssem verdadeiros Juízes de um tribunal, pudessem sentenciar, como sentenciaram contra Uriel. «Na verdade, isso parece usurpação do supremo poder judicial que exclusivamente era atribuição do magistrado holandês»¹.

E como o liberal Limborch, pensariam todos os seus correligionários: os Arminianos, e todos os mais dissidentes.

Sómente entre êstes — os únicos coevos holandeses que depois da morte deram provas de se interessar por êle — é que por ventura Uriel poderia ter tido amigos influentes — ponto em que já toquei mais acima. O desconhecimento da língua holandesa não era obstáculo absoluto. O autor do *Exemplar Vitae Humanae* podia substituí-la, vantajosamente pelo veículo da ciência, a língua latina. Mas, repito, não há indício algum de que o Luso-Judeu pertencesse à secta dos Arminianos².

O fundador Harmensen que, revoltado contra a doutrina calvinista da predestinação absoluta, côncio dos perigos do sectarismo, tentara reunir todos os grupos anti-papistas, obrigando-os a sujeitar-se a algumas poucas regras, êsse falecera em 1609³; o velho Oldenbarneveldt fôra decapitado em 1619; Hugo de Groot, o eminentíssimo criador do Direito das Gentes (*De iure belli et pacis*), fugira, no mesmo ano, condenado a perpétua reclusão.

O sucessor de Harmensen, o já citado teólogo Simão Episcópio (Biskop, 1583-1643), êsse sim, poderia ter sido relacionado com Uriel, visto que, de 1634 em diante, viveu como professor em Amsterdam. E talvez seu irmão Remberto.

No espólio de Simão é que se encontrou o *Exemplar* que em 1687 veiu parar nas mãos de seu sobrinho-neto, o afamado Philippe van Limborch.

O que êsse diz de um inominado cidadão ilustre que o comuni-

inter Christianos agentes uti tanta libertate ut etiam judicia exerceant... Certe hoc ignominiosum est et quod tolerari non debuit, in civitate libera quae profitetur hominem in libertate et pace tueri, et tamen non tuerit a Phariseorum injurias».

¹ Sane haec summae jurisdictionis quae uni supremo competit magistratui, usurpatio maxime videtur. — Vid. Meinsma, p. 522.

² Remédios, p. 162.

³ O partido apresentou ao Estado, em 1610, uma justificação das suas crenças, a que deu o título de *Remonstranz*: remonstração. Mas o clero holandês, educado em grande parte em Genebra, e por isso calvinista, prevaleceu, protegido como era de Mauricio d'Orange. O Sinodo combateu, condenou e baniu os Remonstrantes. E só depois da morte de Maurício (1623) poderam voltar e viver em paz na Holanda.

cara a Episcópio¹, pode muito bem ser invenção, feita *ad hoc*. Invenção, também a nótula que apenas se tratava de um apógrafo, e não de um autograma.

Pia fraude a que as circunstâncias o forçavam, mas que não teve consequências daninhas.

PARTE SEGUNDA

Escritos relativos a Uriel da Costa e escritos dêle

XVIII

Correspondência judaica, aparentemente espúria, de 1641, relativa a Uriel da Costa

Estudando em 1918 o *Espinosa* de Dunin-Borkowsky fiquei surpreendida ao encontrar na bem-estilizada narração da Vida de Uriel, considerada como prelúdio da de Baruch-Benedicto, alusões a uma fonte coeva para o último acto dela, ou seja para o espectáculo inquisitorial da readmissão à comunidade que, ideada como punição, ficou sendo sentença de morte para o Judeu lusitano *ex ordini nobilium*.

Essa fonte (se fonte fôr) é uma Carta particular escrita (se escrita foi) em Amsterdam a 25 de Dezembro de 1641 por um Judeu hispano-português que se manifesta testemunha ocular da scena fúnebre, a qual narra a outro Judeu, seu amigo, residente em Lisboa.

No fundo a descrição não é mais do que um resumo da que o próprio Uriel dera na Auto-biografia. Nova é apenas a menção, aliás evidente, de sábado como dia da cerimónia², e a designação de *sayon* para o guarda-portão (*janitor*), assim como a hebraica de *haṣan* dada ao *præcentor* (*Vorbeter*). Dois ou três tracitos de côr local³.

No fim da Carta há duas notícias não hauridas no *Exemplar*, que seriam importantíssimas, se realmente fôssem de 1641 (ou 1640),

¹ In defuncti ædibus scriptum hoc fuit repertum cuius apographum pro avunculo meo Simoni Episcopio ab eximio quodam hujus civitatis viro communicatum ego inter scendas ejus repperi.

² Nova, quanto ao texto original, e às versões exactas. No resumo de Pelayo (p. 604) já lá figura sábado.

³ *Concionator seu sapiens* deve ser o Rabino; *sacratissimus praeses* o decano entre os juízes. Vid. Volkmann, p. 27.

para a questão que tratei nos Cap. XIII e XIV. A primeira é relativa à vingança de Uriel: ao supôsto atentado, do qual, como comuniquei, sabíamos exclusivamente pela nota de Limborch.¹ E diz que «arrebatado de diabólico furor Uriel quis matar o primo que lhe tinha preparado tal afronta, e não o conseguindo, se matou de um arcabuzazo».

O segundo acrescento, inteiramente novo, informa que ao saberem do suicídio os Judeus exclamaram: «Assim Deus confunda todos os inimigos da Lei». Epítápio que está em harmonia com os desejos dos Rabinos, expressos na Carta a Jacob Halevi.

Dunin-Borkowsky indica como fonte directa sua um opúsculo de um Galiziano: Benito Fernandez Alonso, intitulado *Los Judios en Orense en los siglos XV a XVII* (1904). Nesse estudo, em que Uriel figura sem grande necessidade¹ (p. 27-28), informa o erudito autor que a carta já fôra publicada por Menendez Pelayo em 1881, e entre-saca, dos comentários dêle, pormenores que assombram por serem contrários aos historiados na Auto-biografia; e autenticados por outros documentos; contrários também ao que Menendez Pelayo ensina em outras partes.

Segundo êles *Daniel da Costa* — o lapso, aliás repetido, podia ser do relator influído pelo nome do repetente — era filho de pais israelitas. ¡Uma inexactidão! — Converteu-se ao catolicismo, juntamente com sua família. ¡Duas! — ¡Em prémio do seu arrependimento foi nomeado... sacristão! — ¡Três! — Recebeu ordens (ordenado *in sacris*). ¡Quatro! — inexactidões.

Parece obra de quem, mal conhecendo Uriel da Costa anteriormente, leu com precipitação o Capítulo que Pelayo lhe dedicou na *Historia dos Heterodoxos*. Que haja inexactidões tais num artigo, leve e breve embora, do próprio Pelayo, mal posso crê-lo, lembrada de que na obra citada refere, fiel à verdade, que os pais eram católicos ferventes e o filho, religiosíssimo, assim como o facto de, após estudos de direito, êle ter obtido o pôsto de tesoureiro de uma Colegiada; lembrada também de que Pelayo nada acrescentou ou alterou nos *Apêndices*, nem nos *Addenda e Corrigenda*, impressos um ano depois, no Volume (III) final da obra, como seria de presumir, se realmente durante a impressão lhe tivessem vindo às mãos documentos novos.

Claro que recorri logo à cuidadosa *Bibliografia Pelagiana*, de Adolfo Bonilla y San Martin, e não topando lá nenhum trabalho es-

¹ Conheço, por obsequiosidade do autor, outros artigos dêle, relativos aos *Judeus em Orense e Monforte*, publicados na revista *Galicia* (II, 489) e *La Voz de Galicia* (1888), assim como um pequeno tratado cujo título é *El Gallego* (1897).

pecial do inolvidável Mestre sobre *Uriel*, incomodei êsse meu excelente amigo repetidas vezes, pedindo explicações. Metendo-se em campo, com bizarra gentileza, o ilustre catedrático apurou, num antigo apontamento seu manuscrito, bastante vago, que se tratava de um artigo inserto no jornal *El Dia de 25 de Mayo de 1881*. Por mais que procurasse e fizesse procurar, êsse número do periódico, que fôra efêmero, não aparecia porêm. Na Biblioteca Nacional de Madrid faltam, na colecção respectiva, os meses de Abril e Maio. O Sr. Benito Fernandez Alonso, interpelado, respondeu que não guardara o exemplar de que se servira, e mal se recordava o acontecido. Em cartas particulares, com que me honrou, confirmou essas indicações (Abril e Junho de 1919).

Fica, por isso, por enquanto, desconhecida a fonte primeira que inspirou o suposto artigo de Pelayo. Oxalá no país vizinho alguém que lêr estas páginas, possa desvendar o mistério e mostrar-me o artigo de balde procurado. Da dificuldade de o encontrar e do facto de Pelayo não mais o haver utilizado, mas sobretudo das dúvidas que suscitam os fragmentos, reproduzidos em Orense, deduzo a suposição que êle reconhecerá o *não-valorimento* do papel que algum fraudulário lhe enviara.

Êsse documento parece-me ser ficção, aliás fácil, de quem desejava autenticar o atentado de *Uriel*, e pôr ao lado da Carta compassiva de Limborch outra adversa a *Uriel*; e sobretudo desejava satisfazer os anelos do professor Perles, descobridor da correspondência entre os Rabinos de Amsterdam e o de Veneza, que dissera: «No fundo [a carta escrita pelos adversários de *Uriel da Costa*, confirma a veracidade da exposição feita no *Exemplar*. Oxalá também com respeito à reconciliação com a Comunidade, a nova excomunhão e o acto público de penitência, que conhecemos exclusivamente das páginas de *Uriel*, surja uma fonte judaica].»

¡E três anos depois ela surgiu! —

Eis agora as minhas objecções aos dizeres da tal Carta, que reproduzo entre os Documentos¹.

O texto, apresentado pelo Sr. Benito Fernandez Alonso, está redigido em castelhano moderno. A data é 25 de Dezembro de 1641, como correspondente a 5400, como se meado o século XVII ainda fôsse uso começar o ano novo no dia do Natal, e não no primeiro de Janeiro².

¹ Vid. Documento III (XXVI).

² Quanto à praxe antiquada lembro ao curioso que Montaigne dizia nos seus *Essais* quanto ao ano de 1572: «Je nasquis entre unze heures et midi le dernier jour de fevrier mil cinq cens trente trois, comme nous contons à cette heure, commençant l'an en janvier».

Quanto ao signatário *Miguel Levi de Barrios*, acho estranhável a combinação do prenome cristão e do hebraico. Amador de los Rios, Kayserling e Menendez Pelayo (para citar apenas os críticos mais conspícuos) ensinam-nos que *Miguel* de Barrios, entre os Judeus Daniel *Leri* de Barrios¹, nasceu perto de 1625 em Espanha, contando portanto em 1640 aproximadamente quinze anos. Só em 1659 reverteu ao Judaísmo em Livorno, mudando de nome. Das Índias ocidentais, onde foi como militar, voltou em 1662, ficando em Bruxelas até ser reformado. Em Amsterdam não se estabeleceu senão em 1674. Aí viveu da sua pena, escrevendo poesias e prosas de ocasião. A data do falecimento é 1701².

É pois impossível que, Cristão-Novo até 1659, assistisse em 1640, Judeu entre Judeus, na Sinagoga de Amsterdam, à flagelação de Uriel da Costa e fosse amigo dêle.

O destinatário, António Enriquez³, também Capitão espanhol como Barrios, era realmente contemporâneo de Uriel. Mas não consta que se vissem. Perseguido pela Inquisição (dizem que em virtude de intrigas palacianas), fugiu para França, perto de 1636, e nunca mais voltou à península. Embora a sua obra denuncie simpatia pela raça judaica⁴, não se sabe quando judaizou. Nem se conhece prenome hebraico de que usasse. Consta, todavia, que em 1660, foi queimado em efígie⁵.

Segue-se que não podia estar em Lisboa em 1640 (ou 1641). Certo é apenas que morreu em Amsterdam (1662).

¹ As suas primícias assinava-as *El Capitan Don Miguel de Barrios*; as últimas obras *Daniel Levi de Barrios*. Vid. Álvaro Neves, *Bibliografia Luso-judaica*, Coimbra, 1913 (p. 29).

² Na *Biblioteca* de Kayserling encontra-se a extensa lista das suas publicações. De passagem seja dito que uma delas contém o retrato de D. Francisco Manuel de Melo.

³ Note-se a forma cristã do nome que êste «Português enxertado em Galo ou em Monsieur» conservou, chamando-se embora mais explicitamente em Espanha e França ora *Antonio Gomez Enriquez*, ora *Antonio Henriques Gomes*, ora *Enrique Enriquez de la Paz*.

⁴ Escreveu um *Sanson*, e versos ao mártir Lope de Vera.

⁵ A respeito das obras de Antonio Enriquez, consulte-se A. de los Rios, *Judios*, p. 570-608; Pelayo, *Heterodoxos* (II, 611); Kayserling, *Biblioteca*, s. v.; Álvaro Neves, p. 10. Cultivou todos os géneros com mais audácia que fortuna. O *Sanson* e *La culpa del primero peregrino* são, segundo Pelayo, exemplos da mais perversa, altissonante e hiperbólica poesia que se conhece em língua castelhana. D. Francisco Manuel de Melo, que se ocupou desse António e da sua *Politica Angelica*, no *Hospital das Letras*, e provavelmente o conhecia em pessoa, chama-o desaprovado e fantástico (p. 96) e combate com indignação as suas «corrutas doutrinas políticas» (p. 114).

E agora não direi eu, que digam os meus leitores o que fica em pé da Carta de que Benito Fernandez Alonso publicou fragmentos. E depois de a haverem relido, resolvam, se o que leram é carta de uma testemunha ocular da scena-tribunal, de amigo a amigo e a respeito de um amigo, ou... um relatório extraído a frio do *Exemplar Vitae Humanae*. Com pouca precisão até.

XIX

Os primeiros Protestantes e Remonstrantes que se ocuparam de Uriel

Falando de Hamburgo, a cidade hanseática, como lugar onde Uriel, desterrado de Amsterdam, fixou residência, que duraria alguns anos, tive de citar dois protestantes alemães, luteranos ambos, um oriundo mesmo de lá, outro da próxima cidade de Flensburgo, os quais, com a curiosidade científica e religiosa, que é apanágio dos Germanos, se ocuparam do Israelita português primeiro que qualquer outro Europeu: Johannes Müller I, e Johannes Moller II (quási homónimos)¹.

O que mais especialmente os interessava era naturalmente o facto de o Catolicismo, ou seja o Jesuitismo de 1600 não haver satisfeito as aspirações do pensador e sonhador, de natureza religiosíssima, como Espinosa. E também o outro de o Judaísmo ainda lhe haver agradado menos.

O mais antigo dos dois autores, pastor em Hamburgo, de tendências anti-semíticas, e seguramente muito acreditado pregador, visto que os correligionários o tratam de *antistes hamburgensis*, esboçou uma biografia de Uriel na obra (redigida em alemão) *Judaismus oder Judenthumb*, que apareceu quatro anos depois do último acto da tragédia. Seguramente tivera entre mãos um traslado manuscrito do *Exemplar*. Não se vê se por ventura conhecera pessoalmente o desgraçado scismador. O leitor encontra a tradução entre os *Documentos* (XXVII)².

¹ A homónímia está completa nos tratados latinos onde ambos são *Mollerus*. O pai de *Moller II* ainda se escrevia *Möller*, forma dialectal de *Müller* (*molinarius*, ou *moleiro*).

² Segundo Meinsma, foi Graetz o primeiro entre os eruditos modernos que recorreu a essa fonte (vol. X, p. iv das *Anotações*). Posteriormente foi sobretudo o Dr. Walter Volkmann, exactíssimo em todas as suas alegações, que explorou o *Judenthumb*, de que viu um exemplar na Biblioteca de Breslau, riquíssima em livros judaicos e anti-judaicos.

Nas obras enciclopédicas e de bibliografia dos séculos XVII e XVIII, escritas no idioma internacional dos eruditos, o título da obra aparece sempre latinizado, como *Judaismus detectus* ou *Prolegomena ad Judaismum detectum*. O nome do autor, também latinizado é ora dado como Joh. Moller (p. ex. na fundamental *Bibliotheca Hebraica* de Wolf)¹, ora como Joh. Müllerus (p. ex. na *Cimbria litterata* de Moller II). E dos tratados latinos passou assim para os não-latinos², em peculiar para os neo-latinos, como a *Biblioteca Lusitana*, de Barbosa Machado³.

O outro Johannes Moller II já foi citado por Perles, com indicação da obra monumental latina, em que o erudito Flensburguense registou os autores filhotes da sua pátria maior (Jütland e Schleswig-Holstein) e tem o título clássico de *Cimbria litterata*⁴. Nela relata a' estada de Uriel em Hamburgo e o escândalo que as suas ideias suscitaram entre os Fariseus (aos quais aplica a alcunha de *Apellas*⁵) baseando-se no antecessor, sem a seu respeito acrescentar algo novo. Quanto ao resto, é muito mais explícito, como o leitor poderá verificar no *Documento XXX*. Cita, p. ex., uma longa lista de Protestantes da Alemanha do Norte (Lübeck, Rostock, Greifswald) que perto de 1700 já haviam apontado, em obras de pedagogia e teologia, o caso de Uriel—considerando-o quer ateu, quer deista, quer Saduceo⁶.

Consultando a *Biografia Alemã Universal (Allgemeine deutsche Biographie)*⁷, à procura de ambos, encontrei, desgostada, notícias apenas a respeito do autor da *Cimbria* e da *Homonymoscopia litteraria*, publicação póstuma lançada pelo filho do autor (1699 e 1744).

Moller nasceu em Flensburg, e conquanto estivesse às vezes em

¹ Vol. III, p. 1115 e seg.

² Como *Jüdische Merkwürdigkeiten*, de Schudt (Franckfurt, und Leipzig, 1714). Latinizado o título é *Memorabilia Judaica*. Vid. vol. I, p. 287.

³ Vol. II, p. 127.

⁴ *Cimbria*, claro que deriva do nome daquela antiga tribo germânica dos Cimbros, que juntamente com seus vizinhos, os Teutões, invadiram a Itália no segundo século antes de Cristo. A *Cimbria litterata sive historia scriptorum Ducatus utriusque Slesvig. et Holst. tripartita* consta de três volumes (1744). Um *Prodromus* já aparecera em vida do autor (1687).

⁵ Ignoro quem se lembrou de aplicar aos Fariseus esse termo, mais apropriado para Ateus, se eu tiver razão em derivá-lo de aquele incrédulo que inspirou a Vergílio o seu *Credat Judaeus Apella*.

⁶ Na *Lista Cronológica*, cito-os a todos, mesmo aqueles cujas obras me foi impossível consultar.

⁷ Essa indispensável publicação da Comissão histórica da Academia das Ciências de Baviera apareceu de 1875 a 1898, em Leipzig (44 vol.). Na *Homonymoscopia*, *Gabriel-Uriel* entrou por causa da duplidade do nome.

Hamburgo, residia na terra natal como Mestre-Escola e Reitor. Não era pastor. Nem anti-semita. Bayle trata-o de *fort savant homme*. Viveu de 1661 a 1725¹.



Quanto a Philippe van Limborch, humanista e teólogo holandês, muito estimado, que nasceu e morreu em Amsterdam (1633-1712), bastará lembrar que tendo freqüentado em Utrecht os cursos de Vóssio e outras sumidades, exerceu a função de pastor, primeiro em Gouda, e posteriormente na cidade natal, onde também foi lente no Seminário dos *Remonstrantes*. Firme propugnador das ideias de Harmensen, de verdadeira tolerância religiosa, rara nos seus tempos, escreveu, além de obras de erudição como a *Theologia christiana* (1687) e a *Historia Inquisitionis* (1693), a *Vida de Simão Episcopio*, seu predecessor, correligionário e tio-avô². A mais valiosa das suas obras, filosóficamente, é todavia a volumosa dissertação *De veritate religionis christiana: Amica collatio cum erudito Judaeo* (Gouda, 1687), isto é, com *Isaac Oróbio de Castro*, o panegirista estreme do Judaísmo, relacionado com Espinosa³.

Nessa obra incluiu, como terei de repetir depois, o *Exemplar Vitae Humanae*, seguido de uma *Refutação* das ideias de Uriel, porque, por mais simpatia que lhe inspirasse o martírio do livre-pensamento, não concordava com a polémica do Luso-judeu contra o Cristianismo⁴.

Foi entre os papéis do tio-avô que, entre 1662 e 1687, ele encontrou a *Autobiografia*. Apógrafo que fôra dado a Episcópio por um cidadão exímio de Amsterdam, segundo diz; mas por ventura um autógrafo, directamente entregue ao Remonstrante pelo Rebelde vencido⁵.

¹ Vol. xxii, p. 127. Entre os vinte e cinco letreados de nome *Johannes Müller* (p. 581 a 637) não descobri o Hamburguês de 1644 — lacuna que já notifiquei à Redacção.

² *Vita Simoni Episcopii*. Quanto a esse teólogo de vasto saber e admirável constância já deixei dito que dera forma dogmática às ideias de Harmensen e fundara o *Seminario dos Remonstrantes*. Viveu de 1583 a 1643.

³ Primeiro concordava com o panteísmo de Espinosa. Depois, combateu-o. Vid. Kayserling, *Biblioteca*, p. 81 e Voltaire, *Mélanges: lettre sur les Juifs*.

⁴ *Brevis refutatio argumentorum quibus A-Costa omnem Religionem Revelatam impugnat*. No Prólogo do seu tratado põe em relêvo igualmente a sua não-concordância com as ideias de Uriel.

⁵ Já disse, e no Cap. xxiii vêr-se há de novo, que me inclino a pensar numa pia-fraude, quanto ao manuscrito do *Exemplar*.

XX

O primeiro livro de Uriel

A insistência com que, no Testamento apologético que legou à posteridade, Uriel se refere aos irmãos, intimamente convencido da santidade dos laços naturais, o dó profundo com que salienta a defecção final dêles todos, eis os factores que me sugerem a conjectura que a redacção do primeiro tratado, relativo à *Lei mosaica* e às *Tradições farisaicas*, tivesse por móbil verdadeiro o desejo de se justificar perante a família, expondo pela Lei (EX IPSA LEGE) a futilidade das *leis da boca*, e leis do *Calendário judaico*, e centenas de outras leis, que os Fariseus observavam e exigiam que êle também observasse.

Separado pela primeira excomunhão — em oposição à lei *natural* e à lei *patriarcal* — dos consangüíneos cujo mestre fôra (*quibus praceptor fueram*), e que reconduzira ao Judaismo, rapazes dos quaes, salvo êrro, dois ainda dependiam dêle materialmente e espiritualmente¹, êsses passavam na praça pelo quásipai sem o saúdar, com medo dos Rabinos (*propter metum illorum*), a princípio talvez tristes, magoados, mas pouco a pouco com ressentimento, despeito e antipatia.

O principal grito de alma, fruto dessa dolorosa experiência e da que separou dêle a velha mãe, que exalou no Testamento, diz respeito ao amor de família, tão arreigado em regra em corações judaicos, quando não é perturbado ou aniquilado por odiosas e pecaminosas Leis positivas.

«Diximus inter parentes et filios, fratres et amicos naturale esse amoris vinculum.

«Tale vinculum dissolvit et dissipat lex positiva sive illa sit Mosis, sive cuiuscumque alterius quando praecepit ut pater, frater, coniug, amicus filium, fratrem, conjugem, amicum occidat vel prodat Religionis ergo².

¹ Aarão e Joseph, segundo os meus cálculos. Os dois mais velhos — quásidida de Uriel — já estavam independentes: Mardochai, casado e estabelecido em Amsterdam; Abrahão, provavelmente, banqueiro em Hamburgo; a irmã, também casada.

² ¿ É, ou não é, o mesmo grito de alma que, mil e seis centos anos antes, o Epicuro romano exalara na epopeia filosófica *De Natura Rerum* (ou *Do Uni-*

Para os irmãos (não-letrados) o perceberem, e para que também todas as comunidades israelíticas de Amsterdam, Hamburgo e Veneza se pudessem inteirar do seu modo individual de ser religioso, é que escreve o *Exame de Tradições Farisaicas* em vernáculo. Enquanto o elaborava (*post coeptum opus*), ao lêr e relêr a *Lei*, certifica-se de que nos Livros chamados de Moisés, só se fala de prémios e castigos temporais. Reflete sobre os que não acreditam na outra vida nem na imortalidade da alma — o problema magno que já em Portugal o preocupara. Estudando, e comparando os diversos textos do Velho Testamento, reconhece que é preciso pôr de parte certos livros tardios como o de Esdra e o de Daniel, pôsto que os Fariseus os acatassem. Conforme indiquei no Capítulo relativo à psique de Uriel, leu também tratados sobre os *Saduceos*, e talvez o de Cherbury *De veritate*. Nada mais natural do que discutir a filosofia do scéptico inglês e a dos *Saduceos* com Vossius, Barlaeus, Episcopius¹. ¿ E com os Rabinos ? Incauto sincero, não escondeu o novo evoluir do seu próprio pensar, nem tão pouco a confecção da obra que estava resolvido a imprimir. E os Fariseus, exultando, acusam-no, sem perder tempo, ao Magistrado de Amsterdam. E sem demora incumbem um dêles, hábil escritor, o médico hebraista Samuel da Silva, aquele mesmo que débalde havia convidado Uriel a estudar a língua santa, a compôr um panfleto, com visos de científico, em que salientasse bem os crimes todos do *Contrariador*, representando-o como *Saduceo* e *Epicurio*, *Hereje* e *Ateu*. *Homem sem religião* e portanto *depravado*².

Esse livro de Samuel da Silva, ao qual dedico o Capítulo imediato, escrito com toda a pressa, em estilo não menos veemente do que o de Uriel³, saiu no próprio ano da excomunhão, antes que o dêle estivesse estampado. Mas reproduz Capítulos inteiros dêle: o 23.^º, o 24.^º e o 25.^º. Seguramente aqueles que mais expunham o *descrente* aos olhos dos *crentes*. Os *Da alma humana*.

verso) em que tão admiravelmente versificou o sistema do grande Materialista helénico ? Não devemos esquecer que o hexâmetro

Tantum religio potuit suadere malorum

(que escolhi para Motto dêste Ensaio), se refere à tentativa clássica do *filiocidio*, perpetrada pelo príncipe Agamemnon, por ordem sacerdotal, contra Ifigénia. *

¹ Contudo, Uriel assevera expressamente que não comunicou com Saduceos.

² Quem negava a Imortalidade da alma e a Ressurreição dos Mortos, era necessariamente Ateu, aos olhos dos Ortodoxos: *qui enim immortalitatem animarum negabat, parum aberat quin Deum abnegaret.*

³ *Ignorantão, idiota, cego, incapaz*, são termos de que o Médico usa.

A história externa do manuscrito de Uriel, não cheguei a apurá-la com suficiente clareza. Na Carta dos Rabinos afirma-se que o livro tinha sido entregue ao impressor: Paulus Aersten de Ravesteyn, salvo êrro¹. Uriel, pelo contrário, parece dizer que *não* chegou a entregá-lo na tipografia. O melhor será interpretarmos a oração *antequam liber iste meus quem scripseram, typis mandaretur, libellum in lucem ediderunt, opera ejusdam medici por: antes que este meu livro entrasse no prelo e não antes que este meu livro fôsse entregue ao impressor*².

Devido à indiscreção de Paulus Aersten, ou então, das mãos de *Censores*, escolhidos e colocados junto à Imprensa pelos Rabinos, é que partes do manuscrito foram comunicadas a Samuel da Silva. Reprovando o conteúdo, e negando o seu *Imprimatur*, êsses Censores julgaram do seu direito passá-lo ao «Contrariador oficial»³.

Esse diz explicitamente, claramente, no seu Capítulo VIII (p. 27): «Tendo notícia que o Contrariador que nos obriga a escrever — claro que aqui o Contrariador é Uriel — tratava de imprimir hum livro, e desejando muito vê-lo, alcançamos hum só quaderno que testemunhamos fielmente ser escrito de sua própria mão — de que aqui vai o trelado, palavra por palavra; sómente o distinguimos por partes, para dar resposta mais clara a cada húa della»⁴. Já disse que êsse caderno era o mais perigoso de todos: o *Da alma humana*.

Quanto ao conteúdo do primeiro livro de Uriel, sabemos dêle pelas indicações do próprio e de Samuel da Silva, e sobretudo pelos

¹ Só posteriormente se fundou a excelente tipografia hebraica de Manasse Ben Israel. A princípio os assalariados pela Sinagoga tinham sido diversos: Alêm de Ravesteyn p. ex. Israel Mandovy e Herman van Ryswyck. Cfr. Remédios, p. 127 e 129.

² Epifânio traduziu assim. Klaar diz um pouco vagamente: *ehe das Buch das ich geschrieben hatte, dem Druck übermittelt war.*

³ As provas de que houve censura entre os Judeus de Amsterdam, são numerosas. Baste lembrar que Daniel de Cáceres aprovou (*approbierde*) em 1632 o *Conciliador* de Manasse, e em 1642 o livro *De Fragilitate humana*, do mesmo. De 1623, ou de data anterior, não conheço exemplos.

Nos *Regulamentos* de 1639 foi determinado que nenhum Judeu pudesse imprimir «esta cidade nem fora dela livros quer em língua estrangeira, quer hebraicos, sem expressa licença do *Mahamat*, para serem revistos e emendados sob pena de os perderem todos para a *Sedaca* (caixa de esmolas, *Armenkasse*)». Vid. Remédios, p. 18; De Castro, p. xl, Artigo 37.

⁴ Wolf, que leu o livro de Samuel da Silva com a devida atenção, diz, em conformidade, que o médico viu o manuscrito cuja impressão Uriel preparava: *Illa vero ex tractatu Urielis manuscripta cuius editio Uriel lingua lusitanica sub titulo EXAMINIS TRADITIONUM PHARISAICARUM parabat.*

três Capítulos reproduzidos no *Tratado da Immortalidade da Alma*, dêsse Doutor. Persuadida estou de que representava a primeira redacção do livro segundo, impresso pouco depois com o mesmo título de *Exame das Tradições Farisaicas*. Igual, no fundo. Mas outro, quanto à forma, visto que na redacção posterior Uriel tinha de treuplicar às réplicas de Samuel da Silva.

Nos Capítulos transcritos, tratava audazmente, sem receios nem escrúpulos, da Imortalidade da alma, negando-a com argumentos, tirados *ex ipsa Lege*, que entendia e comentava como *Racionalista* e *Individualista*.

Há neles páginas sobre a felicidade dos bons e a infelicidade dos maus, que pelo aprumo e pela arrogância com que estão escritas, despertariam nos Fariseus o desejo de por medidas draconianas rebaixarem *Uriel o Feliz*, *Uriel o Arrogante*, *Uriel o Sabedor*, a um mísero Job.

Quanto à forma, Uriel, bom estilista latino como todos os verdadeiros Humanistas, era fraco escritor português; pelo menos é-o no seu primeiro ensaio, esboçado precipitadamente, tempestuosamente. Bem pontuado e grafado, e corrigido dos erros, faria todavia melhor impressão. Estranhas para o leitor comum, moderno, devem ser as numerosas citações bíblicas em estilo arcaico, hebraizante, quer sejam redacção individual dêle¹, quer, como suponho, adaptações da *Biblia de Ferrara*². A falta do verbo *ser* dá à sintaxe hebraizante um feitio estrangeirado.

Comparemos, p. ex., um trecho do Livro de Job (Cap. vii), tal qual aparece no *Exame*, com o moderno de Basílio Teles, cuidadíssimo.

«Meus dias foram ligeiros mais que a lançadeira do tecedor e faltaram sem esperança de cobrar outros; lembra-te que vento minhas vidas; não tornará meu olho a ver bem; não me veram olho do que me via, teus olhos en mi nam eu, faltou a nuve e passou, assi o que dece à cova não subirá não tornará mais a sua casa nem conhecerão mais o seu lugar. ... estou enfastiado de minha vida, nam ei de

¹ Traduções propriamente dêle do hebraico, que ignorava, não pode ser. É o *individualismo* dos textos de Uriel, que Samuel da Silva opõe freqüentíssimas vezes a *verdade hebraica*, (penso eu).

² Na própria Amsterdam fizeram-se quatro reedições da *Biblia de Ferrara*, em que haviam trabalhado Judeus hispânicos. Da de 1611, cópia directa do original de 1553, Uriel da Costa talvez possuisse um exemplar. As posteriores são de 1630, 1646 e 1661. Não posso nenhum, infelizmente. A identificação dos textos alegados por Uriel com os da Vulgata não foi fácil.

viver para sempre; cessa de mi com açoite, porque vaidade meus dias».

Assim Uriel, sem graça nem arte, e mesmo sem clareza.

E agora o outro sábio e correcto Portuense:

Correu-me o tempo mais que a lançadeira,
P'ra nunca mais voltar se m'esvoou.

Lembra-te, Deus, que é mero sopro a minha vida
E meus olhos não mais verão prosperidade.

Quer alguém contemplar-me? não m'encontra;
Teus olhos procurar-me? não existo.

Como a nuvem que passa e se dissipa,
Quem lá desceu, jamais do inferno sobe¹.

Não torna mais a ver a sua casa,
Nem a sua morada, a conhecê-lo.

.....

Não ponho grande empenho em existir,
Deixa-me! são meus dias leve sopro

O homem quem é p'ra que até ele os olhos baixes,
Nele te dignes reparar?²

XXI

O livro de Samuel da Silva

Raríssimo. É assim que o chamam todos os bibliógrafos modernos e todos os biógrafos de Uriel da Costa³. *Tratado da Immortalidade da Alma*⁴, composto pelo Doutor Samuel da Silva, em que tambem se mostra a ignorancia de certo Contrariador⁵ do nosso tempo que entre outros muytos erros deu neste delirio de ter para si e publicar que a alma do homem acaba juntamente com o corpo.

¹ Ao hebraico *scheol* corresponde só imperfeitamente o latinismo *inferno*. É o mundo subterrâneo dos mortos que realmente designa, concebido análogamente às cavernas sepulcrais, onde os mortos conservavam, segundo as crenças hebreias, as mesmas relações que durante a vida tinham tido.

² Basílio Teles, *O Livro de Job*, tradução em verso, com um estudo sobre o poema. Pôrto, 1909. Vid. p. 24-26.

³ P. ex. Inocencio, VII, 229. Cfr. Barb. Mach., III, 672. O único exemplar de que havia notícia em Portugal, pertencera ao 1.^º Visconde de Balsemão.

⁴ Uriel diz: *De immortalitate animarum.*

⁵ Boa tradução alemã seria *Widersacher*.

No estrangeiro houve, e certamente ainda há, alguns exemplares, vistos e descritos por Wolf¹, Kayserling², o Dr. Mendes dos Remédios³, C. M. de Vasconcelos, e outros⁴. Se os apontamentos publicados há pouco pelo último dos informadores citados forem exactos, como é de crer, subsistiriam mesmo restos de duas edições diversas — facto de que ninguém falara. Mas como a divergência esteja apenas num algarismo, talvez se trate de meros lapsos de imprensa.

Os dois exemplares que o autor de *Os Judeus Portugueses em Amsterdam* viu e examinou aí mesmo, um na Biblioteca Montezinos, e outro na de Rosenthal (isto é, no Seminário Português Israelita), apontam como lugar e ano da impressão Amsterdam, *impresso em casa de Paulo Ravesteyn Anno da criação do mundo 6386*⁵. Isto seria (se emendarmos o primeiro algarismo lendo 5386) 1626. Pela data da primeira excomunhão de Uriel e os sucessos imediatos, é certo, todavia, que o livro foi escrito como os dois de Uriel, no ano de 1623 e estampado com toda a pressa.

E é assim (—Amstelod. 383. Cr. = 1623—) que está no exemplar descrito por Wolf. Analogamente no que viu Kayserling. E também naquele que eu tive em meu poder durante todo o verão de 1909 (nestas Aguas-Santas da Maia onde—Set. de 1919) estou a tirar a limpo as minhas *Nótulas*. Ele viera-me de Génova, da casa do nosso então Cônsul, o mimoso mas infeliz poeta Joaquim de Araújo. Nêle lê-se literalmente *A Amsterdam impresso (sic) em casa de Paulo de Ravesteyn—Anno da criação (sic) do mundo 5383*. Foi em Roma que o sempre patrióticamente vigilante bibliófilo o adquirira em 1901, conforme publicamente deu a saber num folheto de bibliografia⁶. Informado de que eu me ocupava de Uriel da Costa e o seu «caluniador», logo o pôs incondicionalmente ao meu dispôr⁷.

O Prólogo do fanatizado hebraista, afecto aos Rabinos, foi há pouco reimpresso⁸. Um breve resumo do conteúdo do volumito todo

¹ *Bibliotheca Hebræa*, Hamb. 1715-33, Vol. III, p. 1115, N.^o 2121.

² *Biblioteca Española Portugueza-Judaica*, Berlim, 1890 (p. 40) e *Geschichte der Juden in Portugal*, p. 285-289.

³ *Os Judeus Portugueses em Amsterdam*, p. 128-133.

⁴ Perles p. ex. trata (p. 194) de um exemplar que, segundo informação de D. Henriques de Castro, foi adquirido em Amsterdam num leilão da casa Fr. Muller em 1861 por um conhecido bibliógrafo. É possível fôsse Montezinos, e nesse caso um dos que o Dr. Mendes dos Remédios viu.

⁵ Em Klaar há outro lapso. Ele dá (p. 102 e 137) a data 5381 (= 1621).

⁶ *Os Judeus Portugueses: Notas de Bibliographia*. Famalicão, 1901: N.^o 1.

⁷ Arrependo-me agora de o haver restituído, porque com isso contrariei o dono que mo ofertara.

⁸ *Judeus Portugueses em Amsterdam*, p. 128-133.

já fôra publicado por Wolf¹. Êste notara que Samuel da Silva metera no seu texto *ipsis verbis* Capítulos inteiros do livro de Uriel, cuja doutrina impiedosa combatia. Mas, dada a grande dificuldade que houve em lêr o *Tratado*, ninguém fez caso da importante comunicação. Todos quantos se ocuparam de Uriel lamentam naturalmente a *quasi impossibilidade* de conhecer algo do que escreveu em português. Nenhuma obra bibliográfica regista êsse *algo* com os devidos pormenores. Por isso entendo dever dar publicidade à cópia que minha excelente irmã Henriqueta (autora dos Dicionários que todos os Portugueses estudiosos de alemão, tanto estimam), tirou, à minha vista, hóspeda nossa na ocasião, — tornando conhecidas as ideias, erróneas ou justas, simpáticas ou antipáticas, pouco ou muito originais, pouco ou muito bem exteriorizadas, que tão virulenta irritação provocaram em Samuel da Silva e nos Rabinos, cujo porta-voz era, e finalmente conduziram ao trágico fim da vida do que procurara a verdade desinteressadamente².

A respeito dêsses fragmentos do *depravado* que Samuel da Silva classifica como *dantes nosso, e agora com muita nossa dor, corrupto e apartado membro*, há no Capítulo VIII o trecho que já transcrevi: «Tendo notícia que o Contrariador que nos obriga a escrever, tratava de imprimir um livro, e desejando muito vê-lo, alcançámos um só caderno que testemunhamos fielmente ser escrito de sua própria mão, de que aqui vai o treslado, palavra por palavra; sómente o distinguimos por partes, para dar resposta mais clara a cada uma delas».

O tal caderno, que se compunha de três Capítulos, o 23.^º, 24.^º e 25.^º, de Uriel, dividiu-o Samuel da Silva em vinte e três parcelas que inseriu nos seus Capítulos VIII a XXVIII³. Nos últimos três trata da *lei de boca* e do cálculo das festas, também em réplica a Uriel, mas sem alegár textualmente as palavras dêle⁴.

¹ Wolf fala de *Duas Partes* do Tratado. Espiritualmente há bipartição; materialmente não. Segundo êle, a *Primeira Parte*, composta dos sete Capítulos iniciais (ou 27 páginas), contêm argumentos a favor da Imortalidade da Alma, ao passo que na *Segunda Parte*, composta dos Capítulos 9 a 29, Silva rebate os argumentos do adversário. À vista do *Índice* que reproduzo entre os *Documentos*, o leitor pode verificar os factos, a respeito dos quais se cingiram a Wolf tanto o autor do *Diccionario Bibliografico*, como o dos *Judeus Portugueses em Amsterdam*.

² Saul Morteira escreveu também um livro a respeito da *Imortalidade da Alma*, mas em hebraico. Vid. Perles, p. 197.

³ O Capítulo XXIII de Uriel está metido nos VIII a XVI de Silva. O XXIV do livre-pensador, nos IX a XXIII de Silva. O XXV do primeiro, entrou nos XXIV a XXVIII do Médico. Todos juntos compõe o meu *Apêndice XII*.

⁴ Se Uriel tratou dêsses assuntos em dois Capítulos, desconhecemos ainda o

O médico Samuel da Silva, de cuja sciênciia profissional talvez saibam dizer alguma coisa Maximiano de Lemos ou Ricardo Jorge, era bom hebreu e bom escritor vernáculo, tanto português, como castelhano. Em 1613 vertera para essa língua, então mundial, uma obra de Maimonides sobre a *Contrição*: o *Tratado de la Tesuah*¹. Quanto às suas crenças, era ortodoxo com fanatismo: Fariseu na terminologia do tempo. Para êle, como para todos os verdadeiros Israelitas, entre os quais se destacava Manasse Ben-Israel, só os acatadores da *Lei Vocal — Lei Oral — Lei Mental*, da *Tradição*, e da *Cabbala*, eram *Sábios e Santos*², contra os quais ninguém deveria ter o arrojo de se rebelar.

Os *Saduceos*, cuja história traça, condena-os por negarem que o Senhor-Deus revelou a Lei vocalmente a Moisés, *boca a boca*, e por não acreditarem na Imortalidade da alma e Ressurreição dos Mortos. E acaba por lembrar a terrífica praxe, a que já aludi, que por boca de toda Israel o Saduceo é amaldiçgado três vezes no dia. Todos êles são ainda por cima, intelectualmente ingénuos, simplistas: não sabem compôr um livro, frase em que por ventura haja a crítica do pouco *savoir-faire* estilístico de Uriel.

Acusa e censura o recem-vindo — devo tornar a registá-lo aqui³ — ora como um dessa «maldita» secta, ora como Epicúrio, ora como ignorantão⁴. Ele é falho de letras, idiota. Nem o alfabeto hebraico conhece. Liga, de mais a mais, pouca importância a êsse seu defeito. Contenta-se, no estudo da Bíblia, com as seis versões latinas. Por isso Samuel da Silva opõe constantemente a *verdade hebraica* às mentiras latinas, mal interpretadas ainda por cima pelo *individualista* Uriel. ¡ Não ter lume da *língua santa* revelada por Deus !⁵ ¡ Não

teor de, pelo menos, vinte, e talvez mais !. Os assuntos seriam a *Lei* e a *Tradição* — mal se pode duvidar disso.

¹ Na *Cimbria*, Samuel da Silva figura como Judeu lusitano, *Amstelodamense e Hamburguense*. Seria crível que estivesse temporariamente na cidade hanseática, afim de lá conseguir a condenação de Uriel *in-absentia* ou *in-præsentia*. Quanto a *Tesuah* veja-se Kayserling, p. 109.

² Já indiquei, ao falar da significação do termo *Fariseus*, que Samuel da Silva os classifica como varões santos, estudiosos, afastados dos costumes e usanças do vulgo, e por isso mesmo chamado *Perussim: os Apartados*.

³ Veja-se o Cap. vi.

⁴ A nota de lascivia, volupia, devassidão que era costume ligar ao termo Epicúrio, Samuel não se atreve a lancá-la contra Uriel.

⁵ Tal foi a convicção de quâsi toda a gente até que em 1800 nasceu a *Filología comparada*: o hebraico era a *linguagem de Deus*. Citarei Manasse, Quaestio CCV: «Todas las lenguas que en el mundo se hallan, son compuestas por el artificio humano, excepto la lengua hebrea, que, por ser el mismo Señor el autor della, se llamó lengua de la santidad».

se haver cingido ao conselho que Samuel lhe dera, já havia anos, muitos anos! ; Que cegueira! ; que incapacidade! ; que contumacia!

Tudo quanto Uriel, na sua ingenuidade, patenteava acerca das suas lutas e hesitações, as queixas que às vezes soltava, rememorando, ora a sua expatriação, ora as injúrias que sofrera, os ódios que suscitara na livre Batavia, a alegria que outras vezes ostentava (nos primeiros tempos da libertação, bem se vê), louvando a Deus *por ter saúde e pão para comer*¹, claro que tudo era malévolamente virado contra o Contrariador, cujas *dissidências* realmente audazes e apregoadas incomodavam a *Sinagoga*.

Do estilo expressivo de hábil pregador que Samuel da Silva era, adequado às ideias que defendia, é boa amostra o Prólogo. Junto-lhe todavia mais uns trechos característicos — agressivos e declamatórios, ameaçadores, muito pessoais².

Por ter explicado mal — segundo a opinião de Samuel, uns versos do Capítulo XII do profeta Daniel, que considerava como apócrifo, Uriel teve de ouvir a seguinte reprimenda :

«E agora, tão confiado em seu saber, tão seguro para determinar o que Deus faz com as almas, que, só por não descer de sua obstinação, nega o livro profético aprovado e recebido; e sou certo que todas as vezes que se vir atallhado, negará todos os mais livros; e assim vem a ser peor que os arrenegados, porque êsses, quando se fazem turcos ou mouros é por algum respeito ou apetite, de que se arrependem ao outro dia e tornam em contrição, mas os que por soberba e contumácia deixam o caminho da verdade, como o fez êste, dificultosamente tem emenda nem remédio³.

«Mas torno-me a ti, cego e incapaz Uriel, e peço-te que me digas que furor te inflama, ou que veneno te perturba o miolo e os sentidos para dares crédito a homens ignorantes, com quem te vais precipitar,

¹ Já deixei dito que em réplica, encarnada e encarniçada, a tais gabos presunçosos (que a consciência de todos os povos creio que reprova e evita) é que os Rabinos de Amsterdam, aplaudidos pelos de Hamburgo e Veneza, fizeram sofrer a Uriel os males quásí todos do Homem de Hus.

² Contra Uriel se levantaram também os dois mais eruditos e afamados Rabinos da Sinagoga de Amsterdam: *Saul Morteira* e *Manasse Ben Israel*. Sem o nomear todavia. Onde dizem *Saduceos* e fingem visar todos os scepticos e racionalistas pensam em Uriel da Costa, se não me engano. Tal fôra o escândalo que as doutrinas destruidoras da *Lei* tinham suscitado.

Perles tem toda a razão em atribuir a Uriel os argumentos que Manasse combate, tanto na *Ressurreição dos Mortos* (1636) e *De Creatione problemata triginta* (1635) como na 2.^a Parte do *Conciliador* (1641). Se não receasse enfadar o leitor, eu entraria em pormenores.

³ *Tratado*, p. 130.

e desprezares a doutrina dos Sábios, de cujo conselho te poderás aproveitar; e se tu quizeres tomar o que eu te dava há muitos anos, houvera-los gastado bem e aprenderas a língua santa; e pois agora tens tanta razão de ter a todo êste mundo por suspeito, o que por essa causa nem queres nem já podes receber dos vivos, acharás nas lições e doutrina que nos ficou dos mortos, pois dêsses não tinhas que temer que te enganavam nem odiavam, que nunca lhes lembrou se no mundo havia de nacer *um tal e tam feo monstro como ti!* Não disseras então que tínhamos por ensino dos Fariseus que as almas dos homens tornam em brutos animais para se emendar e quando isso não basta, nem se emendam, são condenados a tormentos eternos, sendo isso ilusões, com que te enganam alguns, pouco menos ignorantes mas não tão malinos como a ti¹.

«... Temos nas mãos o exemplo claro neste *enfermo*, que êle mesmo confessa que algum tempo andou vacilando com as âncias da peçonha, sem se saber determinar; e como foi usando dela tantos anos, entregando-se nas falsas e depravadas opiniões com tanta contumácia, sem querer tomar a triaga dos bons conselhos e doutrina, veio a confirmar-se de maneira que não sente o mal, já convertido em natureza; e assi perseverando nos erros, vem a dar por remate na última cegueira, afirmando de si que «tem bens por seus merecimentos», que «vive contente e alegre», que «louva a Deus polo ser-de-homem que lhe deu», — fazendo-se êle juiz de si mesmo, contra direito natural.

«Mas deixando-se julgar por juízes sem suspeita, dirão êles que não conhecem nem sabem de homem mais infeliz e miserável: odiado, aborrecido até de seus irmãos, expelido, envergonhado, sem confiança por fora, sem paz em casa, sem filhos, sem *misuah* nem *thephilah*; enfim sem bem nenhum. E os bens que o consolam ou ensoberbecem tanto — de ter saúde e pão para comer — são gerais a todo mundo; quanto mais que também isso perderá presto, como êle mesmo confessa! Que não se engane o mau, vendo-se com bens, que não lhe tardará muito seu castigo; e êsses poucos bens que agora possue, que cegueira é dizer que foi porque desprezou o «temor dos homens» e pôs sua confiança em Deus, enfim dar a entender que teve bens por merecimentos próprios, sendo isso contra o que usam os homens bons e santos»².

— E assim por diante!

A nota final também não deixa de ser pessoal e vingativa, e cheia

¹ *Tratado*, p. 137.

² *Ib.*, p. 152.

de ameaças, dirigida contra a ignorância e rudeza, a soberba e teimosia do dissidente «que por leves argumentos tomou atrevimento e ousadia de se opôr às *Tradições*, querendo subir ao céu a tomar-se com Deus, ao modo dos gigantes, fundadores da torre de Babilónia, não podendo êle fundar nem uma escura e mísera cabana que Deus destruirá com manifesto e temeroso castigo, se presto não se emendar de seu êrro e rebelião, pedindo ao Senhor misericórdia, a qual êle use com todo seu povo de Israel, e nos redima de tantos cativeiros e cegueiras, por suas infinitas piedades. Amen»¹.

XXI

O segundo livro de Uriel da Costa

O primeiro livro, perdido, mas de que restam três Capítulos, fôra um *Exame das Tradições Farisaicas*, já o vimos. Mas não chegara a ser estampado, entregue embora, quer a Paulo Aersten de Ravesteyn, impressor da Sinagoga, quer aos Censores que, em nome dos Rabinos, vigiavam a tipografia.

O segundo livro, perdido também a-pesar-de impresso, foi igualmente um *Exame das Tradições Farisaicas*, redacção certamente alterada, pouco quanto às ideias, bastante quanto à forma, por ser tréplica às acusações do médico Samuel da Silva.

Redacção talvez mais violenta e apaixonada.

A quâsi identidade dos dois livros levou vários informadores (como Graetz, Perles, Pollock) a fazerem das duas obras uma só, baralhando as conseqüências que a tentativa de publicá-las acarretou ao culpado².

O título completo foi, segundo as aparências, *Exame das Tradições pharisaicas conferidas com a Ley, escrito por Uriel Jurista, Hebreo, com resposta a hum Samuel da Silva, seu falso calumniador — Amsterdam, Paulo de Ravesteyn, 1624*³.

¹ Pág. final. O Índice, elucidativo mais do que pode sê-lo aqui, irá acompanhado dos *Resumos* de Wolf, no Capítulo XXXV.

² A êste respeito enganou-se também o erudito e consciencioso autor da *Cimbria*. Acusa Mollerus (e também Rumetschius) de errar, dando ao tratado de Samuel da Silva, impresso em 1623, a data de 1624, por julgar fôra a refutação do *Exame, impresso*, e não do *manuscrito*.

³ Há quem ponha 1623 (exemplo, Epifânio, p. 21). O português C. T. que em 1787 publicou *Memorias para ajuntar à vida de Uriel da Costa*, estropiou o título, substituindo-o por *Indagação acérca das Tradições Filosóficas comparadas com a Lei de Moisés*. Veja-se a *Bibliografia Cronológica*.

Nas Enciclopédias e Bibliografias escritas em latim, costuma ser *Examen traditionum Pharisaicarum collatarum cum Lege scripta*¹.

Devemos a conservação do título original português a Johannes Moller (1644). Ignoramos, contudo, se êste viu ou mesmo possuía um exemplar, escapo ao Magistrado Holandês, ou ao Senado Judaico, que procedeu à cremação pública, conforme se averigua na Carta dos Rabinos a Jacob Halevi; ou por ventura aos Inquisidores peninsulares a que se houvesse apelado. Possível é conhecesse apenas a epígrafe dada em nota no *Exemplar Vitæ humanæ* tanto no autógrafo de Uriel como nos apógrafos². Ignoramos igualmente os meios, materiais ou espirituais, como o rebelde levou Ravesteyn a realizar a impressão.

O leitor que me acompanhou até aqui, conhece a sorte do volume em que Uriel tornava a negar *com veemência* a imortalidade da alma. Levado pelos Senadores judaicos ao Magistrado Holandês³ foi por êsse condenado à cremação⁴. Se, por ventura, alguns exemplares foram reservados para documentação do processo, (e perante a Inquisição católica? e para os Arquivos?) êles estão bem escondidos. Os poucos que correriam mundo, seriam propriedade de Uriel ou de Ravesteyn⁵. Nenhum biógrafo ou bibliógrafo confessa tê-lo avistado.

Únicamente no *Index Librorum Prohibitorum* de 1790 há um fraco indício de que o então Inquisidor Geral de Espanha *D. Agustín Rubin de Cevallos* teve um exemplar na *Mesa dos Censores*⁶. O facto de nêle o *Exame* ser proibido *en cualquier lengua, con nombre de Autor ó sin el*, não prova que fôra traduzido. É formula-

¹ Weller, p. 5; Meinsma, p. 147; Volkmann, p. 22; Perles, p. 1; Klaar, p. 166.

² Müller explorou o *Exemplar*, como já demonstrei. Erra apenas quanto à excomunhão, julgando fôsse uma só, e quanto à língua. Como tantos outros biógrafos de Espinosa e Uriel não distingue entre português e espanhol.

³ «Postquam libellus ille contra me fuerat editus, paravi me ego statim ad defensionem et aliud libellum huic contrarium scripsi, immortalitatem impugnans omnibus viribus, aliqua obiter eorum percurrentis in quibus Pharisei a Mose rece- dunt».

⁴ Uriel fala apenas da perda dos exemplares (*amissio librorum*). Mas a Carta dos Rabinos refere-se à cremação.

⁵ Dunin-Borkowsky pregunta, no seu *Espinosa* (p. 197), se o Solitário da Haya viria o *Exame* de Uriel e responde (bem, penso eu), que provavelmente não viria nenhum exemplar impresso, conhecendo todavia as ideias nêle contidas por transmissão oral e pelo *Tratado* de Samuel da Silva.—Ignorava evidentemente que o autor do *Tratado da Immortalidade da Alma* havia introduzido nele fragmentos do livro de Uriel, e também que no *Exemplar* (que conheceria), há indicações suficientes. Vid. Cap. xxii.

⁶ *Dicc. Bibl.*, p. 393.

-chavão. Vendo-o ou ouvindo-o citar como tratado herético e perigosíssimo, os Censores meteriam-no, à cautela, na lista dos proibidos e mandados expurgar.

Há todavia uma Nota final, privativa do *Index* de 1790, que parece testemunhar que o redactor do verbete respectivo, realmente tinha diante de si um exemplar do *Exame*. Ela diz textualmente: *Acaba en un Soneto: En (sic) nome de alguns do povo, quiasi (sic) penitentes con estas finales: Paç aos verdadeiros*¹.

¿ Existirá ainda?

XXII

Exemplar Vitæ Humanæ

O primeiro que falou do *Exemplo* (típico) de *desventuras humanas* foi, como está amplamente demonstrado, o pastor de Hamburgo Johannes Müller. Êste que, sem dúvida, viu e leu um traslado, classifica a terrível tragédia da consciência de um homem com religiosidade profunda, mas ao mesmo tempo racionalista nato, como «escrito melancólico que causa pena², no qual seu autor lamenta com veemência a grande liberdade de que gozavam os Judeus—liberdade ou licenciosidade tamanha que, se Jesus de Nazareth novamente andasse por este mundo prègando contra a Lei e os Procedimentos dos Fariseus, novamente o crucificariam».

É opinião sentenciosa de um Anti-semita que, por isso mesmo, foi infinitas vezes repetida na literatura partidária.

O segundo informador não se contentou com citar o *Exemplar*. Teve a feliz idea de publicá-lo na íntegra. Já mencionei êsse benemerito — Philippe van Limborch — repetidas vezes, transcrevendo a notícia que, traçado nos últimos dias de Uriel da Costa, o autógrafo foi encontrado ao pé do cadáver, prova de que o suicídio fôra premeditado, e não resolução repentina. O teólogo holandês, se quisermos dar fé ao seu depoimento, chegou todavia a conhecer apenas um treslado, metido entre os papéis de seu tio-avô Simão Biskop, e que fôra comunicado a êsse por um ilustre cidadão de Amsterdam. Antes de 1643, ano do falecimento do Remonstrante.

Ao falar do suicídio já emiti a conjectura — em que também toquei no *Prefácio* — que êsse chamado *treslado* seria o borrão, ou cópia

¹ Foi o nosso distinto colega, Dr. Joaquim de Carvalho quem, a meu pedido, procurou na Biblioteca de Coimbra o *Index* de 1790, e extraiu dêle os dizeres, registados a p. 98.

² Ein klägliches Schreiben. Kläglich é lastimoso e queixoso.

tirada *ad hoc* pelo próprio Uriel, e por êle entregue propositadamente ao tal ilustre cidadão que o passou a Simão Biskop, ou antes, se nessa afirmação houver pia fraude de Limborch, directamente ao chefe dos Arminianos: o idoso, lealíssimo, e geralmente estimado Liberal, cujas *Obras*¹ forneceram a Volkmann diversos passos com ideias semelhantes às de Uriel².

Apógrafo portanto só no sentido em que o é esta minha prosa, várias vezes trabalhada.

Sabendo assim de dois exemplares, um em Hamburgo em 1644, outro em Amsterdam ainda em 1687, infiro que vários circulariam entre os correligionários filosofantes, e que um seria examinado por Espinosa, em cuja *Ética* reaparecem pensamentos pensados por Uriel.

O autógrafo, por assim dizer oficial, confiado ao cadáver ¿onde ficaria? antes de terminar devo perguntá-lo de novo. No Arquivo de Amsterdam ¿ou, reclamado pelos Rabinos, no Arquivo Judaico?



Até hoje, o *Exemplar* foi editado oito vezes, quer na original redacção latina, quer em tradução inglesa, alemã, portuguesa, castelhana³.

- 1687, por Limborch (lat.).
- 1740, por Whiston (lat. e ingl.).
- 1793, por J. G. Müller (alem.).
- 1847 e 1849, por Weller (alem.).
- 1880, por Menendez e Pelayo (cast. em forma abreviada).
- 1901, por Epifânio Diaz (port.).
- 1903, por Volkmann (lat.).
- 1909, por Klaar (lat. e alem.).

O sugestivo título latino, que sempre traduzi interpretativamente *Exemplo de calamidades (ou desventuras) humanas*, servindo-me da linguagem do próprio Uriel, foi vertido de modos variados pelos nacionalizadores e comentadores. Significa *Musterstück* (isto é, *Amostra*) *menschlichen Lebens* para o exacto Weller; *Últimas palavras* ou *Adeus à Vida* (*Abschied vom Leben*) para Herder; *Urlaub aus dem Leben* (*Despedida*) para Volkmann; *Urkunde des menschlichen Lebens*. *Documento humano* é fórmula usada por Klaar. Epifânio escolheu *Espelho da Vida Humana*.

¹ *Opera*, 1650.

² Volkmann, p. 30 e seg.

³ As indicações exactas vêm na *Bibliografia*.

Longe de considerar êsse testamento apologético como um simples desabafo, sem outra finalidade que não seja a de aliviar o coração oprimido e a mente perturbada de Uriel, e de inspirar compaixão aos coevos e à posteridade, eu entendo e já disse que o melhor subtítulo seria

J'accuse.

Reacção violenta contra a atroz humilhação que inesperada e traiçoeiramente lhe fôra imposta, o desabafo é sobretudo uma *acusação e vingança*, que o perseguido e vencido toma dos seus perseguidores e vencedores.

Vingança de um pensador que, querendo viver a sua vida individual, deixando florescer e frutificar a sua pessoalidade espiritual, não encontrou a liberdade, necessária para êsse efeito.

Como Goethe, Uriel foi um dos que sentiram que a verdadeira felicidade consiste em *sermos o que somos*¹. Ou falando com Espinosa: *O fundamento da virtude do homem não é senão o esforço que cada um faz de manter a sua individualidade: a felicidade consiste na faculdade de a efectivar.*

O lugar e o tempo, em que viveu, não admitiram que a sua scentalha-divina, sua causa imanente, seu *quid aeternum*, se desenvolvesse em obras.

PARTE TERCEIRA

Documentos ilustrativos

XXIV

A. Assentos existentes no Arquivo da Universidade de Coimbra, relativos ao curso de Gabriel da Costa (1600 a 1608)²

I. Ano lectivo de 1600-1601:

Matriculas—Instetutários... It. Gabriel da Costa, filho de

*Gabriel da Costa f. de bento d'Alm
oporo em curva lex onde l'ha
LIX aplo*

¹ *Höchstes Glück der Erdenkinder ist nur die Persönlichkeit.*

² A e B foram-me proporcionados generosamente pelo Director da Faculdade de Letras, conforme expliquei no Cap. I.

Bento da Costa, do Pôrto, com certidão [de] exame de latim — xix outubro.

(*Matriculas*, vol. 3.^o, l. 1.^o, f. 32).

II. Ano lectivo de 1604-1605:

Matrículas — *Cânone* ... It. Gabriel da Costa, filho de Bento da Costa, do Pôrto, quatro de novembro. Diz que há-de cursar *Instituta* o tempo que lhe falta della.

(*Matriculas*, vol. 3.^o, l. 5.^o, f. 18)¹.

Provas do Curso — Gabriel da Costa, do Pôrto. Provou cursar de xx de outubro de 600 até xix de fevereiro de 601 as lições de *Instetuta*; e prima e véspera de *Cânone*: testemunhas Paulo de Moraes e Luís Pereira que o jurarão. E esta prova lhe foi admitida por provisão de Sua Magestade. — Gregório da Silva² o fiz oie 7 de maio de 1605.

(aa.) *Dor Homē* — *Luis Pereira* — *Paulo de Moraes*.

O mesmo Gabriel da Costa — Provou cursar do primeiro de novembro de 604 até todo fevereiro de 605 as de *Instetuta* e prima e véspera de *Cânone* — testemunhas Luís Fernandes e Francisco Venegas — Gregório da Silva o fiz oie sete de maio de 605.

(aa.) *Dor Homē* — *Francisco Venegas* — *Luís Fernandes Faro*.

(*Provas de curso*, vol. 7.^o, l. 1.^o, f. 84.^o e 85.^o).

III. Ano lectivo de 1605-1606:

Matrículas — *Cânone* ... It. — Gabriel da Costa, do Pôrto, desde outubro, veo ao primeiro.

(*Matriculas*, vol. 3.^o, l. 6.^o, f. 10 v.^o)³.

Provas do Curso — Gabriel da Costa, do Pôrto — Provou cursar do primeiro de outubro de 605 até oie sete de

¹ Cfr. Dr. Mendes dos Remédios, *Os Judeus Portugueses em Amsterdam*, p. 166.

² Gregório da Silva [Soarez] era Secretário da Universidade, conforme se diz explicitamente na primeira página do *Livro de Autos e Graus*, de 1607 a 1610. Velho, de mão já bastante trémula, foi substituído às vezes por Bartolomeu Fernandez, como se vê no N.^o V.

³ Cfr. Dr. Mendes dos Remédios, *l. c.*, p. 167. Ele leu desde 10 de Outubro.

julho de 606 as seis de *Cánones*: — testemunhas André Pardo e Luís Pereira — Gregório da Silva o escrevi.

(aa.) *Sousa C. — André Pardo — Luís Pereira.*

(*Provas de Curso*, vol. 7.^o, l. 2.^o, f. 106)¹.

IV. Ano lectivo de 1606-1607:

Matrículas — Canonistas ... It. Gabriel da Costa, filho de Bento da Costa, do Pôrto, a quinze doutubro, e veo ao primeiro. (*Matrículas*, vol. 3.^o, l. 7.^o, f. 15 v.^o)².

*Provas do Curso — Gabriel da Costa, do Pôrto — Provou cursar do primeiro de outubro de 606 até dez digo até sete de maio de 607 os cinco grandes de *Cánones*: testemunhas Manoel Carvalho e Pantaleão d'Oliveira. — Gregório da Silva o fiz 22 de outubro de 607 com licença do Senhor Reitor.*

(aa.) *Mel de Carvalho — Pantaleão d'Oliveira — Dr. Carvalho.*

(*Provas de Curso*, vol. 7.^o, l. 2.^o, f. 113 v.^o).

V. Ano lectivo de 1607-1608:

Matrículas — Cânones ... It. Gabriel da Costa, filho de Bento da Costa, do Pôrto, a dôze de Dezembro.

(*Matrículas*, vol. 3.^o, l. 8.^o, f. 16 v.^o)³.

*Provas do Curso — Gabriel da Costa, do Pôrto — Provou cursar do 1.^o doutubro de 607 té 18 de Junho de 608, as cinco lições grandes de *Cánones* — testemunhas Francisco de Meireles e Jeronimo de Burgos — Eu Bertholomeu Fernandez o escrevi.*

(aa.) *Dor Antunes — Hjer.^o de burgos contr^o — Fr^{co} de Mejrelles.*

(*Provas de Curso*, vol. 8.^o, l. 1.^o, f. 98 v.^o).

*Gabriel da costa do porto /
que non cursar do 1º doutubro de 607 te 18 de junho da
608. as cinco lições grandes de canones das fr^{co} de demerce
les e jrm^o de burgos em bertholomeu fernandez —
D^os Antunes J^oão de burgos Fr^{co} de Mejrelles*

¹ Cfr. Remédios, p. 167.

² Idem, p. 167.

³ Idem, p. 166.

VI. *Provas de Curso* — Joseph Serrão de Coimbra — Provou cursar de 1º de outubro de 604 até fim de Maio de 605 seis lições de Canones: testemunhas Joam Bernardes e Emmanuel da Costa. — Gregorio da Silva.

(aa.) *Joam Bernardes — Manoel Da Costa — Gabriel da Costa*¹.

(*Provas de Curso*, vol. 7.º, l. 1.º, f. 106 v.º).

B. Esquema dos Cursos de Cânones para a formatura nesta Faculdade

Cadeiras maiores

Das de *Instituta* na Faculdade de Leis, cuja freqüência era obrigatória para os alunos das duas Faculdades jurídicas:

- (1) Uma de prima, em que se liam os *Decretais*.
- (2) Outra de véspera, tendo por texto também os *Decretais*.
- (3) Outra de tertia, em que se lia o *Decreto*.
- (4) Outra de nona, em que se lia o 6.º livro dos *Decretais*.
- (5) Outra de *Clementinas*.

Cadeiras menores (ou Catedrilhas)

- (6 e 7) Duas catedrilhas em que se liam *Decretais*.

Freqüência e Provas

O curso ordinário de formatura era de oito anos, de oito meses pelo menos cada um. Aos que tivessem cursado a *Faculdade de Artes* em Coimbra ou Évora, era-lhes dispensado um ano.

No 1.º ano frequentavam as duas cadeiras de *Instituta*, sem o que não podiam matricular-se nos cursos próprios da Faculdade; os que fossem clérigos eram dispensados da freqüência de *Instituta*, podendo logo matricular-se nas cadeiras de *Cânones*, sendo-lhes, pois, relevado um ano.

Nos 2.º e 3.º anos cursavam os alunos as sete cadeiras maiores e

¹ Há a mesma assinatura nas Provas que imediatas se seguem às de Joseph Serrão, e são de João Bernardes.

menores da Faculdade simultâneamente; cujas lições variavam de ano para ano.

Nos 4.^º, 5.^º e 6.^º anos cursavam as cinco cadeiras grandes apenas.

Começam aqui as provas de exames. Quando freqüentavam o 5.^º ano, e êste se achava em meio, requeriam o 1.^º exame, *de conclusões*, juntando ao requerimento certidão de haverem completado quatro cursos de oito meses, pelo menos cada um, e de andarem frequentando o quinto. Faziam então o exame de conclusões.

Depois de terem concluído o 6.^º ano requeriam o 2.^º exame, *de bacharel corrente*, com certidão de haverem completado seis cursos de oito meses, e de terem feito exame de conclusões. Sendo aprovados, recebiam logo o *grau de bacharel*, que lhes era conferido *auctoritate apostolica*, pelo lente que presidia ao acto. Depois de bachareis tinham ainda de freqüentar dois anos.

Nestes 7.^º e 8.^º anos cursavam as quatro cadeiras grandes de *Leis*, e no fim, apresentando certidão de terem já freqüentado oito cursos de oito meses, sendo os últimos depois de haverem recebido o grau de *bachareis*, faziam o 3.^º exame de *formatura*. Os alunos que fôssem clérigos, em vez de no 7.^º e 8.^º anos freqüentarem *Leis*, cursavam mais duas vezes as de Cânones.

Aprovados neste exame, ficavam então bachareis formados em *Cânones* e habilitados a exercer as profissões para que esta formatura era condição. O simples *bacharel corrente* não tinha tal direito: sem a aprovação no exame de formatura «nenhum letrado pode usar de suas letras». (*Estatutos da Universidade*, de 1591, liv. 3.^º, tit. 44.^º, § 8.^º).

XXV

Correspondência entre os Rabinos de Amsterdam e Jakob Ben-Israel Halevi, residente em Veneza (entre 1624 e 1628)

*Tradução do hebraico, feita por J. Benoliel, em Lisboa,
na sua casa Largo de S. Paulo, 19, no ano de 1909*

a) Consulta

«Encontra-se (ou encontrou-se)¹ entre nós um homem mau e perverso, que nega por completo a *tradição oral*, escarnece da autori-

¹ Formas verbais das línguas semíticas distinguem-se muitas vezes só pela vocalização, e onde faltam os sinais diacríticos, fica-se na dúvida sobre o tempo empregado, conforme expliquei mais acima.

dade rabínica; profere ultrages e blasfêmias contra os nossos santos doutores.

«Outrosim, nega os principais fundamentos da fé, tais como a imortalidade da alma e a ressurreição, e desdenhosamente publica e afirma que não há diferença alguma entre o homem e o animal. Desmente muitos dos milagres mencionados na *Thorah*, assim como também os prodígios realizados por *Elias* e *Eliseu*.

«Fez ainda mais. Tentou imprimir e publicar um livro em língua vulgar, para melhor inculcar todas as suas falsas e nocivas doutrinas.

«Em vista disto, os chefes da comunidade — depois de diligências cêrca das autoridades do Reino — embargaram-lhe os livros e queimaram-lhos públicamente, encerrando-o a êle numa prisão, e conseguindo finalmente expulsá-lo da cidade; porque, como a liberdade religiosa reina naquele país e não existe inquisição em matéria de fé, não foi possível alcançar contra êle a *pena de morte*, mas tão sómente a de *expulsão*.

«Porém, os pecados do mau alcançá-lo hão, e êle cairá¹ (ou morrerá) no lugar aonde se retirou.

«Chegamos agora ao assunto da nossa pergunta.

«Este homem perverso tem mãe, já velha, e dois irmãos², que são homens de merecimento, nos quais não se encontrou nenhuma opinião heterodoxa, que sempre censuraram ao irmão as suas teorias e até com êle tinham cortado as relações, a exemplo de todos os outros membros da comunidade, que contra êle tinham pronunciado a *excomunhão maior*³.

«A mãe dêle, porém, segue um caminho completamente contrário. Ela habita com êle na mesma casa, pega-lhe na mão, segue as suas doutrinas, faz uso da carne da rês por êle mesmo sacrificada, come no autêntico dia de Kippur, e jejua no dia que, segundo os cálculos do filho, supõe ser o Kippur verdadeiro, procedendo de modo análogo relativamente ao *Hames* (pão não azimo) na Páscoa, e ao trabalho dos dias santificados.

«Ora, como *ela* foi anatematizada e excomungada e advertida de que, [se morresse em estado de rebelião, não seria inumada em ce-

¹ O tempo está no pretérito: *caiu, ficou sendo um cadáver*, ou simplesmente *decaiu* (Benoliel).

Se o verbo está no futuro, devemos concluir que Uriel ainda estava longe de Amsterdam, em Hamburgo. (C. M. de V.).

² Referência aos mais novos, e à separação forçada.

³ ¿ Lapsus por menor ?

mitério israelita, e como, apesar disso, não se importou nem voltou atrás do seu êrro,

«Por êste motivo vimos preguntar, — e isto em atenção aos seus dois excelentes filhos — se, no caso de ela falecer em estado de rebellião, poderemos ou não deixá-la insepulta».

B. Resposta

«Do ponto de vista do direito judaico não pode ser negada à mulher lugar decente no cemitério dos Israelitas (o de Oudekerk em Amsterdam).

«Se todavia o Colégio dos Rabinos (tendo em vista circunstâncias especiais), julgar indispensável estatuir um exemplo afim de evitar ulteriores ataques frívolos contra os fundamentos da religião, êle, em caso tão urgente, aprovaria a resolução por êles tomada de castigar a mulher com pena *legalmente exorbitante*.

«De modo que não se deve, segundo a lei, levar o rigor ao ponto de não enterrar em sagrado aquela réproba, porquanto êsse rigor iria ferir a honra dos *dois filhos dela que se conservaram fieis a Deus* e que, temendo a Deus, se mantiveram apartados do exemplo do seu irmão, segundo consta dos termos da Pergunta; e mais ainda porque assim resulta da nossa legislação que o filho salva os pais (literalmente: os merecimentos dos filhos recaem sobre os pais), como está escrito.

«Assim disse o Eterno a Jacob que salvou a Abraham, etc.

«Todavia, se o parecer daquele tribunal fôr que é preciso usar de rigor para fechar a porta perante os que pecam contra as suas almas, que renegam os princípios da Lei e escarneçem dos enviados de Deus, nossos profetas e doutores, autores do Talmud, é-lhes sem dúvida lícito usar de um castigo superior ao exigido pela Lei — a título de caso urgente (isto é ocasionado pelas circunstâncias); — e a prova (de que assim podem proceder) é o caso análogo que vem narrado em Yebamoth (secção do Talmud), de um indivíduo que montou a cavalo em dia de sábado e foi condenado à lapidação.

«Ora, apesar que a acção de montar a cavalo não é crime de morte e é só proibida por ser violadora do repouso, em virtude do artigo da Lei, «não se deve subir a uma árvore nem montar a cavalo em sábado, etc.», e conquanto não haja maior crime do que o derramamento de sangue decretado ilegalmente, com tudo isso, para cortar o mal pela raiz, condenaram aquele homem a ser apedrejado, porque as circunstâncias assim o exigiram. Êste é um processo permitido quando as circunstâncias graves e urgentes o demandam, de aplicar um castigo superior ao que a Lei determina.

«Encontro nas respostas de *Harnobem* (Nachmanide), n.º 244, que fôra decretado (pelo tribunal rabínico do seu tempo), que aquele que se não conduzir segundo os preceitos nem quer atender às advertências que lhe sejam feitas, deve ser excomungado, não ser contado membro da comunidade israelita, e os seus mortos não devem ser sepultados nem seus filhos circuncisados. E êle respondeu que ainda mais para reforçar a Lei se pode ocasionalmente agravar os castigos por esta estabelecidos, como sucedeu no caso da mulher grande, etc. Ora, conquanto o preceito da circuncisão seja equivalente à soma de todos os preceitos da Lei, e conquanto o preceito de enterrar os mortos seja um preceito de *guemilut-hassudim* (caridade), entretanto, sendo para dar maior vigor às leis, é lícito infringi-las ocasionalmente.

Por conseguinte, se neste modo de pensar estiverem de acôrdo os sábios daquela cidade, também eu concordo — para a maior glória dos nossos profetas e doutores — que procedam como melhor aprovável ao tribunal rabínico daquela cidade, aplicando àquela réproba um castigo mais rigoroso do que a lei tem estabelecido, afim que todo o povo oïça e se escarmente.

(N.º 49 das *Preguntas e Respostas*, de 1632).



A respeito do destinatário da Carta e autor da Resposta, vou comunicar ao leitor os encómios de Benjamim Ben-Moses, o qual o levara a publicar os *Responsos*. A tradução é também do Sr. Benoliel.

Na Epígrafe do Índice que elaborou, chama-o: *acessível a quem o procura, pronto para fazer a vontade de cada um na medida das suas fôrças, tanto com o seu bolso e bens que Deus lhe deu (e lhe aumente), como com palavras e actos, esforçando-se e gostando de apresentar-se na brecha (isto é, de defender qualquer causa, combater a favor de alguém, ou interceder por seus irmãos junto às autoridades) diante dos povos e dos grandes com quem Deus o congraçou, tanto no respeitante à generalidade como à particularidade e em todos os casos zeloso e confiado na simpatia dos seus amigos e partidários... em consequência de él estar sempre entrando e saindo nos palácios dos dignitários, dos reis, e dos conselheiros da terra, e também na razão dos negócios em que se ocupa, em sociedade com o seu dinheiro e o dos mais, e ter saído a sua firma em todo o mundo, por causa da sua sciênciæ no livro que publicou».*

(Dr. J. Perles, *Eine neuerschlossene Quelle über Uriel Acosta*, Krotoschin, 1877, p. 197-199).

XXVI

**Carta de Daniel Levi de Barrios, dirigida desde Amsterdan
a su amigo Antonio Enriquez, Lisboa
(25 Dez. de 1641)**

«Publicada por Menendez Pelayo el año de 1881. (Della) entre-sacamos lo que respecto á la abjuración de un judío portugués, *amigo de los dos primeros*, ocurrió en aquella capital. *Daniel (sic)¹* da Costa, *hijo de padres israelitas*, se convirtió al catolicismo en union de su familia, y como premio, en vista de su arrepentimiento, fué nombrado *sacristan*, ordenado *in sacris*, y hasta llegó á ser tesorero de la Colegiada de Oporto; pero asaltándole dudas respecto á la religion abrazada, huyó, embarcándose para Holanda con su madre y hermanos. Allí tampoco pudo conformarse con la ley mosaica, y no solo se rió del Talmud, del Sepher Tatzirat, sino que hasta se atrevió á publicar el libro titulado *Examen de las tradiciones farisaicas*.

«Escandalizados los ancianos de la tribu, convinieron en aplicar á *Daniel (sic)* seria corrección que se verificó en la forma siguiente:

«Un sábado en que la Sinagoga estaba llena de creyentes, así hombres como mujeres, subió Daniel da Costa (*sic*) que así se llamaba entre los de su secta² á un púlpito de madera que está en medio, y leyó en voz alta y clara³, una abjuración de sus errores, en que se confesaba digno de mil muertes y prometía no reincidir nunca en tales blasfemias. Acabada la lectura, bajó del púlpito, y acercándosele un *Rabino*⁴, susurró-le al oído que se apartase en un ángulo de la Sinagoga. Así lo hizo, y luego el portero le mandó desnudar hasta la cintura, le ató un lienzo á la cabeza, le quitó los zapatos⁵ y le ató las manos á una columna. Acto continuo, un *Sayon*⁶ cogió unas correas y le dió en las espaldas treinta y nueve azotes, con-

¹ | Que pouca exactidão! Veja-se o Capítulo relativo aos nomes usados por Uriel.

² | Que curioso estilo epistolar de um amigo a outro, a respeito de um terceiro, comum!

³ O próprio Uriel diz apenas *clara voz*.

⁴ De modo algum. *Sacratissimus praeses* é o decano dos Juízes — a autoridade suprema do auto da fé.

⁵ Esses gestos foram praticados pelo próprio Uriel. Só o último foi feito pelo porteiro.

⁶ § *Sayon?* *Præcentor*, o *Vorbeter*, visto que o acto da flagelação, acompanhada de canto, era *ritual*.

forme el rito. Entre azote y azote cantaba psalmos¹. Acabada esta penitencia, se sentó en el suelo; llegó el *Hazán*² y le absolvió de la excomunión. Volvió á ponerse sus vestidos y se postró en el umbral de la Sinagoga. Todos los que pasaban, así hombres como mujeres *le pisoteaban*³; cuando ya no faltaba ninguno se levantó manchado de polvo y se fué á su casa, *donde, arrebatado de diabolico furor quiso matar al primo que le habia puesto tal afrenta, y no lograndolo*, se mató de un arcabuzazo. Al saberlo dijeron los judíos: «Dios confunda así á todos los enemigos de su ley». De Ámsterdam, 25 dias de Diciembre del año de la Creacion 5400. Daniel Levi de Barrios, 1641».

(Benito F. Alonso, *Los Judíos en Orense. Siglos XV al XVII*. Orense, 1904; p. 27-28.

XXVII

Tradução do trecho, relativo a Uriel, contido no «Judaísmo» de J. Müller (1644)⁴

«É certo que entre os Judeus hispanos ainda há «Saduceos». O mais conhecido é *Uriel, Jurista Hebreu*, que escreveu em linguagem espanhola⁵ um *Exame das tradições farisaicas, colacionadas com a lei escrita*, impresso em Ámsterdam por Paulo de Ravenstein. Contra êsse livro, em que defende com muitos argumentos e raciocínios que a alma é mortal, uma réplica foi escrita por outro Judeu nomeado Samuel da Silva: *Da Imortalidade das Almas*, estampada igualmente em Ámsterdam na mesma imprensa.

«Em quanto vivia êsse Saduceo Uriel Jurista neste lugar⁶, os Judeus da seita farisaica perseguiram-no, cheios de zélo.

¹ Nam judicium Legis est ut numerum quadragenarium non excedat, et cum viri isti adeo religiosi et observantes sint, carent sibi ne cortingat ut pecent exce- dendo.

² Concionator seu sapiens. ¿ Seria *hakam* que o fabricante da Carta queria dizer?

³ Et ita jam porta caeli mihi erat aperta! — diz Uriel com sarcasmo — quae antea fortissimis seris clausa me a limine et ingressu excludebat.

⁴ Exagêro de mau gôsto.

⁵ ¿ Dentro de casa? ¿ logo? ¿ esganando-o?

⁶ O original alemão foi reproduzido por Volkmann (p. 8).

⁷ Já chamei a atenção para êsse êrro (aliás geral, desde 1780 pelo menos).

⁸ Müller vivia e escrevia em Hamburgo. Rigorosamente, êste lugar deve ser portanto a cidade livre do rio Elba.

Mas como o único lugar mencionado antes, é Ámsterdam, e os Alemães são

«Em Amsterdam foi excomungado pela Sinagoga e sete anos ficou afastado da comunidade¹.

«Finalmente readmitido, por assim o pedir, foi açoitado na Sinagoga, o que o entristeceu de tal modo que se suicidou em Abril de 1640, deixando um escrito lastimoso que me veio às mãos, no qual se queixa, iracundo, da demasiada liberdade de que gozam os Judeus, dizendo que, se Jesus de Nazaré voltasse ao mundo e pregasse contra as leis e os costumes dêles, novamente o fustigariam».

(Cfr. p. 305).

XXVIII

Tradução da carta latina de Philipp van Limborch a Theodor Graswinckel, de 12 de Março de 1662²

«... Estive a coordenar as doutíssimas considerações manuscritas, relativas ao modo de forcarmos e reduzirmos à ordem os Judeus, que tu deste outrora ao meu avô-tio Simão Episcópio. A sua leitura comoveu-me muito, sobretudo porque demonstras concisamente, com o enorme peso das tuas valiosíssimas razões, que a estada dos Judeus dentro da nossa pátria deve ser segura, e livre o exercício da sua religião.

«Oxalá elas estivessem impressas, e manuseadas pelas mãos de todos, para que assim déssemos uma lição àqueles rígidos a-teólogos, mais duros que o mármore de Paros, e os ensinássemos a serem mais brandos, de sorte que, finalmente, desistíssem de, envejosamente, escarnecer e maldizer daquele pio decreto do Magistrado cristão, pelo qual é permitido aos refugiados Judeus o permanecerem na nossa pátria.

¿ Mas quem será capaz de instilar moderação contra Judeus àqueles que anatematizam mesmo os cristãos que discordam, minimalmente embora, nuns meros ápices, das crenças dêles, posto que no restante sejam de piedade exemplar, notáveis mesmo pela pureza da sua vida? ¿ àqueles que opinam que devem ser expulsos da pátria como empestadores do género humano, e clamam que devem ser

pouco exactos no emprêgo dos demonstrativos, seria possível também que se referisse à cidade holandesa. O facto, porém, de na proposição imediata dizer *Zu Ambsterdam*, prova que *dieses Ortes* é *Hamburgo*.

¹ Vê-se que J. Müller não distingua a pequena excomunhão (*Nidui*) da grande (*Herem* ou *Cherem*).

² O original latino está em Meinsma como *Beilage*, II, p. 521.

martirizados e supliciados? ; e gemebundos gritam aquele seu «*queima! e corta!*», com feia crueldade.

«Também me agrada sôbremodo que exijas certas garantias; e concedendo liberdade aos Judeus, queres ainda assim que essa seja limitada: circunscrita de sorte que não passe a ser licenciosidade.

«Porque é preciso, antes que tudo, ponderar com suma prudência que a faculdade de excomungar, a êles concedida, sabe a jurisdição usurpada, e é muito perigosa para essa nação sensual e material que não aspira senão a dominar todos os povos, e a arrogar-se o poderio e uma autoridade que compete exclusivamente ao sumo Magistrado.

«¡Oxalá que, prevenido, o governo dos que devem cuidar que o estado não periclite, inspeccionando como os Judeus exorbitam, sem ordem, e usurpam jurisdição coactiva, não precise empregar fôrça em qualquer ensejo!

«Temos, com efeito, em Amsterdam, um exemplo horrendo, tanto da tirania como da sevicia judaica. Eles anatematizaram a Gabriel da Costa², porque da Lei de Moisés passara ao Deismo natural, e posteriormente, quando, forçado pela última miséria, pediu que o readmitissem graciosamente à comunidade, sentenciaram como se fossem um tribunal; fustigaram-no, despido das vestes, com quarenta (menos uma) tagantadas, dentro da Sinagoga. .

«Na verdade, isso parece-se muitíssimo com usurpação da suprema jurisdição — que compete únicamente ao Magistrado (holandês), tal qual se uma *república* estivesse armada de poderes coactivos, dentro de outra república, e lesasse directamente a magestade do Magistrado.

«Mas, realmente, sou um desalmado. Peco contra as leis da cortesia, interrompendo com tão extenso e aborrecido discurso os teus gravíssimos afazeres.

«Peço-te que desculpes o meu cavaquear e me contes (se o merecer) entre os teus admiradores.

Teu muito obrigado

Philippus a Limborch

Gouda, a 12 de Março de 1662.

¹ Compare-se o *crucifige*, de Uriel.

² Gabriel Acosta, como sempre em latim.

XXIX

**Limborch, «De veritate religionis christianæ»
(1687)**

Com relação ao *Exemplar Vitae Humanae*, lê-se apenas a p. 344 a seguinte nota final:

«Auctor, ut ex fine scripti liquet, fuit *Gabriel*, postea inter Ju-dæos vocatus *Uriel Acosta*. Qua occasione illud scripserit, ipse satis indicat. Titulum illi præfixit quem præfixum vides, *Exemplar Humanae Vitæ*. Paucis ante mortem suam diebus, et cum jam mori decreverat, scriptum hoc exarasse videtur. Et enim vindicta aestuans primo *fratrem* (alii dicunt *amitimum*), a quo se maxime laesum credidit, deinde seipsum trajicere statuit: itaque in *fratrem* seu *amitimum*, aedes suas praetereuntem, sclopetum vibravit, sed cum frustrato ictu non exploderetur, se detectum videns, subito domus sua janua clausa alterum, eum in finem paratum, in se sclopetum expedit, ac seipsum miserandum in modum trajecit¹.

«In defuncti ædibus scriptum hoc fuit repertum, cuius apographum proavunculo meo Simoni Episcopio ab eximio quodam hujus civitatis viro communicatum, ego inter scendas ejus reperi»².

XXX

**Johannis Moller Flensburgensis «Cimbria literata»,
Vol. II, p. 954-959. Escrita entre 1687 e 1725.
Impressa em 1744**

«Uriel Acosta *Gabrielis* primum nomine, sibi, cum baptizaretur, indito, est gavisus; sed, isto deinde, cum ad Judaismum avitum Amstelodami relaberetur, spreto, *Uriel* in circumcisione appellatus³. *Uriel Jurista*, qvod in juventute Juridicis vacaverit studiis, a plerisque, qui mentionem ejus, anteqvam cognomen Acostæ gentilitium, ex ipsius Historia vitae propriae, Parte *Exemplaris vitae humanae*, A. 1687. demum editi, priore fuse exposita, omnibus innotesceret, fecere, scriptoribus, hujus ignaris, (Joh. scil. Müller, Theologo Ham-

¹ Mas teve tempo e fôrças para colocar a auto-biografia a seu lado.

² Pág. 344. O leitor encontra a tradução no Cap. xiv d'este estudo.

³ Vid. de hac μετονομασίᾳ (modificação do nome) *Examen ipsius Vitæ Humanæ*; ex isto Adr. Baileti, *Traité des Auteurs deguisés*, P. iii, C. 15, p. 422; et *Homonymo-scopiam nostram*, Sect. iii, c. 3, § 7, p. 784.

*burgensi*¹, illumque secutis *Tob. Wagnero*², *Joh. Fechtio*³, *Joh. Christoph Rumetschio*⁴, & aliis compluribus), vocatur.

«Qvae de vita sua ipsem et uberioris enarravit, in compendium hic a nobis contrahentur. Natus est Portuae, emporio Lusitaniae haud obscuro, parentibus generis quidem nobilitate conspicuis, sed maiores agnoscentibus Judaeos, vi olim ad religionem adactos christianam. Patrem tamen habuit huic serio addictum; illiusque auspiciis, in juventute, non juris solum & exercitiorum equestrium, sed mysteriorum quoque Christianismi, notitia, per doctores idoneos, tanta est imbutus sollicitudine, ut, naturali pueri indole, ad pietatem atque misericordiam, a lacrymis sibi, ad calamitatis alienae conspectum, temperare nesciam, prona, curam adjuvante paternam, sacrorum rituum que Ecclesiae Romanae evaderet observantissimus. Vitae aeternae consequendae studio, poenarumque infernalium metu, non libros solum Evangelicos, aliosque asceticos, sed *Summas* etiam, quas vocant, *Moralistarum de peccatorum confessione*, assidue jam tunc volvebat & revolvebat. Dum autem pertinaciter sacro huic incumbit labori & precepta hominum superstitionum rigida accuratius considerat, exacte autem iis a se satisfieri, peccataque omnia sacerdoti enumerari, haud posse observat, de salute hoc pacto consequenda, summa cum tristitia, coepit desperare, & ex desperatione ista, annos natus 22, in Scepticis-
mum sacrum, dogmatum de vita post hanc altera Christianorum veritatem in dubium vocantem, incidit. In studio interim pergebat Juridico, eosque faciebat progressus, ut, anno aetatis 25., Thesaurarii, in aede patriae civitatis collegiata, dignitatem haud difficulter obtinuerit. Hac potitus, cum Pontificiae religioni animus ipsius non posset acqvesceret, & adhaerere tamen alicui cuperet, ad Judaicam, post diligens illius, in Veteris Testamenti, cui Christianos etiam fidem habere haud ignorabat, lectione, scrutinium, paulatim transiit. Quam cum libere in Lusitania non posset profiteri, dignitati renunciabat ecclesiasticæ, ac, spreto interdicto, quo proselytorum Christianismi Judæorum posteri, absque consensu Regis speciali, patriæ finibus vetantur exceedere, rigidissimo, cum matre & fratribus, ut Judaismum itidem amplectarentur, a se, de veritate licet ejus aliquatenus adhuc dubio, permotis, navi Amstelodamum trajiciebat, cœtuique se *Apellarum*, post circumcisionem, & nomen in illa, ut supra indicavimus, mutatum, palam associabat. Paucis vero post apostasiam hanc diebus

¹ In Prolegomenis *Judaismi*, p. 71-72; in *Atheismo devicto*, p. 13, 30, 246.

² In *Examine Atheismi speculativi*, c. 31, p. 75.

³ In *Dissertatione de Ecclesia Judaica*, p. 62.

⁴ In *Schediasmatis de Conjecturis ultimi temporis*, Sect. III, § 2, p. 60-61.

vix elapsis, cum, ritus ac mores Judæorum hodiernos præceptis Mosaicis parum esse congruos, observare, Legem scriptam defendere, traditiones autem & sanctiones Thalmudis atque Rabbinorum ἀγράφως impugnare, constituit. A qvo proposito cum monitus nollet desistere, anathemate ab Archisynagogis percussus est adeo rigido, ut ne fratres qvidem, ab omni recutitorum commercio, sacro pariter atque civili, excluso, salutem, si quando in platea ipsis erat obvius, dicere auderent. Αποσυνάγωγος constanti animi deliberatione Sadducæorum accessit sententiæ, Legis Mosaicæ remunerations atque poenas temporales tantum esse, persvasorum, animarumqve immortalitatem negantium, e Pentatevcho hanc non posse probari contendens. Justitiam insuper causæ suæ libro asserere peculiari, & traditionum simul Pharisaicarum vanitatem, ac discrepantiam a Lege Mosis irreconciliabilem, ex hac ostendere, decrevit, istoqve consilio Judæos adeo offendit, ut, Uriel, anteqvam is prodiret, Christianis reddituri invisum, Medicum qvendam, Samuelem de Sylva (cujus nomen a nostro supprimitur), subornaverint, qvi, libello pro Animarum immortalitate Lusitanico A. 1623. Amstelodami edito, ipsum, hanc negantem, acriter insectabatur, &, tanqvam hominem Epicureum atque impium, detestabatur. Odiis hisce ac criminationibus *Apellarum* (qvorum etiam pueri turmatim in plateis obambulantem persequebantur, & Hæreticum atque Apostatam vocabant, nec a lapidibus in ædes illius projiciendis sibi temperabant) Uriel se a proposito absterrei neuti-
qvam est passus, sed *Examen Traditionum Pharisaicarum, cum Lege scripta collatarum*, non has solum, verum Animarum qvoqve ἀφθαρσίαν, serio ac vehementer impugnans, paulo post Amstelodami itidem publicavit, & Sylvæ libro opposuit.

«Ob qvam audaciam a Synagogæ principibus, coram Magistratu, accusatus est, Amstelodamensi, & ab hoc, exemplis plenisqve *Examinis* ablatis ac suppressis, carceri per dies decem inclusus, trecentisqve insuper multatus florenis. Poena hac, licet mentem non mutaverit, sed, frænis potius scepticismo suo laxatis, ipsam etiam Legis Mosaicæ, tanqvam inventi mere humani, multaqve Legi naturæ contraria proponentis, impugnare secum cœperit divinitatem, cautior est redditus, sententiasqve suas, dogmatibus publice receptis adversantes, alios deinceps celavit. Imo, ut ipse advena, *nec sermonis gnarus Belgici*, eo commodius Amstelodami viveret, desiderium iteratae in Synagogam admissionis simulavit, votiqve, cum libellum suum retractasset, & absolutionem ab anathemate, qvod per tria hactenus lustra omni Judæorum ipsum privarat consuetudine, Amitini opera ac intercessione, impetrasset, compos evasit. Elapsis autem, a conciliatione ista, paucis diebus, per sororis filium, quem domi suæ alebat, qvod

cibis, Judaica lege vetitis, haud abstineret, delatus, Amitinum hunc, novum istud delictum sibi contumeliosum esse persvasum, adeo irritavit, ut conjugium, brevi ab ipso contrahendum, disturbaret, fratrum ab eo animos abalienaret, horumque uni bonorum ejus, quæ penes se erant, detentionem persvaderet, nec quicquam, quo vitæ, opibus ac famae ipsius detrimentum posset afferri, intentatum relinqveret. Pari odio, tum eandem ob causam, tum quod duobus Christianis, *Hispano atque Anglo*, apostasiam ad synagogam meditatis Judaicam, hanc dissuasisset, Rabbini etiam, & cæteri Judæi Amstelodamenses, denuo in illum exarsere. Coram Synedrio enim graviter objurgatum, si Judæus esset, hujus obtemperare sententiæ: lugubri vestitu synagogam ingredi, nigrum illic manibus gestare cereum, verbis quibusdam foedis, per ipsos præscribendis, peccata sua detestari, flagelli coriacei verbera publice tergo excipere nudato, ac in limine tandem prostratum *Apellarum* præsentium supra corpus suum tolerare transitum, culpamque insuper dierum aliquot expiare jejunio; sin a religione iterum defecisset Judaica, novum expectare anathema, jusserunt. Nec inanes fuisse has minas, cum sententiæ adeo rigidæ obsequium a se præstari posse negasset, secundi anathematis, primo atrocioris, fulmine per Archisynagogum (*R. Menassen Ben Israel*, quem, ab ipso haud nominatum, *Joh Christoph Rumetschius*¹ ferali hoc ministerio functum esse prohibet) subjectus fuit, integrum, a propinquis desertus omnibus, et a recutitis cæteris, illorumque liberis, sibi obviis, in se evibrato per septennium quo isti obviis sputi ejectione, aliisque animi hostilis indiciis, contemptim habitus, nec opem Magistratus, quam sperabat, & actione forensi implorare cœperat, ob moras judiciorum tadiosas, expertus, summo cum moerore, didicit.

Tot adversitatum tandem pertæsus, cum *Apelæ*, se, si Synedrii sententiæ in omnibus se obtemperaturum sponderet, *ex æquo & bono, prout viros bonos decet*, cum ipso acturos esse, promisissent, in synagoga, antequam ad communionem iterum admitteretur, pœnam sustinuit, a sacris decretam judicibus, sed longe, quam ipse, blandis hominum fraudulentorum inescatus promissis, crediderat, duriorem, verbis ab ipsomet descriptam sequentibus²: *Intrari Synagogam, quæ hominibus et mulieribus plena erat; convenerant enim ad spectaculum; et, quando tempus fuit, adscendi suggestum ligneum, quod est in medio Synagogæ, ad concionandum et alia officia, et clara*

¹ Loc. cit.

² Conf. de illa Henr. Basnagi, *Histoire des ouvrages des Scavans, M. Dec. A. 1687*, p. 453–454; Joh. Frid. Mayeri Disp. II de Lapidatione Stephani, c. 2, § 7, & W. E. Tenzelii Dialog. monstr. German., M. Oct. A. 1693, p. 811, 812, 813.

voce prælegi scripturam, ab illis exaratum, in qua continebatur confessio, me scilicet dignum esse millies mori, propter ea, quæ commiseram, nempe violationem sabbathi, fidem non servatam, quam in tantum violavi, ut etiam aliis svassem, ne Judaismum intrarent, et pro qvorum satisfactione illorum ordinationi parere volebam, et ea implere, quæ mihi essent imposita: promittens de reliquo in similes iniqvitates et scelera non reincidere. Peracta lectione, descendit a suggestu, et accessit ad me sacratissimus Præses, susurrans mihi in aurem, ut diverterem ad angulum quendam Synagogæ. Contuli me ad angulum, et dixit janitor, ut me nudarem. Nudavi corpus ad cincturam usque, linteum capiti subligavi, calceos deposui, et brachia erexi, manibus tenens quamdam quasi columnam. Accessit janitor ille, et manus meas ad columnam illam quadam fascia colligavit. His ita peractis, accessit præcentor, et, accepto corio, percussit latera mea triginta et novem percussionibus, secundum traditionem: nam judicium legis est, ut numerus quadragenarium non excedat; et, cum viri isti adeo religiosi et observantes sint, carent sibi, ne contingat, ut peccent excedendo. Inter percutiendum Psalmus decantabatur. Hoc impleto, humi sedi, et accessit Concionator, ceu sapiens (quam ridiculæ sunt res mortalia!), qui me ab excommunicatione absolvit; et ita jam porta cœli mihi erat aperta, quæ ante, fortissimis seris clausa, me a limine et ingressu excludebat. Post hæc indui vestes, et abii ad limen Synagogæ, prostravi me, et custos ipsius sustentabat caput meum. Tunc omnes, qui descendebant, transibant super me; scilicet elevabant pedem unum, et transibant ad inferiorem partem crurum meorum; quod omnes, tam pveri, quam senes, fecerunt (nullæ sunt simiæ, quæ actiones magis absonas, aut gestus magis ridendos, hominum oculis possint exhibere): et, peracto opere, quando jam nullus restabat, surrexi e loco, et mundatus a pulvere, per illum, qui mihi assistebat (nemo jam dicat, istos me non honorasse, si enim me flagro percusserunt, lugebant tamen, et demulcebant caput meum), domum me contuli.

Poenæ hujus ignominiosæ, sibi, cum in Synagogam denuo recipetur, fratrum præcipue germanorum hortatu, inflictæ, mentione Uriel vitæ propriæ claudit historiam, in *Exemplari vitæ* exhibitam humanæ, & acrem deinde illi subjungit invectivam, tum in Judæorum effrænem atqve protervam licentiam (quam tantam esse ait, ut, si Jesus Nazarenus, quem Christiani adeo colunt, Amstelodami concionaretur, et Pharisæis placeret illum denuo flagris cädere, quod traditiones illorum impugnaret, et hypocrisin objiceret, libere hoc facere possent), tum in nimiam Magistratus Amstelodamensis, hanc iis permittentis, lenitatem.

Miror autem, nullam, in ista narratione, mentionem ab eo fieri civitatis Hamburgensis, in qva itidem aliquamdiu vixisse, & ob Sadducaismum, persecutiones varias acerbas a Judæis cæteris, Pharisæismo addictis, tolerasse, a D. Joh. Müllero perhibetur, urbis istius *Antistite*¹. — Cujus fidem nos secuti Scriptoribus eum Cimbriæ hic annumeramus adoptivis. Ἀυτοχειρὶας tragicæ, qva, mense Aprili A. 1640, juxta eundem Müllerum², vel, si Joh. Clerico, ab hoc dissidenti³, credamus, A. circiter 1647, periit, historiam, qvæ *Vitæ humanae exemplari* ab ipso non potuit inseri, e Phil. Limburgii, editoris illius doctissimi, *præfatione*⁴, subjungemus. Ægerrime scilicet ille ferens contumelias, qvibus, cum in Synagogam denuo admitteretur, erat affectus, multiplices, in Fratrem,⁵ vel Amitinum, qvem Autorem harum fuisse credebat, ædes suas Amstelodami prætereuntem, sclopetum, ut vitam illi eriperet, direxit. Qvod cum frustrato ictu non exploderetur, & insidiæ tamen, qvas ejus vitæ struxerat, conatu jam detectæ essent frustaneo, subito, clausa domus janua, sclopetum alterum, eum in finem jam ante præparatum, in semet ipsum expedit, &, lethali accepto vulnere, non multo post expiravit.

Repertum est in ædibus extinti *Exemplar*, qvod in biographia hac secuti sumus, *vitæ humanae*, propiæ historiam fuse, & satis etiam candide, enarrans, a Phil. Limburgio A. 1687, cum Animadversionibus editum elenchticis. E qvo, uti, non solum, *Sadducaeis eum*, in animarum immortalitate, ac vita post mortem altera, negandis, fuisse ὅμοφηφον, ac his proinde a Joh. Müllero, Joh. Fechtio & J. C. Rumetschio⁵ jure annumerari, sed & omnem doctrinam de Deo ac rebus divinis revelatam sprevisse, appareat; ita Numinis existentiam haud esse inficiatum, sed religioni naturali immortuum, non obscure potest colligi. Atheis proinde, stricte ac proprie ita dictis, illum, cum Joh. Müllero⁶, Tob. Wagnero⁷ & Actorum urbis erudit. Lipsiensium Collectoribus⁸, non ausim accensere, sed Deistam, aut Naturalistam, cum Adr. Bailleto⁹, malim appellare.

¹ In *Prolegomenis Judaismi*, p. 71-72. Conf. Rumetschium, l. c., p. 61.

² L. c., p. 72. Conf. Rumetschium, p. 61.

³ Tome VII. *Biblioth. univers. Histor.*, M. Nov. A. 1687, p. 327. Conf. Pet. Baelium, t. I, *Dictionar. Hist. et Crit.*, p. 68, et sq. edit. sec.

⁴ V. Illius, *Appendicem Collationis cum Judæo erudito*, p. 344.

⁵ Locis supra citatis. Conf. P. II, *Isagoges nostræ ad. Hist. Cimbr.*, c. 5, § 2, p. 96, & *Homonymoscopiae Sect.*, III, c. 3, § 7, p. 784.

⁶ In *Atheismo devicto*, p. 13, 30, 246.

⁷ Loco, num. 3, citato.

⁸ M. Apr. A. 1688, p. 213, 222.

⁹ Loco, num. 1, citato.

Conf. de Vita ac fatis illius, præter alios Autores, jam allegatos, Pet. Bælium Tomo I, *Dictionarii Historici et Critici*, p. 68-71, *editionis secundæ*; Lipsienses in *Actis Erud.*, M. Apr. A. 1688, p. 221-222; Joh. Clericum, Tomo VII, *Bibliothecæ universalis Historicæ*, M. Nov. A. 1687, p. 327-330; Wilh. Ern. Tenzelium in *Dialogis menstruis Germanicis*, M. Sept. A. 1698, p. 815-818, Joh. Franc. Buddeum, T. I, *Lexixi Historici Germanici*, p. 25-26; Andr. Carolum, in *Memorabilibus Sec. XVII ecclesiasticis*, Lib. V, c. 19, p. 978-979; Joh. Upmarkium, Acad. Upsal. Rhetorem, in *Atheomastige*, A. 1709, edito, cap. I; Joh. Christoph. Wolfium, T. I. *Biblioth. Hebrææ*, p. 131-132; Mart. Diefenbachium (a Wolfio allegatum) in *Judæo convertendo*, p. 132; Joh. Jac. Schudtium, in *den Jüdischen Merkwürdigkeiten*, P. I, Lib. 4, c. 18, p. 286-291; & Joh. Fabricium, P. III, *Historiæ Biblioth. Fabricianæ*, p. 400.

SCRIPTA EDITA

Examen Traditionum Pharisaicarum, cum Lege scripta collatum, sermone Lusitanico, Amstelodami, apud Paulum Ravensteinium, anno circiter 1624, in 8., excusum. Oppositum est Samuelis Sylvæ, Medici Judæo Lusitani *Amstelodamensis & Hamburgensis*, Libello pro Animarum immortalitate Lusitanico, Amstelodami, A. O. C. 5383 (sive A. C. 1623), ejusdem Ravensteinii typis impresso, in quo *Examen Urielis* hoc, post eum in lucem editum, refutari Joh. Müllerus & J. C. Rumetschius (locis sæpius jam citatis) *falso tradiderunt*. Examen hoc Animæ mortalitatem plurimis argumentis, imo locis etiam S. Scripturæ, frustraneo evincere allaborat conatu, *istamque ob causam libris Atheisticis a Joh. Müllero & Tob. Wagnero (ll. cc.) est annumeratum*. Plura, ad illius spectantia historiam, in Vita Urielis jam attulimus.

Exemplar ritæ humanæ Latinum bipartitum, post Urielis αὐτοχειρίαν in ipsius repertum ædibus, cuius parte priori ipsemet vitæ suæ exposuit historiam, posteriori autem in Judæos, ob licentiam & insolentiam nimiam, acerrime invehitur, Magistratui Amstelodanensi immodicam, in hac iis permittenda, exprobrat indulgentiam, & passim in omnem Theologiam ac religionem revelatam est injurius. Edidit illud, e MSto Sim. Episcopii, Avunculi sui, Philippus a Limburg, Theologiæ in Seminario Remonstrantium Amstelodamensi Professor, sub finem *Collationis de Veritate Religionis Christianæ*, cum Judæo erudito, amicæ, Goudæ A. 1687, in 4. S. 957 excusæ, p. 343-354, una cum suis in istud *Animadversionibus*, pro Religione revelata ac Senatu Amstelodamensi, apologetico-elenchticis, p. 355-364, ei sub-

junctis. Aliud ejus MStum Joh. Müllerus, *Antistes Hamburgensis*, se asservasse testatur in *Judaismo*, p. 72, non tamen (uti a J. C. Rumetschio, l. c. p. 61, falso traditur) αντόγραφον.

(Mandado copiar, e colacionado pelo Prof. Hermann Urtel,
em Hamburgo, a 11 de Nov. de 1919).

XXXI

J. G. Müller

Confissões de Homens Célebres
(*Bekenntnisse werkwürdiger Männer*)¹
(1793)

«Poucos dias depois de haver traçado êste seu testamento — em que manifesta às claras o propósito de pôr termo à vida, Uriel, ardendo no desejo de se vingar, tentou matar a tiro de pistola o *sobrinho*, que causara a sua desgraça quando por acaso passava ao pé da sua casa². O tiro falhou, e vendo-se descoberto, fechou a porta da casa e matou-se com outra arma, já preparada para êsse fim.

«Na sua casa encontrou-se o *Exemplar*, do qual o célebre Simão Episcópio obtivera treslado, que o neto de sua irmã, Felipe de Limborch, publicou como apêndice da obra *Amica collatio* (Amsterdam, 1687).

«Só a parte histórica do *Exemplar* tem cabimento na minha obra.

«A segunda metade é uma invectiva iracunda contra os Judeus e a sua religião, e contra toda a religião revelada.

«Negando a revelação, aceita como únicamente verdadeira a religião *primária* ou patriarcal que diz ter sido mera observação da *lei natural*, e ter existido antes de Abraão — crença ainda hoje partilhada por ingénuos.

«E essa lei está, segundo Uriel, em oposição, tanto à religião judaica, como aos dogmas do Cristianismo.

«Nunca êle teve ocasião de conhecer por experiência praticantes dessa sua lei natural. Aliás, o seu espírito irrequieto teria rompido também com êles.

«Seguramente desconhecia a tese principal da lei revelada, ou, pelo menos, não se lembrava de que «o coração humano é mau desde

¹ Êsses homens ilustres que escreveram Auto-biografias ou Confissões são: Petrarcha, Santo Agostinho, Uriel da Costa, Junius, Comenius, Holberg, Leibnitz.

² Claro que o autor alemão se cinge de perto aos dizeres de Limborch.

o princípio», ficando incerto, portanto, de onde há de vir a fôrça e a vontade para a lei natural se cumprir.

«Mas deixemos isso. A exposição e a argumentação são as de um impetuoso, excitadíssimo. De resto, Limborch refutou-o em algumas páginas do seu livro.

«Provável e lamentável é que ao espírito tão subtil de Uriel faltasse na infância e na mocidade, um bom guia de religiosidade; que não tivesse ocasião de a ver praticada por carácteres nobres, superiores aos fanáticos confessores portugueses, que o Tribunal da Fé ou a Sociedade de Jesus lhe impunha.

«A que alturas poderia ter chegado um homem de tal perspicácia e tal paixão pela verdade — homem generoso e audaz, que, arriscando a vida, abandonou a pátria e os seus bens — se o destino o tivesse conduzido a fontes mais límpidas.

«Mas todos nós somos de ontem, e nada sabemos.

«Digno de nota é que, logo na mocidade, achasse mais racional e mais conforme à lei natural aquilo que se ensina a respeito de Deus no *Testamento Velho* do que as doutrinas do *Novo Testamento*.

«Digno de nota também o seu desejo de possuir alguma coisa firme e estável, algum ideal em que apoiar-se — desejo que é comum a todos os que verdadeiramente pensam; e penhor certo, para os que creem em Deus, de que nascemos, não para o êrro, mas sim para a verdade»¹.

XXXII

J. G. von Herder

Carta 39 das «Escritas para fomentar a Humanidade»²
(1794)

Depois de haver lido as *Confissões*, publicadas por J. G. Müller, Herder escreveu o seguinte:

«A leitura das Confissões de Petrarca foi amena. A da auto-biografia de Uriel foi tristíssima, lúgubre mesmo. Esse Judeu, digno de compaixão, teve dúvidas acerca da sua religião. Por isso abandonou

¹ Em seguida, Müller menciona o artigo de Bayle. — Graetz compara Uriel a um rapaz que, obrigado a viver num edifício velho, muito abafado, quebra as janelas para que entre o ar.

² Vid. Herder, ed. de Cotta de 1853, Vol. xxxv, p. 169-171 e 195-197. Na Carta 37, p. 169-171, que se refere em geral às *Confissões*, publicadas por J. G. Müller, há a frase: *por quantas lutas passou o pobre Acosta* (*Welche Kämpfe hat der arme Acosta sich zugezogen*).

todas as vantagens que o nascimento, a fortuna, o pôsto que ocupava, lhe proporcionavam. À procura de paz encontrou guerra, da parte dos seus mais próximos parentes, transformados em seus peores inimigos. Regressando à Sinagoga foi maltratado pelos Judeus, calcado aos pés, fustigado e cuspido, rebaixado até não mais poder suportar a vida.

«O título da sua «despedida da vida» *Exemplar humanae vitae*, sempre me comoveu.

«Oxalá cada um dos que, impelidos ao suicídio pela maldade dos homens, tenha força de vontade para nos dirigir algumas palavras, juntando o seu exemplo ao de Uriel da Costa, porque assim se reuniaria um número de *Exemplares* extraordinários.

«É sacudido de horror que li a narrativa de Acosta, ouvindo gemidos e suspiros de profunda dôr, arrancados pela afronta que lhe fizeram na própria casa de Deus — ultrajando-o e confirmando na sua consciência a sensação de absoluto abandono.

«Que desalento na exclamação final: «Aqui tendes a narração verídica do papel que representei no teatro vaníssimo do mundo, numa vida vaníssima e instabilíssima. Julgai agora, filhos dos homens, com isenção e justiça, sem paixões, assim como convém a homens. E, se porventura, achardes algo que vos force à comiseração, reconheci e deplorai a triste sorte da humanidade, de que sois parte».

«Desde criança aborrecera toda a casta de perseguições e ultrages; sobretudo aquela que ferisse pessoas por causa da sua religião.

«¿ Quem, a não ser Deus, e o próprio, tem de importar-se com a sua religião?

«¿ E quem ignora os infinitos problemas e os escrúulos que se ligam à palavra *religião*, no sentido de íntima convicção e íntimos sentimentos?

«Certa pessoa escandaliza-se com tal e tal coisa. Outra pessoa, com outra coisa. Não se acostuma a certa praxe. Não é capaz de afastar-se de concepções e fórmulas que lhe foram inoculadas na infância. Delas dependem a sua moralidade, os seus instintos, o seu ideal. Um encontra dúvidas onde a mais ninguém são sugeridas: a mósca negra da fantasia e alucinação de um segue o que é invisível aos demais olhos.

«Inútil e desumano, crueldade e falta de razão é condenar e perseguir a religião de quem quer que seja, negro ou hindú, e onde quer que seja: perante o Tribunal da Inquisição ou na Sinagoga.

⁴ Herder conhecia a publicação de Limborch.

«Os resultados perniciosos de tais condenações e perseguições nunca se fizeram nem se farão esperar.

«É realmente tempo de chegarmos ao humanitarismo e à verdadeira humanidade, e isso por motivos superiores ao medo das vinganças.



«; Devemos agradecer a todos quantos colocam na devida luz os gravames e os enleios intoleráveis, as injúrias ou humilhações dolorosas, que por homens são feitas a homens, que julgam obedecer a leis, quer divinas, quer humanas, e cumprem tais deveres exultando de alegria !

«Hugo, Grotius, John Locke, William Penn, Shaftesbury, Bayle, Leibnitz, Espinosa e Voltaire e muitos outros, sejam quais forem as suas ideas relativas a outros pontos, nesse foram Anjos da paz para todos quantos «vitimados, ao pé do altar, gritam a pedir vingança, e ensanguentados, reclamam vestes brancas e festivas» ¹.

XXXIII

Voltaire

Carta IX das dirigidas ao Príncipe de Brunswick «Sur les Juifs» (1771)

«... Il arriva à Uriel Acosta dans Amsterdam à peu près la même chose qu'à Spinosa: il quitta dans Amsterdam le judaïsme pour la philosophie. Un Espagnol ² et un Anglais, s'étant adressés à lui pour les faire juifs, il les détourna de ce dessein et leur parla contre la religion des Hébreux: il fut condamné à recevoir trente neuf coups de fouet à la colonne et à se prosterner ensuite sur le seuil de la porte; tous les assistans passèrent sur son corps.

«Il fit imprimer cette aventure dans un petit livre que nous avons encor, et c'est là qu'il professe n'être ni juif, ni chrétien, ni mahométan, mais adorateur d'un Dieu. Son petit livre est intitulé: *Exemplaire de la vie humaine*. Le même Limborch ³ refuta Uriel Acosta

¹ O poeta emprega aqui uma horrível imagem retórica do Apocalipse.

² Erro por *Italiano*. É sabidíssimo que Voltaire não se importava com minúcias. Toda a relação é incorrecta.

³ O mesmo, cuja disputa com Orobio, Voltaire tinha exposta nas páginas 344 a 346.

comme il avait réfuté Probio, et le magistrat d'Amsterdam ne se mêla en aucune manière de ces querelles».

(*Mélanges, Philosophiques Littéraires, Historiques.*
Ed. Genève, 1771, Vol. III, p. 374).

XXXIII

Frederick Pollock
*Spinoza, His Life and Philosophy*¹
(London, 1880)

«Na geração que precedeu Espinosa, a comunidade israelítica de Amsterdam não gozou de paz ininterrupta.

«Durante longos anos houve um scisma na Sinagoga², resultante do escândalo que causaram aos verdadeiros Israelitas, as sobrevivências de práticas e modos católicos e hispânicos. E na infância de Espinosa a Congregação foi perturbada pela estranha carreira de Uriel da Costa.

«Ele merece breve menção aqui, não porque fôsse homem influente e de peso, e muito menos um predecessor de Espinosa³, mas o seu fadário é ilustração do carácter da época, e a sua excomunhão pode ter servido de precedente no caso de Espinosa.

«Nascera no Pôrto, de uma família de Cristãos-Novos. Os pais eram, contudo, ortodoxos convictos, e êle teve educação culta de preceptor da Ordem de Jesus.

«Insatisfeito com o dogmatismo formal dêles, estudou como autodidacta o *Testamento-Velho*. O resultado foi que fugiu para Amsterdam, levando a mãe e os irmãos; circuncidou-se, mudando de nome, isto é, substituindo o cristão de Gabriel pelo puramente judeu de Uriel.

«Mas a desilusão veio breve. Ficou perplexo e assombrado pela discrepancia entre o Judaísmo que êle encontrara (ou imaginara encontrar) na Escritura, e aquele que os glosadores Rabinos alteraram pelas Tradições.

¹ Pág. 7 a 10. Eis a idea basilar do filósofo inglês, relativa à religiosidade. «Até aqui a finalidade das religiões foi fixar o ideal-de-vida do homem, de vez para sempre. Nós reconhecemos agora que nem o viver nem o pensar pode ser fixado de vez, visto que os nossos ideais se transformam e evolucionam como sombras que deita a alma humana». — As Anotações são da tradutora.

² Chegou a haver três Sinagogas diversas.

³ O leitor sabe que Jellinek, Volkmann, Klaar e a autora, reconhecem ideias de Uriel na *Ética* de Espinosa.

«Tratou os Doutores modernos de Fariseus, e fez escárneo das cerimónias usadas. Indignados, excomungaram-no. Mas êle começou a publicar o tratado contra a imortalidade da alma, razão porque os Decanos da Sinagoga o denunciaram à autoridade civil, que o encarcerou, e fez queimar públicamente o seu livro.

«Durante quinze anos aturou as desventuras sociais da excomunhão, mas, finalmente, impacientou-se e reconciliou-se. Formalmente. Parece, todavia, que não fez segredo do carácter meramente exterior da reconciliação (Vid. Graetz, X, 137: Entre macacos, dizia, havia de proceder como macaco).

«Simultâneamente, as suas especulações irregulares, levaram-no de um Judaísmo anti-rabínico ou puritano, a uma doutrina de simples Deismo. Nem teve cautela alguma nas suas conversações. Houve, por isso, nova e mais rigorosa excomunhão, a qual não podia ser revogada senão por meio de um solene e público acto de penitência¹.

«Da Costa aturou essa excomunhão durante sete anos. Ao cabo dêles capitulou. Foi submetido a uma cerimónia humilhante, feita pelo modelo das impostas pela Inquisição² e seguramente bem familiares a alguns dos Israelitas presentes.

«É facto comum à história da humanidade, e um dos mais tristes, que, mal uma comunidade perseguida vê assegurada a sua liberdade, começa a perseguir pela sua vez³. Viu-se na mesma época com relação à Igreja reformada dos Países-Baixos. «Aqueles que havia poucos anos se queixaram da crueldade da Igreja Pontifícia mal se viram libertados dela começaram a reclamar os mesmos meios de perseguição contra os que estavam do outro lado» (Burnet). E não tinha passado muito tempo desde que os colonos da Nova-Inglaterra, Puritanos de confissão, instalaram uma tirania eclesiástica muito mais opressiva e inquisitorial do que aquela a que se tinham subtraído.

«A penitência de Uriel da Costa teve o remate de êle se deitar no limiar da Sinagoga, de sorte que toda a congregação passou por cima dêle no acto de saírem.

«Êle deve ter previsto humilhações. A realidade foi todavia forte demais para o seu brio. Determinou viver apenas o tempo preciso para assentar, em forma de auto-biografia, uma feroz denunciaçao dos seus inimigos e perseguidores. Depois de a ter acabado, suicidou-se dentro de sua casa.

¹ É muito possível que houvesse tal condição no *Herem* de 1633. Mas, sem conhecermos, não podemos afirmá-lo.

² O vestuário de luto seria, p. ex., o *Sam-Benito dos Autos da fé*.

³ Já aproveitei esse passo mais acima.

«Parece que as especulações de Uriel não tinham grande valor. Nem o carácter dêle é digno de admiração.

«Os Mártires e Confessores do livre-pensamento não foram tão poucos nem tão fracos, que um que foi excomungado duas vezes e duas vezes se reconciliou, possa exigir um lugar de preferência entre êles; e houve seguramente, nos últimos passos de Uriel da Costa, um elemento notável de vaidade e ódio pessoal.

«Todavia não devemos negar a nossa compaixão a uma vida esperdiçada num ambiente tão hostil; nem podemos perdoar aos decanos da Sinagoga a rudeza excessiva e malévolas que praticaram contra aquele infeliz.

«A biografia dêle prepara-nos para ouvirmos com menor surpresa o tratamento que Espinosa teve dezasseis anos depois».

XXXIV

Dunin-Borkowsky S. J. Der Junge De Spinoza (Münster, 1910)¹

«Era no ano de 1640. Toda a comunidade israelítica [de Amsterdam] acudira à Sinagoga, para assistir à execução de uma sentença nunca vista.

«Uriel da Costa estava para ser readmitido na Congregação:

«Esse homem de espírito inquieto nasceria em Portugal e fôra educado nas crenças católicas. De sensibilidade grande e de um sentimento profundo tanto de honra como de justiça, extremamente vivo, era de carácter pouco firme. Leigo embora, fôra aos vinte e cinco anos nomeado tesoureiro de uma Colegiada do Pôrto. Talvez tivesse, todavia, recebido ordens-menores.

«Havia tempos que o seu espírito se vira envolvido em dificuldades inextrincáveis. A idea da eterna danação atormentava a sua alma. Em manuais de confissão mal-feitos haurira escrúpulos doentios que perturbavam a sua consciência. Desses escrúpulos perturbadores saíram dúvidas. E essas dúvidas levaram-no ao desespôro.

«Estudando o Velho-Testamento chegou a convencer-se que era mais fácil dizer Amen à idea de Deus tal como a comprehendiam os Profetas e o Pentateuco, do que aos dogmas cristãos.

«Por isso saiu a furto de Portugal, acompanhado da mãe e dos irmãos.

«Mas em Amsterdam viu-se cruelmente desiludido.

¹ Pág. 104.

«Mal entrara por meio da circuncisão na comunidade judaica, reconheceu que tudo era diverso do que imaginara.

«Confessando logo decididamente as suas ideias libertárias, foi perseguido e, finalmente, excomungado. Talvez em 1618.

«Os Israelitas pensavam mais em censurar e em castigar erros, do que em refutá-los, fiéis à opinião de Rabi Jochanam, que ensinara ser obrigação refutar pagãos, mas não *Epicúrios judaicos*, visto que êsses costumavam tornar-se insolentes, logo que se fazia caso dêles.

«Em 1624 Uriel publicou um livro, no qual discutia a imortalidade da alma, e patenteava discrepâncias entre a lei de Moisés e as doutrinas dos Fariseus.

«O livro foi confiscado. O autor teve de pagar uma multa de 300 florins¹.

«Assim, a raiva dos adversários, e as amarguras de Uriel, tinham recebido novo alimento.

«Começou a dar de barato a divindade da lei mosaica. Mas êsse novo ponto de vista parece que lhe roubou o último sustentáculo. Sem estar convencido, exasperado apenas pelo seu terrível isolamento, resolveu uivar com os lobos. É reentrou em 1632 ou 33 na comunidade judaica.

«Todavia não se cingia às praxes dela.

«O mesmo sobrinho que fôra medianeiro da sua reintegração, acusou-o aos Rabinos. Êsses impuseram ao apóstata um castigo tão severo, que preferiu carregar de novo com os dissabores da excomunhão.

«Seguiram-se sete anos de luta tremenda com os adversários e os parentes. «Nada fará sem ser obrigado — diziam dêle — é preciso forçá-lo».

«Ao cabo dos sete anos o pobre do homem estava alquebrado, e declarou estar pronto para toda e qualquer satisfação.

«Foi por isso que em 1640 estava a realizar-se a horrível execução. Primeiro Chacham (Hakam) era então Saul Levi Morteira.

«A narração que Uriel nos deixou concorda em todos os pontos essenciais com uma carta mandada por Daniel² Levi de Barrios a seu amigo António Enriquez, de Lisboa.

«Num sábado, conta Barrios, Uriel leu com voz alta, num podio armado no meio do templo, a retratação dos seus erros, confessando-se digno de mil mortes e prometendo de nunca mais recair em horrores tais.

¹ 30 é lapso.

² Falei do lapso *Daniel* mais acima.

«Tendo-se em seguida desnudado até à cintura num canto do templo, foi amarrado a uma coluna, e nesta posição recebeu trinta e nove tagantadas, enquanto o cantor ia psalmodiando uns versos.

«Depois sentou-se no chão e o Hazan declarou-o livre da excomunhão.

«Finalmente teve de deitar-se nos umbrais da Sinagoga. E todos, homens e mulheres, passaram por cima dêle. Envergonhadíssimo, cheio de raiva e com desejos de vingança, Uriel levanta-se e corre para casa. Escreve a sua auto-biografia em palavras ardentes, tenta matar com um tiro pela janela o sobrinho traidor, e, não acertando, acaba com a sua própria vida por meio de outro tiro.

«Na sua ira, e em virtude das suas tristes experiências, não acreditaria na realização sincera da regra do Tannaita Chanina Ben-Gamliel que, cingindo'se ao Deuterónómio XXV, 3, dissera: «depois da fustigação o pecador já não é chamado criminoso, mas sim irmão».

«Uriel diz na sua descrição da scena horrível na Sinagoga, que todos, velhos e rapazes, passaram por cima dêle.

«Poderemos concluir que também os pés de Baruch Espinosa tocaram no que envergonhado jazia no chão. E assim o Filósofo talvez conhecesse o Excomungado»¹.

XXXV

Índice dos Capítulos de que consta o Tratado da Imortalidade da Alma de Samuel da Silva (1623).

Acompanhado dos Resumos que dêles fez Wolf em 1733²

Cap. 1.— Da criação do homem e de suas perfeições.	7-10
— Immortalitatem animae probat: <i>ex creatione hominis et ejus perfectionibus.</i>	
Cap. 2.— Das opiniões acerca da alma entre os Philosophos das gentes.	10-12
— Philosophorum gentilium de anima opiniones recenset.	

¹ Seguem-se observações a respeito de Gutzkow e do pintor Samuel Hirschberg, a cujo quadro me referi mais acima, e que reproduzi.

² Já ficou dito que não escapou a Wolf o facto de Samuel ter trasladado literalmente os argumentos de Uriel: «Illa vero (argumenta) ex tractatu Urielis Ms. (cujus editionem Uriel lingua lusitanica sub titulo *Exame das Tradições Farisaicas* parabat) *ipsius* verbis proponit».

Os resumos não são, de resto, senão traduções dos títulos, como verá o discreto leitor.

- Cap. 3.— Em que se refutão as opinioins assima e se poem a verdadeira. 12-13
 — Ex illis veram eligit quae nempe pro immortalitate pro-pugnat.
- Cap. 4.— Em que se prova a immortalidade da alma por parte do entendimento. 14-18
 — Eam confirmat ex animae intellectu.
- Cap. 5.— Em que se prova a imortalidade da alma por parte da vontade. 19-21
 — Ex ejusdem voluntate.
- Cap. 6.— Em que se ilustra a mesma prova por parte da justiça di-vina. 22-24
 — Ex justitia divina.
- Cap. 7.— Em que por passos da escritura se confirma de todo esta verdade. 24-27
 — Ex locis Scripturæ Sacræ, Genesis I e II ubi de homine ad Dei imaginem creato et spiraculo vitæ ipsi com-municato⁴.
- Cap. 8.— Da falsa definição da alma do homem, e ignorancia do autor della. 27-32
 — Aggreditur scriptum adversarii Urielis Acostæ — ibique speciatim falsam animæ definitionem ab eo traditam confutat.
- Cap. 9.— Que a alma do homem não procede da matéria como a dos brutos, e reposta do argumento em contrario. 32-37
 — Animam ex materia ortam non esse.
- Cap. 10.— Que Deus introdus (sic) as almas nos corpos humanos por modo a nos occulto. 38-40
 — / Animam / modo nobis incognito corpori a Deo junctam ostendit.
- Cap. 11.— Da imortalidade da alma, e mundo futuro vindoiro; re-futando a falsa conclusão do contrariador. 41-45

⁴ Ex. Jes. c. 57 ubi Deus dicitur condidisse animas; ex Ezech. c. 18: de ani-mabus omnibus; quod Dei sint; ex Ps. item xvii-xi-ix. Ibidem p. 25 id speciatim urget quod Deus se dixerit Deum Abrahami, Isaiaici et Jacobi; quo argumento Sanctissimum Servatorem nostrum usum esse constat. Auctoris verba ita habent: «Et confirmasse mais esta verdade porque Deus he chamado *Deus de Abraham, Deus de Yshah, Deus de Jahacob*, logo elles vivem quanto à parte principal que he a alma, porque chamarse o Senhor «Deus» de cousas que não ha he tam impossivel como assemelharse e acomodarse o acto puro que he Deus à pura privaçam com que ficaria o homem morto, se acabasse de todo para nunca mais tornar a ser».

Cap. 12. — Confirmasse a verdade do mundo vindouro, refutando as falsas rezoin em contrario.	48-48
— 11 e 12 <i>Seculum venturum adstruit, idque Patribus Veteris Testamenti perspectum fuisse demonstrat.</i>	
Cap. 13. — Que os padres conhacerão o mundo vindouro.	48-52
Cap. 14. — Que as almas dos bemaventurados gozam da gloria de Deus e o louvão.	53-59
Cap. 15. — Da impertinência deste contrariador em algúas rezois que alega.	59-68
Cap. 16. — Dos novos argumentos e repostas do contrariador e confutação do primeiro deles.	68-73
— 13-16 <i>Beatorum animas gaudio coelesti frui contra adversarii frivola dubia evincit.</i>	
Cap. 17. — Que a alma do homem tem nomé proprio com que também se distingue da alma dos brutos.	73-82
Cap. 18. — Que explica [alguns passos mal entendidos do contrariador.	82-87
Cap. 19. — Do mal que o contrariador entende e nega o passo da alma de Samuel vir falar a Saul.	87-96
Cap. 20. — Repetesse o argumento da justiça divina e mostrasse a falsa explicacãam do adversario sobre ella.	97-107
Cap. 21. — Mostrasse mais a verdade por outros versos mal entendidos do adversario.	107-111
Cap. 22. — Da resurreição dos mortos e falsa expli[ca]ção dos versos trazidos em contrario.	112-124
Cap. 23. — Que o livro de Daniel he canonico, contra a insolencia do adversario que o nega.	124-138
Cap. 24. — Da audacia deste contrariador que sendo hum ignorante se mete a falar até na transmigração das almas.	133-139
Cap. 25. — Que he devido fazer bons officios e rogativas polos mortos contra a barbaria do adversario.	139-143
Cap. 26. — Que he devido humilharse o Judeo e quebrantarse e ainda deixar a propria vida por santificar o nome do Senhor.	144-147
Cap. 27. — Dos bens que se seguem de esperar pola outra vida, contra a ignorancia do adversario.	147-149
Cap. 28. — Da perdição em que vem dar quem se costuma e obstina em ruins opiniões.	150-155
Cap. 29. — Da ley de boca e verdadeira tradiçam.	156-160
— <i>De lege orali commentatur ejusdem veritatem una cum veritate calculi Judæi in computandis Neomeniis et festis solemnibus adstruit.</i>	

Cap. 30. — De algúas rezois que provam a verdade da tradiçam e
ley de boca. 160-170

Cap. 31, último. — Da verdade de nossas contas nas luas novas e
solenidades. 171-178

Amen. — Finis.

XXXVI

Uriel da Costa

Capítulos 23.^º, 24.^º e 25.^º do seu primeiro livro:

Exame das Tradições Farisaicas,

tirados do Tratado da Imortalidade da Alma de Samuel da Silva (1623)

1) Cap. viii, p. 27¹.

Diz pois assim:

Cap. xxiii. *Em que se trata que cousa seja alma do homem, quem ha gera, se he mortal, ou polo contrario immortal.*

E Diz: Para avermos de tratar sobre a mortalidade ou imortalidade da alma do homem he conveniente preguntar primeiro que cousa seja a dita alma; mormente que alguns ignorantes, quando a nomeaõ, parece que a figuraõ algúia donzela, em corpo, como outros nola pintaõ saindo do purgatorio².

A alma do homem pois dizemos que he e se chama o *espirito da vida* com que vive, o qual *está no sangue*³. E com este espirito vive o homem, faz suas obrás e se move enquanto lhe dura e naõ se

¹ Nos Capitulos i a vii Samuel da Silva não se refere a Uriel. É no viii que se encontra o trecho que já transcrevi por duas vezes: «Tendo notícia que o contrariador que nos obriga a escrever, tratava de imprimir hum livro e dezendo muyto velo, alcançamos hum só quaderno que testemunhamos fielmente ser escrito de sua propria mão, de que aqui vai o treslado, palavra por palavra; somente o distinguimos por partes, para dar resposta mais clara a cada húa dellas».

É sempre com a introdução *Diz pois assim, E diz, Diz mais*, que começa o texto de Uriel. Reproduzo-o textualmente, resolvendo todavia as abreviaturas, pontuando para melhor compreensão, e principiando nomes próprios com maiúsculos. Ainda assim, mais de uma proposição continua obscura.

² Alusão evidente aos painéis de alminhas que Uriel vira em Portugal, e a quadros de primitivos.

³ No livro da *Ressurreição dos Mortos* (que Manasse Ben-Israel escreveu (1633) contra os Saduceos em geral, mas sobretudo contra Uriel, embora não enuncie o nome do Excomungado), livro de que apareceu simultâneamente redacção latina e redacção castelhana, há naturalmente referência a essa opinião: *anima humana... nihil aliud est quam spiritus vitalis inhaerens sanguini.* Vid. Perles, p. 195; Volkmann, p. 22.

extingue, faltando naturalmente ou por algum caso violento. E naõ ha outra diferença entre a alma do bruto e a do homem que ser a do homem racional e a do bruto carecer de razaõ¹. No de mais — nacer, viver e morrer — por tudo saõ iguais, como diz Selomoh: *naõ tem o homem vantagem do animal na duraçaõ, porque tudo vaidade*². Assi que a alma do animal he o seu *sangue espirituado* como diz a Ley, e nele consiste e está a dita alma, e da mesma maneira a alma do homem no *sangue e espirito vital* consiste.

2) Cap. ix, p. 32.

Diz mais: E sabido que temos que cousa se chama *alma*, perguntais agora: quem gera esta alma no corpo do homem? Respondemos que na questaõ ha pouca duvida, e he claro como o sol gerar o homem a alma doutro homem por geraçao natural, da mesma maneira que hum animal gera a alma doutro animal semelhante a elle: assi que hum Elephante gera outro Elephante taõ prudente; a raposa, outra raposa taõ sagaz; o cavalo, outro cavalo taõ forte, obediente, e brioso; o homem polo conseguinte gera outro homem racional como elle e de coração entendido, que hé a diferença, com que dos brutos se aparta. E naõ ha na materia sobre que duvidar: doutra maneira fora a geraçao do homem manca e imperfeita, contra a ordem e instituiçao divina, a qual em virtude de sua palavra por meyo da semente, posta em cada húa das criaturas, todas geraõ seu semelhante, e assi se conservaõ suas especies, e multiplicação. E ao homem particularmente foy dito, e bem disse a elles Deus: «*Gerai, multiplicai, e enchei a terra, e sogeitai a ella, e dominai sobre os pexes do mar*»³. E porque o homem gera em todo seu semelhante; por isso diz a mesma escritura: «E Adam viveo cento e trinta annos, e gerou a sua semelhança»⁴. Adam, racional e principe na terra sobre as escrituras, gerou a sua imagem e semelhança, em tudo perfeito, sem que outrem interviesse na geraçao. O mesmo diz Selomoh quando diz que «o nacer do homem he semelhante ao nacer do animal». Emfim a cousa carece de toda duvida e contradição, confirmada por *Rezão* e por *Ley*.

¹ Ib. *Neque alia differentia intercedit inter animam hominis et bruti quam quod anima hujus sit irrationalis, illius vero rationalis; caeterum: origine vita morte prorsus pares sunt et æqualis conditionis.*

² Eccl., III, 19.

³ Genesis, VIII, 17 e IX, 1-7.

⁴ Genesis, V, 3.

3) Cap. x, p. 38.

Diz elle: Os que dizem que as almas saõ entes apartados do corpo, os quais Deus criou por junto, e tem postos como em sileiro¹, donde os manda meter nos ventres das prenhes, naõ merecem ser ouvidos. E saõ estes os sonhados desatinos da antiga, vam gentilidade, indinos de toda reposta, e que ynda² agora a seguem *os Phariseus*.

Outros dizem que nos ventres das prenhes por nova criação cria Deus estes entes, cousa tambem maravilhosa, estranha de *Rezaõ e Ley*. E os que esta opniaõ tomaõ, foy por naõ conçederem ser a alma do homem mortal, como entendiaõ ficava sendo, se for³ gerada por outro homem, e por aquelles meyos naturais que as almas dos animais saõ geradas. E como estes tambem por si naõ tenhaõ *Rezam, nem Ley* que ajude seu pensamento e fabricada adevinhaçam, nam ha para que gastar o tempo em referir suas rezois, e desfazer seus fracos e caducos fundamentos.

4) Cap. xi, p. 41⁴.

Diz elle mais: Seguesse perguntar se a alma do homem he mortal, ou polo contrario imortal. E respondemos que do que precede se fica colhendo a reposta, e ser a dita alma mortal, pois dissemos que ella consistia no sangue e espirito vital, o qual primeiro morre e se extingue no homem do que o mesmo homem morra; e nam morrêra o homem se o espirito vital (*alma que o anima*) nam faltara nelle. Provasse esta verdade natural e palpada, por muitos lugares da Escritura, expressos, aos quais nam ha tornar reposta⁵.

E primeiro se prova: por que nam consta da Ley que a alma do

¹ Sic.: celeiro.

² E que por [em] que = embora.

³ fôra = fôsse.

⁴ P. 41. A réplica de Samuel da Silva encontra-se no Cap. xi.

⁵ Cfr. Manasse, I, Cap. VII: «non repugnat legi divinae animam esse mortalem, Immo immortalitatis animarum nuspian mentio fit in Lege. At neutquam verisimile est, Legem eius mentionem nullam facturam fuisse, imprimis cum res sit tanti momenti et ponderis...». Na ed. cast.: «no consta de la Ley que el alma del hombre sea immortal, y era totalmente impossible no hazerse en ella mencion desso, siendo cosa tan importante».

No *Exemplar*, Uriel disse com relação ao *Exame*: «Post coeptum opus accedit etiam... ut accederem sententiae illorum qui legis veteris praemium et poenam definiunt temporalem, et de altera vita et immortalitate animorum minime cogitant, eo praeter alia nixus fundamento quod praedicta Lex Mosis omnino taceat super his et nihil aliud proponat observantibus et transgressoribus quam praemium aut poenam temporalem».

homem seja immortal, ou para ella esteja guardada outra vida, pena ou gloria.

E era totalmente impossivel não fazer a Ley de tais cousas mençaõ, porque naõ costuma Deos encubrir ao homem o castigo. Antes lho poém muitas vezes diante, para com o medo delle o desviar do mal, como pola Ley parece.

5) Cap. XII, p. 45.

Diz mais: Segundo se prova porque disse Deus ao homẽ: «no dia que comeres della, morrer morrerás»¹. Logo o homem foy criado mortal, e sogeito a morrer. Doutra maneira, se sua condiçam fora immortal, essa immortalidade ouvera de ter no corpo animado, *espirituado* com o espirito que Deus lhe inspirou, mas naõ devia morrer. Outrossi lhe disse Deus «pó tu, e em pó serás tornado»², com que manifestou ao homem seu fim, e lhe fez saber que, posto que criatura tam principal, seus dias teriam numero e fim; e ao que dantes foy, a isso mesmo tornaria.

6) Cap. XIII, p. 48.

Diz mais: Terceiro se prova: porque os padres naõ atentaram a outra vida, nem trataram dos bens della, como se nota de suas palavras porque, dizendo o senhor a Abraham que seu premio seria muyto, elle respondeu: «Señor Deus, que darás a mi, e eu me vou sem filhos, e este criado de minha casa será meu herdeiro?»³ como dizer: «Señor, eu nam sei em que ei de aver este premio grande, ou em que moeda me as de pagar, pois eu nam temho filhos que sejam herdeiros desses meus bens»⁴. E se Abraham atendera a outra vida, deixara o premio grande para ella, e nam tratara dos bens presentes. Destes bens tratou Ysak na bençam com que bemdisse a Yahacob, e sovre elles se funda a Ley, pondohos por premio dos bons. Tam-bem Selomoh, considerando os males que na vida acôteciam, e nam vendo outra melhor, julgou por «mais bemaventurado aquelle que nam naceõ»⁵.

¹ *Genesis*, II, 17.

² *Genesis*, III, 19; *Eccles.*, III, 20.

³ *Genesis*, XV, 2.

⁴ Vid. Manasse, *De la Ressurreccion*, p. 25, como opinião dos Saduceos:

«Os prémios e as bêncas dos que cumprem os mandamentos são meramente terrestres. Nada se acha reservado para a vida futura, nem castigo nem bem aventurença eterna. Mesmo Isaac abençoou seu filho Jacob com bens terrestres».

⁵ *Eccl.*, III, 19-21. Cfr. Volkmann, p. 22, §§ 4.^º e 5.^º

7) Cap. xiv, p. 53.

Diz mais: Porque está escrito: «Por ventura aos mortos farás maravilha? se os que carecem de vida se alevantaraõ, louvaraõ a ti, por ventura? contarseha na sepultura tua misericordia? tua verdade na perdição? por ventura será conhecida na escuridade tua maravilha, e tua justiça na terra do esquecimento?» logo nega aos mortos poder louvar a Deus, e levantarse para isso, porque naquelle sua morada não ha vida, nem ha espirito na cova, terra de perdição, terra de escuridade e esquecimento, e só os vivos podem louvar a Deus; e nam os mortos louvaraõ ao senhor; nem todos os que decem ao silencio. E nós bendizeremos a *Yah*¹ de agora fasta sempre». Por isso (estes, e outros lugares semelhantes que a cada passo se achaõ) se argumenta da miseria e vaidade da vida humana para obrigar a Deus a misericordia e compaixam de criatura tam caduca, e taõ pouco duradeira: «Eis, de palmos puzeste os meus dias; e o meu tempo como nada diante de ti; de verdade, tudo vaidade, e como sombra passa todo homem; ouve minha oraçam, senhor, e atenta minhas lagrimas, e meu clamor nam desvies agora, porque peregrino eu contigo, jornaleiro como todos meus passados; desvia de mi e levanta de mi teu castigo, enfortecer-me-ei antes que va e não eu e em outra parte; elle misericordioso e será propicio sobre a maldade, e nam deperderá e não multiplicará para desviar sua yra, e nam espertará toda sua sanha: e lembrousse que carne elle, espirito que passa e nam tornará». Yob dizia (cap. 7): «Meus dias foram ligeiros mais que a lançadeira do tecedor e faltaram sem esperança de cobrar outros²; lembrete que vento minhas vidas; não tornará meu olho a ver bem; não me veram olho do que me via: teus olhos en mi, nam eu; faltou a nuve e passou; assi o que dece á cova naõ sahirá, naõ tornará mais a sua casa, nem conheceraõ mais o seu lugar». E logo diz mais: «Estou enfastiado de minha vida, nam ei de viver para sempre; cessar de mi com açoite, porque vaidade meus dias».

O mesmo sentido segue no Cap. 14 e outros muitos lugares que seria largo referir. E quantos Psalmos se achaõ espalhados, todos conferem e concluyem com dizer que a vida do homem he breve, e acabada ella, naõ lhe fica nem taõ sòmente esperança de poder tornar a cobrar outra; porque a arvore, se for cortada, tem esperança de tornar ynda a ser renovada, e sua brotadura não cessará, se envelhecer na terra sua raiz, e se em po morrer seu tronco, com o cheiro

¹ Sic = abreviatura de Yehovah ou Jahve.

² Compare-se a fiel e artística versão de Bazílio Teles (p. 24), que transcrevi no Capítulo xx.

das aguas brotará, e fará ramo como planta; mas o homem morre e será enfraquecido; e morto o homem, e onde elle? Andaraõ as aguas do mar, e o rio será seco e secar-se-á: mas o homem dormio e naõ se levantará; até naõ aver ceos naõ espertaraõ, e naõ se levantaraõ de seu sono»¹. Como dizer: tam impossivel he o homem morto tornar a viver, que poderaõ primeiro faltar ao mar as aguas, e os rios caudalosos secarse, mas o homem nunca poderá tornar a viver; em quanto ouver ceos, que será sempre, nam accordará do sono mortal que húa vez dormir; e porque este sono he taõ pezado dizia David ao señor: «Alumia meus olhos porque acaso não durma de morte, porque acaso nam diga meu inimigo: prevaleci contra elle: tu Señor vês que o inimigo naõ deixa de me buscar; será facil húa hora poder vir a suas mãos, e perecer nellas; alumia pois meus olhos para que veja por onde ponho os pés, e possa guardarme delle porque acaso naõ durma de morte, porque naõ aconteça dormir *aquelle sono de que nam se acorda*; e se glorie meu inimigo de aver prevalecido contra mi.

Assi por tudo se mostra que morto o homem nam fica cousa delle, nem tornará algum dia a viver, porque annos de numero viviram; e polo caminho donde nam tornarei, yrei; acabarseam ó fim delles, e eu farei aquella jornada comum a toda carne, e andarei aquelle caminho que nam tornarei a desandar.

8) Cap. xv, p. 59.

Diz mais: Os que defendem ser a alma do homem immortal costumam responder a algúns dos fundamentos que puzemos, furtando o corpo, e dando certas distinções, as quais assi como sam pouco verdadeiras assi sé caem de seu. Respondem pois ao texto, «*pó tu e em pó serás tornado*» que alli falou Deus com o *corpo*, e naõ com a alma. Reposta graciosa. Deus falou com o homem vivo e espirituado, e a este tal fez saber sua condiçam, e lhe declarou que sua vida teria termo e numero, e o pó deixou no pó, sem mais lhe dar levantamento, o que era bem necessario para poder esperar por isso. Adam se nam levantou mais, avendo tanto que dorme, nem se levantará enquanto o mundo durar, e ouver ceos, que será para sempre.

Da mesma maneira respondem aos textos com que se prova nam poderem os mortos louvar a Deus: a saber que o nam podem louvar corporalmente, como que nisso fosse a dizer algúna cousa se elles espiritualmente o pudessem fazer, pois melhor louvaria o espirito limpo e livre de corpo, do que louvaria incorporado e metido nelle:

¹ Cfr. *Job*, XIV, 7-12.

e nam era verdadeiro dizer que os mortos nam louvavam a Deus, louvando ho espirito delles. Antes se os mortos louvavam tambem ao Senhor, emvam se fazia tambem o argumento para obrigar a Deus a ter compaixam do homem, pondolhe diante a brevidade de seus dias, e vaidade delles se, morto elle, ficava sua alma e seu espirito, e comessava a usar outra vida bem aventureada, eterna e descansada. Mas porque isto assi nam he, dizia e dirá qualquer afliito: «lembrete què nam ha meu olho de tornar a ver bem».

Mais respondem ao verso: «e lembrousse que carne elles, espirito que passa e nam tornará» e semelhantes, que o espirito nam tornará àquelle corpo mortal, mas tornará a corpo immortal. E nam vem que, se o espirito tornasse a corpo tal, tornará a melhor e nam se chamaria esse tornar naõ-tornar.

Emfim sam distinçois despropositadas e desvios mal tomados para fugir à verdade, a qual, como he forte e poderosa, naõ deixa vencarse.

Ajuntamos que Abraham tambem disse: «eis agora comessei a falar a meu Senhor, e eu pó e cinza». E se o espirito de Abraham era immortal, e avia de tornar a tomar corpo immortal, nam era Abraham pó nem cinza, nem tal se podia na verdade chamar; antes era Abraham um ente immortal; e do corpo, parte menos principal, nam se devia fazer caso para tomar o nome e chamarse *pó*, porque as cousas se denominam da parte que nellas mais domina; e mais val no homem seu espirito, e he a parte principal: se este espirito he immortal, e ente por si, tal fica sendo o homem e nam se chamará *pó*, ynda que seu corpo o seja, e muyto mais sendo-o só até certo tempo; e conheceu pois Abraham sua condiçao caduca e corruptivel; e como tal se vio, avendo de falar com Deus, aparelhousse de humildade confessando e pondo diante quanto indino era desta fala.

Desta mesma maneira se entende o lugar «*pó tu, e em pó serás tornado*», e nam se podia tal dizer polo homem todo e vivo com que Deus falou, sendo seu espirito immortal; nem o homem se tornava em pó, o qual Selomoh bem conheceo, e por isso disse que «o homem naõ tinha vantagem nenhùa de animal na duraçao porque *tudo vaidade*»; e o acontecimento do animal e o acontecimento delle hum a elles; assi como morre este, assi morre aquelle; e espirito hum a todos, e vantagem do homem mais que do animal, nenhuma, porque tudo vaidade.

Os fabulosos declaradores, dando saida a este verso, dizem: *tudo vaidade, afora a alma*: e ata muyto bem esta sua reposta com tudo o que aqui diz, onde se trata que o homem em sua duraçam nada he diferente do animal e o mesmo espirito que tem hum, tem outro; e

por isso mesmo tudo vaidade; tudo vai a hum lugar, tudo foy do pó e tudo torna ao pó. Quem sabe se o espirito do homem sobe para cima, e o espirito do jumento dece para baxo da terra? Polo que, feitas as contas, vim a achar que nenhūā cousa melhor ao homem que *gozar o trabalho de suas mãos*, e que esta he a sua parte, nem leva outro fruto de sua criaçam; e vi que nam ha melhor que alegrar-se o homem com suas obras, porque esta he sua parte; nam lhe resta ao homem outra vida para viver; desta que prezente tem, ha de fazer conta, e cabedal. Se a quer guardada, tema a Deus, e guarde seus preceitos, assi gozará o fruto de seu trabalho.

9) Cap. xvi, p. 68. Aqui principia o Cap. xxiv de Uriel: *Em que se poem os fundamentos que costumam traçer por si os que dizem ser a alma do homem immortal, e aver resurreiçam dos mortos, com as repostas a elles.*

E diz: Os que apregoam immortalidade da alma, e resurreiçam dos mortos sam como homens que querem subir húa parede liza sem escada que, nam tendo em que se apegar, todas as vezes que estendem a maõ e vaõ para pôr o pé, escorregão, e caem, como parecerá de seus fundamentos que seguem:

Primeiro): O homem foi criado à imagem de Deus, Deus he immortal, logo o homem he tambem immortal, ou não seria o homem feito à imagem de Deus.

II). A criaçam dos homes nam foi semelhante à dos outros animais; e Deus inspirou nelle espiraculo de vida; logo este espiraculo he immortal.

III). Deus disse ao homem: no dia que comeres da arvore, morrerás; se Adam nam comera nam morrera; logo immortal foi criado.

IV). Moseh disse a Deus: se nam perdoas a este povo, riscame de teu livro que escreveste; neste livro estam escritos os que ham de viver vida eterna, e estes sam os que vivem na terra dos viventes.

V). Samuel veyo falar a Saul; logo os mortos vivem e falam.

VI). *Elyhau* foi tomado ao ceo e vive; e *Elyssah* resuscitou morto¹.

VII). Nos Psalmos se lê que os maos seram destruydos da terra y os bons floreceram; logo outra vida he necessario que aja, porque nesta «os maos florecem e os bôs padecem», e assi os maos nam sam castigados, nem os justos premiados².

¹ Confira-se a Carta dos Rabinos (Cap. xxv).

² Alusão aos versos de Luís de Camões, citados por Uriel, conforme deixei dito no Cap. xvi.

VIII). Está escrito *Psалmo 16*: «Porque naõ deixarás minha alma na sepultura, nem deixarás o teu misericordioso ver a cova; item quam grande o teu bem que guardaste para teus tementes. *Psалmo 31* está escrito: viviram teus mortos; e logo mais a terra defuntos lançará: item, eu abro vossas sepulturas, farei subir a vos de vossas sepulturas, povo meu. *Yesah 26*; item: eu conheço meu redimidor vivo e verdadeiro; sobre o pó estarei¹; e despois que minha pelle trilharem, esta de minha carne, verei a Deus; o qual ei de ver por mi; e meus olhos veram, e nam alheos, e enfraqueceram meus rins, etc. *Yob cap. 19*. Tambem Daniel prophetizou da resurreição dos mortos.

Diç mais: Ao primeiro argumento que o homem nam seria feito à imagem de Deus se nam fosse immortal, respondemos que he doudice querer que o homem seja imagem de Deus em tudo e por tudo. Assi: porque Deus he *omnipotente*, neim por isso o homem, sua imagem, he omnipotente. Doutra maneira se ouvessemos de considerar o homem imagem de Deus em tal força que seja retrato seu, seria necessario que o homem fosse Deus; e Deus naõ pode fazer outro semelhante em tudo a si mesmo; e a mayor grandeza sua he ser tal que elle mesmo com todo seu poder nam pode fazer outro seu igual; porque implica ser Deus, e poder ser feito criado ou gerado. He pois o homem imagem, e semelhança de Deus *em algua cousa*, he húa sombra de sua sabeduria, nam he a mesma sabeduria. *Podeſtā* sobre as criaturas; e he quasi semelhante a Deus, mas nam *podeſtā*² como Deus: assi naõ he imagem de Deus na immortalis-

¹ ? *Estarei* ? ou ; *estarā* ? Cfr. Bazílio Teles, p. 69:

Porque sei existir meu vingador
Que sobre a terra, emfim, ha de apparcer.

Quando esta pelle houver cahido em trapos,
Todo limpo de carne, verei Deus.

Vê-lo-hei por mim proprio,
Hão de mirá-lo os meus, não outros olhos.
Meus rins se ralam já d'impaciencia.

O erudito tradutor explica que Job se abandona à esperança de ver Deus descer um dia à terra, quando esteja reduzido a esqueleto, para o vingar dos seus adversários. E acrescenta que os cinco versículos finais do Capítulo xix são muito controvertidos e denunciam grandes perturbações do texto primitivo, introduzidas muito provavelmente por alguém que tinha em vista a defesa da crença numa vida *post mortem*.

Numa edição crítica dos Capítulos do *Exame* deverão figurar os trechos respectivos do *Conciliador* de Manasse Ben-Israel.

² É termo italiano, familiar aos Portugueses, do século XIII em diante.

dade, que essa he propria de Deus e nam do homem. «*Por ventura como dias do homem os teus dias? teus annos como dias de varam?*¹. Nam pudera Yob dizer isto se o espirito do homem fora immortal.

10) Cap. xvii, p. 73.

Diz mais. Ao segundo: A criaçāo do homem naō foy semelhante à dos brutos animais; e Deus inspirou nelle espiraculo de vida, logo este espiraculo he immortal.

Respondemos que nada ata o argumento, e se tira mal a consequencia; porque nam se segue que o espirito que deu vida ao corpo de Adam, sem alma de Adam, fosse espirito immortal; antes polo lugar se mostra que o mesmo espirito de vida tem os animais que tem o homem, porque na criaçāo delles disse Deus: «produza a terra alma vivente»: e na criaçām do homem, despois de ja animado com o espirito vital que lhe inspirou, foi o homem por *alma vivente*, assi que a mesma palavra usa num lugar que no outro; e como diz Seliomoh: «*espirito, hum a todos*».

Nam tirar Deus ao homem da terra na companhia dos brutos como podera fazer, foi assaz conveniente, e que não saisse na manada delles o homem *poderadador* sobre elles, racional e participante de sabiduria divina; e assi do modo de sua criaçām podesse aprender a ser tambem diferente em sua vida como avia sido nella.

Outras diferenças se acham tambem na mesma criaçām, e todas para doutrina do homem; hum so criou Deus, e nam muitos e lhe deu hūa molher que tirou delle mesmo: todas estas cousas o ensinam a viver. Mais nada tem que fazer com ser mortal ou immortal. Se Adam estivera vivo quando Deus lhe fez entrar o espirito de vida, puderamos dizer que esse espirito era cousa separada e apartada do espirito animal, com que Adam ja vivia. Porem Adam nam se movia antes de lhe entrar o espirito vital. Logo o espirito vital que entrou em Adam foy a *alma animal*. E a mesma alma *animal* foy a alma *racional*. E toda he a mesma cousa, de tal maneira que entrando no homem a alma animal, logo fica nelle a *rezam e discurso*, a que chamam *alma racional*. «*Louvarei ao señor en minha vida; cantarei a meu Deus em quanto eu; que despois que eu nam for, ja nam poderei cantar*». Sairá seu espirito, tornará a sua terra, tornará o homem à terra que he; nesse dia pereçeraõ seus pensamentos; no dia de o homem morrer acabaraõ todos seus discursos, jamais nam

¹ Job, X, 5:

Os teus dias serão quaes os dos homens?
Teus annos, como os dias dos mortaes?

raciocinará. (*Eccles.*, cap. 9). «Tudo o que achar tua fortaleza faze, porque nem obra nem raciocinio nem sciencia, nem sabiduria na sepultura para onde tu vas». No dia de morrer o homem, tudo acaba com elle; mortal e finito foi o espirito que Deus lhe deu, nam immortal e infinito, e por isso morre, que alias naõ morrera (*Yob*, cap. 34)¹, se puzesse sobre elle seu coraçao, seu espirito e seu espiraculo recolheria, assi morreria toda a carne juntamente, e o homem em pó seria tornado; o mesmo dos outros animais: *recolheras seu espirito, espirarão; a seu pó se tornaraõ* (*Psal. 104*) de maneira que recolhendo Deus, tirando Deus e fazendo cessar no homem, animal racional, como em qualquer outro que racional naõ he, seu espirito, cada hū delles se extingue e acaba.

Algús dizem por afear esta verdade, que tam bom fica sendo hum cachorro como hum homem, e merecem estes ser privados, com dor, do ser que Deus lhes deu, pois taõ mal o conhecem, se estimaõ, que *de snôres do cachorro se fazem seus yrmãos*, so porque lhes nam deu Deus vida para sempre, como que lhes fosse devedor de algúia cousa. E melhor dizia o outro no seu romanceiro:

Mortal me pario mi madre,
Y pues puedo morir luego
Lo que el cielo os dio de grado
No lo pidais de derecho².

11) Cap. xvii, p. 80.

Diz mais. Ao terceiro: No dia em que comeres da arvore, morrer morrerás: se Adam naõ comera, naõ morrera, logo immortal foy criado.

Dizemos que he falso o argumento e que naõ se segue que se Adam naõ comera, naõ morrera; mas seguesse que se Adam nam comera, nam morrera aquella morte com que Deus o ameaçou: sua morte natural, e a seu tempo morreria Adam; nam morreria morte anticipada, por rezam de passar o preceito. Assi diz a ley e o preceito: o que cometter tal caso *morrer morrerá*. E por ventura nam ha de morrer se aquelle caso nam cometter? Oh por certo ha de morrer; mas nam ha de morrer aquella morte por aquelle caso ameaçada.

¹ Não encontro êste versículo no Cap. xxxiv (aliás apócrifo) do Livro de Job.

² Desconheço o autor. Apenas suponho ser fragmento de um romance espiritual, quer de Lope, quer de Calderon, ou outro. — Samuel da Silva, indignado por Uriel ter alegado um trecho profano, grita-lhe (p. 80) «Envergonha-te de em matérias tam graves nos alegares com romancista».

Yehez «se se converter o peccador de seu caminho, vivo eu, diz o snor que nam morrerá», nam morrerá a morte ameaçada, nam no matarei antes de cumprir seus dias; nam no matarei com morte má, aos peccadores devida. Assi, se Adam nam peccara, nam no julgara Deus como o julgou; que se logo o nam castigou com o juyzo da morte e lhe prorogou a vida, por merce foy com seus encargos. E quando bem fosse que Adam foi criado immortal, nam no mostra assi a fraqueza de seu cimento que de comer e beber tinha necessidade, de baxo de condiçam, se guardasse o preceito que lhe foi posto, na hora que o passou perdeu a immortalidade, e assi morreu, que se immortal fora nam peccando, immortal ouvera de viver corporalmente; peccou e morreu, e passou a immortalidade; mas a verdade he que mortal e corruptivel foi criado.

12) Cap. xviii, p. 82.

Diz mais. Ao quarto. Mosseh disse a Deus: riscame agora de teu livro que escreveste; neste livro saõ escritos os que haõ de viver vida eterna, e estes saõ os que vivem na terra dos viventes.

Dizemos que tudo se refere á vida prezente, e naõ a outra, que naõ ha. Assi Moseh disse a Deus que o riscasse do seu livro em que escreve os bôs para os premiar nesta vida, fazendolhe cumprir seus dias em paz e felicidade. Naõ entendemos que tenha Deus algum livro de lembranças, mas que a linguagem he accommodada a nosso modo, para mostrar que tem Deus conta com o mundo, para o premiar e castigar. Deste livro pois disse Moseh a Deus que o riscasse, e foi como dizer, mata-me, talha-me antes de eu ter cumprido o meu curso; se naõ vejo o perdão a este povo, naõ quero vida; da mesma maneira que falou outra vez e assi *tu faziente* a mi, matame logo matando, se achei graça em teus olhos, e naõ veja o meu mal; húa vez te pedi Senõr que me matasses zelando o bem deste povo, porque nam queria eu vida para ver o seu mal; agora te peço segunda vez zelando o meu bem, porque, se com tanto trabalho eu ei de viver, naõ me he agradavel ter vida. Assi falou tambem *Bibkah* a *Yshak* dizendo que lhe era a vida pezada, e não queria viver, se *Yahacob* ouvesse de tomar molher das filhas da terra.

Não pedia Moseh a Deus que o riscasse do livro em que estavam escritos os que aviam de viver vida eterna e perfeitamente ditosa, se tal vida avia, para ser lançado no livro dos inimigos de Deus, condenados a eterno mal, que esta petiçam fora loca e desassisada.

Terra dos viventes se chama este mundo em que vivemos e andamos, *terra das vidas*, a saber, que se chamaõ muitas vidas porque nella vivem muitos, e assi naõ he terra de huã só vida. *Terra dos*

mortos, terra de perdição se chama a cova; poço de silencio, terra de escuridade e sombra de morte onde a luz nam entra, como nola reprezenta Yob. Desta *terra das vidas* se faz muitas vezes mençaõ *Yehez*, cap. 32, e a cada passo em muitos psalmos, «andarei as fazes do Señor em terra das vidas»: livrou o Señor minha alma da morte e das maõs daquelles que a buscavam para tyrannia, por isso vivirei e andarei diante de Deus na terra das vidas. Empos isso serei agradoado polas merces que conheço receber de sua maõ; e assi offerecerrei sacrificio pola saude: vaso de salvações levantarei, e em nome de A. chamarei, meus votos ao snõr pagarei; e preciosa em olhos do snõr a morte de seus bõs; nam estima o senhor tam pouco seus bons que lhe naõ seja muy cara sua morte, por isso nam nos entrega facilmente nas mãos de seus inimigos, e eu com este motivo em sinal de fazimento de graças, meus votos ao snõr pagarei diante agora de todo seu povo. E assi fica mostrado quais sejam os escritos no livro do Senhor, e qual a *terra das vidas*.

13) Cap. xix, p. 87⁴.

Diz mais. Ao quinto: Semuel reyo falar a Saul; logo os mortos vivem e falam.

Respondemos que nam vejo Semuel falar a Saul, nem os mortos vivem ou falam. E o que se escreve açerca desta vinda ou fala, no primeiro livro que se intitula de Semuel, he tudo contrario á doutrina que se tira da ley, e lugares alegados, polos quais se mostra que os mortos nam vivem, nem sabem de algúa cousa como aquelles que já naõ saõ. Assi sendo a tal escritura contraria á verdadeira doutrina da ley, he força que seja falsa e commentada, como outras escritas e *recibidas polos Phariseos; e reprovadas pelos Saduceos*. Nos temos a ley por guia e fundamento principal e por ella avemos de julgar e apartar o falso do verdadeiro. E assi nos manda a ley que naõ creamos ao propheta, ou *sonhador* que com falsos milagres ou apparencias nos quizer levar á adoração de deuzes estranhos que naõ conhecemos. Nem a ley nos ensinou a conheçelos, e com o fundamento firme posto nella, nos naõ manda desprezar seus sinais: a mesma nos dá regra para conhecer o Propheta falso que em nome do snõr falar, se naõ acontecer a couza que elle prophetizou, que tudo he aviarnos e fazernos acautelados contra a malicia dos homens, que nam çessam de inventar e escudrinhar maldades, contra os quais estam seguros os que se acolhem à verdade da ley. Pois como seja doutrina nova dizer que os mortos falam e se levantam ao chamado

⁴ Por lapsó Cap. xxix.

de quem os chama, cousa que a ley nam conheceo, antes vedou este modo de chamar por elles como gentilico e vāo, a escritura ou conto de quem nos diz que Semuel vay falar a Saul, he necessario que seja de nos lançada, e regeitada, firmes na doutrina e verdade da ley; e por certo que quem olhar para o conto achará logo nelle sua vaidade; porque he de saber quem emprestou a Semuel aquella capa para se cubrir, quem lhe deu o corpo e aquellas barbas brancas que de poucos dias estavam metidas debayxo da terra, se elle quando sayo deste mundo foy nu com seu espirito para o lugar em que estava. Tambem Semuel lhe disse que ao outro dia estaria com elle, e assi tam bom lugar terá Saul, de quem o Senhor se apartou, e se fez inimigo, como alli se diz, como tinha Semuel, mimoso seu. Enfim se ha liçois e algūa arte para enganar e mostrar corpos fantasticos, eu de tal arte não sei; e algum engano poderia acontecer fizesse a mulher malfeitora a Saul; porem cudar que a alma de Semuel, vestida em novo corpo e habitos, lhe veyo falar é mais que vaníssimo, doutrina falsa, gentilica, vam. E Esahiau? Polos vivos se perguntará aos mortos? como dizer: mais sabe, mais val, melhor he o vivo que o morto? que bem pode fazer o morto ao vivo? pois pelos vivos se ha de perguntar aos mortos? Selomoh: porque o cão vivo melhor que o Leão morto, porque os que vivem sabem que hão de morrer, e os mortos naõ sabem algūa cousa; e não mais a elles premio, porque ao esquecimento foi entregue sua memoria; tambem o amor delles; tambem o odio delles; tambem a ynveja delles ja pereceo e parte nam a elles, mais para sempre em tudo o que se faz debaxo do sol; o morto acabou, nam tem mais conta com o que se faz no mundo e tam pouca conta tem que como diz Job, Cap. 14: nem de seus filhos sabe; farseam poderosos seus filhos, e nam saberá; envelhecerseão e nam atentará a elles¹: pois se o homem morto he este, se dormindo está seu sono de que não acordará, envergonhemse os fabulosos que andam com os mortos às costas e nos querem persuadir que aparecem de novo aos vivos, e lhes servem de conselheiros.

14) Cap. xix, p. 93.

Diz mais. Ao sexto: Elyhau foy tomado ao ceo, e vive. Elyssah resuçitou morto.

Seja embora que estas cousas assi aontessem, nada se tira dellas para a immortalidade da alma, antes se mostra que se Deus quis conservar Elyhau vivo para o mandar pregar aos homes, foy porque,

¹ { Estimados seus filhos? não o sabe. { Desprezados? tão pouco o não conhece.

se morresse, nam poderia tornar ao mundo, salvo se Deus o criasse de novo como criou ao primeiro homem. Dilatoulhe pois Deus a vida, se assi he; mas nam no fez immortal, pois no cabo de fazer sua embaxada ha de morrer. Se ouvirmos os Saduceos sobre esta escritura, saberemos o que nos dizem della: que na verdade parece pouco necessaria esta guarda de Elyhau vivo e nam se limitou o poder de Deus para levantar bós espiritos cada vez que elle quizer, dos quais se sirva para seus embaxadores: tambem o morto que resuçitou Elysah, com se estender sobre elle ajuntando a boca com a sua boca e as mãos com as suas mãos, galante modo de fazer milagres, e resucitar mortos. Nam obra Deus desta maneira: nada faz ao proposito este morto a quem Deus, se assi foi, tornou a dar por merce novo espirito, e tornou a morrer, nem resuçitou para vida de sempre; que nos importa logo sua resurreiçam para mostrar a immortalidade de que tratamos? e comtudo averá muyto que dizer sobre a verdade destes milagres, que Deus nunca fez em outro tempo, nem costumou matar homes para despois os resucitar. E no segundo de Semuel se lê que respondeu David a seus servos que se maravilhavam de o ver comer, quando soube da morte do filho, porque dantes jejuou em quanto ynda o moço vivia: Jejuei e chorei, porque disse: quem sabe se se apiadará o Senhor de mi, e vivirá o moço? e agora elle morreu; para que ja eu jejuarei? ou por ventura poderei tornalo à vida? eu vou para elle, e elle nam tornará para mi. Outro milagre se conta de Elysah que certo parece milagre composto e desnecessario, e milagres tão bastos e quasi minineiros não costuma Deus fazer: foy elle em companhia dos prophetas a cortar lenha ao Yarden, e caiu o ferro do machado a hum no rio, o qual se lhe amargou dizendo, «ah ah Señor meu, que o pedi emprestado», e lançou Elysah hum pao na agua e nadou o ferro e assi o recolheu outra vez o que o perdeu e pegou nelle: milagres sobre o ferro de hum machado he escusado e tam pouco necessario, que mal se poderá crer! Hasse pois de saber que entre os livros que os *Phariseos* nos vendem, ou dam por verdadeiros, ha muytos que os *Saduceos* reprovam, e dizem quais são os de verdade; eu nam sei pôr o dedo em todos quais sejam, por nam aver communicado com os ditos *Saduceos*, porem sem esta communicaçam polo sogeito das cousas se pode bem alcançar que livros ou que parte delles devam ser reprovados, ou recebidos; e o que me affirmo hè que sam estes homes tam sospitosos, ou por melhor dizer pouco verdadeiros em suas cousas, que a escritura, que nam tiver em sua abonaçam outro testemunho mais que o seu, ficará muito sospitosa, e duvidosa; e se tiver contra si testemunho de outros Judeus que sua verdade neguem, nhûm credito merecerá.

Assi os que amarem a verdade, e dezajarem assertar devem procurar com toda sua força inteirarse do que dizem os Saduceos sobre a verdade dos livros que os Phariseos quizeraõ meter na conta dos sagrados e divinos porque desta maneira nam vivam e sejam enganados com a falsidade que nelles se acha, e possam vir ao verdadeiro conhecimento, que o credito que se dá ás escrituras mentirosas, e vãs costuma impedir e atalhar.

15) Cap. xx, p. 97.

Diz elle. Ao VII: em muitos Psalmos se lê que os maos seram destruydos da terra e os bôs florecerão; logo outra vida he necessário que aja; porque nesta os maos florecem, e os bôs padeçem, os maos nam sam castigados, nem os justos premiados.

Respondemos que nos Psalmos se lê da destruyçam dos maos, e floreimento dos bons e he doutrina verdadeira, fundada na mesma ley. Porem negamos o que se segue: que os maos nesta vida nam sam castigados, nem os justos premiados, porque tal dito como esse he totalmente contrario à verdade e fundamento da ley que nam publica outra cousa que dizer «*faze bem para que seja bem a ti e a teus filhos depois de ti, porque eu Senhor Deus teu forte, cioso, que visito a maldade dos pays sobre os filhos, sobre os terceiros, e sobre os quartos aos que me aborrecem, e que faço misericordia a milhares aos que me amam e guardam meus preceitos*» de maneira que na vida presente paga Deus ao mao em sua cabeça, e na de seus filhos e descendentes, e tambem paga ao bom, fazendo bem a sua semente quasi em infinito, como pagou a Abraham, cuja semente, posto que muitas vezes provocou a yra devina de tal maneira que mereceu ser consumido ou ao menos de todo repudiado, toda via por ser semente sua, e guardar sua palavra nam tirou della sua misericordia como de outras gentes, antes se lembrava de restituilo a melhor estado, respeitando aos mesmos Pays e concerto com elles celebrado. E saberás que *o señor, Deus teu, elle Deus fiel, que guarda o concerto e a misericordia aos que o amam e guardam seus mandamentos até millessima geraçam*, e que paga aos que o aborrecem em suas fizes para fazer perder a elles, em suas fizes paga Deus ao perverso, nam lhe dilata o castigo por nenhum tempo, he doutrina de ley e doutrina verdadeira, debaxo da qual militamos.

Agora se muitas vezes vemos florecer os maos e que naõ levaõ seu castigo taõ presto, ou da maneira que nós queriamos, devemos cicular que a nossa vista he muito curta para alcançar as ordes de Deus e o profundo de sua sabiduria com que governa o mundo.

Deus olha os corações, ve e sabe o que cada hum merece, e con-

forme ao que merece lhe paga. Nós, polo contrario, vimos o de fora e julgamos como cegos. Deus soffre, porque naõ deseja destruir o homem, e antes quer que se converta porque nam he perfeita a maldade do *Hamorreo* ategora; porem se se nam converte, he certo que seu castigo lhe ha de vir; se se nam converte sua espada aguçará, seu arco armou e aparelhou a elle, e fez aparelhar a elle, vasos de morte, suas setas. E nós entendemos que porque o castigo a nosso parecer tardou, ja o mao ficou sem elle; pois devemos saber que o estado felice dos homens naõ he seguro; antes, se continuarem em sua maldade, lhe podemos esperar sua certa queda. Vi o mao arrraigado e lançava ramos como louro verde; e passou, e eis naõ elle, e busqueyo e não foi achado; isto vemos cada passo acontecer; e atalha Deus e corta a muitos quando cudaõ que começaõ a viver, visita cõ varias doenças e males da fome, da pobreza, abaxa os altos, e caças ricas poẽ polo chaõ, de tal maneira que ordinariamente nos espartamos ver homens e filhos delles que em outro tempo ja conhecemos. Pois isto he passar a mao, e isto he buscado e nam achar delle sinal como tambem saõ passadas Monarchias grandes de que Deus hum tempo se serviu para castigo doutras gentes; e todos por fim receberam sua paga, e ynda receberão¹, que Deus vive e vê e julga o mundo cada dia. E nhúa outra cousa vemos senam juyzos seus na terra dos homens mal conhecidos.

Do bom e justo polo contrario se diz: moço fui e tambem envelheci, e naõ vi justo desemparado, nem sua semente buscar paõ; assi que nesta vida paga Deus ao bom e ao mao, nenhum seja tam necio e louco que outra cousa cude e faça huã conclusão taõ desassizada contra a verdade e fundamento da ley; porque se quizer experimentar em sua cabeça acharia a inteireza desta verdade; como foi obrigado a confessar certo poeta principal entre os de sua naçam que parece teve ynveja ao caminho dos maos, entendendo que para elles naõ avia castigo e diz assi:

Os bôs vi sempre passar,
no mundo graves tormentos,
e para mais me espantar
os maos vi sempre nadar
em mar de contentamentos;
cudando alcançar assi
o bem tam mal ordenado,
fui mao, mas fui castigado,
assi que só para mi
anda o mundo concertado.

¹ Já transcrevi êsses versos de Camões no Capítulo relativo aos nomes diversos do luso-judeu.

Lo[u]co homem assaz! e todos os que cudarem que aos maos acontece sempre bem, hum dia lhes poderá acontecer, mas o fim delles para em destruyçam. Polo contrario, aos bôs poderá algum dia vir mal, e ou porque Deus os quer provar, ou porque naõ ha homem taõ justo que naõ mereça algú castigo, porem o fim delles para em paz. Abaxesse logo o temerario juyzo dos homens, em cujos olhos muitas vezes he bom aquelle que nos de Deus he mao; abaxe hû pouco as azas de sua imprudente presunçam com que quer tomar o lugar de Deus e fazerse com elle juyz na terra. E assi quando algúas cousas vir acontecer, cujo segredo naõ alcança, deixe-as a Deus, justo juyz que o mundo governa com alta sabiduria, levantada muyto da humana, porque aynda que muyto se canse, naõ podera alcançar Salomoh; e vi toda a obra de Deus, que naõ poderá o homem achar a obra que se faz debaxo do sol, por amor da qual trabalhará o homem por buscar e naõ achará; só saiba o homem e conheça que Deus he juyz na terra, e nella com justa balança premia os bôs e castiga os maos. E quando vir *Herel* justo perecer nas maõs do perfido *Kain*, cude se essa morte granjeou o peccado de seu pay, e aprenda a temer a Deus que o castigo do peccador estende até seus filhos, e se bem esta materia he tal que convidava a hum longo discurso he necessario atalhar por chegar ao fim, e basta sobejamente o que mostramos para annulaçāo do argumento em contrario, fundado em falsa apparencia contra fiel doutrina da ley.

16) Cap. xxi, p. 107.

Diz. Ao v. III, está escrito: *porque nam deixarás minha alma na sepultura; nam deixarás o teu bom ver a cova; item, quam grande teu bem que escondeste para os que te temem.*

Respondemos que nada vem ao propósito e o sentido do primeiro verso he este: nam deixarás minha alma vir a poder de meus inimigos e que eu por sua maõ deça a cova. Alegravasse David de ter o Señor em sua guarda, e dizia que debaxo de seu abrigo dormia seguro, nem temia que o matassem, naõ querendo dizer que depois de morto tiraria sua alma da sepultura; que isso encontra ao que segue; nam darás a teu bom ver a cova, nem quer dizer que nunca avia de ver a cova, que a cova todos a haõ de ver, e nenhum vivo escapará de suas maõs. Que homem vivira e naõ verá a morte? e livrará sua alma da maõ da morte? Mas quer dizer que o Señor naõ deixaria sua alma em perigo de morte, nem consentiria, como diziamos, por mãos dos maos que o buscavam, ver elle a cova, como em outros Psalmos se consolava. O segundo verso, *quaõ grande teu bem que escondeste para teus tementes*, por si está declarado com o que segue:

obraste aos que esperam em ti, diante dos filhos dos homens, de maneira que diante os filhos dos homens, na vida prezente, obra Deus este bem. E que bem he? esconde-lo-ás no escondido de tuas fazes dos alevantamentos dos homens; escondelosás em tua tenda das contendas das linguas: tu lhe serás amparo e abrigo contra toda a perseguiçāo dos homens, trayçōis e maldades, de que dava ao Senhor graças ave-lo livrado; bēs acontecidos nas fazes dos filhos dos homens de prezente, outros bēs nam sonharemos; e se sonharmos, sonhos seraō.

17) Cap. xxii, p. 112.

Diz. Ao IX. *O lugar de Yesah «viriram teus mortos»:* respondemos que nam fala o Propheta dos verdadeiros mortos e dos que acabaram o curso natural da vida, nem diz que estes se levantaraō, mas os mortos de que fala saō o povo de Ysrael, espalhado polas terras, e nellas contado por morto, que ninguem cuda d'elle que tornará mais a ser gente, mas que sempre jazerá no chaō abatido, vil, mirrado, e seco; da mesma maneira que delle fala por semelhança o Propheta Yehez, cap. 37, onde declara que os ossos secos eram a casa de Ysrael, respeito que elles diziam: secaram-se nossos ossos, e pereceo nossa esperança, somos atalhados a nos: conforme este sentido diz: eu abrirei vossas sepulturas, nam diz que tiraria os verdadeiros mortos das covas, mas os vivos, assemelhados a mortos, ajuntaria das terras e lugares adonde estavam lançados, e eram como suas sepulturas, respeito de seu estado, e os tornaria à terra de Ysrael, assi que hum lugar he semelhante ao outro, e ábos falaō *parabolica*¹ e nam propriamente. E ynda para mayor declaraçām repitiremos atras hu[m] pouco: do principio até o fim trata aquelle capitulo do ajuntamento de Ysrael, e mostra como o Senhor castiga differentemente as outras gentes do que castigara a elle. Por ellas, diz, mortos nam viviram, defuntos nam se alevantaram, por tanto visitaste e destruyste a elles, e perdeste todā a memoria delles querendo dizer que as gentes castiga o Senhor e muda seu estado de maneira que mais nam tornam ao que dantes foram; porem Ysrael castiga differentemente. Ajuntaste a gente, Senhor, ajuntaste a gente, glorificastete, alongaste aos fins da terra, quer dizer: «ajuntaste Senhor, multiplicaste Senhor fazer maravilhas com aquella gente, e assi te glorificaste com gente que avias lançado aos fins da terra; e por conclusam despois de todos os males passados, despois de longas esperanças, viviraō teus

¹ A última linha da p. 112 está repetida como primeira da p. 113.

mortos, os teus feridos, os teus mortificados, estilados e contados quasi por mortos na terra; viviraõ, lança-los-ha a terra de si e brotaraõ della como erva, e he conforme ao que se lê no cap. seguinte: «nos vindouros lançará *Yahacob* rayzes, florecerá e brotará *Ysrael*»; tudo sam semelhanças e modos de falar com figuras que he necessario entender com juyzo de homens, e nam tomar as palavras como soam, indiscretamente. Segue o lugar de Yob: «e confesso meu redimidor vivo, e por derradeiro sobre meu pó estarei»; respondemos que muy desviado he o sentido de Yob daquelle com que muytos o entendem, ou querem entender, e o que em sustancia diz he que elle tinha confiança em Deus que ynda o avia de alevantar daquelle lugar onde jazia chagado, ferido e debilitado; e levantado em seus pés lhe avia de fazer os sacrificios que dantes costumava, e louvalo: «eu confesso meu redimidor vivo», eu sei que aquelle em quem tenho confiança he Deus vivo poderoso para me remir, livrar, levantar, tirar desta angustia, tribulaçam e miseria em que me vejo. E todas as vezes que Deus livra os homens de males e tribulaçōis e perigos se chama Deus *redimidor*; assi quando redimio o povo de *Ægypto*; e he matteria fora de questam. «E por derradeiro sobre o pó estarei», andarei e me moverei, yndaque agora, amigos, vos pareça tam pouco aparelhado para andar; e depois que minha pelle trilhar em esta, depois que a infirmidade, doença e chagas de que estou ferido: e sahio o Satan de diante do Senor e ferio a Yob com chaga má, desde a planta do pé ate o alto de sua cabeça; depois que os bichos criados nellas, ou levantados do pó em que estou assentado, vistiusse minha carne de bicho e immundicia do pó; minha pelle se cortou, e desatouisse, deixaram de tratar mal esta pelle e carne; entonces de minha carne verei a Deus; entonces reformado e convalecido, restituydo a meu antigo estado, forças e perfeiçam, verei a Deus: madrugarei aquelle lugar onde eu costumava fazerlhe sacrificios, e madrugava e fazia subir alçaçōis, e assi verei a Deus o qual eu ei de ver a *mi* (dativo usado no hebraico)² o qual eu mesmo ei de ver, e nam es-

¹ Hesito. ¿ Será o versículo 25 do Cap. xix:

Porque sei existir meu vingador
que sobre a terra, ha de appar'cer?

¿ ou será o último do Cap. 42 em que Job se humilha e diz:

Por isso me retracto e faço penitencia
na cinza e na poeira?

² Curiosa anotação metida no texto; curiosa, se fôr de Uriel, que não sabia hebraico.

tranho; nam ha de ser outro por mi, eu mesmo farei este officio: desenganaivos, amigos, que tam sem causa me perseguis, calumnias, affrontais, dizendo que por minha maldade estou no estado em que me vedes; ja dez vezes me emvergonhastes; nam vos correis de vos endurecerdes contra mi; desenganaivos e sabei que he verdade o que vos tenho dito, e vos o vedes na minha pelle, e na minha carne que se pegou no meu osso, e fiquei com a pelle de meus dentes, com a pelle pegada nos dentes, com tudo isso tenho esperanças certas: antes sei que me ei de ver levantado deste estado, e tornado ao meu primeiro, estarei sobre meus pes, verei minha carne restituída, e yrei dar graças a Deus, e offerecerlhe novos sacrifícios; tudo isto vio Yob cumprido em si despois que o Señor, levantando d'elle seu açoite, como se lê no fim do livro, elle mesmo foi ver a Deus; e pelos mesmos seus amigos offereceu *alçaçam*.

E de verdade bastará isto para desenganar os que mesmo a si se enganam, entendendo este lugar differentemente daquella muyta clareza com que em outros muitos fala nesta materia o mesmo livro de Yob, negando levantamento de defuntos, como ja atras mostramos. Algús querendo mal entender a palavra *por derradeiro* interpretam *no fim do mundo e juyzo final* que vanmente imaginaõ, como se naõ pudesse ser derradeiro, e *derradeyro muy breve e limitado em poucos dias*, conforme o sogeito em que se tratasse: que deu a comer mana no deserto, que naõ conheceraõ teus pays por causa de te affligir, e por causa de te tentar por fazer bem a ti em o teu derradeiro, este derradeiro se limitou no fim de 40 annos que o povo andou no deserto, antes de entrar na terra prometida. Falava pois Yob do fim e derradeiro de sua infirmidade, e nam falava do derradeiro dia do mundo, que nunca acabará, mostrasse claro polo fim do livro, e bem disse Deus ao derradeiro de Yob mais que ao seu principio e foram a elle quatorze mil ovelhas, e este era o derradeiro de que Yob falava, e este o que esperava. Tambem sonham porque alli se lê, e *de minha carne verei a Deus*, que o homem real e visivelmente ha de ver a Deus nos ceos: ver a Deus he adoralo no templo e lugar dedicado no templo divino; nam seram vistas minhas fazes em vazio: naõ vereis diante de mi ao lugar de minha morada sem trazer que me offreçais. Entam vio Yob a Deus quando, convalecido, foi offerecerlhe *alçaçois*; falar em outra vida he desvario.

¹ Vid. Cap. xix da *Vulgata*.

² Cap. 42, 10.

18) Cap. xxiii, p. 12.

Diz. Faltanos que responder ao que diz o *livro de Daniel*: «*e muitos dos que dormem na terra, do pó despertaram, estes para vida de sempre, e estes para deshonra, para desprezo de sempre*», e outra vez, e tu vai ao fim e descançarás e estarás em fim dos dias em tua sorte. E dizemos que este livro de Daniel nam he recibido dos Ju-deos chamados Saduceos, o que só bastava para lhe tirar o credito e fé por se dever ao testemunho simples dos Phariseos muy pouco conforme ao que ja dissemos, visto serem estes homens tais que tornaram por officio ou por loucura trocar palavras, mudar, torcer, interpretar avessadamente as escrituras para confirmaçam e firmeza de seus confusos sonhos, querendo por estes falsos meyos ajudalos: quando por si mesmo naõ se mostrara a pouca verdade dos lugares referidos, doutrina toda Pharisea, contraria à doutrina da ley escrita naquelle livro debaxo do nome de Prophecia para engano de povo e confirmaçam da falsa pregaçam. Mostrasse pois a pouca verdade dos ditos lugares porque diz o primeiro que *muitos resuscitaram*, e nam diz o primeiro que *todos resuscitaram*, e se tal resurreiçam ouvesse de aver era necessario que fosse geral para todos os homens ou fosse que resucitassem para possuir bem ou para possuir mal, conforme ao que cada hum vivendo mereceo. E como os Phariseos preguem e digaõ que a resurreiçam nam he para todos, senam somente para algúns, como tambem as almas nam sam todas immortais, senam húas si e outras nam, ja fica claro que a Escritura foi feita e accomodada para provar e authorisar sua tam falsa e errada pregaçam. O mesmo se ve polo verso ultimo em quanto diz gozaria Daniel e estaria em sua sorte no *fim dos dias*, que os Phariseos ensinaõ que no tempo que vier o Massiah se levantaraõ os mortos cada hum para possuir sua herança na terra de Ysrael—doudice e locura desatinada para cuja prova se aproveitaram da falsa Escritura. Outras cousas se acham no livro de Daniel que bem mostraõ e publicaõ sua artificiosa invençam, alli he a primeira vez que achamos nomes de anjos nomeados por seus nomes que atéli nam aviamos sabido nem por ley nem por outros livros¹, e todo seu estilo e modo he huã fabricada composiçam; e nam pareça a alguem dificultoso aver escritos e escritores falsos por que se quizer abrir os olhos nenhãa cousa verá que mais ordinaria seja nos homens. Quem fez o livro de Judith e teceo aquella historia? quem o terceiro e quarto de Esdras? quem o da Sabiduria? e outros muitos que naõ he necessario referir, pois tambem a historia deste he necessario que entre neste numero; naõ

¹ Alusão ao nome de Uriel.

faltaõ escritores falsos, prophetas, sonhadores, mentirosos, que a tudo se estende a malicia humana; amoestações temos da ley que nos avizou e quis fazer acautelados; quem a sua verdade se apegar de todos os erros escapará. He finalmente aquella doutrina escrita no livro de Daniel, doutrina nova, contraria à doutrina da ley, e outros livros que suas pizadas seguem. E assi por tudo, nada della curaremos ou devemos curar. E mostrado que temos ser o homem todo mortal, pouca necessidade tinha de se mostrar o que será, e nam lhe restar outra vida para viver, vejamos os inconvenientes ou males que se seguem do erro contrario.

19) Cap. xxiv, p. 133.

E diz. Cap. 25. Em que se poem os erros, e males que procedem de se ter a alma do homem por immortal.

Como de hum absurdo costumam nacer muitos absurdos, e de hum erro muitos erros, sam tantos os nacidos desta errada opiniam ou loucura sobre a immortalidade da alma, que nam será facil manifestalos. Os Phariseos que somente a certas almas deram immortalidade, bem aventurança eterna e tambem males eternos, para nam condenarem essas almas facilmente aos tormentos, disseram e dizem que quando acontecia fazer huá alma num corpo obras por onde merecia ser condenada, ou faltandolhe para cumprir algú manda-mento, a tornava Deus a mandar em segundo e terceiro corpo até que ganhe, como elles dizem, o pam que no ceo ha de comer. Introduziram tambem hum lugar de *purgatorio* no qual pudessem purgar seus defeitos as almas dos que foram medianamente bons, em tanto que para este fim as degreda Deus muitas vezes, e mete dentro dos animais (animais bachareis devem ficar!)¹ paraque alli se purguem. E assi porque pode acontecer andar a alma de hum homem dentro de huá vaca, quando se degolar aquella vaca, seja de maneira que sinta pouca pena. Que os animais se degolem com piedade, bom e direito he, mas nam por esta causa. E quando nenhum destes remedios basta e a alma foy tam mà que merece ser condenada, a manda Deus aos tormentos eternos, onde para sempre viva penando, e nisto veyo a parar, e se lhe converteu a gloria que esta alma possuhia antes no ceo morando, como elles dizem, debaxo da cadeira da devindade, alma tola que se nam soube bem pegar, e se deixou lançar qua neste mundo. Pergunte agora alguem a estes: quem foy o que

¹ Também esse termo burlesco e irónico desagradou naturalmente a Samuel da Silva e aos Rabinos. A p. 138 o Médico diz que se Uriel chegasse a emendar-se, já não usaria «de escarnios, dizendo *animais bachareis devem ficar*».

tanto lhes disse, pois a ley lho nam disse, ou em que fundam seus ditos? pintores falsos, novos censores da justiça divina, maravilhosos na vista do povo, que com admiraçam os ouve.

20) Cap. xxv, p. 139.

Diz. Empos os erros acima seguem logo outros, como sam: fazarem oraçoēs e rogativas polos mortos, offerecer por elles offertas para os ajudar a tirar mais cedo das penas do fingido purgatorio: mil abusos e superstiçãoēs que se usam em seus enterros. Cousas todas que muyto offendem a verdadeira ley e culto divino que de tais nugas se nam serve nem paga; antes as regeita e abomina.

21) Cap. xxvi, p. 144.

Diz. Aos erros acompanham como adjuntos necessarios muytos males; que nam ha erro que possa parir algum bem; e assi esta loucura tem obrado no mundo muytas com dano e perda dos dinos della. Daqui naçeo que desprezando muytos os bēs ou males presentes, com esperança de mayores males, instituiram novas ordēs e regras de viver condenando e sogeitando seus corpos a rigores e durezas da ley nam pedidas, e dos bōs nam seguidas: morar nos montes, comer mal e vestir pior. E o que mais he que chegaram a tanta loucura que julgaram por cousa mais santa e religiosa o estado dos solteiros que o do legitimo matrimonio divina e naturalmente insti-tuido. Outros offereceram suas almas aos martirios e cutelo neciamente, e as vidas que os antigos padres tanto estimaram, como prodigos e desassizados vāmente, e sem causa largaram e deixaram. Assi que andando enloquecidos debaxo de falsas esperanças, e promessas que a si mesmos sem perguntar a Deus se fazem, nam sabem o que buscam, e porque saõ indinos de bēs presentes naõ merecem que o Senhor lhos dê, nem licença para usar delles.

22) Cap. xxvii, p. 147.

Diz: Bem algum que possa nacer desta falsa opiniam nam no ha, porque se estes disserem, que se nam ouvera mayores bēs, ou mayores males, os homēs nam temeram a Deus, e cada hum faria sua vontade, nenhuā cousa dizem. Muyto mais se teme o ladram da forca que vē prezente, do que teme do inferno que nam vē, e quando o castigo he duvidoso, ou ameassado para longe, respondem que «tambem os ameassados paõ comem». Nam he assi nos castigos presentes e que de breve se pagaõ; antes se hum vai para matar e lhe lembraõ que, se matar, lhe cortaraõ a cabeça, refreasse e naõ mata; e se se nam refrear com o medo ficticio de que lhe ficam esperanças de escapar,

assi os juyzes e castigos de Deus com os homēs podem muyto mais para os dobrar que ameassos futuros, que haō de ter cumprimento em vida naō conhecida. Serve o soldado na guerra, onde tem mais certa a perda que o ganho por estipendio, taō limitado que escassamente pode viver. Milhor servirá o homem a seu mesmo Deus, a quem tem obrigaçam de servir, e que esse mesmo serviço paga differentemente; serviço taō leve que parece naō he nada: e agora, Israel, que pede o Senhor Deus de ti, senaō que temas ao Señor Deus teu? e que andes em todos seus caminhos; caminhos de derecho, caminhos de justiça, caminhos suaves e leves, que os que nam estaō pegados na tortura amam e desejam, e estrompeçam nelles os perversos e maos? quanto se adoçaram a meu pađar tuas palavras mais que mel a minha boca.

23) Cap. xxviii, p. 156.

Diz: Algum tempo morei eu na escuridade em que vejo embarrados a muitos, e duvidosos com os enleos de falsas escrituras e doutrina de fabulosos homēs, nam podendo tomar firmeza e acabar de atinar com esta vida eterna, tam apregoada de tantos, e lugar donde se avia de possuir, vendo a ley de todo calada em cousas tam grandes, e de tanta importancia. Mas despois que, por amor da verdade, obrigado do temor de Deus, me dispus a desprezar e vencer o temor dos homēs, posta somente nelle minha confiança, em tudo se trocou e mudou minha sorte, porque alumiou Deus meu entendimento, tirandome de duvidar das cousas que me affligiam e pondome no caminho da verdade com firmeza, e todos meus bēs pullaram e creceram a vista dos homēs, e minha saude foy guardada com tam particular e notoria assistencia divina, que os que menos queiram seram constrangidos e obrigados assi o confessar. Vivo pois contente de conhecer meu fim, e saber as condiçōes da ley que Deus me deu para guardar; nam fabrico torres no vento, alegrandome ou enganandome vanmente com esperanças falsas de sonhados bēs. Tambem me nam entristeço, nem perturbo com pavor de mayores males. Polo ser-de-homem que Deus me deu, e vida que me emprestou lhe dou muitas graças, porque sendo que, antes de eu ser, me nam devia nada, me quis antes fazer homem que nam bicho. E de verdade, que a cousa que mais me affligiu e cansou nesta vida foi entender e imaginar hum tempo que avia bem e mal eterno para o homem, e que, conforme ao que obrasse, ganharia o bem ou o mal, o que, se entam me fora dado escolher, eu sem nhūa demora respondera que nam queria ganho taō arriscado, e me contentava antes com ganhar menos. Em fim permite Deus estas opiniōis para ator-

mentar as consciencias daquelles que delle e de sua fiel verdade se apartam.

E aqui fazemos fim de referir mais casos, em que a falsa tradiçam mal se apartou da verdade e derecho caminho da ley, por escuzar fazer mayor processo contra os inimigos culpados, dando por bem provado com os referidos o primeiro e principal fundamento de nossa proposiçam atrás no cap. 7⁴ lançado. E agora nos vamos a contar algumas historias.

PARTE QUARTA

XXXVII

Sinopse cronológica da Vida de Gabriel-Uriel da Costa

*Circa religionem passus sum incredibilia =,
tantum religio potuit suadere malorum.*

1581 (?)¹ Gabriel da Costa nasce no Pôrto, numa bela casa, bem situada, pertencente a seu pai Bento da Costa.

(*pulchram... domam... optimo civitatis loco positam*).

1589 a 1599 Foi educado fidalgamente.

(*aliquibus artibus... instructus quibus solent honesti pueri*).

Aprende equitação em cavalo seu.

(*servi non deerant, nec in equili equus nobilis hispanus ad equestrem exercitationem*).

Quanto à confissão, o pai, sincero cristão, educa-o como católico-romano.

(*christiana religione pontificia*).

1599 Faz exame de latim — talvez em Coimbra.

Continua a praticar fervorosamente o catolicismo. Lê os Evangelhos.

(*cupiebam exacte omnia observare*).

¹ Não possuímos, nem o Capítulo vii, nem o que se seguia (ou os que se seguiam) ao xxv.

² Acompanho de um sinal de interrogação todas as datas deduzidas apenas de cálculos.

Concebe escrúpulos ácérca da boa maneira de se confessar — originados ou aumentados pelo estudo de Manuais de Confissão. Vid. Cap. III.

(*cum jam essem adolescens*).

Matricula-se em direito canónico na Universidade de Coimbra; e cursa *Instituta de prima e vespера*.

1600
19 de Out.

(*Jurisprudentiae operam dedi*).

Regressa ao Pôrto, por causa da peste.

1601
19 de Fev.

Permanece três anos em casa, lendo livros espirituais e scismando. Cai em perplexidades, ânsias, angústias, cada vez mais inextricáveis.

1601 a 1604

Perto dos vinte e dois, desespera da sua salvação.

1603

(*moerore et dolore consumebar*).

... *accidit hoc mihi circa vigesimum secundum aetatis annum*).

Duvidando da verdade dos horrores que se diziam da outra vida, sossegou.

1604

A sua razão vence a sua sensibilidade.

Volta a Coimbra para continuar os estudos.

Matricula-se pela segunda vez. Cursa *Instituta*, tanto de prima como de véspera, durante o tempo que lhe faltava.

4 de Nov.

a

23 de Fev.

de 1605

(Cfr. Remédios, p. 166).

Faz exame (*provas*), com relação, tanto ao anno de 1600 a 1601, como ao de 1604 a 1605.

1605

a

7 de Maio

Matricula-se pela terceira vez.

1605

a

1 de Out.

(Cfr. Remédios, p. 167).

Faz exame de Cânones.

1606

a

7 de Julho

(Cfr. Remédios, l. c.).

A 15

de Out.

1607

a

10 de Maio

Matricula-se pela quarta vez, estando em Coimbra desde o 1.º do mês, e cursando *Canonistas* (cinco lições grandes de Cânones).

22 de Out.

de 1607

Faz o exame respectivo, de que lhe é passada certidão, com licença do Senhor Reitor.

Nesse ano lectivo, matriculado pela quinta vez, a 12 de Dezembro, cursou as últimas cinco grandes de Cânones.

1607 a 1608

A 18
de Junho
de 1608

Faz o respectivo exame.

Entre 1608
e 1610
(?)

Formado em direito canónico consegue ser tesoureiro de uma Colegiada do Pôrto.

De 1606
até 1612
(?)

Depois da morte do pai, é chefe da família.

Quanto às suas convicções religiosas, surgiram-lhe novamente dúvidas, quando contava vinte e cinco anos.

(cum annum egerem vigesimum quintum).

Desta vez as dúvidas referem-se, não só à vida eterna, mas também aos dogmas do Cristianismo.

Lê o Velho Testamento.

Acha a lei de Moisés menos complicada e mais sensata.

Resolve mudar de religião, convertendo-se ao Judaísmo.

Para realizar êsse plano tem de procurar nova pátria na Holanda, como único país europeu onde reina liberdade religiosa.

1615
(?)

Resigna o benefício eclesiástico a favor de outrem.

Vende a casa paterna; realiza a fortuna da família.

Emigra, embarcando (num navio holandês) com a mãe e os irmãos (quatro varões e uma irmã).

(non sine magno periculo).

Clandestinamente, porque a lei vigente proibia a saída de Portugal aos Cristãos-Novos.

1616
(?)

Chega a Amsterdam.

Sujeita-se à circuncisão.

Muda de nome.

Casa com certa Sara.

Casa também o irmão Mardochai.

1617
a
30 de Out

Morre um filhinho de Mardochai.

Por algum tempo, Uriel freqüenta as congregações judaicas. Ouve,

vê e fala. A diferença enorme entre a Lei de Moisés e as praxes e crenças dos Judeus modernos irritam-no.

(*a lege omnino abhorrentia*).

Combatendo os Fariseus, é convidado a estudar o hebraico, afim de julgar com verdadeiro conhecimento de causa. Não se conforma. Pelo contrário, afasta-se do Judaísmo.

De 1618
a 1622

Admoestado, debalde, repetidas vezes, pelos Rabinos, é ameaçado de excomunhão — caso não se cingisse a todas as leis, praxes, costumeiras e cerimónias vigentes.

De 1618
a 1623

É declarado hereje em Veneza e Hamburgo.

Morre Sara da Costa, esposa de Gabriel-Uriel.

1622
a
29 de Dez

Por persistir, pertinaz e arrogante, em suas opiniões, é excomungado pelos *Hakamim* de Amsterdam:

1623
a
30 de Jan.

«que lhe não fale pessoa algúia de nenhúa qualidade, nē homē nē molher, nē parente nē estranho; nē entre na casa onde estiver; nē lhe dem favor algú, nē o comuniqüem, cō pena de ser apartado de nossa coñunicaçāo».

Aos irmãos concederam oito dias para se apartarem dèle.

(Cfr. Remédios, p. 161).

Com medo dos Rabinos, os irmãos obedecem.

A velha mãe permanece ao pé do filho. Por isso é excomungada também, primeiro com o pequeno e depois com o grande anátema.

Uriel escreve um livro para se justificar, em que examina as *Tradições farisaicas*.

1623
(pri-
mavera)

Em quanto o elabora, agravam-se as dúvidas dèle a respeito da imortalidade da alma.

Expõe-as abertamente nos Capítulos 23.^º a 25.^º do *Exame*.

Entregue ao impressor, o manuscrito é submetido à apreciação de censores judaicos.

Condenando-o, entregam-no ao médico Samuel da Silva, escolhido pelos Rabinos para responder aos argumentos.

1623
(verão)

O libelo dêsse Hebraista: *Tratado da Imortalidade da Alma*, apressada, mas hábilmente escrito, sai dos prelos de Paulo de Ravesteyn.

1623
(outono)

Uriel, acusado nesse libelo, não sómente de *Saduceo* e *Epicureo*, mas também de *ateu*, responde ao *caluniador*, convencido de que «descrever da imortalidade da alma, não é de modo algum descrever de Deus».

1624

O seu segundo *Exame das Tradições Farisaicas* é impresso, provavelmente, por Paulo de Ravesteyn.

(libellus iste in lucem prodiit).

O Magistrado judaico acusa o autor, perante o Magistrado holandês, apresentando o *corpus delicti* como contrário à religião cristã.

A
1 de Maio

Encarcerado, Uriel é sólto ao cabo de 8 ou 10 dias — contra caução e pagando multa.

Os seus livros são queimados.

Pouco depois recebe ordens de sair de Amsterdam.

Entre 1624
e 1628

Os Rabinos de Amsterdam escrevem a Jacob Halevi, residente em Veneza, e consultam-no a respeito do procedimento da velha mãe de Uriel:

«¿ Se ela morrer anatematizada, e fiel ao filho, poderão, ou não, deixá-la insepulta? »

Jacob Halevi responde que a Lei não permite deixar insepulta pessoa da *nação*. ¡Mas... para dar maior vigor à lei, é lícito infringi-la em ocasiões extraordinárias!

1628
a
4 de Out.

Morre Sara da Costa, e é enterrada no cemitério judaico de Oudekerk.

1633

Uriel — que nos anos decorridos (*temporis decursus*) se convençera de que a chamada Lei de Moisés não é revelação divina, mas sim invenção humana — reconcilia-se, formalmente, com os Rabinos.

Vive com um sobrinho, filho da irmã.

Resolve contrair novo matrimónio.

O sobrinho acusa-o de violar o sábado e as leis da boca.

Aventureiros — um Espanhol, outro Italiano, vem de Londres a Amsterdam, dispostos a renegarem o cristianismo. Consultam Uriel que os dissuade.

Por isso é excomungado de novo.

Ao cabo de sete anos — *summa inopia pressus* — porque os irmãos retiveram propositadamente os seus bens — capitula de novo, fiado na caridade paternal que os Rabinos lhe prometiam.

Afim de ser reconciliado, promete submeter-se à penitência que êles decretarem.

1640

Abril

Públicamente, mas com paternal caridade, fustigado — na Casa de Deus — calcado aos pés de todos, depois de se haver retratado, sucumbe à vergonha.

Suicida-se com um tiro, depois de haver acusado os seus perseguidores no *Exemplar Humanæ Vitæ*.

XXXVIII

Lista Cronológica de Escritos de Uriel ou relativos a Uriel

1. COSTA (URIEL DA C.), *Exame de tradições farisaicas*. 1623. — Confiscado em manuscrito pelos Rabinos da Sinagoga de Amsterdam. — Vid., Cap. xx. — Se êles conservaram o autógrafo, como documento do processo, deveria estar no *Arquivo Israelítico*.
2. SILVA (SAMUEL OU SEMUEL DA S.), *Tratado da Immortalidade da alma em que tambem se mostra a ignorancia de certo contrariador de nosso tempo que entre outros muytos erros deu neste delirio de ter para si e publicar que a alma do homem acaba juntamente com o corpo*. — Amsterdam, Paulo de Ravesteyn, 1623. — Vid. Cap. xxi.
3. COSTA (URIEL DA C.), *Exame das Tradiçōens pharisaicas conferidas com a Ley, escrito por Uriel Jurista Hebreo, em reposta a hum Samuel da Silva, seu falso calumniador*. — Amsterdam, Paulo de Ravesteyn, 1624.

Nas Encyclopédias dos séculos XVII e XVIII o título é: *Exa-*

men Traditionum Pharisaicarum cum Lege scripta collatarum anno circiter 1624. — Vid. Cap. xxii e xxxvi.

- 3^b. COSTA (URIEL DA C.), *Exemplar Vitæ Humanæ*. — Obra dos seus últimos dias, que ficou inédita até 1687. — Vid. N.^o 19 e Cap. xxiii.
4. CHERBURY (EDWARD HERBERT OF CH.), *Tractatus de veritate prout distinguitur a revelatione*. — Paris, 1624. — É provável que Uriel lesse e discutisse com os filósofos holandeses a obra do Deista inglês (1581-1648).
5. HALEVI (RABI JACOB BEN ISRAEL H.), *Preguntas e Respostas, Segunda Parte* שׁוֹרְהַת ד' יְזָקֵב לִמְתָה חֲלֻבָּה. — Veneza 1632-34. A Primeira Parte aparecera em 1614, também em Veneza. — Vid. Cap. ix e xxv e N.^o 67 desta Lista.
6. MENASSEH BEN ISRAEL, *Conciliador sive De cōvenientia Sanctæ Scripturæ quæ pugnare inter se videntur — Opus ex vetustis et recentioribus omnibus Rabbinis magna industria ac fide congestum*. — Êste es: *Conciliador o de la conveniencia de los lugares de la S. Escriptura que repugnantes entre si parecen*. — Francofurti MDCXXXII.
Indirectamente, trata de muitos dos passos interpretados de modo individualista por Uriel no *Exame*. Veja-se, p. ex. a Questão cxxv relativa a Exodus 34, 27, *Escrive a ti á las palabras las estas «Si el Señor encomendó a Mosseh pusiesse por escrito aquellas palabras refferidas, como buelve a dezir que las avia de tener en la boca mentalmente».*
7. MENASSEH BEN ISRAEL, *De Creatione problemata*. — Amsterdam, 1635.
Não nomeia Uriel, mas alude a êle freqüentes vezes. Logo no Prefácio refere-se a aquele feíssimo êrro de não crer na imortalidade: *non manere nos post hanc vitam, vel praemium vel poenam, ac proinde animas minime esse immortales*.
8. MENASSEH BEN ISRAEL, *De la resurrección de los Muertos Libros tres, en los quales contra los Zaduceos se prueba la immortalidad del alma y Resurrección de los muertos*. — En casa y a costa del Autor Año 5396 de la creacion del Mundo.
Na dedicatória a Henrique Hoffiser dá a seguinte expli-

ção: «Considerando pues la nefaria maldad de los Zaduceos, en todo depravados, y como oy en este miserable siglo se van algunos persuadiendo a la mortalidad de las almas, para mas a rienda suelta se dexaren llevar de sus lascivos appetitos, me determiné a escrevir este libro, el qual no solamente trata de provar la immortalidad del alma, mas de *ex professo* exactamente la Resurrecion negada de los Zaduceos».

9. MENASSEH BEN ISRAEL, *De Resurrectione Mortuorum*. — Amsterdam, 1636.

Na Dedicatória aos Senadores e Cônsules da Cidade de Amsterdam, Laurentius Reael e Alberto Conrad van der Burch, o autor refere-se aos Saduceos: *Atque huc universa primi libri opera tendit ut cuncti intelligant in doctrina hanc tam necessaria omnes nos contra Zaducæos animarum et rerum publicarum pestes penitus convenire.*

10. MENASSEH BEN ISRAEL, *Segunda Parte del Conciliador*. — Amsterdam, 1641.

No Prefácio desta Segunda Parte diz que está ocupado com um livro intitulado *La Divindad de la Ley de Moseh*. No da Terceira Parte (1650) explica que nesse se dirige contra tantos Epicureos que oy abraçan (=abrasan) el mundo.

11. MORTEIRA (SAUL), *Livro da Immortalidade da alma* — em hebraico — 1644, que já não existe, segundo Kayserling, mas a que o próprio se refere várias vezes nos seis *Sermões* e nos *Sete Discursos Académicos*, sem citar ou mencionar expressamente a Uriel.

12. MÜLLER (JOHANNES), theologus et antistes hamburgensis, *Judaismus oder Judenthum: aus den Schriften der Rabbiner aufgedeckt und durch die Weissagungen des göttlichen Wortes widerlegt*. — Hamburg, 1644.

Latinizado nas Enciclopédias é *Prolegomena ad Judaismum detectum*. É a p. 71-72 que se encontra o trecho relativo a Uriel.

13. ID. — *Atheismus devictus*. — Segundo a *Cimbria Illustrata*, II, p. 959, é a p. 13, 30 e 246 que fala de Uriel. Segundo a mesma (955) escreveu um *Compendium Grammaticae*, e editou as Cartas ao Dr. David Chytraeus (*Koch-hafe*, 1531-1600),

afamado teólogo luterano de Tübingen, relacionado com Melanchthon). — É estranhável que não se encontre a biografia e bibliografia dêsse Müller na *Allgemeine Deutsche Biographie*, nem se mencione a sua edição das citadas *Epistolas* no Vol. iv.

14. MORTEIRA (SAUL), *Colina de Saul*. — Amsterdam, 1645 (hebraico). — Vid. Perles, p. 197.

15. MENASSEH BEN ISRAEL, *Alma viva ou Alma de vida*. — Amsterdam, 1651 (hebraico).

No Prefácio encontra-se a seguinte alusão ao *Exame das Tradições Farisaicas*:

«¿ Não sabes, não ouviste falar de uma doutrina falsa ? ¿ de aquela lepra que florece entre os que se desviam por caminhos tortuosos que praticam a iniquidade, a quem Deus apartou e que se consideram a si próprios como meros animais ? São êles os que instigam os filhos de Israel a serem infieis para com o Eterno, e com a sua santa Lei. Com palavras infundadas afirmam e sustentam que não há na *Lei de Moisés* a mais leve prova da subsistência da alma; que a sua existência se limita à sua vida terrestre e que nada mais se encontra escrito sobre êste assunto» (Perles, p. 197; tradução de Benoliel).

16. NICOLAS (ANTONIO) — *Bibliotheca Hispana*, 1672. — Registo a obra, únicamente para assentar que, falando com elogios do professor Conimbricense *Gabriel da Costa*, não menciona a *Gabriel-Uriel*.

17. WAGNER (TOBIAS), teólogo e fecundo polemista luterano (1680). — *Examen elenchticum Atheismi speculativi*. — Tübingen, 1677. Cap. 31, p. 75, segundo a *Cimbria*.

18. BASNAGE (HENRI DE BEAUVIAL), *Histoire des ouvrages des scarans*, 1687-1709. — Mês de Dez. A. 1687 (p. 453-454).

19. LIMBORCH (PHILIPPE VAN), *De veritate religionis christiana: amica collatio cum erudito Judæo*. — Goudæ, 1687. É a p. 657-670 que há a edição-príncipe do *Exemplar Vitæ Humanæ*, de Uriel da Costa, e como Apêndice a refutação do teólogo remonstrante, intitulada *Brevis refutatio argumentorum quibus A Costa omnem Religionem Revelatam impugnat*. — Vid. Cap. xix.

20. *Lipsiensis (?) Acta Eruditorum (?)* — M. April. A. 1688 (p. 213, 221 e 222). — Vid. *Cimbria*, II, p. 959.
21. LIMBORCH (PHILIPPE VAN), *Historia Inquisitionis, cui subjungitur liber sententiarum inquisitionis tholosanae ab anno 1307 ad 1323*. — Gouda, 1692.
22. LECLERC (JEAN), *Bibliothèque Universelle et Historique*. — Amsterdam, 1686-1693. — 25 vol. in 12.^º.
No Vol. VII s. M. Nov. a. 1687 (p. 327) Le Clerc coloca a morte de Uriel no ano de 1647.
23. TENZEL(IUS) WILHELM ERNST (fal. 1707), polihistor, publicou *Dialogos Mensaes — Dialogi Menstrui Germanici*, de 1689 a 1698. — No Mês Oct. A. 1693 (p. 815-818) e Sept. A. 1698 (p. 811-813) referiu-se a Uriel da Costa.
24. KETTNER (ERNEST), *De duobus impostoribus* (Espinosa e Baltasar Bekker). — 1694. — Confunde Espinosa com Uriel, cujo *Exemplar* conheteria.
25. BAYLE (PIERRE), *Dictionnaire historique et critique*. — Rotterdam, 1696, 2 Vol. — Na *Cimbria* há referência à 2.^a edição, p. 68-71. — Eu servi-me da impressão de 1730, em quatro tomos (I, p. 67-69). Longe de louvar Uriel condena-o, como «personnage digne d'horreur et un esprit si mal tourné qu'il se perdit misérablement par les travers de sa fausse philosophie». — Eis o trecho relativo ao *primo*, que tanto prejudicou o infeliz pensador: «Ces procédures doivent être considérées comme l'une des raisons qui confirmaient A. Costa dans ses impiétés, car il se persuada sans doute que ces passions et ces injustices pouvaient être autorisées par quelques passages du V. Test. ou la Loi ordonne aux frères, aux pères et aux maris de n'épargner point la vie de leurs frères, de leurs enfans, et de leurs femmes en cas de révolte contre la Religion (Deuter. XIII). Et il faut savoir qu'il se servait de cette preuve contre la Loi de Moïse, car il prétendait qu'une Loi qui renversoit la Religion naturelle ne pouvoit pas procéder de Dieu, l'auteur de cette religion».
26. MOLLER (JOHANNES), de Flensburgo (1661-1725), *Homonymo-scopia historica, litteraria, critica*. — Hamburgo, 1699. — Sect. III, cap. 3, § 7 (p. 784).

27. MOLLER (JOHANNES), *Cimbria litterata* (publicada por seu filho). — Hamb., 1744, 3 Vol. — Vid. II, p. 954-959. — Um *Prodromus Cimbriæ litteratæ* saíra em 1687 (Slesvig), mas nele não se menciona Uriel.
28. MOLLER (JOHANNES), *Isagoges ad Historiam Cimbriæ*. — Hamb., 1691 e 1692. — É no Cap. 5, § 2, p. 96, que há referências a Uriel, segundo a *Cimbria*.
29. RUMETSCH (IUS), JOH. CHRISTOPH, *Schediasmata de Conjecturis ultimi temporis*. — Desconheço o autor e a obra, citada na *Cimbria* com indicação da Sect. III, § 2, p. 60-61, e mais dois pormenores. O primeiro consiste em chamar erradamente autógrafo o *Exemplar* visto por Johannes Müller. O segundo, ainda não verificado, aponta o Rabi Manasse Ben Israel como pregoeiro da Excomunhão grande.
30. BAILLET (ADR.), *Traité des auteurs degvisez* (c. 1700), em que segundo a *Cimbria*, há, no Cap. 15 da Parte III, a p. 422, algumas noções relativas a Uriel. — No grande Larousse não vejo êsse título. Talvez constituiria parte da obra *Jugements des savants sur les principaux ouvrages des auteurs* (1685-86)?
31. MAYER (JOH. FRIEDR.), *Disputationes II De Lapidatione Stephani*. Na *Cimbria* cita-se o Cap. 2, § 7. — Eu sei apenas pela *Allg. D. Biographie*, Vol. xxi, que o teólogo luterano de Greifswald faleceu em 1712.
32. DIEFENBACH (MART.), *Judæus Convertendus*. — Citado na *Cimbria* e na *Bibl. Hebr.* de Wolf. É à pág. 132 que remetem o curioso.
33. CAROLUS (ANDR.), *Memorabilia ecclesiastica XVII*. — Tübingen, 1697-1702. — É ao Lib. V, Cap. 19, p. 978-979 que somos remetidos pela *Cimbria*.
34. BUDDEUS (JOH. FRANC.), *Lexicon Historicum Germanicum*, Vol. I, p. 25-26. — Na *Allg. D. Biographie*, III, êsse amigo de Zinzendorf (fal. em 1729) figura apenas como autor de uma *Isagoge hist. theologica: Institutiones theologiae moralis, Institutiones theologiae dogmaticae*.

35. FABRICIUS (JOHANNES), *Historia Bibliothecae Fabricianae*. — Wolfenbüttel, 1717-1724. — É na Parte III dessa História que se lê, a p. 400, a Vida de Uriel. — Jellinek afirma que F. fixou como ano da sua morte, 1647. Mas nesse ponto seguiu apenas Le Clerc. — Ignoro se na *Consideratio variarum controversiarum cum Atheis, Gentilibus, Judæis, Mohamedanis, Socinianis, Anabaptistis, Pontificiis, Reformatiis* (6 vol.) o afamado teólogo (1644-1729) tratou também do caso de Uriel.
36. FECHT(IUS) (JOHANNES), *Dissertatio de Ecclesia Judaica* (p. 62). Faz parte de uma colecção de opúsculos do eminente teólogo de Rostock, intitulada *Schediasmata sacra* (1706).
37. UPMARK(IUS) (JOHANNES), *In Atheomastige*, Cap. I (1709). — Desconheço a obra dêsse Reitor da Academia Upsalense.
38. SCHUDT, *Jüdische Merkwürdigkeiten*. — Frankfurt und Leipzig, 1714. — P. I, Lib. 4, Cap. 18, p. 286-291. — Wolf, na sua *Bibl. Hebr.*, latinizou o título. E *Memorabilia Judaica* passou a Ribeiro dos Santos, e outros.
39. REIMANN (JAK. FRIEDR.), *Historia Atheismi: Introd. in Historiam Theologiae Judaicae*. — Hildesiae, 1725. — É a p. 615 que Uriel figura.
40. WOLF (JOHANN CHRISTIAN), *Bibliotheca Hebraica*. — Hamb., 1715-1733, 4 Vol. — É sobretudo no Vol. III, c. 1115-1116, mas também no Vol. I, p. 131, e IV, 774, que se trata de Uriel.
41. WHISTON (THOMAS), *The remarkable life of Uriel Acosta, an eminent Freethinker*. — London, 1740.
42. BARBOSA MACHADO, *Bibliotheca Lusitana*. — Lisboa, 1747. — O artigo relativo ao lente Gabriel da Costa está no Vol. II, 310 e IV, p. 148. De Gabriel-Uriel ocupa-se o autor no Vol. II, p. 311^b-313.
43. PAQUOT, *Mémoires pour servir à l'histoire des dix-sept provinces des Pays-Bas*. — Louvain, 1765. — Vol. I, p. 335.
44. FRANCO-MENDES (DAVID), *Memoria dos Judeus Portugueses e Hes-*

panhoes de Amsterdam. — Ms. de 1769. A p. 42 há uma notícia resumida sobre Uriel, que não é — segundo o ilustre Dr. Mendes dos Remédios — senão uma tradução livre do artigo de Bayle (*Jud. Port. Amst.*, p. 91 e 157). Ainda assim lamento que não a publicasse.

45. VOLTAIRE, *Mélanges Philosophiques, littéraires, historiques*, Tome III, Genève, 1771. Nas Cartas dirigidas ao Príncipe de Brunswick: *Lettres à son Altesse Monseigneur le Prince de *** sur Rabelais et sur d'autres auteurs accusés d'avoir mal parlé de la religion chrétienne* é que se encontra, como parte da 9.^a *Sur les Juifs*, um parágrafo, assaz fútil, sobre Uriel — complemento apenas de outro maior relativo a Orobio e Limborch e à amigável disputa entre os dois acerca do Judaísmo e Cristianismo (p. 344-447). — O nome do Príncipe destinatário encontra-se na edição de 1822 (Vol. XLI das *Obras de Voltaire*). — Transcrevi o trecho como Capítulo XXXIII.
46. RODRIGUEZ DE CASTRO (JOSÉ), *Biblioteca Espanola*. — Madrid, 1781-86, Vol. I, p. 580 e seg.

47. *Miscellanea Curiosa e Proveitosa, ou Compilação tirada das melhores obras das nações estrangeiras, traduzida e ordenada por *** C. I.* — Lisboa, 1779-1785, 7 Vol.

Ignoro quem seja esse C. I. — Nas três Partes dos *Subsídios para um Diccionario de Pseudonymos, Iniciaes, e Obras Anonymas*, de Martinho da Fonseca (Lisboa, 1896), não achei elucidação alguma; nem tão pouco no *Diccionario Bibliográfico*, de Inocêncio (Vol. VI, 254, e VII, 392).

No Tômo III da *Miscelânea* há (de p. 153 a 161) *Memórias para ajuntar à vida de Uriel da Costa*, compiladas com habilidade, mas não sem erros. Afirma-se nelas que Uriel intentou um processo *criminal* contra os que o trataram de Discípulo de Epicuro; dá-se como título do *Exame* impresso, *Indagação acerca das Tradições Filosóficas, comparadas com a Lei de Moisés*; não se distingue a parte *traduzida* do *texto*, da livremente narrada; a explicação, com que Limborch acompanhou a primeira impressão do *Exemplar*, tem teor português; o nome desse sábio e tolerante Holandês é todavia omitido; o cálculo que Uriel morrera em 1645 é falso.

48. ADELUNG (JOHANN CHRISTOPH), *Fortsetzung und Ergänzung zu*

JÖCHER S *Allgemeinem Gelehrten-Lexicon*. — A estimadíssima obra de Jöcher, professor de história em Leipzig (1694-1738), aparecera em 1750-1751. A continuação é de 1786-87.

49. REBELO DA COSTA (AGOSTINHO), *Descripção do Porto*. — 1789. — Uriel aparece no rol dos Portuenses ilustres; mas esconjurado como monstro malino (p. 351).
50. CEVALLOS (D. AGUSTIN RUBIN DE C.), INQUISIDOR GERAL DE ESPANHA, *Index de 1790*. — Madrid. — Vendo citado em Enciclopédias e Bibliotecas o *Exame de Tradições Farisaicas* como livro de um Ateu, os Censores oficiais julgaram do seu dever incluí-lo nas suas listas. — Vid. Cap. xxii.
51. RIBEIRO DOS SANTOS (ANTÓNIO), *Literatura Sagrada dos Judeus Portugueses no século XVII*. — Estudo publicado nas *Memórias de Literatura*, III, p. 227-373. — 1792.
52. MULLER (JOHANN GEORG), *Bekenntnisse merkwürdiger Männer von sich selbst*. — Winthertur, 1793, Vol. II, p. 155. — Vid. Cap. xxxi.
53. HERDER (JOH. GOTTFRIED), *Briefe zur Beförderung der Humanität: Erste Sammlung*. — 1729. — (Ed. Cotta 1853, p. 169-171 e 195-197). Cartas a favor da tolerância: Primeira Série. Os N.^{os} 37 a 39 tratam das *Confissões* publicadas por Müller. Na 39.^a fala de Uriel. — Vid. Cap. xxxi.
54. PEIGNOT (C.), *Dictionnaire Critique, littéraire et bibliographique des principaux livres condamnés au feu, supprimés ou censurés*. — Paris, 1806.
55. GUTZKOW (KARL), *Der Sadduzäer von Amsterdam*. — 1834. — Romance traduzido em oito línguas diversas, entre as quais a hebraica.
56. KOENEN (H. J.), *Geschiedenis der Joden in Nederland*. — Utrecht, 1843.
57. GUTZKOW (KARL), *Uriel Acosta, Ein Trauerspiel*. — 1846. — Drama de fantasia histórica, representado pela primeira vez em Dresden, a 13 de Dez. de 1846. — A melhor edição é de

Leipzig, 1908, em *Meisterwerke der deutschen Bühne V*, a cuidado de Alfred Klaar.

58. JELLINEK (HERMANN), *Uriel Acosta's Leben und Lehre. Ein Beitrag zur Kenntniss der Moral, wie zur Berechtigung der Gutzkow'schen Fictionen über Acosta.* — Zerbst, 1847. — A Jewish Encyclopedia menciona uma edição de 1874, mas 74 não é senão lapso de imprensa, por 47.
59. JELLINEK, *Selbstbiographie Uriel Acosta's.* — Leipzig, Weller, 1847, e com novo frontispício, 1849. — Ambas as vezes sem o nome do tradutor. — Segundo a *Enciclopédia Universal Ilustrada Europeo-Americana*, a edição e tradução seria de um dos irmãos Jellinek.
60. JELLINEK (ADOLF), *Elisha-ben-Abuja, genannt Acher; zur Erklärung und Kritik der Gutzkow'schen Tragödie.* — Leipzig, 1847.
61. AUERBACH (BERTHOLD), *Spinoza.* — Mannheim, 1854.
62. AA (A. J. VAN DER), *Biographisch Woordenboek der Nederlan-den.* — 20 Vol. — Harlem, 1852-1867. — Vol. IV s. v. Costa.
63. SILVA (INNOCENCIO DA), *Dicionario Bibliografico.* — Vol. III, 1859, p. 164: Gabriel da Costa, lente; ib.: Gabriel Uriel; Vol. VII, 1862, p. 229: Samuel da Silva; p. 392: Uriel da Costa.
64. COSTA (ISAAC DA C.), *Catalogue de la collection de livres et manuscrits hébreux, espagnols et portugais, de la bibliothèque de Mr. Isaac da Costa* (rédigé par Mr. Roest). — Amsterdam, 1861.

Nesse *Catálogo* (p. 88), o N.^o 2321 é o *Tratado de Samuel da Silva*, dito raríssimo; N.^o 2299 a *Thesuvah*, do mesmo (p. 86).

Pouco antes do seu falecimento (1860), o ilustre escritor, talvez descendente de Mardochai, irmão de Uriel, revelara no *Jornal Navorscher* (p. 216, de 1857) os nomes dos quatro irmãos, tirando-os de papéis de família.

A respeito de Isaac, veja-se *Unsere Zeit*, Vol. IV, p. 399 (1860).

65. KAYSERLING (M.), *Geschichte der Juden in Portugal.* — Berlim, 1867 (p. 286).
66. GRAETZ (HEINRICH), *Geschichte der Juden*, 1853-76, 11 Vol. — 2.^a ed., 1888-89 em 3 Vol. — Vid. X, p. 403, 132-141 e A — Anm. IV.
67. CASTRO (D. HENRIQUES DE C.), *De Synagoge der Portugeesche-Israelietische Gemeente te Amsterdam*, Gravenhage, 1875.
 Principia: «Deze synagoge heeft in vele opzichten eene treurige vermaardheid verkregen. In 1640 had daarin het droeve schouorspel der tuchtigung van Uriel a Costa en eenige jaren later dat der in-den-ban-legging von den nu verheerlykten wijsgeer Spinoza plaats. — Esta Sinagoga (nb. a chamada Bet Israel inaugurada em 1639) alcançou triste celebriade em mais de um respeito. Em 1640 teve lugar nela o triste espectáculo da fustigação de Uriel da Costa, e alguns anos depois a excomunhão do agora enaltecido filósofo Espinosa».
68. PÉRLES (DR. J.), *Eine neu erschlossene Quelle über Uriel Acosta.* — Krotoschin, 1877. — Fasc. v do Vol. xxvi da Revista Mensal de Fränkel *Monatsschrift für die Geschichte des Judentums*, p. 193-213.
69. MENENDEZ Y PELAYO (MARCELINO), *Heterodoxos Españoles.* — Madrid, 1880. — Vol. II, p. 600; Secção 3.^a do Capítulo II intitulado: *Judaizantes — La Sinagoga de Amsterdam. — Filosofos Controversistas y Libre-Pensadores.*
70. POLLOCK (FREDERICK), *Spinoza, His Life and Philosophy.* — London, 1880 (p. 7-10) Uriel da Costa.
71. AMSTERDAMER HANDELSBLATT, de 15 de Novembro de 1881. — Artigo relativo a *Adam Romez*, alcunha de Uriel da Costa. — Vid. Cap. XVI.
72. CASTRO (D. HENRIQUEZ DE), *Keur von Grafsteen op de nederl. portug. israel. Begraafplaats te Oudekerk aan den Amstel.* — Leiden, 1883.
 Isto é: Auswahl von Grabsteinen auf dem Niederländisch-Portugiesisch-Israelitischem Begräbnissplatze zu Ouderkerk

an der Amstel, nebst Beschreibung und biographischen Skizzen.

Impresso a duas colunas em holandês e alemão.

73. KAYSERLING (M.), *Biblioteca Espanola-Portugueza-Judaica*. — Strasburg, 1890 (vid. p. xiii, 8 e 40).
74. VOLKMANN (DR. WALTER), *Uriel Acosta, eine Skizze*. — Breslau, 1893.
75. MEINSMA (K. O.), *Spinoza en zijn kring*. — Gravenhage, 1894.
Deutsch von Lina Schneider. Spinoza und sein Kreis, historisch-kritische Studien über holländische Freigeister. — Berlim, 1909.
No Cap. II (*Judeus em Amsterdam*), p. 134-163, há um estudo sobre Uriel (p. 141-151).
76. BRAGA (TEÓFILO), *História da Universidade*. — Lisboa, 1892 e 1895. — No Vol. II, p. 679-680 e 766, fala apenas do lente Gabriel da Costa. — A sua identificação errónea com Uriel, realizou-a na Introdução do Opúsculo N.º 78.
77. JORGE (RICARDO), *População do Pôrto*. — Pôrto, 1897. — Trata o Portuense de livre-pensador precoce e violento controversista.
78. SILVA DIAS (A. EPIFÂNIO DA S. D.), *Uriel da Costa, Espelho da Vida Humana*. Versão do *Exemplar Vitæ Humanæ*, com uma Introdução sobre a Autobiografia de um livre-pensador, por Teófilo Braga. — Lisboa, 1904.
79. FERNANDEZ ALONSO (BENITO), *Los Judios en Orense en los siglos xv a xvii*. — Orense, 1904 (a p. 27-28 há o imotivado excursus sobre Uriel).
80. FREUDENTHAL, *Leben Spinoza's*. — Stuttgardt, 1904 (Vid. p. 19).
81. ZANGWILL (ISRAEL), *Dreamers of the Ghetto*. — London, 1906.
Há tradução alemã de HANS HEINZ EWERS, *Träumer des Ghettos*. Berlin, 1908.
82. HÖLSCHER, *Der Sadduzäismus*. — Leipzig, 1906.

83. BRUNO (SAMPAIO), *Portuenses ilustres*. — Pôrto, 1906 (Vid. p. 379-384).
84. KLAAR (ALFRED), *Ein Freidenker vor 300 Jahren*. — Sonntagsbeilage N.^o 19 e 20 zur Vossischen Zeitung N.^o 215 e 227. — Berlin, 1909.
85. KLAAR (ALFRED), *Leben und Bekenntnis eines Freidenkers vor dreihundert Jahren*. — Berlin, 1909 (169 páginas).
85. KOLBENHEYER (E. G.), *Amor Dei. Ein Spinoza-Romain*. — München und Leipzig, 1909.
86. LEMOS (MAXIMIANO), *Zacuto Lusitano; a sua vida e a sua obra*. — Pôrto, 1909. (Vid. Cap. v, *Amsterdam no século XVII*, p. 121-157).
87. DR. MENDES DOS REMÉDIOS, *Os Judeus Portugueses em Amsterdam*. — Coimbra, 1911. — O Cap. vi, p. 157-218, tem o título *Uriel da Costa, Alguns dados inéditos e desconhecidos para a sua biografia*.
88. AZEVEDO (J. LÚCIO DE A.), *Estudos para a história dos cristãos novos em Portugal*. — 1912-1914, em *Revista de História* (Vol. I, p. 65-73; II, p. 76-93; 133 a 149; Vol. III, p. 1-14; 91 a 103; 318 a 335). — A referência a Uriel acha-se no Vol. III, p. 98.
89. DUNIN-BORKOWSKY (STANISLAUS VON), S. J., *Der junge De Spinoza, Leben und Werdegang im Lichte der Weltphilosophie*. — Münster in Westfalen, 1910.
No Cap. II (Die Knabenjahre und der Scheideweg) há na 2.^a secção (Tragisches aus der ersten Schulzeit) a narração da cerimónia de expiação de Uriel, cuja tradução o interessado encontra no meu Cap. XXXIV.
90. AZEVEDO (J. LÚCIO DE), *Judeus portugueses na dispersão*. — *Revista de História*, IV, p. 105-127 e 201 a 217. — 1915.
91. JORGE (RICARDO), *Contra um plágio do Professor Theophilo Braga*.

— Lisboa, 1918. — A p. 83 censura a ausência do Judeu português no vol. *Os Seiscentistas*. Relembra a confusão entre o catedrático de Coimbra e o controversista. E conta que outrora tivera o propósito — infelizmente não realizado — de dedicar um estudo à misera vítima da intolerância dos Rabinos de Amsterdam.

92. MICHAELIS (D. CAROLINA M. DE VASCONCELOS), *Uriel da Costa — Notas relativas à sua vida e às suas obras*. — *Revista da Universidade de Coimbra*, Vol. VIII.

Resumo alfabético

- Aa (A. J. van der), 62.
- Adelung (Johann Christoph), 48.
- Antonio (Nicolas), 16.
- Auerbach (Berthold), 61.
- Azevedo (J. Lúcio de), 88, 90.
- Baillet (Adrien), 30.
- Barbosa Machado, 42.
- Basnage (Henri de Beauval), 18.
- Bayle (Pierre), 25.
- Braga (Teófilo), 76.
- Bruno, 83.
- Budde(us) (Johannes Franciscus), 34.
- C. I., 47.
- Carolus (Andreas), 33.
- Castro (D. Henrique de), 67, 72, 79.
- Cevallos (D. Agustín Rubin de), 50.
- Cherbury (Edward Herbert of), 4.
- Costa (Isaac da), 64.
- Costa (Uriel da), 1, 3, 3b.
- Diefenbach (Martin), 32.
- Dunin-Borkowsky, 89.
- Epifânio (J. E. da Silva Dias), 78.
- Fabricius (Johannes), 35.
- Fecht(ius) (Johannes), 36.
- Fernandez Alonso (Benito), 79.
- Franco Mendes (David), 44.
- Freudenthal, 80.
- Gutzkow (Karl), 55, 57.
- Graetz (Heinrich), 66.
- Halevi (Rabi Jacob Ben Israel), 5.
- Herder (Johann Gottfried), 53.
- Hoelscher, 82.
- Jellinek (Hermann), 58, 59.
- Jellinek (Adolf), 60.
- Jorge (Ricardo), 77, 91.
- Kaysserling (M.), 65, 73.
- Kettner (Ernst), 24.
- Klaar (Dr. Alfred), 84, 85.
- Koenen (H. J.), 56.
- Kolbenheyer (E. G.), 85.
- Le Clerc (Jean), 22.
- Lemos, 86.
- Limborch (Philippe van), 19, 21.
- Lipsiensis (?), 20.
- Mayer, 31.
- Meinsma (K. O.), 75.
- Menasseh Ben Israel, 6, 7, 8, 9, 10, 15.
- Mendes dos Remédios (Dr.), 87.
- Michaëlis de Vasconcelos (Carolina), 92.
- Moller (Johannes), 26, 27, 28.
- Morteira (Saul), 11, 14.
- Mueller (Johannes), 12, 13.
- Mueller (Johann Georg), 52.
- Pacquot, 43.
- Peignot, 54.
- Pelayo (Marcelino Menendez), 69.
- Perles (Dr. J.), 68.
- Pollock (Frederick), 70.
- Rebelo da Costa (Agostinho), 49.
- Reimann (Jakob Friedrich), 39.
- Ribeiro dos Santos (António), 51.
- Rodrigues de Castro (José), 46.
- Rumetsch(ius) (Johann Christoph), 29.
- Schudt, 38.
- Silva (Inocêncio da), 63.
- Silva (Semuel da), 2.

- Tenzel(ius) (Wilhelm-Ernst), 23.
Upmark(ius) (Johannes), 37.
Volkmann (Dr. Walter), 74.
Voltaire, 45.
- Wagner (Tobias), 17.
Whiston (Thomas), 41.
Wolf (Johann Christian), 40.
Zangwill (Israel), 81.

D. CAROLINA MICHAËLIS DE VASCONCELOS.

La philosophie de l'amour de Marsile Ficin et son influence sur la littérature française au XVI^{ème} siècle

INTRODUCTION

A recréer le passé, l'historien véritable éprouve les jouissances d'un dieu. Celui surtout qui étudie le seizième siècle, mystérieux encore parce qu'assez loin du nôtre, et plus différent que les trois derniers, connaît de rares moments. Les hommes de ce temps ont toute la richesse de notre pensée. Vraiment universelle, leur curiosité s'attache aux mêmes problèmes qui, aujourd'hui, nous troublent. Rien ne les arrête : ils veulent tout comprendre, tout sentir. Nous nous retrouvons en eux pleinement. Mais s'il ont brisé les liens étroits qui retenaient leurs pères du Moyen-Âge, les hommes du seizième siècle ont gardé de ceux-ci la fraîcheur naïve, l'ardente faculté de croire. L'objet de leur foi a changé : le sentiment demeure, aussi spontané, aussi vivace qu'autrefois. C'est ce qui fait, pour nous, leur charme souverain. Plus près de nous que nos ancêtres du Moyen-Âge, qui, sans ignorer tout à fait l'antiquité, ni mépriser la nature et l'homme, comme on le dit souvent, ne s'y intéressaient pourtant pas directement, ils ont ce que possédait le Moyen-Age, et qui nous manque, la puissance d'enthousiasme, la ferveur. Nulle époque ne fut plus religieuse. Dans les dernières années du Moyen-Âge, le sentiment religieux s'étiolait : les vaines disputes de la Scolastique, la conduite déréglée des prêtres, en avaient tari les sources vives qui résident dans le coeur humain. Le rite sans doute persistait ; on en suivait la lettre, mais l'esprit ne soufflait plus. Avec la Renaissance au contraire, quelle explosion de foi nouvelle, quel débordement d'amour dans la croyance, si différent qu'en soit l'objet ! C'est vraiment une *renaissance* de toutes les forces humaines. Qu'il croie au Dieu de l'Eglise, de Luther ou de Platon, ou bien qu'il divinise l'antiquité, la science, la nature, l'homme du seizième siècle a la passion

du néophyte: et il ne recule pas devant la mort. Si catholiques et protestants ont de nombreux martyrs, le platonisme et l'humanisme aussi revendiquent les leurs: un Dolet, un Ramus ont été leurs témoins.

C'est que, du platonisme et de l'humanisme, ils ont fait, à vrai dire, des religions. Il faut voir en quels termes les humanistes s'expriment à l'égard de leurs maîtres. «Bien que la première place, »dit Erasme,¹ doive être réservée aux Saintes Ecritures en tant «qu'autorité, je trouve parfois des pensées dans les œuvres des anciens païens, même dans les œuvres des poètes, d'une nature si pure, si sainte, et si divine, que je ne puis me défendre de croire «que quelque pouvoir bienfaisant guidait leur âme quand ils écrivaient. «Et il se peut que l'esprit du Christ se soit répandu sur un espace «plus grand que nous ne le croyons généralement. Plus d'un homme «qui ne figure pas dans les annales des saints devrait y avoir sa place «marquée. J'avoue sans crainte à mes amis que je ne puis lire les «dialogues de Cicéron sur la Vieillesse et sur l'Amitié, ou bien le «*De Officiis* et les Tusculanes, sans m'arrêter parfois pour baisser la «page et penser avec vénération à cette âme sainte inspirée par une «divinité céleste». Mais si l'on divinise ainsi Cicéron, quel culte ne voue-t-on point à Platon! Philosophe en quelque sorte religieux, lui-même ne se disait-il pas inspiré? Et il est peu de textes de cette époque qui ne le nomment «divin».

Cette religion platonicienne ne se manifeste nulle part avec plus d'évidence que dans la conception de l'amour des poètes du seizième siècle. La critique en convient aujourd'hui. Et après tant de travaux remarquables sur la poésie lyonnaise, Marguerite de Navarre et la Pléiade, il est légitime de dire que la Renaissance a connu une philosophie, une religion de l'amour. C'est ce que l'on se propose de montrer ici même.

Cette étude ne sera pas complète et n'y prétend point. Sur un terrain aussi vaste, peu exploré encore, d'autres feront sans doute des découvertes nouvelles: et tout le premier je me rends compte que je n'ai point tout vu. Mais, du moins, le sentiment qui m'a guidé dans ce travail peut être dès maintenant formulé. J'ai pris au sérieux les hommes qui ont rénové ce culte de l'amour platonicien: j'ai cru à leur sincérité. Et sans penser, certes, que tous les adeptes des théories du «Phèdre» et du «Banquet» ont pratiqué la vertu de chasteté, j'ai admis que, lorsqu'ils célébraient dans leurs vers la Beauté souveraine, ce n'était point là simples rhétorique, mais qu'un

¹ *Colloques — Convivium religiosum.*

sentiment vrai les animait. Il est très humain de rêver un idéal de pureté céleste tout en s'abandonnant aux voluptés de la chair. Depuis qu'il existe, l'homme est double. Et je ne vois nulle invraisemblance à ce que des poètes aient adressé à telles maîtresses, qui n'étaient pas toujours insensibles, des sonnets tout inspirés de cet idéal. Ils chantaient l'amour qu'ils eussent pratiqué s'ils n'avaient eu des corps, et ils le chantaient sincèrement. Peut-être même, au moment où ils écrivaient, oubliant leurs faiblesses, se figuraient-ils adorer uniquement la Beauté idéale, et ne connaître que le pur amour. Pour beaucoup, sauf pour Ronsard dont le tempérament est surtout d'un voluptueux, j'inclinerais à le penser. L'âme humaine est si complexe !

A vrai dire, cette poésie amoureuse n'a pas subi l'influence que de la seule philosophie platonicienne. La conception de la femme qu'on y trouve, l'état d'infériorité de l'amant à l'égard de sa Dame, les *circonstances* de leur amour, le langage qu'ils emploient, la subtilité des métaphores, la préciosité du style, tout cela vient de Pétrarque ainsi que des Strambottistes italiens et, par eux, des troubadours et des trouvères du Moyen-Âge. Il reste beaucoup de traits de l'*amour courtois* chez les poètes comme dans les petits traités amoureux et les romans du seizième siècle.

Au surplus, ce n'est pas seulement grâce à Pétrarque et aux Italiens que la théorie de l'amour courtois est encore goûtée en France, à cette époque. On n'y avait point cessé de lire le *Roman de la Rose*, dont Clément Marot avait donné une édition corrigée qui fut imprimée au moins deux fois par le libraire Galiot du Pré: l'an 1527, in-folio, en caractères gothiques, et l'an 1529, in-8.^o, en lettres rondes: et M. Laumonier¹ a fort bien montré que Ronsard lui-même y a puisé.

On n'ignorait pas non plus les chansonniers courtois des derniers siècles, dont beaucoup de recueils avaient paru de 1500 à 1550².

¹ Ronsard poète lyrique, pages 486 & 489.

² Jardin de Plaisance—Sensuyt le Jardin de Plaisance et Fleur de Rhétorique... On les vend à Lyon en la Rue Mercière, près de Saint Anthoyne, chez Martin Bouillon, in-4 goth., Arsenal B. L. 6.378 & B. N. Rés. Je. 168. Sensuyt plusieurs belles chansons nouvelles, recueil d'Alain Lotrian 1542. Fleur de la poësie françoise, recueil d'Alain Lotrian, 1543. Et nombreux recueils de chansons publiés par P. Attaignant, à Paris, de 1530 à 1550 environ. Il ne faut pas oublier que la chanson est pour le Moyen Age ce qu'était l'ode pour l'antiquité, le genre lyrique par excellence. «De même que la forme en est toujours savante, dit M. Jeanroy (*Hist. de la Litt. Franç.* Tome 1, P. 371), le ton y reste continuellement élevé: les laides paroles, c'est-à-dire la satire, sont bannies de ce genre exclusivement consacré à l'amour».

L'on se délectait enfin aux exploits d'*Amadis*, type de l'amoureux chevaleresque et courtois: de 1540 à 1548, N. de Herberay des Essars traduisait huit livres de ces romans d'esprit tout médiéval encore, tandis que les Vérard et les Galiot du Pré imprimaient les aventures de Lancelot, de Tristan et de Perceforêt. Et le succès en fut si grand que, de nouveau, des *cours d'amour* s'instituaient dans l'entourage de François I^e et de Henri II, avec le code des belles manières et toute la jurisprudence amoureuse si chers aux dames du Moyen Âge¹.

Tout n'est donc pas absolument original dans cette conception de l'amour propre aux poètes de la Renaissance. Mais ce qui les distingue de leurs prédecesseurs, c'est qu'à ce langage amoureux dérivé des chansons courtoises correspond maintenant une philosophie. Derrière ces mots, qui ne sont point neufs, il y a un flux d'idées, vieilles aussi, beaucoup plus vieilles même que la poésie des troubadours, et qui remontent jusqu'aux philosophes d'Alexandrie, plus loin encore, jusqu'à leur maître, le *divin* Platon.

Certes, le Moyen-Âge avait célébré un amour spirituel; mais surtout il avait établi un code de l'amour, réglant avec minutie la position relative de l'homme et de la femme unis par ce sentiment, la façon d'en parler, l'attitude et le geste.. Les poètes de la Renaissance gardent cet idéal et ces habitudes, mais ils en connaissent l'origine, la raison profonde. Et s'ils respectent leurs Dames, ce n'est point seulement pour obéir à la coutume qu'elles ont instituée, mais parce qu'ils savent que leur beauté éphémère n'est que le reflet de la Beauté éternelle.

Un philosophe le leur a appris: ou, plus justement, comme eût dit Platon, il a réveillé en eux les souvenirs endormis de leur vie antérieure quand, à la suite des dieux, par delà la voûte céleste, ils contemplaient les Idées. Ce philosophe est Marsile Ficin. Avant lui déjà, Pétrarque, qui ne savait point le grec, mais connaissait Platon par Cicéron et St. Augustin, s'était élevé dans quelques sonnets jusqu'à ces hautes pensées.

Mais c'est Ficin surtout qui les a reprises, renouvelées et propagées. Traduits et lus en France, son *Commentaire sur le Banquet* ainsi que les traités de ses disciples ont exercé une influence manifeste. Et c'est en lui qu'il faut voir le promoteur de cette religion platonicienne de l'amour dont toute la poésie de la Renaissance, en Italie, en France, en Angleterre, des *canzonieri* aux sonnets de Shakespeare, s'est plus ou moins inspirée.

¹ Cfr. Bourcier, *Les moeurs polies et la littérature de cour sous Henri II*.

Notre étude comportera donc quatre chapitres :

- I) L'amour courtois.
- II) La philosophie de l'amour de Marsile Ficin, en particulier d'après son *Commentaire sur le Banquet*.
- III) Les écrits de ses disciples.
- IV) L'influence exercée par cette philosophie en France.
 - a) Prosateurs.
 - b) Poètes.

Et, dans ce dernier groupe, je distinguerai les poètes surtout platoniciens et ceux qui se montrent tels seulement en quelque partie de leur œuvre.

L'on trouvera en appendice :

- 1) Des notes sur la valeur de Ficin traducteur de Platon et de Plotin.
- 2) La bibliographie particulière, uniquement pour le seizième siècle, de Bembo, Castiglione, Mario Equicola, Léon Hébreu et de Caviceo: l'on verra ainsi quels succès remportèrent leurs ouvrages à cette époque.
- 3) Quelques sources inédites des poèmes d'Héroet et du *Conte du Rossignol* de Gilles Corrozet.

Réflexion faite, et après les avoir lus tous deux avec grande attention, j'ai exclu délibérément de ce travail l'auteur de l'*Heptaméron* et Rabelais. Non qu'ils aient ignoré Ficin, des textes prouvent le contraire. Mais ils méritaient mieux que quelques pages. C'eût été une nouvelle tâche, longue et délicate: la mienne l'était déjà assez. J'ai eu conscience que je ne pourrais traiter ce sujet comme je le voudrais et qu'il le faudrait. Et j'ai préféré ne l'aborder point. Qui voudra d'ailleurs s'y essayer, rencontrera des indications précieuses dans deux articles de M. Lefranc: *Le Platonisme et la Littérature en France à l'époque de la Renaissance* (1500-1550) et *Marguerite de Navarre et le Platonisme de la Renaissance* (Voir Bibliographie générale), dans sa Préface aux *Dernières Poésies de Marguerite de Navarre* (Pages 1 à LXXVII. Voir Bibliogr. Générale) et dans une note sur *Un entretien philosophique de Rabelais, rapporté par Charondas* (1556) publiée également par M. Lefranc dans la *Revue des Etudes Rabelaisiennes* (Tome I, 1903, Mélanges, Pg. 193 à 201).

Je me suis arrêté à l'année 1560. C'est la date de la mort de J. du Bellay et de la première édition collective des œuvres de Ronsard. Tous les écrits inspirés de Ficin ont paru alors. En outre, l'influence du philosophe italien ne s'exerce désormais plus seule. Je

ne saurais aller plus loin sans dépasser les limites que j'ai dû m'assigner.

BIBLIOGRAPHIE GÉNÉRALE

CHAPITRE I

- a) *Histoire de la langue et de la littérature française*, publiée sous la direction de M. Petit de Julleville. Tome I, Chapitre v. «Les chansons» par M. A. Jeanroy.
- b) *Romania*, 1883. Tome XII. Article de Gaston Paris, pages 459 à 534.
- c) *Andreae Capellani regi Francorum De Amore libri tres*. Edition E. Trojel. Hanniae, in Libraria Gadiana, 1892. B. N. 8.^o. R. II, 448.
- d) *Les six livres de Mario Equicola... de la nature d'amour*. Paris, J. Housé, 1584, in-8.^o, B. N. R. 18, 190. Livre v, Chapitre III «Comme les poetes... ont loué leurs maistresses».
- e) Pierre de Nolhac, *Pétrarque et l'humanisme*. Thèse. Paris, 1892.
- f) Dante, *Vita Nova*. Edition Henri Cochin. Paris, 1914.

CHAPITRE II

- a) *Marsili Opera*. Paris, 1641, 2 volumes, in-folio. B. N. R. 895 et 896.
- b) *Il Comento di Marsilio Ficino sopra il convito di Platone. Et esso convito*. Tradotti in lingua toscana per Hercole Barbarosa da Terni. In Venettia, MDXLIII, in-12.^o.
- c) *Le Commentaire de Marsile Ficin... sur le Banquet d'amour de Platon, faict françois*, par Symon Silvius, dit J. de la Haye, valet de chambre de... Marguerite de France, royne de Navarre. A la fin: «Achevé d'imprimer le XVI Février 1545 avant Pasques». On le vend à Poictiers, à l'enseigne du Pélican. 1546, in-8.^o. B. N. Rés. p. R. 393.

- d) *Discours de l'honneste amour, sur le Banquet de Platon.* Par Marsile Ficin, Philosophe, Médecin et Théologien très-excellent. A la Serénissime Royne de Navarre. Traduit du Toscan en Françoy par Guy Le Fevre de la Boderie. Secrettaire et Interprete aux Langues Périgrines. A Paris, chez Lucas Breyel, du Palais de la gallerie par où on va à la Chancellerie, MDLXXVIII, in-12.^o.
 Deuxième édition «Avec un Traité de J. Picus Mirandulanus sur le mesme subject» en 1588.
- e) *Les trois livres de la vie, le I. pour conserver la santé des studieux, le II. pour prolonger la vie, le III. pour acquérir la vie du Ciel.* Avec une apologie pour la medecine et astrologie le tout composé premièrement en latin par Marsile Ficin, prestre, philosophe et medecin tresexcellent, et traduict en françoy par Guy Le Fevre de la Boderie. A Paris, pour Abel l'Angelier, 1581¹.
- f) Jacob Burckhardt, *La Civilisation en Italie au temps de la Renaissance.* Traduction Schmitt. Paris, 1885.
- g) Philippe Monnier, *Le Quattrocento.* Paris, 1901, deux volumes.
- h) Arnaldo della Torre, *Storia de l'Accademia platonica di Firenze.* Florence, 1902, in-4.^o.
- i) Eberhard Gothein, *Platos Staatslehre in der Renaissance*, Heidelberg Akademie. Jahrgang, 1912-5. Abhandlung. B. N. 8.^o. R. 23.815.

CHAPITRE III

- a) Pic de la Mirandole, *Comento sopra una canzona de amore da Hieronimo Benivieni.* Bologne, 1496.
- b) *Le Commentaire du tres-illustre seigneur Comte Jean Picus Mirandulanus, sur une Chanson d'Amour, composée par Hierosme Benivieni Citoyen Florentin, selon l'opinion des Platoniciens.*

¹ Les deux premiers livres de cet ouvrage furent traduits pour la première fois en 1541, par Jehan Beaufilz (Paris, Denys Janot: 1541, in-8.^o, caractères gothiques).

Mis en François par G. C. T. (Gabriel Chappuys traducteur).
A Paris, chez Lucas Breyel, 1588.

- c) *Gli Asolani di Messer Pietro Bambo.* Venetia, 1505 (Voir Bibl. part.).
- d) *Il libro del Cortegiano del Conte Baldesar Castiglione.* Venetia, 1528. (Voir Bibliographie particulière. Appendice II).
- e) *Lettere del Conte Baldassare Castiglione ora per la prima volta date in luce, . . .* dall'Abate Pierantonio Serassi. In Padova, 1769. Tome 1, p. 181 à 186 B. N. Z. 3.378.
- f) *The Book of the Courtier. From the Italian of Count Baldassare Castiglione:* Done into english by Sir Thomas Hoby, anno 1561. «The Tudor Translations», Tome xxiii. 1900. Introduction by Professor Raleigh., p. LXVIII à LXXVII.
- g) *Libro di natura d'amore,* di Mario Equicola. Venezia, 1525, in-8.^o (Voir Bibliographie particulière, app. II).
- h) Leone Ebreo, *Dialoghi di amore.* Roma, 1535. (Voir Bibliog. part.).
- i) B. Zimmels, *Leo Hebraeus, ein jüdischer Philosoph der Renaissance.* Leipzig, 1886.
- j) E. Bourciez, *Les moeurs polies et la littérature de cour sous Henri II.* Thèse. Paris, 1886.
- k) *Libro del Peregrino . . .* da Giacomo Caviceo. Venetia, 1520. (Vr. Bib. part. App. II).

CHAPITRE IV

PROSE :

- a) *La nef des dames vertueuses* composée par maistre Simphorien Champier docteur en médecine. Contenant quatre livres : Le premier est intitulé la fleur des dames. Le seconde est du régime du mariage. Le tiers est des prophéties et des sibilles. Et le quart est le livre du vraye amour.

In-4.^o goth. à longues lignes; 86 feuillets non chiffrés; sign.:
A. X.

La date est au f. xv v.^o «Lequel a este fini et accomply a penultième davril. Lan de grace Mille Cinq cens et trois. En la cité et ville ancienne de Lyon sur le rosne par maistre Simphorien Champier».

Au recto du dernier feuillet: «Cy finist la Nef des dames vertueuses composée par maistre Simphorien Champier docteur en médecine. Contenant quatre livres. Le premier est intitulé la fleur des dames. Le second le régime du mariage. Le tiers les ditz et vaticinations des Sibilles. Et le quart est le livre de vraye amour. Imprimé à lyon sur le rosne par Jacques Arnollet».

NOMBREUSES gravures sur bois. B. N. Res. Vélins, 1972.

b) P. Allut, *Etudes Biographiques et Bibliographiques sur Simphorien Champier*. A Lyon, chez Nicolas Schluring, 1859.

c) *Philologue d'Honneur, faict et présenté par Claude de Cuzzi à l'excellence de treshaultz, trespuissantz et magnanimes Princes et Seigneurs Monseigneur Charles de Bourbon, duc de Vendosme, et Monseigneur Loys par divine providence Cardinal de Bourbon.*

Sous le titre: *Faustus. Quem relevat virtus multo sudata labore.*

*Nobilior paulis ille duobus erit
Dieu pour espoir.*

Cum privilegio. On les vend en la grande Salle du Palays au premier pillier en la bouticque de Charles Langelier.

Le privilège est daté du xv. jour de Novembre M.D.XXXVII.

d) *Là diffinition et Perfection d'Amour. Le Sopholge d'Amour.*
Traictez plaisantz et delectables oultre l'utilité en iceulx contenu. Avec privilège, 1542. On les vend au palais en la bouticque de Gilles Corrozet libraire.

Le premier de ces traités est de Corrozet, le deuxième d'Anthoine Vias.

Au f. 2 r.^o, Avis «Au lecteur», v.^o «Le signacle d'Amour», figure sur bois représentant, dans un encadrement ovale, une torche ailée à laquelle sont liés par un ruban un arc et un carquois. Sur le sol, à gauche, une tiare et une main de justice, à droite une couronne et un sceptre: au milieu une épée. Tous ces emblèmes sont à terre, vaincus par la torche d'amour.

L'ouvrage est orné de vingt-trois jolies gravures sur bois dont quelques-unes, par le jeu libre des draperies, le mouvement aisé des formes, le style des architectures, appartiennent tout à fait déjà à l'art de la Renaissance.

A la fin, f. 60 v.^o, marque de Gilles Corrozet: main qui tient un cœur sur lequel s'étale une rose. Tour autour un ruban se déroule avec la devise: «In corde prudentis requiescit sapientia proverbiorum». B. N. Rés. p. R. 377. Reliure de Bauzonnet (acquisition récente).

- e) *Discours de Champs Faëz, A l'honneur et exaltation de l'Amour et des Dames.* Par C. de Taillement Lyonnais.

A Paris, pour Galcot du Pré, au premier pillier de la Grand' Salle du Palais, et dans la rue Saint Jacques, à l'enseigne de la Galere d'or, 1571, B. N. Rés. J² 2.079. La première édition parut à Lyon en 1553.

- f) *Le premier livre de la belle et plaisante histoire de Philandre, surnommé le Gentilhome, Prince de Marseille: Et de Passerose, fille du roy de Naples.* A Lyon, Par Jean de Tournes, 1544.

Page 3, Dédicace: «A tresillustre et tresvirtueux prince Monseigneur Henry Dauphin de France, Jean des Goutes, le sien tres humble serviteur et subject, perpetuelle en longue vie felicité de bonheur».

- g) *Le Discours de la Queste d'Amytie, dict Lysis de Platon. Envoyé à la Royne de Navarre.* Titre du «Recueil des oeuvres de feu Bonaventure des Periers Vallet de chambre de très chrestienne princesse Marguerite de France, royne de Navarre. A Lyon, par Jean de Tournes. 1544».

- h) *Le Sympose de Platon, ou de l'amour et de beauté, avec trois livres de Commentaires, extractz de toute Philosophie, et recueilliſ des meilleurs autheurs tant Grecz que Latins, et autres,* par Loys le Roy, dit Regius.

Au Roy Dauphin, et a la Royne Dauphine.

Plusieurs passages des meilleurs poëtes Grecs et Latins, citez aux «Commentaires», mis en François, par J. du Bellay Angevin.

A Paris. Pour Jehan Longis et Robert le Mangnyer, tenans leurs boutiques au Palais, par la gallerie par ou on va à la Chancellerie, 1558. Avec privilège du Roy. B. N. R. 6572.

- i) P. Imbart de la Tour, *Les origines de la Réforme*, Tome vi, Livres iii et iv, Paris, 1909.

- j) A. Renaudet, *Les origines de la Réforme française d'après un ouvrage récent.* «Revue d'histoire moderne et contemporaine». Tome xii. Mars-Juillet 1909, Pages 257-273.

- k) A. Renaudet, *Préréforme et humanisme à Paris (1494-1517).* Thèse. Paris, 1916.

- l) Abel Lefranc, *Le Platonisme et la Littérature en France à l'époque de la Renaissance*, dans la «Revue d'Histoire Littéraire de la France», 1896.

Marguerite de Navarre et le Platonisme de la Renaissance, dans la Bibliothèque de l'Ecole des Chartes, t. LVIII et LIX.

Ces deux articles ont été réimprimés dans: «Grands écrivains français de la Renaissance». Paris, Champion, 1914.

- m) Emile Picot, *Les Français italianisants au XVI^e siècle*. Paris, Champion, 1906 et 1907, 2 volumes.

- n) Heinrich Morf, *Das Zeitalter der Renaissance*. Strasbourg, Karl J. Trübner, 1898. En partic. chap. II.

- o) Arthur Tilley, *The literature of the French Renaissance*. Cambridge: at the University Press, 1904. Deux volumes. Tome I.

- p) Arthur Tilley, *The dawn of the French Renaissance*. Cambridge, 1918, en particulier chapitres I, VI, VII, IX et X.

- q) Richard Copley Christie, *Etienne Dolet, sa vie et sa mort*, traduit de l'Anglais par C. Stryenski. Paris, 1886.

POÈTES :

- a) Jean Lemaire de Belges, *Les Illustrations de Gaule et Singularitez de Troye*. A la fin: Imprimé a Paris au moys de Juillet, l'an mil cinq centz et treize par le commandement de Maistre Jean le Maire, Indiciaire et hystoriographe de la Royne (Marguerite d'Autriche). Pour Geoffroy de Marnef. Paris, Geoffroy de Marnef. 1513. B. N. Réserve.

- b) Doutrepont, Article sur *Jean Lemaire de Belges* dans la «Revue générale», Septembre 1893, Pages 13, 24 et 25.

- c) Jean Bouchet, *Les Angoisses et remèdes d'amour du Traverseur en son adolescence. On les vend a Poictiers au Pélican...* A la fin: Imprimé à Poictiers le huytiesme jour de janvier MDXXXVI par Jehan et Enguilbert de Marnef frères. Figures sur bois. Poitiers, 1536. In-4.^o caract. gothiques. B. N. Rés. Je. 360.

- d) Antoine Héroet, *Oeuvres poétiques*. Edition Ferdinand Gohier. Société des textes français modernes. 1909.
- e) Maurice Scève, *Delie*. Ed. Eugène Parturier. Société des Textes français modernes, 1916.
- f) Albert Baur, *Maurice Scève et la Renaissance lyonnaise*. Thèse présentée à la Faculté de Zurich. Paris, Champion, 1906.
- g) *La Poesie Françoise de Charles de Saint Marthe, natif de Fontenrault en Poictou*. Divisée en trois livres. Le tout addressé a tresnoble et tresillustre Princesse, Madame la Duchesse d'Estampes, et Contesse de Poinctievre. Plus Vn Livre de ses Amys. Imprimé à Lyon, chés le Prince. MDXL. B. N. Rés. p. J^e 193.
- h) *Rymes de Gentile et Vertueuse Dame D. Pernette du Guillet, Lyonnaise*. A Lyon. Par Jean de Tournes, 1545. B. N. Rés. J^e 1.341.
- i) *Oeuvres de Louize Labé, Lionnoize*. A Lyon. Par Jean de Tournes, 1555. Edition Ch. Boy-Paris, A. Lemerre, 2 vol. In-16. 1887.
- j) *Les oeuvres poétiques de Pontus de Tyard, Seigneur de Bissy*. Edition Marty-Laveaux. Paris, A. Lemerre, 1875.
- k) *Le Compte du Rossignol* (par Gilles Corrozet). A Lyon, par Jean de Tournes, M.D.XLVII. Bibl. elzévir. Tome VIII, p. 49 à 73.
- l) *Satire contre fol amour*, par Gilles Corrozet. A Lyon, par Jacques Bérion, M.D.XLVIII.
- m) *La louenge des femmes, Invention extraictre du Commentaire de Pantagruel, sur l'Androgynie de Platon*. MDLI.
Le lieu n'est pas indiqué. Mais les caractères italiques, les lettres ornées, et la marque attestent que la plaquette sort des presses de Jean de Tournes. 54 pages, pas de privilège. B. N. Rés. J^e 1654.
- n) *Les Marguerites de la Marguerite des Princesses*. Ed. F. Frank. Paris, Librairie des Bibliophiles. 4 vol. in-12^o, 1873.

- o) *Les Dernières Poésies de Marguerite de Navarre*. Ed. A. Lefranc-Paris. A. Colin, in-8.^o, 1896.
- p) J. du Bellay, *Oeuvres poétiques*. Ed. H. Chamard. Tome I. Société des Textes français modernes. 1908.
- q) Henri Chamard, *Joachim du Bellay*. (1522-1560). Thèse. Lille, 1900.
- r) Ronsard, *Oeuvres complètes*. Edition Prosper Blanchemain. Paris, P. Jannet, 1857¹.
- s) *Les Amours*, de Ronsard. Texte de 1578. Ed. Hugues Vaganay. Paris-Champion, 1910, in-8.^o.
- t) P. Laumonier, *Ronsard poète lyrique*. Thèse. Paris, 1909.
- u) H. Longnon, *Pierre de Ronsard*. Paris, Champion, 1912.
- v) J. Jusserand, *Ronsard*. Paris, Hachette, 1913.
- x) F. Brunetièvre, *Un précurseur de la Pléiade* dans «Etudes critiques». Sixième série. 1894.
— *La Pléiade française*. «Revue des Deux Mondes». 15 Décembre 1900.
- y) *Le Pétrarquisme en France au XVI^e siècle*, par J. Vianey. Montpellier, 1909.

CHAPITRE I

L'amour courtois

Les principaux caractères de l'amour courtois sont les suivants :
 1.^o Il est illégitime, furtif. La femme s'expose en se donnant, et, par suite, le don qu'elle fait d'elle-même est sans cesse révocable. Comme la femme sacrifie bien plus que l'amant, c'est elle qui, dans les relations amoureuses, commande. Tout en l'aimant sincèrement,

¹ J'ai choisi, pour Ronsard, l'édition Blanchemain, puisqu'elle reproduit le texte de l'édition collective de 1560, date à laquelle précisément je m'arrête dans cette étude.

elle se montre avec lui capricieuse, souvent injuste et hautaine. Et elle lui fait sentir qu'il la peut perdre à chaque instant.

2.^o Aussi l'amant se trouve-t-il a l'égard de sa Dame dans une position inférieure. Si valeureux qu'il soit, il tremble devant elle, toujours timide; car il a peur de lui déplaire, de ne plus mériter ses faveurs: que faire pour les conserver?

3.^o Il faut suivre avec minutie le code de l'amour.

«L'amour en effet est un art, une science, une vertu qui a ses règles, son code tout comme la chevalerie ou la courtoisie, règles qu'on possède et qu'on applique mieux à mesure qu'on a fait plus de progrès, et auxquelles on ne doit pas manquer sous peine d'être jugé indigne» (Gaston Paris). Qui les néglige, se «disqualifiant» et devenant un «vilein», ne doit plus songer à servir une dame.

D'après Gaston Paris, l'amour courtois aurait pour origines:

a) La lecture très fréquente dans les écoles de *L'Ars amatoria* d'Ovide (traduit par Chrétien de Troyes) qui donne l'idée de traiter l'amour comme un art, de lui constituer une jurisprudence, idée qui d'ailleurs répond fort bien à la tendance logicienne et généralisatrice du Moyen Age.

b) Le souvenir de la cour fastueuse et galante de Henri I.^{er} d'Angleterre. On l'imita bientôt en France. Et c'est alors que par les tournois et les assemblées des deux sexes se forma le foyer de la société courtoise, amoureuse et raffinée.

c) L'influence des petites cours du midi, assez oisives et de moeurs peu sévères, où surgit de bonne heure une poésie d'amour conventionnel et savant, «d'amour de tête et non de coeur». «Là s'élabore l'idée que l'amour est une vertu et qu'il excite à toutes les autres, surtout aux vertus sociales. L'on y admet aussi que l'amour est un art, et que pour avoir le droit de s'en mêler, il faut en posséder les règles» (Gaston Paris). Il existe donc de bonnes coutumes d'amour que les femmes s'amusent à discuter et à fixer: ainsi s'établit l'étiquette subtile et parfois bizarre de l'amour courtois.

Nuls, s'il n'est cortois et sage,
Ne puet riens d'amors aprandre

dit Chrétien dans l'une de ses trois chansons. C'est avec lui que la théorie exprimée par ces deux vers pénètre pour la première fois dans la France du Nord. Les personnages de son *Conte de la Charrette* composé entre 1164 et 1172, la mettent en pratique et l'illustrent, comme le feront plus tard les chevaliers et les dames des romans de la Table Ronde.

Il y a donc dans la France entière, à la fin du XII^{ème} siècle, et pendant les siècles suivants, une conception intellectuelle de l'amour, d'un amour idéal et raffiné, non pas absolument chaste, il est vrai, «mais ne laissant aux sens qu'une part secondaire, étroitement lié à la pratique et à l'accroissement des vertus sociales, et donnant à la femme, à cause du risque qu'elle courait en s'y livrant, une supériorité constante qu'elle justifiait par l'influence ennoblissante qu'elle devait exercer sur son amant». (Gaston Paris).

Cette conception ne s'est pas manifestée seulement dans les contes de Chrétien de Troyes ou les romans de la Table Ronde. Elle a régné dans la société polie, dans les cours d'Aliénor d'Angleterre, de Marie de Champagne sa fille, d'Acliz de France, d'Ermengart de Narbonne, de Marguerite de Flandres. Une preuve en est la coutume de s'en référer aux jugements de ces princesses pour la solution de questions galantes, comme le témoigne le très curieux ouvrage d'André le Chapelain *Flos amoris*, nommé encore *De arte honeste amandi* ou *Tractatus amoris et de amoris remedio* et que M. Trojel a édité sous le titre «*Andreae Capellani regi Francorum De Amore libri tres*».

Composé à la fin du douzième ou au début du treizième siècle, ce traité eut une grande vogue pendant tout le Moyen Age. Nous le trouvons cité à plusieurs reprises, dès 1245, sous le titre de *Gualterius* (du nom de l'ami à qui André le dédie) dans trois traités d'Albertanus de Brescia.

Jacques d'Amiens, dont l'*Art d'amors et li remedes d'amors* fut écrit dans la première moitié du treizième siècle, l'a manifestement imité. A la fin du treizième siècle, Nicole de Margival, dans son *Dit de la Panthère d'Amors* fait allusion à une version française de cet ouvrage qu'il appelle *Gautier* et à laquelle il emprunte pour son *Dit de l'Anelet*, les règles d'André sur l'anneau¹. A la fin du XIII^{ème} siècle encore, Jérémie de Montagnon, dans son *Compendium moralium notabilium*, cite bon nombre de phrases du *De amore*. Enfin, à la même époque, dans un livre en dialecte italien nommé *Fior di virtù*, l'on découvre des règles d'amour d'André le Chapelain.

L'ouvrage eut au moins deux éditions :

Tractatus amoris et de amoris remedio Andreae Capellani pape Innocentii quarti ad Gualterium. S. l. n. d. In-folio (Pellechet, 678).

Erotica, seu Amatoria Andreae, capellani regii... numquam an-

¹ Cf. *De amore*, liber secundus, cap. vii «De variis judiciis amoris : xxi.

tetiae edita... nunc tandem... in publicum emissa a Dethmaro Mülhero, Dorpmundae, typis Westhovianis, 1610.

Sans compter l'édition récente de M. Trojel (1892).

Il fut traduit en français, en italien et en allemand.

Deux traductions françaises du XIII^e siècle : l'une en 1287 par Annanchet ou Enanchet ; l'autre en vers, en 1290, par un certain Drouart la Vache. C'est dans celle-là qu'a puisé Nicole de Margival. Aucune de ces traductions françaises ne porte le nom d'André. La dernière débute ainsi : «Icy comence li livres d'amours» et se termine : «Explicit li Romans damours».

Deux traductions italiennes, au XIV^e siècle. En 1611 parut à Venise une troisième traduction en cette langue où l'ouvrage est attribué à Boccace, ce qui prouve qu'on en faisait grand cas :

Dialogo d'amore di M. Giovanni Boccacio. Tradotto di Latino in Volgare da N. Angelo Ambrosini. In Venetia MDCXI.

Enfin deux traductions allemandes, l'une en 1404 par Eberhard Kellner, l'autre par Hartlieb, medecin de Bavière, imprimée deux fois *Augustae Vindelicorum*, 1482 et *Argentorati*, 1484. L'ouvrage y est attribué à Ovide. *Das Buch Ovidii von der Liebe.*

Ainsi traduit et imité, le *De amore* eut, on le voit, quelque succès. Peut-être le connaissait-on dans quelques cours italiennes, où se liaient encore les poètes du Moyen Age, comme à Ferrare, au temps d'Equicola. Peut-être Pétrarque lui-même ne l'ignorait-il pas. Il mérite en tous cas qu'on s'y arrête un moment.

L'on trouve au début une préface où l'auteur indique le but qu'il se propose ; apprendre aux amants aimés à conserver intact cet amour, aux amants dédaignés à se débarrasser des flèches de Vénus («docere, qualiter inter amantes illaesus possit amoris status conservari, pariterve, qui non amantur, quibus modis sibi cordi affixa valent Veneris jacula declinare»).

L'ouvrage est divisé en trois livres :

- a) *Comment acquérir l'amour.*
- b) *Comment, une fois acquis, le conserver.*
- c) *Comment s'en guérir.*

Le premier livre comprend douze chapitres dont voici les titres : I — Ce qu'est l'amour («Amor est passio quedam innata... ob quam quidem aliquis super omnia cupit alterius potiri amplexibus et omnia de utriusque voluntate in ipsius amoris precepta complecti»). II — Entre qui il peut y avoir amour. III et IV. — Origine et effets de l'amour. V. — Quelles personnes sont propres à l'amour. VI. — Comment l'amour s'acquiert et par combien de moyens. Ici, André enseigne comment il faut présenter une requête d'amour et y répondre.

dre dans les différentes positions sociales ; et il donne des modèles, dont quelques-uns sont amusants, de déclarations amoureuses : d'un homme du peuple à une femme du peuple, d'un plébéien à une femme noble, d'un noble à une femme du peuple, d'un noble à une femme de même rang. (C'est là qu'on trouve la lettre à la Comtesse de Champagne et la réponse de celle-ci). En fait, selon lui, la noblesse est une condition indispensable de l'amour : ce qui se comprend aisément, puisque l'amour est avant tout un art subtil et raffiné. L'auteur indique enfin les préceptes que doivent suivre, dans les situations délicates, vierges, clercs, veuves, femme aimée de deux hommes, ou qui, croyant son premier amant mort, en a pris un autre. VII. — Sur l'amour des clercs, et VIII des religieuses. IX. — Sur l'amour vénal. X. — Sur le don de soi-même. XI. — Sur l'amour des paysans. XII. — Sur l'amour des courtisanes : tout cela réglé, codifié, avec une précision admirable.

Le second livre : *Comment conserver l'amour*, contient huit chapitres : I. — Comment garder l'amour acquis. II. — Comment l'amour parfait (*perfectus*) doit-il être augmenté. III. — Comment l'amour diminué et IV prend fin. V. — De l'amour réciproque. VI. — Cas où l'un des deux amants rompt sa foi. VIII. — De différents jugements d'amour. Ce passage du traité est le plus célèbre. Sur vingt-et-un cas litigieux que l'auteur assure avoir été soumis à la décision des dames, sept sont jugés par Marie de Champagne, quatre par sa mère Aliénor, trois par Mingardis, c'est-à-dire Ermengart de Narbonne, trois par une comtesse de Flandre non nommée, mais qui doit être Marguerite d'Alsace, trois par la «reine» sans doute Aeliz de Champagne, reine de France depuis 1160, et belle-soeur de Marie de Champagne, et une par une «*Curia dominarum in Guasconia habita*». La primauté donné à Marie de Champagne n'est point pour surprendre, s'il est vrai, comme le dit M. Trojel, que André a été son chapelain entre 1185 et 1187. Dans cette cour polie, l'auteur du *De amore* a sans doute assisté à des jugements d'amour : il nous en relate quelques-uns. Et il nous montre ainsi comment s'est formée la théorie de l'amour courtois, et qu'elle se fonde principalement sur la coutume instituée par les dames.

La théorie elle-même est formulée au chapitre suivant et dernier du second livre : Des règles d'amour (31 règles). Nous l'avons résumée plus haut. Citons donc seulement ces deux règles très caractéristiques : Regula XII «*Verus amans alterius nisi sui coamantis ex affectu non cupid amplexus*» et Regula XVIII «*Probitas¹ sola quemque dignum facit amore*».

¹ *Probitas* a un sens beaucoup plus large que notre *probité* : c'est la valeur morale, la vertu. Le *vir probus* n'est autre que le parfait chevalier.

Le troisième livre, qui enseigne aux amants malheureux le moyen de se guérir de leur passion, n'offre que peu d'intérêt.

Tel quel, cet ouvrage, inspiré en partie par Marie de Champagne, le *Conte de la Charrette* dont Chrétien nous dit qu'il doit «la matière et le sen (l'esprit)» à cette même princesse, les Romans de la Table Ronde, les chansons des troubadours et des trouvères, nous révèlent une même conception de l'amour. Certes il n'en faut point exagérer la portée. Nous sommes loin des sublimes pensées du *Commentaire de Ficin*. Mais si l'on n'adore encore la Beauté idéale, déjà l'on exalte la femme pour les vertus qu'elle suscite et l'honneur qui en rejaillit. Enfin, c'est déjà une conception de l'amour. Seigneurs et dames raisonnent, dissertent. D'un côté le respect, de l'autre un joug délicat s'établissent dans une société plus raffinée, et ces habitudes courtoises préparent et permettent le succès de la philosophie ficienienne.

Or un lien étroit unit aux troubadours et aux trouvères les poètes du «dolce stil nuovo», Dante et Pétrarque. L'auteur du *Libro di natura d'amore*, Mario Equicola, qui vivait à la cour de Ferrare¹ au début du XVI^e siècle, l'a fort bien vu: Livre v. Ch. III. «Comme les poetes Latins et Greçs, les Provensaux, les François, les Toscans et les Hespagnols ont loué leurs maistresses et aymées: et les passions par eux descrites» f. 277 v.^o².

Après avoir passé en revue les Latins Catulle, Horace, Virgile, Properce, Tibulle, Ovide, et les Epigrammatistes grecs Méléagre, Paul le Silentiaire, Macedoine, Agathe «Scolastique», Philodeme, Lucile, Rufin, Juliān, Equicola en vient aux Provençaux, et ayant rappelé l'origine de la poésie provençale, voici comme il la dépeint, f. 286 r.^o et v.^o:

«La maniere qu'ils tenoyent pour descrire leurs amours estoit nouvelle et differente de celle des anciens Latins. Ceux-ci sans aucun respect, sans reverence et sans crainte de difamer et deshonorier leurs dames, escrivoient apertement ce qu'ils vouloient allans où le desir les epoinconnait. Les Provençaux cachoient gentiment avec dissimulation toute lasciveté d'affections, et monstroient en leurs livres le desir d'honorer plus qu'autre chose, disans qu'amour veut la chasteté, et qu'au moyen de la chasteté il est favorable: sans cete cy, amour n'est pas, quand il est sans loy et mesure il perd son nom, car il n'y a chose qui ait egard à l'amour. Je requiers et veux d'icelle

¹ Il fut attaché aussi à la cour d'Isabelle de Gonzague à Mantoue.

² De la traduction de Gabriel Chappuys, Paris, 1854. Voir bibliographie particulière.

plaisir et honneur, et si elle me donne le sçavoir d'amour, c'est par grace, non de devoir: amour ne fait rien sinon avec honesteté, et foy, et cet amour là dure à jamais. Leur amour estoit à l'endroit de grandes personnes (càd. nobles), et dignes d'honneur, non comme celles de noz poetes anciens, lesquelles sont comme avares d'elles mesmes, comme exposées à la discrétion et volonté d'autrui et quasi notees putains». Puis l'auteur donne une liste de troubadours avec les noms de leurs maîtresses et quelques mots brefs sur leurs exploits, et il s'arrête surtout sur les *Chansons courtoises*, de Pierre Vidal, auquel il ne consacre pas moins de huit pages (f. 288 à 292) ce qui nous prouve qu'il les connaissait bien et devait les goûter. L'on trouve là un exposé complet de la théorie de l'amour courtois. Le *Roman de la Rose* est ensuite étudié et, immédiatement après, la *Vita Nova*, de Dante, quelques poètes moindres, Guido Cavalcanti, Guido Guinicelli, Cina de Pistoia, enfin «celluy au regard duquel les autres sont comme chats-huans aux rayons du soleil, et luy à iceux une Aigle de veue tres-aigue, tout tropes, tout figures, tout poetique», François Pétrarque.

Ainsi, cet aigle sublime n'est autre, aux yeux d'Equicola, que le dernier et le plus grand des poètes de l'amour courtois: et, à mon sens, il a raison.

Qu'il les ait lus en français ou dans quelque compilation italienne, Pétrarque a connu nos romans de la Table Ronde, et il y fait allusion dans ses vers de son *Trionfo d'Amore* (III, vers 79 et suivants)⁴:

«Ecco quei, che le carte empion di sogni:
Lancilotto, Tristano, e gli altri erranti
Onde convien, che'l vulgo errante agogni.
Vedi Ginevra, Isotta, e l'altra amanti...».

Il a subi l'influence du *Gay saber*, et il les cite dans le même *Trionfo* (IV, vers 40-57).

«Fra tutti il primo Arnaldo Daniello,
Gran maestro d'amor, d'alla sua terra
Ancor fa onor col die polito e bello...».

Giraud de Borneil, Arnaud de Marneil, Raimbaut de Vaqueiras, Pierre d'Auvergne, Folquet de Marseille, Jaufré Rudel, Bernard de Ventadour, Guilhem de Cabestaing, il n'ignore aucun d'eux, ni rien de leurs exploits. Et le «canzoniere» est bien, comme le remarque

⁴ Sur les sources provençales et françaises de Pétrarque voir la thèse de M. Pierre de Nolhac, Paris. 1892, Excursus VII.

M. Laumonier, l'expression de l'amour courtois élevé à la perfection de l'art antique. Le sonnet *Dolci durezze, e placide repulse*, les deux tercets du sonnet *Le stelle e'l cielo*:

«L'aere percosso da lor dolci rai
S'infiamma d'onestate, e tal diventa,
Che'l die nostro, e'l pensier vince d'assai».

«Basso desir non è, ch'ioi si senta,
Ma d'onor, di virtute. Or quando mai
Fu per somma beltà vil voglia spenta?»

et, au vrai, toute la suite du *Canzoniere* le montrent assez.

Je sais qu'il a aimé Laura «pour les rayons du ciel qu'elle portait en sa personne», et, qu'un jour, voulant faire contre fortune bon coeur, il s'est félicité que cet amour trop honnête le conduisit au souverain bien («al sommo ben te 'nvia»): c'est le fait d'un chrétien, au moins autant que d'un disciple de Platon. «Pétrarque a aimé d'un amour chevaleresque qui, comme la plupart des sentiments de la chevalerie, eut pour principe le christianisme». (Laumonier).

Au surplus, et ce point est décisif, Pétrarque n'a pas connu Platon directement, mais par Cicéron, Apulée, Macrobe et surtout Saint Augustin. «Ses études sur la langue grecque, dit M. P. de Nolhac¹, n'ont été qu'une orientation très superficielle dans les premiers éléments». Et son maître Barlaam n'était point du tout platonicien. Des dialogues de Platon, Pétrarque n'a lu que le *Timée*, dans une traduction latine, «et c'est à ce traité que se réduisent les connaissances platoniciennes du poète» (P. de Nolhac). Comment dès lors retrouverait-on dans ses vers les théories du *Phèdre* ou du *Banquet*?

Il faut donc se garder de confondre l'amour pétrarquesque, et le véritable amour platonique : de l'un à l'autre, il y a toute la différence d'un soupirant parfois monotone et qui se console comme il peut, au mystique sans cesse ivre d'une illusion merveilleuse.

Ainsi Pétrarque est toujours un homme du Moyen Age : on le doit placer, comme l'a fait Equicola, à la suite des troubadours, de Dante, des poètes du «doux style nouveau».

Et s'il est vrai qu'en France, au XVI^e siècle, sa vogue fut immense², ce que nos poètes lui doivent, ce qui, grâce à lui surtout, a passé dans leurs vers, c'est, avec ses images et ses expressions, tout

¹ *Pétrarque et l'humanisme*. Thèse. Paris, 1892, Chapitre VIII.

² Il passait à Paris comme à Lyon, pour le *prince des poètes italiens* (Sibilet, *Art poétique*, II, Ch. 2).

le code de l'amour courtois, mais non pas la philosophie de cet amour.

Cette philosophie, seul Ficin la rénove. Aux vieilles formules il donne un sens profond : et de l'amour épuré déjà et raffiné, de la tradition médiévale, il fait ce sentiment mystique et religieux qui parfois anime un Héroet, un Scève, un Du Bellay.

Qui donc est-il, et quels sont ses ouvrages ?

CHAPITRE II

La philosophie de l'amour de Marsile Ficin

Il n'y a point lieu ici d'écrire la biographie de Marsile Ficin, bien qu'elle soit encore à faire. Et, puisqu'en somme, dans cette vie studieuse et solitaire, les seuls événements sont la publication de traités et de traductions, l'on se bornera à en dresser une brève chronologie.

Né à Figlino, près de Florence, le 29 Octobre 1433, dès 1456, âgé de vingt-trois ans, Ficin porte à Cosme de Médicis ses deux premiers ouvrages : le *De laudibus philosophiae* et les *Institutiones platonicae* colligées sur des versions alexandrines. En 1457, deux nouveaux traités : *De Amore divino* et *Liber de Voluptate* où il compare les doctrines de Platon, d'Aristote, d'Epicure et de Zénon. En 1458, son père médecin, et qui le destine à la médecine, l'envoie à Bologne l'y étudier : mais Cosme, qui a sur ce jeune homme de grands desseins, l'en rappelle aussitôt et lui fait apprendre le grec (1458). Quatre ans après, en 1462, il traduit les hymnes orphiques ; puis, en 1463, sur la demande de Cosme, Mercure Trismégiste (*De origine Mundi*), le *Pimandre*¹, Jamblique (*De Secta Pythagorica*), les *Mathematica* de Théon, les *Aurea Praecepta Pythagorae* et les *Pythagorae Symbola*. Enfin, la même année, vivement pressé par Cosme, Ficin donne son grand oeuvre de traducteur : les *Dialogues* et les *Lettres* de Platon (1463)². En 1469, paraissent une première rédaction du *Commentaire sur le Banquet*, et les *Commentaires sur le Philèbe, le Parménide, et le Timée*. En 1474, le *De*

¹ Le *Pimandre* et Mercure Trismégiste furent ensuite traduits du latin de Ficin en toscan par Tommaso Benci. Le *Pimandre* est un recueil de livres hermétiques issus des écoles philosophiques d'Egypte.

² Sur la valeur de Marsile Ficin, traducteur de Platon et de Plotin, voir Appendice I.

religione christiana, et le plus important ouvrage de Ficin philosophe, la *Theologia platonica*. En 1475, il publie une seconde rédaction du *Commentaire sur le Banquet* ainsi que le *Commentaire sur le Phèdre*. En 1485 et 1486, il commente et traduit les *Ennéades* de Plotin. Enfin, en 1489 paraît son dernier écrit: le *De triplici vita*. Il meurt en 1499, à soixant-six ans.

De sa jeunesse à sa mort (1457-1499), il envoya un nombre considérable de lettres, dont quelques-unes sont de vrais traités: et il les faut lire pour le bien comprendre.

Ainsi vécut Marsile Ficin. Sédentaire, il fut surtout un travailleur, infatigable et passionné: car un grand rêve l'enchantait. Il était prêtre, et il voyait bien qu'autour de lui on ne croyait plus. Alors il voulut ressusciter la foi et ramener les athées au Christ en leur enseignant Platon: «Philosophica ingenia ad Christum pervenient per Platonem» (Lettre à Pic de la Mirandole (1492).

C'est ainsi que, dans un *Commentaire sur l'Epître de Saint Paul aux Romains*, comme dans ses nombreux sermons, il cite les mages de Perse, les prêtres d'Egypte, les philosophes pythagoriciens, Zoroastre, Platon, et les Alexandrins, avec la même conviction que l'*Ecriture* ou les Pères. Et dans sa *Theologia platonica*, il montre que Platon ne défend pas de croire à ce dogme de la théologie hébraïque, chrétienne et arabe, la création du monde: «Plato non prohibet fidem adhibere Theologiae Hebraeorum, Christianorum, Arabumque communi, scilicet mundum fuisse creatum». Et il établit une concordance exacte et rigoureuse entre ce philosophe et Moïse, la Bible et les hymnes orphiques. Bien mieux, d'accord avec Philon, il se persuade que Platon lui-même n'a puisé ses mystères que dans les libres des Hébreux: «Philonis Numeniique temporibus primum coepit mens priscorum Theologorum in Platonici chartis intelligi» (*De religione Christiana*)¹. Et ailleurs, dans son *Commentaire sur le Phèdre*, il affirme que l'amour dont parlent Platon ainsi que St. Paul, n'est qu'un seul amour: l'amour de la Beauté, qui est Dieu, «Deum tandem amamus ut pulchrum, quem jam pridem dilexeramus ut bonum».

Réussit-il? Peut-être. En tout cas, après ces deux ouvrages, le *De Religione Christiana* et la *Theologia platonica*, il fut regardé lui-même comme un second Platon.

Dans une édition donnée à Venise le 13 Août 1491 de sa traduc-

¹ Dans cet écrit pourtant, Ficin s'appuie surtout sur les Saintes Ecritures, et en particulier sur l'Ancien Testament qu'il semble avoir fort bien connu.

tion de Platon suivie de la *Theologia Platonica*, on lit, au frontispice, ces vers du poète Naldo Naldi :

«Cum deus ethereis nunc mittere vellet ab oris,
 Qui supero nobis a jove dona daret,
 Divinum celsa demittit ab arce platona,
 Cui sacra tutelae philosophia foret.
 Accipit, officiumque datum Plato laetus et acri
 Mente subit tante jura tuenda dee;
 Illius ac ponit capiti redimicula mitre,
 Ungit et unguentis tempus utrumque sacris,
 Membra tegit peplo, quod palladis esset amictus,
 Sub pede purpureas spargit ubique rosas.
 At modo ne pereat tante pietatis imago,
 Neve suum perdat philosophia decus,
 Marsilius terris, alter Plato redditus est, qui
 Factitet hæc eadem, quæ dedit ille prius».

«Dès mon jeune âge, nous dit Ficin, je fus disciple de Platon : *a tenera aetate nominis platonici cultor*; ¹ et encore : «Ego a teneris annis divinum Platonem, quod nullus ignorat, sectatus sum» (Lettre à Politien). Il le connaît d'abord par trois traités de Cicéron, les *Académiques*, le *De Divinitatione*, et le *Songe de Scipion*. Ces trois traités lui plurent et devaient lui plaire : l'un parce que l'esprit de conciliation qui s'y révèle ne pouvait qu'être approuvé par le futur conciliateur du néo-platonisme et du christianisme ; l'autre, parce que Ficin croyait à la théorie platonicienne du songe, à savoir que l'esprit, libéré par le sommeil des chaînes corporelles, peut voir, comme le dit Cicéron, «ea, quæ permixtus cum corpore videre non potest». (De Div. I, 129) ; le dernier enfin, parce que le sentiment de la vanité des choses terrestres, l'aspiration vers la Vérité, vers la Béatitude célestes qu'on y découvre, correspondaient merveilleusement au tempérament mélancolique de Ficin, et à son désir ardent d'atteindre à une vie plus belle.

Ainsi, dès sa jeunesse, une remarquable concordance apparut entre le caractère de Ficin et les théories platoniciennes. D'ailleurs, ainsi que le remarque M. A. della Torre, sa sympathie pour le platonisme était accrue de ce fait qu'il avait une âme mystique, avide d'idéal, et que peu le troublait l'aiguillon de la chair. C'est ce qu'affirme Giovanni Corsi, l'un de ses compagnons et son biographe ² :

¹ Dédicace de ses Commentaires sur les Dialogues de Platon à Laurent de Médicis

² Giovanni Corsi : *Marsilius Ficini Vita*. Pise, 1772.

«In libidinem nequaquam proclivis» (pag. 335). Et une lettre le prouve qu'il adresse, encore très jeune, à son ami Pellegrino Agli, le premier Décembre 1457¹.

Ces pages sont d'un grand intérêt: elles nous montrent Marsile Ficin, à vingt-quatre ans, fervent adepte de l'amour platonicien, et maître de ses idées sur le délire divin, la beauté et l'amour. Il s'y inspire surtout et assez directement de Platon, en particulier du *Phèdre* et du *Phédon*, et déjà il essaie de concilier Platon et le Christ. Ainsi, à propos de la doctrine platonicienne de la réminiscence, après avoir rappelé que les hommes, selon Platon, ne se peuvent souvenir des choses divines s'ils n'y sont excités par la vue de leurs «ombres», de leurs «images terrestres», perçues par les sens du corps: («non enim Plato divinorum putat unquam homines remisci nisi quibusdam eorum quasi umbris atque imaginibus quae corporis percipientur sensibus, excitentur»), il ajoute «Itaque Paulus ac Dionysius, Christianorum Theologorum sapientissimi, invisibilia Dei asserunt per ea quae facta sunt, quaeque hic cernuntur intelligi», phrase d'après laquelle Ficin semble croire que cette doctrine paulinienne que les desseins invisibles de Dieu sont manifestés par la création est tout droit tirée de Platon («Itaque...»).

Ayant reçu deux lettres, l'une en prose, l'autre en vers, de son ami Pellegrino Agli, Ficin les trouve si remarquables qu'il dit Pellegrino inspiré de ce délire divin sans lequel «Démocrite et Platon nient qu'il y ait jamais eu un grand homme». Et sur ce, il expose à son ami toute la théorie de Platon et lui apprend «ce qu'est ce délire, sous combien de formes il apparaît, quel dieu enfin préside à chacune de ces formes».

Avant de tomber dans le corps, notre âme vivait au ciel où elle se nourrissait et jouissait, ainsi que le dit Socrate dans le *Phèdre*, de la contemplation de la Vérité, de Dieu. Mais comme, «selon Mercure Trismégiste, le plus sage des Egyptiens», Dieu est le foyer suprême et la lumière (ou le Soleil) où brillent les modèles de toutes choses, c'est-à-dire les Idées, l'âme qui contemple assidûment l'intelligence divine, perçoit par suite plus clairement l'essence de chaque chose.

Notre âme voyait donc la justice en elle-même, dit Platon qu'ici Ficin traduit presqué mot à mot, elle voyait la sagesse, l'harmonie, la beauté, bref, tout ce que Platon appelle soit les Idées, soit la divine essence, et dont ce nourrit avec félicité l'intelligence humaine, tant qu'elle habite le céleste séjour. Mais, une fois pressée par le souci

¹ Ficini, Opera. Tome 1, p. 598.

et l'appétit des choses terrestres, l'âme qui jadis se nourrissait de nectar et d'ambroisie, c'est-à-dire de la vue de Dieu et de la parfaite jouissance que cette vue procure, descendant maintenant sans arrêt, puise au fleuve Léthé et oublie les essences divines. Et jamais plus elle ne revolera vers le ciel si elle ne les remémore à l'aide de la justice et de la Sagesse: car c'est par ces deux ailes que l'âme peut remonter au séjour d'en-haut. Mais, comme le dit Platon dans le *Phèdre*, seule l'âme du philosophe retrouve ses ailes, puisque seul il pratique les deux vertus actives et contemplatives de justice et de sagesse. Et cette âme ne les recouvrera qu'en se séparant du corps, et en tendant d'un violent effort vers Dieu. Cette séparation du corps, cet effort de l'âme, voilà ce que Platon appelle le délire divin. Merveilleux délire ! Il s'empare de nous lorsque, entendant des sons harmonieux, ou considérant un beau corps, il nous ressouvent de l'harmonie, de la beauté essentielles. Pour la sagesse, peu d'hommes la pratiquent, et ce n'est point avec les yeux du corps que nous la connaissons : aussi demeuret-elle cachée au plus grand nombre. Mais qui vient à la découvrir, de quel amour admirable, sublime, ne sera-t-il transporté !

Ainsi la beauté, l'harmonie que perçoivent les sens rappellent à notre âme cette autre beauté, cette autre harmonie dont nous jouissons autrefois. A ce souvenir, l'âme s'enflamme, ses ailes poussent, et purifiée des souillures du corps, mue par la fureur divine, elle se retrouve en face de la vraie, de l'intelligible beauté et se porte vers celle-ci avec une ardeur ineffable. C'est l'amour divin, et Platon le définit ainsi: le désir de contempler de nouveau la beauté divine. Au vrai, cette beauté n'est pas la seule à quoi doive aspirer l'homme ravi par le délire divin: il lui faut désirer aussi celle qui s'offre à sa vue sur la terre: car il est établi que qui aime un objet aime tout ce qui ressemble à cet objet. Mais si vous vous bornez à convoiter cette beauté terrestre qui n'est que l'ombre de la divine, ce n'est plus l'amour qui vous embrase alors, mais une volupté lascive et insolente qui vous fait mourir en vous-même et met votre vie dans la dépendance de l'objet aimé. Triste passion: l'homme erre dans une prison ténébreuse; tout ce qui est haut et beau lui est désormais inaccessible. Au contraire, le délire divin qui, ravissant l'homme, le fait mourir en lui et vivre en Dieu, l'amour de Dieu en qui résident la beauté suprême, l'harmonie parfaite, voilà le but du philosophe et l'ambition du vrai sage.

Lorsqu'on témoigne de ces sentiments à vingt-quatre ans, il est permis de les croire sincères et qu'ils dureront toujours. Ce ne sont point ici conseils de vieillard fatigué: un jeune homme parle, un

jeune homme expose cette théorie de l'amour divin en quoi se résout tout véritable amour, un jeune homme condamne et flétrit la volupté. C'est la meilleure preuve que Ficin exprime vraiment ici le fonds intime de son être.

Ces dispositions ne s'affaiblirent pas. Bien plutôt, elles se fortifièrent avec le temps et finirent par former tout un système philosophique, comme dans ce *Commentaire sur le Banquet* que nous étudierons plus loin.

Pourtant, tel son maître et son dieu, Platon, il se plaisait aussi à parler de l'amour : et volontiers il le louait. Mais il s'agit alors du véritable amour, grâce auquel le foyer de la Beauté se révèle à l'amant par la vue du corps de l'aimé, et non de l'«amour vulgaire», qu'il définit dans son *Commentaire* comme une maladie du sang, comme une sorte de fascination maligne qui précipite les amants dans les bras l'un de l'autre pour confondre et mêler leurs chairs¹.

Même, sévère à soi, il était indulgent aux autres, et bienveillant. Les jeunes hommes ses amis lui contaient leurs amours², se plaignaient devant lui des rigueurs de leurs maîtresses, et il les consolait.

Mais lui ne changea point. Telle était sa pensée à l'âge de vingt-quatre ans, en 1457, telle elle est encore en 1467 à trente-quatre ans quand il écrit le *Commentaire sur le Banquet*: telle elle demeure jusqu'à sa mort. Dans le *De Vita Sana* terminé en 1489, à cinquante-six ans, où Ficin se montre tout ensemble philosophe et médecin, après avoir dit que les hommes sont exposés sur le chemin de la vérité à plusieurs monstres qui les arrêtent, il a joute ces curieuses paroles : «Le premier monstre est l'acte Vénérien, mesmement (=surtout) s'il excede tant soit peu les forces naturelles, car tout soudain il épouse les esprits, principalement les plus subtils, débile le cerveau, et endommage l'estomac et les parties nobles, qui est le mal le plus contraire qui puisse arriver à l'entendement. Pourquoy, je vous pry, a jugé Hippocrate l'acte vénérien estre semblable au mal caduc ? Sinon d'autant qu'il estonne la Pensée, qui est sacrée, et lui porte telle nuisance, qu'Avicen a dit au livre des Animaux... En somme la Nature n'a élongné nul des sens plus loing de l'intelligence que le sens du touchemen»³.

Toujours il condamna la volupté, et toujours il se plut à dissenser sur l'amour : «in libidinem nequaquam proclivis, in amorem tamen

¹ In *Convivium Platonis de amore Commentarium*, oratio vii, cap. iii-vi.

² Voir les poésies de Naldo Naldi dédiées à Ficin.

³ *Les trois livres de la Vie*, Paris, 1581, Livre I, ch. vii, f. 11 v.^o.

non secus ac Socrates rapiebatur, moreque Socratico de amore in auditorum suorum frequentia colloqui solitus ac disceptare» (Corsi, p. 335). C'est ce dont témoigne une lettre qu'il faut dater de Novembre ou de Décembre 1490, adressée à Paulantonius Soderinus, «Vir elegans». Il y fait part à son ami d'une conversation tenue dans la «Mammola»⁴. C'était un joyeux cercle, formé vers cette époque par des jeunes gens élégants qui voulaient chasser les soucis: «Coetus civium quorundam elegantium et optantium tranquillitatem, nomine «Mammola» (Lettre à Bernardo Oricellai). Ficin en était roi et seigneur déclaré. Or, Laurent de Médicis ayant soutenu qu'il n'y fallait point admettre les amants, parce qu'ils sont affligés de la plus lourde inquiétude: au contraire, répond Ficin, il faut les y admettre, car ce tourment les a délivrés de toutes les préoccupations ordinaires de la vie. Et quel est-il, en réalité, pour le véritable amant? Divin: «non humana jam curat, sed divina». Ce qu'il veut trouver, c'est la beauté divine, dont la beauté terrestre qu'il a vue n'est que le reflet. Il ne s'en aperçoit pas tout d'abord, et c'est pourquoi il souffre. Mais cette souffrance n'est pas humaine; et la «Mammola» ne bannissant que ces dernières, doit admettre un tel amant.

Je pourrais citer bien des textes qui nous révéleraient Ficin toujours attaché au même culte: telle cette lettre² envoyée à la fin de l'année 1477 et où il dit entre autres choses: «Verus piusque Amator res creatas non ob aliam causam diligit, nisi quia creatoris Dei quem amat, vel imagines sunt, vel umbrae, et quanto similiores apparent, tanto magis admiratur et laudat, simillimae vero divinae mentis sunt mentes Deo prae ceteris dedicatae...». Mais il est temps d'en venir à l'ouvrage qui, pour la philosophie de l'amour, domine tous les autres: le *Commentaire sur le Banquet*.

Il l'écrivit une première fois en 1467, sous l'inspiration de Giovanni Cavalcanti: «Commentaria in Amorem scripsit, ad quem librum componendum Joannes Cavalcantes, vir Patricius ac Marsilio cum primis carus, adhortatus est». (Corsi, p. 309). Renseignement que confirme une lettre de Ficin autographiée sur un feuillet de garde d'un manuscrit contenant le *Commentarium Marsilii Ficini Florentini in convivium Platonis de amore*.

«Marsilius Ficinus Joanni Cavalcanti amico unico εὗ πράττειν —. Jampridem, suavissime mi Joannes, esse amorem, ac mundi totius habere claves ab orpheo, deinde quid sit amor et quantus a platone didiceram. Quam vero vim deus hic et potentiam habeat, annos me

¹ Ficini, *Opera*, Tome I, page 944.

² Lettre à Hermolaus Barbarus.

quatuor et triginta latuerat, donec jam divus quidam heros, oculis mihi celestibus annuens miro quodam nectu, quanto sit amoris potentia, demonstraret. Hinc igitur res amatorias abunde, ut mihi quidem videbar, edoctus hunc de amore librum composui: quem, manu mea Scriptum, tibi potissimum dedicare constitui, ut, que tua sunt, tibi reddam. Vale»¹.

Depuis dix ans, Ficin se trouvait dans un état de tristesse et de dépression. Un combat se livrait en lui entre ses convictions philosophiques et son sentiment religieux. Et parce que raison et foi étaient chez lui également sincères, il souffrait. C'est alors, dit son biographe, Corsi, que Cavalcanti le poussa à composer le *Commentaire* «eo consilio, ut eodem tempore et dolori obyiam iret, et variae pulchritudinis amatores ad immortalem pulchritudinem revocaret». Sans doute, en essayant de guérir les autres, Ficin se guérit-il lui-même. L'accord se fit dans son âme quand il eut compris et suivi cette grande loi d'amour qu'enseigne le «Banquet».

Ses ouvrages, depuis cette date, reflètent une pensée sereine, un cœur non troublé.

Ficin écrivit une seconde fois le *Commentaire sur le Banquet* en 1475 sur la demande de Laurent de Médicis, comme le prouvent ces mots: «Io per rimedio de' Latini il libro de Platone di greca lingua in latina tradussi, et confortato dal nostro Magnifico Lorenzo de' Medici, i misterii, che in detto libro erano più difficili comentai» (Préface de la traduction italienne du *Commentaire*²), et à l'occasion du banquet platonicien tenu à Careggi, le 7 Novembre 1474. C'est à cette seconde rédaction, diminuée de la vie de Platon, de son horoscope et du résumé de sa philosophie, qui précédaient la première, qu'on se reporta désormais. Traduite en Italien par Ficin elle le fut en français, incomplètement d'abord, et sans aveu, par Champier (1503) et Gilles Corrozet (1542), puis, dans son entier, par J. de la Haye (1546) et Guy Le Fèvre de la Boderie (1578). Ces traductions, la dernière surtout, sont en général fort exactes: l'ayant eue longtemps en ma possession, je suis celle de Le Fèvre de la Boderie.

Une épître de Marsile Ficin «à Bernard del Nero et Antonio Manetti, ses très chers amis», au commencement du traité, expose le but qu'il s'est assigné en l'écrivant: «tous continuellement nous aymons en quelque manière, et presque tous nous aymons mal: et

¹ Ce manuscrit est le Laurenziano Stroziano XCVIII.

² Faite par Ficin lui-même et publiée par Cosino Bartoli sous le titre *Marsilio Ficino sopra lo amore over convito di Platone*. Florence 1544.

J'ai eu en main une autre traduction indiquée dans la Bibl. gén. (ch. I, b).

d'autant que plus nous aymons, d'autant pis nous aymons». Ficin veut donc nous enseigner le véritable amour, l'amour divin. Dans cette noble tâche, il n'est d'ailleurs point seul. «L'amour souverain de la Providence divine pour nous réduire à la droicte voye par nous délaissée et oubliée, ja dès le siècle antique inspire en la Grèce une très chaste Dame nommée Diotime, prestresse Payenne: laquelle comme inspirée de Dieu, trouvant le Philosophe Socrate sur tout addonné à l'amour, luy déclara quelle chose c'estoit que cet ardent desir, et par quelle voye aussi nous pouvions tomber au souverain mal, et par quelle voye aussi nous pouvions monter au bien suprême. Socrate révéla ce sacré mystere à nostre Platon. Platon, philosophe, sur tous autres excellant en piété et religion soudain en composa un livre pour le remède des Grecs». Et Ficin, «pour le remède des Latins», c'est-à-dire des humanistes, ses contemporains, a traduit le livre du grec en latin, puis en a commenté «les mystères les plus difficiles». Mais il ne s'arrête point là: se souvenant du mot de Laurent de Medicis qui pense, avec Platon, «qu'un bien est d'autant plus grand qu'il est plus communicable et plus universel, comme est par nature celui qu'on appelle souverain bien «(ogni bene essere tanto migliore quanto è più communicabile ed universale come è di natura sua quella che si chiama sommo bene)»¹, «a fin donc que ceste salutifere manne envoyee du ciel à Diotime soit plus commune et facile à plus de personnes», il a traduit de latin en toscan «les dicti mystères platoniques».

Et l'épître se termine par une prière, noble et grave, peu surprenante d'ailleurs sous la plume de ce philosophe qui voyait dans le *Banquet* un oracle prophétique et dans Platon un précurseur: «Le S. Esprit amour divin, lequel inspira Diotime, nous illumine l'entendement et embrase la volonté, de sorte que nous l'aymions en toutes ses oeuvres «belles», et depuis (=ensuite) que nous aymions ses oeuvres en luy, et jouyssions infiniment de son infinie beauté».

La Préface nous offre un tableau charmant. Et c'est un plaisir que de la lire dans ce style naïf et simple du vieux traducteur. Pour commémorer la naissance et la mort de Platon, qui, «ayant accompli le 81. an de son âge, le 7 de novembre, auquel jour il estoit né, seant à table, les viandes estant levées, finit sa vie», Laurent de Médicis, à l'exemple des néo-platoniciens Plotin et Porphyre, a convié en un banquet neuf «Platoniques». Ils sont là, réunis dans la belle maison de Careggi où Laurent les reçoit «avec royal appareil», M. Antoine

¹ Commento di Lorenz de' Medici sopra alcuni de' suoi sonetti, éd. de Venise, 1554, f. 117.

de Gli Agli, évêque de Fiesole, M. Ficin médecine, père du philosophe, le vieux maître Cristoforo Landino, auteur des *Camaldulenses disputationes*¹, Bernardo Nuti *Rhetoricien*, Tommaso Benci qui a rendu en toscan Mercure Trismegiste et le *Pimandre*, traduits par Marsile du grec en latin, Giovanni Cavalcanti «nostre familier, lequel pour la vertu de son coeur et pour sa très noble apparence estoit des conviez nommé Héros», les deux frères Carlo et Cristoforo Marsuppini. Enfin, l'organisateur du banquet Francesco Bandini — «le maystre d'hostel Françoys de Baude», dit curieusement J. de la Haye —, homme excellent pour l'esprit et la magnificence («vir ingenio magnificantiaque excellens»²), voulut que Marsile Ficin fût le neuvième, pour parfaire le nombre des Muses. «Et lorsque les viandes furent levees, Bernard Nuti print le livre de Platon qui est intitulé le *Banquet d'amour*, et d'iceluy Banquet leut toutes les oraisons, lesquelles leues, il pria tous les autres conviez, que chascun en voulust exposer une». Cavalcanti commentera donc les discours de Phèdre et de Pausanias; Landino celui d'Aristophane; Carlo Marsuppini, celui d'Agathon; Tomasso Benci, celui de Socrate; Cristoforo Marsuppini, celui d'Alcibiade.

Spectacle peu commun! Après un repas somptueux, ces hommes n'ont point de gais propos: non, avec une ferveur religieuse, ils s'initient aux mystères platoniques et, «frères de Platon», pieusement gravissent l'échelle d'amour. Il faut les suivre, et des paroles de chacun dégager la pensée unique de Ficin qui les met en scène.

«L'amour est dit estre digne d'admiration, parce que chascun ayme la chose, de la beauté de laquelle il s'esmerveille» (f. 2 v.^o). L'amour est donc attiré par la beauté: «Quand nous disons amour, entendez le desir de Beauté» (f. 8 v.^o). Or, qu'est-ce que la Beauté? «C'est une certaine grâce, laquelle principallement et le plus souvent naist de la correspondance de plusieurs choses» (f. 8 v.^o). Correspondance de plusieurs vertus, c'est la beauté de l'âme; correspondance de plusieurs couleurs et lignes, c'est la beauté des corps; correspondance de plusieurs voix, c'est la beauté des sons. Et la première beauté ne se connaît qu'avec l'entendement, la seconde avec les yeux, la troisième avec les oreilles. Ainsi l'entendement, la vue et l'ouïe sont-ils «les choses avec lesquelles seules nous pouvons jouyr d'icelle Beauté». Cependant, l'amour, a-t-on vu, n'est rien d'autre que le désir de jouir de la beauté: c'est là son unique but, sa seule fin. Mais comme il ne la peut connaître que par la pensée, la

¹ Paris, 1511.

² Ficin, *Epist.*, l. 657.

vue et l'ouïe, ces trois instruments de connaissance suffisent par suite à l'amour: «il s'y borne et termine».

L'on aperçoit dès maintenant la conséquence de ces principes qui aura une si grande importance dans la conception de l'amour au XVI^e siècle. L'amour n'a pas besoin de «flairer, de gouster ou de toucher, attendu que tels sens ne sont autre chose qu'odeurs, saveurs, chauld et froid, mol et dur», simples formes, sans correspondance, inconnus d'ailleurs et qui n'ont point trait à la Beauté. «Et ainsi l'appétit qui suit ces sens non Amour, mais plustost se nomme désir libidineux ou rage». Voilà la source philosophique de ce chaste amour, de cette «vraie et parfait amitié» dont Marguerite de Navarre, Heroet et Scève se feront bientôt les adeptes et les défenseurs.

Il y a plus. La beauté est correspondance, c'est-à-dire ordre, harmonie. Elle suppose une mesure, un ajustement des parties à l'ensemble et de toutes les parties entre elles. Soumise à une règle sûre, «elle est une certaine tempérance: et s'ensuite que l'Amour n'appete autres choses, sinon celles qui sont tempérées, modestes (=mesurées) et honnables. Ainsi les plaisirs du goust et du touchemen qui sont volupté, c'est à dire plaisirs tant vehements et furieux qu'ils chassent l'entendement de son propre estat et repos, et pertroublent l'homme, tant s'en faut que l'Amour les desire, que plustost il les a en abomination: et les fuit, comme choses qui par leur intempérance sont contraires à la Beauté. La rage venerienne, c'est à scavoir la luxure, tire les hommes à l'intempérance, et par conséquent à la non-correspondance. Ce qui par semblable semble tirer à la deformité, c'est-à-dire à laideur et deshonesteté, et amour à la Beauté. La deformité et la beauté sont contraires. Donques ces mouvemens qui nous ravissent à la deformité et à la beauté apparoissent aussi estre entre eux contraires. A ceste cause l'appétit de l'embrasement et l'Amour, non seulement ne sont pas mesmes mouvemens: mais aussi se demonstrent estre contraires» (f. 9 v.^o et 10 r^o).

Mais, par là-même, s'il faut condamner la volupté et l'éviter, l'on doit aussi rechercher l'Amour: car, «tout Amour est honnête, et tout Amoureux est juste, parce que tout Amour est beau et bien-sant, et ayme proprement les choses qui lui sont semblables», c'est-à-dire belles et bienséantes. Noble idée, et qui se retrouve également dans toute la poésie du début de la Renaissance, chez Heroet et Marguerite de Navarre en particulier. Qu'on se rappelle au commencement du Troisième livre de la *Parfaicte Amye*, avec quelle sûre hardiesse cette jeune femme vante l'Amour (vers 1171 à 1177):

Dames, icy ne trouvez point estrange
Me veoir entrer en si haulte louange.

Ce serait peu qu'il¹ fust cause de l'estre,
Si ne vouliez pas mes raisons congoistre
Que c'est luy seul, qui le bien nous delivre (= donne)
Et qui nous faict tous heureusement vivre.

Mais rien n'approche de l'enthousiasme, de l'exaltation quasi mystique de Marguerite de Navarre. L'admirable effusion lyrique de sa bergère, à la fin de la «Comedie de la Mondaine, la Superstitieuse, la Sage, et la Raine de l'Amour de Dieu, bergère» :

O doux Amour au doux regard,
Qui me transperse de ton dar(d) !
O l'ignoré !...

et parmi ses *Chansons spirituelles*, celle qui débute ainsi :

O bergère, ma mye,
Je ne vis que d'amours;
Vray amour est ma vie,
Qui d'aymer me convie...²

sont le poétique commentaire de ces mots de Marsile Ficin.

Il ne faut d'ailleurs croire que ce chaste amour soit déjà purement de l'amour divin. Tout ce que j'ai exposé jusqu'ici de la doctrine ficinienne ne se rapporte qu'à l'amour humain, mais à l'amour tel que l'entend Ficin, non à la volupté. Pour cet amour de la beauté des corps, nul dédain chez le philosophe italien ou ses disciples. Et comment le mépriserait-il en effet puisque ce désir n'est que le premier degré d'une échelle merveilleuse qui, offrant à l'amant, d'échelon en échelon, des objets d'une qualité toujours plus noble, l'amène peu à peu à la jouissance de l'immuable et divine beauté?

Cette dialectique repose sur l'un des principes les plus intéressants de la philosophie platonicienne et de la pensée grecque tout entière : l'identification du beau et du bien³. Καλοκἀγαθός : Beau et bon. Quel type de vie supérieure une telle expression n'indique-t-elle pas ? L'homme beau parce qu'il est bon, forcément bon s'il est beau : et cette identification gardant, chez les Athéniens, un sens non point seulement philosophique, mais concret ; l'esthétique et l'éthique se rejoignant pour former l'idéal le mieux capable d'exalter l'homme

¹ L'amour.

² *Dernières poésies*. Ed. Abel Lefranc, P. 116 et 323.

³ N'est-il pas bien remarquable que le mot Καλοκἀγαθός (= beau et bon) qui revient si souvent chez Platon, n'existe que dans la langue grecque. «Honestus», en latin, n'a point la même richesse de sens.

et de l'élever : voilà qui, malgré les discordes, l'égoïsme, la cruauté des Grecs, leur assurera toujours notre admiration.

Ficin a bien compris ce principe de Platon. Il le formule à plusieurs reprises, et dans des termes décisifs. «Le mal de l'homme, dit-il (f. 7 v^o et 8 r^o), est ce qui est déshonnête, et ce qui est son bien est ce qui est honnête⁴». L'amour éloigne les hommes du mal «parce qu'il met en arrière la vergogne des choses laides». Et plus loin : «Nous ne voyons point l'âme, et pourtant (=par suite) nous ne voyons pas sa beauté : mais nous voyons le corps qui est image et ombre de l'âme, de sorte que tirant conjecture de cette image, nous estimons qu'en un beau corps soit une âme belle : et de là vient que nous enseignons plus volontiers aux plus beaux» (f. 132 v^o).

L'amour est donc, selon Ficin, le désir d'une certaine correspondance, qui est la beauté, «splendeur laquelle ravit à soy l'âme humaine : la Beauté du corps n'est autre chose que splendeur en l'ornement des couleurs et lignes ; la Beauté de l'âme est une lueur en la consonnance des sciences et coutumes». Quel est l'auteur de cette correspondance, d'où vient cette splendeur qui illumine l'âme et le corps ?

Le Chapitre V de l'*Oraison seconde* : «Comme la beauté de Dieu resplendit partout» nous l'apprendra. Car c'est bien à Dieu qu'il faut remonter pour nous trouver à la source même de l'universelle beauté. «La Beauté est un certain acte, ou bien rayon», qui, émanant du soleil divin, va partout répandre sa lumière. S'inspirant ici de Plotin et lui empruntant même ses images, Ficin nous montre la marche de ce rayon. Emané de Dieu, il pénètre d'abord en la «Pensée angélique (le Λόγος = intelligence divine de Plotin), puis en l'Ame de l'univers et aux autres âmes, tiercement en la nature : quartement en la matière des corps». Et il «orne d'Idées la Pensée, emplit l'Ame des Raisons, fortifie la nature des semences : vest la matière de corps». Tout comme la lumière du soleil nous permet de voir les corps et, suivant le mot de Ficin, les crée en quelque sorte à nos yeux : ainsi le rayon de la Beauté divine, source de l'humaine beauté, nous fait connaître cette dernière, et nous incite à l'aimer. Voilà pourquoi l'Amoureux, ne désirant point la volupté qui «per trouble l'homme et le tire à la laideur», mais «la magesté supernelle qui reluit dans les corps», bien loin de vouloir toucher le beau corps de l'Amie, s'émerveille à son aspect, la craint et la révère, «comme une statue de Dieu».

⁴ «Honnête» au XVI^e siècle a encore un sens tout voisin de «honestus» : beau au propre et au figuré.

Or Dieu n'est pas seulement beau, il est bon. En son unité, en sa simplicité suprêmes, beau et bien s'unissent et se confondent d'une manière ineffable. «Fontaine pérennelle» de la Beauté, Dieu l'est aussi du Bien. Ainsi la lueur de divine beauté qui pénètre jusqu'au corps humain, jaillissant de la source même du bien, est une lueur de divine bonté. C'est parce qu'il est bon que Dieu répand sa beauté sur toutes choses: mais cette beauté qu'il fait relier dans le corps n'est que le signe d'une autre beauté, la beauté de l'âme. Et le même rayon qui éclaire l'âme et l'emplit de bonté illumine aussi le corps et le revêt de beauté. Car «en toutes choses la perfection de dedans produit la perfection de dehors. Et celle la nommons-nous Bonté; celle-cy Beauté. Pour laquelle chose nous voulons que la Beauté soit la fleur de la Bonté. Et par attraits et allechemens de ceste fleur quasi comme par une certaine amorce, la Bonté qui est dedans cachée attrait et alleche les circonstans. Mais parce que la cognissance de nostre entendement prend et emprunte son origine des sens: nous n'entendrions ni n'appeterions jamais la Bonté dedans les choses cachees, si nous n'estions à icelle conduits par les indices et marques de la Beauté extérieure. Et en cecy apparoist l'admirable utilité de la Beauté, et de l'amour, qui est son compagnon» (f. 61 v.^o et 62 r.^o).

D'après ces textes très clairs, nous pouvons comprendre dès maintenant le rôle de cette dialectique de l'amour: «la Beauté qui est fleur de Bonté, ainsi qu'elle naist du bien, aussi elle remene au bien les Amants». Et comme ce rayon qui illumine les hommes et les rend bons et beaux émane de Dieu, c'est Dieu même que par lui nous voyons et que nous aimons. Ainsi Dieu, nous incitant à aimer les beaux corps qu'il a créés, nous ravit à lui et nous fait participer à sa perfection infinie. Tout inspiré des mystiques alexandrins et de Denys l'Aréopagite, Ficin leur emprunt ici la fameuse image du cercle: «Si Dieu ravit le monde, et le monde est ravy de luy, il y a un certain continual attrait entre Dieu et le monde, qui commence de Dieu, et passe par le monde, et finalement se termine en Dieu, et comme par une certain cercle retourne d'où il est party. Si que c'est un seul et mesme Cercle que celuy de Dieu au monde, et du monde à Dieu, et se nomme en trois manieres. Entant qu'il commence en Dieu, et qu'il attrait, Beauté: entant qu'il passe au monde, et qu'il ravit: Amour: entant que pendant qu'il retourne à l'Auteur, il se conjoint ses oeuvres, Delectation. L'Amour doncques, commençant de la Beauté, finit en Delectation... Et est nécessaire que l'Amour soit bon, comme ainsi soit que luy né du Bien s'en retourne au Bien» (f. 14 v.^o).

C'est, à peine transformée, la théorie de la conversion en Dieu chère aux néo-platoniciens : «Souverain auteur, Dieu premièrement crée toutes les choses, secondelement les ravit à soi, tiercement leur donne perfection. Dieu est donc commencement, milieu et fin».

Mais si c'est par degrés que la lueur de Dieu illustre les corps, puisqu'elle pénètre auparavant l'Ange et l'Âme, c'est graduellement aussi et en repassant par les mêmes termes qu'après avoir provoqué en nous l'amour des beaux corps, elle nous ramène à son origine et, d'échelon en échelon, nous conduit à l'immortelle Beauté. Marsile Ficin nous l'expose dans les derniers chapitres de l'*Oraison VI* où se trouve résumé tout le progrès de cette conversion en Dieu.

Nul corps n'est entièrement beau. Parce qu'«ou bien il est beau en une partie, et laid en l'autre; ou bien il est aujourd'hui beau, et une autre fois laid; ou vrayement il paroit beau aux yeux de l'un, et semble laid aux yeux de l'autre. Donc aux corps n'est point la première, vraye et souveraine Beauté». Cette beauté extérieure n'est que la fleur d'une semence plus riche, d'une beauté plus pure: la beauté de l'âme. Ainsi l'Amant, à la vue d'une belle personne, s'émerveille, la craint et la révère: il l'aime. Mais les yeux de son âme reconnaissent bientôt la nature véritable de ce rayon qui l'illumine et qui l'embrace: et s'élevant de la beauté du dehors à celle du dedans, il aime l'âme de son amie, sa Bonté.

La Beauté extérieure est éparsée, composée, imparfaite; l'intérieure Beauté entière, simple, parfaite. Celle-là n'est qu'une «surface par dehors un peu de couleur», et qui l'aime n'aime qu'un songe, une vaine imagination. Celle-ci est réelle et ne trompe point: elle est vérité. Aussi bien le simple ne peut-il naître du composé, l'un du multiple, le spirituel du corporel: la beauté du corps, simple et spirituelle, qui ne peut dépendre d'elle-même, puisqu'«elle gist en autrui», ne dépendra pas non plus du corps, composé et matériel. Il faut, par suite, qu'elle dépende «d'un Artisan et ouvrier un et incorporel»: cet artisan est l'âme. Que l'Amant s'attache donc à l'âme de l'amie, et qu'il en aime la beauté.

C'est en effet parce que son âme est belle que le corps de l'amie est beau: et c'est à la beauté de son âme que doit nous conduire l'amour provoqué en nous par son beau corps.

L'Amant a gravi le premier échelon. Il connaît maintenant la Beauté intérieure dont l'extérieur n'était que l'indice. Comment s'elevera-t-il au degré suivant, à cette Pensée Angélique (le Λόγος de Plotin) qui l'approchera tout près de Dieu ?

La beauté de l'âme est «invisible lumière», et cette lumière, émanée de Dieu, est vérité. Mais, «par ses divers effects, elle

acquiert divers noms de vertu». Il y a les trois vertus morales: Justice, Force et Tempérance, et les trois vertus intellectuelles: Sagesse, Science et Prudence¹. Et si les premières sont inférieures aux dernières, et doivent nous guider à celles-ci, «elles se nomment toutes belles, parce qu'en toutes est la lumière de vérité». L'Amant aimera donc ardemment «cette lumière, comme supreme Beauté de l'ame». Mais de même que la Beauté du corps, qui est une, se trouve dispersée dans les nombreux membres de ce corps et ne peut par suite en dépendre², de même la lumière de vérité qui est une aussi répandue en plusieurs vertus ne saurait dépendre de ces vertus: elle ne dépend pas non plus d'elle-même, puisqu'«elle gist en autrui»: il est donc besoin que «sur nostre ame soit une sagesse, laquelle ne soit point espandue par diverses doctrines, mais soit unie: et que de son unique vérité naisse la vérité multiple des hommes. Cette unique lumiere de l'unique sagesse est la beauté de l'Ange (Intelligence divine), qu'il faut honorer sur la beauté de l'ame». Ici demeurent les Idées. Ici les âmes qu'embrace l'amour véritable, assises au céleste banquet, goûtent l'ambroisie et le nectar, «c'est à dire viande et liqueur éternelle». «L'envie est au loing bannie de ceste compagnie divine (Φθόνος γὰρ ἔξω θείου χοροῦ ἥσταται — cfr. *Phèdre*, p. 247-B). Parce qu'estant la plus joyeuse et agréable chose qui soit, que posséder la chose aimée, chacun possédant ce qu'il aime vit content et assouvy». Ici enfin les amants se contemplent éternellement l'un l'autre, dans toute leur pureté, dans toute leur beauté, jouissent d'une délectation sans bornes. Merveilleux royaume, que l'âme doit s'efforcer d'atteindre avant de connaître la Beauté infinie, face à face avec Dieu.

Car elle n'a pas gagné encore le sommet de l'échelle: il reste un dernier échelon. Au-dessus de cette lumière angélique qui, une, resplendit en des Idées multiples, «il est besoin que soit icelle unité, laquelle est origine de tout nombre. A ceste cause il est nécessaire que la susdite lumière angélique sorte et émane³ de l'unique principe de l'univers lequel se nomme la Mesme Unité». Et cette unité «en tout tres-simple» est la Beauté infinie. Elle est supérieure au corps, à l'âme et à l'Ange, puisqu'«elle n'est point souillée des ordures de la matière», ni distribuée en une multitude de vertus ou d'Idées. «Entièrement pure et franche de toute condition», l'infinie

¹ L'on reconnaît sans peine la classification aristotélicienne des vertus éthiques et des vertus dianoétiques.

² D'après ce même principe que l'un ne peut naître du multiple.

³ Terme bien plotinien.

Beauté requiert aussi un amour infini. Nous n'aimions l'amie que pour la lueur céleste répandue sur son corps et dans son âme. Voici maintenant le soleil même d'où partaient ces rayons. Ce n'est plus l'ombre ni l'image de Dieu, c'est Dieu même que nous voyons. Et si, à mesure que nous nous élevions sur l'échelle d'amour, nous nous embrasions davantage, de quelle flamme ne devons-nous être enflammés et consumés à présent que nous nous trouvons à la propre source de l'amour !

Nous n'aimions pas les choses pour les choses, mais Dieu en elles : désormais, c'est en Dieu que nous les aimons, car il est «tout en tous», comme dira plus tard Marguerite de Navarre, et toutes choses sont en lui. Et, «finalement, quiconque se donne du tout (= tout à fait) à Dieu avecques charité, il se regaigne en iceluy». Ainsi, dans une fusion intime et singulière, nous aimons à la foi Dieu, l'amie et nous-même. Et cette extase n'a point de fin.

«O admirable magnificence de ce dieu Amour ! O Benignité de luy sans comparaison aucune ! Les autres esprits célestes finalement après longue recherche à peine se monstrerent un peu à nous. Mais l'Amour se fait à nous présent premierement que nous venions à le chercher. Parquoy, mes amis, adorons de telle sorte ce divin Amour, lequel nous est si bening et favorable, que nous venerions la Sapience, et avecques admiration craignions la Puissance. Afin que moyennant l'Amour, nous ayons toute la Divinité propice et secourable. Et l'aymant toute avec affection d'Amour, par amour aussi nous puissions jouyr d'icelle toute» (f. 189 r^o et v^o).

Ainsi prend fin le *Commentaire* de Marsile Ficin et l'exposé de sa dialectique amoureuse. Le ton même de cette prière en prouve la sincérité. Et l'on comprend qu'il ait pu y avoir, à cette époque, une religion de l'amour dont la portée fut grande. La religion chrétienne qui est avant tout et dans son principe propre effusion mystique, se trouvait alors desséchée par l'abus de la philosophie scolastique, souillée par la vie scandaleuse de ses ministres. Il fallait la régénérer, la purifier : c'est l'œuvre que tenta Marsile Ficin. Il lui rendit une vie nouvelle en l'imprégnant du mysticisme de Platon et des Alexandrins, voire de la Kabbale : et, donnant lui-même, comme prêtre, l'exemple d'une conduite sans reproche, il contribua à la remettre en honneur ; mais ce n'était plus, à vrai dire, la même religion. Bien des éléments d'une philosophie panthéiste y avaient été mêlés que le catholicisme ne pouvait admettre et qu'il rejeta. Telle quelle cependant, la religion de l'amour exerça sur la pensée de la Renaissance une influence très réelle que révèle d'ailleurs la littérature du temps. Les premiers humanistes français, Gaguin, Le Fèvre

d'Etaples, Symphorien Champier la connurent. Les poètes s'en inspirèrent. Enfin les mystiques chrétiens la pratiquèrent, et c'est par eux qu'elle se continua jusqu'au XVII^e siècle¹.

Or cette religion nouvelle n'était point absolument éloignée de l'amour courtois dont la tradition subsistait encore à la fin du XV^e siècle. Sans doute, là où le Moyen Age n'avait essayé que d'idéaliser et de raffiner l'amour au moyen de «bonnes coutumes», Ficin apporte une philosophie profonde et cohérente. Ce qui n'était que tendance, devient système; mais si différent soit-il du culte médiéval de la femme, le culte platonicien de la Beauté n'en dut pas moins paraître à la société polie qui lisait les troubadours, comme un enrichissement souhaité, un magnifique développement. Ainsi se fit une fusion entre les goûts et les sentiments des seigneurs et des dames et la doctrine ficinienne. Sous la forme ancienne on reconnut dès lors un fond rénové. C'est ce mélange que nous offrent les *Azolains*, le *Courtisan*, *Le Discours des Champs Faëz*; les fines discussions sur l'amour auxquelles se plaisaient déjà les dames de Provence ou Marie de Champagne n'y sont plus seules: de beaux discours les terminent où se reflète la pensée grave et mystique de Ficin.

Cependant, avant de les étudier, il faut dire quelques mots de la psychologie ficinienne que je n'ai pas voulu aborder dans l'exposé de sa dialectique amoureuse pour n'en point retarder la marche. Aussi bien, Bembo, Castiglione et tous les poètes lui empruntent-ils de nombreux traits.

Comme un venin la beauté de l'amie pénètre par l'oeil dans l'âme de l'amant. Elle lui «pertrouble» le sang, et l'enfievre de cette fièvre d'amour qui brûle ou congèle, sèche ou réduit en eau. Mais c'est le moindre de ses effets. Un phénomène étrange, inouï va se produire. Ecoutez plutôt:

«O vous mes amis, je vous prie que... ne vous estonne point ce que Platon disoit d'un certain Amant, duquel le voyant un amoureux dit: «Cest amoureux est une âme en son propre corps morte, et vive au corps d'autrui...». Platon appelle l'amour amer, et non sans cause, par ce que quiconque aime, il meurt en aimant. Et Orfee appelle l'amour une pomme d'amer-doux. Estant l'Amour une mort volontaire, entant qu'il est une mort, c'est chose amere: entant qu'elle

¹ Cf. à ce sujet le très intéressant ouvrage de M. Henri Brémont: *Histoire littéraire du sentiment religieux en France*, Paris, 1916, Tome I, *L'Humanisme dévot, 1580-1660*, en particulier l'étude sur le père Yves de Paris. Nous y voyons que Marsile Ficin était l'un des auteurs préférés de ce mystique, P. 432, n. 2.

est volontaire, elle est douce» (f. 29 r.^o et v.^o)¹. Quelle est donc cette mort de l'amant?

Dès qu'il aime, l'amant ne pense plus à soi, mais à l'amie: et par suite il ne pense plus en soi. Mais alors il n'agit plus en soi-même puisque «la principale action d'Amour est de Penser». Et n'agissant plus en soi, il n'est plus en soi: «parce que ces deux choses, c'est à dire l'estre et l'agir, se recueillent ensemblement. Aucun en effet n'agit là où il n'est point, et quelque part qu'il soit, il agit et opère». Or l'amant, ne pensant plus en soi, n'opère plus en soi: il n'est donc plus en soi. Mais s'il n'est plus en soi, assurément il ne vit plus en soi: or, qui ne vit point en soi est mort, et pourtant (=par conséquent) qui aime est mort».

Ainsi l'amie a tué l'amant: et c'est maintenant de son bon plaisir qu'il dépend de le laisser mort ou de le ressusciter. Ne l'aime-t-elle point en effet? l'amour est-il simple et non réciproque? «L'amant est du tout mort». Il ne vit pas en soi, puisqu'il n'est plus en soi. Il ne peut vivre dans l'air, l'Eau, le Feu, la Terre, ou dans le corps d'un animal sans raison: car «l'ame humaine ne vit point en autre corps que l'humain». Il ne vit pas non plus en quelque autre corps de personne non aimée, parce que «s'il ne vit là ou vehementement il désire vivre, beaucoup moins vivra-il ailleurs». Non, il ne vit nulle part, celui qui aime autrui, et d'autrui n'est aimé. Il est entièrement mort, le «non aimé Amant»: et jamais² il ne ressuscite, «si l'indignation ne le fait ressusciter».

C'est son unique ressource. Et voilà le secret de ces reproches et de ces plaintes que, dans plus d'un dizain, Scève adresse à sa cruelle Délie.

Quand au contraire l'amie répond en amour, l'amoureux vit alors et vit dans l'objet aimé. «Icy chose merveilleuse avient quand deux ensemble s'entr'ayment: cestuy en celuy, et celuy en cestuy vit». L'Amant a donné son âme à l'amie, et celle-ci l'a gardée, parce qu'elle aime: mais en retour elle a donné la sienne. Ainsi l'amant et l'amie se possèdent, se retrouvent, se regagnent l'un dans l'autre. Loin d'eux-mêmes ils sont prochains d'autrui, et morts en eux, en autrui ressuscitent. «Unique est seulement la mort en l'amour réciproque: les Resurrections sont deux, parce que qui ayme, il meurt une fois en soi quand il s'abandonne. Et soudain il resuscite en l'aymé, quand l'aymé le reçoit avecques un penser ardent. Il ressus-

¹ Oraison II, Chap. 8: *Exhortation à l'amour, et dispute de l'amour simple, et mutuel ou réciproque.*

² Cf. Heroet, P. A. I. 390-395.

cite encore quand luy finalement se recognoit en l'aymé, et ne doute point qu'il ne soit aymé. O mort heureuse que deux vies ensuivent ? O merveilleux contract, auquel l'homme se donne pour autrui : et autrui ni soy n'abandonne ! O gaing inestimable quand deux deviennent un en telle manière que chascun des deux pour un seul devient deux : et comme redoublé celuy qui n'avoit qu'une vie, estant entrevenue une mort, a ja deux vies ! »².

Quiconque est aimé doit donc contr'aimer. C'est la grande loi d'amour, et l'on ne peut l'enfreindre sous peine d'être homicide et punissable de mort. Nul d'ailleurs n'en a envie. Car l'amour naît de ressemblance, c'est-à-dire «d'une certaine mesme qualité en plusieurs sujets : «par suite, «la mesme ressemblance, qui me constraint que je vous ayme, vous constraint à m'aymer». En outre, en se donnant à l'aimé, l'amant devient sa chose propre : aussi l'amie a-t-elle cure de l'amant «comme de chose sienne» : «parce qu'à chascun son bien est cher». Enfin, et cette dernière raison joue un grand rôle dans l'oeuvre des poètes, «l'amant engrave la figure de l'aymé en son âme. Donques l'âme de l'amant devient un certain miroir, auquel reluit l'image de l'aymé. Et pourtant (=par suite) quand l'aymé se recognoist en l'amant, il est constraint de l'aymer».

Telle est la psychologie amoureuse de Marsile Ficin : l'on en retrouvera beaucoup de points, et souvent jusqu'aux termes mêmes chez tous ceux qui se sont inspirés du *Commentaire sur le Banquet*.

CHAPITRE III

Les disciples de Marsile Ficin

L'influence de Marsile Ficin s'exerça, en Italie, directement sur Pic de la Mirandole, Bembo et Castiglione, indirectement sur Léon Hébreu et d'une façon curieuse sur Caviceo, l'auteur du *Libro del Peregrino*. Tous ces écrivains ont été lus en France, avec un succès attesté par le nombre d'éditions que leurs livres obtinrent. Ils méritent donc qu'on les connaisse.

A) PIC DE LA MIRANDOLE.

Jean Pic de la Mirandole, le disciple bien-aimé de Ficin, a exposé

¹ F. 31 v.^o et 32 r.^o. Heroet (P. A. I. 136-155) a presque littéralement traduit ce passage.

sa théorie de l'amour dans le *Comento sopra una canzona de amore da Hieronimo Benivieni*¹.

Tout amour, dit-il, est désir de Beauté: l'Amour véritable est un désir intellectuel de la Beauté Idéale, Or cette Beauté, comme toutes les Idées, a sa cause et son origine en Dieu, et sa forme ainsi que son siège en la Pensée Angélique ($\Lambdaόγος$) où Dieu l'a produite. De là cette Beauté Idéale resplendit sur l'Ame raisonnable qui participe de la Pensée Angélique et qui, ainsi, «quand elle se tourne à sa partie intellectuelle et Angélique, est illuminée d'icelle» et tout embrasée d'amour. L'Ame raisonnable se porte donc vers le foyer de cette lumière qui la pénètre, vers la Pensée angélique et, plus haut encore, vers Dieu: telle est l'origine de l'amour divin.

Mais de l'Ame raisonnable elle-même, la Beauté Idéale, comme un rais de soleil, vient se répandre sur les corps: ainsi naît l'amour humain, désir de s'unir à cette beauté divine qui brille dans les formes corporelles. Et l'amant se trompe quand il croit que l'objet aimé est beau par lui-même et, si l'on veut, essentiellement: cette beauté n'est qu'une émanation de la Bonté divine; elle reflète la beauté de l'âme. «Car, comme dit Plotin, il n'y a jamais eu d'homme à la fois beau et méchant, parce que la beauté répandue dans les corps est le signe de la perfection de l'âme».

Voilà, en résumé, la doctrine de Pic de la Mirandole: elle doit beaucoup à Ficin. Mais Pic s'inspirant bien plus que son maître d'Aristote, des disciples arabes d'Aristote et des philosophes du Moyen Age, l'on trouve aussi dans le *Comento* nombre de distinctions et de subtilités scolastiques qui alourdissent cet ouvrage et rendent obscure la pensée. Tout cela exprimé en un langage abstrait et sec que n'anime point le souffle ardent du *Commentaire sur le Banquet*.

Ce traité néanmoins semble avoir été assez lu. Et sans doute goûtait-on encore, au XVI^e siècle, ces cadres logiques dont la rigueur n'est qu'apparente, ces divisions arbitraires, et cette agaçante manie de tout réduire en syllogisme: car l'influence s'en reconnaît chez Mario Equicola ou Léon Hébreu, et jusque dans un écrit mondain comme les *Azolains* de Bembo.

B) BEMBO.

Les *Azolains* de Pietro Bembo² en prose et en vers, où se trouve dénigré et loué l'amour humain, puis magnifié l'amour divin, ont été

¹ Traduit par Gabriel Chappuys. Paris, Lucas Breyel, 1588.

² Gli Asolani di Messer Pietro Bembo, Venise, 1505. Les Azolains de Mgr. Bembo, Paris, 1545. Traduct. Jehan Martin. (Voir Bibl. Particul., App. II).

composés avant tout, j'insiste là dessus, pour les gens du monde, les jeunes hommes, les dames. L'auteur le déclare lui-même: «J'ose bien dire aux jeunes hommes et dames, qu'il ne perdront leur peine en la lecture de ce petit recueil». Non plus que le *Courtisan* de Castiglione, ce n'est un traité mystique, réservé aux seuls moines ou aux vierges cloîtrées. La pensée ficinienne a pénétré la société polie. Toute une série d'ouvrages purement mondains l'y propage.

Livre mondain, les *Azolains* le sont par la trame même du récit. Comme dans l'*Heptaméron* ou le *Discours des Champs Faëz*, de gentils seigneurs, de nobles damoiselles conversent ensemble. Ils sont ici au nombre de six, trois hommes, le triste Perotino, Gismondo l'Optimiste, Lavinello enfin qui célébrera l'amour divin, et trois dames, Bérénice, la plus âgée et celle que l'on écoute, Sabinette et Lisa, tous d'antique lignée et d'honnêtes manières. Réunis dans le château d'Azolo à la cour de la reine de Chypre, pour fêter les noces d'une jeune demoiselle, ils sont allés, à l'heure où le soleil brûle, deviser sous de frais ombrages, près d'une source. Et parce qu'ils sont jeunes et que les femmes sont jolies, tout naturellement ils parlent d'amour. Rien d'austère, mais un tableau très profane, et qui ne manque pas d'agrément.

Les deux premiers discours (car se sont bien des discours que font Perotino et Gismondo, et presque, hélas! des dissertations) sont assez banals. Celui-là se plaint de l'amour, celui-ci en vante les mérites, et comme ils ne traitent l'un et l'autre que de la passion humaine, ils ont tous deux tort et raison. Lavinello le leur déclare avec quelque mépris; et à ce «faux amour» qui seul les intéresse, il oppose, lui, l'amour véritable et divin. C'est ce dernier discours qui se rapporte à notre étude.

L'on peut déjà pourtant, dans les paroles de Gismondo à la louange d'amour rencontrer quelques souvenirs de la psychologie ficinienne de l'amour. L'on trouve (f. 67 r.^o)¹ la mort de l'amant en soi-même et sa résurrection dans l'âme de l'objet aimé:

«Et en ce point² changerent de maison,
Car le vostre est maintenant en mon corps,
Le mien au vostre, en gracieux accordz:
Et y seront éternelle saison».

L'on reconnaît (f. 70 r.^o) l'apologue d'Aristophane dans le *Banquet*

¹ De la traduct. de Jehan Martin, Bibl. Nat. Rés. Z. 2. 461

² Nos coeurs.

de Platon, tel que l'a rapporté Ficin, et dont la fortune sera si grande au XVI^{ème} siècle et jusque dans le nôtre¹.

«L'amour que nous portons aux femmes, et que semblablement elles nous portent, n'est pas aymer autrui, ains une partie de soy, voire (pour plus ouvertement parler) l'autre moyié de nous mesmes. Et qu'il soit ainsi, n'avez-vous jamais entendu que les hommes au commencement du monde avoyent deux visages, quatre mains, quatre piedz, et tous les autres membres du corps doubles à la similitude des nostres (en comparaison des nôtres)».

On y lit enfin (f. 84 r.^o et 98 v.^o) un éloge de la bonté d'amour et de ses bienfaits analogie aux belles paroles d'Eryximaque dans le *Banquet*².

Mais, dans tout ce discours, comme dans le précédent, sont confondus bien des sortes d'amour: la distinction, essentielle aux yeux de Ficin, du «vray amour» et de l'amour humain n'a point encore été faite. C'est donc par la définition de l'amour que commence Lavinello:

«C'est une opinion toute certaine, et a nous pervenué des escoles plus approuvées des antiques diffinisseurs, que bon amour n'est autre chose que desir de beaulté»; et «beaulté n'est sinon une grace qui provient de proportion, convenance et harmonie des choses». Et de même qu'il y a une beauté du corps, par l'heureuse correspondance des membres entre eux, de même y-a-t-il une beauté de l'âme, lorsque les vertus s'harmonisent: «le bon amour, par suite, est le desir de tele beaulté de courage (=d'âme) et de corps. Et cest amour, continue Lavinello dont les paroles font ici songer au mythe admirable du *Phèdre*, c'est amour bast toujours ou estend ses ailles pour aller a elle (la beauté) comme a son vray object». Mais comme «aucuns de noz sentimens (moyens de sentir, de percevoir) autres que l'oeil, l'oreille et la pensée ne peuvent attindre a la beaulté, tout ce qui est cherché par les amoureux, avec ces sentimens excluz, ne sçauroit estre bon amour, mais inique et reprovable».

Telles sont les paroles de Lavinello: l'on n'a point de peine à y retrouver la pensée et les termes mêmes du *Commentaire de Marseille* Ficin.

¹ Heroet: *L'Androgynie de Platon*, 1536, Ed. Gohier, p. 77; Marg. de Navarre: *Dernières poésies*, Ed. Lefranc, p. 217; Pontus de Thysard: *Erreurs amoureuses*, I, XLVII; J. du Bellay: *Sonnets de l'Honneste Amour*, IV; Louise Labé, Rabelais. Anatole France: *Une histoire comique*.

² Cf. Ficin, *In convivium Platonis Commentarium*, Oratio tercia, Caput. vi «Amor est auctor omnium et servator» et caput iii «Quod sit magister Artium et Gubernator».

Plus loin, le même Lavinello raconte qu'errant dans un bois il a rencontré un saint ermite qui lui a fait connaître la vraie nature et les effets de l'amour¹; et ce dernier discours adressé par l'ermité à Lavinello, forme la conclusion de l'ouvrage. Mais l'auteur s'écarte un peu de la pensée de Ficin pour s'inspirer davantage de Pic de la Mirandole; il lui emprunte notamment sa division scolastique des trois parties de «l'âme intellective: sçavoir est l'entendement, l'intelligence et celle qui provient de ces deux: laquelle nous appellons lumière, image ou vérité», auxquelles correspondent les trois parties de l'«âme volitive: sçavoir est la volonté, le vouloir, et la troysiesme espèce, engendrée des deux premières, laquelle si elle plaist se nomme amour, et si elle desplaist hayne...»².

Il y a là trop de sécheresse et un appareil qui déplaît. Pourtant l'on y reconnaît parfois la pensée de Ficin; même l'on y sent de temps en temps cet accent ému et chaleureux qui nous attire encore au philosophe italien. Et ce traité profane sur l'amour, écrit par un grand personnage et fort mondain, pour les seigneurs et dames ses amis, ce traité qui débutait de façon peu austère, par de légers propos sur un amour humain à peine idéalisé, voici qu'il prend fin sur un grave discours et sur une exhortation à l'amour céleste le plus pur.

Dans ce fait nouveau et remarquable, il faut voir le résultat du mouvement platonicien inauguré par Ficin. Le *Cortegiano* de Castiglione nous en donnera un autre exemple. Mais je ne puis laisser ces Azolains sans citer quelques jolis vers du traducteur Jehan Martin qui, si peu «exercité en la diversité des rymes» qu'il se dise dans sa Préface, manie pourtant l'alexandrin avec assez d'aisance.

Voici le texte italien. Lavinello parle de sa maîtresse qui est ici, puisqu'il s'agit de l'amour véritable, la Beauté:

«Basti mattino et sera
L'alma inchinarle, quanto si convenne;
Et qualche pura scorza
Legnar alhor, che'l grandisio mi sforza,
Del suo bel nome, et le piu fide arene;
Accio che'l mar la chiami,
Et ogni selva la conosca et ami»¹.

¹ Cf. le *Commentaire du Comte Jean Picus Mirandulanus*. Trad. G. Chappuys. Paris, 1588, Livre II, Chap. v «Qu'à diverses natures cognoissantes sont annexées et conjointes diverses natures appetitives».

² Venise, Alde, 1505, f. I. in v.^o et I. III r.^o.

Et voici la traduction de Jehan Martin :

«Il suffira (ce croy-je) au matin et au soir,
L'adorer en esprit et en faire vigile :
Ou bien graver son nom sur escorce de boys,
Ou en sable marin, si desir m'y provoque :
Afin que l'honorant, mer bruye a pleine voix,
Et que toute forest la connoisse et l'invoque».

C) CASTIGLIONE.

Le *Cortegiano* de Baldassare Castiglione parut à Venise, chez Aldo Romano, en 1528. «C'est un dialogue à la manière de Platon», dit M. F. Gohier; et peut-être n'en saurait-on trouver plus juste définition. Pareil en ce point aux *Azolains* de Bembo, le *Courtisan* leur ressemble encore par son caractère de livre mondain, écrit par un noble (Castiglione était comte) pour servir à la société de son temps de bréviaire du savoir-vivre. Nous en avons d'ailleurs la preuve dans l'aveu formel de l'auteur. L'épître qu'il adresse à l'Arioste avec la dédicace de son oeuvre commence ainsi :¹

«Fra me stesso lungamente ho dubitato, Messer Alfonso carissimo, qual di due cose più difficil mi fosse, o il negaroi quello che con tanta instanza, e per parte di un tanto Re più volte mi avete richiesto, o il farlo. Perchè da un canto parecemi durissimò negare alcuna cosa, e massimamente lodevola, a persona ch'io amo sommamente, e da chi sommamente mi conosco esser amato, aggiungendosi il desiderio e comandamento di così alto e virtuoso Principe... Ma penso che l'errore del giudicio mio debba esser compensato con la laude d'avere obbedito alle virtuose voglie del Re Cristianissimo, al quale non obbedire faria grave fallo...».

Puis un long éloge de François I.^{er} et de ses ancêtres. Et Castiglione termine avec ces mots :

«Frattanto se per sorte, Messer Alfonso mio, oi farrà mai trovare il cristianissimo disposto a rilassar l'animo dalli maggiori pensieri, e quasi ad abbassar la mente, e rivolgere gli occhi alle cose terrene, allor non v'incresta pigliar pena di fargli fede, come io, per quanto mi hanno concesso le débil forze mie, sforzato di obbedirlo serivendo quessi libri del Cortegiano, li quali quando io sapre essere par solamente giunti al suo conspetto, crederomeni di questa fatica avere conseguito grandissimo premio».

Et Serrati² met en note «Da questo Proemio si vede, che il conte

¹ Lettere del Conte B. Castiglione. Padoue, 1769, Tome I, p. 181 à 186

² L'éditeur de ces lettres de Castiglione.

s'era indotto al scrivere il suo libro per compiacere al Re di Francia e però si stende alquanto nelle sue lodi»¹.

C'est donc sur l'invitation du roi Très Chrétien que cet ouvrage fut composé. François I.^{er} veut former sa cour: le livre de Castiglione doit offrir aux nobles de France le livre du parfait courtisan.

Il eut un succès considérable: au moins seize éditions italiennes s'en succédèrent, à ma connaissance, de 1528 à 1587, dont une imprimée à Lyon, chez Guillaume Roville, en 1562. Traduit en Français dès 1537, six éditions dans cette langue en parurent jusqu'en 1592 (Voir *Bibliog. partic.*, Append. II). Et je m'arrête au XVI.^{ème} siècle. (À la fin du XVII^e, en 1690, paraissait encore à Paris «Le parfait Courtisan et la Dame de Cour. Traduction nouvelle de l'italien du Comte Balthasar Castiglione [par l'abbé Duhamel].

Savoir le Courtisan, nous dit M. Gohier, était devenu une expression proverbiale (voir la 70^{ème} nouvelle de Bonaventure Despériers). La Boétie ayant reçu d'une dame un exemplaire du *Courtisan* s'écrie (sonnet XII, édit. P. Bonnefon, p. 275):

«O livre bienheureux, mon Maron, mon Horace,
Mon Homer, mon Pindar, ce semble, te font place;
Meshuy d'estre immortel, tu te peus bien venter...»².

En Angleterre même, le *Cortegiano*, traduit l'an 1562 par Sir Thomas Hoby, exerça une grande influence pendant toute la période élisabéthaine, notamment sur Spenser (Cf. *Hymn of Heareny Love* et *Hymn of Heareny Beautie*) et Shakespeare (Cf. *Sonnets*)³.

Or, toute la quatrième partie de cet ouvrage est consacrée à l'exposé presque complet de la doctrine ficienne de l'amour. N'en peut-on conclure que cette religion de l'amour correspond bien alors à l'idéal des seigneurs et des dames: que non seulement elle ne les étonnait point, mais qu'ils y trouvaient, nettement exprimées et réduites en somme, leurs intimes aspirations, les élans de leurs âmes? Oh, certes! je ne m'abuse point: l'on n'était pas trop sage à la cour de François ou de Catherine; mais n'est-ce pas beaucoup déjà que de s'attacher à un idéal très pur? Et qui ne sait que le rêve et la vie rarement s'harmonisent, que l'on peut adorer la céleste Vénus et se livrer à la terrestre en demeurant toujours sincère; que parfois même,

¹ Pour des raisons politiques, l'auteur fit disparaître cette Préface qu'il remplaça par une dédicace à un prélat espagnol, Michel de Silva.

² Ferd. Gohier, Introd. aux œuvres poétiques d'Ant. Heroet, p. xxii.

³ Cf. la remarquable introd. de Walter Raleigh à sa réédition de *The Book of the Courtier*, Londres, 1590.

l'homme est tel, nous n'invoquons celle-là d'un accent si passionné que pour nous délivrer de l'autre qui nous opprime.

La théorie de l'honnête amour est exposée par Pierre Bembo: ce fait est digne d'attention. Et il faut remarquer encore que le discours de Bembo tend à montrer le courtisan vieilli capable, lui aussi, de connaître cet amour. Rappelons-nous, en effet, la fin des *Azolains*, où Lavinello célèbre l'amour véritable; et comment il narre qu'ayant rencontré un vieil ermite, ce dernier lui prouve qu'amour n'est pas désir, et qu'ainsi tout homme, même âgé, peut en savourer les délices. Tel est au juste le propos repris par Bembo dans le *Courtisan*: et l'on se demande alors si Castiglione a lu les *Azolains*. Or, une allusion formelle nous prouve qu'ils les a lus en effet: «En vérité, ma dame, dist messire Pierre, si j'avoye a parler de ceste matiere, il me fauldroit aller en demander conseil a l'ermitte de Lavinello». Et ce n'est donc point sans motif qu'il confie à Bembo la cause de l'honnête amour en le faisant ainsi parler.

Au surplus, Castiglione a connu Bembo. Il l'a rencontré à la cour de Léon X où il séjourne de 1513 à 1516 avec Raphael¹, Michel Ange, Sodolet. C'est à ce moment même, vers 1516, qu'il termine son *Cortegiano*² (publié seulement vers 1528) et, dès 1518, il envoie le manuscrit de cet ouvrage à son ami Bembo, en le priant de lui mander ce qu'il en pense. Liés de la sorte, ces deux hommes, plus d'une fois sans doute, s'entretinrent des mystères de l'amour divin. Mais si leurs livres ont même sujet, — l'origine en est d'ailleurs unique, — Castiglione dépasse Bembo. Sa pensée est plus ample, son éloquence plus vive: il persuade mieux. Et c'est, je crois, qu'il a mieux compris et plus fidèlement suivi le système de Ficin, leur maître à tous. Voyons donc ce petit discours dont Bembo (dans le *Cortegiano*) dit «qu'il lui faut le faire pour declarer quelle chose est amour et en quoy consiste la felicité que peuvent avoir les amoureux».

Tout d'abord, comment de la description du parfait courtisan en est-on venu à traiter ce sujet? Par un ingénieux artifice. Une fois énumérées toutes les qualités nécessaires au courtisan, l'un des interlocuteurs s'écrie: Mais c'est un vrai «monstre» et tel que le monde jamais n'en vit. Et, parlant du Prince dont les vertus sont celles

¹ Qui fit son portrait, lequel se trouve au Louvre (actuellement dans la salle consacrée aux œuvres de Raphael).

² Commencé bien plus tôt, en 1508, dit son biographe Walter Raleigh, et, en effet, dans plusieurs passages, Castiglione parle de «Mgr. d'Angoulême», le futur François I^{er}, faisant d'ailleurs de ce prince les plus grands éloges.

aussi du courtisan: «Je me doupte, dit-il, qu'il est comme la République de Platon et que nous ne soyons pour en veoir jamais unz tel, sinon par advanture au ciel». Non, rechercher un tel homme n'est pas aussi vain que de vouloir réaliser le république de Platon. Mais le courtisan n'atteindra à ce haut degré de perfection où à la culture et aux grâces les plus exquises se joint la sagesse d'un Aristote et d'un Platon, «eux-mêmes, nous déclare-t-on, parfaits courtisans»¹, il n'y parviendra, dis-je, que plein d'âge et d'expérience. Et, comme, d'autre part, le courtisan est proprement amoureux, ce problème se pose: concilier la vieillesse et l'amour.

Le peut-on? — Non, dit le seigneur Gaspard, «attendu que, comme il a este dict ce soyr, lamour es vieilles gens nest pas bien sortable et les choses qui sont es jeunes gens delices, courtoisies et proprietez tant agreables aulx dames sont a eux follies et impertinances mocquables; et ceulx qui en usent engendrent la hayne des dames et la mocquerie des auttres; parquoy si cestuy vostre Aristote vieulx courtisan estoit amoureulx et quil fist les choses que font les jeunes gens amoureux comme daulcuns que nous avons veuz en nostre temps, pourroit estre que les petits enfans courroyent apres lui et que dames ne prendoyent gueres daulte plaisir que de sen mocquer»². Ce qu'il vaut mieux éviter sans doute, et le problème semble insoluble.

Il ne l'est pas. Pour le montrer, chose rare! Bembo prend la parole: «Si le courtisan estoit saige (c'est à dire vieux) comme nous presupposons, il ne sabuseroit point en pensant que tout ce quil convient aulx jeunes gens lui fust bien seant, ains, en aymant, paraventure quil aymeroit dugne sorte que non seulement il nen rapporteroit aucun blasme, mais grande louange et souveraine felicite sans mes-lange daulcune fascherie, ce que peu souvent ou quasi jamais advient aulx jeunes gens: et il ne feroit chose par ou il meritast que les petitz enfans courrussent apres lui». Et ici s'engage un dialogue charmant: «Lors ma dame la Duchesse (d'Urbin)³: «Je suis bien ayse, dict-elle, messire Pierre, que vous nayez eu guere de peine ce soir e deviser, parce que maintenant nous vous imposerons en plus granda seurete la charge de parler et d'enseigner au Courtisan ceste amour

¹ L'un auprès d'Alexandre et l'autre chez Denys.

² Je suis la traduction de Jacques Colin d'Auxerre. Paris, Jehan Longis, 1537.

³ Les principaux personnages du dialogue sont, avec la duchesse d'Urbin, l'Aré-tin, Pierre Bembo, Pierre de Naples, Julien de Médicis, Ludovic de Canossé, Octavian et Frederic Fregoso, Elisabeth de Gonzague, César de Gonzague, et d'autres seigneurs et dames de haut rang.

si heureuse qui na en soy blasme ne desplaisir aucun: car, a l'aventure, ce sera ce que des plus importantes et utiles conditions qui jusques icy luy ayent este attribuees. A ceste cause dictes par vostre foy ce que vous en savez». Messire Pierre dict en soubzriant: «Je ne vouldrois point, ma dame, pour mon dire que aux vieilles gens soit licite daymer, fust occasion de me faire tenir pour vieulx des damoyselles qui sont icy⁴: pourtant (aussi) ne laissez pas de donner ceste charge a ung aultre». Ma dame la Duchesse respondit: «Vous ne devez pas hayr destre repute vieulx du sçavoir quant bien mesme vous seriez jeune deage: parquoy tirez oultre et ne vous excusez plus». — «En verite, ma Dame, dist messire Pierre. Si j'avoye a parler de ceste matiere, il me fauldroit aller en demander conseil a l'hermite de Lavinello». — A l'heure Ma dame Emille quasi troublée: «Messire Pierre, dict elle, il n'y a homme de la compagnie qui soit plus desobeissant que vous: dont il sera bon que ma dame la Duchesse vous en donne quelque pugnition». — «Ne vous courroucez pas pour l'amour de Dieu, ma dame, contre moy, dict messire Pierre, en soubzriant, car je dirai tout ce que vous vouldrez».

Ne trouve-t-on pas là autant d'agrément déjà que dans l'*Heptaméron*: ce ton aisé et simple était chose rare encore en 1538. Mais Bembo se redresse un peu. Il va initier à de saints mystères: sa voix se fait plus grave, et plus émue:

«Amour, dit-il, nest aultre chose que ung certain désir d'avoir fruition de beaulté». C'est la définition même de M. Ficin. Puis l'auteur s'inspire un peu du système de Pic de la Mirandole.

«Le desir nappete sinon que les choses congneues: pourtant nature a ainsi ordonne que a chascune vertu congnoissante soit conjointe ugne vertu appetitive. Et pource que a nostre ame y a trois moyens de congnoistre, cest assavoir par le sentement, par la raison, et par l'entendement, du sentement noist lappetit qui nous est commun avecques les bestes brutes, de la raison noist lelection qui est propre a lhomme, de l'entendement par où lhome peult communiquer avecques les anges noist la voulente. Si comme doncques le sentement ne congnoist sinon choses sensibles, lappetit seulement desire le demesme: et si comme l'entendement nest tourne a aultres que a la contemplation des choses intelligibles, la voulente se nourrist seulement des biens spirituelz. Lhomme par nature raisonnable constitué comme au milieu de ces deulx extrêmes peult par son eslection, en sinclinant au sentement ou seslevant à l'entendement se renger aux desirs tantost de lugne, tantost de laultre partie». Mais,

⁴ Bembo n'a que trente-six ans au moment de cette réunion.

si l'âme, «esprise du desir davoir fruition de la beaulte, se laisse guyder par le jugement du sentement, elle tombe en tresgriefz erreurs: car jugeant que le corps ou se veoit la beaulté soit la cause principalle dicelle, elle estime que, pour en avoir fruytion, il luy faille se unyr le plus interieurement quelle peult à ce corps: ce qui est faulx». Et c'est de là que viennent tous les malheurs des amants: «arrivez en effet à la fin desiree, non seulement ils sentent ennuy et fascherie, mais aussi prennent hayne contre la chose aymée».

Voilà pourquoi, c'est la «raisonnable election» qui doit guider le désir vers la beauté. Or cela ne se peut que chez le vieux courtisan, «quant le sçavoir est en sa vraye vigueur».

Au vrai, à suivre trop de maîtres, à joindre ainsi bout à bout leurs systèmes, sans lien cohérent, Bembo, Castiglione et leurs successeurs ont mis quelque confusion dans cette philosophie de l'amour.

Le reste du discours n'est emprunté qu'à Ficin. Ainsi l'on trouve que «la beaulté qui appert es corps et mesmement es visaiges humains et meult cest ardant desir que nous appellons amour est ugne influence de la bonte divine, laquelle, comme la lumiere du soleil, pare le subject, ou elle reluyst et lenlumine dugne grace et splendeur merveilleuse» (f. xxxiv v.^o); que la «beaulté vient et prend naissance de dieu et est comme ung cerne: et pourtant comme ung cerne ne peult estre sans centre, beaulte ne peult estre sans bonte: a ceste cause peu souvent advient que ugne maulvaise ame habite en ung beau corps. Parquoy la beaulte exterieure est vray signe de la bonte interieure» (f. xxxviii v.^o); que «le bon et le beau sont en quelque sorte ugne mesme chose; et principallement es corps humains de la beaulte desquelz jestime que la plus prochainne cause soit la beaulte de lame, laquelle ainsi comme participante de la vraye beaulte divine illustre et faict beau ce quelle touche: par quoy la beaulte est le vray trophée de la victoire de lame» (f. xl r.^o); que l'on ne peut connaître la beauté que par la vue et l'ouïe et que «si comme lon ne peult ouyr avecques le palais, ne sentir avecques les oreilles, aussi lon ne peult en aucune manière avec latouchement avoir fruition de la beaulte». L'on reconnaît enfin la progression ficienne de l'amour humain à l'amour divin, exposée en grand détail: «Entre ses biens, lamant en trouvera encores ung aultre beaucoup plus grant sil se veult servir de ceste amour comme de ung degre pour monter en ung aultre beaucoup plus hault ou il parviendra sil va considerant a part luy lestoict lien que cest demourer toujours enpeche a contempler la beaulté de ung seul corps: dont pour sortir dung loppin si reserre, il adjoustera peu a peu a son pensement tant dembellissemens que la accumulant toutes les beaultez ensemble, il fera ung conseil universel et reduyra

la multitude des dictes beaultes a lunate de celle seulle qui generallement suspend sur nature humaine, et par ainsi contemplera non plus la beaulte particuliere dune femme mais celle universelle qui tous les corps embellist» (f. XLV r°). Mais le courtisan ne s'arrêtera point là: de cette beauté corporelle il passera a «celle qui se voyt avec les yeux de la pensee» et sentira alors «une certaine caschée odeur de la vraye beaulte angelique». («Dei sapor occultus odorem quemdam sui dulcissimum operibus suis inserit». Ficin, Secunda oratio, Capit. vi). «Ravie en la splendeur de cette clarte, lame commence alors a sespandre et allumer et si tresconfuoiteusement la suyt que quasi elle devient yvre et hors de soy-mesme par desir de se unyr avecques elle». (Cf. Héroet. P. A. fin livre I).

Pourtant «elle ne jouist pas encore parfaitement, car elle contemple la beaulte seulement en son particulier entendement qui ne peult estre capable limensurable beaulte universelle». Aussi, de même que l'amour a guidé l'âme «de la beaulte particuliere dung corps à la beaulte universelle de tous les corps», de même, «au dernier degre de perfection, il la guide de lentendement particulier a lentendement universel, de sorte que lame, exprise de tressaint feu de vray amour divine, volle pour se unyr avec nature angelique».

Tout cela vient manifestement de Marsile Ficin. Parfois, il est vrai, Castiglione s'écarte du maître, soit qu'il émette une proposition originale, soit qu'il recoure directement à Platon.

Voici, par exemple, tout un développement de la pensée ficiniennne qui est propre à Castiglione (il sera repris ensuite par Héroet). Bembo dans son discours a montré l'utilité du véritable amour et le bien qu'il procure aux amants qui s'y portent: ils se perfectionnent mutuellement. Et puisque la fin de l'amour est d'engendrer dans la beauté, le but de l'amour véritable sera de «semer vertu au jardin du bel esprit de l'aymé, en sorte qu'il recueille aussi fruit de tresbelles conditions (=qualités), et les savoure avecques merveilleux plaisirs: et cela sera le vray engendrer et empreindre beaulte en beaulte. En ceste maniere sera nostre courtisan tresagreable a samye. Et elle se monstrera toujours envers luy obeissante, douce, affable, et autant desireuse de luy complaire: et ils seront tresheureux».

Sur ce, le seigneur Morel dit assez plaisamment: «En effet (=en fait), engendrer beaulte en beaulte seroit engendrer ung beau filz en ugne belle femme, et me sembleroit beaucoup plus evident signe que elle aymast son mary en luy complaisant de ceste sorte que de cette affabilité que vous dites», Messire Pierre se prend alors à sourire: il va faire au seigneur Morel une concession curieuse et, au vrai, bien hardie. Sans doute la dame se tiendra toujours sur ses gardes avec

le jeune courtisan: et n'étant pas si assurée de sa modération, «elle luy doibt bailler seulement choses honestes, et luy refuser les deshonestes». Mais avec le vieux courtisan «qui ne desire sinon choses honestes», la femme peut oser davantage: «il y a en effet des mesmes choses qui se doibvent quelque foys refuser a lamour sensuelle et bailler a la raisonnable, car elles sont en lugne deshonestes et honestes en lautre, au moyen de quoy la femme, pour complaire à son bon amy oultre et par dessus la communication des ris plaisans, deviz privez et secrétz, peult avec luy invocquer et jouer, luy toucher la main: elle peult mesme venir raisonnablement et sans blasme jusques au baiser». Certes, Bembo avait raison de dire que «est plus eureux le vieux courtisan a qui lon baille ce quil demande que lautre a qui lon en bailla partie et luy en refuse lon partie». Mais pourquoi tant de différence? — Le baiser est un assemblément du corps et de l'âme: or, si la dame en accordait un au jeune courtisan, «il y auroit dangier que lamour sensuelle ne se inclinast plus à la partie du corps que a celle de lame». Tandis que l'amant raisonnable «congnoist que, combien que la bouche soit ugne partie du corps, ce nonobstant lon donne par elle yssue aux parolles qui sont touchemens de lame et a celle interieure alhayne qui sappelle aussi lame. Et pourtant il prent plaisir de unir sa bouche par le baiser avecques celle de la femme quil ayme, non pour sesmouvoir a desir aulcun deshoneste, mais pource quil ne sent que ce lien est ugne maniere douvrir lentre aux ames, lesquelles, atirees par le desir lugne lautre, se transfontent aussi mutuellement lugne au corps de lautre, et se mettent tellement ensemble quil semble que chascun deulx ayt deux ames, et que ugne seule ainsi des deux composee guyde et regisse quasi deux corps, au moyen de quoy le baiser se peult dire plus tost assemblément dame que de corps, car il a en elle tant de force quil lattire a soy et quasi la separe du corps. A ceste cause tres chastes amoureux desirent le baiser comme assemblément dame, dont le divinement amoureux Platon dict que en basant lame luy vint aux levres pour sortir du corps»⁴. (*Courtisan*, Livre IV, f. XLIII r.^o et v.^o).

Singulière casuistique, et d'un tour assez piquant: mais Ficin l'aurait combattue.

Quelquefois l'auteur du *Cortegiano* recourt directement au texte de Platon ou plutôt, sans doute, à la traduction latine de Marsile Ficin. Ainsi l'on trouve (f. XLIV r.^o et v.^o) un morceau qui ne fait

⁴ Je ne sais où Bembo prend cette parole. Cf. Héroet. P. A. L. 1, v. 593 à 609.

que reproduire et qui parfois même traduit un passage fameux du *Phèdre*¹. Ce développement n'est point dans le *Commentaire sur le Banquet* et je le crois propre à Castiglione. C'est la page du dialogue platonicien où Socrate montre l'influence de la beauté de l'aimé sur l'âme de l'amant, lorsqu'elle fait pousser les ailes de l'âme et lui permet ainsi de revoler vers le lieu de la Beauté idéale. Castiglione interprète justement le mot «ailes» dans son sens philosophique «esperitz» (tendances de l'âme), et, pour le reste, rend d'une façon assez littérale les expressions mêmes de Platon: «L'influence de la beaulte de la chose aymée, dit-il, quant elle est présente donne merveilleuse delectation à lamant et en lui reschauffant le coeur resveille et amollit aulcunes vertus endormies et congelees en lame, lesquelles nourries par lamoureuse chaleur se diffundent et vont pullulant en tout le cuer». Mais lorsque cette beauté s'éloigne, «linfluence amoureuse ne reschaaffe plus le cuer comme elle faisoit quant elle estoit presente, au moyen de quoy les conduitz deviennent arides et sectz, et neantmoins la souvenance de la beaulte meult ung peu les vertus de lame, tellement quelles taschent de dilater les espritz, lesquels trouvans les voyes bouchees nont point dissue, et neantmoins taschent de sortir, dont estant ainsi enfermez avecques les esguillonz ils poingnent lame, et lui donnent tresgriefve passion, comme aux petits enfans, quant des gencives tendres les dentz commencent a croistre».

Castiglione prend donc quelques libertés à l'égard de son maître Marsile Ficin. Mais c'est à l'exemple de ce dernier que Messire Pierre, dans le *Courtisan*, termine son discours par une ardente et belle prière à l'amour. D'une éloquence réelle parce que sincère et vraiment émue, cette page ne le cède en rien au modèle du *Commentaire*. Qu'on ne permette de la transcrire:

«Qui sera doncques celluy, o tressainte amour, qui dignement te puisse louer, tu tresbelle, tresbonne, tressaige, qui derives de lunyon de la beaulte, bonte et sapience divine, et en elle demeures, et a elle et par elle retournes comme en ung cercle. Tu es le tresdoux lien du monde, moyen entre les choses celestes et les terriennes, qui par beginn attrempeinent inclines les vertus superieures au gouvernement des inferieures, et en retournant les pensees des hommes mortelz, à leur commencement les conjointz avecques lui. Tu par concorde vainctz les elemens, meuz nature à produire ce qui naist pour la succession de la vye. Tu rassembles les choses separees, aux imparfaictes donnees perfection, aux dissemblables similitude, aux ennemys

¹ *Phèdre*, page 251 B-E.

amitié, à la terre les fructz, a la mer tranquilite et au ciel la clarte vitalle. Tu es pere des vrays plaisirs, des graces, de paix, de douceur, de bienveillance, ennuy de rustique fieste et inutilite et pour abreger commencement et fin de tout bien. Et pource que tu prens plaisir de habiter en la fleur de beaulx corps et des belles ames, et quelquesfoys de t'y monstrer ung peu aux yeux et aux pensees de ceulx qui sont dignes de te veoir, je cuy de que maintenant icy entre nous soit ta demeure. Pourtant, seigneur, daigne toy de ouyr nos prieres, infonde toy-mesmes en noz cueurs et avecques la splendeur de ton tressaint feu noz tenebres illumine; et comme guyde loyalle monstre nous le vray chemin. En la beaulte aveuglée corrige la faulcete de sentemens, et apres noz longues vanitez, donne-nous le vray et ferme bien. Fais nous sentir les odeurs spirituelles qui vivifient les vertus de lentendement, et ouyr larmonie celeste tellement accordée que plus de lien nayt en nous aucune discorde. Enyvre nous a la fontaine inespousee de contentement qui toujours delecte et jamais ne saoulle, et a ceulx qui boyvent de ces vives et claires eaues, donne goust de vraye beatitude. Purge nos yeux de caligineuse ignorance avecques les rays dela clarté, affin que plus ilz nestiment mortelle beaulte et quilz congoissent que les choses quil leur sembloit veoir auparavant ne sont point, et que celles quils ne veoyaient point sont véritablement. Accepte nos ames qui a toy se presentent en sacrifice, brusle les en la vive flamme qui consomme toute laideur matérielle, affin que de tout estant separees du corps, elles se unissent par ung perpetuel et tresdoux lien avecques la beaulte divine, et que estans estrangez de nous mesmes, nous puissions comme vrays amans nous transformer en la chose aymee. Et en nous eslevant de terre, estre receus aux convis des anges où, refectionez de viande ambrosienne et de liqueur nectaree immortelle nous mourions a la fin de tres heureuse et viable mort comme jadis moururent les anciens peres, les ames desquelles tu ravis du corps par la tresardante vie de contemplation et les conjoingnis avecques Dieu¹. (*Courtisan*, L. IV, f. XLVII v^o et XLVIII r^o).

D) LEON HEBREU.

Leon Hébreu n'a pas imité Ficin directement. Mais il s'est beau-

¹ Cette simplicité, cette fermeté de ton sont encore rares en 1537. La noblesse du fond, s'imposant en quelque sorte ici au traducteur lui a fait découvrir une forme plus rapide, plus sincère et plus belle qu'à l'ordinaire. C'est une nouvelle preuve de l'importance des traductions dans la formation de notre langue et de ce qu'on peut appeler le style français.

coup inspiré de Pic de la Mirandole: et si les principes sur lesquels il se fonde et les raisonnements qu'il emploie diffèrent parfois de ceux du maître florentin, le but qu'il se propose et qu'il atteint est exactement le même.

D'autre part, en France, on ne l'ignora point. Dans la Pléiade, Pontus traduit ses *Dialoghi di amore*, et Ronsard les offre comme étrennes au roi Charles IX¹. Ce livre est ainsi venu fortifier, à l'aide d'arguments nouveaux, l'influence qu'exerçait le *Commentaire* de Marsile Ficin. On ne peut donc le négliger ici.

Judah Leo Abarbanel², né à Lisbonne vers 1460-63, était fils d'Isaak Abarbanel, trésorier du roi Alphonse V. Obligé de fuir Lisbonne à la mort de ce dernier (1481), après quelques années d'une existence aventureuse, il arriva en Italie (1492) et séjournait à Naples comme médecin. Il n'eut point, lui, pauvre étranger inconnu, de relations avec le comte Jean Pic de la Mirandole, ainsi que l'ont cru Delitzsch et Munk: aussi bien, Pic vivait-il très retiré, et sa mort était proche (1494). Encore moins, Pic, quand il cite les ouvrages d'un certain Leo Hebraeus, peut-il faire allusion à Abarbanel qui n'avait alors rien écrit. A la vérité, c'est François Pic de la Mirandole, neveu de Jean, qu'Abarbanel a connu, lorsqu'il se rendit à Gênes après la prise de Naples par les Français. C'est pour François que, dans cette ville, il composa son premier ouvrage, le *De coeli harmonia*. Enfin, c'est grâce à François, disciple fidèle de son oncle, qu'il s'est pénétré de la philosophie de l'amour inaugurée par Marsile Ficin. Aussi, dès 1502, à Gênes, commence-t-il d'écrire ses *Dialoghi*. Terminés en 1505 il ne furent publiés que longtemps après, à Rome, en 1535; à cette date, Léon Hébreu était mort. Du moins, le libraire Lenzi le dit-il dans sa dédicace des *Dialoghi di Amore* à Aurelia Petarcci: «Benche strino (quando pur vi penso) far in un tempo due non piccoli guadagni: scioglier parte di questo oblico con voi et obligarmi (se l'ombre obligarsi possono) maestro Leom: che havendo io questi suoi divini dialoghi tratti fuora delle tenebre, in che essi stavano sepolti e postoli quasi in chiara luce». Nous n'avons pas d'autre preuve. Les dernières années de Léon Hébreu sont mal connues. Nous savons seulement qu'ayant quitté Gênes en 1505, il se fit chrétien: «et dipoi fatto christiano» (Lenzi), mena de nouveau une vie agitée à Naples, à Venise, peut-être à Ferrare, et qu'il mourut entre 1520 et 1535.

Il avait étudié la médecine, l'astrologie, la magie et appris la

¹ Odes, Livre V, Ode 7 (1573). Ed. Blanchemain, Tome II, p. 331.

² Ces détails sont tirés de l'ouvrage de B Zimmels. Leipzig, 1886.

langue grecque. Familiar surtout avec les disciples arabes d'Aristote et la Scolastique¹ plus qu'avec les Alexandrins, il a lu sans doute les néo-platoniciens d'Italie, mais plutôt Pic que Ficin. Son but a été d'accorder Platon et Aristote, entre eux, et tous les deux avec la tradition juive². Il cite le plus souvent Platon (*Banquet* et *Phèdre*), Aristote (*Ethique à Nicomaque*), les disciples arabes d'Aristote, la Bible, et semble avoir beaucoup pratiqué le *Commento sopra una Canzona de amore composta per Girolano Benivieni, cittadino Florentino, secondo la mente et opinione de Platonici* (de Pic de la Mirandole) qu'il put sûrement connaître puisque Pic en annonce l'apparition dans une lettre à son ami Andreas Comeus d'Urbino, datée du 15 Octobre 1486. «Sed hoc te quoque monitum volo Lauram tuam, si eam esses editurus supprimas ad hoc aliquot dies, nam forsan paulo mox legent nostri homines de amore (vide quid dicam) quae nondum legerunt». En particulier le chapitre II du Livre II du *Commento* de Pic: «De ce mot Amour et de diverses siennes significations» a été imité de près.

Les *Dialoghi di Amore* contiennent tout un système de philosophie différent de celui de Ficin, mais aboutissant à un résultat identique.

Sous la forme d'un dialogue entre l'amoureux Philo et son amie Sophie, Léon Hébreu veut y répondre à deux questions: qu'est-ce que l'Amour? Quel rôle joue-t-il dans l'univers? — Le premier dialogue: «De l'essence d'Amour» répond à la première question, le 2^{ème} «De la communauté d'amour» et le 3^{ème} «De la Généalogie d'Amour» résolvent la seconde.

Qu'est-ce donc que l'amour? L'auteur en donne d'abord une définition très générale:

«Amour est affection volontaire de jouir, avec union de la chose estimée bonne».

Mais d'où vient cette affection? Pourquoi aimons-nous? «Estimée bonne», lit-on: par suite la connaissance précède l'amour, et, en effet, la première ligne du premier dialogue nous le dit: «La connaissance que j'ai de vous, Dame Sophie, cause en moy amour et désir» (p. 1)³. Léon Hébreu ne fait qu'énoncer ici l'un des grands principes de la philosophie scolastique: l'on connaît avant que d'aimer, et l'on aime d'autant plus que l'on connaît davantage.

¹ On en voit beaucoup de trace dans les *Dialoghi*.

² V. par exemple pour cette dernière tentative son explication du mythe de l'Androgyne. Il le rapproche de l'histoire d'Adam et Eve dans le paradis terrestre, au premier livre de la Genèse, d'où, selon lui, Platon a tiré son allégorie, et le commente dans le sens de la tradition juive.

³ De la traduction Denys Sauvage. Lyon, 1551.

Nous nous portons donc vers le bien : mais comme tous les biens proviennent de Dieu, bien suprême, «souverain bon, commencement, milieu et fin reglée de tous les actes humains», la connaissance de ce dernier bien «cause en nous immesurable amour, plein d'excellence et honnêteté: pour ce que de tant est la chose aimée plus honnêtement que plus elle est cognue pour bonne (p. 71). Aimons donc Dieu et nous jouirons alors de la felicité «en nous assemblant avec luy».

De cet amour idéal (j'omets des distinctions scolastiques et confuses entre l'amour et le désir, et entre les différents «bons»), Léon Hébreu passe à l'amour humain. Il le définit: «Conversion en l'aimé, avec le désir que l'aimé se convertisse en nous», et s'il est réciproque «Conversion de l'un amant en l'autre» (page 109). Puis l'auteur expose la différence de l'amour et de l'acte charnel, et la supériorité de l'un sur l'autre: «L'amour est désir d'union parfaite de l'Amant en la personne aimée: laquelle union ne peut estre sinon avec la totale penetration de l'un en l'autre» (p. 121 et 122). Ce qui est bien possible aux âmes qui sont spirituelles: et ce qui, par suite, est réalisé dans le vrai amour. «Mais pource que les corps sont divers, et que chascun d'eux demande son lieu propre et circonscript, contre l'egard de ce que l'on desire en cette union et penetration, après la copulation d'iceux, demeure le désir plus ardent à l'entière union qui ne se peut parfaitement obtenir: et ainsi, pourchassant toujours l'Esprit l'entière conversion en la personne aimée, il laisse sa propre personne, estant toujours avec plus grande affection et peine, par le défaut de l'union». Sous son langage un peu rude, que cet homme a bien pénétré l'essence intime de l'amour et le secret de nos souffrances! Certes, il y a trop d'abstraction et de symbolisme dans tous ces traités de philosophie amoureuse, mais on y trouve aussi de fortes analyses de sentiments humains qui annoncent déjà la littérature psychologique du XVII^e siècle et contribuent sans doute à la préparer. Ce dialogue se termine sur un précepte que ne désavouerait Ficin: «Il est bien vray que, qui divertit soy-même à un amour lascif et vilain qui naist d'appétition charnelle, non confirmé par raison de merites de la chose aimée, est un arbre qui produit fruits veneneux, démonstrant quelque douceur en l'écorce: mais cet amour esleu de Raison se convertit en grande suavité, non seulement en l'appétition charnelle, mais en la Pense espirituelle».

Ainsi, par d'autres voies, l'israélite portugais aboutit au même résultat que les disciples du Florentin. Et c'est bien un signe qu'ils respirent tous dans une même atmosphère. Selon leur tempérament, ils accordent qui plus, qui moins, à la nature humaine. Plus indul-

gent que Ficin, Léon Hébreu lui permet beaucoup : Si l'amant est attiré par les vertus de son amie, si c'est vraiment l'amour, ou «désir de s'unir au bien» qui le pousse vers elle, il peut l'aimer de corps et d'âme. Mais ce n'est là qu'une concession ; car voici l'idéal : l'amour humain, s'il n'est chaste, nous expose, Philo l'a montré, à de nombreux maux : il faut donc le dépasser et nous tourner vers Dieu. C'est ce qu'explique le troisième dialogue : «De la Généalogie d'Amour».

J'y viens directement et passe sur le second : «De la communauté ou universalité d'Amour», où se trouve dépeint le rôle de l'Amour dans l'Univers, depuis les éléments jusqu'aux sphères célestes, et qui n'exercera à vrai dire d'influence manifeste que sur Pontus de Thybrid¹. L'on y remarque surtout² la division de l'amour en amour naturel, sensitif et intellectuel ou volontaire : c'est la vieille division scolastique. Les platoniciens de Florence et Ficin dans son *Commentaire sur le Banquet* l'avaient remplacée par une division plus conforme à la doctrine de Platon : ils ne reconnaissaient que deux amours, «l'un qui aspire aux choses divines, l'autre propre à engendrer semblable à soi». Mario Equicola, qui tâche à concilier tout le monde, propose la division suivante : «Nous mettrons trois amours, le premier desquelz est dict contemplation, quand par la beauté du corps nous considérons la beauté divine : l'autre est appelé voluptueux, quand de la veue nous descendons au plaisir luxurieux du toucher; le troisième est celuy qui se délecte de voir et de converser, et ne s'elesve à la pureté celeste, et ne s'abaisse à la vilenie et deshonneur de l'acte vénérien, mais demeure au milieu»³.

Le début du dialogue troisième : «De la généalogie», c'est-à-dire de l'origine d'Amour, ne manque pas d'une certaine vivacité. Sophie voit passer son maître et l'appelle : «O Philo ! Philo, ne m'oyez-vous pas ? ou si vous ne me voulez point répondre ? — Philo : Qui est-ce qui m'appelle ? — Sophie : Ne passez si viste, non. Escoutez un peu. — Philo : Ha, vous êtes donc ici, Sophie ? je ne vous voyoye point. Je passoye mon chemin, sans prendre garde à rien — Sophie : Où allez-vous ainsi ? pensant tant profondément que vous ne parlez, ni n'oyez, ni ne voyez vos amis à l'entour de vous ?». Ici s'engage le dialogue proprement philosophique. L'auteur revient d'abord (p. 430) sur la définition de l'Amour et du Désir, qu'après avoir nettement séparés dans le premier Dialogue il finit par confondre : «Tout bien

¹ Cf. Mantice, *Dialogue sur l'Astrologue*. Lyon, 1558.

² P. 146 et 147.

³ *De la Nature d'Amour*, f. 124 r° et v°.

considéré, désir et amour sont une même chose» (p. 433): d'où quelque confusion. Puis, à l'encontre de Platon, Philo distingue le Bon et le Beau, le Beau selon lui étant relatif, et le Bon aboolu. A quoi Sophie répond très justement que si le Beau est relatif, le Bon ne l'est pas moins, puisque les opinions peuvent tout aussi bien diverger sur le Bon que sur le Beau. Si l'on abandonne en un point la théorie platonicienne des Idées, le système s'effondre tout entier : et l'on ne voit pas en effet qu'il soit possible de ne plus admettre l'Idée du Beau en conservant l'idée du Bien. Philo lui-même le reconnaît enfin, et après un long exposé de la Généalogie d'Amour, suivant Platon¹, il en vient, sur la Beauté et l'Amour à des conclusions très proches de la philosophie ficienne. Mais les raisonnements sur lesquels il se fonde pour y parvenir lui appartiennent en propre: ou du moins, s'ils ressemblent parfois à ceux de Ficin, Léon Hébreu paraît les avoir reconstruits en lui-même. Par suite, il les recrée. C'est ainsi que, s'appuyant sur Aristote, il ne dit pas : «Dieu est la souveraine Beauté», mais «Dieu est le Pere de la souveraine Beauté», et, en conséquence, une telle fille ne pouvant naître d'un père qui ne soit pas lui-même souverainement beau: «Dieu est le souverain Beau», principe actif d'où émane l'Idée de la Beauté.

Qu'importe d'ailleurs l'argument ? Le résultat est identique: «Il est juste, Sophie, que nous laissions les petites beautes meslées avec difformité et laids défauts, comme sont toutes les beautes matérielles et corporelles, et que nous les aimions en tant qu'elles nous induisent à la cognissance et amour des parfaictes beautés incorporelles, et que nous les hayons et fuyons en tant qu'elles nous empescent la jouissance de ces claires et spirituelles, et principalement aimions les grandes beautes separees de la difforme matière, et du laid corps». Il est plus juste encore de nous porter jusqu'au principe de toutes ces beautés spirituelles, de la Beauté idéale elle-même; et puisque «la delectation dans l'union avec l'objet aimé est la fin de l'amour», jouissons de Dieu, souverain Beau, en nous unissant pleinement à lui.

Voilà l'idéal auquel rêve Philo. Mais il est sur terre, et, pour l'instant, amoureux de Sophie. Celle-ci, non sans malice, lui reproche un tel désaccord. Après tant de discours et de si beaux projets,

¹ Interprété selon Moïse et la Caballe. Ainsi, p. 521, «Je suis bien aise, dit Sophie, de vous veoir faire Platon Mosaïe et du nombre des Caballistes». Et ailleurs, p. 739 : Sophie «Je vous remercie de la resolution que vous m'avez donnee pour més doutes: et principally pour ce quelle a esté avec tant claires et abstractes notices de la sainte et ancienne Théologie mosaïque».

l'aimerait-il comme tous les autres ? « Vostre amour estant hors de la propre fin, que vous avez donnee à l'amour, il faut que ce vostre amour soit faux, ou que ceste fin ne soit pas vraye fin d'amour ». Rien de plus logique. Mais Sophie se trompe : Philo ne l'aime pas comme les autree hommes. Ficinien désormais, il ne voit plus en son amie qu'une image de la Beauté divine : c'est son âme qu'il aime : et c'est à l'union de leurs deux âmes que veut atteindre son amour. Aussi, rassurée, la prudente Sophie — élève impitoyable ! — accepte-t-elle Philo pour son ami. Et chacun se retire sur de bonnes promesses.

Tel est ce traité : confus, difficile à pénétrer, et, certes, peu folâtre à prime abord, mais curieux si l'on s'y attache, plus original que beaucoup d'ouvrages contemporains sur le même sujet, et qui souvent révèle au lecteur attentif une science profonde et juste du coeur humain.

E) CAVICEO ET LE ROMAN PLATONICIEN.

Avec Léon Hébreu se clôt la liste des auteurs dont les écrits traduits en France ont le mieux répandu la pensée ficinienne¹. Mais ils ne sont pas les seuls à l'avoir fait. Dans un autre genre d'ouvrages, le roman, l'influence de Ficin apparaît, certaine, pervertie à vrai dire, et bien curieuse : le *Libro del Peregrino* de Caviceo, « translate de langage et ydiomat Italique en nostre vernacule et familiere langue françoise » par Françoy Dassy, l'an 1527, en est un bon exemple.

La trame de ce roman est simple. Un jeune homme de Ferrare, Pérégryn, « le premier de may, jour aux amans dedie, sans autre advisement ne suspicion, entra dedans le temple du Seraphique Sainct François, ou la vertu evangeliique declamoit frere Dominique Poinczon tres excellent predicator ». L'auteur précise : « Pour la solennite du jour des glorieux apostres Sainct Jacques et Sainct Phelippes prist une matiere non moins joyeuse que difficile et ardue. Car du pere et du filz prouvoit une essence et omnipotence : a si grant auditoire auquel eust donne lieu le divin Platon et le grant Theophrastes ». Et Pérégryn était « de toutes ses forces ententif » quand il vit la belle Genève. « L'aage de quinze ans, de corpulance beaulté, de gestes elegante et seigneurialle, de regard tres modeste, les yeulx luisans, le cheminer humble, repose et a toute lyesse encline, avec ung doux sorcier qui tout son front aornoit » : telle se montrait celle qui « depuis

¹ J'ai négligé le *Libro di natura d'amore* de Mario Equicola, compilation précieuse mais sans originalité aucune.

fut de luy souveraine imperatrice». «Des lors, il fut de luy-mesmes prive, et fut en luy lymage de ceste dame transformee».

N'ayons crainte. Il finira par l'épouser : l'on ne connaît pas encore le roman pessimiste. Dames et seigneurs de la Renaissance, s'ils lisent des romans, veulent avant tout se distraire et se forger ces félicités illusoires que l'existence leur refuse. Ils y assouvissent l'éternel besoin de rêver. Mais à cette époque d'aventures, l'on aime d'en entendre, d'en lire : le *Peregrino* n'en manque pas.

Quelques-unes tiennent même du vaudeville, et scabreux ; tel épisode, fort hardi, nul auteur de nos jours n'eût osé l'imaginer. Point de libertinage pourtant. Ce roman dont les éditions se succèdent pressées et témoignent d'un rare succès n'a pu corrompre les lecteurs. C'est un curieux trait de l'influence platonicienne : et puisqu'il se retrouve plus ou moins dans presque toute la littérature romanesque du XVI^{ème} et même du XVII^{ème} siècle, il faut s'y arrêter.

L'un des points les plus originaux de la philosophie ficienienne, est, sans conteste, l'identification du Beau et du Bien : en voit-on bien les conséquences ? L'Amour est le désir de la Beauté, désir tel que l'amoureux tende à s'unir à celle qu'il aime parce qu'elle est belle. Mais si la Beauté est le signe de la Bonté, l'amoureux tend nécessairement au bien ; par suite son amour est toujours honnête. En toute logique il en est ainsi. Et je sais bien qu'à suivre rigoureusement le système de Ficin, n'y ayant que trois moyens de connaître la Beauté : l'entendement, la vue et l'ouïe, l'amour est toujours chaste. Mais dans le *Commentaire sur le Banquet* lui-même, cette sévérité s'atténue. Aux yeux de l'esthète florentin, le désir d'un beau corps est déjà de l'amour. «Engendrer de beaux enfans, et de belle femme»¹, créer et perpétuer la Beauté, c'est vraiment aimer. Eux aussi, Bembo, Castiglione, Léon Hébreu sont parfois indulgents. Le Geronimo des *Azolains* magnifie l'amour humain.

Dans le *Cortegiano*, outre la théorie du baiser licite, l'on trouve en propres termes excusé chez les jeunes gens l'amour même charnel. Mais ce doit être l'amour, non ce que les auteurs appellent l'*«appétit vénérien»* : l'amour, c'est-à-dire un sentiment entre deux êtres beaux, et par la même jeunes et bons. Bref, il faut qu'on s'aime pour les vertus qu'on se découvre l'un à l'autre. «Vertu» au XVI^{ème} siècle a d'ailleurs un autre sens qu'aujourd'hui, plus large à la fois et plus étroit. La *«virtù»* italienne que nos poètes et nos romanciers traduisent par se mot *«vertu»*, c'est proprement pour les platoniciens un ensemble de qualités qui s'harmonisent et ainsi rendent l'homme par-

¹ *Le Commentaire de Marsille Ficin*, Paris, 1578, f. 132 r^o.

fait: qualité du corps: la beauté, qualités de l'âme: la science et cette indéfinissable honnêteté qui supposent des conditions tout ensemble mondaines et privées. Que deux êtres «vertueux» de la sorte (*καλονάγρεοι*) s'aiment, dans le mariage ou en dehors — jamais l'on ne s'en soucie — , l'amour est «honnête». Mais qu'un barbon désire et épouse légitimement une jeune fille, il n'y a plus harmonie; le vieillard n'a pu être entraîné que par un appétit illicite puisqu'il n'est plus beau lui-même et qu'il n'est donc plus bon. Il est coupable: l'amour n'est pas «honnête». Ainsi sont excusées, que dis-je, racontées comme toutes naturelles, des actions qui de nos jours étonnent.

Qu'un jeune homme pénètre la nuit, simplement et sans scrupule aucun, chez celle qu'il aime pour la violer; qu'après s'être trompé de lieu, introduit chez une autre jeune fille, et l'avoir étreinte, celle-ci, le prenant pour celui qu'elle aime, le reçoive aussi tout naturellement, sans nul souci de ce que nous nommerions aujourd'hui sa «vertu», et le lendemain se repente, non pas, au vrai, d'avoir cédé, mais d'avoir cédé à un étranger; qu'enfin Genèvre se livre à de violentes plaintes contre Pérégrin de s'être ainsi trompé et de lui avoir refusé par là même l'occasion de céder: voilà ce que personne n'accepterait plus. Etrange morale, certes, et bien que très noble en son principe, fort relâchée dans ses effets. Cependant, j'y reviens encore, il n'y a point libertinage, mais amour. Le libertin ne choisit pas: toute occasion lui est bonne, il en profite. L'amoureux au contraire choisit, élit même, et son élection est presque inspirée. En outre, à ce choix il s'arrête. Comme le dit le poète Sainte-Marthe: «Vray amour est unique... Amour prétend une conjonction Individue» et c'est pourquoi il est honnête.

«Or ne peut donc estre amour deshonneste»: car ce choix est fondé sur la Beauté; or Beauté est signe de Bonté: par conséquent l'Amour tend à Bonté.

Mais ce Pérégrin qui se livre à de telles fantaisies, nous définit lui-même plus loin¹ l'amour qu'il ressent pour Genèvre. C'est au cours d'une de ses aventures. Prisonnier des Arabes, il dispute avec un compagnon, Agathes, quelle chose est Amour:

«Tu ne me scauras nyer, déclare-t-il, que amour ne soit une essence reelle et necessaire, laquelle tout luniversel modere, et en tant de diversitez se peult prescher comme soubz quantes especes se vient à comprendre. Aymer Dieu soubz ceste especifiee se nomme amour divine. Aymer le monde est amour mondaine. Aymer dames

¹ Livre 2^e, Chapitre III, f. LXIII v° et LXXIII r°.

s'appelle sensuelle. Et combien que ce soyent especes diversifiees, neantmoins toutes procedent de ce genre d'amour qui est une seule essence. La tourbe mondaine suyvant son jugement une heure le loue, une autre le dampne, selon leur plaisir ou desplaisir. *Mais estant en soy lessence bonne, chose mauvaise proceder nen peult.* Adonques, ul sensuyt que amour, en quelque signification ou estroite ou large quil se retrouve, n'est pas mauvais».

Simplifiée à l'excès, c'est encore la conception de l'amour propre à Ficin. L'auteur du *Peregrino* se rappelle plus ou moins nettement qu'il existe une idée ou «essence» de la Beauté dans les dames, dans le monde, en Dieu, et qu'à ces trois aspects de la beauté correspondent trois sortes diverses d'un même amour. Et comme la Beauté reflète la Bonté, cet amour, toujours identique dans son fond, est toujours honnête.

Telle est originalité du roman de Caviceo. On l'a beaucoup lu en France, et il semble bien que l'état d'esprit dont il témoigne se retrouve dans la littérature romanesque de l'époque, même dans l'*Astrée*. Le montrer serait trop long. Mais voici, pour seul exemple, l'*Histoire de Philandre* de Jean des Gouttes¹.

Je ne puis raconter en détail tout le roman qui, bien qu'un peu artificiel et plein de beaux exploits de chevalerie, comme on les aimait au Moyen Age, ne laisse pas que de charmer encore. En résumé, Philandre, fils du roi de Marseille, le plus noble et mieux fait des jeunes hommes «et pource nommé le Gentilhomme» tombe amoureux de Passerose, la plus belle des vierges, fille du roi de Naples, sur le portrait que lui en fait l'un de ses amis. Type du parfait chevalier, Philandre, vainqueur dans tous les tournois, est adoré de toutes les femmes. Argence, «royne des Isles Fortunées»² lui envoie des présents et l'invite à la venir voir en son domaine. Cependant, Philandre se rend à Naples où s'éprend bientôt de lui la jeune Passerose. Mais le père de Peassero, sensible aux grands biens et à la puissance du vieux Garamond, roi de Sicile, lui accorde sa fille. Et voilà qui ne se peut admettre en bonne morale platonicienne, telle, du moins, qu'on la comprend dans les romans contemporains. Garamond, sans doute, est l'époux légitime. Mais, plein d'ans, laid, il eût dû se borner, comme le vieux courtisan dont parle Castiglioné dans le *Cortegiano*, à un amour chaste et spirituel. Il ne l'a pas fait: et cette union sans harmonie choque

¹ Lyon. Jean de Tournes, 1544.

² Ce personnage fabuleux était cher aux gens de ce temps. Cf. Bembo, Herot.; Ronsard a une poésie sur les «Isles Fortunées». Blanch., VI, 177.

par là même la morale. Aussi le jeune et beau Philandre ne se fait-il scrupule d'enlever Passerose et de vivre avec elle. Et l'étreinte de ces deux êtres est bonne, juste, honnête; ainsi le pensent non seulement les amants, mais le peuple, la cour, Garamond lui-même, qui ne peut que se retirer. Qu'une cérémonie nouvelle vienne consacrer les liens noués hors du mariage, et à vrai dire coupables, qui s'en étonnera? C'est chose naturelle et que tous acceptent.

Dans les récits du Moyen Age l'amour illégitime se sent toujours coupable. Ici on le glorifie. Non point par perversité: mais l'on se trouve alors persuadé qu'une union harmonieuse, même dans l'adultére, est essentiellement bonne. Un souffle païen a passé.

CHAPITRE IV

L'influence de Ficin en France

PROSATEURS. — Le philosophe de Careggi ne fut pas longtemps ignoré en France: c'est d'abord par les humanistes que son influence se répandit.

Gaguin avait visité l'Italie en 1471, 1483, 1486, Pic de la Mirandole, le disciple du florentin, résidé à Paris de 1485 à 1486; enfin Lefeuvre d'Etaples, passant à Florence dans l'hiver 1491-1492, y put entendre Ficin et ses disciples. Revenu à Paris, il approfondit les théories platoniciennes et alexandrines, édita dès 1492 le *Liber de Triplici Vita*¹ et en 1494 la traduction ficienne des *Livres Hermétiques*². Auprès de lui Jean et Germain de Ganay, Gaguin, lisent les ouvrages de Ficin et correspondent avec lui. A Germain de Ganay, le maître envoie sa traduction de Denys l'Aréopagite et les commentaires de quelques dialogues de Platon:

«Mittam ad te primo quidem Dyonisii et platoniorum multorum libros tibi jam exscriptos quos jamdiu petisti: de inde commentaria in Parmenidem, quae tui gratia quotidie exscribuntur. Quibus forte succedent commentaria in Timaeum atque Sophistam...; transcribuntur interea et epistolae recognoscunturque ut caetera. Plotinum enim habere te senseram, nuper autem hoc scribis habere. Si mitti

¹ G. Wolf. Paris, 1492, in-8°.

² Mercurii Trismegisti, *Liber de potestate et sapientia Dei per Marsilium Ficinum traductus.* 1494, in-4°.

vis, significa»¹. Jean de Ganay, qui accompagna Charles VIII en Italie, eut avec Ficin plusieurs entrevues : «Conveni equidem hic apud excelsum regem vestrum superioribus diebus Joannem nostrum»². Le 1.^{er} Septembre 1496, recommandant un jeune savant de ses amis, Gaucher Bartier, à Marsile Ficin, Gaguin lui écrit cette lettre élogieuse :

«Virtus et sapientia tua, Ficine, tanta in nostra maxime Academia Parisiensi circumfertur, ut cum in doctissimorum virorum collegiis, tum in classibus etiam puerorum tuum nomen ametur atque celebretur. Testes tuorum meritorum sunt illi preclari labores tui, quos ut Platonem latinum redderes desumpsisti: auget gloriam tuam Plotinus ex schola Platonis latinus a te factus. Leguntur preterea atque in pretio habentur alia lucubrationis tue volumina et familiares epistole quibus omnibus plerique nostratium scholasticorum ardent facie nosse et intueri hominem a quo tam preclara doctrine monumenta prodierunt»³.

Après Lefèvre et Gaguin, leurs disciples Beatus Rhenanus et Clitowt lisent Ficin à leur exemple et font paraître ensemble, en 1510, le *De Religione Christiana*⁴.

Ainsi Lefèvre avait-il, comme le dit M. Renaudet, «attiré l'attention des humanistes français vers les problèmes métaphysiques et religieux; et déjà formés par ses leçons, quelques-uns d'entre eux essayaient de fonder sur le mysticisme néo-platonicien de Ficin ou de Pic cette foi profonde que d'autres, moins érudits, cherchaient dans les livres de Gerson, des Windesheimiens ou dans l'*Imitation*».

Avec l'humaniste italien s'introduisit donc en France une nouvelle philosophie religieuse fondée sur Platon : «philosophie qui empruntait ses doctrines exotériques au péripatétisme, mais demandait au néo-platonisme de Ficin et de Pic des révélations plus secrètes, et, par l'intermédiaire de l'école florentine, se rattachait au mysticisme d'Alexandrie et de la gnose. Ainsi, dans la décadence finale de la théologie scolastique, la force et la vertu du catholicisme parisien venaient presque uniquement de Windesheim et Careggi». (Renaudet)⁵.

Mais l'influence de Marsile Ficin dépassa bientôt ce cercle restreint d'hommes d'études : grâce à l'un d'eux elle allait pénétrer la société et la ravir.

Avec l'humaniste italien s'introduisit donc en France une nouvelle

¹ Ficin à G. de Ganay, 16 Oct. 1494. Cité par Renaudet, p. 257.

² Ficin à G. de Ganay (sans date). Cité par Renaudet, p. 257.

³ Roberti Gaguini Epistolae, Louis Thuasne, 1903, T. II, lett. 76, p. 20-21.

⁴ Paris, B. Rembolt, 30 octobre 1510.

⁵ Pages 158 et 159.

philosophie religieuse fondée sur Platon ; «philosophie qui empruntait ses doctrines exotériques au péripatétisme, mais demandait au néo-platonisme de Ficin et de Pic des révélations plus secrètes, et, par l'intermédiaire de l'école florentine, se rattachait au mysticisme d'Alexandrie et de la gnose. Ainsi, dans la décadence finale de la théologie scolastique, la force et la vertu du catholicisme parisien venaient presque uniquement de Windesheim et Careggi». (Renaudet)¹.

Mais l'influence de Marsile Ficin dépassa bientôt ce cercle restreint d'hommes d'études : grâce à l'un d'eux elle allait pénétrer la société et la ravir.

Médecin, philosophe, homme du monde, Symphorien Champier était né près de Lyon vers 1471. Après avoir fréquenté les écoles lyonnaises et l'Université de Paris, où il reçut l'enseignement de Fausto Andrelini, Champier étudia la médecine à Montpellier, et revint s'établir, en 1498, dans la grande cité, sa patrie. Le 5 Octobre 1498 paraissait chez Guillaume Balsarin, la *Janua logice et physice*, son premier ouvrage². Et déjà, dans deux des petits traités qui composent ce livre : *De immortalitate rationalis anime* et *De mundi anima secundum Marsilium Ficinum*, on l'y voit préférer le néo-platonisme de Ficin au système d'Aristote. L'an 1502, «a lyon en rue merciere», maître Guillaume Balsarin imprimait *La nef des princes et des batailles de noblesses*, recueil de préceptes moraux joyeux et farci d'érudition adressé aux mondains, «tant aux litterez que non litterez». Enfin, en 1503, Symphorien Champier publiait chez Jacques Arnollet, «a lyon sur le rosne», sa *Nef des dames vertueuses*, où il mettait à la portée des seigneurs et des dames le *Commentaire de Marsile Ficin*³. Cet opuscule obtint un grand succès et «valut à Champier, dit P. Allut, la bienveillance du beau sexe, à ce point que les dames se précipitaient en foule sur son passage pour le voir et qu'une gente demoiselle du Dauphiné, des plus distinguées par sa naissance, sa vertu et sa beauté, déclare Gonzalve Toledo⁴,

¹ Pages 158 et 159.

² Lyon-Guill. Balsarin, 1498, in-8.^o goth. à longues lignes (Hain 9.360).

³ Ce titre de la «nef» était très à la mode alors, et fort goûté des lecteurs. On avait la *Nef des folz du monde* de Sébastien Brandt, *La nef des folles* de Josse Bade, *La nef de santé* par Nicolas de la Chesnaye.

⁴ Gonzalve Toledo, médecin espagnol, établi à Lyon, élu royal de cette ville et médecin de la reine, était un ami de Champier qui lui dédia son traité *De claris medicina scriptoribus*. C'est dans une épître de Gonzalve à Champier, datée du 17 Janvier 1506, où il le remercie de la dédicace de ce traité, qu'on trouve l'allusion au succès de la *Nef des dames*.

s'estima heureuse de lui donner sa main». La réputation de Champier s'étendit bientôt si loin que peu d'années après, en 1506, le duc de Lorraine l'appelait à sa cour comme premier médecin.

La *Nef des dames* est divisée en quatre parties. Au début quelques pièces de vers: un *Double rondeau par maniere depigramme* qui sent encore son Moyen Age:

«La nef des dames vertueuse
Ou toute vertu est enclose
Les gestes et le vasselaige
Des dames cy abbat la raige
De cil qui les dames accuse.
Et affin que nul ne mesdise
Des dames par aulcune ruse
Des mesdisans mord le langaige
La nef.

Pour vous garder qu'on ne vous buse
Dames ou bonté est infuse
Ayez devant vous pour ymage
Ceste nef: car a mariage
Observer aprent quon ny muse
La nef».

Puis un *Prologue de lacteur* (l'auteur) fait en rhétorique françoise, allégorie dans le goût médiéval. L'auteur suppose qu'un matin, tandis qu'il cherchait vainement un sujet à traiter, une grande et belle dame, Prudence, suivie de «solertie providence entendement raison experience docilite astucie», lui apparaît. Elle lui rappelle les livres «qu'il a composé maints» et entre autres le dernier, cette *Nef des Princes* où il a montré «comment pour estre crains

Et bien aimés de leurs nobles vassaulx
Les princes doibvent vivre et soir et mains
Et supporter bonnement leurs villains...».

Prudence l'en félicite:

«De tout cecy tu as moult bien parle».

Mais, ajoute-t-elle, «tu nas pas tout ton cas emmalle

Quant des dames la vertu as cele
Et nas parle comme par malveillance».

Elle l'exhorte donc à les servir maintenant, en prenant leur défense contre les médisants:

«Mais prens ta plume et que tu me soys agille
Que leurs beaux faictz en escript soyent mis».

C'est ce que fera Champier: il prend la plume contre ce «tas de gens qui par une malice de langue envenimee ont voulu dire que les plus grans et enormes pechez anciens ont este perpetrez par femmes»¹, et qui en concluent à les condamner toutes. Champier plaide pour elles et, dans le premier livre, raconte la vie et les gestes des femmes les plus vertueuses et les «plus famees» de la mythologie, de la légende et de l'histoire, depuis Pudicité, «deesse que les Romains constituerent premierement pour la beaulté du tiltre et honorerent comme une chose divine de temples et de sacrifices» jusqu'à «Dame Blanche, fille du roy de Castille et mère du Roy Saint Loys».

Dans le livre II, Champier traite du «gouvernement de mariage». C'est un petit traité moral où à des conseils de médecine et d'économie domestique se mêlent des avis sur l'éducation des enfants.

Platon, non cité dans le premier livre, l'est ici à plusieurs reprises. On lit ainsi, Ch. IV, f. h 7 v.² «Du temps qu'on doit marier les filles»: «Selon Platon au sixiesme livre de ses lois»; f. i 1, Chap. vii «Des biens qui doivent estre en une femme»: «Plato in Gorgia concinit... Plato. V. de legibus»; f. k 8 Chap. xvii: «Plato in libris de legibus» et au feuillet suivant (l. 1) l'on trouve les noms de Zoroastre et de Mercure Trismégiste. Enfin f. l 12: «Plato in theage de sapientia... Plato. VII. de legibus». Au chapitre 17: «Des gentz desquelz se doit garder une princesse ou dame de habiter en sa maison», après avoir déclaré qu'elle se doit garder d'avoir chez elle de mauvais juges et de mauvais médecins, Champier en donne la raison et, citant à l'appui ses auteurs, nomme entre autres Marsile Ficin (entre Platon et Galien): «Marcilius ficinnus in epistolis — Medici cogitare quando egrotantes addit agi de vita: ut nihil sine ratione tentare audeat: nihil s̄ne consilio» (f. l 1).

Dans le livre III, Champier expose les «propheties, dictz: et vaticinations des sibilles translatez de grec en latin par Lactence Firman et de latin en rhethorique françoise: par maistre Symphorien Champier, avec commentaire dudit maistre».

Enfin dans le livre IV et dernier, qui nous intéresse surtout, l'auteur traite «de vraye amour, demonstrant comment et en quoy les dames doyvent mettre leur amour». Ce livre est «desdie et envoye a tres noble et tresverteuse princesse Anne de france dame et duchesse de Bourbon et Dauvergne».

Champier indique d'abord le motif pour lequel il a écrit ce der-

¹ Livre I, ch. I.

² Les feuillets ne son pas numérotés, mais signés a-x.

nier livre : et ce début, analogue aux premiers chapitres du *Commentaire* de Ficin, est plein de mythologie platonicienne. (Cf. aussi les premières pages du *Commento* de Pic): «Orpheus philosophe ensuyvant la sentence de Mercure Trismegiste disoit devant le monde estre ung abisme lequel il nommoit chaos et le boutoit estre devant Saturne, Jupiter et aultres dieux et disoit que amour estoit dedans la poitrine de chaos, pourquoy conclusoit amour estre ung dieu cest a dire une chose digne destre honore entre les vivans. Et pourtant (=par suite) sagesse est donnee a l'entendement et doit estre l'entendement de l'homme incline a Dieu comme loeul (l'oeil) est enclin a la lumiere du soleil¹ et doit en lui avoir amour et crainte. Et pource que amour est la chose qui fait vivre les vivans sur terre et sans elle nul ne peut parvenir a felicite divine ay propose selon mon imbecille entendement escrire ce livre damour pour donner a entendre les biens que (qui) en peuvent proceder».

Ainsi, comme Ficin, l'auteur de la *Nef des dames* déclare qu'il veut faire oeuvre utile et profitable aux hommes en leur montrant les bénéfices qu'apporte le véritable amour.

Mais, dès le paragraphe suivant, Champier n'imité plus seulement : il traduit. Et puisqu'il ne nomme pas Ficin, il pille, au vrai : c'est l'habitude de l'époque. On plagie directement, sans pudeur. Aussi bien, la science est à tous. Ce que chacun a pu dire ne fait qu'enrichir le bien commun. L'œuvre littéraire n'est pas regardée encore comme une propriété individuelle : tous les doctes y participent, tous peuvent y puiser, c'est leur patrimoine. Mais, par là même, la tâche n'est point aisée que de faire le départ des influences réciproques.

Quelle qu'en soit d'ailleurs la valeur, le 4.^{ème} livre de la *Nef des dames* est donc une traduction : qu'on en juge :

FICIN. ORATIO PRIMA. CAPUT III.

Omnia in eo consistunt, ut vitatis malis bona sequamur. Profecto nihil aliud leges et doctrinae omnes contendunt; quam ita homines instituere, ut declinent a turpibus, agant honesta. Hoc autem ipsum... Amor ipse unus brevi tempore perficit. Nam a turpibus pudor absterret: ad honesta excellendi studium provocat... Cum Amorem

CHAMPIER. LIVRE IV. F. R. I.

Toutes loix grecques et romaines et divines ne demonstrent aux hommes fors que on evite les vices et choses deshonestes et quon ensuyve choses honestes et depuis le commencement du monde non aultre chose montrent les loix sinon densuyvre les vertus et fuyr les vices. Et n'est rien au monde que a ce puisse conduire que amour.

¹ Image platonicienne reprise par Plotin et développée par Ficin à maintes reprises.

dicimus, pulchritudinis desiderium intellige... Triplex est pulchritudo, animorum, corporum atque vocum. Animorum mente cognoscitur, corporum oculis, vocum auribus solis percipitur. Cum Amor sit fruendae pulchritudinis desiderium: Amor semper mente, oculis, auribus est contentus. Quid olfactu? Quid gustu? Quid tactu opus est? Odores, Sapores, Calorem, Frigus, Mollitatem et duritiam, horumque similia sensus isti percipiunt... Amor tamquam ejus finem fruitionem respicit pulchritudinis: ista ad mentem, visum, auditum, pertinet, solum. Appetitio vero, quae reliquos sequitur sensus, non amor sed libido rabiesque vocatur. Rabies venerea ad intemperantiam trahit, ideoque ad inconcinnitatem: quam ad deformitatem similiter videtur allicere, Amor autem ad pulchritudinem; deformitas et pulchritudo contraria sunt. Motus igitur hujusmodi, qui ad ea rapiunt, inter se videntur esse contrarii. Quapropter libido coitus, et amor non modo non iidem motus, sed et contrarii esse monstrantur. Testantur hoc et Theologi veteres, qui amoris nomen Deo tribuerunt. Quod etiam posteriores Theologi summopere confirmarunt; nullum vero Deo congruum nomen cum rebus turpibus est commune. Ideo sanae mentis quisque carere debet, ne amorem divinum nomen, ad insanas perturbationes temere transferat... Hanc rationem copiosissime explicat Phaedrus: ubi exempla ponit amorum tria. Unum amoris foeminae ad masculum: ubi de Alceste Admeti

Car de choses infames honte et vergoigne distraict et aux choses honestes incline... Amour nest autre chose que desir de chose belle et honneste. Et sont troys manieres de beaulte: cest assavoir beaulte de lame: beaulte de corps: et beaulte de la voix. La beaulte de lame se congoist par lentendement. La beaulte de corps des yeux; la beaulte de la voix des oreilles. Et pour ce que amour nest que desir de beaulte: Amour est contente dentendement des yeux et des oreilles. Le goustements, saveurs, senteurs, touchemennt elle ne desire ains delaisse aux appetitz sensitifz et ainsi amour ne quiet nulz touchemens, saveurs ne odeurs, mais soy contente des troys dessus ditz, et lappetit qui demande autres sens que entendement ou la voix ou la veue, ce nest pas amour mais volupte et enraigement. L'Enraigement et folie de concupiscence charnelle et venerée (=venérienne) conduict a prodigalite, intemperance, infamete et a choses viles, et amour conduit et desire beaulte¹. Et pour ce que infamete et laideur sont contraires a beaulte, les mouvementz damour et dappetit charnel et venerée ne se peut dire amour. Et a ce s'accordent les anciens Théologiens² qui attribuent amour à Dieu. Laquelle chose confirment aussi les theologiens modernes [comme saint Augustin, sainte Ambroise et aultres]. Et pour ce que nul nom ne peut estre attribue a dieu et aux choses viles et deshonestes³, fault dire que si amour est attribuee à dieu, quelle ne se doit attribuer a volupte,

¹ La traduction de cette phrase prouve que Champier n'a pas bien compris le texte de Ficin. Il n'a pas vu le raisonnement que tient celui-ci: la fureur vénérienne produit le trouble (contraire à l'harmonie qui est le propre de la beauté) et par suite la laideur. Le «prodigalité, intempérance...» ne rend pas du tout la progression logique.

² Ici par un luxe d'érudition que, pour une fois, Ficin s'est refusé, Champier cite: Hermes, Trismegiste (qui ne sont qu'un seul personnage et encore mythique), Orpheus, Zoroastre, Platon.

³ Ne peut être attribué à la fois à...

uxore loquitur, quae pro marito mori voluit. Alterum amoris masculi ad foeminam, ut Orphei ad Eurydicen. Tertium amoris masculi ad masculum ut Patrocli ad Achillem: ubi ostendit nihil fortiores homines reddere, quam amorem.

lascivete et operation veneree. Phedrus ainsi que recite platon «in Simposio» meet trois manieres de amour. Lune dit estre lamour de la femme au mary comme fut lamour de alceste qui voulut mourir pour son mary admete. L'autre est du mary a la femme, comme lamour de Orpheus a sa femme Euridices. Et la tierce est lamour de lhomme a lhomme comme lamour de Patrocles a Achilles, la ou il monstre quil nest rien qui rende les hommes si forts quamour.

Mais ces trois exemples ne suffisent pas à Champier. Il n'écrit point pour les doctes, les hommes graves, mais pour les dames et les gens du monde: c'est d'ailleurs la raison pour laquelle il a composé en «rhéthorique (langue) françoise» son petit traité. Or les dames, alors comme aujourd'hui, raffolent des histoires. Il leur en contera donc: et l'une d'elles, tout au moins, me paraît exquise. Naïvement, avec la candeur charmante des romanciers de ce temps, il nous annonce son projet: «De ces trois manieres damour je mettray trois exemples et histoires extraictes d'Aulius Gellius, platon et bocace¹ pour ce quelles sont moult utiles aux dames pour scavoir que cest que la vertu damour et sa puissance. Car les choses que nature ne peut accomplir, amour [les] parfait et nest rien ou une dame doive plus mettre son entendement que en amour: mais quelle se garde dabuser de ce non amour lequel est non ce divin [amour] qui donne paix aux hommes et a nature...».

«La premiere histoire sera de lamour de la femme au mary»: c'est l'histoire bien connue d'Artémise, épouse de Maüsole; Hérodote la rapporte au sixième livre de ses *Histoires* et Aulu Gelles après lui dans ses *Nuits Attiques*.

«La tierce, de la vertu damour de lhomme a lhomme», nous montre deux amis, dont l'un, près de se marier, livre sa fiancée à l'autre qui l'adore: certes, il y a là de jolis traits. Mais je ne puis tout citer: et j'aime mieux m'arrêter sur le second récit, qui est délicieux. L'on y retrouvera, directe, l'influence de Marsile Ficin. C'est «l'hystoire de la vertu damour de lhomme a la femme». Un noble et puissant seigneur de la ville de Chypre, nommé Aristippe, a un fils, Galesus, «le plus beau de corps et mieux prins de tous», mais,

¹ Pour ces deux derniers, je ne vois pas dans quelle partie de leurs œuvres Champier a puisé.

si «incensé et fol de nature» qu'on la appellé Cymon, «cest a dire bestial» (?). Nul précepteur ne l'a pu former: désespéré, son père l'envoie à la campagne, au milieu des bêtes qu'il comprend et qu'il aime.

Or, un jour qu'il s'en allait parmi les champs», au temps de may ou les arbres florissent et herbes verdoient», il passe le long d'un petit bois «clos de murs verdoyants, lequel estoit a ung noble homme nomme Scipion». Et là, près d'une fontaine, sous les arbres, il vit «une belle fille et jeune, plaine de beaulté et faconde, habillée de robes riches delices et le lin si deslie quon pouvoit voir la chair comme une rose au dessoubz». Etendue sur l'herbe, elle dormait; à ses côtés, deux filles, un serviteur dorment également. Cymon s'arrête ébahis, s'assied et la contemple. Et voici qu'à la vue de ce doux visage, et du corps admirable de cette vierge, Cymon lentement s'humanise. Son intelligence peu à peu s'éveille; il grave ces traits en son âme: et à mesure qu'il en subit le charme, «de rustique et bestial, il devient homme sage et discret». C'est le miracle de la beauté. Farouche, autrefois il eût bien vite quitté ce groupe humain: maintenant, il reste. Il veut voir les yeux de la jeune fille: déjà, sans le savoir, il l'aime. «Quant elle se fut reveilee, et quil vit ses yeulx si beaulx, si plaisans et si attractifz, il cuida que ce fust une deesse». Mais elle, l'apercevant si près d'elle qui la regarde sans arrêt, s'étonne d'abord, «car elle scavoit bien quil estoit fol», et l'interroge: «Cymon, lui dit-elle, que faites-vous icy dedens ce bois?». Il ne réponde pas. Il la regarde plus fort qu'avant «entre les yeux». Alors, elle se lève effrayée, appelle ses compagnes et le page pour retourner à sa maison: et Cymon, silencieux, la suit.

Et quand il l'a perdue de vue, il vient vers son père et lui dit: «Mon père, je vous prie quil vous plaise me donner precepteur pour minstruire. Car je nay plus delibere de vivre ne demourer comme beste emmy les champs mais propose destre homme civil». Tel est bien en effet le propre du véritable amour qu'il pousse l'amant à s'instruire dans les lettres et les arts pour qu'il élève ainsi son âme vers la beauté¹.

Cymon se forme donc à toutes les disciplines, et, «de brutal devenu saige et preux aux armes, prudent et saige en lettres, il fut honnore et prise de tous les Chippriens». Il demanda en mariage la belle Iphigénie, et, après quelques péripéties toutes romanesques, finit par l'épouser.

¹ Cf. Ficin, *Commentaire, Oraison III, Chapitre III*. «Amour est maistre de tous les arts». Cf. aussi le *Conte du Rossignol* de G. Corrozet.

«Ceste histoire moult singuliere, conclut Champier, demonstre quante force et vigueur a donne nature a beaulte en laquelle est fondee amour. Ce Cymon aimé l'amour honneste Iphigenie et non point par concupiscence charnelle et veneree, mais pour la beaulte de sa personne et bon maintien et pudicite, non obstant ce quil fut brutal et incense: car il se miroit en elle en se esmerveillant des oeuvres de Dieu...»

O vous messeigneurs les amoureux, aimes les femmes de telle amour constante et non veneree. Et si tu en peulx trouver beaulte de corps et de voix, soynt la tierce de lame. Car cest la principalle et la plus digne de beaulte. Les deux premieres sont à louer avec la tierce, et sans la tierce ce nest que umbre et semble devant le vent. Et la tierce peult valoyr sans les aultres. Car en elle est *vraye amour* laquelle conduit au royaume des vivans».

J'ai insisté un peu sur ce récit parce que c'est, à ma connaissance, la première histoire romanesque en langue française où se révèle l'influence de Marsile Ficin. Il y en a d'autres, on l'a vu, et ce n'est pas l'un des témoignages les moins curieux du mouvement platonicien de la Renaissance.

Champier a traduit la plus grande partie du Chapitre iv¹ «De l'utilite d'amour». Après avoir narré les trois histoires, il en interprète assez librement la fin.

FICIN. ORATIO I. CAPUT IIII. CHAMPIER. LIVRE IV.

Ergo Amorem esse Deum sine controversia fateamur: ac semper id observare conabimur, ut tantus amor sit, quanta fuerit pulchritudo. Et ubi corpus quidem pulchrum, animus minime, tamquam umbratilem et fluxam imaginem pulchritudinis vix et leviter diligamus. Ubi solus animus pulcher, stabilem hunc decorum animi ardenter amemus. Ubi vero utraque pulchritudo concurrit, vehementius admirerum...

Pource que amour est une chose divine, [que tous les theologiens antiques lont tant loue], dirons que tout homme doibt autant aimer comme il y a de beaulte: [aulcuns enseignemens selon Platon en son livre damour nomme Simposion disant...]². Et quant le corps aura beaulte et lame non, le devons aymer comme lombre et ymage de beaulte et legierement. Et quant lame seule est belle et non le corps on la doyt aymer ardemment et fermement. Et quant on a beaulte de corps et dame, devoir aymer parfaictement et de souveraine amour ardent et estable comme chose parfaicte de toutes parts.

¹ De l'Oraison i du *Commentaire* de Ficin.

² Tout ceci n'est point dans le texte et n'est là que pour faire montre de l'érudition de Champier.

Le traducteur ajoute ici un peu de son propre crû. Puis il passe à l'Oraison II, Chapitre II, où il ne prend qu'une phrase :

FICIN. ORATIO II. CAPUT II.

Id sibi voluit Hierothei et Dyonisii Aeropagitae hymnus ille praeclarus: ubi sic Theologi cecinerunt. Amor circulus est bonus, a bono in bonum perpetuo revolutus.

pour s'arrêter au chapitre III :

FICIN. ORATIO II. CAPUT III.

Neque ab re Theologi veteres Bonitatem in centro, Pulchritudinem in circulo posuerunt. Bonitatem, inquam, in centro uno: In circulis autem quatuor, Pulchritudinem. Centrum unum omnium Deus est. Circuli quatuor circa id assidue revoluti: Mens, Anima, Natura, Materia. Mens, stabilis circulus: Anima, per se mobilis; Natura, mobilis in alio, non alio; Materia, ab alio et in alio mobilis.

Je ne saurais transcrire le livre entier et me borne à donner les passages traduits. Champier prend quelques phrases encore dans ce chapitre 3 où est exposée toute une cosmogonie de l'Amour, puis vient directement au Chapitre VIII : « Sur l'amour simple et réciproque » qu'il rend presque dans les mêmes termes que Le Fèvre de la Boderie. J'en extrais ces lignes pour exemple :

FICIN.

O felicem mortem quam duae vitae sequuntur. O quelle deux vies proviennent. O le bon changement, quant lung baille son amour a lautre pour la sienne et toujours garde la sienne. O le merveilleux gaing quant dung homme est fait deux par amour!

CHAMPIER.

O la bonne mort: de laquelle deux vies proviennent. O le bon changement, quant lung baille son amour a lautre pour la sienne et toujours garde la sienne. O le merveilleux gaing quant dung homme est fait deux par amour!

LE FÈVRE DE LA BODERIE

O mort heureuse que deux vies ensuyvent! O merveilleux contract auquel l'homme se donne pour autrui et autrui ni soy n'abandonne! O gaing inestimable quand deux deviennent un en telle maniere.

De là Champier fait un saut brusque à l'Oraison VII, Chapitre III : sur les propriétés de l'amour vulgaire et de la volupté charnelle. Et,

Ainsi que dit hierotheus et sainct Denis en leurs hymnes: amour est un cercle bon lequel provient et sort de bien et revient en bien.

CHAMPIER. LIVRE IV.

Le centre du cercle est bonté. La circonference et extremitez sont beaulte. Le centre est Dieu lequel est Bonte. Les extremitez de ce cercle sont quatre: lesquelles tournent toujours autour. Et sont entendement, lequel est stable cercle. Lame, laquelle est cercle par soy mobile. Nature, laquelle est cercle mobile en aultruy, et non daultruy. Et la matiere, laquelle est cercle mobile daultruy et en aultruy.

de nouveau, une histoire pour nous montrer que «soubz lherbe gyst le venim et le serpent conduysant au gouffre infernal» et qu'il se faut garder du faux amour. Et cette histoire est charmante: je ne puis m'empêcher de la résumer.

Phébus, «lumière de la vie des humains et auteur de medecine vitale» a une fille, Lucilia. Et, pour la préserver de tout mal, il lui ordonne de se tenir toujours auprès de lui, à sa droite. L'hiver, l'obéissance ne lui coûte guère: car elle craint la froidure. «Mais quant se vint sur le printemps sur le commencement d'april que les oyseaulx commencent de chanter et les arbres et herbes sont en verdure, ceste fille Lucilia playne d'une merveilleuse beaulte commença a soy eslongner de son pere et de peu a peu¹ alla sur les champs et pres des ruisseaux. Et par la douleur de lherbe et beaulte des fleurs, par les douces senteurs et odeurs non tant seulement fist chapeaux et couronnes dn fleurs et herbes: mais aussi des robes fist de lys, lauriers, violettes, roses et aultres herbes verdoisans et de grand senteur et puys mangea les fructz comme pommes doulces, poires, cerises, prunes et aultres doulx fructaiges». Après avoir goûté à ces voluptés innocentes, elle en veut connaître d'autres plus dangereuses: et voici qu'elle tombe malade.

Alors, «avec grandz clamours et lamentations», elle s'en retourne vers son père, et le supplie de lui pardonner, de l'admettre de nouveau à son côté. Phébus d'abord refuse et la renvoie à sa mère, Vénus. Mais elle le presse: «O pere, lui dit-elle, tu es celluy qui ma donne estre. Sans toy je ne fusse au monde. Tu mas donne la vie: veulle la moy garder et deffendre. Veulle estendre ta misericorde sur celle que tu as faict et amour paternelle te veulle inciter a preserver lopperation faict par toy. Je te prometz, mon pere, que jamais je ne te delaisseray ne feray contre ton commandement si a ceste fois me pardones». Phébus s'attendrit: il remet à Lucilia sa faute, mais à la condition qu'elle quittera «ses habillements lascives et mondaines». Et il conclut ainsi: «O fille, veulle congoistre que soubz ung peu de miel et doulceur, il y a grant fiel».

Et maintenant, sachez que Lucilia, c'est l'âme raisonnable, Phébus, son père, Dieu tout-puissant. Connaissez que lorsqu'elle cesse «daymer la vraye amour qui est Dieu et prend lombre damour — cest choses mondaines — lame raisonnable tombe en plusieurs maladies et ne peult point guerir sinon quelle se retourne a luy par grant penitence et contrition et si elle se esmende soubz intention de jamais

¹ «de peu a peu» est logiquement la vraie forme correcte de cette expression.

ny retourner et delaisse ses robes et lascivete et volupte mondaine et se habille des habis dhumilite et vertu, craignant Dieu et laymant».

Me trompé-je ? Ce ton est nouveau dans cette littérature. L'on n'avait point encore lu, dans le roman français, de ces exhortations à l'amour divin, de ces conseils d'une morale chrétienne renouée par le platonisme. Les traités mystiques sans doute ne font pas défaut au Moyen-Age, non plus que le roman d'amour courtois ; mais il n'y a point corrélation entre ces deux sortes d'ouvrages. Le roman du Moyen-Age n'a pas montré qu'il pût y avoir progression de l'amour humain à l'amour divin. Et, s'il défend parfois l'amour chaste, il n'en dit pas la raison. La philosophie de l'amour, dans le roman, en France, c'est au XVI.^{ème} siècle qu'elle apparaît, et sous l'influence du platonicien Marsile Ficin.

Le quatrième livre de la *Nef des dames* se termine par des invocations aux dames vertueuses, aux nobles seigneurs. Et cette fin est belle par l'accent sincère et quasi religieux qu'on y perçoit, et agréable aussi par ce ton naïf à la fois et bonhomme qui distingue les écrivains de cet âge, et qui fait leur charme.

«O Dames, veillez estre amoureuses de vraye amour, ayez et ensuivez amour comme chose divine, et de tout vostre pouvoir soyez ferventes en amour». Puis l'auteur marque encore une fois les différences de l'amour véritable et de la volupté. Et il reprend :

«O hommes, soyez virilles. O Dames, soyez vertueuses, prudentes, et pudiques. O hommes, fuyez jeunes femmes. O Dames, fuyez jeunes hommes et jouvenceaulx».

Qu'on ne s'effraie outre mesure : Champier appelle jeunes femmes et jouvenceaux ceux et celles qui sont «jeunes en doctrine en sapience», dont Vénus est l'unique maîtresse et qui «ressemblent les seraynes qui sont dedens la mer lesquelles par leurs beaux chantz et voix melodieuze endorment les mariniers: et tout incontinent quilz sont endormis, font periller la marchandise et les gentz qui sont dedans le navire».

Telle est enfin la conclusion : «Si vous aultres dames voulez prendre plaisir a deviser avecques hommes, parlez a ceulx qui vous peuvent rendre meilleures et donner doctrine de bien et vertu, et soient vos parolles de choses honnestes et de bien». C'est toujours la pensée de Platon et de Ficin: l'amour source de perfection intellectuelle et morale.

Imprimée d'abord en 1503, à Lyon, chez Jacques Arnollet, la *Nef des dames* le fut encore «a paris le III.^e jour de may Mil CCCCC et XV pour Jehan de lagarde libraire sur le pont nostre dame a len-

seigne saint jehan levangeliste¹ et «le vingt VI jour daoult Lan MCCCCCXXXI a Paris par Philippe le noir libraire et lung des deux relieurs de livres jurez de luniversite de Paris. Demourant en la Grant rue Saint Jacques a lenseigne de la Roze blanche»².

Le livre eut donc du succès. Aussi bien la renommée le plus en plus grande de l'auteur contribua-t-elle à faire lire la *Nef des dames*. Dans une lettre³ envoyée vers 1506, par Jehan Lemaire, «judiciaire et hystoriographe de ma tresredoubtee dame ma dame la duchesse de Savoye fille a Lempereur Maximilian» à son ami «M. Pierre Picot docteur es ars et en medecine Physicien: stipendiaire de la dicte princesse», l'on trouve ces vers en l'honneur de Champier:

«Champier gentil, riche champ, pur, entier,
Ton nom ton los jamais ne sont terniz.
Ta gloire croist en sublime sentier
En bruit haultain et en bien infinitz.
Tu floriras en tous lieux par droicture
Et seras dict territoire fertil
Champlain dhonneur et plain de floriture
Bien cultive noble Champier gentil.

Ne crains envie et sa rude poincture
Car leurs meffaitz enfin seront pugniz
Mais suy toujours ta bienfaisant nature
Dont les exploitz sont loues et benitz.

Gentil Champier honorable et util
Qui nous produiz doctrinable facture
Tant sont souefz les biens de ton courtil
Qua l'experience foible est non escripture.
Tant sont tes faictz bienfaictz et bienfournitz
Que ne suffit mon encre et mon papier
Ains servent peu mes vers trop mal unitz
Pour extaller un si gentil Champier.

Fac et spera».

Je sais bien qu'on ne mesure pas la louange au XVI^{ème} siècle: mais enfin elle est ici assez vive.

Attaché à la cour de Lorraine la même année (1506), Champier suivit le duc Antoine dans les guerres d'Italie et fut sacré chevalier à

¹ Petit in 4.^o gothique de 100 ff. à longues lignes. Signat. a-r.

² Petit in 8.^o gothique, gravures sur bois. Bibl. Nat. Res. Je. 3.212.

³ Cette lettre singulière, mêlée de latin et de français, est un long éloge de «ce treselegant hisolophe orateur phystorien et physicien messire S. Champier lyonnois».

Marignan, tout comme son roi François I.^{er} Homme de cour, noble, ce personnage quasi universel, lorsqu'il revint à Lyon en 1516, dut y fréquenter la bonne société. Il connut Maurice Scève, Charles de Sainte-Marthe, ses compatriotes, tous deux poètes platoniciens, et Rabelais, médecin comme lui, Clément Marot, Bonaventure des Périer, Etienne Dolet, dont chacun passa plusieurs année de sa vie à Lyon, de 1530 à 1540¹. Enfin, il correspondit avec Erasme² et un grand nombre d'entre les humanistes de son temps.

Or ce polygraphe, ignoré de nos jours mais autrefois célèbre, fut constamment l'un des plus fervents disciples de Marsile Ficin. Outre des traités de médecine et d'histoire, il a écrit des ouvrages de philosophie où se marque avec évidence l'influence du florentin. En 1507, chez Et. Gueynard à Lyon, avait paru le *Liber de quadruplici vita* où Champier commente la théologie d'Hermès Trismégiste. Le 27 Février 1508, il publiait le *De triplici disciplina* (ces deux titres seuls rappellent le *De triplici vita* de Ficin) qui contient trois livres sur la philosophie platonicienne, quelques traités de médecine, puis, sous le titre *Pars Theologalis*, trois livres sur la théologie orphique, et une *Theologia Trismegistica* où Ficin est souvent cité. Et ses deux œuvres les plus importantes en philosophie, le *Peri Archon, id est de principiis platoniarum disciplinarum* (Lyon, 1515) et la *Symphonia Platonis cum Aristotele* (Josse Bade, 1516) reflètent encore la pensée de l'auteur du *Commentaire*.

Ainsi, grâce à Champier, grâce en particulier à cette *Nef des dames*, composée en langue française et par suite accessible à tous, la philosophie du *Commentaire sur le Banquet* se répandit très tôt dans notre pays. Toutefois, c'est seulement quelques années plus tard que des textes nous en apportent le témoignage.

Mention est faite de Marsile Ficin dans les *Illustrations de Gaule et Singularitez de Troye* de Jean Lemaire de Belges (1513). Au second livre, chapitre xxiiii^e, f. 1 r.^o, je lis: «Marsille Ficin, en ses epistres met que le prince des poetes homere, pour avoir trop vitupere la belle helaine, fust toujours depuis aveugle, ne jamais ne recouvrira sa veue, pource que onques ne se voulut repentir ne reconnoistre quil avoit mal fait». Au f. 11 r.^o: «Comme met marseille ficin de florence en ses epistres» (à propos de la palinodie de Stésichore). A la fin du prologue du second livre, au cours de la liste «des noms des acteurs» que cite Jean Lemaire, l'on trouve: «mar-

¹ Champier meurt vers 1539 ou 1540.

² *Epistolae Erasmi ad Campedium cum responsionibus*. Campède était le nom que Champier avait pris pour s'affilier aux Campégiens de Bologne.

sille fycin en ses epistres»¹. Mais, si Lemaire de Belges a lu, parmi les auteurs italiens de la Renaissance, quelques écrivains platoniciens, dont Ficin² et Christoforo Landino³, il en a peu subi l'influence, sauf dans le sens très général de l'exaltation de la beauté et de l'amour.

Cependant, en 1527, paraissait à Paris, chez Galliot du Pré, el *Dialogue tres elegant intitule le Peregrin* traduit de l'Italien G. Caviceo. Nous connaissons ce roman. La vogue en fut considérable. Outre le nombre d'éditions que le livre obtint (six éditions de 1528 à 1535), la réaction qui se fit contre cette morale fycinienne pervertie nous le prouve de curieuse manière. Tous en effet n'acceptèrent point la nouvelle conception de l'amour; et le poète Jean Bouchet dans ses *Angoyses et remèdes d'amour* (Poitiers, 1536), fut de ceux qui protestèrent. Pour lui, «folle amour», c'est l'amour hors du mariage. Il ne se soucie pas de savoir si l'amour a lieu entre êtres beaux ou laids, mais entre époux ou amants. Aux yeux de Ficin et de ses disciples, quand un jeune homme voit une jeune dame belle, il l'aime pour sa beauté, fleur et signe de sa bonté. Et cette beauté lui rappelle la Beauté idéale vers laquelle il se porte ainsi. Tel est du moins l'idéal: car, même s'il défaillie, du moment que l'amoureux engendre dans la Beauté (Ficin) ou s'unit à la beauté (L. Hébreu), il s'élève déjà au-dessus du commun et peut-être ira-t-il de la sorte jusqu'à Dieu. Que ce soit dans le mariage ou en dehors que le jeune homme aime la beauté de sa belle amie, peu importe: jamais il n'en est question.

Jean Bouchet pense tout autrement. Et à la théorie fycinienne il oppose la vraie et stricte morale chrétienne. Si le jeune homme voit une belle jeune femme qui ne soit pas sa femme, non seulement il ne l'aimera point: il doit la fuir. Ecoutez plutôt:

«Fuyez au loing et en fait et en dict,
Gardez vous bien d'approcher de la belle...
En sa beaulte ne pensez nullement,
*Ne es vertuz dont elle est assortie,*⁴
Fermez le pas a tout fol pensemant,
Que plus nen soit vostre teste assortie».

(*Remedes damours*, page xcii).

¹ Voir aussi Ed. Stecher, Tome IV, p. 121, quelques définitions empruntées à Ficin.

² Surtout les lettres: *Epistolarum libri XII*. Venise, 1495.

³ *Disputationum Camaldulensis libri IV*. Paris, 1511.

⁴ C'est tout le contraire chez Ficin, pour qui les vertus de la femme doivent infailliblement attirer l'amant.

Et page xciii:

«Et vous aussi qui aymez femme ou fille
Pour ses vertuz, si seule parle a vous
Du sien regard qui vient de loeil qui cille,
Serez surprins ou de son parler doulx,
Et ceste amour qui semble bonne a tous¹
Sera soudain en peche convertie.
Mieux il vaudroit estre avecques les loups,
La volonte tant tost est subvertie».

Et à la fin des *Remedes damours*, dans une pièce intitulée *damour divine*, Bouchet nous invite à nous tourner vers Dieu, non plus par une progression de la beauté humaine à la beauté divine, mais en fuyant au contraire l'amour humain.

C'est en vain qu'on résista. Marsile Ficin devait triompher. Sa conception esthétique et mystique de l'amour correspondait trop bien aux aspirations nouvelles, à ce besoin d'un idéal de beauté qui, même non suivi, satisfit l'imagination, ouvrît au rêve un champ illimité, pour ne point remplacer l'étroite règle du christianisme.

A partir de 1540, l'esprit du Moyen Age semble disparaître; et nombreux sont les textes qui maintenant reflètent la pensée ficienne.

Tout d'abord, on commença par traduire une seconde fois le *Commentaire sur le Banquet*. Cette traduction, incomplète encore et anonyme, est due au libraire Gilles Corrozet², dans son petit traité *La diffinition et Perfection d'Amour*. «Lecteur debonnaire, nous dit-il³, je scay que tu te mescontenteras de prime face de ce tiltre d'Amour, par ce que c'est chose trop vulgaire, mais j'ay cest estime que ce traité sera bien receu de toy pour la nouvelle diffinition d'Amour qu'il contient oultre les anciens, et pour les divers propos (non encores ouys ne leuz) dont il est enrichi. Recoy le doncq de bon courage, et de ceste matiere n'en attends plus d'autres».

Corrozet se vante un peu. Il n'est pas le premier à faire con-

¹ N'y a-t-il pas là une allusion directe à l'influence exercée par les écrits nouveaux?

² A la vérité Corrozet ne déclare pas expressément qu'il est l'auteur de cet ouvrage, mais c'est lui qui l'a imprimé, et sans l'attribuer à personne. Au contraire, le deuxième traité, *Sophologe d'Amour*, est précédé d'une dédicace qui nous révèle l'auteur: Antoine Vias. Aucune dédicace où quelque autre se nomme. L'*Avis au Lecteur*, non signé, ne peut être que de lui. Au surplus, son *Conte du Rossignol*, et sa *Satire contre fol amour* nous prouvent qu'il connaissait la philosophie de Ficin..

³ *Avis au lecteur*, f. 2, r.º.

naître en France cette «nouvelle diffinition d'Amour». Et la *Nef des dames* n'était pas si oubliée puisque, onze ans auparavant, en 1531, Philippe Le Noir la publiait encore. Mais il faut prendre le lecteur par l'attrait de l'inédit. Libraire pratique, Corrozet n'y manque point. Au surplus, ces lignes sont instructives. Elles nous montrent qu'en 1542 discuter sur l'Amour était chose banale. On lisait en effet les traités d'amour italiens. Corrozet le sait bien, lui qui les vend tous les jours «en sa boutique, au palais». Il y fait allusion plus loin: «Quelle fut la mère d'Amour¹, s'il eut plusieurs frères², c'est ce que vous saurez à la lecture des livres Italiens que vous apprendrez aysément». Ce sont, les *Asolani* de Bembo, non traduits encore, mais familiers à une société qui généralement possède la langue italienne; c'est le *Cortegiano* de Castiglione, composé tout exprès pour la cour de France, et dont la version française parue en 1537 a obtenu déjà trois éditions; c'est le *Libro di natura d'amore* de Mario Equicola qui a de longs chapitres sur la mythologie de l'Amour: Corrozet ne les ignore pas, et s'il insiste peu à leur sujet, c'est, dit-il, qu'on les trouve aisément.

La *diffinition et Perfection d'Amour* est une sorte de petit traité moral adressé à une femme que d'ailleurs l'auteur ne nomme pas. Eloigné de son amie, Corrozet ne veut pas cesser de lui rendre service: et puisque tout est commun entre amis, il la fera participer à sa science: «Il m'a semblé fort approchant de mon debvoir, si ce que j'ay leu et peu entendre d'Amour, je le declairois par lettre... Ma deliberation est vous faire congnoistre ceste passion pour s'en garder qui s'en trouvera mal, ou la garder qui la trouvera bonne»³. Ainsi, l'amie qui «par le passé (entre les belles) fust aymable, a l'advenir (entre les sçavantes) sera plus desirable». Et toutes les «mieux ay-mées femmes de ce monde» connaîtront par ces quelques pages la raison de leur amitié et le secret du «vray amour».

L'auteur commence par une description du jeune dieu sous les traits duquel l'on se représente vulgairement l'Amour. Mais il ne s'y trompe pas: c'est une «fabuleuse paincture» et il en vient vite à la définition du véritable amour: «Comment se diffinist Amour» (f. 7 v.^o). Ici, un aveu précieux: «Afin que vous femmes par inadvertance, ou non accoustumance de parolles faintes ou inventées, tant des hommes que de nature, pour esclarcir l'obscurite de toutes choses, ne vous esloignez par nostre faculte de bien y procéder, ou par

¹ Vénus ou Pénie.

² Allusion à la légende d'Antéros

³ F. 7 r.^o.

incapacité de vostre entendement encores rude en ce langage, que nous prenons et translatons pres du latin, et loing de vostre langue maternelle, nous diffinirons Amour...». Ce langage translaté du latin, nous allons voir que c'est celui de Marsile Ficin dans son *Commentarius*. Sans doute Ficin n'est-il pas nommé. Mais bien peu nomment leurs auteurs au XVI.^{ème} siècle. Et le fait est déjà remarquable que Corrozet nous prévienne qu'il a traduit ce qu'il va dire.

La démarche adoptée par lui est celle même qu'implicitement suit Ficin: Définition de l'Amour: «L'Amour est désir de Beauté», d'où définition de la Beauté; des différentes sortes de beautés; distinction de l'Amour et de la volupté; de l'amour simple et de l'amour mutuel; origine de l'amour: tout cela est directement emprunté à Ficin dont le texte est souvent traduit. Voici quelques concordances: Les deux chapitres: «Comment se diffinist Amour» et «La diffinition de beaulte» (f. 7 v.^o à f. 12 r.^o) sont inspirés du chapitre iv du I.^{er} discours du *Commentaire*: «De utilitate Amoris». «Amour est ung desir de jouyssance de beaulté» (f. 8 r.^o): «Cum amore dicimus, pulchritudinis desiderium intellige»: tel est le principe.

Mais aussitôt, songeant à son amie, Corrozet lui en montre les conséquences pratiques. Qu'elle ne s'affraie point: «Si ne veulx-je pourtant qu'aucune de vous entre en desespoir de n'estre aymée en sa vieillesse où elle pourroit penser par faulte de beaulte devoir defaillir et cesser l'amour de celles qu'elle a délibéré de plus long temps aymer que ne devera la venusté de son visage, ou la dexterité de sa taille». C'est le même sentiment qu'exprime Bembo dans le *Courtisan* de Castiglione. Et Corrozet y répond comme lui:

«Trois sortes y a de beaulté, l'une de l'esprit, la seconde de la voix, la troisième du corps» (f. 9 r.^o): «Triplex igitur pulchritudo, animorum, corporum atque vocum».

«Beaulté de l'âme est ung luysant accord de bonnes meurs, accompagné d'acquise doctrine. Beaulté de corps n'est autre chose que une concorde ordonnée de membres avec decente couleur et ligneature plaisante».

«Siquidem ex plurium virtutum concinnitate in animis gratia est. Ex plurium colorum linearumque concordia in corporibus gratia nascitur».

Mais sur le dernier point, la beauté des voix, l'accord ne se fait plus entre Ficin et Corrozet. La «maxima ex vocum plurium consonantia», c'est-à-dire l'harmonie, douce au musicien Ficin, est devenue «concorde de parole suffisante, formée avec pensée sagelement conceue, et est celle excellente musique qui dict et exprime bien ce qu'elle

pense, j'entendz de ce qu'elle veult et fault estre sceu, car c'est aussi bien parlé ne disant point ce qu'il faut taire, comme descouvrant ce qu'il fault dire». Corrozet n'aime pas la musique. Il la juge même avec quelque mépris au regard des belles pensées, seule musique selon lui: «Vous lirez ces livres, dit-il à son amie (f. 7 r.^o), quand ceste ardeur de musique sera refroidie, et que bonne envie de sçavoir, avecques vergongne d'ignorer, vous aura surprins en aage plus meur et jugement moins volage». Gilles Corrozet, «libraire parisien», semble un bourgeois un peu pédant et dénué de fantaisie.

De ces définitions et divisions de la beauté, il tire bientôt une conclusion analogue à celle de Ficin: la distinction de la volupté et de l'amour:

«Ainsi je conclus que d'une amye belle d'esprit, de voix, et de corps, on peult honnestement jouyr par pensée, ouyr et veoir les graces dessus dictes, et que ce demourant qu'ilz appellent volonté désordonnée, qui se cognoist au toucher et coucher, se doibt nommer perturbation bestiale ou servile, et non beaulté, et moins Amour».

«Amor tanquam ejus finem fruitionem respicit pulchritudinis: ista ad mentem, visum, auditum pertinet solum. Amor ergo in tribus iis terminatur. Appetitio vero, quae reliquos sequitur sensus, non amor sed libido rabiesque vocatur».

Et ce chapitre se termine par une phrase importante parce qu'elle nous prouve que Corrozet a bien saisi le point essentiel du système ficien: l'ascension de la beauté humaine à la beauté divine, de l'amour humain à l'amour de Dieu: «Ce lieu, dit-il, me sembleroit commode à vous prouver et mettre en évidence cest amour estre préparatif, fondement durable, *expediente eschelle* pour attaire l'Amour divin».

Il suffit. Les chapitres suivants: «Aultre diffinition par Orpheus et Platon», «D'Amour simple», «D'Amour mutuel», et «L'origine d'Amour» (ff. 12 r.^o à 24 r.^o) ne sont que la traduction avec quelques coupures ou allongements du chapitre VIII du 2.^{ème} discours du *Commentaire*: «Exhortatio ad amorem. De amore simplici, ac de mutuo». Enfin les deux derniers chapitres sur les traits psychologiques et physiologiques de l'amour humain: «De la pensée» et «De la puissance de l'oeil» (ff. 24 r.^o à 25 r.^o) sont le résumé du chapitre IV du 7.^{ème} discours du *Commentaire*: «Amor vulgaris est fascinatio quae-dam»; et les vers de Lucrèce cités au dernier feuillet (f. 29):

«De tes doulx yeux fut distillée la goute
Laquelle aux miens trouva subtil passage,
Aux environs du cœur feit tel outrage
Que d'ung si peu suys amourcuse toute»;

sont les vers même que cite et que commente Ficin au chapitre v de ce 7.^{ème} discours :

«Hinc in te primum Veneris dulcedinis in cor
Stillavit gutta : et successit frigida cura».

Le Fère de la Boderie les traduit de la sorte :

«De la douce Venus la goute et la liqueur
Distillant soeufvement au centre de ton coeur
Laisse encore après soy une ennuyeuse cure».

Ainsi la *Diffinition et Perfection d'Amour* est bien une seconde traduction, plus ou moins exacte et suivie, du *Commentaire* de Marsile Ficin. Ecrit pour les dames et adressé à l'une d'entre elles, de petit format, d'impression élégante, orné de jolies figures sur bois, le livre dut plaire au public féminin. Imprimé en 1542, la même année que la *Parfaicte Amyre*, deux ans avant la *Délie*, il contribua sans doute à répandre l'influence ficienne dont témoignent ces deux ouvrages : l'on ne peut donc le négliger¹.

Le 16 Février 1545, «avant Pasques»², paraissait enfin à Poitiers «à l'enseigne du Pélican», la traduction fidèle et complète du *Commentaire* de Marsile Ficin. L'auteur en était Symon Silvius, dit J. de la Haye, «valet de chambre», c'est-à-dire protégé, de Marguerite de Navarre, l'exquise princesse dont M. Lefranc a si finement analysé le caractère. Déjà, quelques années auparavant, un autre valet de chambre de la reine, Bonaventure des Périers lui avait adressé son *Discours de la queste d'Amytié, dict Lysis de Platon*³, et ce «Discours» était précédé d'un envoi intitulé : «Queste (requête) d'Amytié a la Royne de Navarre», où l'on trouve un résumé des discussions du *Lysis* avec l'indication précieuse de quelques points de la philosophie de l'amour.

¹ Le traité qui suit la *Diffinition: Sophologe d'Amour, oeuvre plaisant et re-creatif, dirige a tresillustre et magnifique Prince et Seigneur Monseigneur le Dau-phin*, et composé par Anthoine Vias «licencié en lois, natif du pays D'auvergne», n'a aucun rapport avec la philosophie de Marsile Ficin. C'est, comme la dit l'auteur lui-même, un «livre parlant d'astrologie et maintes autres sciences» mais non du «vray amour».

² C'est-à-dire en réalité 1546, l'année commençant alors à Pâques.

³ Qui ne fut imprimé qu'en 1544 (à Lyon par Jean de Tournes) dans le *Recueil des œuvres de feu Bonaventure des Periers*, mais écrit bien plus tôt, entre 1531 et 1536.

Ainsi, strophe 22 :

Je croiroye
Que la proye
Ne seroit pas loin d'icy :
Car je treuve
Par espreeve
Qua le bon est beau aussi.

Strophe 23 :

Or est telle
Beauté, qu'elle
Ne peult qu'aymée ne soit :
Car se grâce,
Coulant, passe
En tout cœur qui l'apperçoit.

Dernière strophe :

Or la belle,
Voyant qu'elle
N'a de soy que la moytié
Se contente
Sous l'attente
De sa *parfaicte amytié.*

Entreprise sur l'ordre exprès de Marguerite, c'est à elle qu'est dédiée la traduction du *Commentaire*; une Préface, en vers, «A la Royne de Navarre, par quelque amy de J. de la Haye»⁴, nous l'indique :

Jadis Platon se sentit amoureux,
Non de l'amour qui faict les doloureux,
Et qui le sens et la personne change :
Mais d'un amour a celuy tout estrange
Qui les Amants ne brusle, ny consume
Mais seulement dedans l'esprit allume
Ung feu si doulx, et si bien modéré,
Que tout le corps en est bien tempéré.
Or trouvant donc cest amour profitable,
Autant ou plus, que l'autre est dommageable,
Et voyant bien que nul ne le sçavoit
Mais que chascun le maulvais ensuyvoit,
Il proposa de sa plume divine
D'escrire au vif sa celeste origine,
La fin, l'effect, sa puissance, et son estre
A cette fin qu'on le peust mieux cognostre.

⁴ Au vrai, par Jean de la Haye lui-même. Cette pièce rappelle un peu les vers latins de Naldo Naldi cités plus haut. J. de la Haye les connaissait-il ?

Platon peint donc cet amour, qui est tout autre que Cupidon. Il n'a pas d'arc. Il n'est nu ni jeune : il n'a point d'âge, il est immortel. Il ne trompe pas.

«Il n'est point feinct, desloyal et muable,
Il est entier, loyal, jeune et durable».

Cupido est cruel «soubz ung peu de beaulté» : l'Amour est seul beau, «et seul sans cruaulté».

L'un vient de Vénus, l'autre du ciel. Celui-ci est «Dieu feinct», celui-là

Vray Dieu, et le seul Dieu luy-mesme.

Bref,

en leurs faicts, en leur forme et vesture,
Ils sont tousjours de contraire nature.

Ils ne se ressemblent qu'en un point : tous deux ont des ailes.
Mais l'Amour les a «pour nous donner entendre,

Que tous amants doibvent en hault prétendre»

tandis que Cupido nous fournit par là «un argument certain,

Combien il est volage et incertain...¹
Or voyla donc comment Platon tira
Ce bon Amour».

et le fit régner sur la terre.

Mais Cupido irrité chassa l'Amour hors de la terre :

Et par ce-la les bons et vrays amys
Feurent encor a Cupido soubmiz.

L'Amour se retira donc «la hault es cieulx» et y demeura

Jusqu'à ce temps que quelqu'un d'aventure
A retourné l'ancienne paincture,

et fait si bien que plus que jamais l'on connaît et chérit le véritable Amour. Aussi ce dernier reprend-il courage. Il redescendra ici-bas. Par une délicate flatterie, Symon du Bois le fait venir dans les jardins de sa maîtresse. Doucement il se met d'abord sur une «Haye»

¹ N'y a t-il pas là un souvenir du *Phèdre* (p. 252 B-C) et des deux vers cités par Platon :

τὸν δὲ γῆτοι θυητοὶ μὲν Ἐρωτα καλοῦσι ποτηνόν,
θθάνατοι δὲ Πτέρωτα, διὰ πτεροφύτορ ἀνάγκην.

(l'allusion est claire) et s'y repose quelque temps. Mais bientôt le désir le prend d'aller vers Marguerite, «ayant bien cognoissance

Qu'il seroit là en plus grande assurance ;
Et mieulx traicté d'une vraye Princesse
Que Cupido d'une feincte Deesse :
Il y va donq. Je croy jà qu'il y est :
Non pour ung peu, mais pour y faire arrest,
Et y durer tant que vous (Marguerite) regnerez,
Et y regner tant que vous durerez».

Ici pourtant le flatteur se trompe. Non, le «vray Amour» ne s'arrêtera pas auprès de la reine. Quand il l'aura emplie de son feu, il volera par la France entière, inspirera les poètes et les changera si bien qu'ils en viendront presque à l'adorer.

Les deux petits traités en prose qu'il nous reste à voir, le *Philologue d'Honneur* de Claude de Cuzzi¹ et le *Discours des Champs Faez* de C. de Taillemont², dérivent indirectement de Ficin par Bembo. Pour C. de Taillemont, la chose est sûre, puisqu'il cite les *Azolains*. Quant à Cuzzi, s'il n'a lu en français le livre de Bembo, la traduction n'en ayant paru qu'en 1545, il l'a pu connaître dans le texte italien. Il semble également avoir eu entre les mains le *Libro di natura d'amore* de Mario Equicola (1525), seul écrit, à ma connaissance, en 1537, où se trouve exposée la légende d'Antéros rapportée dans le *Philologue d'Honneur*³.

Ce traité se présente encore sous la forme d'un dialogue entre cinq dames, qui sont ici des nymphes : Crises, Sophia, Aegea, Portia, Lucresse et cinq hommes : Philocreo, Palamedes, Coelio, Phelenio et Phoenias. Comme de juste, l'on devise de l'amour. Tour à tour une question est posée par l'un des seigneurs et l'une des dames y répond. Dans chaque discussion apparaissent quelques souvenirs de la psychologie ficienne, mais c'est la cinquième surtout : «Qui a été le commencement de l'amour, et quelle est sa fin» qui nous intéresse. L'on y rencontre l'histoire de Poros et Poenia et de leur union aux noces de Vénus, puis vient une description de l'amour dont les traits sont empruntés au *Banquet* de Platon⁴, enfin la légende d'Antéros, frère d'Eros, narrée par Equicola.

En somme, oeuvre d'un courtisan⁵, le *Philologue d'Honneur* con-

¹ Paris, Charles Langelier, 1537.

² Lyon, 1551.

³ Voir appendice III. Sources inédites d'Héroët.

⁴ Lequel d'ailleurs est deux fois nommé.

⁵ A la fin, apothéose de Marie de Bourbon et des princes de Bourbon, salués par les dieux.

tient assez peu d'allusions à la philosophie de Ficin, si ce n'est que l'amour de Philocreo pour Crises est un amour honnête et chaste.

Plus digne de remarque est le *Discours des Champs Faez, A l'honneur et exaltation de l'Amour, et des Dames*. La dédicace à «tres-illustre et tres-verteuse Princesse, ma Dame Jeanne de Navarre, Duchesse de Vendosme» est empreinte de l'humilité banale qu'affecte tout écrivain de l'époque, lorsqu'il envoie son livre à quelque grand seigneur. Taillemont s'y excuse d'adresser à si haute Dame son «sien petit labeur, oeuvre de si peu d'esprit et invention», d'autant plus que c'est là «le premier vol et traict de sa plume, encors tant rude et inusitée en douceur de langage», qu'il craint beaucoup «en offencer ses délicates oreilles».

Mais on lit ensuite des vers intéressants, qui nous témoignent de l'influence exercée alors par les *Azolains* de Bembo:

«AUX LECTEURS DES PRESENS DISCOURS

Les Azolains qui sont bien inventez

Et ne sont pas aussi moins bien traduits,

Sont leuz, releuz, estimatez et vantez

Par gens d'esprit et à l'amour induits:

Mais ces discours au nouveau jour produicts,

(Oeuvre inventé qui l'Azolain n'empire)

Sont beaux jardins pleins de fueilles et fruits,

Que chacun peult à son plaisir élire.

Hante le François¹.

Puis une petite pièce de dix strophes «A toute amie de vertu» sur l'immortalité de l'âme et l'éternelle gloire que donne à la vertu d'une dame le poète qui la chante. L'on y trouve l'image platonicienne des ailes de l'âme :

(Strophe 3)

Toutefois sous la lame

Ce mesme honneur de l'ame

Mort peult aussi fouler,

Si d'une bonne plume

Quelque main ne l'emplume²

Pour s'en vouloir voler.

(Strophe 4)

Parquoy d'une bien forte

L'empenneray de sorte

Que du soir au levant

¹ Charles Fontaine.

² Taillemont joue d'ailleurs sur le mot plume.

Sortant du creux de terre
L'emportera grant erre
Sur son aile le vent.

Plus loin ce vers «Un corps en vertu beau» fait allusion à ce principe ficien que la vertu, beauté de l'âme, crée la beauté du corps¹.

Enfin au cours du premier discours, feuillet 125 v.^o et ss., un nouveau poème sur l'immortalité de l'âme est nettement inspiré de la pensée de Platon. Ainsi ces quatre vers (un amant entend l'âme de son amie morte lui parler):

Puis avec moy peus estre
Si, le corps délaissant
Tu veux l'esprit repaire
Du fruct aux cieux naissant.

Le livre est composé de deux discours, le premier «à l'honneur des Dames» le second «à l'exaltation du vray amour». Comme dans les *Azolains*, c'est une réunion à la campagne, aux «champs Faez plus beaux encore que les Champs Elysées», entre trois jeunes hommes, Philaste, Thélème, Thimoe et trois dames, Eumathe, Carite, Cyprine. On y disserte sur l'amour, et c'est Philaste, l'auteur, qui prononce les deux discours. Mais il ne dit rien de bien remarquable; il se plaint toujours et ce n'est pas chez lui que nous rencontrons quelque souvenir de la philosophie de Ficin. Non qu'il loue la volupté: il s'en tient à l'amour courtois, tel que l'avait conçu le Moyen Age.

Point d'originalité: humiliation de l'homme devant la femme, toute-puissance de celle-ci sur son amant; nous connaissons cela.

La réponse de la sage Eumathe à Philaste nous ramène à Marsile Ficin. Encore semble-t-elle avoir suivi Léon Hébreu² autant peut-être que le florentin. Mais Léon Hébreu aboutit au même résultat que Ficin; il s'accorde avec lui sur quelques points essentiels: et la différence du «vray amour» et du désir que fait Eumathe est commune à Ficin et à Hébreu. Eumathe a bien saisi ce dernier trait. Elle a vu que le véritable amour, ne visant qu'au bien de la personne aimée, ne peut faire souffrir l'amant, tandis que le désir, égoïste par essence, ne cesse de le torturer. Elle a compris aussi qu'avec des principes tels, il ne peut y avoir de réciprocité que dans l'amour, et non dans le désir. Sur ces points importants qu'elle n'a certes pas

¹ C'est le secret même du grand principe de l'identification du beau et du bien.

² Dont les *Dialogues d'Amour* avaient été traduits à Lyon en 1551.

inventés, Eumathe a subi l'influence du maître italien, plus ou moins directement.

Voilà pourquoi ce petit traité garde pour nous quelque intérêt. Au surplus, il nous montre comment l'on se délassait, et quel était le ton de la conversation dans la société de l'époque. Certes, l'on y retrouve la tradition des petites cours provençales du Moyen Age, avec les «bonnes coutumes» d'amour et toute la jurisprudence amoureuse établie par les dames. Ça et là pourtant, une pensée profonde, plus de réflexion, de l'analyse psychologique et un peu de philosophie révèlent les lectures nouvelles. Le petit livre de C. de Taillemont, médiocre en somme, est par là instructif. Il fait voir ce qu'a été en France, sur la moyenne des esprits, l'influence de Marsile Ficin.

Les poètes vont nous en donner de plus beaux témoignages, et plus décisifs.

POETES. — Lé poète, aux yeux d'un Scève, d'un du Bellay, d'un Ronsard, n'est pas un simple assemblleur d'images, un habile artisan de mots: «celuy sera véritablement le poëte que je cerche, dit du Bellay, qui me fera indignier, appaiser, esjouir, douloir, aymer, hair, admirer, estorner¹». C'est un prophète inspiré. Un dieu le possède, tel l'antique prétresse que nous chante Virgile. Une fureur céleste l'anime et le transporte. Il est prêtre, et le dieu qu'il sert est la Beauté.

«Chetifs ! qui ne sçavoient que nostre poësie
Est un don qui ne tombe en toute fantaisie ;
Un don venant de Dieu, que par force on ne peut
Acquerir, si le ciel de grace ne le veut...»

(*Les Poèmes*, L. II. A. Christophe de Choiseul. Ed. Bl. T. 6, p. 202).

«Deux sortes il y a de métiers sur le mont
Où les neuf belles Soeurs leur demeurance font :
L'un favorise à ceux qui riment et composent,
Qui les vers par leur nombre arrangent et disposent
Et sont du nom de vers dits versificateurs...
L'autre preside à ceux qui ont la fantaisie
Esprise ardantement du feu de poësie,
Qui n'abusent du nom, mais à la vérité
Sont remplis de frayeur et de divinité...
Ils ont les pieds à terre et l'esprit dans les cieux,
Le peuple les estime enragez, furieux ;
Ils errent par les bois, par les monts, par les prées,
Et jouissent tous seuls des Nymphes et des Fées».

(Ed. Bl., T. 6, p. 313-314).

¹ *Defence et Illustration*, Livre II, Chap. xi.

Ces deux derniers vers sont d'un admirable poète.

«Tu te moques, aussy, de quoy ma poësie
 Ne suit l'art misérable, ains va par fantaisie,
 Et de quoy ma fureur sans ordre se suivant
 Esparpille ses vers comme feuilles au vent ...
 En l'art de poësie, un art il ne faut pas
 Tel qu'on les predicans, qui suivent pas à pas
 Leur sermon sceu par coeur, ou tel qu'il faut en prose,
 Où tousjours l'orateur suit le fil d'une chose.
 Les poëtes gaillards¹ ont artifice à part;
 Ils ont un art caché qui ne semble pas art
 Aux versificateurs, d'autant qu'il se promeine
 D'une libre contrainte où la muse le meine...
 Ainsi le bon esprit que la muse espoinçonne,
 Porté de la fureur, sur Parnasse moissonne
 Les fleurs de toutes parts, errant de tous costez.
 Tels ne furent jamais les versificateurs,
 Des Muses avortons, ny tous ces imposteurs,
 Dont l'ardente fureur d'Apollon n'a saisie
 L'ame d'une gentille et docte frenesie.
 Tel bien ne se promet aux hommes vicieux,
 Mais aux hommes bien-nez qui sont aimez des ciéux».

(*Les Discours*. Response de P. de R., Ed. Bl. T. 7, p. 122-123).

«Descen du ciel Calliope, et repousse
 Tous ennemis de moy ton nourrisson»,

s'écrie Ronsard dans une admirable pièce que d'aucuns ne considèrent que comme un travail d'écolier et où je sens au contraire toute l'ardeur enthousiaste² d'un vrai poète:

«Par toy je respire,
 Par toy je desire
 Plus que je ne puis:
 C'est toy, ma Princesse,
 Qui me fait sans cesse
 Foi³ comme je suis ...

Heureux celuy que ta folie affolle,
 Heureux qui peut par tes traces errer:
 Celuy se doit d'une docte parole
 Hors du tombeau tout vif se deterrer...
 Dieu est en nous, et par nous fait miracles:
 D'accords meslez s'egaye l'Univers:
 Jadis en vers se rendoient les oracles,

¹ forts, audacieux: les vrais poètes.

² ἥν and θεός, qui vient des dieux.

³ Inspiré.

Et des hauts Dieux les hymnes sont en vers...
Chacun n'a pas les Muses en partage,
Et leur fureur tout estomac¹ ne poind:
A qui le ciel a fait tel avantage,
Vainqueur des ans son nom ne mourra point².

(Ed. Bl., p. 134. A Calliope, *Odes*, Livre II, 2).

Or cette conception de la poésie est celle même de Marsile Ficin qui lui donne, en plus, un fondement philosophique. Il a exprimé sa pensée sur ce point en plusieurs ouvrages: la lettre à Pellegrino Agli³ que nous avons déjà étudiée à propos de l'amour, la *Theologia platonica*⁴ (Livre XIII, Ch. II, paragraphe 2: «De poetis»), une lettre à Braccesi, enfin le *Commentaire sur le Banquet*⁵. Tous ces textes se corroborent et se complètent.

L'œuvre poétique, selon Ficin, n'est point un effet de l'art, mais d'une sorte de fureur divine.

«Car comme dit ce grand Platon, ce sage,
Quatre fureurs brûlent nostre courge (= cœur),
Bacchus, Amour, les Muses, Apollon,
Qui dans nos coeurs laissent un aiguillon
Comme freslons, et d'une ardeur secrete
Font soudain l'homme et poète et prophete.

Par eux je voy que poète je suis
Plein de fureur; car faire je ne puis
Un trait de vers, soit qu'un Prince commande,
Soit qu'une dame ou l'ami m'en demande,
Et à tous coups la verve ne me prend...
J'atten venir (certes je n'en ments point)
Ceste fureur qui la Sibylle espoint...».

(*Les Poèmes*, Livre I, La Lyre, Ed. Bl., T. 6, p. 54-55.).

L'âme, en effet, avant de descendre sur la terre, vécut dans le sein de Dieu, contemplant en lui les Idées de la sagesse, de l'harmonie, de la beauté. Et quand elle fut entrée dans un corps, il lui suffit d'un stimulant extérieur pour lui rappeler ces Idées. Le concert admirable des sphères célestes, perçu par l'ouïe, vient à l'âme et réveille en elle le souvenir et le désir de l'harmonie divine, dont

¹ Poitrine.

² Quiconque a un peu l'habitude des poètes doit comprendre qu'un mouvement si vif, un accent si vigoureux témoignent d'un sentiment sincère.

³ Ed. de Paris, 1641, T. I, p. 598 et ss. Voir fin de la lettre, surtout à partir de «Est autem apud Platonicos».

⁴ ou *De immortalitate animarum*, Paris, 1641, Tome I, p. 280.

⁵ Traduction de Le Fèvre de la Boderie, Paris, 1578, Oraison viii, Chap. 13, 14 & 15, ff. 180 r.^o à 185 v.^o.

elle a joui auparavant auprès de Dieu. Et puisque ce désir ne peut être satisfait, l'âme étant liée au corps, l'homme s'efforce d'imiter cette harmonie, lointain écho de l'harmonie idéale. D'où l'origine d'une part de la musique qui est proprement l'imitation du concert des sphères, d'autre part de la poésie, imitation de l'harmonie jadis «contemplée» en Dieu. Mais cette imitation même, l'homme n'est point capable de la réaliser sans la «divinus furor» qui vient de Dieu, et qui est naturellement indépendante de toute volonté humaine (Lettre à Pellegrino Agli).

Après avoir considéré le délire de l'amour et le délire de la poésie, Ficin passe au délire prophétique et au délire religieux; et sa lettre finit ainsi: «Ex iis omnibus jam perspicuum est quatuor divini furoris species esse. Amorem, poësim, mysteria, vaticinium. Amorem divinum, amor ille alter vulgaris penitusque insanus, falso imitatur; poësim, levior, ut diximus, musica, mysteria superstitione, divinationem conjectio. Primum quidem furorem Veneri, alterum Musis, tertium Dionysio postremum Apollini apud Platonem Socrates tribuit».

Cette fureur divine intervient donc comme un élément essentiel dans la conception poétique. Démocrite et Platon l'ont dit et le *Phèdre*, *l'Ion*, le démontrent avec évidence. Ficin en donne trois preuves:

a) Les hommes ne peuvent inventer leur art et y devenir maîtres qu'après un long espace de temps. Or, nous trouvons dans Orphée, Homère, Hésiode, Pindare, premiers poètes de l'humanité¹, des indices certains d'un art achevé.

b) «Les poètes chantent beaucoup de choses dans le délire, et, à vrai dire, ce sont les plus belles choses; et quand le délire ne les inspire plus, ils cessent de comprendre ce qu'ils ont chanté, comme si ce n'était pas eux qui avaient chanté, mais Dieu par leur bouche, et qu'il n'eussent servi que de clairons au divin sonneur».

c) Enfin c'est un fait que certains poètes n'ont pas été des hommes doctes et érudits (Hésiode, et, selon Platon, Ion et Tynnichos de Chalcée), quelques-uns même fous (Homère, Lucrèce): ils n'ont donc pu composer leurs poèmes que sous l'inspiration de la Divinité.

Ainsi les plus beaux vers ne sont pas l'œuvre des hommes, mais des présents de Dieu: et, suivant le mot de Platon dans le *Phèdre*²,

¹ Ficin oublie la Bible, et il ignore les poètes de l'Inde et de la Chine.

² *Phèdre*, p. 245-A.

personné, si habile et savant soit-il, n'excelle dans la poésie sans avoir été excité et échauffé par ce délire qui nous vient de Dieu (*Theologia platonica*).

Cependant, puisque la poésie est un don de Dieu, elle doit aussi avoir Dieu pour sujet principal¹. C'est pourquoi non seulement Moïse, David et les autres prophètes hébreux, mais encore Zoroastre, Linus, Orphée, Musée, Empédocle, Parménide, Héraclite, Xénophane ont fait des poèmes religieux. Et si Homère et Hésiode sont plongés par Platon dans les Enfers, c'est parce qu'ils se sont trop occupés de l'homme qu'ils ont divinisé parfois d'une manière impie, et point assez des dieux, ravalés par eux à une condition vraiment indigne (Lettre à Braccesi).

Résumant toutes ces idées dans le *Commentaire sur le Banquet*, Marsile Ficin y montre comment le poète doit fatalement aboutir à la religion de l'amour divin. «La fureur divine, dit-il d'abord², est une certaine illustration de l'ame raisonnable par laquelle sans doute Dieu retire des choses inferieures aux superieures l'ame qui est tombée et dechette des plus hautes aux plus basses». Or «il y a quatre especes de fureur divine. La premiere est la fureur Poëtique. La seconde est la Mysteriale, c'est à dire la Sacerdotale. La tierce est la Devinaison. La quatrieme est l'affection d'Amour. La Poësie dépend des Muses: Le mystere de Baccus : la Devinaison de Apollon: et l'Amour de Venus». Suivez maintenant le raisonnement: «Certainement l'ame ne peut retourner à l'unité³, si elle ne devient unique. Et toutes fois elle est devenue multiple, parce qu'elle est tombée au corps, distraite en diverses operations et inclinée à l'infinie multitude des choses corporelles. Et pourtant (par suite) ses parties superieures sont presque endormies, les inferieures surmontent les autres: les premières sont pleines de sommeil, les secondes de perturbation. En somme, toute l'ame est grosse de discorde et dissonance».

C'est ici qu'intervient et que joue son rôle la fureur poétique: «Donques il nous est besoing principalement⁴ de la fureur Poëticque, laquelle par tons musicaux esveille les parties qui dorment: par la douceur harmonique adoucisse celles qui sont troublees: et finalement par la consonance de choses diverses chasse la dissonante discorde, et tempere les variables parties de l'ame». Mais cela ne

¹ Sur ce dernier point Marsile Ficin n'a pas été fort écouté, et il ne pouvait l'être.

² Traduction de la Boderie, f. 180 r.^o.

³ c'est-à-dire à Dieu.

⁴ En premier lieu.

suffit pas: «il reste encor en l'ame multitude et diversite de choses». L'on y ajoutera donc «le mystere appartenant à Bacchus, qui dresse l'intention de toutes les parties à la Pensée, avec laquelle Dieu s'adore»; puis, la «tierce fureur» propre à Apollon, «laquelle reduit la Pensee à ceste unité, qui est chef de l'ame»; enfin «depuis que l'ame est faite un (c'est un je dy lequel est en la même nature et essence de l'ame) reste que soudain elle se reduise à l'un qui habite sur l'essence, c'est à dire à Dieu. Ce grand don nous eslartit la Celeste Venus, par le moyen de l'Amour, c'est à dire, moyennant le desir de la Beauté divine, et moyennant l'ardeur du Bien»¹.

L'on voit ainsi quelle place importante tient la fureur poétique dans la philosophie de Marsile Ficin: c'est un degré de l'échelle d'amour. Prêtre de la Beauté, le poète doit nécessairement aboutir au «vray Amour», car «il n'est autre chose qu'un certain effort de voler à la divine Beauté, excité en nous par le regard de la beauté corporelle»².

La est l'une des sources les plus intéressantes où ont puisé Marguerite de Navarre, Héroët, Maurice Scève, Charles de Sainte-Marthe, Pontus de Tyard, J. du Bellay, Ronsard même parfois, et c'est là qu'il faut chercher le sens profond et souvent obscur de leurs poèmes. Ils aiment à le cacher en effet, suivant encore en ce point la doctrine de Marsile Ficin. M. Parturier l'a très bien exposé³. Après avoir montré que cette recherche du mystère, chère à Maurice Scève, continue une tradition très ancienne, M. Parturier ajoute: «Au XVI.^{ème} siècle, ces théories sont toujours vivaces, et l'on se fait toujours de la nature et de l'art la même conception symbolique». Et il cite ce mot de Ficin: «La poésie est par sa nature même remplie d'énigmes». Aucune poésie en effet qui ne soit mystérieuse. Il n'y a point de sens vulgaire et littéral. Rien n'est dit proprement et directement: «Celui qui voit seulement les choses dans leur superficie écrit Ficin, ne voit que des ombres et des rêves» («Qui superficiem aspicit umbras tantum videt et somnia»). Et, selon son disciple bien-aimé Pic de la Mirandole, les révélateurs de beauté doivent appliquer ce précepte de Pythagore: «Tu éviteras les voies populaires, tu iras par des routes peu connues».

Le poète

«à fin que le peuple ignorant ne mesprise
La vérité cognue après l'avoir apprise,

¹ *Commentaire de M. Ficin, Oraison vii, ch. 14* «Par quels degrés les fureurs divines eslevent l'Ame».

² F. 185 v.^o.

³ *Introduction à la Délie.*

D'un voile bien subtil (comme les peintres font
Aux tableaux animez) lui couvre tout le front,
Et laisse seulement tout au travers du voile
Paroistre ses rayons comme une belle estoille,
A fin que le vulgaire ait desir de chercher
La couverte beauté dont il n'ose approcher.
Tel j'ay tracé cest hymne, imitant l'exemplaire
Des fables d'Hesiode et de celles d'Homere».

(*Les Hymnes*, L. II, De l'Hiver. Ed. Bl., T. 5, p. 203-204).

«Quatre ou cinq seulement sont apparus au monde,
De Grecque nation, qui ont à la faconde
Accouplé le mystere, et d'un voile divers
Par fables ont caché le vray sens de leurs vers,
A fin que le vulgaire, amy de l'ignorance,
Ne comprît le mestier de leur belle science;
Vulgaire qui se mocque, et qui met à mespris
Les mysteres sacrez, quand il les a compris.
Ils furent les premiers qui la theologie,
Et le sçavoir hautain de nostre astrologie,
Par un art tres-subtil de fables ont voilé,
Et des yeux ignorants du peuple reculé...».

(*Le Recueil des Poemes*, Ed. Bl., T. 6, p. 313-314).

Ce symbolisme se comprend d'ailleurs. Comme le remarque justement M. Parturier, «sous l'influence des théories platoniciennes qui font de nos sens les premiers degrés de l'échelle par où l'on accède à la beauté, et qui n'accordent guère cette vertu qu'à la vue et à l'ouïe, la poésie, pour Scève, doit devenir une peinture et une musique. C'est en effet par les symboles que notre âme doit s'élever jusqu'aux idées».

Pénétrons donc dans les arcanes de cette poésie sybilline, et, à la lumière des écrits de Ficin, essayons d'en découvrir le sens caché.

MAURICE SCÈVE

Sauf à renverser un peu l'ordre chronologique, je commencerai par l'école lyonnaise, et en particulier par Maurice Scève. Il est de ceux en effet chez qui se retrouve, de la façon la plus complète et la plus fidèle, la philosophie du *Commentaire*. Grâce à cet exemple remarquable, l'on se rendra dès le début mieux compte de l'influence exercée par Marsile Ficin.

Dans leur fonds, leurs symboles, et dans l'ordre même de leur progression, les dizaines de la *Délie* semblent tout inspirés de ses théories.

Et d'abord, la composition seule l'indique. Sans doute, la *Délie*

est bien «un recueil d'épigrammes écrites à différentes époques, à de longs intervalles peut-être, dont quelques-uns remontent à la jeunesse de l'auteur, et qui furent réunies sous un titre qui leur servit de lien» (Parturier). Mais, M. Parturier le déclare, «on ne peut nier que Scève ait conçu, après coup peut-être, l'idée d'un ensemble coordonné, et qu'il ait groupé et disposé ses dizains d'après un dessein très arrêté».

Ce plan peut bien être celui des «canzonieri» pétrarquistes ou de la *Fiammetta* de Boccace. Plus sûrement encore il rappelle les divisions de la dialectique platonicienne. Le poète «raconte d'abord comment il devint amoureux de sa dame, du premier jour qu'il la vit; et comment la beauté de cette dame, révélatrice de l'idéal, agit sur son âme par le moyen des sens, la vue et l'ouïe». Les sentiments qu'il éprouve alors sont, on le verra, exactement conformes à la psychologie ficienne.

Cependant, de dizain en dizain, «le sentiment s'épure, et s'élève enfin jusqu'à l'amour pur, triomphe de la raison, à la contemplation sereine de la beauté. Et le livre se termine sur la pensée de la mort libératrice, victoire définitive de la volonté libre, sur la promesse et l'espoir de l'immortalité»⁴.

Voyons en effet les dizains. Le dizain liminaire de l'ouvrage, dédié par le poète «a sa Delie», témoigne déjà de l'influence ficienne. Car opposant Vénus et Cupido à l'Amour, la volupté charnelle à l'amour divin, Scève affirme que ce dernier amour dont il est embrasé fera seul le sujet de ses vers.

Le dizain I nous montre le poète faisant connaissance par la vue de la beauté de sa Dame et en devenant amoureux. Aux dizains II et IV il nous fait le portrait de Délie. Et l'on n'aura point de peine à y reconnaître des traits du *Commentaire*. Quand le «Naturant» (Dieu) «parfeut ce corps en sa perfection», quand il le rend, ainsi que la nature, «de soy admirable», fait-il autre chose que l'illuminer d'un rayon de sa Beauté divine, comme nous le dit Ficin. Et cette Beauté, comme le dit Ficin encore, s'identifie à sa Bonté:

«Par les *vertus* de sa *vertu* guidées
S'esvertua en oeuvre esmerveillable» (II, 3-5).

Et l'amant s'émerveille en effet:

«Mais tellement tient mes espritz raviz,
En admirant sa mirable merveille...» (VII, 5-7).

⁴ Parturier, *op. cit.*

Il craint :

«Tant peult de soy le delicat aymer,
Que raison est par la craincte offensée» (X, 3-5, 7-9).

Il révère :

«A son aspect mon oeil reveremment
S'incline bas, tant le Coeur la revere,
Et l'ayme, et craint trop perseveramment,
En sa rigueur benignement severe» (CCCLXXIII, 1-5),

et passe par tous les sentiments propres à l'amant ficienien.

Cependant la beauté de l'amie, comme un venin

«Ton doulx venin, grace tienne, me fit
Idolâtrer en ta divine image» (III, 1-3 et XLII, 1-9)

pénètre, par les yeux de l'amant, dans son coeur :

«Par ton regard severement piteux
Tu m'esblouis premierement la veue:
Puis du regard de son feu despitieux
Surpris le coeur, et l'Ame a l'impourveue» (CXV, 1-5).

et le tue :

«Car te immolant ce mien coeur pour hommage
Sacrifia avec l'Ame la vie...» (III, 5-7).
«Vu qu'en mes mortz Delie ingenieuse
Du premier jour m'occit de ses beaux yeulx» (XVI, 8-10).

L'amant est donc sous la dépendance de son amie :

«Et des ce jour continuallement
En sa beauté gist ma mort, et ma vie» (VI, 8-10).

Elle le tient en servitude :

«Ce lyen d'or, raiz de toy mon Soleil,
Qui par le bras t'asservit Ame, et vie,
Detient si fort avec la veue l'oeil,
Que ma pensée il t'à¹ toute ravie,
Me demonstrant, certes, qu'il me convie
A me stiller tout soubz ton habitude.
Heureux service en libre servitude...» (XII, 1-7).

et le poète connaît cette «amère douceur» de l'amour dont parle Ficin :

«Beaulté logée en amere doulceur» (IX, 10).

«Car grand beaulté en grand perfection

M'a faict gouster Aloes estre Manne» (XI, 8-10). (Cf. XLVI, 8-10).

¹ Scève met l'accent grave sur *a* du verbe «avoir» et le met sur *à* préposition

Pourtant, comme l'amie répond un peu à son amour, il n'est point entièrement mort, mais vit en l'objet aimé :

«Celle beaulté, qui embellit le monde
Quand nasquit celle en qui mourant je vis» (VII, 1-3).
«Vers toy suis vif, et vers moy je suis mort» (C-10).

et la figure de l'amie «s'engrave dans l'ame de l'amant» :

«Celle beaulté qui embellit le monde...
A imprimé en ma lumiere ronde (l'oeil)
Non seulement ses lineamentz vifz:
Mais tellement tient mes espritz raviz, ... (cf. aussi CCXXIX, XLVI,
1-7 & CXLI, 5-10).
Que presque mort, sa Deité m'esveille» (VII, 1-8).

Ainsi vivent-ils l'un dans l'autre, loin d'eux-mêmes, «prochains d'autrui» :

«En toy je vis, ou que tu sois absente:
En moy je meurs, ou que je soye present.
Tant loing sois tu, tousjours tu es presente:
Pour pres que soye, encors suis je absent.
Et si nature outragée se sent
De me veoir vivre en toy trop plus, qu'en moy:
Le hault pouvoir, qui ouvrant sans esmoy,
Infuse l'ame en ce mien corps passible,
La prevoyant sans son essence en soy,
En toy l'estend, comme en son plus possible» (CXLIV).

Et tantôt l'amant, se sentant moins aimé qu'il n'aime, croit mourir tout entier :

«Veu qu'asses meurt, qui trop vainement ayme» (LX, 10)
«Car tout le bien de l'heureuse surprise
Me fut la peur, la douleur et la mort».

Il s'indigne alors et se plaint, regrettant la liberté qu'il a perdue dans l'un des plus beaux dizains de la *Délie*:

«Les tristes Soeurs plaignoient l'antique offense,
Quand au plus doulx serain de nostre vie
Desdaing s'esmeut pour honneste deffence
Contre l'ardeur de nostre chaste envie:
Et l'esperance en long temps poursuyvie
Ne nous peut lors, tant soit peu, allegier.
O vaine foy, o croire trop leger,
Qui vous reçoit se fait son mortel hoste:
Pour non pouvoir ce malheur abrèger
Qui le doulx bien de liberté nous oste» (XXXI, 1-10).

Tantôt, au contraire, l'amour est réciproque:

«Tant fut la flamme en nous deux reciproque,
Que mon feu luict, quand le sien clair m'appert.
Mourant le sien, le mien tost se suffoque
Et ainsi elle, en se perdant, me perte» (XLIX).

et l'amant, mort en soi, goûte alors les délices de vivre pleinement en son amie:

«L'heur de nostre heur enflambant le desir
Unit double ame en un mesme povoir:
L'une mourant vit de doulx desplaisir,
Qui l'autre vive à fait mort recevoir.
Dieu aveuglé tu nous as fait avoir
Sans aultrement ensemble consentir,
Et posseder, sans nous en repentir,
Le bien du mal en effect desirable:
Fais que puissions aussi long temps sentir
Si doulx mourir en vie respirable» (CXXXVI).

Mais cet amour est toujours chaste. La seule contemplation de Délie suffit au poète:

«Meilleur, o Coeur, m'est d'avoir chaste esté
En si pudique, et hault contentement:
Et abhorrir pour vil contemnement
Ce bien qu'Amour (Amour lascif) conseille» (XXVIII, 5-9). (Cf.
CXXXIV, 5-7).

Et peu à peu, de degré en degré, l'amie va conduire l'amant à l'amour de la pure Beauté, à l'éternel Bonheur:

«Qu'il ce lien pourra jamais dissoudre
Si la raison à ce nous contraingnit?
Amour le nouf lassa, et pour l'absoultre
Foy le noua, et le temps l'estraignit.
Premier le Coeur, et puis l'Ame ceingnit
En nouf si doulx, et tant indissolvable,
Qu'oultre le bien, qui me tien redéuable,
J'espereray en seure indamnité,
Et preuveray par effect jà prouvable
En Terre nom, au Ciel éternité» (CXXXV).

Déjà, à la vue de la beauté extérieure de Délie, le poète se sent devenir meilleur:

«A contempler si merveilleux spectacle,
Tu enoblis la mienne indignité» (XCVII, 1-3).

Il reconnaîtra bientôt que cette beauté du dehors n'est que la fleur

d'une autre beauté, la beauté du dedans, la beauté de l'âme : et c'est cette dernière qu'alors il aimera. De Délie, par les yeux du corps, il n'a admiré jusqu'ici que la «forme élégante» : par les yeux de la Raison, il révère maintenant sa vertu :

«Mais si Raison par vraye connoissance
Admire en toy graces du ciel infuses:
Et graces sont de la Vertu puissance...» (CLXXXII, 1-4).

Dans un dizain assez ferme, Scève marque avec une grande précision les diverses étapes de cette ascension :

«Ta beaulté fut premier, et doulx Tyrant,
Qui m'arresta tresviolentement :
Ta grace apres peu a peu m'attirant,
M'endormit tout en son enchantement :
Dont assoupy d'un tel contentement,
N'avois de tøy, ni de moy connoissance.

Mais ta vertu par sa haulte puissance
M'esveilla lors du sommeil paresseux,
Auquel Amour par aveugle ignorance
M'espovantoit de maint songe angoisseux» (CCCVI).

Le poète a aimé d'abord la beauté extérieure, puis la beauté intérieure, la grâce de l'Ame, enfin la Vertu même dont cette grâce était le signe : il ne la quittera plus. Délie s'identifie maintenant avec la Vertu : et il veut l'aimer et la servir

«Sainctement, et comme elle merite» (CCCLIII).

Désormais, plus de doutes, plus de souffrances, plus de morts. C'est l'apaisement, le repos. L'amant a atteint au royaume du pur amour. Il contemple la vraie beauté et jouit d'une vie bienheureuse. Trois beaux dizains, qui se suivent et forment un groupe, expriment ce nouvel état. Je ne puis m'empêcher de les citer en entier¹ :

«Mont costoyant le Fleuve, et la Cité,
Perdant ma veue en longue prospective,
Combien m'as-tu, mais combien incité
A vivre en toy vie contemplative ?
Ou toutesfoys mon coeur par oeuvre active
Avec les yeux leve au Ciel la pensée
Hors de soucy d'ire, et dueil dispensée
Pour admirer la paix, qui me tesmoingne
Celle vertu lassus recompensée,
Qui du Vulgaire, au moins ce peu, m'esloingne» (CCCCXII).

¹ Je me suis donné la peine de citer beaucoup. C'est fatiguer le lecteur que de le forcer à tout instant à recourir lui-même au texte étudié.

«Honneste ardeur en un tressaint desir,
Desir honneste en une saincte ardeur
En chaste esbat, et pudique plaisir
M'ont plus donné et de fortune, et d'heur,
Que l'esperance avec fainte grandeur
Ne m'a ravy de liesse assouvie.

Car desirant par ceste ardente envie
De meriter d'estre au seul bien compris,
Raison au faict me rend souffle a la vie,
Vertu au sens, et vigueur aux espritz» (CCCCXIII).

«Plaisant repos du sejour solitaire
De cures vuyde, et de soucy delivre,
Ou l'air paisible est feal secretaire
Des haultz pensers, que sa douceur me livre
Pour mieulx jouir de ce bienheureux vivre,
Dont les Dieux seulz ont la fruition.
Ce lieu sans paour, et sans sedition
S'escarte a soy, et son bien inventif.
Aussi j'y vis loing de l'Ambition,
Et du sot Peuple au vil gaing intentif» (CCCCXIV).

Et le livre se termine sur un dizain d'une noble inspiration où le poète promet à son amie

«Nom sur la terre, au Ciel éternité»,
comme il le dit dans un autre poème: la gloire parmi les hommes,
et, dans le séjour des vrais amants, l'éternelle jouissance de la Beauté
immuable:

«Flamme si saincte en son cler durera
Tousjours luyante en publicque apparence
Tant que ce monde en soy demeurera,
Et qu'on aura Amour en reverence.

Aussi je voy bien peu de difference
Entre l'ardeur qui noz coeurs poursuyvra,
Et la vertu, qui vive nous suyvra
Oultre le Ciel amplement long, et large.
Nostre Genèvre ainsi doncques vivra
Non offensé d'aulcun mortel Letharge» (CCCCXLIX).

Ainsi étudiée dans ses rapports avec la philosophie de Ficin et, par son entremise, de Platon et des Alexandrins, peut-être la *Délie* acquiert-elle une valeur nouvelle. Ce n'est plus un recueil artificiel d'épigrammes, à l'imitation des «Strambottistes» italiens: c'est l'ascension d'une âme vers la beauté suprême. Et sans doute les subtilités, le mauvais goût, les bizarries demeurent: mais l'on découvre au fond une pensée sérieuse, un sentiment vrai. A voir pratiquée de

la sorte et réellement vivante une éthique si haute, comment n'admirer point et n'être pas ému ?

Aussi bien l'expression ne défaut-elle toujours. J'insiste un peu à ce sujet parce que Maurice Scève ne me paraît pas mis aujourd'hui au rang qu'il mérite. Ceux-ci, effrayés par l'obscurité des premiers dizains, lisent à peine la *Délie* et ne portent sur cette oeuvre que des jugements sommaires et sans valeur. Ceux-là, par un étrange excès d'érudition, semblent partir de ce principe que tout dizain, tout vers même de Scève est inspiré, imité ou copié de quelque autre poète, italien et pétrarquisant le plus souvent. Ainsi M. Parturier en vient-il à nous faire des aveux tels que celui-ci : «J'ignore quel est le modèle italien traduit ici»¹.

Qu'est-il besoin d'un modèle italien ! La nature demeure immuable. Les saisons fuient du même pas. Le spectacle qui s'offre à l'homme et l'homme lui-même ne variant point, comment les expressions changeraien-t-elles ? Oui, l'on peut, dans tel poète moderne, retrouver tous les autres : s'amuserait-on à ce jeu ?

Scève est plus intéressant, plus original qu'on ne pense. J'ai cité déjà de beaux vers dont la fermeté, le mouvement, la fine harmonie répondent dignement à l'inspiration². L'on en trouve d'autres encore, où la précision juste et vive de l'image, le sentiment délicat des saisons et de l'heure et parfois l'enthousiasme secret témoignent d'un vrai poète. Qui ne goûtera cette descriptions rapide d'un paysage méditerranéen :

«Des montz hautains descendant les ruisseaulx
Fuyantz au fons des nombreuses vallées.
Des champz ouvertz et bestes, et oyseaulx
Aux boys serrez destournent leurs allées,
Les ventz bruyantz sur les undes sallées
Soubz creux rochers appaisez se retirent...» (LXIV, 1-7).

ou ce petit tableau pittoresque et bien rendu :

«Le Dieu Imberbe au giron de Thetys
Nous fait des montz les grandz umbres descendre:
Moutons cornuz, vaches et veaulx petitz,
En leurs parcz clos serrez se viennent rendre» (XCVIII, 1-5).

Et voici des évocations d'un grand charme que ne désavouerait pas Ronsard :

«Des Bois umbreux je sens a l'impourveue
Comme les Bledz, ma pensée undoier» (CXXII, 3-5).

¹ A propos du dizain LX, p. 48, note 2, fin.

² Voir par exemple Dizains XXXI, CCCCXII, CCCCXIII, CCCCXIV.

«Parmy ces champs Automne pluvieux...
A son mourir ouvre le froit Hyver...
L'air s'obscurcit et le vent ennuyeux
Les arbres vertz de leurs fueilles denué» (CLXXI)
«Tu verrois cheoir les fueilles une a une...» (CLXXXV, 4).
«Mais comme on voit le soleil apparoistre
Sur le Printemps parmy l'air pluvieux,
Le Rossignol a chanter curieux
S'esgaye lors, ses plumes arrousants» (CCCXLII, 5-9).

et ceci, qui est délicieux:

«Comme bourgeons au soleil estenduz
Qui se refont aux gouttes de la pluye» (CCCCIX, 8-10).

ces quatre vers enfin, vraiment parfaits:

«Le laboureur de sueur tout remply
A son repos sur le soir se retire:
Le Pelerin, son voyage accomply,
Retourne en paix, et vers sa maison tire» (CCCXCVI).

Voici encore toute une série d'«images» lyonnaises qui ne manquent pas d'agrément:

le brouillard du mont Fourvières:

«Le bas soleil, qui au plus hault fait honte,
Nous a daingné (jugés dignes) de sa rare lumiere,
Quand sa blancheur, qui l'yoire surmonte,
A esclercy le brouillard de Fourviere» (CXXVIII, 1-5).

la fumée des usines:

«Comme au Faulxbourg les fumantes fornaises
Rendent obscurs les circonvoisins lieux ...» (CLXXVIII, 7-9).

les deux fleuves:

«N'apperçoy tu de l'Occident le Rhosne
Le destourner, et vers Midy courir,
Pour seulement se conjointre a sa Saone
Jusqu'a leur mer, en tous deux vont mourir?» (CCCXLVI, 7-10).

Mais parfois le poète quitte la ville pour la campagne solitaire:

«Je vois cherchant les lieux plus solitaires
De desespoir, et d'horreur habitez» (CCLXII).

Quelquefois aussi, rentré en sa maison du quartier de Bourgneuf,

il s'exalte aux sons du luth. Et j'aime ce dizain, d'expression un peu gauche, mais d'un sentiment personnel et si nouveau :

«Leuth resonnant, et le doulx son des cordes,
Et le concert de mon affection,
Comment ensemble unyment tu accordes
Ton harmonie avec ma passion !
Lors que je suis sans occupation
Si vivement l'esprit tu m'exercites,
Qu'ores a joye, ore a dueil tu m'incites
Par tes accordz, non aux miens ressemblantz.
Car plus, que moy, mes maulx tu luy recites,
Correspondant a mes soupirs tremblantz (CCCXLIV).

Demeurons sous l'impression de ces derniers vers. Ils nous révèlent un véritable amant des Muses, sensible à toutes les formes du beau. Et tel est peut-être à nos yeux, aujourd'hui, le mérite le plus certain de la *Délie*. L'on s'attache certes à sa philosophie : elle est morte. L'on goûte ses images : Ronsard en offre de plus magnifiques. Mais y découvrir une âme d'artiste, secrète, raffinée et qui nous ressemble parfois étrangement, c'est un bienfait inespéré et la plus rare jouissance.

CHARLES DE SAINTE MARTHE

A l'école lyonnaise appartient sans conteste le poète Charles de Sainte Marthe. Adressée à «tresnoble et tresillustre Princesse, Madame la Duchesse d'Estampes, et Contesse de Poinctievre» que Sainte Marthe tutoie, en souvenir sans doute de l'usage latin, sa *Poesie Françoise* est divisée en trois livres : le premier contenant les Epigrammes, le second les «Rondeaux, Balades et Chants Royaulx», le tiers les «Epistres et Elegies», plus un «livre de ses amys» qui ne peut manquer, au XVI.^{ème} siècle, à tout recueil de vers digne de respect.

Tous trois commencent par une invocation à Dieu, et les poésies religieuses, dans chaque livre, sont nombreuses. Charles de Sainte Marthe n'est pourtant pas un protestant. Telles épigrammes : «qu'on congoisost la vive et vraye Foy par les Oeuvres» (p. 45), «Comme la Foy sans les Oeuvres est morte» («A Frere de Claveyson», p. 60), et les allusions, assez fréquentes, à la Vierge (v. p. 62, Epigramme «A tous les Chrestiens, En la personne de la Vierge, mere de Dieu») le prouvent clairement. D'autre part, on trouve quelquefois de vives attaques contre tel personnage du clergé régulier ou séculier ; mais

je n'y vois qu'un vieux reste de l'esprit moqueur du Moyen Age: et ces railleries ne sont d'ailleurs que personnelles¹.

Ces trois livres sont composés de pièces adressées par Charles de Sainte Marthe à ses amis, et qui traitent de l'Amour, de la bonne ou mauvaise Fortune, de circonstances particulières. Nul lien ne les rattache: et l'ensemble serait sans ordre, si le poète n'avait une amie. Les poésies qu'il lui envoie, Epigrammes, Rondeaux, Epîtres, sont les fleurs d'une même couronne qu'il tresse par tout le volume en l'honneur de sa bien aimée.

Délie, Lesbie, Cassandre, beau nom mythologique? Non, Mademoiselle Beringue, tout uniment. Et pourtant, elle est immortelle. C'est du moins ce qu'assure, au «livre des Amys», l'un d'eux, P. de Marillac:

«Catulle, Ovide et aultres demidieux,
Entre les Dieux immortelz prindrent place,
Pour y loger celles qu'ilz aymoyent mieulx:
Dont encor vit leur Nom, Beaulté, et Grace.
L'auteur présent, suivant d'iceulx la trace,
Rend par ses vers immortelle s'Amye...».

La conclusion est plaisante:

«Dames d'Honneur, ayez donc ceste envie,
D'estre aux sçavants devottes desormais:
Et n'espargnez leur soubstenir la vie,
Veu que, par eux, vous vivez a jamais».

Ce Marillac serait-il, déjà, un Trissotin?

Elle était fille de Mademoiselle Gacinette Loytaulde et «natifve» d'Arles en Provence:

O Arles noble, et antique cité,
Pourray-je bien ma complainte te dire?» (p. 25).

C'est la ville des jolies filles, et point farouches; un jour elle sourit, et, l'enchaîna:

«Par un soubris qui rien ne me sémblloit,
Et seulement entour la bouche aloit,
Qui m'eust predit que j'eusse ceste peine?
Un Ris a il puissance si haultaine,
De captiver celui-là qui le veoit?» (p. 88).

¹ Voir par exemple p. 46-47 les quatre pièces sur le Cordelier, p. 67 Epigramme «D'un Moyne, et de la femme d'un Libraire», p. 101 le rondeau «A un Vicaire», amusant, et p. 162 l'«Epistre a un Caphard prescheur de Bribes».

Elle n'est pas riche, mais jeune et douce: telle il l'aime, et gentiment le lui dit:

«Vous nestes point ni Royne, ni Princesse,
Et ne tenez cent mil'escus de rente,
Mais vostre tendre et premiere jeunesse,
Et grand doulceur, jointe à rare simplesse,
Plus que tous biens du monde, me contente» (p. 56).

L'envieuse Fortune peut bien les séparer:

«Nostre Amyté ne pourra arracher,
Dedans nos cueurs si vif engraciée».

Les «medisants», les «gents seditieux, Par leurs motets cuisants et odieux», ont beau tenter

«de rompre l'acointance
Que vous et moy avons d'une alliance,
Ils creveront, les coquins glorieux...
Puisque m'aymez, et aymēr je vous veulx,
Nos deux vouloirs (au plaisir des haults Dieux)
Ensemble joincts, auront toute puissance».

Ils s'aiment donc, malgré les circonstances, malgré les hommes: comment s'aiment-ils?

A la fin du «livre des Amys», Charles du Puy, qui s'enthousiasme sur le bonheur de Beringue, nous en livre le secret: la chasteté. C'est donc ici, déjà, — oui ou non dans la réalité: qu'importe —, en vers du moins, et selon l'idéal rêvé par le poète, un «honnête et vray amour». Il n'est point inutile de le constater. Car comme la *Poésie françoise* (1540) ne précède que de bien peu la *Parfaicte Amye* (1542), et la *Délie* (1544), que Charles de Sainte Marthe est l'ami de Scève, de Dolet qui imprimera le poème d'Héroët, et le serviteur de Marguerite de Navarre, l'on voit une fois de plus que s'exerça dans la cité lyonnaise, à cette époque, l'influence platonicienne.

Sainte Marthe l'a profondément subie. Avant même que de connaître Beringue, il expose à son ami P. de Marillac sa théorie de l'amour:

«Amour n'est rien que bonne volonté,
Signifiante entiere affection,
Amour à Bien est tousjours apreste,
Amour aussi a ses fins arresté
De pervenir à la perfection.
Amour pretend une conjunction

Individue, et par ainsi honneste,
Or ne peut donc estre Amour deshonnestes¹.

Cette conception de l'Amour toujours et par son essence même tendu vers le Bien est proprement ficinienne, et n'a rien du Moyen Age². Dans deux épigrammes, plus loin, le poète développe sa pensée: «A Charles de la Ruelle, que toute Amyté³ doibt être fondée sur Vertu» (p. 12) et «Au Seigneur de Pamans, qu'au bien d'Amour, rien n'est plus nuysant, que jouissance» (p. 13).

Mais bientôt il voit Beringue, et les premiers vers qu'il lui consacre,—dizain subtil qu'on croirait de M. Scève —, ne laissent point de doute:

«Veoyant un peu sur boys sec, sans aromé,
Dys à Venus. O Dame, par quel art,
Est ainsi fait ce feu contre nature,
Qu'il est si vif et le boys sec n'y ard?
Embrasé suis, bruslant du seul regard,
Le boys n'est-il comme moy corporel?
Non (dist Venus) il n'est feu naturel:
Velà pourquoy n'a d'apparent flame.
Aussi dans toy n'est-il matériel,
Ce n'est ton Corps qui brusle, mais ton Ame»⁴.

C'est l'Esprit qu'il aime, c'est l'Esprit de Beringue qui l'attire, et non son Corps (p. 58): son amour est donc immortel:

«Car le Corps meurt, mais l'Esprit ne meurt point,
L'Esprit ne meurt, ne donc l'Amour aussy» (p. 35).

Spirituel, cet amour résiste à la séparation: car «tout ainsy

Que nostre Esprit en toutes parts s'empare,
Si fait l'Amour, et concluz par cecy,
Que le depart des Corpz ne nous separe» (p. 35).

Chaste, il est sans amertume. Et Sainte Marthe se déclare heureux. Prisonnier, certes, mais volontaire: et quelle Prison:

«Cette Prison, o prison tresheureuse,
Prison qui n'est dure, ne tenebreuse,
Prison, qui a captive Liberté
Prison, qui a Libre captivité

¹ P. 10 «Que Amour ne pourroit estre deshonnestes».

² Qu'on se rappelle Jean Bouchet.

³ ou Amour. Cf. *Parfaict Amytie*.

⁴ P. 14. «De Beringue S'Amye, et de soy».

Prison (qui est une grande merveille)
Ou moins je veux, fault que plus fort je veuille»¹.

C'est le noble coeur de «samye». Comment y est-il entré? Rien n'y fit «Desir, qui fust lubrique»; rien même la beauté de Beringue

«Quoy qu'Oeuvre soit de nature perfaict,
Oeuvre divin, et splendeur Angelique»²:
«Vostre Vertu seule m'y a induit,
Et par Amour treshonneste conduit
Une douleur en vous tresgenuine,
Une Bonte traictte en Face benigne...»

et

«Ceste divine et supreme lueur
Qui haultement reluit en vostre coeur»³.

L'on revient ici à cette distinction de la Beauté et de la Grâce, signe de la Bonté, qui est l'un des points de l'esthétique contemporaine⁴.

Aussi leur Amour est-il «permis, louable», et, comme le dit le poète lui-même dans une «Supplication a Jesus-Christ, pour obtenir guarison à Madamoiselle Beringue, estant malade des Fiebres», «saint et honneste». Et cette union doit les conduire à la source et fin du vray amour:

«Or vivons donc par tel Amour conjointe,
Et retenons avec nous deux adjointe,
En attendant le fruct de l'Esperance
Dieu pour faveur, Foy pour perseverance»⁵.

Telle est la conception de l'amour de Charles de Sainte Marthe. C'est dans ce rôle de l'amant ficien qu'il veut qu'on le voie. Et, sans étonner personne, il le prête à ses amis, comme le prouve l'épithète curieuse «a la Dame et bien aymée de M. P. Tolet, medicin du grand Hospital de Lyon, son singulier Amy» (p. 174). Je citerai ce morceau parce qu'il nous montre combien s'était répandue alors la philosophie de Marsile Ficin. Car évidemment le poète ne parlerait pas de la sorte s'il pensait froisser son ami. Il désire sans

¹ P. 147. «Epistre à Madamoiselle Beringue, de leur honeste et irreprehensible Amour».

² Termes bien ficiens.

³ Ce sont les termes mêmes du *Commentaire sur le Banquet*.

⁴ Cf. Maurice Scève.

⁵ P. 147.

doute lui faire plaisir. Et puisqu'il ne craint point de s'exprimer ainsi, c'est qu'il lui est agréable en effet.

« O luy ¹ heureux, d'avoir fait ce rencontre
D'un tel Amour: et toi ² d'y aller contre (d'y répondre),
Toy, de tirer par vertueux motif,
Un cuer qui n'est en rien qui soit faintif,
Luy, de s'assoir sur pierre qui soit ferme,
Fondant Amour qui ne prend jamais terme.
Car ton Amour (j'en suis bien aderty)
Oncques ne fut de l'homme diverty,
Ce n'est Amour, d'où reprise s'ensuive,
C'est un Amour que le tien, si bien mis,
Qu'entretenir il pourroit mille Amys.
C'est un Amour, avecques raison ronde,
C'est un Amour, lequel sur Dieu se fonde,
Amour, duquel l'intégrité appert
Car t'es pour luy retirée au desert...
La dévote Ame, en tels lieux se retire,
Fuant plaisir, qui au plaisir attire...
Tu as getté un si bon fondement,
Que diruer ne le peut nullement
La volupté, qui soit extérieure
Car la deffence y est interieure.
Toute Vertu, jointe avec vive Foy,
Ont si bien fait le rampard devers soy,
Que les assaulx de plaisance mondaine,
N'y peuvent rien que de puissance vainc,
Et nonobstant, contenter ton Desir,
Plaisir prenant, pour fuir le plaisir.
Fuant plaisir, lequel nous est visible,
Et choisissant un plaisir invisible,
Un plaisir donq', au dedans actuel
Et n'estant rien sinon spirituel
Et par ce point, il nous donne à cognoistre,
Qu'en decroissant incessamment veult croistre,
En decroissant de ceste vanité,
De plus en plus croist à éternité.
Et par ainsi, une volonté telle
Qui seulement tend à chose immortelle,
Fera ainsi tous les faicts estre tels,
Louables faicts, faicts saintcs et immortels,
Faicts, pour servir à tous, d'évident signe,
Bon fruct sortir, d'une bonne racine».

¹ Tolet.

² L'amie de Tolet.

PERNETTE DU GUILLET

Louise Labé et Pernette du Guillet son les deux femmes poètes de l'école lyonnaise. La première est bien connue. Mais, malgré une allusion au mythe de l'Androgyne dans le joli «Débat de Folie et d'Amour» et malgré ces deux vers d'un sonnet fameux:

«Lors double vie à chacun en suivra
Chacun en soy et son ami vivra»,¹

elle ne paraît point s'être inspirée beaucoup de la philosophie nouvelle.

Autrement en est-il de Dame D. Pernette du Guillet dont les *Rymes* parurent à Lyon, chez Jean de Tournes, en 1545. Une préface de «Antoine du Moulin Aux Dames Lyonnaises», nous offre l'éloge de Pernette et de la cité qui l'a vue naître. Pernette «non seulement estoit parfaitement asseurée en tous instrumentz musiquaulx, soit au Luth, Espinette et autres, mais encores avait eu premierement entiere et familiere connoissance des plus louables vulgaires (oultre le sien) comme du Thuscan, et Castillan: et apres avoit ja bien avant passé les rudimentz de la langue latine aspirant à la grecque, si la lampe de sa vie eust peu veiller jusques au soir de son eage». Ce sont proprement là les qualités d'une «honneste, vertueuse, gentile et toute spirituelle Dame», comme on dit au XVI.^{ème} siècle. Celle-ci est bien de son temps et de sa cité, compatriote et contemporaine de Scève, de Sainte Marthe, de C. de Taillemont, de Tyard. Elle a subi l'influence ficienienne. Et je ne suis pas le seul à le reconnaître: autour d'elle on pense de même. Ainsi cet «avis de l'imprimeur (Jean de Tournes) au lecteur»:

«Quelle puissance Amytié puisse avoir,
Quand la *vertu* y est au vif empraincte
Tu le pourras clerement icy voir,
Appercevant une affection saincte
De *chaste amour* si haultement attaincte
En foy loyalle, et si bien poursuyvie,
Quelle peult cy, sans aucune contraincte,
(Maulgré la mort) faire taire l'Envie».

Voici quelques vers en effet qui autorisent ce jugement:
Page 15, sur le caractère de son «amytié»:

«Je suis tant bien, que je ne le puis dire,
Ayant sondé son amytié profonde

¹ Sonnet XVIII «Baise m'encor, rebaise moy et baise», vers 9-11.

Par sa vertu, qui a l'aymer m'attire
Plus que beaulté: car sa grace, et faconde
Me font cuyder la premiere du monde»¹.

Page 29, sous le titre «Parfaict Amytié»², Pernette oppose le faux amour:

«Quand est d'Amour, je croy que c'est un songe
Ou fiction, qui se faist de mensonge ...»

à l'Amour véritable qu'elle appelle «Amytié». L'un:

«Estime moins toute perfection
Que le plaisir de folle affection»:

aussi jamais ne procure-t-il le bonheur parce qu'il fuit

«le bien, ou tout bon coeur pretent.
Et tout cela vient de la nourriture
Du bas sçavoir, que tient la creature».

L'autre, au contraire, «est a l'honneur tout adonné»: aussi le «vray amy» est-il toujours heureux:

«Et si voulez sçavoir, ô Amoureux,
Comment il est en ses amours heureux:
C'est que de moy tant bien il se contente,
Qu'il n'en vouldroit esperer autre attente,
Que celle là, qui ne finit jamais,
Et que j'espere asseuree desormais
Par la vertu en moy tant esprouvee,
Qu'il la dira es plus haultz cieulx trouvée».

P. 32, sur le sens du mot «Vertu»:

«Si mainte Dame veult son amytié avoir,
Voulant participer de son heureux sçavoir,
Et que par tout il tasche acquicter son debvoir,
Ses vertus j'en accuse
Plus puissantes que lui, et tant que je l'excuse»³.

P. 33, sur la parfaite amitié:

«Qui dira ma robe fourree
De la belle pluye doree,
Qui Daphnes enclose esbranla:
Je ne sçay rien moins, que celà.

¹ Cf. Scève, Sainte Marthe. Pernette feint ici que son ami parle d'elle-même.

² Cf. Héroët.

³ Cf. Héroët, *Parfaict Amye*, L. I, v. 176-208.

Qui dira, qu'a plusieurs je tens
 Pour en avoir mon passetemps,
 Prenant mon plaisir çà, et là :
 Je ne scay rien moins, que celà.

Qui dira, que t'ay revelé
 Le feu long temps en moy celé
 Pour en toi veoir si force il a :
 Je ne scay rien moins, que celà.

Qui dira, que d'ardeur commune,
 Qui les jeunes gentz importune,
 De toy je veulx, et puis holà :
 Je ne scay rien moins, que celà.

Mais qui dira, que là Vertu,
 Dont tu es richement vestu,
 En ton amour n'estincella :
 Je ne scay rien mieulx, que celà.

Mais qui dira, que d'amour saincte
 Chastement au cuer suis attainte,
 Qui mon honneur onc ne foulâ :
 Je ne scay rien mieulx, que celâ¹.

Page 42, enfin, sur l'amour vertueux, et sur le sens du mot «vertu» :

«Lon peulte assés en servant requerir,
 Sans toutesfois par souffrir acquerir
 Ce que l'on pourchasse,
 Par trop desirer,
 Dont en male grace
 Se fault retirer.

Car un tel service
 Ne pretend qu'au poinct,
 Qui par commun vice
 L'honneur picque, et poinct.

Et ce travail en fumee devient
 Toutes les fois, que la raison survient,
 Qui toujours domine
 Tout cuer noble, et hault,
 Et peu a peu mine
 Le plaisir, qui fault.

¹ Cette pièce est charmante, et il y aurait une bien jolie étude à faire sur Perrette du Guillet dont les vers sont souvent légers, doux, meilleurs que ceux de Louise Labé.

Mais l'attente mienne
Est le désir sien,
D'estre toute sienne,
Comme il sera mien.

Car quand Amour a Vertu est uny,
Le cuer conçoit un desir infiny
Qui tousjors desire
Tout bien hault et sainct
Qui de doulx martire
L'environne, et ceinct.

Car il luy engendre
Une ardeur de veoir,
Et tousjors apprendre
Quelque hault sçavoir.

Le Sçavoir est ministre de Vertu
Par qui Amour vicieux est batu,
Et qui le corrige,
Quand dessus le cuer
Par trop il se erige
Pour estre vainqueur.

C'est pourquoy travaille
En moy cest espoir,
Qui desir me baille
De veoir, et sçavoir¹.

ANTOINE HEROET

Tous les sentiments de Pernette du Guillet sont ceux-là mêmes qu'exprime la «Parfaicte Amye» dans le poème d'Héroët. Mais ici la pensée est plus profonde, le fonds plus riche et mieux ordonné. Aussi bien l'auteur n'est-il point un homme médiocre: «C'est un esprit très instruit, nous dit M. Gohin², plus sérieux même que brillant, et surtout d'aspirations très élevées». Ses contemporains sont unanimes à vanter sa science. Il a étudié Platon. Il connaît Marsile Ficin³. Et deux au moins de ses œuvres, la *Parfaicte Amye*, et

¹ Le *Conte du Rossignol* de G. Corrozet développe la même idée que le «vray amour» incite à apprendre, et que plus on sait, plus on est vertueux. Cette idée est d'ailleurs dans le *Commentaire du Banquet*. Oraison III, Chap. iii: «Comme l'Amour est maistre de tous les Arts».

² Ed. d'Héroët, notice biographique, p. ix.

³ Lui-même nous l'indique. Voir Ed. Gohin, p. 77 et 85.

L'Androgyne de Platon, sont directement inspirées de la philosophie du *Commentaire*.

Le premier de ces poèmes «a pour sujet la doctrine platonicienne de l'amour; la «parfaite amye», que le poète met en scène, s'en montre profondément pénétrée... Dans le premier livre, elle définit les caractères de son amour; dans le second, elle explique les sentiments que la mort de son ami lui ferait éprouver; dans le troisième, elle montre que l'amour vrai donne le bonheur et qu'il est toujours récompensé». Une analyse plus précise nous confirmera la justesse de ces paroles de M. Gohin.

P. A., V. 1 à 22.— Héroët se moque d'abord agréablement des dissertations sur l'amour et des descriptions de ce dieu si communes à l'époque. De même à la fin (1506-1515), il raille:

«Tous les escripts et larmoyants autheurs,
Tout le Petrarcque et ses imitateurs...».

Il marque ainsi qu'il ne fera point, comme tant d'autres, un de ces poèmes pétrarquistes où l'auteur se plaint des disgrâces de sa maîtresse ou vante ses faveurs: son oeuvre, à lui, sera philosophique. Et, en effet, il nous développera les théories ficiennes de l'amour:

V. 22.

«Perfection d'amour sera mon livre
Intituté...»

Nous voici, dès le début, prévenus. C'est de l'amour parfait, du «vray amour» qu'il s'agit, tout différent de la volupté, contraire même à la volupté, ainsi que le montre Ficin. Dès les premiers vers on constate donc l'influence de la philosophie nouvelle sur la *Parfaite Amye*¹.

Vers 22-87.— La «parfaite amye» nous déclare très franchement qu'elle n'a pas été attirée vers «son amy» par «ces choses apparentes,

Dont femmes sont communement contentes» (46),

la «couleur», la «lineature» de l'ami, ni par «sa dexterité De bien parler», ni «par importunité», ni enfin à cause de ses biens, de sa richesse. Non. Elle aimait

«devant que le congnoistre.» (87)

Cette amitié «lui est du ciel venue» (105). Et cette amitié fut «fa-

¹ Le titre seul du poème eût suffi d'ailleurs à le prouver. Pour les autres sources, et notamment pour les sources d'actualité, voir, dans l'édition de M. Gohin, l'introduction et les notes.

talle», parce que «sa forte racine Issue estoit de volonté divine» (108) et que «divin fut son commencement» (113). L'on retrouve dans tout ce passage la pensée même de Marsile Ficin. Rappelons-nous en effet le chapitre vii de l'*Oraison II* du *Commentaire*: «Des passions des amants». Avant de tomber dans le corps, l'âme a vu, au ciel, la pure Beauté qui n'est autre que «la lueur de Dieu» (*fulgor Dei*): c'est cette lueur, «la splendeur de la majesté supernelle» (*superni luminis splendor*), qu'elle recherche ici-bas. Mais comme il faut connaître pour aimer, et que l'âme ne connaît plus Dieu, puisque, mêlée aux souillures du corps, un voile terrestre lui cache en quelque sorte la beauté divine, elle ne peut atteindre l'objet désiré. L'âme sent qu'il lui manque un bien suprême, elle le poursuit, mais ne le trouve pas. Et c'est ainsi que, ne sachant au juste ce qu'elle désire, l'amie aime l'ami avant que de le connaître. Paraît-il, l'amie se rappelle alors le spectacle qui, là-haut, s'offrit à sa vue: par l'ami, elle connaît Dieu de nouveau, et de nouveau elle l'aime. Tel est le sens profond et l'explication philosophique de ces vers:

Vers 87-89:

«Non. Car j'aimay devant que le congoistre
Et vis l'amour, en le congoissant, croystre»,

et de ceux-ci:

V. 109-115:

«Or semble amour, à qui vouldra, péché;
Puis que le ciel du mien s'est empesché (occupé)
Non seulement de luy je me contente,
Mais d'avantage aux dames je me vente
Que, si divin fut son commencement,
Entretenu je l'ay, divinement».

C'est encore dans Ficin, au chapitre viii de la même «Oraison II», que nous trouverons la source et le Commentaire des vers suivants (123-155). Ils traitent de l'amour réciproque et de cette résurrection des amants qui est l'un des points les plus curieux de la psychologie ficinienne.

Vers 123-127:

«Ainsi de luy (de l'ami) plus que de moy penseve,
En moy j'estoys trop plus morte que vive,
Et ruminois en luy ¹ non aultrement
Qu'en me rendant mutuel pensement...».

¹ Pensais, d'où vivais en lui.

Ce n'est pas très clair, mais le deviendra davantage si l'on se reporte à ce chapitre VIII: «Exhortation à l'Amour, et dispute de l'Amour simple, et mutuel ou réciproque» du *Commentaire*. Je mettrai les deux textes de Ficin et d'Héroët en regard, tant ils se ressemblent jusque dans les termes eux-mêmes.

Quiconque aime meurt, parce qu'il ne pense plus à soi, mais uniquement à l'objet aimé:

FICIN, *Opera*¹, TOME II, p. 290

Moritur quisquis amat. Ejus enim cogitatio, sui obliterata semper in amato se versat. Si de se non cogitat, in se non cogitat. Quare in se mortuus est qui-cunque amat.

Parfaicte Amye, v. 123-125

Ainsi de lui plus que de moi pensive,
En moi j'estois trop plus morte que vive.

TRADUCTION DE G. LE FÈVRE DE LA BODERIE

«Quiconque aime meurt en aimant: d'autant que son penser s'oubliant se retourne en la personne aimée. S'il ne pense point de soy, certainement il ne pense point en soy: et pourtant quiconque aime est mort» (ff. 29 v.^o et 30 r.^o).

Mais si l'amour est mutuel, si l'amant est aimé, il n'est pas «du tout (entièvement) mort», mais vit en l'objet aimé. C'est le cas de la «parfaicte amyé»:

FICIN

HEROET (125-127)

Ubi vero amatus in amore respondet, in eo saltem vitam agit amator.

Et ruminois en lui non autrement,
Qu'en me rendant *mutuel* pensement.

LE FÈVRE DE LA BODERIE

«Mais là où l'aymé répond en Amour, l'amoureux vit pour le moins qu'il soit en l'aymé».

Et ainsi, par un changement singulier, l'amant et l'aimé se ressuscitent l'un l'autre, puisque, comme ils se portent une affection réciproque, chacun vit dans celui qu'il aime.

FICIN

HEROET (127-131)

Hic certe mira res fit: quoties duo aliqui mutua se benevolentia comple-

Comme noz cueurs à mourir incités
Se soient l'un l'autre entreressuscités,

ctuntur, hic in illo, ille in hoc vivit. Vicissim hujusmodi homines se commutant, et se ipsum uterque utriusque tribuit, ut accipiant alterum: sic uterque amantium, in se mortuus, in alio reviviscit.

Comme le mien aymant au sien aymé,
Ayt, sans changer, sa forme transformé.

LE FÈVRE DE LA BODERIE

«Icy chose merveilleuse avient quand deux ensemble s'entr'ayment, cestuy en celuy, et celuy en cestuy vit. Ceux-cy font ensemble un contre-eschange, et chascun se donne à autrui pour d'autrui recevoir: ainsi l'un et l'autre des Amants, mort en soy, en autrui resuscite».

«Estrange» changement, certes: «mirum hoc apparat», et qui enthousiasme Héroët non moins que, jadis, le philosophe florentin. Ne croirait-on pas presque, ici, à une véritable traduction:

FICIN

HEROET (137-147)

O mirum commercium: quo quis se ipsum tradit pro alio, nec habet, nec habere se desinit. O inestimabile lucrum, quando duo ita unum finut, ut quisque duorum pro uno solo, duo fiat: O felicem mortem quam dueae vitae sequuntur.

O changement utile et precieux,
Quand le bon cœur, d'ung vouloir gracieux,
En se donnant, n'est de rien estonné
Que veoir celluy qui le prend redonné !
O changement, ou nul ne se deçoit,
Faisant present moindre qu'il ne reçoit !
O cueurs heureux ! ô félicité d'eulx,
Quand pour ung seul on en recouvre
deux !
O beau mourir, pour en celluy revivre,
La mort duquel double vie delivre.

LE FÈVRE DE LA BODERIE

«O merveilleux contract, auquel l'homme se donne pour autrui: et autrui, ny soy n'abandonne ! O gaing inestimable quand deux deviennent un en telle maniere, que chascun des deux pour un seul devient deux: O mort heureuse que deux vies ensuyvent».

«O gaing de perte en mon cuer esprouvé», continue la «parfaicte amye»,

«Qui de se bien perdre s'est mieulx trouvé,
Qu'il ne faisoit devant qu'il fust perdu...»

et elle revient souvent sur cette grande loi de réciprocité propre au «vray amour». Non, elle ne laissera pas mourir son Amant: car «qui n'ayme l'Amant est en couple d'homicide, ainçois est larron, meur-

trier, sacrilege. Quiconque est aymé, par raison doibt contraymer»¹. La «parfaicte amye» n'y manque pas:

«Luy (l'amant) doibs-je pas moy-même de retour,
S'il est tout mien et sienne je ne suis,...²
Celluy que voy de ma vie mourir» (v. 362-364, 368).

Et ainsi se fait le «merveilleux contre-eschange». C'est d'elle que l'Amant tient sa vie: mais c'est de lui qu'elle tient la sienne:

«Et que cellay, duquel je tiens ma vié...» (v. 774).

Ils ne font plus qu'un à vrai dire par la vertu de l'amour:

«Amour l'enfant, qui ne veult seigneurie,
Division double, ne menterie,
Des deux faict ung, et, se jettant parmy,
Au lieu de serf l'ung appelle l'amy
Et l'autre amye, et non plus sa maistresse
De tel accord et amoureuse addresse» (v. 1229-1235).

Enfin ce phénomène est expliqué exactement de la même manière que dans le *Commentaire* de Marsile Ficin.

«Par les raisons predictes, y lit-on, nous avons demontré que l'aymé doit contr'aymer son amant. De rechef que non seulement il le doit, mais qu'il est constraint, il se demonstre ainsi. L'amour naist de ressemblance: la ressemblance est une certaine mesme qualité en plusieurs subjects: de sorte que [si] je vous suis semblable, vous par nécessité estes semblable à moy. Et pourtant la mesme ressemblance, qui me constraint que je vous ayme, vous constraint à m'aymer»³.

La «parfaicte amye» ne raisonne point autrement:

«Pour vous donner de cela certitude,
Pensez qu'amour vient de similitude
Tant d'esperits que de complexions.
Si j'ay porté fermes affections
A mon amy, pource que luy ressemble,
Il fault qu'il ayt (au moyns qu'il le me semble)
Luy ressemblant à moy quelque semblance
Qui le contraigne à une bienveillance.
Pareille en luy, comme en moy, je la sens;
Pourroit il bien entrer en aulcun sens,

¹ *Commentaire*, f. 32 v.^o.

² Cf. Pernette du Guillet: «D'estre toute sienne comme il sera mien».

³ F. 33 r.^o.

Que voulunté fust d'aucune approchante,
Qui en seroit loingtaine et differente ?
Certes nenny. Dames, je vous promets
Qu'il n'adviendra, et il n'advint jamais,
Que vraye amour n'ayt esté reciprocque» (v. 1640-1655) ¹.

Voilà comment la «parfaict amye» aime son Amant. Elle l'aime en Dieu, chastement, «sainctement» (454). Peu lui importe par suite que l'ami succombe avec d'autres femmes. Elle n'est point jalouse. Ces défaillances ne peuvent rompre le lien qui les unit (175-210, 404-420). Ils s'aiment l'un l'autre pour leur «vertu» :

«ceste gloire
Que j'attribue à la vertu prouvée
De mon amy, qui la mienne a trouvée»,

et ils se perfectionnent mutuellement :

«D'amy parfaict vient ma perfection».

Ainsi, s'étant «recongneus en terre, et r'alliés», les deux «touts attentifz, serfz, obeissantz», ils ont l'un de l'autre «une fruition,

Ung aise grand', certain contentement,
Qui n'est congneu que de l'entendement» (573-575).

Unis, bien que leurs corps soient «divers», ils s'enivrent «de la liqueur désyrée», et goûtent à l'ambroisie divine. C'est un indicible ravissement :

«Ceste union est fureur tres-divine,
Dont les espritz quelquefoys agités
Sentent l'odeur de tant de déités ...».

Ficin n'avait-il pas dit déjà : «La saveur caschee de Dieu respond aux oeuvres une tresdouce odeur de soy: par laquelle odeur tous-jours nous somes incitez» ².

Tel est le bonheur que procure «vraye amour» :

«Ne demandez quel heur: car qui l'a heu,
Oncques depuis redire ne l'a sceu... (591-593)
Heur, qui l'esprit en terre deifie» (608).

Extase, où l'âme est si bien «ravie» que les corps sont «comme

¹ N'y a-t-il pas là encore une véritable traduction ?

² *Commentaire*, f. 25 r.^o.

morts» et délaissés. Si, à ce moment unique, «la main touche, la bouche baise,

«Cela n'est pas pour deshonneur compté;
C'est ung instinct de naïfve bonté,
Si, ce pendant que les maistres jouyssent,
Les corps qui sont serviteurs s'esjouyssent...» (599-603).

Nous connaissons cette théorie. Bembo la formulait déjà dans le *Cortegiano* de Castiglione. Mais elle est bien plus vieille. Les Alexandrins la pratiquaient, et ce n'est pas l'un des points les moins curieux de leur étrange mystique.

Hormis les derniers vers, tout ce passage rappelle fort les effusions et l'enthousiasme du *Commentaire*. Il me paraît hors de doute que c'est Ficin qu'Héroët suit ici.

Cependant la «parfaicte amye» feint que l'Amant soit mort. Que deviendra-t-elle? On le devine. C'est d'«esprit» qu'elle l'aimait. C'est l'esprit de son ami que, «tout en l'aymant, elle estimoit» (846). Il n'y aura donc pas séparation¹. Purifiée de son corps par l'amour, l'amie ira rejoindre l'ami. Et, «avec les yeux de son entendement» (868), elle «regardera une chose invisible» (870), elle verra l'ami,

«pour s'estre en Dieu fié,
Pur, simple, et beau, saint, et déifié;
Et pour avoir heu foy et loyaulté»,

il s'offrira à sa vue «jouyssant de beaulté» (874).

Il souvient alors à la «parfaicte amye»

«Que la beaulté, que nous voyons reluyre
Es corps humains» (875-876)

n'est qu'une étincelle de la Beauté immortelle, de cette «Beaulté divine» que nous connaissons avant de tomber «en ces terrestres corps»². Le spectacle de la beauté de l'ami lui rendra «soubvenance» de la Beauté idéale, oubliée ici-bas: elle recouvrera l'aile

«Que nous avons tombants desempennée» (913)

et de nouveau «eslevera son cuer

Vers la Beaulté qu'au ciel avons laissée» (938)

¹ Cf. Charles de S. te Marthe.

² *Commentaire sur le Banquet*, Oratio v, Caput iv: «Pulchritudo est splendor divini vultus».

Tel est bien en effet le propre de l'amour véritable: il nous tire de la «prison mondaine» et nous mène au lieu

«qu'avons tant estimé,
Trouver le bien qu'avons le plus aymé,
C'est de beaulté jouyssance et plaisir,
Dont nostre amour est ung ardent desir» (1103-1107)

L'on reconnaît ici la définition même de Marsile Ficin: l'amour désir de beauté.

Mais nous ne verrons pas, au ciel, la beauté seule:

«Là beaulté trouverons
Et la bonté» (1111-1112)

Car

«la beaulté
Est le pourtraict d'excellente bonté» (1380).

C'est le second des grands principes ficiniens et le fondement de toute sa doctrine: l'identification de la Bonté et de la Beauté. Comme Scève, Sainte Marthe, Pernette du Guillet, l'auteur de la *Parfaicte Amye* l'explique par la distinction propre à l'esthétique contemporaine de la beauté: accord des lignes, simple harmonie des formes, et de la grâce: expression, reflet d'une âme vertueuse.

Si l'Amour «se trouve assis en cuer gentil,

Si penetrant est son feu et subtil,
Qu'il rend le corps de femme transparent,
Et se presente au visage apparent
Je ne sçay quoy qu'on ne peult exprimer,
Qui se faict plus que les beaultés aymer»¹ (1395-1400).

Les Grecs auraient-ils admis cette interprétation: je ne le crois pas. Quand on songe à leur culte de la beauté, à leur admiration pour les beaux jeunes gens, il semble qu'ils se figuraient vraiment qu'un corps harmonieux ne peut renfermer une âme mauvaise, ni des membres difformes de bons instincts. Ils ont tout pardonné à Alcibiade, parce qu'il était beau. Ne sourions point. C'est la conception de tout ce qui est jeune, enfant ou peuple, de tous ceux que n'a pas attristés encore la réflexion. Ils s'étonneront toujours qu'un être beau soit capable de méchanceté: c'est le fonds primitif du cœur humain. Et c'est un signe de notre noblesse.

Marsile Ficin ne pense pas autrement. N'a-t-il pas écrit cette phrase que n'eût désavouée Socrate: «Nous ne voyons point l'âme, et pourtant (=par suite) nous ne voyons point sa beauté; mais nous

¹ Et qui est proprement la grâce.

voyons le corps qui est image et ombre de l'ame, de sorte que tirant conjecture de cest image, nous estimons qu'en un beau corps soit une ame belle: *et de là vient que nous enseignons plus volontiers aux plus beaux*¹. Pic de la Mirandole, le plus beau de ses disciples, en était aussi le plus aimé.

Soit qu'ils eussent médité davantage, ou que leur enthousiasme fût moins grand, les adeptes français de la philosophie ficienne entendent ce principe de façon plus subtile. Ils distinguent la Beauté de la Grâce, ou plutôt cette beauté extérieure, reflet de la beauté intérieure, c'est la grâce elle-même. A leurs yeux, le «vray Amour» qui rend vertueux les coeurs où il pénètre, donne au visage plus d'éclat, au geste une pudeur exquise. L'âme, transformée par l'amour, transforme à son tour le corps. Belle ou laide, l'enveloppe sans doute ne change pas. Mais un souffle la vivifie. Les traits expriment un bonheur pur: cette expression, «cet ayse en la face luyants», n'est autre que la grâce ou beauté véritable, fleur de la beauté de l'âme. Ce n'est plus un accord en quelque sorte essentiel et prédéterminé entre un fond et une forme également parfaits: c'est le triomphe de l'Amour et des vertus qu'il fait naître. Et plus n'en jouit seul un petit nombre d'êtres privilégiés: quiconque aime véritablement devient bon et par là-même se revêt de cette grâce inexprimable. Ainsi s'explique que l'amour tende en même temps au beau et au bien. L'honnêteté du cœur se reflète sur la face et lui prête un charme secret qui entraîne l'amant et le captive.

«O quel pouvoir heut sur soyble personne
L'enchantement d'une voulunté bonne
O combien peult ardente affection!» (1471-1474)

Bonté, savoir, santé, richesses, quels biens ne procure-t-elle pas?

Ces derniers vers de la *Parfaicte Amye* sont tout inspirés du *Commentaire*. C'est la même exaltation, la même ferveur. Aussi bien à quelle source le poète aurait-il puisé pour cet enseignement inoui, sinon chez le philosophe du «vray amour», Marsile Ficin? Lui seul avait entendre déjà de telles paroles: «Amour désir de Beauté, Beauté identique à Bonté, Amour guide de l'âme vers Dieu, Beauté et Bonté suprêmes»; ces formules neuves viennent de lui. Héroët est un de ceux qui l'ont le mieux admiré et compris. Son caractère l'y disposait à coup sûr: mais il est une autre raison. Il a connu Ficin sans intermédiaires; il a tenu en mains le *Commentaire*

¹ *Commentaire*, f. 132 v^o.

sur le Banquet. La *Parfaicte Amye* l'indiquait: *L'Androgyne de Platon* en apporte une preuve décisive.

C'est une traduction, non point de Platon à la vérité, mais de son «illustrateur» Marsile Ficin. Et l'on ne s'étonne pas du mot de Loys Le Roy, futur traducteur du *Banquet*: «Vray est qu'il n'a du tout suivi Platon, comme chacun pourra cognoistre en les conférant, mais s'est joué poétiquement en ostant et adjoustant ainsi que bon lui sembloit». L'honnête Le Roy s'effare: n'a-t-il donc pas lu le *Commentaire*? Il aurait trouvé au quatrième discours, «ou est employé le texte de Platon de l'antique nature des hommes», la substance et presque les termes du poème d'Héroët. Je passe sur le mythe lui-même que le poète rend assez exactement, et j'en viens tout de suite à l'interprétation qu'il en donne, à partir du vers 309:

«Le lieu commun est de philosophie,
Qui enseignant l'homme, luy signifie
Qu'au premier temps l'ame heut double lumiere,
Naturelle une (et estoit la premiere),
Et l'autre apres du createur infuse;
Se retrouvant la pauvrette confuse
De tant de bien, si haulte se tenoit
Que son facteur (créateur) et son Dieu contemnoit.
A ceste cause elle fust séparée;
Dieu a la part meilleure retirée;
L'autre est au corps de terre environnée,
Laquelle semble en enfance estonnée.
Mais quand ce vient dessus l'adolescence,
S'elle congnoist sa cheutte et ignorance,
Comme le feu en terre detenu.
Tend de nature au ciel dont est venu,
Ainsi resent de sa moytié la perte
Et ne veult rien que l'avoir recouverte... (309-327)
De son penser, de toute affection,
De son espoir, foy, et intention,
Elle ayme Dieu et requiert sa moytié.» (333-336).

Voilà le texte d'Héroët: et voici celui de Ficin:¹

«Les ames des hommes, quand elles sont creees de Dieu, sont ornees de deux lumieres, naturelle, et supernelle ou surnaturelle, afin que par la naturelle elles considerassent les choses égales et inferieures: et par la surnaturelle les superieures». La première nous tourne vers le monde, la seconde vers Dieu. Qu'arrive-t-il? «Nostre ame, tombant au corps, laisse la divine lumiere (surnaturelle), et se retournant seulement à la lumiere sienne (naturelle), commence à vouloir

¹ F. 44 v.^o à f. 60 r.^o (Traduction Le Fèvre de la Boderie).

estre contente de soy-mesme». Or nul n'a le droit de se suffire à lui-même, sinon Dieu «auquel rien ne def fault, sur lequel n'y a rien». Par suite, «lorsqu'elle veut de soy-mesme estre contente», l'âme se rend semblable à Dieu: elle lui fait injure, elle «contemne son fauteur». Irrité, Dieu la sépara. Cet orgueil de l'âme a été cause que, née entière, «elle fust partie et tranchée. Pourtant elle se plonge au profond du corps comme au fleuve léthé et par traict de temps se mettant en oubly soy-mesme, est tiree des sens et de l'appetit charnel ainsi que d'outrageux sergents et d'un tyran insolent et rebelle». Pour s'être trop confiée «en son esprit naturel», l'âme a perdu la lumière divine, et c'est maintenant la lumière naturelle elle-même qui s'éteint:

«L'âme semble en enfance estonnée».

Mais, «ja divisee et plongee es corps, quand elle parvient aux ans de l'aage de discretion par la lumiere naturelle qu'elle reserve, comme par une de ses moitiés, elle est eveillee à reprendre avec estude de verité ceste lumiere sur-naturelle, qui fut jadis son aultre moitié. Non autrement que le feu par la force des superieurs engendré en terre, soudain par impetuosité de nature se dresse aux lieux superieurs: ainsi l'ame appete et desire ceste divine lumiere qui avoit esté auparavant mesprisee».

«Elle resent de sa moytié la perte
Et ne veult rien que l'avoir recouverte».

L'imitation est évidente:

«Les Grecs de l'ame ont ainsi devisé» (378),

dit à la fin le poète. Les Grecs, non: c'est Marsile Ficin. Reconnaissions-le: mais rendons grâces aussi à Héroët d'avoir contribué de la sorte à répandre en France la philosophie du florentin. Si peu qu'on l'ait pratiquée, et aussi bien l'on ne pouvait la suivre jusqu'au bout, elle est l'un des éléments dont se forma «l'honnêteté» du XVII.^{ème} siècle. La délicatesse des sentiments, les nuances du coeur que révèle *La Princesse de Clèves* supposent une longue purification de l'amour. Or tel est bien le résultat le plus certain de l'influence de Ficin et de ses disciples. Leur système passa: il fut oublié. Car ils s'écroulent tous l'un après l'autre. Comme ces bulles de savon qu'un enfant s'amuse à gonfler, ils brillent un moment au soleil, puis crèvent, et d'autres Renaissent: l'homme reste, plus riche ou diminué. Cette philosophie de l'amour lui offrit un idéal très pur: elle l'ennoblit et l'affina. Ce n'est pas en vain que plusieurs générations s'accou-

tument à adorer la Beauté, à respecter la femme, à louer toujours l'amour chaste. N'y aurait-il même là que des mots, les prononcer et ne prononcer qu'eux, se défendre toute allusion aux voluptés de la chair, chanter une union qui nous élève jusqu'à Dieu, voilà de bonne habitudes: elles ne demeurent pas sans effet. Un vrai poète est sincère à l'instant où il écrit. J'irai plus loin: l'on ne se moque pas dans la vie de sentiments qu'en vers l'on montre si souvent. Ils ont connu la passion, mais sans brutalité. Ennemis du libertinage, ils ont fait de l'amour une vertu. Ils l'ont traité comme une chose belle, sérieuse, avec laquelle on ne badine point et qu'il ne faut jamais souiller. Admirable conception, à la vérité: nous lui devons d'être ce que nous sommes: des animaux civilisés.

MARGUERITE DE NAVARRE

Elle l'avait compris, sans doute, cette princesse qu'on a fort bien défini «une doctrinaire de l'amour platonicien» (H. de la Ferrière-Percy). Car elle fut l'un des plus ardents protagonistes de la doctrine ficienne dans notre pays. Protectrice de Dolet et de Ramus qui divulguent Platon, de Bonaventure des Périers qui traduit le *Lysis*, de J. de la Haye (qu'elle chargea de publier ses *Marguerites*, Lyon, J. de Tournes, 1547), traducteur du *Commentaire sur le Banquet*¹, de Sainte Marthe² et d'Héroët, poètes platoniciens, elle a fait elle-même des vers inspirés de Marsile Ficin. Et ce serait le lieu de s'y arrêter. Pourtant je serai bref. Tant d'influences se mêlent chez Marguerite et ses lectures sont si variées qu'il faudrait de longues heures pour les distinguer. Rendre à Ficin ce qui lui appartient en propre n'est jamais besogne aisée: ici moins que partout ailleurs. C'est qu'en effet, l'on ne trouve point chez la reine de Navarre de ces formules nettes où se reconnaissent évidemment la marque de la pensée ficienne. Certes, Marguerite exalte l'amour divin, et ses poésies mystiques ont un accent sincère et vénémente qui nous touche encore aujourd'hui. Mais il serait très faux de voir dans l'auteur du *Commentaire* l'unique source de tout mysticisme au XVI.^{ème} siècle. L'Ancien et le Nouveau Testament sont familiers à la reine de Navarre, et elle paraît avoir eu pour Saint Paul une

¹ Cette traduction fut entreprise sur l'ordre même de la reine de Navarre qui avait lu sans doute le *Commentaire* en italien, car elle était fort bonne «italianisante». Elle correspondit en italien avec Vittoria Colonna, l'amie de Michel Ange. Cf. Emile Picot, T. I, p. 41 à 50.

² Qui fit une oraison funèbre de Marguerite de Navarre.

préférence singulière. A coup sûr, elle n'ignore pas non plus l'*Imitation*, fort répandue de son temps, comme l'atteste le nombre des éditions. Elle correspondit avec Brionnet, l'ami de Lefèvre d'Etaples, et ne demeura point étrangère au grand mouvement de rénovation de l'Ecriture Sainte. Même elle n'a pas craint, semble-t-il, d'étudier la théologie et beaucoup de ses vers témoignent d'une inspiration purement religieuse. Comment, par suite, préciser ? La conception de l'amour, chaste et saint, où l'a-t-elle prise, dans la Bible ou chez Ficin ?

«L'Ecriture t'entendras
Dont la fin est l'Amour»,

dit-elle en l'une de ses *Comédies*¹. Et l'on reste perplexe.

Toutefois, outre la définition du parfait amant donnée par Marguerite dans l'*Heptaméron*², voici quelques passages de ses poésies dont la substance a pu être tirée du *Commentaire sur le Banquet*.

Sur la mort et résurrection d'Amour (*Miroir de l'Ame Pécheresse*, Ed. Frank, T. I, p. 48) :

«Amour, amour, vous avez fait l'accord,
Faisant unir à la vie la mort.
Mais l'union a mort vivifiée.
Vie mourant d'amour vérifiée,
Vie sans fin a fait nostre mort vive.
Mort a donné à vie mort naïve.
Par ceste mort, moy morte reçoy vie ;
Et au vivant par la mort suis ravie.
En vous je vy, quand en moy je suis morte,
Mort ne m'est plus que d'une prison porte.
Vie m'est mort ; car par mort suis vivante.
Vie me rend bien triste et mort contente.
O quel mourir qui fait mon âme vivre,
En la rendant par mort de mort delivre,
Unie à vous, par amour sy puissante,
Que sans mourir elle meurt languissante...».

et plus loin (p. 56)

«Puisque la mort m'est vie sy plaisante
Que plus me plaist qu'elle ne m'espovante...».

Sur l'amour réciproque (*Comédie*, Ed. Frank, T. 4, p. 105).

¹ «De l'Adoration des Troys Rois». Ed. Frank, Tome II, p. 83.

² Epilogue de la nouvelle 8, 1^{ère} journée, Ed. Le Roux de Lincy, T. I, p. 327.

«La II. Femme mariée»:

«De vraye Amour autre Amour reciproque,
C'est le parfait de son plus grand desir.
Mais si Amour de l'autre Amour se moque
Pour autre Amour trop moins digne choisir,
C'est un ennuy qui ne donne loisir,
Temps ne repos pour trouver recomfort»¹.

Sur l'amour chaste et vertueux (*L'histoire des Satyres et Nymphes de Diane*, Ed. Frank, T. 3, p. 195):

«Il perd le temps qui le corps pense avoir.
Ce Cuyder là ne fait que decevoir,
Et là où plus pense trouver le fol
Le corps aisé et le coeur faible et mol,
C'est là où plus le coeur et le corps pur
Par chasteté s'endurcit comme un mur».

«La Coche», Ed. Frank, T. 4, p. 254:

«Mais tous les biens qu'elle en² peut recevoir
Ne luy sont rien: car seulement heureuse
Se tient de voir par amour vertueuse
Tenir les coeurs unis comme on peult voir
Les coeurs du plus parfait et plus parfaite
Que l'on peult voir...».

et plus loin, p. 257:

«Vous requerant comme amye parfaite».

«L'Umbre», Ed. Frank, T. 4, p. 265:

«O vrays Amants, si jamais vous sentistes
Que c'est d'Amour, et si peine vous meistes
De parvenir au bien qui est promis
En bien aymant à tous parfaitz amys,
Jugez jamais n'avoir veu Amour tel
Que cestuy cy que voyez immortel,
Puis qu'immortel en est le fondement.
Jugez aussi et jurez hardiment
Que digne il est et merite à tousjours
D'avoir l'honneur sur tous autres Amours».

¹ Voir également «La Coche», Ed. Frank, T. 4, p. 238, de «Loyauté l'ha» à «honneste desir».

² de l'amant.

«Response à une Chanson», Ed. Frank, T. 4, p. 275:

«La vertu qui est fondement
De ceste Amour jeune et honneste,
Me la fait montrer clerement
Sans rougir ne baisser la teste».

Sur la «vraye Amour» victorieuse du «faux Amour» (volupté).
(La Mort et Resurrection d'Amour, Ed. Frank, T. 4, p. 270):

«Là l'Amour immortel tiendra sa royaute
Sa grandeur, son Empire en monstrant sa puissance,
Soubs laquelle chacun fera obeissance:
Mourez doncques Amour¹, puis que ne povez vivre
En celle qui de vous par Amour² est delivre;
Donnez lieu à l'Amour de saine affection,
Qui prend de vostre mort sa generation:
Et lors Amour³, d'Amour⁴ vainqueur de telle sorte,
Fera vivre d'Amour⁵ l'amye en Amour⁶ morte».

. Voici enfin, — et c'est l'unique fois —, un semblant d'allusion à l'Amour désir de Beauté. («La distinction du vray Amour». *Dernières poésies*, Ed. Lefranc, p. 306):

«Et vray Amour c'est ignocence pure,
Qui n'a besoing de nulle creature;
Parquoy l'honneur ne me sçauroit garder,
Ne l'Amour pur et parfaict, la nature
En la beaulté aymer et regarder».

Encore le sentiment est-il bien timide et confus au regard des clairs et fermes principes ficieniens. L'Amour désir de Beauté, l'identification de la Beauté et de la Bonté, la progression de la beauté et de l'amour humains à la Beauté et à l'amour divins, ces trois points fondamentaux de la doctrine du *Commentaire*, n'apparaissent pas chez Marguerite. Nous les avons découverts chez Scève, Héroët, Charles de Sainte Marthe: rien de tel ici. Et c'est pourquoi l'on ne peut ranger la reine de Navarre parmi les disciples directs de Marseille Ficin. Elle a lu assurément le *Commentaire sur le Banquet*,

¹ Faux amour.

² Vray amour.

³ Vray amour.

⁴ Faux amour.

⁵ Vray amour.

⁶ Faux amour.

puisque l'a fait traduire : et l'on sait de reste qu'elle s'est toujours attachée à la nouvelle philosophie de l'amour. Mais son influence s'exerça surtout par la parole, par la correspondance et par l'exemple, plus que par ses œuvres mêmes. Dans la haute situation qu'elle occupait, un mot, une prière, un geste en faveur de l'*honnête amour* pouvaient beaucoup : elle ne s'y est pas refusée. Aussi n'a-t-on point tort de lui attribuer une grande part dans la diffusion du platonisme en France. Il suffit de la circonscrire :

LA LOUENGE DES FEMMES

Avant d'étudier les poètes de la Pléiade, je veux signaler un curieux ouvrage : *La louenge des femmes, Invention extraict du Commentaire de Pantagruel, sur l'Androgynie de Platon.* C'est une violente et très réaliste satire contre le sexe féminin, inspirée de Rabelais. La dédicace «A honneste et vertueuse dame Coelie de Romirville», rappelle d'ailleurs le style et les expressions mêmes de maître Alcofribas : «Le tresdocte, treseloquent, et tresfacecieux Architecte de risees Pantagruel, on ne scay quantieme chapitre de son Commentaire sus l'Androgynie de Platon, escript, que la femme est un sexe tant fragil, tant variable, tant muable, tant inconstant, tant imperfait, que nature luy semble s'estre esgaree de ce bons sens, par lequel elle avait créé et formé toutes choses, quand elle ha basti la femme. Et y ayant pensé cent, et cent fois, ne sut a quoy s'en resouldre : sinon que forgeant la femme, elle ha eu esgard à la sociale delectation de l'homme, et à la perpétuité de l'espece humaine, plus qu'à la perfection de l'individuale muliebrite... Qu'est-il plus malaisé à rencontrer, qu'une femme raisonnablement sage, et constamment forte ? Telle femme, dit Juvénal en sa sixième satyre,

Est un oiseau de rarité insigne
Et moins souvent rencontré qu'un noir cigne.

Voire tant rare, et eslongné de la connoissance des hommes, que le Phenix se trouve plus frequent : lequel les Philosophes naturelz nous dient, encore qu'il soit tousjours unique et singulier en son espece, se continuer et renouveler de siecles a autres : en sorte qu'en tout temps s'en peult trouver un : mais n'est pas ainsi des sages et bonnes femmes, comme tesmoigne l'ancien Livre des Quenoilles, autentique par l'autorité des mesmes femmes, qui dit, que jamais n'y eut qu'une bonne femme, encor le diable l'emporta».

Viennent alors quelques allusions ironiques au rang médiocre où les anciens tenaient la femme, une comparaison de celle-ci à la lune

qui n'apparaît et ne se montre en tout son éclat que la nuit, éloignée de son mari le soleil. Enfin l'auteur distingue Coelie du commun de son sexe, «car n'y a reigle tant ample que ne restraigne quelque exception». «Pense donques, conclut-il, et remonstre aux autres femmes, qui en vain voudroient bender l'arc de leur vengeance contre moy incongnu, que je n'ay rien escript contre toy, ne contre les autres semblables à toy forlignees par vertu et prudence acquise du droit cours feminin: ains contre celles qui demeurent purement, simplement et naturellement femmes. Et si d'aventure tu te rencontres entre ces Haubereaux de Poëtes, qui se sont donnez corps, ames, trippes et boiaux, muse, musette et amusement au service des dames, entreprenans ja de parole, ou de fait, vengeance de cet outrage, prie les, je te supplie, doucement et amiablement, comme c'est ta coutume, qu'ilz ne me facent pas du pis qu'ilz pourront: mais me sachent gré, au moins de ce que je leur auray taillé matiere d'escrire, et donné occasion de se faire declairer Folz, de l'une des deux cens cinquante sortes, nombrees par le Calloier des Isles Hieres — Adieu».

Parmi toutes ces pièces dirigées contre les femmes, il en est une au moins visiblement inspirée de la doctrine ficienne de l'amour. Elle n'en est d'ailleurs pas plus favorable au sexe féminin. C'est le poème intitulé «Definition d'Amour» : composé en décasyllabes, il se rapproche des poésies sur le «vray amour» de Sainte Marthe et d'Héroët:

«Qu'est-ce qu'Amour ? C'est une sainte loy
 Liant les coeurs, de crainte de desplaire,
 Fondee sur inviolable foy.
 C'est un pourtraict que Dieu a voulu faire
 Sus les esprits de sa divinité,
 Pour eux, entr'eux, et eux à soy attraire.
 C'est en nostre ame, un point d'amenité,
 Dont vertu fut la mère: et la nourrice
 Fut, comme un croid, sage simplicité.
 C'est un accord des esprits, tant propice
 Aux corps desjoints, qu'ils desirent tousjours
 Qu'ainsi comme eux, l'un à l'autre s'unice.
 C'est un desir qui croist avec les jours
 De voir un bien, que seul bien on estime,
 Et fait trouver longs les plus courts sejours.
 C'est un attrait de la chose qu'on ayme,
 Formant de soy tant forte opinion,
 Que mesme soy pour elle on desestime.
 C'este une ferme et constante union
 Qui elements, cieux, astres, dieux accorde,
 Et nous fait part de leur perfection.

C'est, à vray dire, une divine corde
Joingnant en un tout ce qui est desjoint
Qui appaisa du chaos la discorde.
C'est un divin feu qui serre et conjoint
En un *ceil* (clin ?) d'oeil choses desassemblées,
Tousjours brulant, et ne le void on point.
C'est un larron de secréttes emblees
Qui long temps plus tot entré qu'apperceu
Ha de sa paix maintes ames troublees.
C'est un effect de Dieu, pour Dieu receu,
Et pour Dieu craint: mais si ha il un frere (faux amour)
Que maint, prenant pour lui, est bien deceu.
C'est un Aymant, qui peult les coeurs attraire
D'un coeur en l'autre, et qui peult transformer
L'un des esprits au poinct de son contraire.
C'est un desir de ce qu'on oyt nommer
Beauté, qui touche oeil, esprit et aureille,
Mais touchant l'oeil moins fait à estimer.
Ce n'est pas donq la voulunté pareille
En femme et homme, enclinant au plaisir,
Qui repentance, et vergongne appareille».

Mais ici, pour dépeindre cette volupté charnelle contraire à l'amour,
l'auteur se fait gaulois, et je passe.

Voici la conclusion, peu galante assurément:

«Brief, Amour n'est, ce que menteuse femme
Appelle Amour: Amour ha tel effect
Qu'il ne peult estre en coeur de folle femme
Ains en l'esprit de l'homme plus parfait»¹.

Ce mélange de la philosophie nouvelle et du vieil esprit gaulois
est des plus curieux. Nous voyons là un de ces compromis singulières
comme on en trouve aux périodes de grande fermentation intellectuelle,
quand les traditions du passé sont encore vivaces, mais
que palpite déjà une âme neuve.

PONTUS DE TYARD

Parmi les poètes de la Pléiade, c'est Pontus, sans conteste, qui
se montre le plus imbu des théories platoniciennes sur l'amour. Vi-
vant dans le Mâconnais, soit à Mâcon même, soit dans son château

¹ Il serait vraiment intéressant de savoir si cette pièce est bien de Rabelais.
Ce serait une nouvelle preuve, et importante, qu'il connaissait la philosophie de
Ficin.

de Bissy, non loin de Lyon, hôte assidu de la grande cité où s'exerça si fort l'influence de Marsile Ficin, disciple de Maurice Scève, «l'ami extrêmement aimé, mais non jamais assez honoré»¹, dès ses premiers vers l'auteur des *Erreurs amoureuses*² prend place parmi les adeptes du «vray amour». En 1551 paraît la *Continuation des Erreurs amoureuses*, qui révèle les mêmes sentiments, avec «un chant en faveurs de quelques excellens Poëtes de ce tems», où Pontus nous fait connaître ses préférences: Scève, Héroët, Carle (Charles de Sainte Marthe),

Et «Martin, qui ha fait sien
Le beau discours amoureux
Du disert Italien»,

Martin qui en 1545 avait traduit ces *Asolani* de Bembo dont la fin est tout inspirée du *Commentaire sur le Banquet*. Tous suivent le maître florentin. La même année est imprimée la traduction des *Dialoghi di Amore* de Léon Hébreu, qui dérivent d'une source identique. Puis, c'est, en 1552, les deux *Solitaires*, «de la fureur poétique» et «de la musique», où Pontus de Tyard expose des idées analogues à celles de Ficin, le premier accompagné de «quelques vers Liriques», à savoir cinq odes dont deux rappellent quelques passages du *Commentaire*; en 1559, le troisième livre des *Erreurs amoureuses*; enfin, en 1573, le *Recueil des nouvell'oeuvres poetiques*, l'un et l'autre platoniciens.

Ainsi l'œuvre entière de Pontus de Tyard est-elle animée d'une même inspiration. Le nom de Platon y revient souvent³, ainsi que le mot «Idée» interprété dans le sens platonicien. Le *Banquet*⁴ est une fois cité. Il est fait à deux reprises mention du mythe de l'*Androgynie*⁵ et je trouve développée dans l'Ode IV des «vers liriques» l'allégorie de l'attelage, propre au *Phèdre*⁶.

Au surplus, si malaisé qu'il soit de pénétrer cet homme, on sent

¹ *Discours philosophiques*, Solitaire premier, f. 51.

² Lyon, J. de Tournes, 1549. Le poète, né en 1521, a 28 ans. Le privilège de l'*Olive*, parue en 1549, est du 22 Mars 1548, n. s. 1549: ces deux ouvrages ont donc été publiés la même année.

³ Presque toujours précédé du qualificatif de «divin»: «Le divin front de Platon». Ed. Marty-Laveaux, p. 132.

⁴ Pontus, qui semble avoir su le grec, l'avait pu lire dans l'édition grecque de Wechel, Paris, 1543. Cf. Ode en nom de son île, Ed. M. L., p. 150, Str. 1.

⁵ *Erreurs amoureuses*, I, 47, et III, 24, Chanson.

⁶ Que Pontus n'a pu connaître que par la traduction et le *Commentaire* de Ficin, puisqu'il n'en existait pas d'édition grecque en France.

en lui une ardeur concentrée, un goût inné des belles choses, bref, un tempérament de poète et d'artiste. «Je commençay fort jeune d'aimer et d'honorer la beauté et les graces, et de mesme aage fuz eschauffé de l'ardeur d'Apollon», dit-il, dans l'*«Epistre à une docte et vertueuse damoiselle «au début des Erreurs amoureuses»*. Il est de ceux, et ils sont rares, qui ont bien compris Murice Scève et qui l'ont toujours défendu. Après l'avoir nommé dans les *Erreurs amoureuses* («Du grave Scève», I, 67; «Faisant de toy la Delie envieuse», II, 28), il le loue en justes termes dans le «Chant en faveur de quelques excellens Poëtes» :

«Sceve si haut son sonna
Sur l'une et l'autre riviere,
Qu'avecques son mont Forviere
La France s'en estonna :
Qui premier la course ha pris
Par la louable carriere,
Laisstant les autres derriere
(Que luy peut en murmurant
Nuire le vil ignorant ?)
Premier emporte le pris,
Auquel tous vont aspirant».

(Ed. M. L., p. 124).

Et l'on connaît ces lignes un peu dédaigneuses du *Solitaire Premier*, où, définissant le bon Poète, Pontus donne comme exemple l'auteur de la *Délie*:

«L'intention du bon Poète n'est de non estre entendu, ny aussi de se baisser et accomoder à la vilté du vulgaire (duquel ils sont le chef) pour n'attendre autre jugement de ses oeuvres que celuy, qui naistroit d'une tant lourde cognoissance. Aussi n'est-ce en si sterile terroir qu'il desire semer la semence qui luy rapporte loüange. Bien desireroit-il que ces chassieux (mais aveugles) eussent la veüe bonne, et peussent cognoistre que ce qu'ils cherchent sous nom de facilité, n'est rien moins que facilité: mais doit avoir nom d'ignorance painte aux rudes lineaments de leurs grossieres inventions». Et comme Pasithée sourit, et que le poète lui en demande la raison: «Vous souvient-il point (repliqua elle) de celuy qui un jour arrivant icy, me trouva une Delie en main: et de quelle grace, l'ayant prinse et encor non leu le second vers entier, il se rida le front et la jetta sus la table à demy courroucé? — Oh, si fais deà (respondy-je) et ay bien memoire qu'entre autres choses, quand je le vy autant nouveau et incapable d'entendre la raison, que les doctes vers du Seigneur Maurice Scaeve (lequel vous savez Pasitheé, que je nomme tousjors avec

honneur) je luy respondis, qu'aussi se souciolet peu le Seigneur Maurice que sa Delie fust veue, ny maniee des veaux»¹.

Ils se ressemblent en effet, ils conçoivent tous deux la poésie comme un mystère, auquel on s'initie enivré du délire des Muses et plein d'un religieux respect: c'est la conception même de Marsile Ficin. Et leurs œuvres y répondent. Ainsi que dans la *Délie*, l'on trouve dans les *Erreurs amoureuses* de nombreux souvenirs de la philosophie platonicienne de l'amour.

Pontus adoré la beauté de Pasithée (*E. A.*, I, 5)², et comme il n'en jouit que par le regard (*E. A.*, I, 64) son amour est vertueux et chaste (*E. A.*, I, 32 Chanson, 64, 65 v. 13, 70 et Chanson de «Chaste Amour», II, 18. Chanson, 22, 34, v. 13 et 14). Mais cette beauté extérieure n'est que le signe de la beauté intérieure (*E. A.*, I, 7), de la vertu de l'amie, et ces deux beautés sont des reflets de la Beauté, de la Bonté divines; voilà ce qui attire l'amant et ce qu'il aime (*E. A.*, II, 3, 6 v. 9, 14 v. 1 à 3, III, 3 & 4). Le poète a bien soin de montrer que son amour est honnête et qu'il ne faut pas le confondre avec la volupté lascive (*E. A.*, II, 34). Aussi l'amie doit-elle l'aimer à son tour. Puisqu'il se contente de la vue, c'est à juste titre qu'il se plaint de ne pouvoir admirer Pasithée (*E. A.*, I, 64). Contrairement à la grande loi de réciprocité propre au «vray amour», elle le fait mourir (*E. A.*, I, 11 «Disgrâce», v. 11 à 14, II, 36 v. 8 et 9, III, 1 v. 8-12). Pourtant il suffit à Pontus de revoir Pasithée pour que cessent ses tourments: et le dernier livre des *Erreurs amoureuses* prend fin sur un sonnet qui témoigne de son bonheur (*E. A.*, III, 33. Ed. M. L., p. 118 et 119):

«Mon esprit ha heureusement porté
Au plus beau Ciel sa force outrecuidée,
Pour s'abreuver en la plus belle Idée,
D'où le pourtrait j'ay pris de ta beauté.
Heureusement mon coeur s'est curetté
Dans ta beauté d'un libre oeil regardée:
Et ma foy t'est heureusement gardée,
Et t'a ma bouche heureusement chanté:
Mais si encor heureusement j'espere,
Qu'en fin ton cours (ô ma divine sphère)
Veut assurer la crainte, qui me touche,
J'auray parfait en toy l'heur de ma vie,
Et toy en moy l'heur d'estre bien servie
D'esprit, de coeur, d'oeil, de foy et de bouche».

¹ *Discours philosophiques*, f. 33 r°.

² Citer encore serait fastidieux. Je me borne donc ici à des renvois. L'édition suivie est celle de Marty Laveaux.

Si l'influence du *Commentaire* s'exerce encore ici d'une façon assez générale, l'on en découvre dans les «Vers Liriques» une marque précise et, à mes yeux, indubitable. On lit en effet (*Ode III, «Du Socratique»*, strophe 13. Ed. Marty-Laveaux, p. 135):

«O centre, où sied la bonté
En non mobile assurance,
Fais qu'en ta circonference
La vagabonde beauté
Des saints raiz de la clarté
De ta lumiere feconde
Incorpore sa couleur,
Rendant la sphère du monde
En sa parfaite rondeur.

Cette image du cercle ayant pour centre immobile la Bonté, pour circonference mobile la Beauté, et dont les rayons sont des traits de lumière émanés de la Bonté et se répandant sur la Beauté en lui donnant tout son lustre, vient en droite ligne du *Commentaire sur le Banquet* (*Oraison II, Chapitre III* «Comme la Beauté est splendeur de la Bonté divine comme Dieu est centre de quatre Cercles»¹):

«Non sans cause les antiques Theologiens assirent la Bonté au Centre, et au Cercle ou Circonference la Beauté. Le Centre est un point du Cercle stable et non divisible, duquel plusieurs lignes divisibles et mobiles vont à la Circonference. Laquelle circonference, qui est divisible, se tourne autour du centre, non autrement qu'un rond corporel se tourne autour du gond. Or doncques nous pouvons ouvertement entendre, pour quelle occasion les antiques Theologiens ont mis la Bonté au Centre, et la Beauté au Cercle ou circonference. La Bonté de toutes choses est un Dieu: par lequel toutes elles sont bonnes. La Beauté est le Rayon de Dieu infus en ce Cercle, qui environ Dieu se retourne».

Hors ce texte, je n'en vois aucun qui ait pu donner lieu aux vers de Pontus, si ce n'est cette courte phrase de *Cortegiano* de Castiglione, d'ailleurs inspirée de Ficin:

«La beaulté vient et prend naissance de Dieu et est comme ung cerne: et pourtant comme ung cerne ne peult estre sans centre, beaulte ne peult estre sans bonte». Mais il n'y est fait mention ni de l'immobilité du centre et de la mobilité de la circonference, ni des rayons de la Bonté.

C'est donc bien au *Commentaire* qu'a puisé Pontus de Tyard.

¹ Le Fèvre de la Boderie, f. 16 v.^o à f. 20 r.^o.

Qu'il en ait retenu précisément ce passage est un fait digne de remarque. Car l'on y trouve l'explication philosophique du principe le plus intéressant du système de Ficin: la progression de la beauté humaine à la Bonté divine. Si, comme il paraît, Pontus a bien compris ce point, nous pouvons le ranger parmi les proches disciples du maître florentin.

De nombreux vers encore sembleraient devoir nous y autoriser: tels, dans les «Vers Liriques», cette Ode IV «De ses affections», où, après avoir exposé le mythe du char de l'âme, du *Phèdre*, le poète distingue la volupté lascive de l'amour chaste que lui inspira Pasithée; ou dans le *Recueil des Nouvell'Oeuvres poetiques*, les trois chansons (Ed. M. L., pp. 168-169, p. 181, pp. 182-183) et l'Ode «de Contr' Amour», et surtout l'«Elegie pour une dame, enamouree d'une autre dame» dont voici un extrait significatif:

«Car combien que d'Amour beauté soit la matiere,
Et qu'en l'honneur entier la beauté soit entiere...».

Dans la Pléiade, Ronsard a plus de génie, certes, et du Bellay plus de charme; moins gracieux que Rémy Belleau, moins original peut-être que Baïf, et bien moins savant assurément que le docte Dorat, Pontus de Tyard représente mieux qu'eux tous la philosophie platonicienne de l'amour. Et c'est pourquoi, plus que les autres, il est suranné. On ne le comprend plus: et l'on ne saurait le comprendre en effet si l'on ignore Marsile Ficin. Mais qui tâche à pénétrer ces vieilles théories et à en saisir l'intérêt s'attachera encore aux vers du chantre de Pasithée: et peut-être il y prendra goût.

JOACHIM DU BELLAY

J'insisterai peu sur J. du Bellay. L'on a dit, dans une thèse qui fait date, tout ce qu'il fallait dire sur le platonisme de ce poète. Distinguer au surplus les sources précises de son inspiration est une tâche fort malaisée.

Pour les XIII. Sonnetz de l'Honneste Amour, publiés en 1552, l'on voit bien que du Bellay a suivi de près la Continuation des Èrrreurs amoureuses parue l'année précédente (1551). Il l'indique lui-même :

«Le tout-divin de vostre Pasithée». (Sonnet XII, v. 14)¹. Peut-

¹ Ed. H. Chamard, T. I, p. 148.

être est-il allé jusqu'à puiser dans la *Délie*. Le vers 11 du sonnet VII :

«Au plus parfaict de la perfection»¹

rappelle un peu le vers de Maurice Scève :

«Parfeit un corps en sa perfection»².

Quant à l'image développée dans le dernier tercet du même sonnet³, et que l'on trouve déjà chez Scève, viendrait-elle de ce passage du *Commentaire* :

«Non autrement que le feu par la force des superieurs engendré en terre, soudain par impetuosité de nature se dresse aux lieux superieurs, ainsi l'ami se retourne vers Dieu...»⁴.

Je n'ose l'affirmer. L'allusion à la «céleste Androgyne» (IV, 11)⁵ est sans doute empruntée à Pontus de Tyard, mais l'allusion très claire au mythe de l'attelage dans le *Phèdre*, aux deux tercets du sonnet VI⁶:

«Ainsi l'esprit dedaignant nostre jour
Court, fuyt, et vole en son propre séjour
Jusques à tant que sa divine dextre.

Haulse la bride au folastre dezir.
Du serviteur, qui pres de son plaisir
Sent quelquefois l'absence de son maistre»⁷.

peut très bien dériver d'une lecture directe du dialogue de Platon⁸. Car J. du Bellay avait appris le grec au collège de Coqueret, guidé par l'excellent helléniste Dorat⁹.

¹ Id., p. 144.

² Diz. II, v. 6. Ed. Parturier, p. 6.

³ «Car le flambeau qui sainctement enflamme
Le sainct brazier de mon affection,
Ne darde en bas les saints traiz de sa flamme».

⁴ Le Fèvre de la Boderie, f. 52 r°.

⁵ Ed. Chamard, p. 142.

⁶ Id., p. 143.

⁷ *Phèdre*, p. 254 A.-E.

⁸ Lu dans l'édition grecque aldine de 1513 ou dans la traduction de M. Ficin. Il n'y avait pas d'édition grecque du *Phèdre* imprimée en France en 1552. L'édition Henri Estienne n'est que de 1578. Le *Banquet* avait été édité dès 1543 par Wechel.

⁹ H. Chamard, Thèse, p. 53.

Quoi qu'il en soit, nul détail ne nous permet ici de reconnaître la marque propre de Marsile Ficin.

Pour l'*Olive*¹, la difficulté n'est pas moins grande. Assurément le mot «Idée» y revient-il trois fois (sonnets LVIII, CXII, CXIII) et les souvenirs du *Phèdre* apparaissent certains dans les sonnets CXII et CXIII: mais Ficin y est-il pour quelque chose? Si son influence s'exerce sur cet ouvrage, c'est d'une manière générale et grâce à de nombreux intermédiaires. Et, à vrai dire, tout bien considéré, on a, je crois, le droit de l'affirmer: oui, l'influence de Ficin s'exerce sur J. du Bellay.

Sans doute, ce quatrain du sonnet XL (p. 60):

«Si mon esprit vif dehors, et mourant
Dedans le cloz de sa propre demeure,
Vous contemplant, permet bien que je meure,
Pour estre en vous, plus qu'en moy demeureant...»,

ce vers du sonnet XLVI (p. 66):

«Au ciel, ou est le but de mes desirs»,

ce tertet du sonnet LVIII (p. 77):

«De mon esprit les aesles sont guidées
Jusques au seing des plus haultes Idées
Idolatrant ta celeste beaulté»,

ces deux quatrains du sonnet LXXXI (p. 95):

«Celle qui tient l'aele de mon desir,
Par un seul ris achemine ma trace
Au paradis de sa divine grace,
Divin séjour du dieu de mon plaisir,

La les amours volent tout à loisir
La est l'honneur, engravé sus sa face,
La les vertus, ornement de sa race,
La les beautez qu'au ciel on peult choisir».

n'ont pas été tirés en droite ligne du *Commentaire*: rien ne le prouve du moins. Mais d'autres poètes, avant celui-ci et à sa place, ont emprunté à ce livre la substance de leurs vers. J. du Bellay les a lus, et il adhère, lui-aussi, à cette religion de l'amour où le porte son âme délicate et tendre. Plus ou moins sincère, quand il l'est vraiment, il atteint presque à la perfection. Ils sont beaux, en effet,

¹ Parue en 1549.

ces derniers sonnets de l'*Olive*¹, inspirés de Platon et du Christ: et il me semble que le philosophe de Carregi eût retrouvé en eux le sens intime de sa croyance. Pour me résumer en un mot, si je ne puis certifier que la source en soit expressément dans le *Commentaire sur le Banquet*, je suis à peu près sûr que, sans Marsile Ficin, la littérature française ne les connaîtrait pas.

PIERRE DE RONSARD

Voluptueux, sensuel, paillard (Cf. *Livret de Folastries*) même à ses heures, «notre Ronsard»² n'est pas platonicien. A ses yeux, Pétrarque n'a pu «estre sot trente ans: Il estoit éveillé d'un trop gentil esprit!»³. Et lui ne fut jamais sot.

Mais il a connu Platon. Sa conception de la «fureur poétique» est celle même, on l'a vu, du philosophe grec (cf. Bl., T. 6, p. 54-55) et de son disciple florentin. Il fait mention de la théorie de la réminiscence (*Odes*, III, IX, Bl., II, 208), du mythe de l'Androgyne (*Elegie XXVI*, Bl., T. 4, p. 320-321), du mythe du *Phèdre* (*Mascarade*, Bl., T. 4, p. 171: «c'est luy qui des Vertus...» *Poemes*, I, Bl., T. 6, p. 104-105), de l'allégorie de l'attelage de l'âme dans le *Phèdre* (*Amours*, I, 21, 2 tercets. Bl., T. 1, p. 13 et 14), et du discours de Diotime dans le *Banquet* (*Elegie à Jean Brinon*, Bl., T. 4, p. 373. Cf. *Banquet*, p. 202 D, E, et p. 203 A).

Il n'ignore point d'ailleurs la philosophie platonicienne de l'amour. Car il a lu Léon Hébreu et fort bien compris le point essentiel de son système: la distinction du chaste amour qui mène à Dieu et de l'autre, qui «en la terre se retire,

Et vit de nostre sang humain».

(*Odes*, V, 7. «Au'roi Charles, en luy donnant un Leon hebrieu»⁴. Bl., T. 2, p. 331).

Il revient à plusieurs reprises sur cette opposition des deux amours et trouve des termes si justes que l'on croirait vraiment qu'il a lu Marsile Ficin [Ed. Bl., T. 6, p. 104-105 «Quand du hault ciel... et

¹ Pour le fameux sonnet CXIII, s'il est bien imité d'un sonnet de P. Daniello, précisément le dernier tercet, le plus original et le plus ficinien, n'est pas dans le modèle italien.

² Comme l'appelle si joliment M. Bellessort dans un livre charmant, *Sur les grands chemins de la poésie classique*, Paris, Perrin, 1914.

³ *Amours*, II, Elegie à son livre, Bl., I, 142.

⁴ «Sçavant platonicien qui a traité doctement la matiere de l'amour dans ses dialogues», dit Richelet en son commentaire des *Odes*.

ta raison», T. 4, p. 152-153 «De deux Amours... tragique histoire» et surtout T. 4, p. 156-157 «Comme pourroit... Tels ont vescu». Que penser de ces vers qui rappellent si manifestement la *Parfaicte Amye* (III, 1379-1385, 1395-1400):

«Or, tout ainsi qu'un visage sans fard,
Courtois et beau, tout gentil et gaillard
Est le mirouer d'une ame bien parfaite.
Ainsi la face horrible et contrafaite
Est le mirouer où l'on voit par dehors
Estre un esprit aussi laid que le corps?»

Cf. aussi Bl., T. 4, p. 157-159 «Qui voudra donc... est une chose saincte】]. Enfin il n'est pas douteux que dans le premier livre des *Amours* (A Cassandre), l'on rencontre quelques sonnets où, avec bien plus de chaleur et de fermeté que Scève, Héroët ou Pontus de Tyard, le poète expose la pure doctrine ficienne (*Amours*, I, s. 74, v. 9-14, Bl., T. 1, p. 44, s. 90, Bl., p. 52, s. 167, v. 9 à 14, Bl., p. 96-97, s. 173, v. 11 à 14, Bl., p. 99, s. 201, Bl., p. 114). N'y eût-il que de tels vers dans l'oeuvre de Ronsard, je l'appellerais sans crainte le meilleur, le plus fidèle disciple de Ficin, en France, au XVI.^{ème} siècle.

Mais il y en a d'autres, et non équivoques. Même ils n'épargnent pas la philosophie du «vray amour», et j'en sais où Léon Hébreu est fort maltraité (Ed. Bl., T. 1, p. 419, sonnet 62, v. 9-14). La première pièce que le poète fit imprimer, l'ode sur les «beautez qu'il voudroit en s'Amie»¹, n'a rien de prude, et ses derniers vers d'amour, ces «Sonnets à Helene» qui nous émeuvent tant encore, sont tout pénétrés d'une sensualité un peu triste, de la passion humaine la plus sincère.

Qu'en faut-il conclure? — Ceci d'abord, et en tous cas, que Ronsard a sûrement connu la théorie ficienne de l'amour. Certaines allusions étonnamment précises, m'amèneraient même à croire qu'il a lu la traduction du *Commentaire* de J. de la Haye. Ce petit livre, fort répandu vers le milieu du XVI.^{ème} siècle, n'a pu échapper au poète, grand lecteur et d'une curiosité inlassable.

'Et puis, Ronsard est mieux qu'un libertin. Il a aimé. De l'amour, il a toute la violence, certes, mais aussi les délicatesses: il sait être timide, ami tendre et discret:

«Lors vous trouvant aussi douce et traitable
Qu'auparavant vous m'estiez accostable,

¹ Insérée dans les *Oeuvres poétiques* de Jacques Peletier, Paris, Vascosan et Galiot du Pré, 1547.

L'aspre fureur qui mes os penetra
S'évanouit, et Amour y entra.
La difference est grande et merveilleuse
D'entre l'Amour et la rage amoureuse.
Adonc la vraye et simple affection
Loin de fureur, de rage et passion,
Nourrit mon coeur, passant de veine en veine,
Qui ne fut point ny frivole ny vainé,
Car vous ayant de mon amour pitié,
Me contraigniez de pareille amitié¹,

dit-il un jour à Genève, amante experte et indulgente. Souvenir de Ficin ? Je le pense, mais ici vivifié : le poète est vraiment ému.

Insatiable et passionné, il a éprouvé tous les sentiments que l'amour peut faire naître, et il s'y est livré entièrement. Il n'est pas plus sincère au *Livret de Folastries* que dans les vers à Cassandre ou l'*«Elégie à Genève»*. Et parce que l'influence de Ficin prédomine alors sur tous ceux qu'attire l'amour spirituel, quand il y rêve, lui aussi, c'est de Ficin qu'il s'inspire, c'est sa doctrine qu'il expose.

Demain peut-être il la maudira. Quelque brunette aux yeux noirs,

«Bien que l'oeil verd le François tant adore»,

et dont la bouche s'ouvre comme une rose «au lent soleil de may desclose» aura passé sans doute : adieu l'amour idéal !

Au terme de mon travail, je demande un peu d'indulgence pour cette philosophie de l'amour qui enchantait nos ancêtres.

On la traite aujourd'hui avec quelque mépris : «Psychologie scolaistique des traités d'amour inspirés de Platon. . , phraséologie qui caractérise les écrits platoniciens du XVI.^{ème} siècle», dit M. Parturier². Ces mots sont durs et, je le crois, injustes.

En dehors des vérités essentielles et permanentes qui s'imposent à tous les temps, chaque époque a des goûts, des aspirations, un idéal qui lui sont propres. Si étrangers qu'ils nous soient, nous devons les comprendre pour la bien connaître. Quand on étudie les hommes d'autrefois, il faut tâcher à se faire une âme pareille à la leur, et ne les point juger d'après ses opinions actuelles. Elles passeront à leur tour. On les raillera peut-être : c'est si facile.

Je ne prétends pas défendre le système de Ficin. Trop contraire à l'instinct qui meut l'univers, il n'était point viable : et l'expérience, tous les jours, lui apporte un démenti.

¹ *Elégie XXIV A Genève*. Ed. Bl., T. 4, p. 312-313.

² Dans son édition de la *Délie*, Introduction, p. xiii et p. xvi, note 2.

Non certes, l'amour ne s'unit pas naturellement à la jeunesse, à la beauté. Il rapproche des êtres laids, et leur étreinte qui grimace est émouvante elle aussi. Non, un beau corps, l'expression charmante d'un visage ne sont point la marque visible d'une âme belle. La vie le prouve trop souvent. Vouloir enfin n'aimer que d'esprit, et se proposer d'atteindre à Dieu par cet amour spirituel, c'est un rêve assurément, et qui déçoit.

Mais c'est le plus beau des rêves. Qu'une société s'y livre plus ou moins, elle s'ennoblira et deviendra plus fine. Tel est, à mes yeux, le grand bienfait de l'influence ficienne dans notre pays. A regarder l'amour comme une chose grande et sainte, on s'accoutuma à le respecter. Le libertinage, qui fait tache au Moyen Age, disparaît presque dans la littérature du XVI.^{ème} siècle. Rabelais même est-il libertin ?

A cette conception de l'amour il n'a manqué qu'un chantre digne d'elle. Elle inspira de beaux vers: point d'oeuvre mémorable. Mais quel poème aurions-nous si quelque Dante français eût suivi Marsile Ficin ?

APPENDICE I

Notes sur la valeur de Marsile Ficin traducteur de Platon et de Plotin

Pendant la plus grande partie du XVI.^{ème} siècle, les dialogues de Platon ont été surtout connus en France grâce à la traduction de Ficin. On en jugera par la bibliographie suivante.

Bibliographie¹ de la traduction ficienne des Oeuvres de Platon

1482 — (Princeps). *Opera Platonis Marsilio Ficino traductore. Impressum Florentiae per Laurentium Venetum. Florence, in-fol.*

1491 — Florence, in-fol. (même édition que 1482).

1491 — *Opera... Impressum Venetiis per Bernardinum de Choris*

¹ Jusqu'en 1578, date de la première édition grecque imprimée en France, chez Henri Estienne. La traduction de Ficin fut encore donnée à Lyon en 1580, en 1588 et en 1592.

- de Cremona et Simonem de Lucro, 13 Aug. 1491, Venise, in-fol.
- 1517 — Venise, in-fol. (même édition que 1491).
- 1518 — *Opera Platonis latine a Marsilio Ficino traducta. Ex aedibus Ascensianis venundatur ab Joanne Parvo, et Jodoco Badio.* Chez Josse Bade, partagé avec Jean Petit, 28 Mai 1518. Paris, in-fol.
- 1522 — *Plato. Opera a Marsilio Ficino traducta.* Chez Josse Bade, 13 Septembre 1522. Paris, in-folio (reproduit l'édition de 1518).
- 1532 — *Opera... cum emendatione S. Grynæi.* Ex officina Froben. Bâle, in-fol.
- 1533 — *Plato. Opera, tralatione Marsili Ficini cum emendat. S. Grynæi.* Chez Josse Bade, partagé avec Jean Petit, 15 Mars 1533. Paris, fol. (Reproduit l'édition de Bâle 1532 avec les corrections de Grynée).
- 1539 — Bâle, fol. (même édition que 1532).
- 1546 — Bâle, fol.
- 1546 — *Platonis opera... cum emend. S. Grynæi.* Apud Antonium Vincentium. Lyon, in-fol.
- 1550 — Lyon, Jean de Tournes, in-12^o.
- 1551 — Bâle, Froben, in-fol.
- 1557 — *Opera... Apud Antonium Vincentium.* Lyon, in-fol. (On y a joint la traduction latine par S. Corrado de 6 dialogues apocryphes parus déjà chez Gryphe, Lyon, 1543, et J. de Tournes, Lyon, 1550, in-12^o).
- 1567 — Lyon, in-fol.

Soit, sur quinze éditions, sept imprimées en France, à Paris ou à Lyon, et les deux premières fort rapprochées (1518-1522), ce qui en prouve le succès.

Le texte grec de Platon fut donné pour la première fois en France l'an 1578, par Henri Estienne, avec une traduction nouvelle de Joannes Serranus et un commentaire suivi du même érudit¹. Cette édition grecque avait été précédée de trois autres, imprimées à Venise et à Bâle; mais elles étaient rares et coûteuses dans notre pays. En voici les titres:

1513—(Princeps) *Platonis opera omnia graece*. In aedibus Aldi et Andreae Soceri, mense Septembri MDXIII. Venise, in-fol.

1534—*Platonis omnia opera...* Apud Jo. Valderum, mense Martio 1534. Bâle, in-fol.

1536—*Platonis omnia opera...* Apud Henricum Petrum. Bâle, in-fol.

Quelques dialogues particuliers avaient bien paru en grec et en français, à Paris et à Lyon en 1578, mais on les compte²:

EN GREC:

1527—*Cratyle*. Gilles Gourmont. Paris. (C'est le premier dialogue de Platon imprimé dans le texte grec en France).

1530—*Plato. Axiochus, vel de morte. Graece*. Josse Bade, Paris. Ce dialogue apocryphe était attribué à Platon au XVI^{ème} siècle.

1532—*Timée*. Réimprimé en 1536.

1539—*Apologie...* 1541.

1540—Ἐπὶ Πλάτωνος Τιμαίου Τμῆμα Τὸ Τῷ Κικερώνος περὶ παντος Βιτιῳ
Συμφωνοῦν. Simon de Colines. Paris.

¹ Paris, trois tomes in-fol. Joannes Serranus ou Jean de Serres, frère d'Olivier, auteur du *Théâtre d'Agriculture*, est un historien de quelque mérite. «Sa traduction, dit l'abbé Claude Fleury (*Discours sur Platon*, Paris, 1657) est plus latine que celle de Ficin, mais elle n'est pas si fidelle. Il abandonne la plupart (suite p. 102) des allégories et des mystères de Marsile Ficin, en retenant seulement quelques uns au besoin, pour expliquer ce qu'il n'entend pas» p. 296-297.

² Je ne parle point des éditions particulières des dialogues dans une traduction latine autre que celle de Ficin: il y en a fort peu: l'*Axiochus* d'Agricola, le *Timée* de Chalcidius, et le *Charmide* de Politien. De Ficin ont été publiés à part le *Phédon*, les *Lois*, les Livres I et II de la *République* et les *Epîtres* de Platon.

1543 — *Banquet*. Chrestien Wechel. Paris.

1544 — *République*, Livres I et II (avec traduction de Ficin).

1544 — *Epîtres* (avec traduction de Ficin).

1549 — *Epîtres*. Ed. de Ramos.

EN FRANÇAIS :

1544 — *Lysis*. Trad. par Bonaventure des Périers. J. de Tournes, Lyon. (C'est le premier dialogue traduit en français). La traduction est faite d'après Ficin.

1544 — *Axiochus et Hipparque*. Trad. par Dolet et parus dans le *Second Enfer*. Dolet, Lyon. (L'*Axiochus* est traduit du latin d'Agricola et l'*Hipparque* du texte de Ficin).

1547 — *Criton*. Trad. par Philibert du Val. Vascosan, Paris.

1548 — *Ion*. Trad. par Richard le Blanc. Chrestien Wechel; Paris.

1548 — *Apologie de Socrate*. Trad. par François Hotman. Gryphe, Lyon.

1551 — *Timée*. Trad. par Louis le Roy, in 4^o.

1553 — *Phédon*, avec le X^e Livre de la République et deux passages du *Phèdre* et du *Gorgias*. Trad. par Louis Le Roy, in-4^o.

1556 — *Banquet*. Trad. par Mathieu Heret.

1558 — *Sympose*. Trad. par Louis le Roy. Jehan Sougis, Paris, in-4^o.

1563 — Discours... sur le royaume des Perses, et la nourriture de leurs Roys: aussi sur la moderation de liberté et de servitude qu'on doit garder en Estats publics, à l'exemple desdits Perses et des Athéniens... Extraict du troisième livre des Loix de Platon, et traduit du grec en François, par Loys Le Roy dit Regius. A Paris, chez Federic Morel.

1567 — De l'origine, antiquité, progrès, excellence, et utilité de l'ari

politique. Ensemble des législateurs plus renommez qui l'ont pratiquée, et des auteurs illustres qui en ont escript, spécialement de Platon et Aristote, avec le sommaire et conference de leurs Politiques, traduites du grec en françois, par L. Le Roy, dit Regius. A Paris, chez Fed. Morel. (Réimprimé en 1568).

Soit dix dialogues entiers, dont deux au moins apocryphes (*Axiochus* et *Hipparche*) et des fragments de la *République*, des *Lois*, du *Phèdre* et du *Gorgias*. Voilà tout ce que l'on connaissait de Platon en dehors de la version de Marsile Ficin : encore beaucoup des ces traductions françaises ont-elles été faites sur le texte de Ficin.

Il importe donc au plus haut point de savoir ce que vaut la traduction de Marsile Ficin. On l'a jugée parfois avec sévérité. Déjà, dans son *De vanitate Astrologiae*¹, Jean Pic de la Mirandole dit qu'il ne faut pas s'y fier absolument («ei non omnino fidendum esse»). Le célèbre érudit Daniel Huet dans son *De interpretatione* (Paris, 1661, in-4.^o, p. 295), où il se place surtout au point de vue de l'élegance de la traduction, déclare qu'à la vérité Ficin ne s'est point soucié du style, et qu'il a quelquefois allongé ou resserré la pensée («verborum quidem curam negligere Ficinum, sententias dilatare nonnumquam vel contrahere»)². Enfin voici comment l'abbé Claude Fleury s'exprime à l'égard de Marsile Ficin dans un *Discours sur Platon* publié à la suite de son excellent *Traité du Choix et de la méthode des Etudes*³ :

«Nous avons l'obligation à Marsile Ficin, de nous avoir fait connoître Platon dans ces derniers temps, et il l'a traduit avec assés de fidélité. C'étoit un homme d'un grand travail et d'une grande étude, mais autant que je puis juger solitaire, abstrait, spéculatif: et j'ajouterois peu poly, si je ne savoys qu'il a passé sa vie à Florence, dans la famille des Médicis, et dans le temps où cette ville a le plus cultivé les belles lettres, et les beaux arts. Quoy qu'il en soit, il paçoit avoir fait grand cas de la prétendue théologie de Platon, et de sa doctrine des intelligences et des idées: il cherche partout des mystères et explique par des allégories ce qui pris à la lettre ne

¹ Ou *Disputationes adversus astrologiam divinatricem*, en 12 livres. Bologne, 1495, L. 5, Cap. 6.

² Huet se montre plus favorable à Jean de Serres: «Sententiis contentus (Serranus) verba despexit, fidelem absque eo et perspicuum, quam pollicetur, conversionem praestiturus». *De Interpretatione*, p. 289.

³ Paris, P. Auboin, P. Emery et Ch. Clousier, 1687. Avec privilège.

convient pas à ses principes, quoy que peut-être il convint à ceux de Platon. Et c'est par là qu'il sauve ce qu'il y a des plus condamnable dans cet auteur : car il est étrangement prévenu en sa faveur. On doit pardonner cette préoccupation à un homme qui en avoit fait son étude capitale pendant toute sa vie» (p. 195 et 196).

Certes, Ficin interprète Platon d'une façon qui n'est pas toujours orthodoxe : mais dans ses *Commentaires* seulement. Car je me suis rendu compte que sa traduction est en général exacte, qu'il suit avec fidélité la pensée du philosophe grec, bref, que les hommes du XVI.^{ème} siècle, qui le plus souvent n'atteignaient Platon que par Marsile Ficin, connaissaient bien l'original et non quelque moulage par trop défectueux.

Mes recherches ont porté sur le *Phédon*⁴ et, pour Plotin, sur le chapitre relatif à l'immortalité de l'âme (*Ennéades*, IV, 7, Ed. Creuzer, Tome II). Je transcris ici directement mes notes.

NOTES SUR LE PHÉDON

a) *Texte.*

Quelques fautes de ponctuation. Peut-être cela tient-il aux manuscrits consultés.

1.^o — P. 61 a. Le texte (Stephanus) porte : τοῦτο ὑπελάμβανον αὐτό μοι παρακελεύεσθαι τε καὶ ἐπικελεύειν, ὥσπερ οἱ τοῖς θέουσι διακελευόμενοι. καὶ ἐμοι. Ficin : «hoc mihi praeceptum arbitrabar (ἐπικελεύειν pas traduit) : et quemadmodum currentes adhortari solemus, sic...», ce qui change un peu le sens.

2.^o — P. 102 c. Le texte porte : οὕτως ἔρα ὁ Σιμμίας ἐπωνυμίαν ἔχει σμικρός τε καὶ μέγας εἶναι, ἐν μέσῳ ὅν ἀμφοτέρων. Ficin : Sic itaque Simmias denominationem parvi habet et magni: si quidem in amborum medio positus», en reculant la virgule : ce qui change un peu le sens : «parce qu'il est entre les deux» se rapporte en effet logiquement (et la virgule est donc dans le texte grec bien placée) au premier membre de la phrase.

3.^o — P. 62 b. Faute de texte. Le texte porte : Ἰττώ Ζεὺς, formule béotienne qui signifie «que Zeus sache», càd. «J'en atteste Zeus» : Ficin lit et traduit : «Ittio (Ιττίο) Jupiter», ce qui n'a pas de sens.

⁴ D'après le texte d'Henri Estienne qui se rapproche le plus de celui que dut lire Ficin.

b) *Exactitude.*

Ficin commet parfois des erreurs de sens:

1.^o — P. 61 a. Le texte (St.) porte: *ταύτην τὴν δημόδη μουσικὴν ποιεῖν*, ce qui signifie: «m'exercer à ces beaux arts [dont nous venons de parler (*ταύτην*)] dans le sens ordinaire (commun, connu de tous) du mot *μουσική* (càd. non plus, comme auparavant, la philosophie, mais la musique, la poésie et en général les beaux arts)¹.

Ficin, en traduisant littéralement *δημόδη* par *popularem* semble n'avoir pas vu, et en tous cas ne rend pas le sens.

2.^o — P. 62 a. Le «*Sed attentione opus est*» de Ficin ne rend pas du tout le *Ἄλλὰ προθυμεῖσθαι χρή* du texte qui signifie: Allons, il ne faut pas perdre courage».

De même la phrase suivante est mal traduite: «*Nam et si audiveris,...*» rend très insuffisamment: *τάχα γὰρ ἀν καὶ ἀκούσας* qui signifie: «Peut être en effet parviendras-tu aussi à comprendre...».

3.^o — P. 65 a. Le «*revera vivere existimandum non esse*» de Marsile Ficin ne rend pas *οὐκ ἔξιον εἶναι ζῆν* qui est beaucoup plus fort et signifie: «(il leur semble que) un tel homme ne soit pas digne de vivre».

4.^o — P. 68 a. Ficin a mal compris l'*ἀνθρωπίνων παιδικῶν* du texte qu'il traduit par «meritorii pueris» (jeunes garçons qui font la débauche pour un salaire, allusion aux moeurs des Grecs). Il s'agit ici des «objets d'affection (*παιδικῶν*) purement humains», par opposition à *φρόνησις*, càd. à la sagesse, à la philosophie qui est un divin objet d'amour.

5.^o — P. 68 a. «*Pro dignitate*» ne rend pas l'*ἀξίως λόγου* du texte qui signifie «d'une façon digne qu'on en parle».

6.^o — P. 69 e. «*Multi*» traduit mal *οἱ πολλοι* = la foule.

¹ M. G. Dalmeyda donne, il est vrai, un autre sens: «Cette *μουσική* vulgaire, càd. la poésie, que le peuple peut goûter, tandis que la philosophie lui demeure inaccessible». Cette interprétation se rapproche de celle de Ficin.

7.^o — P. 81 e. οὐβρεῖς ne semble pas très bien traduit par «petulantia» «insolence». Il signifie plutôt ici «stupra, flagitia». De même καὶ μὴ διευλαβημένους «et cela sans honte, sans respect humain» (le participe ayant ici un sens indépendant et comme une valeur adverbiale) a été mal compris, et est mal rendu par «neque quidquam pensi pudorisque habuerunt» qui ajoute au texte.

8.^o — P. 82 c. μοχθηρίας δεδίστες = les (ἀτιμία καὶ ἀδοξία) redoutant comme des malheurs (μοχθηρίας est attribut) n'est pas traduit.

9.^o — P. 85 a. Dans le fameux morceau du chant du cygne ἔξαδειν est insuffisamment rendu par «cantum emittant». Le sens est «cantando vocem emittant» (plutôt que «extremum canant» qui a été proposé).

10.^o — ἐν εὐφημίᾳ χρὴ τελευτᾶν est très mal traduit par «cum gratulatione et applausu esse ex hac vita migrandum». «Applausu» est même un gros contre-sens, puisque c'est «dans un silence religieux» (*εὐφημία*) qu'il faut mourir.

Ficin ajoute quelquefois au texte en l'interprétant. Ainsi: p. 60 *d* τοῦ εὐτείνος. τοὺς Αἰσώπου λόγους, καὶ τὸ εἰς τὸν Απολλω προοίμιον. Ficin: «prius tantum in laudem Apollonis [ce qui ne traduit pas προοίμιον = prélude en l'honneur d'Apollon, généralement appelé hymne¹], deinde etiam fabulas Aesopi carmine modulatus». Cette inversion et ce sens ne sont pas dans le texte. Il est vrai que la suite (p. 61 b) l'explique en partie.

P. 64 b. Le «aequum esse morti addicere hos (philosophos) «qui eam velint», en ajoutant au texte: ὅτι ἀξιοι εἰσι τοῦτο πάσχειν en dénature le sens. Simmias dit seulement: «Il ne leur échappe pas que ces gens méritent de souffrir le mal (la mort)» et non: «Ils n'ignorent pas qu'il est juste de les vouer à la mort, puisqu'ils le veulent».

Parfois, au contraire, Ficin retranche. Ainsi: p. 62 a, dans la phrase καὶ ὁ Κεφῆς ἡρέμα ἐπιγελάσσας, ἡρέμα, «doucement», n'est pas traduit².

¹ Voy. Diogène Laërce, II, 42.

² P. 106 e. τὸ δ' ἀθάνατον... οὐχ εται... ὑπεκχωρησαν τῷ θανάτῳ. ὑπεκχωρησαν etc. (ayant cédé la place à la mort), très important au point de vue logique, n'est pas traduit. La vie n'admettant pas son contraire (la mort), il faut logiquement qu'elle lui cède la place.

Ficin se trompe aussi quelquefois sur le temps, mettant le présent où il faudrait le futur. Ainsi:

P. 116 c. où *καταγνώσομαι* (futur, animadvertis) est traduit par «animadverto».

c) Qualités.

Ficin traduit presque toujours littéralement, même là où une interprétation serait nécessaire. Ainsi:

P. 92 d. Le «cognomentum=cognomen» qui traduit mot pour mot l'*ἐπωνυμία* («surnom») du texte, ne rend pas la pensée, d'ailleurs difficile. Je traduirais plutôt par «denominatio» (dénomination) que par «cognomen» (surnom).

La latinité est moyenne, sans grâce: le charme du texte disparaît. Mais la pensée subsiste et se transmet en général assez nettement. Quelques bonheurs d'expression: Ainsi:

P. 64 e. *ἀτιμάζειν* est traduit par «flocci pendere», jolie expression de Térence qui signifie: «faire (d'une chose) le cas d'un flocon de laine, c.à.d. n'en faire nul cas».

Souvent une grande propriété des termes. Ainsi:

P. 67 e. *ἀποθνήσκειν μελετῶσι* est parfaitement rendu par «mortem commentantur» qui rappelle le «commentatio mortis» de Cicéron (*Tuscul.* I, 30, 74).

P. 80 d. Marsile Ficin a fort bien compris le *εἰς ἄδου*, qui ne signifie pas ici «dans les Enfers, dans l'Hadès», mais d'après l'étymologie de Cratyle, «dans le lieu de l'invisible», sens que rend suffisamment le «in locum nobis occultum» de la traduction.

Quelques tours peu latins imités du grec. Ainsi:

P. 65 b. *ἔξαπατᾶται ὑπ' αὐτοῦ* (*σωματος*) donne «decipitur a corpore», où il faudrait «corpore» sans la préposition «a» (mise ici par souvenir de *ὑπό*).

NOTES SUR LES *Ennéades* (IV, 7, CREUZER, TOME II)

a) Exactitude.

1.^o — 456 A. 10. η τὰ μὲν αὐτοῦ ἀπεισιν εἰς σκέδασιν καὶ φθοράν est mal traduit par «an partim sit caducus» qui ne rend ni l'idée de dispersion contenue dans *σκέδασις*, ni celle de dissolution que marque *φθορά*. M. Bouillet traduit mieux: «ou bien des deux parties qui nous composent, l'une est-elle condamnée à se dissoudre et à périr...».

2.^o — 456 A. II. $\alpha\pi\pi\rho\epsilon\theta\sigma\tau\iota\omega\alpha$ $\alpha\omega\tau\omega\zeta$, que M. Bouillet traduit par «qui constitue notre personne même», n'est pas suffisamment rendu par «quae quidem ipse sit». $\alpha\omega\tau\omega\zeta$ a ici un sens très fort.

Cette seconde partie qui demeure éternellement ($\tau\alpha\delta\epsilon\mu\epsilon\nu\epsilon\iota\zeta\alpha\epsilon\iota$), c'est l'essence véritable de notre personnalité, c'est nous-mêmes, et non la première partie qui se dissout. Ce qui prouve d'ailleurs que Ficin n'a pas compris, c'est ce «*qua scilicet parte*» qu'il intercale entre parenthèses entre «quidem» et «ipse». Ces trois mots sont un véritable contre-sens à l'égard de la pensée plotinienne.

3.^o — 456 C. $\tau\epsilon\mu\gamma\omega\mu\epsilon\nu\alpha\tau\epsilon\tau\epsilon$ $\kappa\alpha\iota\iota\epsilon\iota\zeta\mu\omega\pi\alpha\theta\alpha$ $\theta\pi\alpha\omega\mu\epsilon\nu\alpha$ est très mal traduit par «in minima quaeque redacta» qui ne rend pas les images: «découpées et brisées en parties infiniment petites».

4.^o — 458 B. $\pi\alpha\theta\eta\mu\alpha$ $\tau\eta\zeta\beta\lambda\eta\zeta$, «manière d'être de la matière», est faussement rendu par «materiae passio» qui signifie plutôt «un état souffrant de la matière». *Passio* est la traduction de $\pi\alpha\theta\omega\zeta$ et non de $\pi\alpha\theta\eta\mu\alpha$.

5.^o — 459 A. Marsile Ficin a eu tort de ne pas traduire $\iota\delta\rho\omega\theta\eta\omega\zeta$, $\iota\delta\rho\omega\sigma\omega\sigma\omega\zeta$, répété trois fois à dessein par Plotin, par un même verbe latin. Il emploie la première fois le verbe «stabilio», puis le verbe «colloco»: $\iota\delta\rho\omega$ eût d'ailleurs été mieux rendu par «aedifico», «édifier», comme le traduit M. Bouillet.

6.^o — 459 C. $\tau\delta\omega\pi\omega\kappa\epsilon\mu\epsilon\nu\omega\zeta$ serait peut-être mieux rendu par «substratum» que par «subjectum», comme le traduit Ficin.

7.^o — 461 D. $\nu\omega\eta\mu\alpha$ qui a ici son sens primitif: «connaissance par les sens» (intuition sensible). $\text{No}\epsilon\omega$ a en effet pour sens premier «se mettre dans l'esprit par l'entremise des sens») eût été mieux traduit par «perceptio» que par «notio» qui, en latin, ne signifie que la connaissance par l'entremise de la réflexion.

8.^o — 463 B. L'idée de purification contenue dans $\sigma\omega\mu\omega\tau\omega\zeta$ $\alpha\alpha\theta\alpha\pi\omega\alpha$ $\tau\alpha\tau\omega\zeta$ $\sigma\omega\mu\omega\tau\omega\zeta$ $\alpha\alpha\theta\alpha\pi\omega\alpha\delta\omega$ (*purifié de la présence du corps*) n'est pas rendu par «rerum a corpore absolutarum, a corpore libera».

9.^o — 464 A. «Anima neque molem vel qualitatem habet ullo facto tractabilem» est long, diffus, et peu élégant pour traduire seulement ἀναφής τε (s. e. ἔστιν ἡ ψύχη) qui signifie: «l'âme est impalpable» (ἀναφής, de α privatif et ἀπτω, toucher).

10.^o — 466 A. πρόεισιν et 466 C. προελθοῦσα sont insuffisamment traduits par «progreditur» et «progressa» qui ne marquent pas que la partie inférieure de l'âme elle-même procède de l'intelligence. Ficin ne semble pas avoir vu l'importance de ce rapport d'émanation dans ce point de la philosophie de Plotin.

b) Qualités. a) Propriété des termes.

1.^o — 458 A. ἀμερῆς = qui n'est pas divisé en parties, indivisible, est bien traduit, par «individuus». De même ὁμοπάθεια = communauté d'affection, par «consentio passionis».

2.^o — 459 B. σχέσις = manière d'être, est bien traduit par «habitudo», mot formé de la racine de «habere» comme σχέσις l'est de la racine de έχω.

3.^o — 461 D. Le substantif neutre «principale» (la partie maîtresse de l'âme) que Marsile Ficin emprunte à St Jérôme (*Commentaire sur l'Evangile de St Luc*, homélie 35) rend bien le τὸ ἡγεμονοῦν de Plotin, analogue au τὸ ἡγεμονικόν des Stoïciens (le principe dirigeant de l'âme).

4.^o — 462 B. «Spiritus animalis» (esprit animal, vivant) rend bien le πνεύμα ψυχής du texte.

5.^o — 463 B. ἡ νόησις = connaissance réfléchie, est ici très bien traduit par son terme propre «intellectio», que M. Bouillet traduit par «intellecction».

b) Latinité.

1.^o — 461 B. Marsile Ficin traduit assez lourdement et par un terme de la latinité de la philosophie scolastique αἰσθημάτα, αἰσθήσεις, par «intentiones sensuum», là où «sensus» aurait suffi, puisqu'il rend très suffisamment l'idée d'action (action de percevoir) contenue dans αἰσθήσις et que veut marquer le mot «intentio». Cette périphrase lourde est l'une de celles qui devaient irriter Huet.

2.^o — 462 B. «Traductio successoria», pour traduire la διαδόσις, transmission de proche en proche, des stoïciens, est d'une latinité très mauvaise. «Transmissio» eût mieux rendu le sens que «traductio». Quand à «successorius», terme de basse latinité, il n'a jamais eu le sens actif que Ficin lui veut donner ici (transmission qui fait «suivre» la douleur de parcellle en parcellle), mais celui de «relatif aux successions». On ne le rencontre d'ailleurs que chez Ammien Marcellin, historien du IV^e siècle, et chez les jurisconsultes du III^e comme Ulpien.

3.^o — 465 B. «Scientiae» pour traduire ἐπιστήμαι, connaissances scientifiques, est un terme de basse latinité. «Scientia» dans la langue classique ne se trouve pas au pluriel. L'exemple de Cicéron (*Sen.* 78, Müller)⁴ est contesté.

Passim — τὸ οὖν est traduit par le participe présent scolastique «ens» de «esse».

Et οὖν = donc, par conséquent, est toujours traduit par M. Ficin en «si ergo», au lieu de «ergo» tout seul. Il y a là une preuve nouvelle que la traduction latine est presque comme un calque du texte grec, avec tous les avantages et tous les inconvénients d'une traduction de ce genre.

Telles sont les principales remarques précises que j'ai pu faire sur la traduction de deux textes assez étendus. On voit que les erreurs y sont, en somme, peu nombreuses. Le grand, l'essentiel mérite de la version de Ficin est en effet la fidélité. La traduction est même le plus souvent littérale. La phrase latine suit la phrase grecque. La forme laisse sans doute à désirer. Le style de Marsile Ficin est clair, mais lourd, bien éloigné de l'élégant et vif mouvement des *Colloques* d'Erasme. Pour le fond, quelques passages difficiles, rendus mot pour mot, auraient voulu être interprétés. Et l'on peut se demander si Ficin les a vraiment compris. Peut-être aussi a-t-il voulu tout sacrifier à la littéralité, réservant à son lecteur le soin d'approfondir la pensée de Platon et de la développer.

Tout résumé, nous devons à Marsile Ficin, traducteur, une profonde reconnaissance. Il a, dans le beau sens du mot, «vulgarisé» la philosophie de Platon. Et c'est bien

⁴ «Tot artes, tantae scientiae», que d'autres lisent «tot artes tantae scientiae»;

Platon qu'il a fait connaître¹: la substance des dialogues a nourri le XVI^{ème} siècle. C'est le résultat qui importe le plus.

APPENDICE II

Bibliographie de Mario Equicola

- 1525 — *Libro di natura d'amore*, di M. Equicola. Venezia, in-8.^o.
- 1531 — *Libro... novamente stampato et con somma diligentia corretto*. Venezia, in-8.^o.
- 1536 — Venezia, Pietro di Nicolini da Sabbio, in-8.^o.
- 1563 — *Libro..., di nuovo ricorretto...* per Thomaso Porcacchi. Venezia, G. Giolitto de' Ferrari, in-8.^o.
- 1583 — Venetia, appresso G. B. Ugolino, in-12.^o (B. N. Exemplaire relié aux armes du cardinal de Bourbon).
- 1584 — *Les six livres de Mario Equicola... de la nature d'amour, tant humain que divin, et de toutes les différences d'iceluy... mis en françoy par Gabriel Chappuys tourangeau* Paris, J. Houzé, in-8.^o (B. N. R. 18. 190).
- 1589 — Paris, in-8.^o.
- 1598 — Paris, in-8.^o.

Bibliographie des Asolani de Bembo

- 1505 — *Gli Asolani di messer Pietro Bembo*. A la fin: Impressi in Venetia, nelle case d'Aldo Romano, nel anno MDV, del mese di marzo. Venetia, 1505, in-4.^o (B. N. Rés. Z. 1469).
- 1515 — Venetia. Alde.
- 1540 — Venetia. Alde.

¹ La traduction de Ficin est de beaucoup la meilleure de toutes: celle de V. Cousin n'est que bavardage auprès de cet antique monument dont la scrupuleuse exactitude doit être et sera toujours admirée: tant qu'on s'intéressera à Platon ..

Plusieurs autres éditions entre 1515 et 1540: «Depuis 1515, l'oeuvre de M. Bembo a été plusieurs fois réimprimée», dit Jehan Martin dans un «Avertissement au Lecteur» à la fin de sa traduction des *Asolani* (1545). Je n'en ai trouvé mention nulle part.

1558 — Vinezia. G. Giolito, in-12.^o.

1560 —

1572 —

1586 — Venetia, P. Marinelli, in-12.^o.

1545 — *Les Azolains de Monseigneur Bembo, de la nature d'Amour, traduictz d'italien en françois, par Jehan Martin, . . . par le commandement de Monseigneur le Duc d'Orléans.* Paris, imprimé par M. de Vascosan, pour luy et G. Corrozet, 1545, in-8.^o, 155 ff. (B. N. Rés. Z. 2. 461). Jehan Martin suit le texte de 1540 (Alde, Venise).

1555 — Paris, N. Chrestien, in 12.^o.

1572 — Paris, Galliot du Pré, in-12.^o

Bibliographie de Baldassare Castiglione

1528 — *Il libro del Cortegiano, del Conte Baldesar Castiglione . . .* A la fin: In Venetia, nelle case d'Aldo Romano et d'Andrea d'Asola suo suocero, nell'anno 1528, del mese d'aprile. Venetia, 1528, in-fol. (B. N. Rés. R. 1).

1529 — Firenze. Giunti, in-8.^o.

1531 — Firenze. Giunti, in-8.^o.

1533 — Venetia. Aldo, in-8.^o.

1538 — Vinezia. Giovanni Paduano, in-8.^o.

1541 — Vinezia. Aldo, in-8.^o.

1545 — Vinezia. Aldo, in-fol.

- 1546 — Venezia. G. Giolito de' Ferrari, in-8.^o.
- 1547 — Venezia. Aldo, in-12.^o.
- 1551 — Venezia. G. Giolito de' Ferrari, in-12.^o.
- 1552 — Venezia. Per D. Giglio, in-12.^o.
- 1552 — Venezia. G. Giolito de' Ferrari, in-8.^o.
- 1562 — Venetia, in-8.^o.
- 1562 — Lyon. G. Rovillio, in-16.^o.
- 1574 — Venezia. D. Farri, in-12.^o.
- 1587 — Venezia. Per D. Giglio, in-12.^o.
- 1537 — *Le Courtisan* (de Baldassare Castiglione), nouvellement traduit de langue ytalique en françois (par Jacques Colin, d'Auxerre...). On les vend au Palais en la Gallerie près la Chancellerie, en la boutique de Jehan Longis et de Vincent Sertenas. Paris, 1537, in-8.^o (B. N. Rés. E. 592).
- 1537 — Lyon, Denys de Harsy.
- 1538 — Edition «reveue et corrigée (par Meslin de Saint Gelais) et publiée par Estienne Dolet». Lyon, François Juste, in-8.^o.
- 1580 — Traduction de Gabriel Chappuys, chez Louis Cloquemin, Lyon, in-8.^o.
- 1585 — Paris, par N. Bonfons, in-8.^o.
- 1585 — Paris, C. Micard, in-8.^o.
- 1592 — Paris, A. L'Angelier, in-8.^o.

Bibliographie de Léon Hébreu

- 1535 — Rome, par Mariano Lenzi.

- 1541 — Venise, chez Alde.
- 1543 — Venise, chez Alde.
- 1545 — par Mariano Lenzi, «in casa di figliuoli di Aldo», Venise.
- 1549 — Venise, chez Alde.
- 1552 — Venise, chez Alde.
- 1558 — Venise, chez Alde.
- 1572 — Venise, chez Nic. Bevilaguia.
- 1573 — Venise,
- 1586 — Venise,
- 1607 — Venise, chez Joh. Bapt. Bonfadinus.
- 1551 — *Philosophie d'amour de M. Leon Hebreu.* Traduicté d'Italien en François par le Seigneur du Parc Champenois (Dennys Sauvage). Dédicé à Catherine de Médicis avec un sonnet du traducteur. Lyon.
- 1551 — *Leon Hebreu, de l'Amour.* A Lyon, chez Jean de Tournes. M.D.LI, 2 vol., in-8.^o. (La traduction ne porte pas le nom de Pontus de Tyard, mais en tête de chacun des volumes se trouve une épître dédicatoire adressée par «Le Traducteur à sa Dame» et terminée par la devise de jeunesse du poète «Amour immortelle»).
- 1559 — Ed. du Parc. Lyon.
- 1577 — Ed. du Parc. A Paris, chez Claude Micard.
- 1595 — Ed. du Parc et Ed. P. de Tyard. Lyon.

Bibliographie de Caviceo

- 1520 — *Libro del Peregrino... da Giacomo Caviceo.* Venetia, in-8.^o.

1527 — Vinezia, in-8.^o.

1538 — Vinezia, in-8.^o.

1559 — Venetia, in-8.^o.

1527 — *Dialogue tres elegant intitulé le Peregrin*¹... traduict de vulgaire Italien (de G. Caviceo) en langue françoysie par Mestre Françoy Dassy, conterouleur des Brys de la maryne en Bretaigne, secretaire du roy de Navarre. A Paris, par Nicolas Couteau imprimeur, pour Galliot du Pré marchand libraire juré de l'Université, ayant sa boutique en la grant salle du palais au premier pilier. In-4.^o, car. goth. A la fin: «Et futachevé le vingt cinqiesme jour du moys de may l'an mil cinq cens vingt et sept». (B. N. Rés. mJ² 19).

1528 — Lyon. C. Nourry dict le Prince, in-4.^o,

1528 — *Dialogue... reveu au long et corrigé...* par Jehan Martin. Paris, Galliot du Pré, in-8.^o.

1529 — Paris, J. Sainct Denys, in-4.^o.

1531 — Paris, Alain Lotrian.

1533 — Lyon, Claude Nourry.

1535 — Paris, J. André, in-8.^o.

1535 — Paris, Denys Janot, in-4.^o.

1540 — Paris, Alain Lotrian, in-8.^o.

1540 — Paris, Nicolas Gilles.

Le roman est précédé des deux «Proesmes»: pour donner une idée du style du traducteur, j'en citerai quelques lignes.

Dans le premier, «de l'aucteur (= traducteur) A lexcellence qui

¹ «Traictant de l'Honneste et Pudique Amour concilie parpure et sincere vertu».

sa liberté en plus heureuse servitude a convertie», François Dassy déclare qu'il n'a «translate ce petit oeuvre intitule le Peregrin de language et ydiomat Italicque en nostre vernacule et familiere langue françoise» que pour obéir a «l'honneur precept et commandement» de cette excellence qu'il supplie, à la fin «l'altitonnant» de conserver «a jamais heureuse et prospere».

L'autre «Prohesme» est celui du «Peregrin de Jacques Cavice a la Illustrissime Lucresse Borgie duchesse de Ferrare». Ampoulé et pédant, le style en est des plus bouffons. L'écolier Limousin n'eût pas mieux dit.

Oyez ces belles choses :

«La irrequiette arundelle avec son flebil chant denuncoit la venue de la fille de Titon quant opprime dung doulx sommeil me sembloit veoir une umbre a laquelle le champ Helisee faisoit honneur; tout espoente et restraint en moy comme ung homme qui languit de fievre froyde, vouluz crier: mais la debile voix ne peut sortir hors de les miserables levres, et tant plus le cry fut petit, d'autant plus me croissoit la douleur a mon marry encore. Et peu a peu en moy-mesmes dis «O bienheuree umbre, que vas en a desdaing le myneux treguriolle: dis-moy par courtoysie que (=qui) tu es affin que de paour je ne soye constraint a laisser lesperit. Et elle respondit: Vivant je formay le corps de Jehan Bocace de Cortal, maintenant suis faict citoyenne et inquiline de la docte cite de Ferrare pour contempler une plus belle beaulte et forme... O quel ayde donneroit ceste seule Phenix a la tienne trebuschant muse quant fuz concilgee soubz la sienne felicite que plus grant chose ne pourroit estre».

Vient ensuite la liste des «invectissimes et castigatissimes» Estenses, ducs de Ferrare. Et le «proesme» conclut ainsi:

«O Dieu exalte secours moy a la grant peine que ne peult estaindre ny le ciel ny le liberal arbitre ne lhumaine vertu. O monde trop aveugle: o beaulte caduque, ou esse que mavez conduit, je ne puis plus respirer: O mon umbre je sentz la bien aymee de Titon toucher le premier orizon de loccean pourquoy entant a moy tu entendras tout».

Quel épouvantable langage! Même en 1526, l'on s'exprime mieux!.

¹ Le ton de la *Nef des Dames* (1505) est bien plus agréable.

APPENDICE III

A. Deux sources inédites d'Antoine Héroët

a) *Parfaicte Amye*, L. II, v. 1044-1095. LÉGENDE L'ILE FORTUNÉE.

Comme l'indique M. Gohin, les vers 1044 à 1060 sont inspirés de Platon (*Phédon* 110 B et surtout *Critias* 114 B et *Timée* 20 B: description de l'«île fortunée»). Mais il n'a pu découvrir la source des vers 1061 à 1095: et il faut avouer que l'allusion qu'il cite de Castiglione à «l'Ysle fermé soubz l'arc des loyaulx amans» (*Courtisan*, f. 155 v.^o) n'a que bien peu trait à la fable contée par Héroët.

J'en ai trouvé l'origine et le modèle dans les *Asolani* de Bembo parus à Venise en 1505 et traduits par Jehan Martin en 1545. La *Parfaicte Amye* est de 1542. Héroët a donc lu Bembo en italien.

Voici le texte italien (Venise, Alde, 1505, ff. MIII v.^o et MIII r.^o):
 «Hanno tra le loro più secrete memorie gli antichi maestri delle sante cose, essere una Reina in quelle isole, che io dico, fortunate bellissima, et di maraviglio so aspetto, et ornata di cari et preciosi vestiri, et sempre giovanè: Laquale marito non vuole gia; et servarsi vergine tutto tempo: ma bene d'essere amata et vagheggiata si contenta: et a guegli, che piu l'amano, ella maggiore guiderdone da de loro amori; et convénevole, secondo la loro affettione, a gli altei. Ma ella di tutti in questa guisa ne fa pruova.

Percio che venuto che ciasenno l'è innanzi; il che è secondo che essi sono dallei fatti chiamare hor uno hor altro; essa con una verghetta toccatigli ne gli manda via: et questi tantosto che del palagio del la Reina sono usciti, s'addormentano: et così dormono fui attanto che essa gli fa risvegliare. Ritornano adunque costoro dinanzi la Reina unaltra volta risvegliati: et gli sogni, che hanno fatti dormendo, porta ciascuno iscritti nella fronte tali, quali fatti gli hanno ne piu ne meno: equali essa legge subitamente. Et coloro; gli cui sogni ella vede essere stati solamente di cacciagioni, di pescagioni, di cavagli, di selve, di fiere; essa incontanente da se gli scaccia; et mandagli a stare così vegghiando tra quelle fiere, con le quali essi dormendo si sono di stare sognati: percio che dice, che se essi amata l'havessono; essi al meno di lei si sarebbono sognati qualche volta: il che po scia che essi non hanno fatto giamai; vuole che vadano, et si si vivano con le loro fiere. Quegli altri poi a quali è paruto ne loro sogni di mercacantare, o di governare le famiglie et le comunanze, o di fare simili cose tutta via poco della Reina ricordandosi; essa gli fa essere

al tresiquale mercatante, quale cittadino, quale anziano nelle sue citta di cure et di pensieri aggravandogli, et poco di loro curandosi parimente. Ma quegli che si sono sognati con lei; essa gli tiene nella sua corte a mangiare et a ragionar seco tra suoni et canti et sollazi d'infinito contento, chi piu presso di se, et chi meno, secondo che essi con lei sognando piu o meno si sono dimorati ciascuno».

Voici la traduction de Jehan Martin (1545) :

«Les antiques administrateurs des choses saintes et sacrées (Platon) ont laissé en leurs secretz plus authentiques, qu'en ces isles que je vous nomme, se trouve une Royne singulièrement belle, de regard admirable, ornée de vestemens precieux, et tousjours en fleur de jeunesse : laquelle ne veult estre mariée, mais se garde perpetuellement vierge de faict et de pensee. Toutesfois il luy plaist assez que lon luy face l'amour, et a dire vray, s'en delecte : car elle donne a ceulx qui l'ayment de bon coeur, guerdon (=récompense) convenable a leur service, et plus grand que celuy des autres qui ne l'ayment que moyennement. Et voicy comment elle en fait preuve. Quand ses serviteurs (=les amants) viennent en sa présence, [qui n'est sinon lors qu'il luy plaist le commander, puis les uns, puis les autres] elle les touche avec une houssine d'or : et soudain les fait retirer. Mais si tost qu'ils sont hors du palais, s'endorment profondement : et dure leur somme jusques a ce qu'il luy plaise les faire esveiller, et de rechef evoquer devant elle : ou ilz comparoissent chascun portant escript en son front le songe tel comme il l'a faict. Ce qu'elle lit tout a l'heure. Puis bannit de sa presence ceulx qu'elle voit avoir songé seulement de chasse, pescherie, chevaux, boys, et bestes de sauvagine : et les envoie veillans demourer entre elles, disant que s'ilz l'eussent aymée, pour le moins en eussent songé quelque fois. Et, pourtant (=par suite) les ordonne vivre et veiller parmy ces bestes. Les autres ausquelz en leurs songes a semblé marchander, gouverner familles, communauitez, ou faire autres choses pareilles, sans avoir souvenance de sa seigneurie, elle les fait en contrechange l'un marchant, l'autre citoyen, l'autre gouverneur en sa ville, et les charge de grieves sollicitudes, sans avoir gueres cure d'eulx. Mais ceulx qui ont songé demourer avec elle, sont retenuz de (=dans—Faute d'impression sans doute) sa maison a bancqueter et deviser entre sons, musiques, et soulas de delectation infinie, les uns plus pres de sa personne, et les autres moins, selon qu'ilz ont songé en elle».

Les Azolains, Jehan Martin, 1545, Troisième livre, Discours de l'ermite à Lavinello, f. 146 v.^o à f. 147 v.^o.

b) *Aultre Invention.* ED. GOHIN, p. 96. LÉGENDE D'ANTÉROS.

Louis Le Roy, qui cite les vers d'Héroët dans son *Sympose* (f. 16 v.^o à f. 18 r.^o), rappelle (f. 16 r.^o) la légende d'Antéros et dit qu'Augustinus Nyphus *De l'Amour* (chapitres 19 et 60) attribue cette fable à Thémistius et que *Coelius Calcagninus* «en a faict un livret qui se trouve entre ses oeuvres, et la refere à Porphyre». Mais je crois avoir trouvé la véritable source du petit poème d'Héroët. C'est dans le *Libro di natura d'amore* de Mario Equicola, paru en 1525. Héroët, qui savait l'italien, a certainement dû lire ce traité assez répandu entre 1530 et 1560. Voici le passage :

«Porremo hora le parole di Themistio tradotte nella nostra lingua. Nel tempo che Venere genero Cupido bello, et gratioso; si vedea quel fanciullo molto più bello che le bella madre, ma non cresceva in grandezza et statura, laquale correspóndesse alla bellezza. Per laqual cosa affannata non sapendo quel che fare la madre, tutta si affligeva, et con lei le grātie del putto nutrici, perche andarono all'oracolo di Themis (non era ancora Apollo in Delfo) pregando humilmente che qualche rimedio si trovasse a quella insolita et degna di misericordia infelicità. Themis disle: «Io vi levaro di questa sollicitudine. Certamente non mi par c'habbiate ben compresa la natura et ingegno del putto, perche o Venere questo tuo vero amore, forse puo nascer solo, crescere non puo solo, però se desideri che cresca, ti è necessario l'opera di Antherote, il quale con iscambievole amore risponde alla benivolentia. Sarà così la natura de' protelli, che l'uno a l'altro farà auttore di farsi crescere, riguardandosi vicendevolmente germiando da equal pianta: se l'uno mancara, fara necessario manchino amendue. In questo Venere parturi Antherote, il quale a pena nato subito Cupido crebbe in alto e spiegò le penne. Denota Themistio che chi vuol esser amato, bisogna che ami, ch' amore se non è reciproco, tosto manca». (Ed. de Venise, 1536, f. 95 v.^o et 96 r.^o).

Voici la traduction de Gabriel Chappuys, Paris, 1584:

«Nous coucherons maintenant les parolles de Themistius, traduites en nostre langue. Du temps que Venus engendra Cupidon le beau et gracieux, l'on voyoit cet enfant beaucoup plus beau que la mere belle, mais il ne croissoit point en grandeur et stature, qui fust correspondante ou conforme a sa beauté. A cette cause la mère ennuée, ne sçachant que faire, se fachoit et tourmentoit, avec les graves nourrices de l'enfant. Parquoy elles allerent a l'oracle de Themis (Apollo n'estoit pas encore en Delphes) priant humblement que l'on trouvast quelque remede à cette infelicité inusitée et digne

de miséricorde. Themis dist alors: «Je vous delivreray de ce soucy. Certainement, il ne me semble que vous ayez bien compris la nature et l'esprit de l'enfant: car, ô Vénus, ce tien vray amour par avanture peut naistre seul, mais ne peut pas croistre seul, parquoy, si tu veux qu'il croisse, l'aide et moyen d'Antheros t'est necessaire, lequel par un mutuel amour corresponde à la bienveillance. La nature des freres sera telle, que l'un sera cause de faire croistre l'autre, se regardans et respectans mutuellement et germans d'égalle plante. Si l'un defaut, sera besoin que tous les deux defaillent». Sur ce Venus enfanta Antheros, et aussi tost qu'il fust nay, Cupidon creut, et estendit ses ailes. Temistius, par ces propos, denote que quiconque veut estre aimé, doit aimer aussi, car si l'amour n'est reciproque ou mutuel, il defaut incontinent». (Livre II, ch. iv, «De Cupidon», Tr. G. Chappuys, fol. 116 v.).

Déjà, avant Héroët, Claude de Cuzzi avait traduit en partie cette page d'Equicola dans son *Philologue d'Honneur* (1537, cinq ans avant la *Parfaicie Amye et l'Aultre Invention*).

Voici ce qu'il écrit:

«Phoenias: «Si de tant d'ans il est né, comment est-il demeuré enfant». Lucresse: «Se je ne te semblasse oultre debvoir prolix, avecq l'hystoire t'en rendroye certain». Phoenias: «Je te serai d'autant tenu». Lucresse: «Themistius dit qu'au temps que Cupidon naquit de Venus et que point ne croissoit en grandeur correspondante a la beaulté du corps, triste devint, et affligée de melencolie se delibera conseiller a l'oracle de Themys, luy suppliant trouver remede a son (inacoustumée et digne de misericorde) infelicité a laquelle respondit, que de son filz n'avoit encores la nature congneue, disant que trop mieulx povoit naistre seul que croistre, comme si elle vouloit inferer Amour ne povoir croistre sans luy respondre de benivolence par reciproque amytié».

Certains traits font bien voir que c'est ici véritablement une traduction d'Equicola.

B. La source du «Compte du Rossignol» de G. Corrozet (1547)

Si, dans mon travail, je n'ai point parlé de ce joli conte platonicien du libraire Corrozet, c'est qu'il l'a tout entier tiré du *Peregrin de Caviceo*. On sait le succès de ce roman. Traduit en 1527 par François Dassy, il n'obtint pas moins de dix éditions, de 1527 à 1540. Gilles Corrozet, marchand de livres, ne pouvait l'ignorer; peut-être même l'a-t-il imprimé.

La source du *Compte du Rossignol* se trouve au «tiers livre du

Peregrin. Capitre xxvii: «Peregrin arrivé à Rymyny fut receu de Helizabeth maleteste laquelle luy narre une sienne histoire». (Ed. de 1527, ff. cxxvii r.^o et v.^o et cxxviii r.^o):

«En la Gaule transalpine est renom davoir le plus fameux college et universite quil soit en tout le monde ou jadis fut une damoiselle de beaulte en riens inferieure de celle qui en Papho sa premiere adoration possede: de laquelle fut ung jouvenceau de la terre merveilleusement amoureux, et en telle vehemence sen enflamba qua chose du monde ne pardonna pour luy povoir grattifier: de jour et nuyt en tristesse travailloit. Et par voyes diverses temptoit sa grande durete expugner: A la fin de sa grande importunite la damoiselle vaincue et lassee fut contente de luy satisfaire dune petite audience: non pas pour se lyer, mais pour se desfuir d'amour. Conduict le miserable amant devant la presence de la damoiselle, le vient a interroger quelle exercice, quelle accoustumance, quelle pratique estoit la sienne. Respond le mal ruse jouvenceau que a nulle chose sinon a amour ne entendoit. La prudente dame qui a meilleure fin estudioit, luy dist nestre office dhomme gentil pour lascivete se eslongner de la vertu. Et que sil se deliberoit densuyvre lamoureuse emprise: elle vouloit quil se dediast totalement a la culture de philosophie, laquelle deifioit les hommes en terre. Et quant il l'auroit acquise, il verroit avecques quel amour elle laymeroit. Entendant le povret ce qui luy estoit necessaire et conduysible, eslyst de plus ne suyvre amour, si premier nestoit tel que sa dame desiroit. Pudiquement print de la dame conge, et en si grande solicitude, cure, soing et estude se adonna a philozophie que, passé le troisiesme an, il esgalloit ou superoit tous les autres de luniversite. Et semblant au jouvenceau qu'il feust tel que le deu dhonneste guerdon luy appartint, feist entendre a la dame aymee qu'il desiroit fort de parler a elle, pource quil estoit devenu le mieulx endocrine et plus scavant de la terre....».

Je m'arrête, car l'histoire est longue. Toute la matière de la nouvelle de Corrozet s'y trouve: ni la question de la belle sur la coutume du rossignol, ni l'embarras du jouvenceau, ni l'aide que lui apporte une bonne vieille, ni sa réponse à la Dame, ni le pédant discours de celle-ci, rien n'y manque.

Les termes même, parfois, se ressemblent. Ainsi Caviceo: «Elle vouloit quil se dediast totalement a la culture de philosophie, laquelle deifioit les hommes en terre».

Corrozet:

«Je veux qu'Amour vous soit occasion
D'avoir vertu, qui l'homme déifie
Estudiant en la philosophie».

Caviceo :

«L'heure tardive, la difficile question....».

Corrozet :

«et l'heure estant tardive

La question difficile et hasty....».

Tout le discours de la vieille au jeune homme est littéralement copié.

Caviceo :

«Mon filz ne te contriste point: par ignorance tu ne perdras le desirieux don. La coustume du rossignol est que jamais ne convient en acte charnel avec sa famelle sil nest sur ung rameau verd, aupres duquel y en aura ung sec. Et apres quil a consume son appetit venierien, subitemment il sault sur le rameau sec, ou il acoustre sa queue et agence plumes et ung peu chante enroy (=enroué). Et puis a leaue sen court pour se mundifier. Moy estant jeune au service du plus grant naturaliste de ceste fameuse cite par maniere de soulas ay ouy en ceste sorte et maniere disputer. Et tousjors rememoree avecques plusieurs autres propos. Soyes mon filz asseure de ceste determination que non seulement a la dame aymee, mais a toute lescole de philosophie seroit bien satisfatoire».

Corrozet :

O que je suis venue bien a point,
Dist-elle alors; ne te contriste point,
Tu ne perdras pas icelle ignorance
Le don auquel as eu tant d'espérance.
Entens, mon filz, que la coustume est telle
Du rossignol que jamais à femelle
Ne se conjoint que sus un rameau verd,
Aupres duquel à plein et descouvert
Sera un sec, et, quand l'oyseau petit
Ha consommé son charnel appetit,
Le rameau sec incontinent il cherche,
Dessus lequel fait un vol, et s'y perche,
Où il agence et polit son plumage,
Chante enroué et change son ramage,
Puis court à l'eau pour se laver bien net.
J'ay retenu dedens le cabinet
De mon esprit, depuis mon jeune temps,
Ce beau secret et autres que j'entens,
Que j'ay apprins d'un philosophe sage
Que je servois quand j'estois en bas aage.
Sois asseuré que ce que je t'ay dit
Satisferoit, voire sans contredit,

Non seulement à ta dame et amye,
Mais à la grande et noble academie
Des gens scavans. Or t'en va donc en paix».

(*Recueil de poésies françoyses*, Tome VIII, p. 69).

Ainsi Corrozet a pillé Caviceo. Mais il a ajouté aussi du sien dans ce joli *Compte du Rossignol*.

Il a rendu plus agréable l'histoire par un certain tour naïf et pittoresque qu'elle n'avait point dans Caviceo. Il a mis au style direct les dialogues entre le jeune homme et sa dame, simplifié et allégé le style. Bref, il a fait de la nouvelle un peu froide et pédante de Caviceo une œuvre charmante : mais enfin il l'a copiée.

De Corrozet, polygraphe inlassable, outre la *Diffinition d'Amour* inspirée du *Commentaire sur le Banquet* et le *Compte du Rossignol* pris au *Peregrin* nous avons encore une œuvre à la louange du «vray Amour».

C'est la *Satire contre fol amour*, imprimée à Lyon, par Jacques Bérion, M.D.XLVIII (B. N. Rés. J.º 1665).

Voici ce morceau :

SATIRE CONTRE FOL AMOUR, PAR GILLES CORROZET

•Mais comment sont plusieurs si destournez,
Si despourvez, et si mal atournez
De leur bon sens, de dire en chascun lieu,
Et approuver que Cupido est un Dieu ?

Mais comment sont les hommes si debiles,
Si non scavantz, si tendres, si fragiles,
D'atribuer à une infirmité,
La gloire, et loz de la divinité ?

N'estime lon une grande folie
Qu'a ung enfant qui au berceau se lye,
On void chascun donner ung tel honneur,
Quon doit à Dieu de tous cas guerdonneur ?

O genre humain, tu congoys par les vers,
Par les escriptz, et les traictez divers
Des anciens, et modernes facteurs (= auteurs),
Tant Latins, Grecz, que les Françoyis auteurs
(Si les a leuz) que Cupidon estoit
Ung jeune enfant, qui se manifestoit
Gras, et douillet, fraile, lascif, et tendre,
Qui sesbatoit aucunesfoys à tendre
Ung tresbel arc, mettant le traict en couche,
Dont sur les coeurs de tous humains descoche,
Et que celuy qui du traict doloreux
Estoit navré, devenoit amoureux.

On dict aussi, que celluy jouvenceau
Avoit couvertz les deux yeux d'ung bandeau.
Que reste plus ? toute telle nature
De cest enfant void-on, en sa paincture.
Paintct qu'aussi en si grand povreté,
Qu'il est tout nud, tant yver comme été.
Ah quel pitié, veoir tomber les humains
En tel erreur, et cas si inhumains ?
D'atribuer la divine louenge
A ung enfant le cas est trop estrange».

Après ce portait, Corrozet oppose à Cupidon le «vray Dieu qui n'a deffault de rien», qui est même «la source de tous biens», et adjure les hommes de ne plus suivre ce faux «dieu d'amours

Qui met les coeurs en feu, et en arsure,
Amour n'est pas, mais puante luxure,
Ou bien amour tres lascif, et lubricque,
Instinct charnel, volupte tresinique»,

mais de se tourner vers le véritable amour, l'amour divin.

NOTE

Au début de la traduction des *Dialoghi d'amore* de Léon Hébreu par Denys Sauvage se trouve un *Sonnet du traducteur, contenant la principale intention de l'Auteur en sa Philosophie* (1551).

On aimera peut-être à le connaître :

«Retirez-vous, Bestiaux eshontez,
Qui pour la fin de l'appetit des bestes,
Et non d'amour, entreprenez vos questes :
Retirez-vous, par l'Ayeugle domptez.

Mais vous, humains, desquels les volontez
Tendu on ne voit qu'à la fin bien heureuse,
Lisez, lisez, en ceste oeuvre amoureuse,
Pour mieux cognoistre, et beautez et bonteuz.

Puis cognoissans ce, qui vous en defaut,
Vous sentirez vous eslever en haut,
Par un amour à voler tant à droit,

Ayant laissé en bas la passion,
Qu'il vous mettra justement à l'endroit
De l'unité, pour delectation».

Ce sonnet est précieux, parce qu'il nous montre comment les contemporains comprirent Léon Hébreu, et quelle influence il put avoir sur eux.

On connaît d'autre part le sonnet de Pontus de Tyard placé en tête de sa traduction de Léon Hébreu:

A MAISTRE ANTOINE DU MOULIN, MASCONNOIS

«Avant qu'oser en main la plume prendre,
Pour cest Hebrieu mettre en nostre langage,
Crainte, long temps, tint suspend mon courage:
Je le voulois, et n'osois l'entreprendre.

Comme Icarus je ne veux point estendre
Un vol haultain, sus debile pennage:
En vain (disois-je) est entrepris l'ouvrage,
Duquel l'on peult honteuse fin attendre

Ainsi m'avoit la crainte retiré,
Voyant (Amy) que cest oeuvre est tiré,
Des poincts profonds de la Philosophie.

Mais j'ay pensé que je ne puis mal faire,
Si, de bon heur, ce mien labeur peult plaire,
Au jugement de ma sainte Sophie»¹.

(Ed. Marty-Laveaux, p. 225).

Paris, mai 1919.

JEAN FESTUGIÈRE.

¹ Nom de l'interlocutrice de l'ouvrage de Léon Hébreu.

José Clemente Pereira,

grande promotor e fautor da independéncia do Brasil

(Nat. 1786 — Ob. 1854)

Na lista dos beneméritos, que o Brasil venera como promotores e cooperadores da sua independéncia, e fundadores por isso da grande e progressiva nação, avulta o nome de JOSÉ CLEMENTE PEREIRA. Foi êle um propagandista apaixonado da idéa da autonomia; foi êle o porta-voz do príncipe D. Pedro; no dia 9 de Janeiro de 1822, em sessão do senado municipal fluminense, recebeu dos lábios do futuro imperador e transmitiu aos patriotas o histórico — *Fico.*

Havia exercido a magistratura como juiz-de-fora em várias localidades, e por fim no Rio-de-Janeiro; e trabalhara como poucos, com o entusiasmo radicado na convicção da justiça da causa, pela independéncia da vasta colónia, cuja autonomia nacional era reclamada pelas condições da vida própria.

Exerceu depois altas funções políticas no império, revelando sempre grande talento, zêlo inexcedível, competéncia rara, singular amor do trabalho, tenacíssima fôrça de vontade e espírito de justiça inquebrantável.

Teve logar de realce no parlamento, sendo largos anos deputado pela província do Rio-de-Janeiro, pela de S. Paulo, e pela de



JOSE CLEMENTE PEREIRA.

Minas; e em 1842, numa lista tríplice para a nomeação de senador vitalício, em preenchimento de uma vaga que havia pela província do Pará, esta indicou o seu nome ao lado dos de D. Romualdo, arcebispo da Bahia, e de Marcos António Brício, barão de Jaguarary, sendo pelo jovem imperador D. Pedro II preferido e nomeado José Clemente Pereira.

Já anteriormente havia sido várias vezes proposto senador pelo Rio-de-Janeiro e por Alagôas; a regência porém antepusera-lhe outros, indicados nas listas tríplices.

Mas o seu papel político não se limita à acção parlamentar. Sobraca a pasta do império e a da guerra em vários ministérios, e deixa sempre a sua passagem pelo governo vincada com serviços de alta importância.

Nomeado intendente geral da polícia, neste melindroso e espinhosíssimo cargo serviu, muito bem como sempre, a Nação e a capital do império. Conselheiro de Estado, a sua voz era escutada com respeito pelo sábio imperador, como de um homem de bem, dotado de inteligência clara e senso muito esclarecido.

Outros cargos de diferente natureza desempenhou, revelando muita competência e zélo; entre êles o de primeiro presidente do Tribunal do Comércio.

Não foi sem contraditores, sem adversários de larga envergadura, que serviu todos êsses altos cargos. Teve de sustentar lutas titânicas, sofreu grandes perseguições e graves desgostos: mas por fim triunfava sempre, porque eram o espírito de justiça e o interesse do bem público que informavam e pautavam o seu proceder.

Em 1838 foi eleito provedor da Misericórdia do Rio-de-Janeiro. A esta importante e benemerentíssima instituição de caridade consagrhou durante muitos anos, com amor inexcedível, a sua actividade, presidindo à administração da Santa Casa e à distribuição dos socorros aos necessitados até ao último momento da vida. Tinha acabado de fazer o despacho como provedor, quando a apoplexia o fulminou a 10 de Março de 1854.

O imperador-filósofo havia-o feito comendador da Ordem da Rosa; três dias depois da sua morte conferiu à viúva, D. Engrácia Maria da Costa Ribeiro Pereira, o título de Condessa da Piedade, graça póstuma de reconhecimento à memória do marido, graça que o Brasil comovidamente aplaudiu.

Não se esqueceu a Santa Casa da Misericórdia de satisfazer também a grande dívida de gratidão e saudade, que tinha para com o seu benemérito provedor, e mandou erigir-lhe no cemitério de S. Francisco Xavier, onde jaz sepultado, um grande monumento,

a que serve de remate a estátua da Piedade; nêle se lê a inscrição seguinte:

*A José Clemente Pereira
 Varão Illustre Entre Seus Concidâos
 Por Seu Piedoso Zelo Para Com Os Infelizes
 A Irmandade Da Santa Casa Da Misericordia
 Levantou
 No Dia Dois De Novembro De MDCCCLVIII
 A Estatua Da Piedade
 Symbolo Da Sua Vida
 Tendo Conseguido Erigir Dois Magnificos
 Hospitaeas
 Falleceu No Rio De Janeiro
 No dia X De Março De M DCCC LIV
 Na Idade De LXVII Annos*



Depois desta notícia prévia, descalcada sôbre um interessante artigo do sr. ESCRAGNOLLE DÓRIA, publicado no jornal ilustrado brasileiro — *Revista da Semana*, donde foi recortado o retrato que inicia esta nota, vamos dar conta de alguns elementos biográficos existentes no Arquivo da Universidade de Coimbra, e quase todos desconhecidos.

José Clemente passou na Lusa Atenas seis anos da sua juventude; aqui fez a sua educação jurídica, freqüentando os cursos da Faculdade de Cánones, em que se formou: não podiam pois deixar de existir no Arquivo universitário vários registas e documentos relativos à sua passagem por esta escola. Rebuscando-os com minucioso cuidado, coligimos quantos ali se encontram, e vamos dar conhecimento dêles, contribuindo assim para a documentação biográfica do benemerito homem de Estado, cujo nome constitue um título de glória para a Nação brasileira.

É uma contribuição modesta e bem pequena para as festas do centenário da independência do Brasil: entretanto não de todo destituída de curiosidade e interesse, pois nem sequer o ano do nascimento dêste grande autor da autonomia brasileira era conhecido. A indicação da idade em que morreu, constante da inscrição epigráfica atrás transcrita, acha-se errada.



Nasceu José Clemente Pereira na minúscula aldeia de Ádem, que então era termo de Castelo-Mendo, comarca de Trancoso, bispado

de Pinhel, e actualmente pertence à circunscrição municipal e judicial de Almeida, distrito administrativo e diocese da Guarda. Era pois beirão da gema, o que explica a austeridade do seu carácter, o seu génio bondoso, modesto, trabalhador e justo, e a tenacidade de aço da sua energia.

Não há registo do dia do nascimento. Apenas sabemos que a 22 de Fevereiro de 1786 compareceram na paroquial igreja de S. João Evangelista de Ádem, perante o pároco João Ribeiro, o seu paroquiano José Gonçalves, acompanhado por Manuel Monteiro com sua filha Ana, da freguesia de Nossa Senhora do Rosário de Mesquitela, que hoje faz parte do vizinho concelho de Celorico da Beira, trazendo-lhe, para ser baptizada, uma creança recem-nascida do sexo masculino, filha legítima do primeiro, e que ia ser apadrinhada pelos segundos. Queriam que ao menino se pusesse o mesmo nome do pai — José.

Era neto paterno de Manuel Gonçalves e de sua mulher Maria Ribeira, da referida freguesia de Mesquitela, naturalidade do pai do neófito; por parte de sua mãe Maria Pereira, natural e residente em Ádem, era neto de Lourenço Pereira, da aldeia de Pôrto-de-Ovelha, hoje pertencente ao concelho do Sabugal, e de Maria João, de Ádem, tudo isto nos limites da comarca de Almeida¹.

O baptismo realizou-se logo; e nós podemos fundamentadamente conjecturar que o nascimento houvera sido nos fins da primeira quinzena do referido mês de Fevereiro, porque era costume, geralmente observado, baptizar as crianças ao oitavo dia do nascimento, ou pouco depois.

Este pequeno José, filho de uma família obscura do povo, é o que mais tarde veiu a chamar-se José Clemente Pereira.



Nada sabemos da sua infância, que certamente decorreu modesta e humilde, na companhia de seus pais.

Crescido, destinou-se à vida eclesiástica, e aspirou a altos empregos da Igreja, para os quais eram elementos necessários a ordenação e os graus académicos. ¿ Não seriam tais aspirações exageradas, atenta a humildade da sua condição? ¿ Com que meios contava, ou contavam seus pais, para fazer face aos dispéndios consideráveis de uma carreira literária para a conquista dos pergaminhos universitários?

¹ Documento I, infra.

Ignora-se. Mas o que vemos é que êle, ainda jovem, trata de principiar a habilitar-se com os elementos necessários para satisfazer essas aspirações: inicia a sua ordenação, e o estudo dos preparatórios para a matrícula na Universidade.

¿ Onde cursou as disciplinas preparatórias? Certamente na província, na sua região natal, pois havia ali escolas aproveitáveis, essas escolas régias criadas após a grande reforma pombalina, que constituíam uma vasta rede de ensino primário e secundário, cujas malhas se estendiam por todo o país. Mestres de primeiras letras tinha-os ali bem perto, em Mesquitela, Castelo-Mendo, Trancoso, e fora da comarca, mas não longe, em Pinhel e na Guarda; de gramática e língua latina havia-os em Trancoso, Almeida, Celorico e Pinhel; de retórica e poética em Pinhel; de filosofia racional e moral na Guarda.

Em tôdas estas escolas se ministrava ensino gratuito. Quaisquer que fôssem as preferidas, o que é certo é que José Clemente Pereira por lá estudou os seus preparatórios, e em Setembro de 1803, com os seus 17 anos e meio completos, reputava-se habilitado a fazer todos os exames preparatórios então exigidos para a matrícula na Universidade, com exceção da geometria, que não se professava em cadeira alguma daquela região.

Já tinha a êsse tempo ingressado no estado clerical: era clérigo in *minoribus*, segundo êle mesmo declara, em documento autógrafo, escrito no referido mês de Setembro, existente no Arquivo da Universidade¹.

Procurei indagar quando e onde recebeu as ordens, mas não encontrei registo disso. Ádem pertencia ao extinto bispado de Pinhel, e os livros da respectiva câmara eclesiástica desapareceram quase todos, poucos restando na Guarda.

Requeriu em 1803 ao arcipreste do distrito eclesiástico de Castelo-Mendo que lhe mandasse passar a certidão do seu baptismo², e com ela se apresentou em Coimbra a requerer os respectivos exames no Real Colégio das Artes, sujeito à autoridade universitária.

A 6. de Outubro do referido ano fez exame de gramática latina e foi aprovado *nemine discrepante*³; a 20. do mesmo mês, exame de retórica, sendo aprovado *simpliciter*⁴; onze dias depois, a 31, exame de filosofia racional e moral, e foi aprovado⁵.

¹ Doc. I, cit. — Requerimento.

² Ibid.

³ Arquivo da Universidade. — *Exames de latinidade* (de 1803 a 1812), vol. 3.^o fol. 11.

⁴ A. U. — *Exames de rhetórica e de história* (de 1799 a 1815), vol. 2.^o, fol. 52 v.^o

⁵ A. U. — *Exames de lógica* (de 1803 a 1814), vol. 3.^o, fol. 13.

Teve de residir em Coimbra esse ano lectivo de 1803-1804 para se habilitar em geometria com lectionista particular, pois o quadro das cadeiras do Colégio das Artes não abrangia esta disciplina. Fixou a sua residência perto da Universidade, na rua de S. João, hoje denominada de Sá de Miranda; mas, como lhe sobrava tempo, e a consciência lhe dizia que, apesar da habilitação oficial, não estava bem senhor das matérias ensinadas no compêndio de lógica, que muito necessárias lhe seriam para caminhar depois com passos firmes nos cursos universitários, no mesmo dia 31 de Outubro, em que obteve a aprovação em filosofia, matriculou-se no curso desta disciplina no Colégio das Artes, tendo o n.º 147 entre os 153 alunos ordinários que o constituíam, aos quais se juntavam mais 21 na classe de voluntários¹.

Aprovado *nemine discrepante* no exame de geometria a 3 de Julho de 1804, pôde então apresentar-se à matrícula na Universidade.

No dia 1 de Outubro de 1804 celebrou-se o acto soleníssimo da inauguração do novo ano escolar, havendo na Capela da Universidade a Missa do Espírito Santo cercada de grande pompa, com sermão por um dos lentes teólogos, e assistência de toda a Academia.

Da Capela seguiram em cortejo solene, vistoso pelas insígnias dos doutores e pelos vestuários de gala dos empregados, para a sala nobre das grandes solenidades académicas, e, dispostos nos seus respectivos lugares o cancelário, o vice-reitor, lentes, doutores, autoridades, magistrados, magnates, etc., subiu à cátedra, que destacava no lugar de honra, o lente de prima de uma das Faculdades, que pronunciou a lição inaugural do novo ano escolar.

Como estas pompas da liturgia universitária deveriam impressionar o pobre *novato* beirão, que pela primeira vez assistia a tão sugestivas cerimónias!

O nosso José Clemente já havia previamente apresentado na Secretaria o seu requerimento solicitando admissão à matrícula, documentado com as certidões de idade e de aprovação nos exames preparatórios, e obtivera o deferimento do vice-reitor.

Realizava-se a matrícula geral com certo aparato nos três dias seguintes à abertura solene, sob a presidência do reitor ou de um lente

¹ A. U — Matrícula no R. Col. das Artes (1803-1804), vol. 17, fol. 80; — cf. a Relação (impressa) dos Estudantes Matriculados na Universidade de Coimbra no Anno Lectivo de 1803 para 1804, pág. 57.

seu representante. Foi logo no primeiro dia, terça feira 2 de Outubro, que na referida sala nobre da Universidade vulgarmente chamada *Sala dos Capelós*, achando-se o representante do bispo-conde D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho¹, reformador-reitor da Universidade, então ausente, sentado na cadeira prelatícia à mesa da presidência, o secretário num bofete ao topo da mesma mesa com o livro da matrícula, ali compareceu José Clemente Pereira, tomou o compromisso, firmado com juramento, de observar os Estatutos, respeitar o reitor e autoridades universitárias, e cumprir todos os restantes deveres de bom aluno; feito isto, assinou o termo de matrícula no primeiro ano dos cursos jurídicos, e pagou 120 réis de propina para o secretário e 6⁷400 réis para a arca da Faculdade². Dêste momento em deante ficou pertencendo ao número dos privilegiados da Universidade, sujeito apenas ao fôro académico, sob a alçada jurisdicional do conservador universitário.

Tanto no 1.^º como no 2.^º ano jurídicos, todos os estudantes neles matriculados, quer pretendessem a formatura em Cánones quer em Leis, freqüentavam sem distinção as mesmas cadeiras, ouvindo em comum as lições do ano respectivo; mas, findo o 2.^º ano, então o curso bifurcava-se, seguindo os alunos nos restantes anos um dos dois cursos distintos — o da Faculdade de Cánones, ou o da Faculdade de Leis.

José Clemente pois, matriculando-se no 1.^º ano dos cursos jurídicos, não precisava de declarar, por enquanto, em qual das duas Faculdades pretendia formar-se. Isso ficava para mais tarde. Foi inscrito sob o número de ordem 20³.

Residiu êste ano na casa n.^º 6 do bairro de S. Bento, mais tarde crismado com o nome dos Arcos do Jardim, e ultimamente com o do Dr. Rodrigo de Sousa Pinto⁴.

Principiou então a sua convivência familiar com os alunos do seu curso, com os seus condiscípulos, entre os quais havia nada menos de quatorze vindos das terras ultramarinas da Santa Cruz⁵.

¹ Notamos a circunstância de ser brasileiro êste grande vulto da história portuguesa, a quem em grande parte se deve a reforma da Universidade e do ensino, braço direito do marquês de Pombal na execução dessa reforma. Nasceu na casa e morgado de Marapica, freguesia de Santo António de Jacutinga, termo da cidade do Rio-de-Janeiro, a 5 de Abril de 1735. (Vid. *Annuário da Universidade, 1888-1889*, artigo *D. Francisco de Lemos de F. P. C.*, pelo Dr. BERNARDO A. SERRA DE MIRABEAU).

² *Estatutos da Universidade de Coimbra de 1772*, liv. 2, tit. 1, cap. 4.

³ A. U. — *Matrículas*, vol. 33, liv. 1, fol. 22. — Vid. doc. II, infra.

⁴ *Relação dos Estudantes Matriculados na Universidade de Coimbra no Anno Lectivo de 1804 para 1805*, pág. 5.

⁵ Doc. III, infra.

Não ultrapassamos os limites da verossimilhança, mantemo-nos até no estrito campo das probabilidades, supondo que êsses rapazes brasileiros, vivendo tão longe das suas famílias e das suas terras, transplantados para um meio tão diverso daquele onde haviam passado a sua infância, e onde ficaram os seus íntimos, atraíram de modo especial a simpatia do pobre *novato* beirão, de cujo temperamento compassivo e coração bem formado tantas provas temos.

Creio pois que entre êsses condiscípulos brasileiros contaria em breve os mais afectuosos dos seus amigos, os mais inseparáveis companheiros.

Nas conversas habituais,— já na Universidade durante os intervalos das aulas, já nas sessões quotidianas, nesse *rendez-vous* que todas as tardes trazia a rapaziada académica à velha ponte do Mondego, onde, sentados sobre os parapeitos, se divertiam com quem passava, e com os barqueiros que subiam ou desciam o rio nas suas grandes barcas serranas, já nos passeios dos dias feriados pelos sítios que orlavam as margens ribeirinhas, e pelos arrabaldes que cingem a cidade de Coimbra na mais bela e admirável moldura,— quantas vezes ouviria êle, com a maior atenção e interesse, aqueles seus condiscípulos a falarem das terras privilegiadas do novo mundo, da vida exuberantíssima da sua natureza, das riquezas assombrosas do solo, das belezas inigualáveis das paisagens, das indústrias florescentes, do comércio próspero, dêsse Brasil, que seria um país de sonho, o paraíso terrestre, se um sôpro de liberdade o acalentasse, livrando-o das múltiplas tiranias que o esmagavam? E estas idéas, semeadas no seu espírito pelas conversas com os condiscípulos, fariam nascer sentimentos generosos, que encontravam, no seu coração bem formado, terreno admirável para germinarem e frutificarem.

Eis, a meu ver, a génesis da simpatia de José Clemente Pereira pelo Brasil; por um Brasil novo, mais próspero, mais feliz, e ainda mais belo.

Esta simpatia radicou-se-lhe no espírito. Começou em breve a acalentar o sonho, a princípio indefinido e vago, de vir um dia a contribuir para essa obra humanitária, de larga benemeréncia. E, à medida que esta idéia se foi definindo e fixando, o antigo plano do jovem José Clemente, de ser sacerdote e de servir aqui a Igreja nos altos cargos clericais, desvanecia-se e apagava-se pouco a pouco.

Entretanto vai prosseguindo, sem hesitações nem desfalecimentos, na sua encetada carreira literária.

Findo o 1.^º ano jurídico, que freqüentou com regularidade, compareceu no dia 18 de Julho de 1805, em turma com D. Manuel Francisco de Portugal e Castro e mais três outros condiscípulos,

perante o júri misto de exames, constituído pelos doutores Simão de Cordes Brandão, lente de Cánones, e Francisco Jacques Salinas de Benevides, lente de Leis; foram examinados e todos aprovados *nenhuma discrepante*¹.

Em Outubro seguinte não veiu à matrícula geral. Passadas semanas, compareceu na secretaria da Universidade, onde privadamente fez a sua matrícula no 2.^º ano jurídico a 29 de Outubro, cabendo-lhe o número de ordem 98². Continuou a residir no mesmo bairro de S. Bento, não sei se na mesma casa do ano precedente³.

Ao terminar o ano lectivo fez o seu exame a 8 de Julho de 1806 com o mesmo resultado plenamente satisfatório do anterior⁴.

*

Tornava-se agora necessário optar por uma das Faculdades jurídicas, matriculando-se no 3.^º ano, ou de Cánones ou de Leis. Aquela tinha por objecto o direito canónico, esta o direito civil; os doutores de uma e os da outra distinguiam-se nas solenidades académicas pelas cores dos seus capelos e restantes insígnias doutorais: à de Cánones era tradicional e legalmente atribuída a cor verde, à de Leis a vermelha.

Distanciavam-se muito uma da outra pelo número dos alunos que as freqüentavam: a freqüência da Faculdade de Cánones era muito grande, pois os seus alunos contavam-se em número muito superior à soma dos de todas as restantes Faculdades, enquanto que a freqüência da de Leis era diminuta. Para se fazer idéa da proporção, basta dizer que, desde o ano de 1573, em que a escrituração das matrículas principiou a fazer-se com regularidade, até à reforma de 1772, encontra-se registado nas diferentes Faculdades o seguinte número de matrículas⁵:

Teologia	Cánones	Leis	Medicina	Total
16.138	237.860	42.269	21.842	318.109

¹ A. U. — *Exames dos cursos jurídicos*, vol. 5, fol. 17. — Vid. doc. IV, infra.

² A. U. — *Matrículas*, vol. 34, liv. 1, fol. 60.

³ *Relação dos Estudantes... no Anno Lectivo de 1805 para 1806*, pág. 11.

⁴ A. U. — *Exames dos cursos jurídicos*, vol. 6, fol. 21 v.^o

⁵ Estes números são extraídos da Estatística, organizada pelos alunos da Faculdade de Letras, no Instituto de Estudos Históricos, sob a direcção do prof. das cadeiras de História de Portugal. Note-se porém que de alguns anos (apenas 5) não existem os cadernos de matrícula, que se extraviaram antes do século XVIII. Brevemente se publicará esta interessante Estatística universitária.

Cabendo em média anual a cada Faculdade durante êste longo período:

Teologia	Cánones	Leis	Médicina	Total
84	1.232	219	113	1.648

Este grande desequilíbrio de freqüência tem fácil explicação. A formatura em Cánones habilitava tanto para os cargos da Igreja como para os do Estado, para a magistratura, para a advocacia, etc., nos tribunais dos dois foros; a formatura em Leis só habilitava para os cargos do Estado e para o fôro civil. Tinham portanto muito mais fácil colocação, maior número de carreiras abertas, os canonistas do que os legistas.

Era pois a Faculdade de Cánones que convinha a José Clemente.

No dia 23 de Outubro de 1806 apresentou-se a fazer a sua matrícula, com o n.º 44, no 3.º ano desta Faculdade¹.

Residiu êste ano lectivo na rua do Borralho n.º 180². No acto feito a 15 de Outubro de 1807 foi aprovado *nemine discrepante*³.

Veiu logo no dia seguinte ao acto do 3.º ano, isto é, a 16 do referido mês de Outubro, realizar a matrícula no 4.º com o n.º 39⁴, continuando êste ano a residir na mesma casa da rua do Borralho⁵. A 10 de Novembro de 1808 fez o seu acto de bacharelato, em que teve, como em todos os outros, aprovação *nemine discrepante*; e em seguida o presidente do júri, doutor Luís da Cunha Abreu e Melo, após a prestação do juramento de defender pública e privadamente a Imaculada Conceição de Maria, lhe conferiu com as solenidades usuais o gráu de bacharel em Cánones⁶, pondo-lhe na cabeça o barrete doutoral verde.

Tinha de freqüentar mais um ano para fazer o acto de formatura e obter então as cartas de bacharel formado. A 16 dêste mesmo mês de Novembro foi o novo bacharel à secretaria da Universidade, e ali realizou a sua matrícula no 5.º ano de Cánones, cabendo-lhe no curso o n.º 34⁷. Conservou-se ainda na mesma casa da rua do Borralho, em que já residira nos dois anos precedentes⁸.

¹ A. U. — *Matriculas*, vol. 35, liv. 1, fol. 72 v.º

² *Relação dos Estudantes... de 1806 para 1807*, pág. 15. — Não se estranhe um número tão elevado numa rua tão pequena como esta. A numeração das portas constituía então uma série em cada bairro, seguindo a série numérica de umas ruas para outras.

³ A. U. — *Autos e graus de Canones*, vol. 7, fol. 31 v.º

⁴ A. U. — *Matriculas*, vol. 36, liv. 1, fol. 85 v.º

⁵ *Relação dos Estudantes... de 1807 para 1808*, pág. 15.

⁶ A. U. — *Autos e graus de Canones*, vol. cit., fol. 103 v.º — Vid. doc. V, infra.

⁷ A. U. — *Matriculas*, vol. 37, liv. 1, fol. 110 v.º

⁸ *Relação dos Estudantes... de 1808 para 1809*, pág. 12.

Era José Clemente quintanista, quando se realizou a segunda invasão francesa, comandada pelo duque da Dalmácia, Soult, o que perturbou gravemente a vida escolar da Academia de Coimbra, dando ocasião a que nos anais da sua história a mocidade universitária deixasse uma das mais brilhantes páginas.

A 2 de Janeiro de 1809 é expedida uma carta-régia¹ ao vice-reitor, o conselheiro doutor Manuel Pais de Aragão Trigoso, fidalgo da Casa Real, desembargador honorário do Paço, arcediago da Sé de Viseu, deputado do Santo Ofício, lente de prima da Faculdade de Cánones, que governava a Universidade no impedimento do reitor, detido em França desde a primavera do ano anterior em cativeiro disfarçado, e donde não conseguiu regressar senão mais tarde, dando entrada em Coimbra ao principiar o inverno de 1813. Na aludida carta-régia ordenava-se ao prelado universitário, que organizasse um corpo militar académico, no qual se alistasse toda a gente válida da Universidade — lentes catedráticos, substitutos, opositores e estudantes — para defesa do reino contra a invasão inimiga, sendo êle, chefe em exercício da Universidade, o comandante-chefe do dito corpo militar, e igualmente dos mais corpos armados da cidade de Coimbra; os exercícios escolares da Universidade encerrara-se hiam imediatamente.

Começa o alistamento a fazer-se a 6 de Janeiro, e com o maior entusiasmo se organiza de pronto o corpo militar académico. Antes de mais ninguém, alistaram-se os lentes de todas as Faculdades, principiando pelos de Teologia, todos eclesiásticos.

Assume então o governo das armas em Coimbra o coronel inglês N. Trant, que é quem disciplina militarmente o corpo universitário com extrema facilidade, devido à cultura e bôa vontade de todos. Achava-se já disciplinado, armado e municiado, quando, na tarde de 30 de Março, chega a Coimbra, com os primeiros fugitivos do Pôrto, a notícia da tomada desta cidade na véspera pelas tropas francesas, e das scenas de violência e horror, que então ali se deram².

Reuniu-se imediatamente o corpo universitário no largo da Feira, em frente da Sé-Nova, onde se abriu uma inscrição de 150 soldados académicos, que voluntariamente quisessem partir com as tropas de Coimbra, sob o comando de Trant, a deter o passo ao inimigo. Ofe-

¹ Doc. VI, infra.

² As fontes principais das notícias que se seguem, sobre a organização e operações do corpo militar académico, encontram-se adeante, docs. VII e seguintes.

receram-se logo quantos ali estavam; e no dia seguinte pela manhã apareceram prontos e armados 206 fusileiros, alguns soldados de cavalo, e 80 artilheiros, todos académicos, que lá partiram levando à frente os doutores Fernando Saraiva Fragoso de Vasconcelos, lente de prima de Cánones, José Bonifácio de Andrade e Silva, lente de Filosofia, e José Inácio da Rocha Peniz, lente de Cánones.

Durante a marcha para o Vouga foram-se-lhe juntando mais lentes e estudantes que se achavam ausentes de Coimbra, e, quando o quartel general se estabeleceu em Águeda, ainda continuaram chegando mais; o corpo académico e os outros corpos ficaram sob as ordens de Trant, que havia sido nomeado comandante da divisão de entre Douro e Mondego.

Foi ali, na região atravessada pelo Vouga e pelo Águeda, que os nossos rapazes se defrontaram com as primeiras patrulhas inimigas; e então o comandante Trant, na ausência e em nome do prelado da Universidade, chefe e comandante do corpo académico, organiza êste regularmente em quatro companhias de infantaria, com mais uma de artilharia e outra de cavalaria, nomeando tôda a respectiva oficialidade. José Clemente Pereira ficou sendo o n.^º 84 da 1.^a de infantaria¹.

Estava iniciada a campanha, que expulsou de Portugal as tropas invasoras. Nela o corpo académico portou-se com heroicidade, cobrindo-se de louros de glória nas linhas do Vouga e no Pôrto, seguindo depois a Almeida, Penamacôr e Fundão, donde regressou a Coimbra para se dissolver.

Quando, a 31 de Março, o corpo académico partiu de Coimbra, o soldado quintanista de Cánones José Clemente Pereira não entrava no número dos 206 fusileiros que nele iam. Achava-se ausente, provavelmente na sua aldeia, quando se fez a súbita chamada. Alistara-se em Janeiro, exercitara-se militarmente, mas depois, achando-se a Universidade fechada, e não tendo êle que fazer em Coimbra, é muito natural que se retirasse para o seio da família, munido da respectiva licença, e deixando alguém encarregado de o prevenir, logo que fôsse necessário.

Apenas teve conhecimento da partida inesperada do corpo para o norte, correu logo a ajuntar-se-lhe, apresentando-se em Águeda antes do dia 13 de Abril, e começando logo a servir. Em breve porém adoeceu, e não pôde marchar com os camaradas para o Pôrto; mas antes de 23 de Maio já lá se encontrava, e lidou em todo o resto da campanha, até ao regresso a Coimbra, aonde o corpo militar aca-

¹ Doc. IX, infra.

démico chegou no sábado 2 de Setembro, dissolvendo-se então¹. Note-se que os académicos serviram sempre à sua custa, e os de cavalaria em cavalos seus, recusando-se a receber qualquer sôldo, apesar de Trant, por ordem expressa do general Beresford, comandante em chefe dos exércitos aliados, lho mandar abonar².

Em data de 11 de Outubro de 1809 baixou ordem régia a dispensar dos respectivos actos os estudantes que, achando-se matriculados no ano lectivo findo em qualquer das Faculdades, se alistaram no corpo militar académico e serviriam na defesa da Pátria; era entretanto necessário que a congregação da respectiva Faculdade os julgasse hábeis para gozarem tal graça³. A congregação de Cánones, a 26 do mesmo mês, deu por hábil o quintanista José Clemente Pereira, e assim ficou ultimada a sua formatura⁴.

Requereu logo os pergaminhos universitários, as duas cartas a que tinha direito: — a do grau de bacharel, que era redigida em latim, e a de formatura, em português. O requerimento, que se encontra devidamente arquivado juntamente com os duplicados das cartas⁵, acha-se instruído com a documentação nesse tempo exigida: — certidões de aprovação nos exames dos quatro anos, e da colação do gráu de bacharel; — certidão de se haver alistado no corpo militar académico; — de matrícula no quinto ano; — de ter sido pela congregação respectiva julgado hábil para gozar a graça de dispensa do acto de formatura; — de folha corrida, em que os escrivães da conservatória da Universidade e da correição e crime da cidade de Coimbra, em número de sete, certificaram a ausência de culpas do requerente. A reitoria mandou passar as cartas por despacho de 27, e saíram datadas de 31 de Outubro de 1809⁶.

Baixara o aviso régio de 27 de Setembro ordenando ao vice-reitor da Universidade que, congregada esta, desse em seu real nome ao corpo militar académico louvores e agradecimentos pelo valor e lealdade com que se tinha empregado no seu serviço e defesa da Pátria⁷.

Marcou-se para êste efeito o dia 11 de Novembro próximo, avisando-se os oficiais e soldados dêsse corpo para comparecerem, vestidos com o seu uniforme militar, na sala grande dos actos (*Sala dos*

¹ Doc. IX, infra.

² Doc. X, infra; — vid. docs. XI, XII e XIII.

³ Doc. XV, infra.

⁴ A. U. — *Perdões de acto*, vol. 2, fol. 9.

⁵ A. U. — Caixa dos *Processos de cartas passadas em 1809*.

⁶ Doc. XVI, infra.

⁷ Doc. XIV, infra.

Capelos), e convidando-se para assistir todo o pessoal universitário, cabido da Catedral, oficialidades inglesa e portuguesa, tribunal do Santo Ofício, etc.

A sala, majestosa e severa, com a galeria de retratos dos reis de Portugal em toda à volta¹, achava-se adornada como nos dias das grandes solenidades; mas a cadeira prelatícia da presidência fôra deslocada do plano superior do doutoral para o fundo dos degraus, no pavimento raso, porque não houve argumentos que persuadissem o vice-reitor a ocupar naquele acto um lugar eminentíssimo; quis sentar-se ele, e fez sentar os restantes doutores, precisamente no mesmo plano em que ficavam os bravos soldados, em honra de quem eram prestadas as homenagens. Os doutoriais ficaram pois neste dia desocupados.

Quando o vice-reitor entrou no páteo da Universidade, estava o corpo militar académico perfilado ao fundo das escadas centrais, que dão acesso à *via-latina*, tendo à frente o seu coronel, lente de prima de Cánones, desembargador dr. Fernando Saraiva Fragoso de Vasconcelos, e o major, 3.^º lente da mesma Faculdade, dr. José Inácio da Rocha Peniz, todos com o seu uniforme militar.

Feita a continéncia do estilo, subiram à sala em cortejo triunfal, ao som bético de uma entusiástica marcha militar, indo após o batalhão o prelado, segundo o uso universitário ladeado pelo lente de prima de Teologia, à direita, e o de Cánones à esquerda: aquele ornado com as insígnias doutoriais, êste vestindo o simples uniforme de coronel do corpo académico.

Na sala os doutores das seis Faculdades pela ordem das respectivas precedências, o conservador e mais ministros da Universidade, e por fim os professores do Real Colégio das Artes, ocuparam as bancadas que se haviam colocado à direita da presidência; em frente destes, nas bancadas da esquerda, sentaram-se os oficiais e soldados do corpo militar académico; os outros estudantes encheram o resto da sala, e estenderam-se cá fora pela *via-latina*; os convidados estiveram nas tribunas.

Então o vice-reitor, sentado e coberto com o barrete doutoral, pronunciou um discurso laudatório e muito encomiástico; e em seguida, erguendo-se e descobrindo-se, desempenhou-se da missão, que o príncipe-real lhe dera, de louvar o patriotismo dos militares académicos e de lhes agradecer a fidelidade e zêlo com que se sujeitaram

¹ Na estampa fronteira vê-se o interior da sala grande dos actos, ou *Sala dos Capelos*, tal como estava em 1887.



SALA DOS CAPELOS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

a tantos sacrifícios e incômodos, arriscando até a própria vida, em defesa da Pátria⁴.

José Clemente Pereira, cuja presença em Coimbra era registada pouco dias antes, de certo não faltou a esta solenidade, onde tinha lugar tão distinto. Foi o último acto universitário em que tomou parte: acto triunfal, com que viu brilhantemente coroada a sua carreira de académico.



Mas a Universidade é que ainda não tinha pronunciado a seu respeito a última palavra. Precisava de dar informações oficiais ao príncipe-regente, em conformidade com a carta-régia de 3 de Janeiro de 1782, sobre cada um dos que haviam êste ano concluído o seu curso, ou pela formatura, ou pelos gráus superiores de licenciatura ou doutoramento. Estas informações eram enviadas todos os anos para Lisboa, afim de poder o governo escolher, entre os habilitados pela Universidade, os que melhores garantias oferecessem de que bem seryiriam a Pátria nos diversos cargos públicos.

Na Faculdade de Cánones não houvera êste ano doutoramentos nem licenciaturas; era portanto sobre os seus 49 bacharéis recém-formados, que tinha de dar informações.

Os quésitos, formulados pela lei, sobre que recaiam as votações de informação, variaram de época para época; quando José Clemente se formou estavam fixados os três seguintes:

- 1.^º ¿ Qual o seu procedimento e costumes?
- 2.^º ¿ Que merecimento literário tem?
- 3.^º ¿ O que há a esperar dêle, quanto a prudência, probidade e desinteresse?

Era pois sobre estes quesitos que haviam de se pronunciar, por escrutínio secreto, todos os lentes que tinham sido professores dos novos bacharéis formados durante o seu curso universitário, quer pertencessem ao quadro da Faculdade de Cánones, quer ao da Faculdade de Leis. Reuniam-se em congregação extraordinária, para êste efeito especialmente convocada.

Juntou-se êste conselho a 19 de Dezembro do referido ano de 1809, sob a presidência do doutor Manuel Pacheco de Resende, lente de Teologia, que estava servindo de vice-reitor; desempenhou as funções de secretário o da Universidade, Vicente José de Vasconcelos. Assistiram, como vogais, os lentes de Cánones doutores Fernando Saraiva Fragoso de Vasconcelos, José Inácio da Rocha Peniz, João de Maga-

⁴ Doc. XVII, infra.

lhães e Avelar, António José Saraiva do Amaral, Antonino Garcia Pereira, José Fernandes Álvares Fortuna, José Teles da Silva, e Luís da Cunha de Abreu e Melo; e os lentes de Leis, doutores José Carlos Barbosa de Sousa, Joaquim de Seixas Denis, e Narciso Joaquim de Araújo Soares. Eram portanto onze votantes.

Anunciado o nome de cada um dos bacharéis ultimamente formados, o secretário indicava pela sua ordem um dos três quesitos, e corria com a urna na mão, uma pequena urna cilíndrica forrada de veludo verde, a fila dos lentes; cada um destes lançava nela o seu voto, escrutinando-se logo a seguir. Indicava outro quesito, e seguiam-se idênticas operações. O mesmo com o terceiro quesito. Nas votações do 1.^º e 3.^º, cada lente lançava na urna uma pequena esfera, branca ou preta, para aprovar ou reprovar; na 2.^a, porém, introduzia nela um pequenissimo rectângulo de papel, dobrado ao meio, tendo na face interior uma das quatro expressões: — *Muito bom, Bom, Suficiente, ou Mediocre.*

Nesta monótona tarefa já o secretário havia feito o giro com a urna 99 vezes, para se apreciarem triplicemente os méritos de 33 bacharéis, quando é anunciado o 34.^º: — «*José Clemente Pereira, filho de José Gonçalves, natural de Ádem, comarca de Trancoso.*»

Mais uma vez o secretário enuncia o 1.^º quesito: — «*Em procedimento e costumes?*». — Corre a fila dos lentes com a urna, para estes votarem, e apresenta-a ao presidente, sentado na cadeira de espalda à cabeceira da mesa, ladeado pelos dois lentes mais antigos, que servem de escrutinadores. O vice-reitor interino abre-a, e lança o conteúdo sobre a superfície encerada da mesa. Dez esferas de marfim correm em diversos sentidos, e pelo meio delas escorrega doudejante uma igual, mas de polido azeviche. O presidente proclama, e o secretário escreve na relação, onde por baixo de cada nome dos bacharéis estavam já indicados os três quesitos: — «*Aprovado por dez, Reprovado por hum.*»

Anuncia o quesito 2.^º: — «*Em merecimento literario?*». — Novo giro com a urna, onde desta vez entram cédulas; faz-se o escrutínio, proclama-se o resultado, e o secretário escreve: — «*Bom por dez, Mediocre por hum.*»

Vem o 3.^º quesito: — «*Em prudencia, probidade e desinteresse?*», — e pelo processo das esferas o escrutínio dá o resultado, que é escrito na relação: — «*Aprovado por dez, Reprovado por hum*»¹.

É indiscutivel, que entre os lentes que tiveram assento nesta congregação havia um, que tinha má vontade a José Clemente, e que

¹ Doc. XVIII, infra.

na votação se deixou guiar por essa paixão ruim, isolando-se de todos os seus colegas. Dí-lo a persistência de se manter hostil, êle só, em todas as três votações, não encontrando no bacharel nenhuma das boas qualidades sôbre que se pedia o seu testemunho; confirma-o a discrepancia profunda que se manifesta, especialmente na segunda votação, entre êle e todos os outros, pois entre o *Bom* que escreveram dez, e o *Medíocre* escrito por um, ainda havia a classe de *Suficiente*; mas nenhum dos dez hesitou em lhe dar a honrosa classificação de *Bom*, enquanto êsse único votou a ínfima que era permitido dar.

Qual o motivo desta evidente má vontade?

Poder-se há conjecturar qual dos onze lentes, acima nomeados, foi na votação das informações estranha e persistentemente hostil a José Clemente Pereira?

Eis duas perguntas provavelmente condenadas a ficarem para sempre sem resposta.

Mas é certo que esta contrariedade, pôsto que desagradável, em nada prejudicava o novo bacharel-formado. A discrepancia de um voto não influía no resultado do sufrágio, em que dez juízes se pronunciaram unâimes. As informações dadas eram honrosas, e habilitavam o governo a nomear o diplomado para quaisquer cargos da magistratura, quer das colónias quer da metrópole.

O caminho do Brasil estava aberto.

Aqui terminamos estas nossas despretenciosas notas sôbre a vida académica, até hoje quase inteiramente desconhecida, do grande promotor e fautor da independéncia do Brasil — JOSÉ CLEMENTE PEREIRA.

DR. ANTÓNIO DE VASCONCELOS,
director do Arquivo da Universidade de Coimbra.

DOCUMENTOS

RELATIVOS A

JOSÉ CLEMENTE PEREIRA

I

CERTIDÃO DE IDADE COM QUE FOI INSTRUÍDO O REQUERIMENTO
EM QUE SOLICITOU A SUA PRIMEIRA MATRÍCULA NA UNIVERSIDADE

(Selo impresso do imposto de 40 réis)

Diz Joze Clemente Pr.^a clérigo *in minoribus* do lugar de Adem filho legitimo de Joze Gonçalves, e de Maria Pr.^a do m.^{mo} lugar Arciprestado de Castello Mendo Bispado de Pinhél que p.^a haver de se matricular nas aulas da Vniversid.^e de Coimbra precisa q^o o Rd.^o Parrocho do m.^{mo} lugar lhe passe por certidão o theor do assento do seo Baptismo; e como este o não pode fazer sem despacho

P. ao m.^{to} R.^{do} Arcipreste
do destrito se digne mandar-
lha passar.

E. R. M.^ce

J. Passe

Sylva.

Em observancia do Despacho do M. R. Sñr Arciprete deste Distrito vi o livro dos Baptizados desta freguesia e nelle a fs. 23 achei hú asento do theor e forma seguinte = Aos vinte e dois dias do mes de Fevereiro de mil setecentos oitenta e seis Baptizei solemnemente a José filho legitimo de José Gonçalves do lugar da Misquetella, e de Maria Pereira desta freguesia de huma e outra parte he do primeiro Matrimonio: Nepto paterno de Manoel Gonçalves e de Maria Ribeira da Mesquetella, e Materno de Lourenço Pereira de Porto de Ovelha e de Maria João desta freguesia; foram Padrinhos Manoel Montr.^o da Mesquetella e sua filha Anna de que fiz este asento dia mes era ut supra. — O Parocho João Ribeiro = E nam se continha mais em o dito asento que aqui copiei do proprio Livro, a que me reporto e jurou o Supp.^{te} que o seu Requerimento não era p.^a caso crime e por me ser esta pedida e mandada passar a passei realmte: Adem 25 de 7.^{bro} de 1803.

O Abb^e André Gonçalves.

Reconheço a letra da certidão supra e signais tanto da certidam como do Despacho serem do Reuerendo Arcipreste deste Arciprestado e Rd.^o Abb.^e do lugar da Adem o que conheço por lhas ter visto mais vezes... Castello Mendo 28 de 7br.^o de 1803. E eu Manoel Jose de Almeyda Tabeliam que o Escreuj e Em publico e Raso assignej.

Em Fe (Lugar do sinal público) de verd.^e

Gratis

M.º José de Almd.^a

(Arquivo da Universidade — Certidões de idade, vol. 27, fol. 63).

II

TERMO DE MATRÍCULA NO PRIMEIRO ANO JURÍDICO

N.º 20. — Jose Clemente Pr.^a, filho de Jose Gonçalves, natural de Lugar de Ade, Comarca de Trancoso foi admittido a este Primeiro Anno Jurídico aos 2 do mez de Outubro de 1804, com Certidão de Id.^e, e Exámes de Lat., Logi., Rhet., e Geom. Do que se fez este Termo; que assinou.

Joze Clemente Pereira

(A. da U. — *Matrículas*, vol. 33, liv. 1, fol. 22).

III

RELAÇÃO DOS ALUNOS NATURAIS DO BRASIL,
MATRICULADOS NO PRIMEIRO ANO JURÍDICO EM OUTUBRO DE 1804,
COM INDICAÇÃO DE FILIAÇÃO,
DE NATURALIDADE, DO RESPECTIVO NÚMERO DE ORDEM NO CURSO,
E DAS SUAS MORADAS EM COIMBRA

1. Alexandre Thomás de Moraes Sarmento, filho de Thomás Ignácio de Moraes Sarmento, natural da Bahia. — *Rua do Norte* n.º 66.
2. Amaro José de Araújo Velasco Camisão, filho de Lázaro Moreira Landeiro Camisão, natural da vila de Sabará, capitania de Minas-Gerais. — *Rua do Forno*, 131.
5. Bento Carneiro da Silva, filho de Manoel Carneiro da Silva, natural da vila de S. Salvador dos Campos-dos-Goitacazes, capitania do Rio-de-Janeiro. — *Rua do Forno*, 131.
6. Christóvão Pedro de Moraes Sarmento, filho de Thomás Ignácio de Moraes Sarmento, natural da Bahia. — *Rua do Norte*, 66.
31. Domingos José de Freitas, filho de Domingos Luís de Freitas, natural da cidade da Bahia. — *Marco da Feira*, 61.
34. Francisco José de Freitas, filho de Domingos Luís de Freitas, natural da cidade da Bahia. — *Marco da Feira*, 61.
44. Nuno Alves Pereira, filho de Francisco Pereira Alves, natural da Bahia. — *Rua Larga*, 186.
47. Francisco José de Faria, filho de Manuel de Faria, natural de Pernambuco. — *Rua do Forno*, 130.
57. Lúcio Soares Teixeira de Gouveia, filho de pais incógnitos, natural do bispado de Mariana, Minas-Gerais. — *Rua do Borracho*, 149.
60. Manuel Pinto Ribeiro, filho de José Ribeiro Pinto, natural da capitania do Espírito-Santo. — *Colégio de S. Jerónimo*.
62. Francisco de Paula Pereira Duarte, filho de Manuel Pereira Duarte, natural da cidade de Mariana, capitania de Minas-Gerais. — *Rua do Borracho*, 199.
63. António José Vicente da Fonseca, filho de João Vicente da Fonseca, natural da cidade de S. Paulo. — *Rua das Colchas*, 18.
71. Thomás António Manoel Monteiro, filho de António Francisco Monteiro, natural de Pernambuco. — *Rua do Borracho*, 154.

79. Affonso de Albuquerque Maranhão, filho de Affonso de Albuquerque Maranhão, natural de Pernambuco — *Rua da Trindade, 85.*

(*Relação dos Estudantes Matriculados na Universidade de Coimbra no Anno Lectivo de 1804 para 1805*, págs. 4-8).

IV

ASSENTO DE EXAME DO PRIMEIRO ANO JURÍDICO

Aos 18 de Julho de 1805 de manhã na Aula competente, sendo presentes os Doutores Lentes, Presidente e Arguentes, se procedeo ao Exame da 41.^a Turma, composta de cinco Estudantes, que vão abaixo nomeados, e frequentarão no presente o 1.^o Anno Juridico. E fazendo-se tudo na fórmula dos Estatutos, distribuidos e regulados os votos sobre o seu merecimento, sahirão com as qualificações seguintes:

D. M.º Fran.º de Portugal e Castro — Approvado Nemine Discrep.^{te}

Luiz Pinto Cald.^{ra} de Mendanha — O mesmo. —

Paulo Gomes de Abreu — O mesmo. —

Ant.^o de Lacerda Pinto — O mesmo. —

José Clemente Pereira — O mesmo. —

Do que se fez este Assento.

Simão de Cordes Br. dão

Francisco Jaques Salinas.

(A. da U. — *Exames do 1.^o anno jurídico*, vol. 5, fol. 17).

V

ASSENTO DO ACTO DO QUARTO ANO
E DA COLAÇÃO DO GRAU DE BACHAREL EM CÁNONES

Acto e Exame de José Clemente Pereira, filho de José Gonçalvez, natural de Adem, Com.^{ca} de Trancoso.

Aos 10. de 9.^{bro} de 1808 na Sala pública, sendo Presidente o Doutor Luiz da Cunha de Abreu e Mello e Examinadores os Doutores Lentes Arguentes, fez Jose Clemente Pereira o seu Exame das Disciplinas do 4.^o Anno de Canones que frequentou no presente. E fazendo-se tudo na fórmula dos Estatutos, distribuidos e regulados os votos sobre o seu merecimento, sahio Appr. Nem.e Discrep.^e E prestando o juramento da Conceição, o dito Presidente lhe conferio o grau de Bacharel pela autoridade, de que usa. Do que se fez este Assento.

Luis da Cunha de Abreu e Mello, P. João de Mages e Avelar.

(A. da U. — *Autos e graus em Cánones*, vol. 7, fol. 103 v.^o).

VI

CARTA RÉGIA AO VICE-REITOR DA UNIVERSIDADE,
ORDENANDO-LHE QUE ORGANIZE UM CORPO MILITAR ACADÉMICO,
QUE FICARÁ SOB O SEU COMANDO ASSIM COMO TODOS OS CORPOS ARMADOS DE COIMBRA,
E MANDANDO FECHAR A UNIVERSIDADE NO PRESENTE ANO LECTIVO

Manoel Paes de Aragão Trigoso, do Mês Conselho, Desembargador Honorario da Meza do Desembargo do Paço, Vice Reitor da Universidade de Coimbra:

Amigo — Eu o Principe Regente vos Envio muito saudar. — Obrigando os esforços do Inimigo comum a armar toda a Nação para lhe resistir, e tendo mostrado o Corpo Academic o seu Patriotismo, aptidão, e valor na feliz Restauração destes Reinos: Sou Servido, que façaes organizar sem perda de tempo o dito Corpo, que deve compor-se dos Lentes, Substitutos, Oppozitores, e Estudantes, q. forem capazes de pegar em armas, para que bem armado, e disciplinado concorra p. a defesa dos meus Reinos, debaixo do Vosso Comando, como Chefe delle; Outro sim Sou Servido, que comandeis igualmente os mais Corpos armados dessa Cidade. E finalmente serviço he incompativel com as lições, e frequencia das Aulas, Mando que a Vniversidade se feche no presente anno lectivo: O que Me parecêo participar-vos para que assim o tenhaes entendido, e assim se execute. Escripta no Palacio do Governo em 2 de Janeiro de 1809.

Marquez de Minas

Francisco da Cunha e Menezes

D. Francisco Xavier de Noronha

Para Manoel Paes de Aragão Trigoso, Vice Reitor da Vniversidade de Coimbra.

Cumpre-se, e registe-se, e se passem logo as ordens necessarias.

Coimbra, 4 de Janeiro de 1809.

Vice Reitor.

(A. da U. — Registada in *Rellacoens e Organização do Corpo Militar Académico*, vol. 1, fol. 6 v.º).

VII

NOTÍCIA OFICIAL SÔBRE O BATALHÃO ACADÉMICO DE 1809

Memoria, que entregou ao Ill.mo S.or Vice Reitor desta Universidade o Major do Corpo Militar Academic, José Ignacio da Rocha Peniz, Terceiro Lente de Canones, e Collegial do R. Collegio de S. Pedro.

Aos 29 de Março do corrente anno o Exercito Francez, comandado por Soult, assaltou, tomou, e saqueou a Cidade do Porto. A certeza desta Invasão, e das scenas horrorosas, que a acompanhavão, chegou a Coimbra na tarde do dia 30. Pessoas de todas as ordens, sexo, e idade: familias fugitivas, dispersas, e destituidas de todo o socorro, acompanhavão a triste, e calamitosa noticia; e Coimbra em poucos instantes foi o theatro dos sustos, e confuzão; todos querião resistir ao Inimigo, e ninguem sabia o lugar, o modo, o meio da resistencia: todos querião escapar às iras do Exercito devastador, e ninguem sabia aonde esconder-se; os Officios Divinos cessarão nos Templos, os alaridos retumbavão nas ruas, os tambores sem tino, nem destino atroavão as Praças, e augmentavão o espanto e a confusão.

Em meio da tormentosa consternação o Ill.^{mo} General Nicolao Trant, Governador Militar de Coimbra, conservou a resolução, prevenção, e actividade, que caracterizão o grande genio, que a Providencia faz apparecer para salvar homens, e amparar Províncias. Projectou elle por manobras acertadas ganhar tempo, e confiança para organizar hum Exercito, cobrir todo o territorio do Mondego ao Vouga, deter o Inimigo em suas rapidas incursões, disputar-lhe os passos, cor-

tar-lhe os viveres, encerra-lo no Porto, e combatello alem do Douro. Persuadio-se o Bravo General, de que seo projecto se realizaria se fosse sustido por homens intrepidos, briozos, sofredores, inteligentes, e obedientes á sua voz; e por gloria da Universidade, lembrou-se de que nella os acharia, quaes convinhão ao seo heroico designio. — Na tarde do mesmo triste dia por ordem do Ill.^{mo} S.^{or} Vice Reitor Manoel Paes de Aragão Trigozo, congregou-se o Corpo Militar Academico no largo da Feira. Ali os Officiaes Maiores do mesmo Corpo altamente proclamarão, que o Ill.^{mo} S.^{or} Vice Reitor permitia, que 150 Academicos seguissem voluntariamente o Ill.^{mo} General Trant. A esta propoziçao, quantos estavam presentes offerecerão-se voluntariamente e na manhã de 31 apparecerão prompts, e armados 206 Fuzileiros Academicos, alguns de Cavallo, e 80 Artilheiros, conduzidos pelos Lentes Fernando Saraiva Fragozo de Vasconcellos, Jose Bonifacio de Andrade e Silva, José Ignacio da Rocha Peniz, e pelo Oppositor Manoel de Serpa Machado. Com elles se incorporou no Lugar de Fornos, o Oppositor Faustino Simoens Ferreira. — Marchando soube o Ill.^{mo} General Trant, que varios Corpos Francezes havião passado o Douro, que se dirigião à Terra da Feira, Grijó e Ovar, e lançavão patrulhas até S. João do Louro. Parou nos Fornos o Corpo Militar Academico; e nos dias que ahi se deteve, sem descanso ate huma hora, depois do Nacimiento do Sol, guardava, e rondava as Estradas que do Porto conduzem a Coimbra por Aveiro, e Mealhada. — Em columna caminhava o Corpo Militar Academico do Lugar da Venda Nova para a Villa de Eixo, quando o Inimigo rompia nas Pontes do Vouga e Marnel. Hum falso rebate se diffunde por Agueda, e Freguezias circumvizinhas, reputa-se cortado o Corpo Academico; mas sem perder a coragem, elle retrocede na melhor ordem para postar-se nas alturas de Mortede, e recolher ali os Soldados e Melicianos debandados em Agueda. — Ao tempo do rebate acazo se achavão no Sardão, como ajudantes de Campo os Academicos Sarmento, e Gama enviados pelo Ill.^{mo} General Trant ao Tenente Coronel Campbell. O Bravo Inglez os encarrega das baterias do Espinhel, e Monte do Sardão, e ambos desempenhão a honrosa comissão com intelligencia, vigilancia e intrepidez. — Chegado o Corpo Academico a Agueda compoz-se delle a Presidencia, e Vogaes do Conselho Permanente da Segurança, e Policia do Exercito. Este Conselho reduziu á ordem, e disciplina, os Soldados e Paizanos inquietos, repremio a insubordinação, evitou a espionagem inimiga, e tranquilizou os Cidadaons pacificos e bem intencionados. — Durando o tempo, que o Exercito acampou entre os rios Agueda, e Vouga, sempre que se intrevio suspeita de perigo, ao Corpo Academico se confiou a guarda do General, a exploração verídica, e circumstaciada dos movimentos do Inimigo, e a defesa dos postos mais ameaçados da Invazão. Foi por estes motivos, que ao Corpo Academico se incumbiu a guarda, e defesa do Váo da Fontinha no Vouga e nas arriscadas circumstancias da noite de 18 de Abril, foi ao m.^{mo} Corpo, que o General entregou a defesa das Pontes do Marnel e Vouga, sobre cujas alturas permanecêo a Artilharia Academica até á chegada do Exercito Auxiliar Inglez. — Postado o Corpo Academico nos montes de Serem, meia legoa alem do Vouga fez a guarda avançada de todo o Exercito, a piquena distancia das Vedetas inimigas. Era de suma importancia que os Francezes acampados em Albergaria Nova, ignorassem o numero, e movimentos das Tropas combinadas; incumbiu-se ao Corpo Academico esta vigilancia, e elle a desempenhou com tanta exactidão, e intelligencia, que o Inimigo soube, que era attacado, quando na manhã de 10 de Maio viu deante de si a linha da Batalha. — No conflito imprevisto oppoz elle seus Volteadores, mas o Ill.^{mo} General Trant dão ordem para que do Corpo Academico sahissem quantos quizessem empregar-se em Caçadores; todo o Corpo se offereceu

com alegria; todo queria partecipar deste honroso, e arriscado perigo: a linha de Batalha hia a ser interrompida, todos os Academicos se transformarião em Cassadores, se não fossem detidos pela Voz do Ill.^{mo} General. Mais da quarta parte do Corpo com intrepidez, e destreza desempenhou o voluntario exercicio; e por sêo fogo acertado fez callar o do Inimigo; persegui-o ate o Rio Ul, e colheo-lhe hum obuz dos dois, que compunham sua Artilharia volante. — No Sitio do Epírito S.^{to}, imediato ao Lugar do Corvo, quiz o Ill.^{mo} General Trant 50 Cassadores Academicos: todos desputarão a honra deste serviço. Para cessar a competencia foi indespensavel designa-los. Embarcarão elles com os Cassadores Ingleses em Quebrantoen, apportarão no prado, combaterão no alto do Seminario de S. Bruno, em o largo da Oliveira, no Padrão de Campanham, na Ponte das Pullas, na estrada do Bom Fim, descobrirão as embuscadas do Inimigo, e seguirão sêo alcance ate Rio Tinto, huma legoa alem do Porto. — Tres peças do Parque Academicico assentadas nas baterias da cerca da Serra, sustentarão, e protegerão o desembarque; as cinco restantes servidas por Artilheiros Academicos, torão as primeiras, que entrão no Porto, e as que perseguirão o Exercito fugitivo. — Desde que começoou o ataque do Douro o Corpo Academicico em Columna permanecendo postado no sitio da Bandeira sobranceiro ao Rio; e na Praça Nova do Porto desde as 9 horas da manhã, até as 11 da noite, prompto para reforçar, e suster a Tropa combinada, se o Inimigo em sua fuga parasse, ou tentasse resistir. — Quantos officios, e indagações importantes se participarão entre o Ill.^{mo} General Trant, e os diversos Generaes, forão confiadas ao segredo, promptidão, e destreza dos Academicos, Ajudantes de Campo; Coimbra, Leiria, Lisboa, Thomar, Abrantes, Vizeu, S. Pedro do Sul, Amarante, Chaves, e Galiza, os virão cada dia diligentes, e incâsaveis no desempenho destas comissoens. — Por ordem do Ex.^{mo} S.or Marechal Beresford por muitas vezes convidados a receberem Soldos, e fardamentos competentes aos postos, que ocupavão desde que sahirão de Coimbra, ate que a ella tornassem, constante e generosamente recuzarão, ou gratificação numeraria. — Aquartelado o Corpo Academicico no Porto teve a sêo cargo a conservação da Policia, e a importante guarda dos Prezineiros, e Navios sequestrados pelos Francezes. Mandado marchar para Almeida, Penamacor e Fundão, a obediencia, e a intrepidez continuão a servir-lhe de Guias, ate que se restituio á Universidade. — Sem a heroica resolução do Ill.^{mo} General Trant não se desenvolveria utilmente o prestimo e brioza coragem do Corpo Militar Academicico; Sem este leal, e bem entendido Patriotismo, não se organizaria o Exercito do Vouga; Sem esse Exercito o Inimigo conduziria suas requisições, depredações e incendios ate ás portas de Coimbra, e não retrocederia para a Terra da Feira, Grijo, e Albergaria Nova: Sem aquelle retrocesso era difícil, que o Exercito combinado apparecesse de improviso sobre as margens do Douro, restaurasse por hum golpe de mão o Porto, e expellisse o Inimigo para la das Fronteiras do Reino. — Quando o Ill.^{mo} General Trant em 15 de Julho, e o Ex.^{mo} S.or Marechal Beresford em 4, 5, e 24 de Agosto testemunhão seos agradecimentos ao bom serviço, e credito distinto, adquirido pelo Corpo Militar Academicico nesta campanha: quando ambicionão seos Alumnos, e os convidão para Officiaes nas Tropas de Linha, prodigialão louvores a quem se mostrou digno de merecellos. — Testemunhos tão authenticos de Generaes circumspectos, bravos, e abalizados na grande tatica militar, recebem hoje o maior, e mais apreciavel complemento na Benevolencia, com que S. A. R. á face da Universidade e do Mundo inteiro, se Digna Louvar e Agradecer o Patriotismo, valor e desinteresse destes Alumnos Benemeritos da Patria, &, &.

(A. da U. — Registada in *Relações e Organização do Corpo Militar Académico*, vol. 1, fol. 3 v.^o6).

VIII

EXCERPTOS DA PRIMEIRA DAS MEMÓRIAS AUTÓGRAFAS SÔBRE O CORPO MILITAR ACADÉMICO,
DEIXADAS PELO COMANDANTE DO REFERIDO CORPO,
O DESEMBARGADOR FERNANDO SARAIVA FRAGOSO DE VASCONCELOS,
LENTE DE PRIMA DA FACULDADE DE CANONES,
E REGISTADAS EM LIVROS ESPECIAIS NO ARQUIVO DA UNIVERSIDADE

Relação dos Academicos e Aggregados, que servirão no Corpo Academico Militar, em as Expedições do Vouga, e Porto, e nas marchas do Porto para as Fronteiras em o anno de 1809.

Infanteria.

Companhia primeira.

Desta m.^{ma} 1.^a Comp.^a os seguintes andarão servindo em algumas Poziçoes da margem esquerda do Vouga, não se acharão nas Acçoens de Albergaria, e Porto p.^r terem ficado atraç, ou em diligencia ou Doentes, ou por outra cauza. Mas vieram-se reunir ao Porto, ou logo, ou mais hum pouco depois da sua Restauração, e servirão na sua Guarnição.

José Clemente Pereira, Estud.^e do 5.^o anno de Canones natural de Ado, Termo de Castello Mendo.—

Tendo-se ajuntado em Agueda, ficou depois ahí p.^r Doente.

Accompanhou sempre o Corpo Academico nas marchas do Porto as Fronteiras, e Coimbra

(A. da U. — Registada in *Relações e Organização do C. M. A.*, vol. 1, fl. 16-61 v.^o).

IX

EXCERPTOS DA SEGUNDA DAS MEMÓRIAS AUTÓGRAFAS SÔBRE O CORPO MILITAR ACADÉMICO,
DEIXADAS PELO COMANDANTE DO REFERIDO CORPO,
O DESEMBARGADOR FERNANDO SARAIVA FRAGOSO DE VASCONCELOS,
LENTE DE PRIMA DA FACULDADE DE CANONES,
E REGISTADAS EM LIVROS ESPECIAIS NO ARQUIVO DA UNIVERSIDADE

Relação dos Academicos, e aggregados, que servirão no Corpo Academico Militar em as Expedições do Vouga, e Porto, e na marcha para as Fronteiras em o anno de 1809.

Consternada Coimbra com a noticia da entrada do inimigo em o Porto, se entendeu o Coronel Nicolao Trant com o Vice Reitor da Universidade Chefe do Corpo Academico Militar. Logo no outro dia 31 de Março de 1809, formando-se

o dito Corpo com os que comparecerão, sahio de Coimbra ás Ordens, e unido á Devizão do dito Coronel, e foi pernoitar nos Fornos, aonde esteve postado até 6 de Abril, em que marchou para as Vendas Novas: No seguinte chegou perto da Palhaça, e sobrevindo noticias de se achar cortado, contra-marchou para as Vendas Novas: No dia 8 marchou por Avellans para Agueda, onde esteve postado alguns dias, e estando proximo a marchar para postar-se mais perto do inimigo, que andava nas terras da margem direita do Rio Vouga, o dito Coronel Comandante da Devizão providenciando a falta dos Officiaes, que não comparecião, provisionalmente auctorizou, e approvou para este Corpo os Officiaes referidos nesta seguinte relação de 16 de Abril.

Provido assim o Corpo marchou a 17 para a Villa da Trofa, e dahi a 19 se adiantou para a pozião de Segadens donde foi à revista, que fez á sua Devizão o dito Coronel no Campo da Mourisca; donde, sendo mandados para outros postos outros corpos, este foi ficar em armas no outeiro sobre a ponte do Marnel toda a noite de 23 para 24, na qual ahi esteve esperando com determinada firmeza o inimigo, que repetidas noticias dizão ter acabado de dispersar huma Guarda avançada, e marchar a ataca-lo por instantes. Na manhã do dia 24 se aquartelou em Pedaçãens, junto do dito posto, que ficou guardando ate ao dia 2 de Maio, em que ficando ahi a artelharia se foi postar a Infantaria na Villa da Agueira. Meteu guardas, e fez outros Serviços nas ditas poziõens com zelo, lealdade, e firmeza, para se precaverem os ataques do inimigo, que tiranizando as terras da Margem direita do Vouga pretendia passar ás da esquerda. Devendo-se a estes Serviços do Corpo Academico Militar, e aos dos outros Corpos da Devizão do dito Coronel sabiamente dirigidos por elle, o impedir-se que o inimigo muito Superior em numero forçasse as poziõens da dita Devizão, e passasse o Vouga. No dia 8 de Maio o mesmo Corpo Academico Militar passou o Vouga para Serem, aonde ficou fazendo huma importante guarda até ao dia 9. A 10 marchando depois da meia noute entrou sendo manhã na accão de Albergaria, na qual cooperou formando em Linha de batalha na frente do inimigo, tendo a sua artelharia no flanco direito, avançando a atacá-lo com o resto da linha, tendo destacado para mais perto delle muitos Caçadores (dos quaes hum foi ferido, e morto segundo algumas noticias, que porem se não tem acabado de verificar) alem dos Academicos, que servirão de Caçadores montados debaixo das Ordens do Ex.^{mo} Coton, e perseguindo-o em huma rapida marcha até ao Rio Ul, seguiu-o ainda de tarde, e foi pernoitar a hum pinhal junto a Madail. A 11 fez huma apressada marcha para Villa da Feira, e Cruzes das Vergadas até ao Corvo aonde pernoitou em outro pinhal. A 12 foi a restauração do Porto, para a qual cooperou entrando em Armas na Cidade, no tempo que lhe foi determinado, não se desviando do Lugar, que lhe competia em o Exercito. Tendo antes entrado a sua artilharia, que atravessando a Cidade supôrtou o fogo do inimigo, e o seguiu até ao alto para Rio Tinto. E tendo mais antes passado o Douro mais acima muitos seus Caçadores Infantes, que atacarão, e perseguirão o inimigo, ficando feridos alguns delles. Restaurada esta Cidade, ahi ficou entrando no detalhe da sua guarnição com o seu Comandante, e Capitaens, que servirão quâdo lhe competiu de Official do Dia, e Capitaens do Dia, e fazendo privativamente com hum seu Official Subalterno o Corpo da Guarda principal, sendo-lhe incumbidas outras Guardas, e diligencias.

A 24 de Julho sahio do Porto este Corpo Academico Militar marchando para as Fronteiras por Ordem do Ex.^{mo} Marechal Beresford, e por Penafiel, Mezamfrio,

Lamego, Aguiar da Beira, e Pinhel chegou a Almeida a 5 de Agosto. Sendo-lhe ahí intimado que convinha, que fosse postar-se em Penamacor, marchou a 6, e ocupou essa posição desde 9 até 18, entretanto que o Exercito Portuguez, e o do inimigo se movião tão bem com a mesma direcção em as vizinhas Fronteiras de Espanha. A 18 executou a Ordem do Dia 24¹ de Agosto, na qual o dito Ex.^{mo} Marechal reconhecendo a Lealdade ao Príncipe, e o amor da Pátria, que dirijirão os acima indicados Serviços os considera, como dignos d'aprovação, e que fazem a maior honra aos que os prestarão, e não instando já a necessidade da sua continuação, quiz que este Corpo se recolhesse. Marchou por tanto dahi a 27, e atravessando a Serra pela aspera passagem dos Assores, chegou a Coimbra, e aqui fez alto a 2 de Setembro de 1809.

Prestarão estes Serviços

Infantaria

I.^a Companhia

Classe 6.^a

Desta mesma I.^a Companhia os seguintes andarão servindo em alguma, ou algumas das posições, em que este Corpo Académico esteve postado antes de passar o Rio Vouga, e não se acharão nas Accoens d'Albergaria, e Porto por terem ficado atras ou em diligencia, ou doentes ou por outras causas, mas vierão reunir-se ao Porto ou logo ou mais hum pouco depois da sua restauração e servirão na sua guarnição.

75.

84. Joze Clemente Pereira, Estudante do 5.^o Anno de Canones, natural de Ade, termo de Castello Mendo, Comarca de Trancozo, veio ajuntar-se antes de 13 d'Abri em Agueda, e ficando ali doente, veio reunir-se ao Porto depois da sua restauração antes de 23 de Maio.

Acompanhou a marcha das Fronteiras desde o Porto ate ao Fundão.
Lista 60, Liv. 22.

" a U. — Registada in *Relações e Organização do C. M. A.*, vol. 2, fols. 7-62).

X

COMUNICAÇÃO DO COMANDANTE DAS ARMAS NO PÓRTO, TRANT,

AO COMANDANTE DO CORPO MILITAR ACADÉMICO,

REFERINDO-SE AOS ESTUDANTES EM TERMOS MUITO EGÓIOSOS; RESPOSTA DÊSTE ÀQUELE

Porto 13 de Julho de 1809. — Señr = Tenho a honra de vos fazer saber que esta manhã recebi ordem do Feld Marechal Commandante em Chefe para vos par-

¹ Aliás 14.

ticipar as Instrucçōens para por os Estudantes ou o Corpo Academico de Coimbra promptos a marchar ao mais leve avizo, servindo-vos de dar as vossas direcçōens nesta conformidade = Eu tenho de informar-vos que S. Ex.ca o Marechal Beresford me tem alem disto ordenado de dar Ordem de pagamento de hum mez, a saber, do 1.^º de Junho ate o 1.^º de Julho inclusive, fazendo 30 dias. «Este pagamento hade ser entregue ou a Vós como Official Commandante, ou a hum Cōmissario como o Corpo julgar mais conveniente, consequentemente elle será applicado áquelle fins que elles geral, e individualmente julgarem mais necessarios, e urgentes». = O que eu aqui tenho marcado he hum extracto da Carta original, que me foi dirigida pelo Coronel Durban, Quartel Mestre Gen.al. = Tenho a honra de ser — Señor = Vosso mais obediente, e humilde Servidor =

N. Trant, Commandante do Porto.

Coronel Fernando Saraiva Fragozo de Vasconcellos, Commandante dos Estudantes de Coimbra.

Resposta

III.^{mo} e Ex.^{mo} Señor. = Ontem mesmo communiquei ao Corpo Academico Militar a Ordem, que em data do mesmo dia V. Ex.^a me dirigio. Todos elles tem a maior satisfação de terem militado debaixo das ordens de V. Ex.ca, e a continuarão a ter se debaixo das mesmas sabias Ordens for a marcha, para que V. Ex.ca os manda advertir: ouvirão a Ordem de V. Ex.ca, e desde ja ficão promptos para marchar, excepto os impedidos por molestia, ou por alguma outra justa causa. = Em quanto ao outro ponto dizem que elles se apromptarão para militar gratuitamente; que havendo mesmo entre elles alguns com meios não muito promptos de subsistencia, nunca solicitarão soldo, e que ja o não quiserão acceitar huma vez que se lhe offeceu. E que seria para elles hum desgosto muito sensivel ver os seus serviços militares misturados com ideas de soldo, ou outra qualquer couza que o pareça. Que ja receberão por elles hum grande premio, qual he a satisfação de terem sido uteis á Patria, e que estão certos que o Principe Regente Nosso Senhor ha de cumprir as suas liberalissimas Reaes Promessas. = Quartel do Porto 14 de Julho de 1809.

Fernando Saraiva Fragozo de Vasconcellos, Comandante do Corpo Academico Militar.

(A. da U. — Registada in *Relações e Organização do C. M. A.*, vol. 2, fol. 71).

XI

COMUNICAÇÃO FEITA POR ORDEM DO MARECHAL BERESFORD

AO CORPO MILITAR ACADÉMICO, EM QUE ÉSTE É HONRADO COM GRANDES ELOGIOS,
E SE OFERECE AOS ESTUDANTES NELE ALISTADOS, QUE ISSO DESEJEM,
SEREM PROMOVIDOS A OFICIAIS DE TROPA DE LINHA

O Señor Commandante do Corpo Academico partecipa que o Ill.^{mo} e Ex.^{mo} S.^r Brigadeiro Governador desta Praça lhe communicou de Ordem, e em nome do Ill.^{mo} e Ex.^{mo} S.^r Marechal Beresford, Commandante em Chefe do Exercito, que o mesmo Ill.^{mo} e Ex.^{mo} S.^r Marechal dezeljava demorar-se para ver este Corpo, que muito estima pelas accōens de Patriotismo, com que se tem distinguido, mas que não podéra satisfazer o seu desejo em razão da marcha que tinha de fazer. Que este Corpo que tinha acudido tão promptamente, e trabalhado tão constantemente em as perigozas circunstancias, em que a Patria se vio, para bem da mesma Patria

devia ser conservado dentro do Reino = Que pelo credito, que tinhão ganhado os Senr.es Academicos, os quiz em esta Praça por lhe parecer, que então as circunstancias exigião aqui os Serviços de huns taes Patriotas: Que porém as circunstancias actuaes o persuadião que agora esses Serviços melhor podiam ser feitos, e com maior utilidade da Patria em a pozião de Penamacor, e que por isso lhe mandava propor se concorrendo tão louvavelmente para se empregarem no Serviço, que naquellas circunstancias seria util, queria agora ver pôr-se promptos para o prestar na dita pozião, em aqual nas actuais circunstancias poderá ser mais honrozo aos Señr.es Academicos, e mais vantajoso á Patria. = Que desejando que se principiassem a premiar os Serviços, com que tanto se tinham distinguido os Señr.es Academicos, lhes fazia saber que se quaesquer delles quizessem ser promovidos a Officiaes de Tropa de Linha lho fizessem saber para os propor a Sua Alteza Real. — Quartel de Almeida 5 de Agosto de 1809.

Luis José Correia de Sá.

Attesto que o Ill.^{mo} e Ex.^{mo} S.^r Marechal Beresford me mandou participar o contheudo deste ao S.^r Commandante do Corpo Academicico Militar. — Almeida 5 de Agosto de 1809.

Guilherme Cox, Brigadeiro-Governador da Praça.

(A. da U. — Registada in *Relações e Organização do C. M. A.*, vol. 2, fol. 73).

XII

OFÍCIO DIRIGIDO PELO COMANDANTE DO G. M. A. AO MARECHAL BERESFORD,
DANDO CONTA DO ESTADO DO CORPO,
AGRADECENDO A HONRA E DISTINÇÃO DISPENSADA AO MESMO EM ALMEIDA,
E REMETENDO OS REQUERIMENTOS DOS ACADÉMICOS
QUE DESEJAVAM APROVEITAR O FAVOR DE PASSAREM A OFICIAIS DA TROPA DE LINHA

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} S.^r = O Corpo Academicico Militar, que tenho a honra de commandar, obedecendo promptamente ás Ordens de V. Ex.^{ca} marchou no dia 24 de Julho do Porto para Almeida, onde chegou no dia 5 deste mez: e dari conforme mente á vontade de V. Ex.^{ca} com toda a promptidão marchou no dia 6 para esta Praça, onde chegou no determinado dia 9 deste mesmo mez. = Em Almeida todo este Corpo ficou summamente obrigado a V. Ex.^{ca} pelas participaçõens que lhe dirigio, e pela distinção, e honra que lhe fez no modo com que foi servido comunicar-lhas. Todo elle, e eu em meu, e seu nome agradecemos a V. Ex.^{ca} tantos favores, e obzequios, e dezejamos continuar a merece-los. = Muitos dos Matriculados na Universidade, e os aggregados, que tem servido, e servem neste Corpo se querem já aproveitar do favor, que V. Ex.^{ca} se dignou offerecer, e me entregará os seus requerimentos, que com este remetto, para que attendendo V. Ex.^{ca} aos merecimentos de cada hum se digne promover as suas pretençõens. = Remetto tâobem a V. Ex.^{ca} o Mappa do estado, em que se acha este Corpo. Este cresce, e diminue segundo a maior ou menor dificuldade de cada hum prover a sua subsistencia. Nesta Terra não ha assento; tem sido necessario á Justiça o recorrer a embargos para se poder apropmtar algumas reçoens para este Corpo, e dizem que não ha mesmo onde se continuem a fazer os embargos. Os Academicos pelo seu dinheiro não achão aqui algumas couzas precizas, e outras que achão são por preços exorbitantes. = Não tem aqui correspondencias, nem faceis correspondencias.

O mesmo Correio aqui não he prompto para as Províncias do Norte, donde vem a dificuldade de aqui serem assistidos pelas suas famílias das couzas mesmo que ellas lhes quererão mandar. Estas são humas razoens porque muitos dos Academicos, que sahirão do Porto, ou depois se ajuntarão na impossibilidade de aqui subsistirem, talvez contra a sua vontade, e com a de voltarem com alguns meios de subsistir, se tem auzentado sem licença, como V. Ex.^{ca} verá no Mappa, que remetto. — Tenho formado hum Corpo de Guarda com sentinelas ás portas. Mandei hum Piquete de cavallaria para Aranhas para ahi vigiar, e dar-me parte. Mandei hum a Raia, e mesmo a dentro de Hespanha, para explorar, e dar-me conta do q por lá achar. E fico esperando as Ordens de V. Ex.^{ca} — Deos Guarde a V. Ex.^{ca} m.^a an.^o Quartel de Penamacor 14 de Agosto de 1809.

Fernando Saraiva Fragozo de Vasconcellos, Comandante do Corpo Academic Militar.

(A. da U. — Registado in *Relações e Organização do C. M. A.*, vol. 2, fol. 74)

XIII

OFÍCIO TRANSMITINDO AO COMANDANTE DO C. M. A. ORDEM DO MARECHAL BERESFORD
PARA O CORPO MARCHAR PARA O FUNDÃO ATÉ NOVAS INSTRUÇÕES,
E ÉLE COMANDANTE IR-LHE FALAR A SALVATERRA

III.^{mo} Señr. = S. Ex.^{ca} o Senhor Marechal Beresford torna a remetter a V. S.^a a relação inclusa, dezejando que V. S.^a ponha a idade de cada individuo adiante do seu nome. — Determina S. Ex.^{ca} que o Corpo Academic, que V. S.^a cõmanda, marche para o Fundão ate segunda Ordem. = S. Ex.^{ca} manda dizer a V. S.^a que dezjava falar-lhe, e o previne que hoje vai ficar a Salvaterra, e que não sabe ainda se lá se demorará ámanhã, ou se passará a Zibreira. = Deos Guarde a V. S.^a Quartel General de Zarca 17 de Agosto de 1809.

Antonio de Lemos Pereira de Lacerda, Coronel Secretario Militar.

S.^r Commandante do Real Corpo de Voluntarios Academicos.

(A. da U. — Registado in *Relações e Organização do C. M. A.*, vol. 2, fol. 75 v.^o).

XIV

AVISO RÉGIO AO VICE-REITOR DA UNIVERSIDADE
PARA QUE ESTA ABRA NO TEMPO COMPETENTE,
E PARA QUE, ANTES DE COMEÇAREM OS TRABALHOS ACADÉMICOS,
LOUVE E AGRADEÇA EM NOME DO PRÍNCIPE-REGENTE,
NA PRESENÇA DE TODO O CORPO UNIVERSITÁRIO,
AOS MEMBROS DO C. M. A. OS SERVIÇOS PRESTADOS,
QUE FICARÃO REGISTADOS EM LIVRO ESPECIAL

Tendo-se recolhido o Corpo Academic, que tanto se distinguiu em patriotismo, valor, e dezinteresse depois da ultima invazão dos Francezes, para continuar os Estudos; o Príncipe Regente Nosso Senhor He Servido que no tempo competente se abra a Universidade, que se fechou com poucos meses de liçons por cauza da dita invazão; e manda que V. S.^a se recolha a Coimbra para fazer os Avizos, e mais disposições necessarias para o dito effeito; e que antes de começarem os trabalhos Academicos V. S.^a na presença de todo o Corpo da Universidade louve,

e agradeça no seu Real Nome aos Membros daquelle Corpo, que assim se distinguirão, os seus leaes e honrados Serviços, fazendo escrever os seus nomes em livro separado com a declaração dos ditos Serviços para se conservar perpetuamente na mesma Universidade a memoria destes Alumnos tão benemeritos da Patria, e remettendo-me V. S.^a copia do dito Livro, para ser prezente ao mesmo Senhor. — Deos Guarde a V. S.^a — Palacio do Governo em 11 de Setembro de 1809.

João Antonio Salter de Mendoça.

Señr. Manoel Paes de Aragão Trigoso.

João da Silva Moreira Paysinho.

(A. da U. — Registado in *Rellaçoens e Organização do C. M. A.*, vol. 2, fol. v.^o).

XV

AVISO RÉGIO AO VICE-REITOR INTERINO DA UNIVERSIDADE,
DISPENSANDO DOS ACTOS, DEPOIS DE OUVIDOS OS VOTOS DAS CONCREGAÇÕES RESPECTIVAS,
OS ALUNOS QUE SERVIRAM NO C. M. A.

Sendo presentes ao Principe Regente Nossa Senhor os Votos das Congregações das diferentes Faculdades dessa Universidade de Coimbra, que lhe forão dirigidos em Officio de oito de corrente, e a que havia mandado proceder: O mesmo Senhor á vista delles, e em attenção aos distintos Serviços, que fizerão os Estudantes, que se alistarão, e ao seu valor, e patriotismo, Ha por bem conceder-lhes dispensa dos seus respectivos Actos na mesma conformidade, que se concedeu por alguns plauziveis motivos, que occorrerão, pelas Cartas Regias de 29 de Abril de mil sette centos noventa e trez, e de 4 de Abril de 1795; praticando-se porem a respeito dos Actos do 5.^o e 6.^o anno, o mesmo que se acha expressamente determinado nas ditas Cartas Regias. — Pelo que toca á Faculdade de Mathematica, Determina o mesmo Senhor que a sua respectiva Congregação aponte aquellas providencias que lhe parecerem mais adequadas, para sanarem as Objecções, que ella acaba de expor. O que tudo partecipo a V. M.^{ce} para que, fazendo-o constar onde convier, assim se execute. — Deos Guarde a V. M.^{ce} — Palacio do Governo em 11 de Outubro de 1809.

João Antonio Salter de Mendoça.

Señr. Francisco Antonio Duarte da Fonseca Montanha.

Cumpre-se e registe-se.

Coimbra 13 de Outubro de 1809.

(*Rubrica de Manoel Paheco de Rezende,*
que servia de Vice-Reitor.)

(A. da U. — Registado in *Rellaçoens e Organização do C. M. A.*, vol. 2, fol. 2 v.^o).

XVI

DIPLOMAS UNIVERSITÁRIOS

Carta do grau de bacharel

IN DEI NOMINE, AMEN

DOCTOR FRANCISCUS ANTONIUS EDUARDUS DA FONSECA MONTANHA OLIVEIRA E SILVA, Christi Militiae Eques Professus, Bracarensis Ecclesiæ Canonicus Doctoralis,

in Ulisiponensi Curia Gravaminum Senator, in Causis Fidei Judex, in Jure Civil Primarius Professor Emeritus, ac Facultatis Decanus, in Academia Conimbricensi Pro-Rector, &c.: simulque Alma Universitas ipsa palam testamur, certioresque reddimus omnes & singulos, quorum interest praesentes Litteras inspicere, quod dilectus Nobis **JOSEPHUS CLEMENS PEREIRA**, filius Josephi Gonçalves, natus in oppido *Adem*, territorii Trancosensis, Baccalaureatus Gradum in Juris Canonici Facultate laudabiliter & honorifice in Academia Nostra adeptus est, cursibus suis de more peractis, præmissoque Examine publico, in quo a Gravissimis Sapientissimisque Professoribus approbatus fuit, NEMINE DISCREPANTE, cæteris rite ac solemniter observatis secundum prædictæ Universitatis Statuta. Decoratus autem fuit ipso Baccalaureatus Gradu per Sapientissimum Eximumque Praeceptorem **LUDOVICUM DA CUNHA ABREU E MELLO**, juramento prius præstito, se publice & privatim defensurum **IMMACULATAM CONCEPTIONEM DEI GENITRICIS VIRGINIS MARIAE**, die X Novembris A. D. MDCCCVIII, quemadmodum in Libro Examinum, Actuum, & Graduum ejusdem anni fol. cii vers. annotatum est. Cujus rei testimonium publice perhibentes has Litteras prædicto Baccalauro Benemerito dedimus, Subscriptionemque nostram adjecimus, Sigillo etiam Universitatis appenso. Data Conimbricæ die 31.^a Octobris Anno Domini millesimo octingentesimo nono.

(Seguia-se, na carta original de pergaminho, a subscrição do secretário, a assinatura do reitor, a do chanceler, e o sêlo da Universidade impresso em cera vermelha, vendente por fitas verdes, incluso em caixa de prata).

Carta de formatura

EM NOME DE DEOS, AMEN

O D.^r FRANCISCO ANTONIO DUARTE DA FONSECA MONTANHA OLIVEIRA E SILVA, Cavalleiro Professo na Ordem de Christo, Conego Doutoral na Sé Primacial de Braga, Desembargador dos Aggravos na Casa da Supplicação, Deputado do Santo Officio, Lente de Prima Jubilado na Faculdade de Leis, Decano da mesma Faculdade e Vice Reitor da Universidade de Coimbra, &c.: Faço saber, que **JOSÉ CLEMENTE PEREIRA**, filho de José Gonçalves, natural de *Adem*, Comarca de Trancoso, havendo conseguido o Grão de Bacharel na Faculdade de Canones, como mostrará por sua Carta, e havendo-se matriculado no quinto anno, foi comprehendido na Graça de 5 do mez de Julho de 1809, de se lhe dar o anno por provado, e habilitado para fazer a sua Formatura, a qual lhe foi suprida pela approvação que teve de seus Mestres em Congregação de 26 de Outubro de 1809 na fórmula das Reaes Ordens de data de 11 do dito mez e anno, como consta do Livro do Registo competente a fol. 9, o qual Me foi presente ao assinar desta. E porque com a referida Approvação, conforme a lei do Reino e Estatutos desta Universidade, pôde usar de suas Letras livremente em qualquer parte, lhe Mandei passar a presente por Mim assignada, e sellada com o Sello da mesma Universidade. Dada em Coimbra aos 31 de Outubro de mil oitocentos e nove.

(Na carta original de pergaminho seguia-se a subscrição do secretário, a assinatura do reitor, a do chanceler, e o sêlo pendente igual ao da carta de bacharel).

(A. da U. — Caixa dos Processos de cartas passadas em 1809).

XVII

NOTÍCIA DA SESSÃO SOLENE REALIZADA NA SALLA GRANDE DOS ACTOS NÁ UNIVERSIDADE,
PARA EM NOME DO PRÍNCIPE REGENTE SEREM DADOS AO CORPO MILITAR ACADÉMICO
OS DEVIDOS LOUVORES E AGRADECIMENTOS

No dia 11 de Novembro de 1809 se executou o R. Avizo na Salla Grande dos Actos, disposta e ornada na forma seguinte.

As Grades, q̄ fechão a quadratura da Salla forão puxadas até o Doutoral de Mathematica, fechando para cima toda a Salla, esta foi armada de Damasco até o assento dos Doutoraes, e tão bem desde as Grades destes ate o pavim.^{to}, o qual fo todo alcatifado, e se pôz a Cadeira Prelaticia, e banca no lugar, em q̄ se costuma pôr nos Claustros sem taburno algum, porq̄ tendo lembrado ao Señr Vice Reitor pôr hum, q̄ igualasse com o pavim.^{to} dos degráos p.^r onde sobem os Prelados a tomarem o seo Lugar nos Doutoraes p.^a em cima deste taburno se pôr a d.^a Cadeira, e banca, nem a razão de dever o S.^r V.^e Reitor fallar de modo q̄ fosse ouvido em toda a Salla, p.^a o q̄ era conveniente hum Lugar superior, nem m.^{mo} a razão de hir fallar em Nome de S. A. R. o venceu a tomar lugar superior, mas sim aquelle m.^{mo}, q̄ os Prelados costumam tomar nos Claustros, pois q̄ o Corpo Academicó ficou no lugar, q̄ costuma ocupar nos m.^{mos} Claustros, assim como o Secretario da Univ.de.

A bancada p.^a o Corpo Academicó ficou dobrada de hum lado, e outro, e se levou ate o fecho das referidas grades, q̄ se tinhão puxado ate o Doutoral de Mathematica, e toda esta bancada com os seus encostos foi armada de Damasco; das grades p.^a baixo o q̄ restava da Salla foi ocupado de Estudantes, e mais concurrentes, q̄ se estenderão p.^r toda a via Latina, p.^r q̄ o concurso foi extraordinário: todas as tribunas da Salla forão ocupadas p.^r Conegos, e Officialid.^e Ingleza, e Portugueza, e as duas tribunas proximas á Cadeira, huma foi destinada ao Cancellario, e Relação Ecclesiastica, e a outra ao Presidente e Ministros do S.^{to} Officio.

No pavim.^{to}, e bancada da Salla mandou o S.^r V.^e Reitor arrumar ao lado direito as seis Faculd.^{es} Academicas pela sua Ordem, principiando pelo Lente de Prima de Theologia, fechando a bancada deste lado direito o Conservador da Universidade, e mais Ministros, e depois os Professores do R. Collegio das Artes. Ao lado esquerdo mandou arrumar o Sr.^r V.^e Reitor o Corpo Militar Academicó, q̄ mandou concorresse em Uniforme Militar, prezidido pelo seu Chefe, e Lente de Prima de Canones o Dez.^{or} Fernando Saraiva Fragozo de Vas.^{cos}, e logo abaixo deste o Major do m.^{mo} Corpo o Dr. Joze Ignacio da Rocha Peniz, Lente de Canones, ambos vestidos com o m.^{mo} Uniforme Militar, e todo este Corpo veio receber o S.^r V.^e R.^{or} ao fundo da laranja de degráos da varanda da Salla, tomando o d.^r Chefe, e Lente de Prima de Canones o seu lado esquerdo, e o Lente de Prima de Theologia o direito; assim entrarião na Salla com o toque de huma magnifica Muzica militar, a melhor q̄ então se achava na Cid.^e p.^a a q.^l se preparou lugar no fundo da Salla sobre os Doutoraes de Medicina, e Filosofia.

Acabado este toque de Muzica, q̄ foi m.^{to} extenso emq.^{to} se acabavão de tomar os lugares, mandou o S.^r V.^e R.^{or} q̄ o Secretario da Universid.^e se levantasse, e lesse o R. Avizo, o q̄ cumprido tornou a repetir-se a Muzica; acabada a tocata desta principiou o S.^r V.^e R.^{or} a fallar dizendo com o barrete na mão.

«Muito Sabia, muito Illustre, e muito
respeitavel Assembléa.

«Este he o dia mais feliz, e agradavel, q me tem amanhecido. O Céo, mo concedeo, e a vida, q eu dezejava p.^a ver, e gozar este appetecido dia, tão luzido, e brilhante; a Academia não vio ainda outro similhante. Ella vio em 1645 sahir desta Universid.^e em virtude de huma Carta Regia p.^a a fronteira de Elvas o Reitor Manoel de Saldanha com todo o Corpo Academicº formado em seis Companhias, com seus competentes Officiaes em numero de 630 homens p.^a defenderem os Direitos da R. Caza de Bragança, e sustentarem no Throno ao Senhor Rei Dom João 4.^º Legitimo Successor na Corona deste Reino; Ella vio em 1808 os Alumnos Académicos tomarem armas na restauração deste Reino, e tirarem p.^r seu valôr do poder dos Inimigos os dois fortes da Figueira, e Nazareth, arrancando de suas muralhas as Bandeiras Francezas, nellas arvoradas, entrando nesta Cidade com elles arrastadas, e conduzindo-se neste Triunpho ate a Cid.^e do Porto p.^a as entregar ahi ao Governo Provizional. Serviços tão acceptavéis de S. A. R., q o mesmo Señr. se dignou em sua Carta Regia Manda-los agradecer á Univd.^e Ella tornou a ver no prez.te anno de 1809 o Corpo Academicº alistado p.^r virtude de outra Carta Regia, e formado em Companhias com seus competentes Officiaes, destacar desta Cid.^e armado, e commandado pelo Primeiro Lente da Faculd.^e de Canones, o III^{mo} S.^r Dezembargador Fernando Saraiva Fragozo de Vas.^{cos}, e entregue às Ordens do General de respeitavel nome Nicolão Trant, fazer barreira formidavel ao Inimigo, e impedir a sua entrada nesta Cid.^e ate hir occupar as margens do Vouga, e na Accão d'Albergaria dar as provas mais decizivas de valor, e patriotismo, perseguinto o Inimigo ate a sua expulsão da Cid.^e do Porto, e Limites deste Reino. Ella vio emfim, depois da fuga do Inimigo, e sua total expulsão deste Reino, voltar aqui triumphantemente o Corpo Militar Academicº, mandado já depôr as armas, p.^a continuar a carreira dos Estudos.

«He hoje porem q esta Academia vê no centro de si m.^{ma}, e desta augusta e magestosa Caza, unida no Corpo Academicº a Milicia Armada com a Togada; he hoje que aqui se reprezenta todo o brilhante das letras, esmaltado com o luzido das armas. Aqui se tem ensinado como a Magestade do Imperio deve ser não só ornada com as armas, mas tão bem armada com as Leis, q pela virtude destas se mantem ilezos os Direitos de cada hum, se acautella, que elles não sejão perturbados, e o como he lícito repellir a força injusta com outra força oposta.

«À especulação seguiu-se a pratica, pois vendo o Corpo Academicº offendidos, e violados os Sagrados Direitos do Nosso Augusto Príncipe p.^r huma força barbara e violenta, p.^a repellir esta, tomou as armas, e a defeza dos Direitos do Imperio Portuguez, tornando-se assim guerreiro e Militar todo o Corpo Litterario, animado de hum valor, e intrepidez tão admiravel, q.^{to} os referidos factos manifestão.

«Tão agradaveis se representarão elles ao Nosso Augusto Príncipe, tão consideraveis os Serviços e honrozos feitos deste Illustre Corpo, e tão acceptaveis forão do Nosso Soberano Príncipe o Señr. D. João, q tomndo-os com a maior estima da sua Real Consideração, se dignou mandar louva-los no Seu Real Nome, dando-me p.^a esse fim a mais honroza, e estimavel Cõmissão».

De pé, descuberto.

«S. A. R. Louva o Patriotismo com q o Corpo Militar Academicº se prestou ao Seu R. Serviço em defeza da Patria: Louva a prompta obediencia, com q se alistou, e tomou armas p.^a repellir o Inimigo, e se con-

sumar a grande Obra da restauração deste Reino; Louva o valor e intrepidez, que mostrou em todos os conflictos, e encontros com o Inimigo: Louva emfim o desinteresse, e caprixo, com que marchou em todas as expedições, não como Milicia estipendiaria, mas assim letta como a dos antigos Romanos, nutrida das proprias Faculdades».

«Este Louvor tão apreciavel, que S. A. R. liberaliza hoje ao Corpo Militar Academic, e me manda dar em Seu Real Nome neste lugar publico, e no meio desta respeitavel Assemblea, he huma exuberante recompensa dos Serviços mais abalizados deste respeitavel Corpo, e he já hum excesso da R. Beneficencia do Nosso Augusto Príncipe.

«He porem recompensa a maior, que este luzido Corpo podia conseguir, e excesso o mais admiravel da R. Benevolencia do Nosso mto amavel, e incomparavel Príncipe, o mandar agradecer ao Corpo Militar Academic no seu R. Nome seus assinalados Serviços na defesa da Patria, que tanto encherão o grande e dilatado Coração do Soberano, e de hum modo tão satisfactorio, que o mesmo Senhor per os impulsos da Sua Real Grandeza se digna mandar-me dar em publico, e no seu R. Nome, este agradecimento; sim».

De pé, descuberto.

«S. A. R. agradece ao Corpo Militar Academic a fidelid., e zelo, com que se tem conduzido ao Seu R. Serviço na restauração deste Reino: Agradece a estes seus fieis Vassalos o amor, veneração, e respeito, que consagrão á Sua Real Pessoa, sacrificando tantos trabalhos, e incomodos, e a propria vida á Religião para ella ser conservada nos seus Reinos, e Domínios, ao interesse publico, e felicid.º deste Reino para nelle se continuar o Imperio Portuguez, Imperio verdadeiramente paternal, e que S. A. R. tanto tem felicitado».

«Eis aqui, honrados Alumnos desta Academia, o mais vantajoso premio dos vossos gloriosos feitos, e valerosas Acçãoens, e a maior recompensa, que a Real Grandeza do Augusto Príncipe podia dar, e dá de hum modo tão singular, e extraordinario aos Serviços, que hum bom Cidadão, e hum fiel Vassallo deve fazer pela Patria, e pelo Pai commun della; excesso de Benevolencia do Soberano, que deve encher de gloria, e de satisfação a todo este luzido Corpo, e a esta Academia, que neste lugar recebe hoje a maior honra, e levantar no meio della hum eterno Padrão de reconhecimento, gratidão, amor, e respeito ao nosso Augusto Príncipe, e Protector o Señor D. João, de cuja immediata Protecção, se honra, se gloria, e inobresse toda esta Academia. O Céo permitta, que ella goze este tão excellente Bem, esta tão alta, e sublime Protecção em paz per mto, e dilatados annos para felicidade sua, e de toda a Monarchia.

«Viva o Príncipe Regente N. S.».

(A. da U. — Registada in *Relações e Organização do C. M. A.*, liv. 2º, fol. 81).

XVIII

INFORMAÇÕES DOS BACHAREIS FORMADOS EM CÁNONES NO ANO DE 1809 (EXCERPTO)

Senhor

Havendo-se procedido ao juizo das Informações na Faculdade de Canones em conformidade da Carta Regia de 3 de Junho de 1782: sahirão os Bachareis For-

mados na dita Faculdade, do Anno Lectivo de 1808 para 1809, votados com as qualificações seguintes:

Bachareis Formados

34	— José Clemente Pereira, filho de José Gonçalvez, natural de Adem, co-marca de Trancoso.
	1. ^a Approvado por dez, Reprovado por hum —
	2. ^a Bom por dez, Mediocre por hum —
	3. ^a Approvado por dez, Reprovado por hum.
35	

Isto he o que resultou das conferencias e votos da Congregação da Faculdade de Canones. Vossa Alteza Real ordénará o que for do seu Real Agrado.

Da Universidade de Coimbra.

Em Congregação de 18 de Dezembro de 1809.

Vicente José de Vasconcellos e Sylva, que sirvo de Secretario, a subscrevi.

Manoel Pacheco de Resende, como Vice Reytor

Fernando Saraiva Fragoso de Vasconcellos

José Carlos Barbosa de Sousa

José Ignacio da Rocha Peniz

João de Magalhães e Avelar

Antonio José Saraiya do Amaral

Antonino Garcia Pereira

José Fernandes Alvares Fortuna

Luis da Cunha de Abreu e Mello

Joaquim de Seixas Deniz

Narciso Joaquim de Araujo Soares

José Telles da Silva.

(A. da U. — *Registo das Informações*, vol. 3, fols. 20-24).

Dr. Bernardo de Albuquerque e Amaral

Faleceu em Nabais no dia 27 de Fevereiro de 1919 êste antigo professor da Faculdade de Direito e seu decano e director, que havia sido aposentado em 1895. Saíu da Redacção da *Revista de Legislação e de Jurisprudência*, em que colaborara efectivamente desde 1877, em Maio de 1907, e residiu em Coimbra até 1911. A perda quase completa da vista inibiu-o de se dedicar aos seus estudos predilectos e fê-lo abandonar a política, que havia absorvido uma grande parte da sua actividade.

Nos últimos anos que viveu em Coimbra, os seus amigos mais íntimos suavizaram-lhe a existência entretendo-o em longas palestras e acompanhando-o em curtos passeios; os seus correligionários iam, em conjunturas dificeis, ouvir o seu autorizado parecer e procurar o seu valimento; não eram raras as consultas que lhe faziam sobre direito administrativo, a que êle respondia sempre com visível aprazimento. Desde que se ausentou para Nabais, viveu rodeado apenas das carinhosas dedicações dos seus parentes e familiares, tornando-se a sua existência nos meios sociais em que tão larga acção havia exercido de tal forma ignorada que a muitos causou surpresa a notícia do seu falecimento. Mas o seu nome não havia esquecido, nem esquecerá.

O Dr. Bernardo de Albuquerque e Amaral conseguiu, mercê da sua poderosa inteligência, do seu carácter inquebrantável e da sua indefectível actividade, alcançar um lugar proeminent e vincular o seu nome a trabalhos que ficam testemunhando a acção individual no progresso social.

Tendo sido nomeado substituto extraordinário da Faculdade de Direito por decreto de 27 de Novembro de 1862, quando não havia ainda completado vinte e quatro anos de idade, regeu, até à sua promoção a catedrático, as cadeiras de Direito Romano, Direito Administrativo, Finanças e Economia, e, desde essa promoção, a cadeira de Direito Romano, sendo, como professor desta cadeira, membro do júri de exames do primeiro ano. Era verdadeiramente

modelar a clareza e precisão com que prelecionava e interrogava os alunos e tinha, como julgador, um espírito de justiça que, se é dado igualar, não pode ser excedido. A fama que acerca dêle corria de professor exigente e austero era devida ao prestígio que, e êsse merecidamente, lhe era atribuído sobre os outros membros do júri, e à selecção que no primeiro ano da Faculdade se tornava necessária, sobretudo desde que começaram a cursar a Universidade alunos que para isso não tinham a devida preparação. Tive a honra de ser membro do júri por êle presidido e sei quanto o seu espírito bondoso se confrangia, sempre que os alunos não correspondiam no exame ao bom conceito que acerca dêles havia formado pela freqüência, e o prazer que sentia quando nas provas finais algum dos seus discípulos desfazia a má impressão que dêle tinha. Verifiquei também a isenção com que punha de lado provas más na sua cadeira desde que, pelas que eram dadas nas outras cadeiras, se convencia de que o aluno era inteligente e aplicado. Um exemplo: um aluno tinha dado provas completamente negativas nos argumentos de Direito Romano e de Filosofia do Direito, tendo freqüência regular em qualquer dessas cadeiras. Interroguei-o em História do Direito Pátrio e em Direito Civil respondendo êle satisfatoriamente, e quando, tendo erminado o tempo destinado para o interrogatório, perguntei ao Dr. Bernardo de Albuquerque se o podia mandar sair, êle pediu me para lhe fazer interrogatório [vago]. Neste interrogatório o aluno, que havia readquirido a serenidade de espírito, respondeu com mais precisão do que dentro do ponto, e foi o Dr. Bernardo de Albuquerque que propôs a sua aprovação plena.

Era esta a sua austerdade como professor e como julgador: seguir os ditames da sua consciência, que a não havia mais pura, aprovando quem, pela sua inteligência e pelo seu estudo, aprovado devia ficar.

Para se ver o que, como colega e como decano e director da Faculdade, foi o Dr. Bernardo de Albuquerque e Amaral, seja-me lícito transcrever aqui parte da acta da congregação da Faculdade de Direito, de 25 de Julho de 1895, em que o Conselho unânimemente resolveu «exarar a demonstração do seu sentimento pela sua aposentação e com ela os protestos da muita consideração e aprêço em que teve sempre e continuará a ter o exemplo de dedicação, lealdade, abnegação e bom senso, com que tanto enobreceu esta corporação e honrou a Universidade o seu amantíssimo colega, sábio decano e director Dr. Bernardo de Albuquerque e Amaral, e conta que êle não recusará a esta Faculdade o seu prestimoso auxílio, quando lhe seja solicitado».

Razão tinha o Conselho para assim contar.

O Dr. Bernardo de Albuquerque e Amaral continuou, depois de aposentado, a ter pela sua Faculdade a mesma dedicação que durante o tempo em que nela foi professor, estando sempre ao lado dos seus colegas em tôdas as conjunturas em que a sua cooperação podia ser proveitosa.

Como jurisconsulto, o Dr. Bernardo de Albuquerque era considerado autoridade no direito administrativo. São valiosíssimos os trabalhos que sobre este direito publicou na *Revista de Legislação e de Jurisprudência* e foi o principal colaborador do Código Administrativo de 1886.

Como político, militou no partido progressista, e, não sendo nunca o chefe deste partido em Coimbra, era tal o prestígio que nele tinha, tão intensa a acção que exercia, que lhe chamavam o *poder oculto*. Tendo sido deputado na legislatura de 1863-1865, não mais consentiu em que o seu nome fosse proposto ao sufrágio e recusou o pariato que lhe fôra oferecido. Nunca recusou, porém, os serviços que o seu partido lhe pediu e que eram compatíveis com o exercício do magistério. É assim que ele teve uma larga e benéfica ingerência na administração do distrito de Coimbra como presidente da comissão executiva da Junta Geral, constituindo os relatórios que publicou em todos os anos em que foi presidente daquela comissão um verdadeiro ensinamento para os gestores dos negócios públicos.

Nos múltiplices ramos de actividade social a que se dedicou, o Dr. Bernardo de Albuquerque e Amaral foi um grande cidadão e bem mereceu do seu país, que serviu com o maior desinteresse.

Do que ele foi como amigo, nada direi aqui. Disse o que o meu coração me impôs que dissesse junto do seu túmulo, depois de, a pedido do meu caro amigo e director da Faculdade de Direito, Dr. José Alberto dos Reis, haver falado como representante dela. As minhas palavras singelas mas sentidas fizeram derramar muitas lágrimas, mais sentidas talvez.

Fiz reviver o Dr. Bernardo de Albuquerque e Amaral depondo factos que revelavam a sua grande generosidade, o seu belo coração. E eram sem dúvida de gratidão as lágrimas que as minhas palavras provocaram. Porque o Dr. Bernardo de Albuquerque, que eu fiz reviver, já tinha morrido há mais de quatro anos.

¡Mas ele era tão bom! ¡Fez tanto bem a tanta gente!

(Do Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra,
vol. v, págs. 144-147).

Prof. Alberto dos Santos Nogueira Lobo

Quem subscreve estas linhas desempenhava em 1918 o cargo de Reitor da Universidade cabendo-lhe em tal qualidade o imperioso dever de acompanhar à última jazida o cadáver do Prof. Nogueira Lobo e de, em nome do estabelecimento, que representava, prestar a derradeira homenagem a quem tão dignamente honrara a corporação universitária. Nunca desempenhámos missão idêntica sob tão angustiosa pressão moral — a quando do falecimento dos grandes Mestres que se chamaram João Jacinto, Luís da Costa e Gonçalves Guimarães, sobre cuja memória pronunciámos, aliás, as mais justas, as mais sinceras, as mais comovidas palavras. ¿ Em que então a diferença ? ¿ O que concorreria para sentirmos mais no âmago como Reitor da Universidade, como colega e como amigo, o passamento de Nogueira Lobo ? Simplesmente o facto de se tratar dum jovem Prof., que desaparecia na idade fecunda dos 38 anos, para quem nós todos, escola de intelectuais, olhávamos como para um prometedor manancial de saber, para um honrado manejador dos instrumentos, que o progresso põe na mão de certos privilegiados para lhes dar a missão de o servir em proveito da Humanidade.

Simplesmente porque aqueles grandes Professores tinham dado



PROF. ALBERTO DOS SANTOS NOGUEIRA LOBO.

às sciências, que haviam professado, o brilho da sua actividade fecunda e operosa.

Centenas de discípulos haviam transitado pelas suas cátedras ouvindo-lhes a palavra cheia de saber, repleto de ensinamentos. Três Mestres — três autênticos Mestres — pela vasta ciência, pelo carinho, pela dedicação com que haviam exercido a sua profissão. O primeiro na Medicina, o segundo nas Matemáticas, o terceiro nas Sciências Naturais e na Filologia apostolizaram sem desfalecimentos os seus conhecimentos, honrando a Universidade e servindo nobremente o seu País. Quando desapareceram foi com saudade sim, mas não com dolorosa surpresa. Havia atingido a meta e deixado atrás de si copiosos frutos, uma abundante messe.

Com o Prof. Nogueira Lobo não se dava isso.

Desapareceu quando todos confiavam que ele ia prestar pela sua incansável actividade os maiores serviços à ciência, que tão apaixonadamente amava; quando pela sua ágil mental, servida pela tenacidade dum esforço nunca desmentido, todos esperavam vê-lo erguer bem alto o nome de Portugal, dentro e fóra do País, no campo incruento das lutas da ciência.

O Prof. Alberto dos Santos Nogueira Logo era natural de Coimbra, onde se educou até à sua entrada na Universidade, matriculando-se na Fac. de Medicina, cujo curso concluiu em 1903 com a valorização de B 15, obtendo a seguir, em 1908, no seu acto de Licenciatura a classificação de MB 18 valores. Tendo sido nomeado Preparador do Laboratório de Microbiologia e de Química Biológica em 1902, logo que exercia com dedicação e perícia inexcedíveis, foi, após o exame de Licenciado, nomeado 1.º assistente (25 de Novembro de 1911) e depois Prof. extraordinário em harmonia com as disposições da lei do ensino médico (24 de Abril de 1915). Em atenção à sua competência especial e por proposta dos Profs. da secção, Srs. Drs. Luís Pereira da Costa e J. Serras e Silva foi-lhe depois entregue a regência da cadeira de Química Biológica, para que o solicitavam igualmente a Faculdade de Ciências e a Escola Superior de Farmácia.

Podem ver-se na *Rev. da Univ. de Coimbra* (IV, 662-665) os termos dessa Proposta acompanhada dos fundamentos em que se baseia. Aí se lê a extensa lista dos trabalhos científicos do Prof. Nogueira Nobo, que aqui nos dispensamos de apresentar.

Foi, pois, com a máxima justiça que à beira da sua sepultura, dizíamos: «... o Prof. Nogueira Lobo foi um trabalhador honesto e prestimoso, que seria amanhã uma glória da ciência, a que se tinha dedicado, enaltecedo por esta forma o Estabelecimento a que per-

tencia e que nesta homenagem nada mais faz que pagar-lhe a dívida que com êle contraiu desde o dia em que Nogueira Lobo deu à Universidade tudo quanto podia dar-lhe — dedicação, coragem, desassombro, desinteresse, prestígio político, relações pessoais, a sua palavra, a sua pena, a sua accão, — êle todo, actividade física e valor intelectual, e isto desde estudante até o seu último alento — na defesa das suas regalias e dos seus privilégios».

Os competentes dirão do seu valor como homem de sciênciæ em frente dos trabalhos especiais, que deixou arquivados sobretudo nas páginas do *Movimento Médico*, e vêm apontados nas páginas desta *Revista da Universidade* já citada. Cumpria-nos a nós não esquecer a piedosa e justíssima homenagem de saudosa comemoração de quem foi um Professor completo — pelo saber, e pelo estudo, e não menos pelo entranhado amor à Universidade, pelo orgulho de a ela pertencer, pela apologia, que em todos os campos dela sempre fazia, pela modéstia com que se assinalava — fazendo soar alto e longe, do silêncio eloquente do seu gabinete de análises, a voz fecunda do seu mourejar — predicados que, juntos, se encontram raras vezes.

MENDES DOS REMÉDIOS.

Dr. Luís da Costa e Almeida

(Palavras proferidas no funeral d'este ilustre professor,
realizado no dia 13 de Fevereiro de 1919).

MEUS SENHORES :

Há cerca de dois anos ainda eu esperava que nunca me faltaria a companhia querida do Dr. Luís da Costa.



DR. LUÍS DA COSTA E ALMEIDA.

Habituara-me a encontrá-lo infatigável, desafiando, com a sua figura cheia de distinção e dignidade, todo o tempo, para, sem faltar um único dia ao cumprimento dos seus deveres, exercer com a mais elevada proficiência, zélo e honestidade, tôdas as funções que a sua excepcional capacidade era chamada a desempenhar.

Uma inesperada doença o derrubou. Contudo a robustez do seu organismo ainda lhe conservou a vitalidade durante dois anos, e desde então a saudade começou a amassar-se com a profunda dor de vermos assim prostrado umente querido a que a lucidez do espírito e a delicadeza do trato, marcavam em toda a

parte uma notável situação de destaque.

Não tinha querido a Providência que todos aqueles que tanto o amavam sofressem o rude golpe da sua rápida perda. Assim tivemos

de habituar-nos a perdê-lo, tendo-o ainda vivo, para consolar o nosso grande pesar.

Chegou o dia em que é forçoso separar-nos do seu corpo: mas já temos a certeza de que nunca nos abandonará a saudade do seu belo espírito.

Há 42 anos que eu tive a fortuna de conhecer o Dr. Luís da Costa, e desde então nunca me faltaram constantes provas de uma amisade sincera e funda, que ainda senti quando nos últimos tempos já lhe vacilava a razão.

Há 34 anos que as nossas relações se tornaram das mais amigas, e desde então eu pude acompanhar, dia a dia, com constante admiração, a grandiosa obra d'este notável vulto da nossa Universidade e do nosso país.

Desempenhou em Coimbra os mais elevados cargos, tendo conquistado com rara distinção o lugar de professor da Faculdade de Matemática, quando muitos iniciavam os seus estudos superiores.

Nascido em 1841 era já professor em 1862, e contava agora 56 anos do mais zeloso e distinto serviço no ensino universitário.

Aqui foi Reitor do Liceu, Director respeitado e querido da sua Faculdade durante 32 anos, membro ilustre do nosso Instituto, e Reitor da Universidade, distinguindo-se, tanto pelo seu valor científico, como pela sua superior orientação no exercício daquelas altas funções.

Os seus trabalhos científicos merecerão sempre a mais elevada consideração.

Não é agora ocasião para os enumerar, só me referirei à sua notável concepção sobre a Trigonometria, e aos seus trabalhos didáticos sobre Mecânica, inexcedíveis em concisão, clareza e precisão, — obra de um sábio ilustre.

Mas não foi sómente como homem de ciência que o Dr. Luís da Costa, de quem lembro sempre as suas lições verdadeiramente magistrais, se tornou notabilíssimo.

Tendo dedicado a sua vida, com dedicação digna do mais profundo reconhecimento, a esta terra e à sua Universidade, o Dr. Luís da Costa aproveitou o seu tempo de descanso das locubrações científicas, dedicando-o ao progresso de Coimbra, de que raras vezes se separou, e sómente no cumprimento de deveres oficiais.

Exerceu com superior competência as funções de Governador Civil, de Presidente da Junta Geral, e de Presidente da Câmara Municipal.

Foi, sobretudo, como Presidente da Câmara, que prestou os mais

assinalados serviços, e se tornou credor de constante e profunda gratidão.

Infelizmente, está ainda completamente em aberto a grande dívida de honra a que Coimbra está obrigada. Confio em que neste momento a actual vereação, e toda a cidade, se empenharão por solvê-la, quanto seja possível, tributando o devido preito a este homem a quem tanto se deve, e que foi tão notável pelo seu espírito de justiça, como pela sua bondade e inata distinção.

Fazer a história da administração municipal do Dr. Luís da Costa é assinalar os mais notáveis melhoramentos que colocaram esta cidade a par das mais adiantadas; e já vão decorridos 30 anos.

É formosa a situação de Coimbra, são encantadores os seus arredores, o Cidral a que ele tanto queria. É, sem dúvida, Coimbra uma das terras que mais tem progredido, e dispõe de mais condições para ser uma das cidades mais apreciadas.

Mas ao Dr. Luis da Costa deve-se a execução dos serviços que mais contribuíram para o seu rápido engrandecimento.

A ele se deve o abastecimento das águas que, sem dúvida, foi o elemento fundamental que permitiu o largo incremento que Coimbra tem tido, e que o Dr. Luis da Costa levou a cabo, durante o triénio da sua gerência, nas mais vantajosas condições.

Com plano rasgado e acertado a ele se deve também a transformação da quinta de Santa Cruz num bairro higiênico e moderno.

Faltam-me as fôrças, e ser-me-ia impossível dar uma ideia, mesmo muito rápida, de tanto que se deve a este ilustre sábio e homem de bem, que tinha a mais provada capacidade para o exercício dos mais difíceis cargos da administração superior do seu país. Rapidamente só lembrarei ainda que a ele se deve a transformação da estreita e tortuosa rua do Quebra Costas, o alargamento do largo do Castelo, e a solicitação instantânea para os importantes melhoramentos que na época da sua Presidência aqui foram iniciados — do alargamento do Cais, que deu lugar à Avenida Navarro, e da demolição de parte do convento de Santa Cruz, que nos deu a ampla comunicação actualmente existente entre a Praça Oito de Maio e o Mercado.

Vou terminar na impossibilidade de dizer o muito que todos devemos, e eu especialmente, a tão ilustre homem, mas não sem comovidamente lembrar o que era o Dr. Luis da Costa para a sua Família e para os seus Amigos.

Conheci-o Irmão, Esposo e Pai amantíssimo, idolatrado por todos os seus. Discípulo, colega e correligionário, encontrei-o sempre dedicado aos seus Amigos, que o tinham no maior aprêço, com provas do mais dedicado carinho, e neste momento em que o seu corpo vai

desaparecer de junto de nós eu evoco, e sempre evocarei com crescente saúdade e gratidão, o extenso período, em que, no convívio da mais sincera e dedicada amizade, passámos juntos, ligados estreitamente a muitas outras pessoas que tanto quiseram a Coimbra, umas já caídas no pó dos tempos passados, outras infelizmente gastas pelo sofrimento, não podendo por isso fazer-lhe agora aqui companhia pela última vez.

E, finalmente, justificarei que não foi a necessidade de exteriorizar a minha dôr que me levou a manifestar aqui o meu sentimento.

É ela tão profunda e sincera que mais preferiria concentrá-la no silêncio. Mas, por mais uma prova de afecto do Dr. Luís da Costa, eu tenho a honra de ocupar nesta ocasião o lugar de Presidente do Instituto de Coimbra, de que êste sábio professor era um dos mais prestigiosos ornamentos, onde ainda agora ocupava o lugar de Presidente da Comissão de redacção.

Era obrigação minha significar neste lugar o profundo pesar que esta corporação sente por tão irreparável perda.

COSTA LOBO.

BIBLIOGRAFIA

Conselheiro Dr. Luís da Costa e Almeida, Lente de Prima, Decano e Director da Faculdade de Matemática da Universidade de Coimbra, Director e Professor da Faculdade de Ciências da mesma Universidade; Comendador da Ordem de Cristo, por virtude da Bula pontifícia *Scientiarum omnium*; Vogal do Conselho Superior de Instrução Pública; Reitor do Liceu, Presidente da Câmara Municipal e Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Coimbra, Sócio honorário do *Instituto*, Presidente da Junta Geral e Governador Civil substituto do distrito de Coimbra, etc.

Nasceu em Lisboa a 27 de Março de 1841, sendo filho do Dr. Luís da Costa e Almeida, Fidalgo Cavaleiro da Casa Real, Cavaleiro professo na Ordem de Cristo, Colegial do Real Colégio de S. Paulo, Lente de Leis na Universidade de Coimbra, Conservador e Procurador Fiscal da Fazenda e Estado da mesma Universidade, Deputado e Secretário da Directoria Geral dos Estudos e Escolas do Reino, Corregedor de Coimbra, Dezembargador da Casa da Suplicação, Deputado da Junta do Estado e Casa de Bragança, Juiz Censor da Imprensa Régia, etc., e de sua mulher D. Maria José Chaves de Sá Pereira.

Publicou:

— *Dissertação inaugural para o acto de conclusões magnas na Faculdade de Matemática. (Apreciação das hipóteses físicas em que se tem fundado a teoria das reproduções atmosféricas)*. Coimbra, 1862.

— *Theses ex adplicata Mathesi selectæ*. Coimbra, 1862.

— *Declarações de voto do Dr. Luís da Costa e Almeida*. Coimbra, 1867.

- *Breves apontamentos sobre a natureza, procedência e sinais das linhas trigonométricas.* Coimbra, 1868.
- *Teoria dos contractos das superfícies e curvas no espaço, e suas principais aplicações,* 1.^a edição. Coimbra, 1869; 2.^a edição, 1885.
- *Exposição sucinta dos princípios fundamentais do cálculo das variações.* Coimbra, 1870.
- *Noções elementares da ciéncia dos números.* Coimbra, 1871.
- *Aritmética ou noções elementares da ciéncia dos números.* Coimbra, 1872.
- *Integração das eqüações diferenciais parciais, não lineares, de primeira ordem, entre três variáveis.* Coimbra, 1873.
- *Relatório da administração da Santa Casa da Misericórdia de Coimbra, de 24 de Julho de 1873 a 13 de Julho de 1874.* Coimbra, 1875.
- *Dinâmica do ponto material ou princípios gerais sobre o movimento de um ponto.* 1.^a edição. Coimbra, 1878; 2.^a edição, 1879.
- *Catálogo dos livros portugueses existentes na biblioteca do Liceu Nacional de Coimbra.* Coimbra, 1881.
- *Primeiras noções da teoria das determinantes.* Coimbra, 1883.
- *Estática do ponto material e dos sistemas rígidos.* Coimbra, 1888...
- *Propostas apresentadas perante o Conselho Superior de Instrução Pública nas suas sessões ordinárias do biénio de 1885-1886.* Coimbra, 1887.
- *Relatório do Conselho Superior de Instrução Pública, publicado em conformidade com o disposto no art. 4.^º, n.^º 3.^º, da Carta de Lei de 23 de Maio de 1884. Sessão de Outubro de 1887.* Lisboa, 1887.
- *Apontamentos sobre a transformação e integração das eqüações diferenciais da dinâmica.* Coimbra, 1890.
- *A Faculdade de Matemática da Universidade de Coimbra.* Coimbra, 1892.
- *Apontamentos de Mecânica.* Coimbra, 1910.

- *Oração de Sapiência, pronunciada em 16 de Outubro de 1882, dia da abertura das aulas, publicada no Anuário da Universidade, de 1882-1883.* Coimbra, 1883.
- *Oração de Sapiência, recitada na sala dos actos grandes da Universidade de Coimbra, no dia 16 de Outubro de 1893.* Anuário da Universidade, 1893-1894. Coimbra, 1894.
- *Oração de Sapiência, recitada na sala dos actos grandes da Universidade de Coimbra, no dia 16 de Outubro de 1898.* Anuário da Universidade, 1898-1899. Coimbra, 1899.

Colaborou também nas *Efemérides Astronómicas da Universidade de Coimbra*, no *Instituto* e outros jornais.

(Do *Instituto*, vol. 66, págs. 65-69).

Dr. Porfírio António da Silva

Atraiu as atenções da Academia de Coimbra o curso excepcional, que apareceu matriculado no primeiro ano da Faculdade de Teologia em Outubro de 1879. Notável pelo número, e também pela qualidade de alguns dos alunos, a avaliar pela reputação que os precedia.

Quando um curso teológico se elevava ao número de 8 ou 9 alunos, já era considerado relativamente grande; este contava 18. Mas, o que mais chamava as atenções, era a fama que acompanhava boa parte dos matriculados: uns, já padres, vinham ornados com os louros que haviam alcançado nas pugnas literárias durante os seus cursos eclesiásticos, não faltando até quem, sendo professor de um estabelecimento oficial de ensino de sciências eclesiásticas, viesse à Universidade para ser ornado com os supremos graus académicos, e para voltar em seguida a prestigiar esse estabelecimento do Estado; outros não eram desconhecidos no mundo das letras, havendo entre êles um poeta, que em breve se cobriria de prestígio no meio académico, vindo a ser um dos rapazes mais estimados e apreciados daquela geração, sempre ouvido com simpatia e prazer, quando recitava em voz cava e solene os seus alexandrinos sonorosos, em tôdas as festas que se realizavam no teatro académico, algumas brilliantíssimas, como as dos centenários de Camões e de Pombal.



DR. PORFÍRIO ANTÓNIO DA SILVA.

Um dos rapazes daquele curso teológico, que mais chamavam sobre si as atenções e simpatias da Academia, era Porfírio António da Silva, sacerdote bracarense, muito protegido pelo arcebispo-primás D. João Crisóstomo de Amorim Pessoa, que o subsidiara pelo cofre da Bula da Santa Cruzada e mandara para a Universidade, prevendo largo e brilhante futuro ao seu grande talento. Contava então 24 anos e meio, pois nascera na aldeia de Rendufinho, concelho de Póvoa de Lanhoso, a 16 de Fevereiro de 1855.

Em breve o curso se reduziu em número, vindo a fixar-se numa dúzia de alunos, que se mantiveram, através de cinco anos, sempre muito unidos pelos laços da mais estremosa e sincera amizade, não obstante nas aulas, em sabatinas vivas e agitadas, se baterem denodadamente em discussões violentas, em terríveis pugnas de palavra, parecendo ali inimigos irreconciliáveis, o que constituía um atractivo interessante, que por vezes chamava às aulas dos Gerais numerosos espectadores. Dos doze condiscípulos, quatro alcançaram as honras de *prémio* e de *accessit*, e quatro obtiveram distinções; caso estranho na Faculdade de Teologia, onde as classificações eram raras, e conferidas com critério rigoroso. Nos meses de Junho e Julho os actos dos classificados dêste curso eram sempre muito freqüentados, enchendo-se a sala, em que se realizavam, de estudantes das diversas Faculdades e várias pessoas do professorado e de fora.

Entre os que muito se distinguiam pelo rigor da dialética nas discussões, e pelas flores de retórica com que expunham, apontava-se com justiça o Porfírio. Inteligência viva e arguta, palavra fácil e vibrante, declamação enfática e solene, também era bastante conhecido cá fora, como orador sagrado, nos púlpitos de uma bôa parte do país.

Não admira pois que a sua carreira universitária fôsse revestida de brilho excepcional. Num curso de *ursos*, como se dizia em calão académico, êle obteve logo no 1.^º ano as honras de *accessit*, no 2.^º ano ascendeu a *prémio*, e nesse posto de honra se manteve até à formatura.

Dotado de génio expansivo, alegre, folgazão, ternamente bondoso e afável, era no seu tempo um dos rapazes mais simpáticos e populares no meio académico. Nada mais simples do que a sua vida de estudante. Tendo residido no 1.^º e 2.^º anos na rua do Borralho, passou no 3.^º (1881-1882) a habitar, despreocupadamente só, sem companheiros, sem criado nem criada, o primeiro andar de uma pequena casa ao cimo da rua da Trindade, cuja porta é hoje assinada com o número 41. Ia comer fora, a uma república de estudantes da vizinhança. Tinha a porta sempre patente, quer estivesse quer

não estivesse no quarto, muito freqüentado de rapazes, especialmente condiscípulos das aulas de Teologia e de Direito.

— Sempre? Não. Havia uma hora, à noite, logo depois de recolher do seu passeio, em que fechava a porta do quarto, contrariando-se bastante se algum importuno então fôsse perturbá-lo; e os rapazes, sabendo o significado dêste retiro, respeitavam-no, e abstinhaam-se de o procurar em tal ocasião. Era a hora que êle quotidianamente reservava ao cumprimento do seu dever sacerdotal, ao convívio com Deus na recitação do Breviário.

Recebeu a 7 de Julho de 1883 o grau de Bacharel, que lhe foi conferido pelo simpático e interessantíssimo ancião Dr. António Bernardino de Meneses, decano da Faculdade. Fez a sua formatura a 27 de Junho de 1884, tendo a classificação final de *Muito bom*. Realizou o acto de Licenciatura e recebeu o respectivo grau na Capela da Universidade a 21 de Março de 1885. Defendeu teses de *Conclusões magnas* e bem assim a dissertação inaugural sobre o *Dilúvio bíblico*, a 10 de Junho de 1886, recebendo com dois dos seus condiscípulos, em meio de grande solenidade e aparato na sala dos capelos, a 27 do mesmo mês, a Laurea doutoral, em que foi apadrinhado pelo seu grande protector o arcebispo de Braga primás das Espanhas, Doutor Dom João Crisóstomo, a qual lhe foi conferida pelo reitor, Doutor Adriano de Abreu Cardoso Machado. Manteve no doutoramento a classificação de *Muito bom*.

Submetendo-se às difíceis provas de concurso para o magistério universitário, em que apresentou segunda dissertação sobre o *Dilúvio bíblico*, nelas se houve muito bem, como todos esperavam, e assim conquistou o seu despacho de lente substituto, datado de 26 de Maio de 1887, tomado posse a 1 de Junho seguinte. Foi promovido a lente catedrático por despacho de 25 de Outubro de 1890, e tomou posse a 4 de Novembro imediato.

Extinta a Faculdade de Teologia com a mudança de instituições políticas, criaram-se duas Faculdades de Letras por decreto com força de lei de 9 de Maio de 1911. O Dr. Porfirio António da Silva foi colocado na Faculdade de Letras de Coimbra, como professor ordinário do 4.^º grupo (Sciências históricas), por decreto de 17 de Junho do mesmo ano.

Desde que entrou no professorado universitário, a sua atenção foi distraída para numerosos e muito diversos assuntos. A agricultura e várias empresas comerciais e industriais absorveram-lhe em breve grande parte da sua actividade; por último a política também lhe roubou um bom quinhão. Entretanto ainda lhe chegava o tempo e as forças para se encarregar de várias comissões de serviço de

instrução, fazendo parte, quer como presidente quer como vogal, de muitos júris de exames nos Liceus e de concursos para o magistério secundário. Também dirigiu como reitor, durante algum tempo, um Liceu do Pôrto.

No professorado universitário teve a regência das cadeiras seguintes :

- De 1887 a 1890 — Língua hebraica ;
- De 1890 a 1898 — Teologia pastoral e Eloquênciia sagrada ;
- De 1898 a 1910 — Teologia dogmática, 1.^a parte (*De Deo unotriuno, e de Deo creatore*) ;
- De 1911 a 1913 — História antiga ;
- De 1913 a 1915 — História moderna e contemporânea.

Desde 1910 em deante só de longe em longe, e por pouco tempo, se ocupava na regência das suas cadeiras, já por estar impedido em comissões de serviço de instrução, já porque a doença lhe ia roubando as fôrças, até completamente o prostrar. Depauperaram-se-lhe as energias na grande variedade de ocupações por que as dispersou.

Ultimamente arrastava uma vida achacada e enfermiça, até que, na quinta de Santo Adrião, por êle adquirida e amanhada nas proximidades de Braga, terminou os seus dias a 24 de Fevereiro de 1919, contando 64 anos de idade.

Não tinha inimigos, porque, sendo um bondoso, nunca na sua vida provocou inimizades.

Tudo quanto era, a si próprio o devia. Saído de família humilde, conquistou com todo o brilho os pergaminhos universitários, e ascendeu às cátedras do primeiro estabelecimento de ensino superior de Portugal. Nasceu pobre; e, ao morrer, legou aos seus uma regular fortuna, angariada honradamente à custa de muitos cuidados, lides e trabalhos.

DR. ANTÓNIO DE VASCONCELOS.

Dr. Manuel de Oliveira Chaves e Castro

Faleceu no dia 14 de Abril de 1919 êste emérito professor da Faculdade de Direito, tendo o professor Dr. José Alberto dos Reis proferido o seguinte discurso junto do seu túmulo:

MEUS SENHORES :

É dolorosa, a hora que passa, para a Faculdade de Direito de Coimbra.

Experimentada por duras provações, ameaçada dos mais graves riscos, sujeita à mais inquietante ansiedade, vê desaparecer, dia a dia, os seus vultos mais representativos, algumas das figuras que a enobreceram e mais a ilustraram e que, embora estivessem, algumas delas, afastadas do exercicio activo, podiam em todo o caso servir-lhe de apoio e de confôrto nesta grave crise da sua história.

Há dez anos a esta parte a hecatombe tem sido formidável: caiu o Dr. Calisto, caíram o Dr. Dias da Silva, o Dr. Laranjo, o Dr. Assis Teixeira, o Dr. Marnoco e Sousa . . .

No curto espaço de um ano, o registo necrológico abrange quatro professores da Faculdade: o Dr. Aires de Gouveia, o Dr. Fernandes Vaz, o Dr. Bernardo de Albuquerque e agora o Dr. Chaves e Castro.

É com a mais sincera emoção que a Faculdade de Direito assiste ao passamento dêste ilustre professor, um dos que melhor a serviram e um dos que mais a amaram.

O Dr. Chaves e Castro foi professor efectivo da Faculdade durante vinte e cinco anos — desde 1871 até 1897.

A palavra *efectivo* tem aqui a plenitude do seu valor e da sua fôrça. O exercício do magistério foi sempre, para o Dr. Chaves, uma realidade insofismável. As seduções da política nunca o tentaram; as vaidades do mando nunca o desvaneceram. Conservou-se sempre no seu pôsto de honra, no seu lugar de combate, tão indiferente às blandícias como inacessível às ameaças.

Em volta dêste homem rugiram, por vezes, campanhas de descredito, ataques implacáveis e cóleras temerosas: mas tudo se despedaçava e se dissolvia de encontro à rija armadura da sua forte serenidade, como as vagas se desfazem em espuma no embate contra a penedia da costa.

O Dr. Chaves e Castro foi a encarnação mais austera e mais perfeita do *dever profissional*. À hora exacta da sua aula, marcada pelo relógio da Universidade, o Dr. Chaves estava à porta da sala onde prelecionava para receber o curso; só saía quando o archeiro lhe abria a porta, anunciando que a hora findara; e todo este tempo era conscientemente aproveitado para expor aos alunos, em linguagem clara e juridicamente rigorosa, a matéria do programa da sua cadeira e para ouvir os seus discípulos. Não havia acontecimento, por mais extraordinário, que fizesse desviar o Dr. Chaves da linha inflexível do dever.

A vida universitária dêste notável professor não foi uma fôfa e macia almofada em que êle reclinasse a cabeça com delicia e com abandono: foi, ao contrário, uma nobre e viva refrega, sustentada com honra e pelejada com ardor.

Nas horas mais difíceis, nos lances mais apertados, o Dr. Chaves e Castro manteve sempre o severo aprumo, a linha alta da intransigência contra a relaxação, a indisciplina, a desordem e o abuso; nunca quebrou essa atitude em busca duma falsa popularidade ou duma cómoda e aprazível tranqüilidade.

Ninguém teve o sentimento mais vivo da dignidade do cargo; e por isso honrou a cátedra como os que mais a têm honrado.

E ainda agora, nos últimos momentos da sua vida, duas horas antes de expirar, o Dr. Chaves e Castro deu uma prova inequívoca e inconfundível de quanto prezava o decôro da sua Faculdade e a solidariedade com os seus colegas que estavam sendo vítimas duma campanha injustíssima.

Não posso nem devo revelar êsse facto íntimo, porque o lugar não é próprio para represálias; mas êle fica gravado no meu coração como um testemunho iniludível do seu amor e da sua dedicação pela Faculdade.

O Dr. Chaves e Castro deixou assinalada a sua passagem pela Faculdade de Direito sobretudo como professor de organização judicial e de processo ordinário, cadeira que regeu desde 1881 até à sua aposentação, isto é, durante dezasseis anos.

Do que foi o seu ensino fala eloquente o seu livro *Organização e competência dos tribunais de justiça portugueses*, obra monumental, em que são examinadas e discutidas tôdas as questões de

organização judiciária, não só no aspecto geral, mas ainda no ponto de vista português.

A produção científica do Dr. Chaves e Castro caracteriza-se por estes traços: uma notável clareza a-par duma sóbria concisão, um equilíbrio admirável conjugado com um tino e um senso jurídico verdadeiramente privilegiados. Junte-se a isto uma palavra castiça, servida por uma rica e sólida educação humanista, uma disciplina mental irrepreensível, uma capacidade didáctica invejável e teremos as qualidades que faziam do Dr. Chaves, se não um professor scintilante, que deslumbrasse pelo brilho, decerto um mestre útil, seguro e consciencioso, cuja lição doutrinava e enriquecia o espírito. Em pedagogia, como no mundo mineral, o esplendor está na razão inversa da utilidade.

Para ser um magnífico professor de organização judicial e de processo, nem sequer faltava ao Dr. Chaves a freqüência e o tirocinio dos tribunais. Antes mesmo de começar a sua carreira de professor, êste morto ilustre era já um advogado conhecido e considerado; e exerceu a nobre profissão da advocacia até aos últimos momentos, quase até à agonia, com uma paixão e um fervor singular, com uma isenção e uma dignidade modelar.

Neste momento, meus Senhores, não é só a Faculdade de Direito de Coimbra que está de luto: está de luto também a *advocacia portuguesa*, porque vai baixar ao túmulo o *decano* dos advogados dêste país, o mais alto representante da escola dos advogados que fazem do ofício um culto e da profissão um sacerdócio.

O Dr. Chaves e Castro nunca encarou a advocacia como uma indústria ou como uma exploração lucrativa: conservou sempre a sua toga irrepreensivelmente limpa e pura de especulações indecorosas e de negociatas escuras. O seu desinteresse, a preocupação ansiosa de não sujeitar o seu nome a uma arguição de ganância ou de exploração, iam até ao exagero; os seus honorários, em que nunca fez entrar como factor a reputação e a autoridade de que justamente gosava, eram mesquinhos, quase ridículos.

E daí vem que, com uma vida modestíssima, tendo exercido a advocacia durante mais de cincuenta anos, conhecido e acatado como mestre incontestável em todos os tribunais e nas mais remotas comarcas do país, consultado e procurado de todos os pontos, ouvido em tôdas as questões graves, o Dr. Chaves, em vez de deixar uma fortuna considerável, apenas conseguiu juntar um pecúlio mediocre.

O que mais exalta e engrandece a figura do Dr. Chaves e Castro é que êle foi obra de si mesmo; tudo quanto era devia-o exclusivamente ao seu esforço, ao seu valor pessoal, aos seus merecimentos

próprios. Elevou-se por si, à custa do seu trabalho e da sua tenacidade, sem amparos nem favores, sem protecções nem apoios.

É um exemplo confortante de *formação particularista*.

E para atestar o que valia a fôrça da sua vontade e da sua energia, o poder da sua organização e da sua disciplina, aí fica a *Revista de Legislação e de Jurisprudência*, que fundou há cincuenta e um anos, quase sózinho, e que nunca deixou de ser publicada com uma pontualidade e uma exactidão cronométrica.

Inclinemo-nos, meus Senhores, perante o féretro, porque o corpo que vai à sepultura, foi o arcaboiço dum *Homem*, na mais alta, na mais nobre e na mais honrosa significação da palavra.

(Do Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, vol. v, págs. 148-152).

Dr. Luis Maria da Silva Ramos

No dia 2 de Fevereiro de 1921 morreu em Coimbra, na quase obscuridade a que nos últimos tempos propositadamente se acolhera, o Decano da Faculdade de Teologia da Universidade conimbricense — Dr. Luís Maria da Silva Ramos, professor insigne dos bons tempos áureos dessa afamada Corporação e publicista que à causa católica prestou os mais assinalados serviços pela pena, pela palavra e pela acção.

O Dr. Silva Ramos era natural de Braga, onde nasceu aos 30 de Junho de 1841. A sua carreira universitária foi das mais distintas, tendo recebido o gráu de *Doutor* em Teologia aos 23 de Dezembro de 1866 e iniciando a sua carreira professoral em 1873, que ininterruptamente exerceu com zélo incansável, sempre pronto e disposto para o trabalho numa labuta que, além da cátedra, derivava para as canseiras da imprensa a que, numa longa época da sua vida, se dedicara com intensa paixão.

Com efeito, logo de manhã, acabada a sua aula de *Teologia Litúrgica e Sacramental*, que sempre regeu na Faculdade, o Dr. Silva Ramos descia a *Rua do Norte* e ia trabalhar na *Ordem* jornal católico de grande difusão e nomeada em todo o País, no seu tempo, onde



DR. LUÍS MARIA DA SILVA RAMOS.

às vezes tinha de escrever todo o periódico desde o chamado *artigo de fundo* até às notícias mais anódinas relativas ao movimento religioso, tanto nacional, como estrangeiro.

Mas à parte êsse jornal que tantas fadigas, canseiras e desgostos lhe acarretou, tendo ao lado o prestimoso editor Reis Leitão, hoje acolhido à enxerga pobre duma pobre instituição pia, o Dr. Silva Ramos, que era um polemista vigoroso, redigiu só ou de companhia com outros cooperadores:

- *A Estrela d'Alva*, revista mensal, Braga, de 1870 a 1873.
- *A Civilização catholica*, id., Pôrto, 1878 a 1880.
- *A Sciencia catholica*, id., Coimbra, de que saíram vários vols.

Estas publicações, obrigando-o a leituras diversas, traziam-lhe o espírito sempre disperto, para o que muito concorria o contacto com as publicações congêneres italianas, francesas e espanholas, principalmente, que recebia em permuta — a *Civiltà Católica*, os *Études*, a *Ciudad de Diós*, *Razón y Fe*, etc., quantas mais então, como hoje, na vanguarda de todos os grandes mensários, orientadores e defensores do credo religioso a cuja defesa o Dr. Silva Ramos intemperadamente se entregava.

A sua ciência ressentia-se desta profissão. Era fácil, ligeira, superficial, mais aparente, que real e profunda.

As suas lições eram reminiscências de saber, vestígios, embora brilhantes, das fadigas proveitosas doutros tempos.

Mas não era isso obstáculo a que os seus alunos, que pudessem e quisessem, brilhassem com o seu saber faminto de extensão e de novidades. Com êle, como com todos os Professores da extinta e gloriosa Faculdade de Teologia, observava-se o preceito do famoso Bispo de Hipona — *in necessariis unitas, in dubiis libertas, in omnibus caritas*. O meu curso, a que pertenceram o actual Sr. Bispo de Viseu — D. António Alves Ferreira, e o falecido de Angra — D. Manuel Damasceno da Costa, gozou invariavelmente dessa ampla liberdade de exame e exposição.

Lembro-me que no 4.^º ano, precisamente com o Dr. Silva Ramos, eu pude sustentar, a propósito do estado familial e social dos primitivos patriarcas de Israel, doutrinas que eu sabia não serem positivamente da simpatia do velho Mestre. Tratava-se do casamento, sua origem e evolução, em que eu me fartei — é o termo — de expôr, de comentar e de criticar tudo o que se escrevera sobre monogamia e poligamia, citando H. Spencer, então muito em voga, com mistura de Monsabré, nas *Conferências*, que o Dr. Silva Ramos começara, havia pouco, traduzindo. Nesse ano houvera uma *parede*, de que resultara o encerramento da Universidade. Lembro-me, como se

fôra hoje, de que uma delegação do Curso, à semelhança do que se fizera nas demais Faculdades, procurara o Dr. Silva Ramos para lhe explicar, que não era senão por espírito de solidariedade, que havíamos entrado nesse movimento escolar. Nem em casa, nem na redacção da *Ordem*, nem em parte alguma da Universidade logramos encontrá-lo, senão quando, à hora da aula, eis que êle nos surge como duma *boite à surprise*, frio e ereto junto à porta, como de costume, daquela tremebunda sala dos *Gerais*, denominada no calão académico de *Taberna*, certamente por ser tão baixa, tão comprida, tão escura.

Então eu avancei, os dois colegas da deputação tendo ficado a alguma distância, e formulei o nosso altivo «*non possumus*». O Dr. Silva Ramos ouviu e um pouco agitado exclamou, apontando, como que já a entrar, com um gesto:

— Hei-de cumprir o meu dever.

— E nós o nosso.

E voltámos costas.

Mas tempos depois as aulas reabriam, tudo voltando à serenidade, podendo eu, no aprêço que ao bom Dr. Silva Ramos mereceu, decerto exageradamente, a minha lição, a que acima aludo, avaliar da bondade que no fundo informava as suas intenções.

Nos tempos da sua validez intelectual o Dr. Silva Ramos freqüentou com muita assiduidade o púlpito, tendo ficado de todo êsse trabalho, apenas:

— *Oração gratulatória que por ocasião do solene Te Deum celebrado na Sé primacial de Braga em acção de graças pelo 25 aniversário pontifical de Pio IX, o Grande, recitou..., Pôrto, 1871.*

— *A soberania social de Jesus Cristo. Conferência religiosa recitada na Sé Catedral de Coimbra, Pôrto, 1879.*

— *Oração fúnebre que nas solenes exéquias de Pio IX mandadas celebrar pelos cursos da Faculdade de Teologia na igreja de S. João de Almedina recitou..., Pôrto, 1878.*

— *Santo Tomás de Aquino. Panegírico recitado no dia 7 de Março de 1880 na Igreja do Convento de Santa Teresa, de Coimbra, Pôrto, 1880.*

— *A divindade de Jesus Cristo. Conferência recitada na Sé Catedral de Coimbra, Pôrto, 1876.*

— *A liberdade de consciência considerada filosófica, religiosa e socialmente. Conferência recitada na Sé Catedral de Coimbra, Pôrto, 1879.*

— *Sermão da Imaculada Conceição de Maria recitado na R. Capela da Universidade, Pôrto, 1878.*

Escreveu ainda:

- *Reflexões ao livro «A reforma da Carta e o beneplácito régio» do Sr. Conde de Samodães*, Coimbra, 1885.
- *Luís de Camões. Elogio académico lido na Sala dos Actos Grandes da Universidade de Coimbra no dia 10 de Junho de 1880*, Pêrto, 1881.
- *Afirmações católicas contra os erros dum apóstata*, Coimbra, 1889.

As suas Dissertações académicas intitulam-se:

- *Dissertação inaugural para o acto de conclusões magnas*, Coimbra, 1866 e trata da *necessidade e realidade da Revelação*.

— *Dissertação de concurso — Dignidade da razão perante a fé*,

O Dr. Luís Maria da Silva Ramos era de maneiras delicadas, sereno e afável no seu trato, de conversação interessante, extremamente modesto e simples no viver.

A implantação do novo regime surpreendeu-o já no declinar da vida. Era a jubilação que chegava. Quis reagir continuando a ensinar. Mas era tarde. Gozando de saúde invejável para os oitenta anos, que se aproximavam, a natureza seguia implacavelmente a sua marcha, lenta, mas segura. Pouco a pouco foi o Dr. Silva Ramos aparecendo de cada vez menos, sumido no seu retrairo, na sua quase obscuridade, até que um dia alguns poucos amigos lá fomos em romagem última deixá-lo à sombra dos ciprestes do Pio...

M. R.

Índice alfabético dos assuntos

Pág.

Brás Garcia de Mascarenhas — Estudo de investigação histórica, pelo Prof.	
ANTÓNIO DE VASCONCELOS (Continuação do vol. II):	
— VI. Capitão e governador (<i>Continuação</i>)	5
— VII. O poeta-patriota de Avô	11
— VIII. No declinar da vida	71
— IX. Factos póstumos	93
== Estudo crítico-literário:	
— Advertência	119
— O Viriato Trágico, pelo Prof. CARLOS DE MESQUITA	120
== Notas genealógicas:	
— Nota I. Família paterna de Brás Garcia Mascarenhas	140
— Nota II. Família materna de Brás Garcia Mascarenhas	200
— Nota III. Família de D. Maria da Costa, mulher de Brás Garcia Mascarenhas	207
— Nota IV. Descendência de Brás Garcia Mascarenhas	220
== Esquemas genealógicos	226

Uriel da Costa — Notas relativas à sua vida e às suas obras, pela Prof. D. CAROLINA MICHAELIS DE VASCONCELOS:	
== Prefácio	237

— I. Vida	242
— II. Obras relativas a Uriel, e de Uriel	243
— III. Documentos ilustrativos	"
== Parte Primeira. A vida de Gabriel Uriel da Costa	244
— I. Gabriel da Costa, estudante de direito canónico na Universidade de Coimbra	"
— II. Data provável do nascimento de Gabriel da Costa	252
— III. Summae Confessoriorum	253
— IV. O pôsto de tesoureiro de uma Colegiada	254
— V. A expatriação	256
— VI. Amsterdam e a comunidade israelítica — Fariseus e Sadúceos	259
— VII. O conflito, as cominações e o pequeno anátema	267
— VIII. ¿ Desterró? ¿ Estada em Hamburgo?	271
— IX. A mãe de Uriel	273
— X. A primeira reconciliação	278
— XI. A segunda excomunhão	279
— XII. A segunda reconciliação	281
— XIII. A vingança — ¿ Tentativa de homicídio?	282

	Pág.
— XIV. O suicídio	286
— XV. A psique de Uriel — Sua filosofia moral	287
— XVI. Nomes diversos usados pelo Luso-Judeu: Gabriel da Costa — Uriel da Costa — Adam Romez — Uriel Abadot	293
— XVII. O procedimento do Magistrado de Amsterdam — As se-ctas holandesas.	297
— Parte Segunda. Escritos relativos a Uriel da Costa e escritos dêle	300
— XVIII. Correspondência judaica, aparentemente espúria, de 1641, relativa a Uriel da Costa	»
— XIX. Os primeiros Protestantes e Remonstrantes que se ocu-param de Uriel	304
— XX. O primeiro livro de Uriel	307
— XXI. O livro de Samuel da Silva	311
— XXII. O segundo livro de Uriel da Costa	317
— XXIII. Exemplar <i>Vite Humanæ</i>	319
— Parte Terceira. Documentos ilustrativos.	321
— XXIV. Assentos existentes no Arquivo da Universidade de Coim-bra, relativos ao curso de Gabriel da Costa (1600-1608)	»
— XXV. Correspondência entre os Rabinos de Amsterdam e Ja-kob Ben-Israel Halevi, residente em Veneza (entre 1624 e 1628)	325
— XXVI. Carta de Daniel Levi de Barrios, dirigida desde Amster-dam a seu amigo Antonio Enriquez, Lisboa (25 Dez. de 1641)	329
— XXVII. Tradução do trecho, relativo a Uriel, contido no «Ju-daísmo» de J. Müller (1644).	330
— XXVIII. Tradução da carta latina de Philipp van Limborch a Theodor Graswinckel, de 12 de Março de 1622	331
— XXIX. Limborch, «De veritate religionis christianæ (1687)	333
— XXX. Johannis Moller Flensburgensis «Cimbria litterata»	»
— XXXI. J. G. Müller, Confissões de homens célebres.	340
— XXXII. J. G. von Herder, Carta 39 das «Escritas para fomentar a Humanidade»	341
— XXXIII. Frederick Pollock, Spinoza His Life and Philosophy	344
— XXXIV. Dunin-Borkowsky S. J.: Der-Junge De Spinoza	346
— XXXV. Índice dos capítulos do Tratado da «Imortalidade da Alma» de Samuel da Silva	348
— XXXVI. Capítulos 23. ^º , 24. ^º e 25. ^º do primeiro livro de Uriel da Costa	351
— Parte Quarta	376
— XXXVII. Sinopse cronológica da Vida de Gabriel-Uriel da Costa	»
— XXXVIII. Lista cronológica de Escritos de Uriel ou relativos a Uriel	381

La philosophie de l'amour de Marsile Ficin et son influence sur la littérature française au XVI^e siècle, por JEAN FESTUGIÈRE:

— Introduction.	396
— Chapitre I. L'amour courtois	408
— Chapitre II. La philosophie de l'amour de Marsile Ficin	416

	Pág.
— Chapitre III. Les disciples de Marsile Ficin	435
— Chapitre IV. L'influence de Ficin en France	459
— Apêndice I. Notes sur la valeur de Marsile Ficin traducteur de Pla-	
ton et de Plotin	538
— Apêndice II. Bibliographie de Mario Equicola	550
— Apêndice III. Deux sources inédites d'Antoine Héroët	556
José Clemente Pereira, grande promotor e fautor da independência do Brasil, pelo Prof. ANTÓNIO DE VASCONCELOS	565

Luctuosa:

Dr. Bernardo de Albuquerque e Amaral	600
Prof. Alberto dos Santos Nogueira Lobo, pelo Prof. MENDES DOS REMÉDIOS	603
Dr. Luís da Costa e Almeida, pelo Prof. COSTA LOBO	606
Dr. Porfirio António da Silva, pelo Prof. ANTÓNIO DE VASCONCELOS	611
Dr. Manuel de Oliveira Chaves e Castro	615
Fr. Luís Maria da Silva Ramos, pelo Prof. MENDES DOS REMÉDIOS	619

Índice alfabético dos autores

	Pág.
ANTÓNIO G. R. DE VASCONCELOS (Prof. Dr.) :	
<i>Brás Garcia Mascarenhas</i>	5
<i>José Clemente Pereira, grande promotor e fautor da independência do Brasil</i>	565
<i>Dr. Porfírio António da Silva</i>	611
CAROLINA MICHAELIS DE VASCONCELOS (Prof. D.) :	
<i>Uriel da Costa — Notas relativas à sua vida e às suas obras</i>	237
FRANCISCO MIRANDA DA COSTA LOBO (Prof.) :	
<i>Dr. Luís da Costa e Almeida</i>	606
JEAN FESTUGIÈRE :	
<i>La philosophie de l'amour de Marsile Ficin et son influence sur la littérature française au XVI^e siècle</i>	396
JOAQUIM MENDES DOS REMÉDIOS (Prof. Dr.) :	
<i>Prof. Alberto dos Santos Nogueira Lobo</i>	603

Índice das estampas

	Pág.
Único autógrafo conhecido do poeta Brás Garcia Mascarenhas (1640)	16
Retrato (deturpado) de Brás Garcia Mascarenhas	56
Frontispício da edição <i>princeps</i> do VIRIATO TRÁGICO	110
Uriel da Costa, segundo o actor alemão Otto Sammerstorff.	242
Frontispício dos Estatutos da Universidade de Coimbra, de 1591	246
Reprodução do retrato de um rabino	265
Reprodução de um quadro de Rembrandt.	266
Reprodução de um quadro de uma das scenas finais do último acto do drama <i>Uriel Acosta</i>	287
Retrato de José Clemente Pereira	565
Sala dos Capelos da Universidade de Coimbra	578
Retrato do Prof. Alberto dos Santos Nogueira Lobo	603
Retrato do Prof. Dr. Luís da Costa e Almeida.	606
Retrato do Prof. Dr. Porfirio António da Silva.	611
Retrato do Prof. Dr. Luís Maria da Silva Ramos	619

2070





